

ANAIS DA JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR MANOEL SALGADO 2023

RESISTÊNCIA INDÍGENA NO BRASIL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS,
CONFRONTO TERRITORIAL E
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Comissão Organizadora

*Alexia de Santana Rosa
Daiani da Silva Barbosa
Danielle Freire da Silva
Inghrid da Costa Masullo Mendes
Isadora Silva Gomes
Isis Saraiva Leão Medina
Lavínia Izidoro Martins
Livia Claro Pires
Luana Camila da Silva Rosario
Maria Vitória de Oliveira Cardoso
Thaís Barbosa de Faria*



PPGHIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA UFRJ

**JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR
MANOEL SALGADO**

**ANAIS DA JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR MANOEL
SALGADO**

*Resistência indígena no Brasil:
Desafios contemporâneos,
confronto territorial e violência institucional*

**Programa de Pós-Graduação em História Social da
Universidade do Federal do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Reitor

Roberto de Andrade Medronho

Diretor do Instituto de História

Antônio Carlos Jucá de Sampaio
Programa de Pós-Graduação em História Social

Coordenador

William de Souza Martins

Vice-coordenador

João Ohara

Coordenação Colegiada

Andrea Casa Nova Maia

João Ohara

José Augusto Pádua

Marta Mega de Andrade

William de Souza Martins

Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado

Resistência indígena no Brasil: Desafios contemporâneos,
confronto territorial e violência institucional

Coordenação

William de Souza Martins

Comissão Organizadora

Alexia de Santana Rosa

Daiani da Silva Barbosa

Danielle Freire da Silva

Inghrid da Costa Masullo Mendes

Isadora Silva Gomes

Isis Saraiva Leão Medina

Lavínia Izidoro Martins

Livia Claro Pires

Luana Camila da Silva Rosario

Maria Vitória de Oliveira Cardoso

Thaís Barbosa de Faria

Anais da Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado

*Resistência indígena no Brasil: Desafios contemporâneos,
confronto territorial e violência institucional*

Editores

Daiani da Silva Barbosa

Isis Saraiva Leão Medina

Lavínia Izidoro Martins

Livia Claro Pires

Luana Camila da Silva Rosario
(orgs.)

Capa e Diagramação

Luana Camila da Silva Rosario

1ª Edição – 2023. PPGHIS-UFRJ

Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado/ Programa de Pós-Graduação em
História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Anais da Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado: Resistência indígena no Brasil: Desafios contemporâneos, confronto territorial e violência institucional. Daiani da Silva Barbosa, Isis Saraiva Leão Medina, Lavínia Izidoro Martins, Livia Claro Pires, Luana Camila da Silva Rosario (orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.
495p.

ISSN: 2448-3575

1.História 2. História Social 3. História Indígena 4. História Intelectual 5. História Social do Trabalho 6. Memória – Verdade 7. História Oral 9. História Social do Crime 10. História Militar 11. Movimentos negros 12. Relações de Gênero 13. Cultura 14. Religiosidade 15. História do Patrimônio 16. Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado 17. Programa de Pós-Graduação em História Social 18. Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Largo de São Francisco, nº 1, Sala 205 – Centro, Rio de Janeiro/RJ – Brasil
CEP: 20051-070

APRESENTAÇÃO

É com prazer que anunciamos a publicação dos Anais da Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado, evento que aconteceu entre os dias 17 e 19 de outubro de 2023, no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social.

Este evento marcou o retorno das atividades presenciais da Jornada, após longo período de pandemia que até hoje deixa seus traços na sociedade. Nos momentos difíceis, professores e pesquisadores precisaram se reinventar e os resultados, estabeleceram relações de longa distância, que antes não eram possíveis de se pensar no mundo acadêmico. O uso das tecnologias e da inovação permitiram que a Jornada reunisse pesquisadores do Brasil todo, do norte do Amapá, ao sul do Rio Grande do Sul. Reuniu também pesquisadores de fora do país.

Diríamos que o professor Manoel Salgado ficaria feliz de saber que o evento que possui o nome em sua homenagem, é palco de encontro de tantos pesquisadores promissores para a produção historiográfica brasileira e internacional.

Nas páginas a seguir, apresentamos os debates que foram levados à Jornada de 2023, distribuídos por simpósios temáticos.

No ST 01 – Hierarquias Sociais e Escravidão no Brasil Império, Danielle Tavares da Rocha analisou as representações do negro no imaginário campista durante o auge do movimento abolicionista nas páginas dos jornais "Monitor Campista" e "Vinte e Cinco de Março" (1884-1888). Ismaelene Maria Souza dos Santos estudou os laços políticos e as acusações envolvendo a família Rego Barros de Pernambuco no Império do Brasil. Lara de Sousa Lutife investigou a escravidão no Brasil Império a partir da literatura e imprensa da época.

ST 02 – Mundos do Trabalho: Experiências, Conflitos de Classe e as Questões de Raça e Racismo nos Séculos XIX e XX: Maria Eduarda Abreu Cavalcante discutiu a teoria do governo representativo de François Guizot no jornal "O Independente" de Torres Homem (1832-1833). Milena Alves de Souza explorou a relação entre cor, trabalho e infância através das representações dos "moleques" nas páginas de "O Jornal". Olga Mattos de Lima e Silva destacou a defesa da abolição da escravidão na literatura feminina do Brasil Oitocentista, com foco na poetisa Narcisa Amália de Campos.

ST 03: Redes Mercantis: As Formas de Acumulação de Riqueza nas Colônias Ibéricas: Mirella Soraya Pinheiro Rodrigues de Oliveira apresentou seu estudo sobre as formas de acumulação de riqueza nas colônias ibéricas.

ST 04 – Práticas Religiosas e Representações Políticas e Sociais no Mundo Moderno: Beatriz Weisheimer de Mendonça discutiu o debate historiográfico em torno da atuação da justiça civil portuguesa nos crimes de contrabando cometidos por negociantes do Rio de Janeiro. Camille

Ferreira Leandro apresentou “Si de gran fama le afamo, dígallo su gran poder”: a nobreza de Alba de Tormes no Cancioneiro de Juan del Enzina (1496), analisando as representações da nobreza na obra de Juan del Enzina. Mylena Pereira da Silva abordou a redenção diplomática pós-cativeiro cristão na Argel setecentista em nome de Allah.

ST 05 – Territorialidades, Paisagem e Natureza na Análise Histórica: André Vilaça Guerra Monteiro analisou "Os Sertões" de José de Alencar. David Durval Jesus Vieira discutiu o mal de cadeiras sob o olhar de Adolpho Lutz. Laureen Silva investigou os sistemas tradicionais de erva-mate na região centro-sul do Paraná.

ST 07 – Ditaduras Militares e Violações de Direitos da Classe Trabalhadora: Perspectivas na Análise dos Governos Autoritários no Brasil e na América Latina: Vitória de Oliveira Barroso Abunahman apresentou notas sobre a aplicação da política de arrocho salarial.

ST 08 – História Pública e Ensino de História: Luísa Moreira Palis Ventura comparou a história indígena nos livros didáticos brasileiros e nos manuais escolares portugueses à luz da teoria decolonial.

ST 09 – Mundos do Trabalho e Relações de Gênero no Brasil e no Exterior: Mulheres, LGBTQIA+ e Masculinidades: Jéssica Lopes de Assis investigou a presença feminina no Clube Palmares em Volta Redonda (1960-1970), enfocando gênero, raça e classe na “Cidade do Aço”.

ST 10 – Novas Abordagens em História Oral: Questões Teóricas e Metodológicas**: Francisca Cibele da Silva Gomes discutiu as narrativas orais das jovens trabalhadoras domésticas em Barras-Piauí entre 1980-1990. Jaciara Azevedo Rodrigues analisou as vivências e experiências dos ferroviários no Ceará (1957-1997). Maria Luisa Soares Marcolino e Cláudia Cristina do Lago Borges abordaram a política econômica do SPI sobre o Posto Indígena de Nísia Brasileira (1954 a 1967). Leonardo Norberto de Moraes explorou a tradição cafeeira da Serra de Baturité-CE a partir dos relatos de vida de seus sujeitos (1967-1990).

ST 11 – Regimes Autoritários no Século XX: Memória, Verdade e Justiça como Estratégias de Reparação: Antônio Daniel Correia de Araújo discutiu a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1959-1975). Maristela Costa Almeida da Silva apresentou "Memórias do Araguaia: de colaboracionistas a anistiados políticos", investigando as transformações nas narrativas e identidades dos envolvidos no conflito do Araguaia. Sergio Schargel analisou o discurso de Nápoles de Benito Mussolini dias antes da Marcha sobre Roma.

ST 12 – Narrar o Vivido, Escrever a História: Possibilidades para a Historiografia a Partir da Literatura do Testemunho: Eulália da Costa Guarinello apresentou o relato de viagem de Afonso Schmidt em “Zamir, Viagem ao Mundo da Paz”. Gabriela Monteiro da Costa discutiu a literatura woolfiana como questionamento do ser na modernidade, abordando identidade nacional e trauma. Lucas Sampaio Costa Souza explorou a consciência histórica do entre-lugar em "O Enigma da Chegada" de V.S. Naipaul. Tatiana Rodrigues Gama Russo discutiu o papel da imaginação na

literatura e na elaboração da violência, abordando autoficção, literatura de testemunho, pós-memória e história.

ST 13: “A Alegoria do Patrimônio”: Memória, Instituições e Políticas Públicas: Iasmin Castro de Souza compreendeu a comunidade zoroastriana através do espaço, discutindo paisagens da diáspora.

ST 16: História da Intelectualidade, das Representações e das Formas Artísticas e Literárias: Felipe José Souza Fernandes da Silva abordou o romance de formação na obra de Machado de Assis. Fernanda Monteiro discutiu a literatura pedagógica como um topos nos debates intelectuais acerca da formação do homem, subjetivando a infância e o ser criança. Gabriela Barros Vasconcelos e Pedro Cunha de Lira discutiram a literatura e seu potencial descolonizador. Gustavo Souza de Deus analisou as representações do Oriente no discurso de Alberto Franco Nogueira, Ministro do Estado Novo Português. Julia Lanzarini apresentou as transformações na vida noturna e teatral do Rio de Janeiro de finais do século XIX, enfocando o Alcazar Lyrique. Millene Pinheiro da Costa discutiu as representações políticas no Real Theatro de São João (Rio de Janeiro, 1813-1824). Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves analisou as memórias de João Silvério Trevisan em "Pai, Pai" (2017).

ST 17: História do Crime, da Polícia e da Justiça Criminal: Camila de Oliveira Farias discutiu a primeira turma de mulheres da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Gabriela Fernandes Petrungaro analisou os escritos de Epitácio Timbaúba sobre a polícia na década de 1940 no "Diário Carioca".

ST 18: História e Cultura dos Povos Indígenas: Questões de Pesquisa e Ensino: Francisco Silva Thiberio discutiu os conflitos na Terra Indígena Caititu em Lábrea, Amazonas (1985). Mateus Torelli Fidelis analisou os conflitos sociais entre reocupantes e populações indígenas no "Norte Pioneiro" do Paraná através de jornais como "Correio da Manhã" (RJ), "Diário da Tarde" (PR) e "O Paiz" (RJ) (1908-1912). Talita Gama de Magalhães apresentou fragmentos processuais e narrativas do Relatório Figueiredo (1963-1967).

ST 19: Novas Perspectivas Sobre a História Militar e da Guerra: Sujeitos e Instituições: Eden Pereira Lopes da Silva apresentou reflexões historiográficas conceituais sobre a Guerra Fria. Livia Claro Pires discutiu a disputa de narrativas no Brasil sobre a Primeira Guerra Mundial, enfocando a Liga Brasileira Pró-Germânia.

Gostaríamos de parabenizar aos pesquisadores pelos seus trabalhos. Esperamos que a jornada continue possibilitando novas trocas de aprendizados e que a pesquisa científica permaneça se fortalecendo.

Luana Camila da Silva Rosario
Programa de Pós- Graduação em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

ST 01 – HIERARQUIAS SOCIAIS E ESCRAVIDÃO NO BRASIL IMPÉRIO	12
O NEGRO NO IMAGINÁRIO CAMPISTA NO AUGO DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA NAS PÁGINAS DO MONITOR CAMPISTA E VINTE E CINCO DE MARÇO (1884-1888)	12
Danielle Tavares da Rocha	12
OS REGO BARROS DE PERNAMBUCO: LAÇOS POLÍTICOS E ACUSAÇÕES NO IMPÉRIO DO BRASIL	22
Ismaelene Maria Souza dos Santos	22
ESCRAVIDÃO NO BRASIL IMPÉRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LITERATURA E IMPRENSA DA ÉPOCA	32
Lara de Sousa Lutife	32
ST 02 – MUNDOS DO TRABALHO: EXPERIÊNCIAS, CONFLITOS DE CLASSE E AS QUESTÕES DE RAÇA E RACISMO NOS SÉCULOS XIX E XX	42
<i>DU GOUVERNMENT REPRESENTATIF</i> : A TEORIA DO GOVERNO REPRESENTATIVO DE FRANÇOIS GUIZOT NO JORNAL <i>O INDEPENDENTE</i> DE TORRES HOMEM (1832-1833)	42
Maria Eduarda Abreu Cavalcante	42
OS “MOLEQUES” NAS PÁGINAS DE <i>O JORNAL</i> : UMA RELAÇÃO ENTRE COR, TRABALHO E INFÂNCIA	54
Milena Alves de Souza	54
LITERATURA FEMININA E A DEFESA DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL OITOCENTISTA: POETISA NARCISA AMÁLIA DE CAMPOS	69
Olga Mattos de Lima e Silva	69
ST 03: REDES MERCANTIS: AS FORMAS DE ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA NAS COLÔNIAS IBÉRICAS	80
ALFORRIAS E PERMANÊNCIAS DO ANTIGO REGIME NO RIO DE JANEIRO ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX	80
Mirella Soraya Pinheiro Rodrigues de Oliveira	80
ST 04 – PRÁTICAS RELIGIOSAS E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO MUNDO MODERNO	90
O DEBATE HISTORIOGRÁFICO EM TORNO DA ATUAÇÃO DA JUSTIÇA CIVIL PORTUGUESA NOS CRIMES DE CONTRABANDO COMETIDOS POR NEGOCIANTES DO RIO DE JANEIRO	90
Beatriz Weisheimer de Mendonça	90
“ <i>SI DE GRAN FAMA LE AFAMO, DÍGALO SU GRAN PODER</i> ”: A NOBREZA DE ALBA DE TORMES NO CANCIONEIRO DE JUAN DEL ENZINA (1496)	103
Camille Ferreira Leandro	103
EM NOME DE ALLAH: A REDENÇÃO DIPLOMÁTICA PÓS-CATIVEIRO CRISTÃO NA ARGEL SETECENTISTA	112
Mylena Pereira da Silva	112

ST 05 – TERRITORIALIDADES, PAISAGEM E NATUREZA NA ANÁLISE HISTÓRICA ..	121
OS SERTÕES DE JOSÉ DE ALENCAR.....	121
André Vilaça Guerra Monteiro	121
ESTADO, CIÊNCIA E NATUREZA: O MAL DE CADEIRAS SOB O OLHAR DE ADOLPHO LUTZ	131
David Durval Jesus Vieira	131
OS BARÕES DA MODERNIDADE E OS SISTEMAS TRADICIONAIS DE ERVA-MATE: O CASO DA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ	142
Laureen Silva	142
ST 07 – DITADURAS MILITARES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA: PERSPECTIVAS NA ANÁLISE DOS GOVERNOS AUTORITÁRIOS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA	151
NOTAS SOBRE A APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE ARROCHO SALARIAL.....	151
Vitória de Oliveira Barroso Abunahman.....	151
ST 08 – HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA	163
A HISTÓRIA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E NOS MANUAIS ESCOLARES PORTUGUESES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA À LUZ DA TEORIA DECOLONIAL.....	163
Luísa Moreira Palis Ventura	163
ST 09 – MUNDOS DO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL E NO EXTERIOR: MULHERES, LGBTQIA+ E MASCULINIDADES	172
GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA “CIDADE DO AÇO”: A PRESENÇA FEMNINA NO CLUBE PALMARES (1960-1970).....	172
Jéssica Lopes de Assis	172
ST 10: NOVAS ABORDAGENS EM HISTÓRIA ORAL: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	184
INFÂNCIA, GÊNERO E TRABALHO: NARRATIVAS ORAIS DAS JOVENS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM BARRAS-PIAUI ENTRE 1980-1990	184
Francisca Cibele da Silva Gomes	184
MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE FERROVIÁRIOS NO CEARÁ (1957-1997)	199
Jaciara Azevedo Rodrigues.....	199
A POLÍTICA ECONÔMICA DO SPI SOBRE O POSTO INDÍGENA DE NÍSIA BRASILEIRA (1954 a 1967).....	209
Maria Luisa Soares Marcolino	209
Cláudia Cristina do Lago Borges	209
A PARTIR DO CAFÉ, PARA ALÉM DELE: ENTENDENDO A TRADIÇÃO CAFEEIRA DA SERRA DE BATURITÉ-CE A PARTIR DOS RELATOS DE VIDA DE SEUS SUJEITOS (1967-1990).....	222
Leonardo Norberto de Morais	222
ST 11: REGIMES AUTORITÁRIOS NO SÉCULO XX: MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA COMO ESTRATÉGIAS DE REPARAÇÃO	237

A FUSÃO DOS ESTADOS DA GUANABARA E DO RIO DE JANEIRO (1959-1975)	237
Antônio Daniel Correia de Araújo	237
MEMÓRIAS DO ARAGUAIA: DE COLABORACIONISTAS A ANISTIADOS POLÍTICOS.	247
Maristela Costa Almeida da Silva	247
O QUE DEFENDIA O FASCISMO DIAS ANTES DA MARCHA SOBRE ROMA? ANÁLISE DO <i>DISCURSO DE NÁPOLES</i> , DE BENITO MUSSOLINI	261
Sergio Schargel	261
ST 12: NARRAR O VIVIDO, ESCREVER A HISTÓRIA: POSSIBILIDADES PARA A HISTORIOGRAFIA A PARTIR DA LITERATURA DO TESTEMUNHO	272
“ZAMIR, VIAGEM AO MUNDO DA PAZ”: RELATO DE VIAGEM DE AFONSO SCHMIDT	272
Eulália da Costa Guarinello	272
IDENTIDADE NACIONAL E TRAUMA: A LITERATURA WOOLFIANA COMO QUESTIONAMENTO DO SER NA MODERNIDADE.....	283
Gabriela Monteiro da Costa	283
A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DO ENTRE-LUGAR EM <i>O ENIGMA DA CHEGADA</i> , DE V.S. NAIPAUL	297
Lucas Sampaio Costa Souza	297
AUTOFICÇÃO, LITERATURA DE TESTEMUNHO, PÓS-MEMÓRIA E HISTÓRIA – O PAPEL DA IMAGINAÇÃO NA LITERATURA E NA ELABORAÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	307
Tatiana Rodrigues Gama Russo	307
ST 13: “A ALEGORIA DO PATRIMÔNIO”: MEMÓRIA, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS	317
PAISAGENS DA DIÁSPORA: COMPREENDENDO A COMUNIDADE ZOROASTRIANA ATRAVÉS DO ESPAÇO	317
Iasmin Castro de Souza.....	317
ST 16: HISTÓRIA DA INTELLECTUALIDADE, DAS REPRESENTAÇÕES E DAS FORMAS ARTÍSTICAS E LITERÁRIAS.....	328
O ROMANCE DE FORMAÇÃO NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS	328
Felipe José Souza Fernandes da Silva	328
SUBJETIVANDO A INFÂNCIA E O SER CRIANÇA: A LITERATURA PEDAGÓGICA COMO UM <i>TOPOS</i> NOS DEBATES INTELECTUAIS ACERCA DA FORMAÇÃO DO HOMEM	338
Fernanda Monteiro.....	338
DESCOLONIZANDO O SABER: A LITERATURA E O SEU POTENCIAL DESCOLONIZADOR.....	353
Gabriela Barros Vasconcelos.....	353
Pedro Cunha de Lira	353
REPRESENTAÇÕES DO ORIENTE NO DISCURSO DE ALBERTO FRANCO NOGUEIRA, MINISTRO DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS.....	363
Gustavo Souza de Deus.....	363

ALCAZAR LYRIQUE: TRANSFORMAÇÕES NA VIDA NOTURNA E TEATRAL DO RIO DE JANEIRO DE FINAIS DO SÉCULO XIX	372
Julia Lanza-rini	372
HISTÓRIA E TEATRO: AS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS NO REAL THEATRO DE SÃO JOÃO (RIO DE JANEIRO, 1813 - 1824)	383
Millene Pinheiro da Costa	383
AS MEMÓRIAS DE JOÃO SILVÉRIO TREVISAN EM <i>PAI, PAI</i> (2017)	393
Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves	393
ST 17: HISTÓRIA DO CRIME, DA POLÍCIA E DA JUSTIÇA CRIMINAL	402
A PRIMEIRA TURMA DE MULHERES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	402
Camila de Oliveira Farias	402
A POLÍCIA NA DÉCADA DE 1940: OS ESCRITOS DE EPITÁCIO TIMBAÚBA NO DIÁRIO CARIOCA.....	411
Gabriela Fernandes Petrungaro	411
ST 18: HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS: QUESTÕES DE PESQUISA E ENSINO	424
EM BUSCA POR JUSTIÇA: OS CONFLITOS NA TERRA INDÍGENA CAITITU EM LÁBREA - AMAZONAS (1985)	424
Francisco Silva Thiberio.....	424
O “NORTE PIONEIRO” DO PARANÁ E AS RELAÇÕES ENTRE REOCUPANTES E POPULAÇÕES INDÍGENAS: REFLEXÕES SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS ATRAVÉS DOS JORNAIS <i>CORREIO DA MANHÃ</i> (RJ), <i>DIÁRIO DA TARDE</i> (PR) E <i>O PAIZ</i> (RJ) (1908-1912)	438
Mateus Torelli Fidelis	438
FRAGMENTOS PROCESSUAIS: NARRATIVAS DO RELATÓRIO FIGUEIREDO (1963-1967)	453
Talita Gama de Magalhães	453
ST 19: NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA MILITAR E DA GUERRA: SUJEITOS E INSTITUIÇÕES	467
GUERRA FRIA- REFLEXÕES CONCEITUAIS HISTORIOGRÁFICAS DE UMA DISCUSSÃO PRESENTE.....	467
Eden Pereira Lopes da Silva.....	467
A LIGA BRASILEIRA PRÓ-GERMÂNIA E A DISPUTA DE NARRATIVAS NO BRASIL SOBRE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	481
Livia Claro Pires	481

ST 01 – HIERARQUIAS SOCIAIS E ESCRAVIDÃO NO BRASIL IMPÉRIO

O NEGRO NO IMAGINÁRIO CAMPISTA NO AUGE DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA NAS PÁGINAS DO MONITOR CAMPISTA E VINTE E CINCO DE MARÇO (1884-1888)

Danielle Tavares da Rocha¹

Resumo:

Este trabalho visa perceber como o negro era representado nos anos finais da escravidão por dois jornais muito diferentes: *Vinte e Cinco de Março*, jornal abolicionista cujo redator era acusado de acoitar escravizados, mandar pôr fogo em canaviais, dentre outras coisas, e o *Monitor Campista*, jornal de situação, aparentemente emancipacionista, pretensamente neutro, repleto de anúncios que envolviam compra, venda, aluguel e fuga de escravos. Por meio de uma perspectiva comparada, pretende-se descobrir similaridades e diferenças entre os jornais, e como eles se influenciavam mutuamente.

Palavras-chave: Escravidão, abolicionismo, Campos dos Goytacazes

Introdução

O abolicionismo na cidade de Campos dos Goytacazes, cidade do interior do Rio de Janeiro que muito dependia do cultivo da cana de açúcar, é pouco estudado. Os trabalhos a respeito são *Rebeldia Negra & Abolicionismo*, de Lana Lage Lima (1981); a dissertação de mestrado de Tanize Monnerat (2013), *Abolicionismo em ação: O Jornal Vinte e Cinco de Março de Março em Campos dos Goytacazes 1884-1888* e minha monografia (ROCHA, 2022), *O teatro oitocentista e as manifestações abolicionistas em Campos dos Goytacazes (1884-1888)*. Todos esses trabalhos têm como uma de suas fontes principais o *Vinte e Cinco de Março*, e nenhuma o *Monitor Campista*, jornal que gozava de muita credibilidade na época.

Esses dois jornais, tão diferentes, são analisados no mesmo espaço-tempo, num mesmo contexto, mas de lados opostos. Nos anos finais da escravidão, os escravos daquela região eram muito temidos, e a luta entre abolicionistas e escravagistas muito renhida desde antes da campanha abolicionista (LAGE, 1981, p.25). Neste pano de fundo, cada jornal defendia o que cabia a cada um e seus interesses, e o chamado “quartel general da abolição”, expressão enunciada pela primeira vez pelo deputado Andrade Figueira (RODRIGUES, 1988, p.108), foi palco de muitos eventos: prisão de abolicionistas, fogo nos canaviais, tiroteio e mortes em conferência no teatro Empyreio,

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada, UFRJ. Bolsista pela CAPES. Endereço eletrônico: danielletdrocha@hotmail.com

açoitamento de escravizados. E quando relacionado ao jornal, *Vinte e Cinco de Março*, apesar das tentativas de impedimento de publicação e divulgação por meio de empastelamento e batidas policiais, era um bi-semanário que permanecia firme, denunciando crimes contra escravizados e nomeando seus algozes, defendendo o direito a fuga dos cativos, criticando a tudo e a todos que defendiam a permanência da escravidão.

A discussão sobre o abolicionismo em Campos se iniciou, no mínimo, em 1870, quando foi fundada a primeira sociedade abolicionista campista por Miguel Heredita de Sá, de nome Ypiranga, por ocasião de comemoração pelo fim da Guerra do Paraguai, conseguindo libertar apenas uma criança (LIMA, 1981, p.84). Em 1881, foi fundada outra em reunião de mais de 20 cidadãos, a Sociedade Campista Libertadora, que elegeu um presidente e um orador que não aceitaram o cargo. O orador era Luiz Carlos de Lacerda, que viria a se tornar líder de suma importância pela causa na cidade. Lacerda, nascido em 1853, era pertencente à família de letrados” e delegado da cidade em 1880, além de comendador do império.

No dia 29 de julho de 1881, Lacerda publicou na sessão “A pedido” do *Monitor Campista* a explicação por não ter aceito o cargo: ele acreditava que os escravos precisavam ser educados para a liberdade e não estavam preparados para ela - sem instrução não poderia haver liberdade. Em suas palavras:

Com taes elementos, tratar-se da extincção momentanea do elemento servil, é amesquinhar-se a idéa e redicularisar-se a liberdade. Como conceder-se a liberdade á quem não sabe comprehende-la, nem defini-la? É querer edificar-se sobre a arêa, é construir-se um edificio sem bases. (MONITOR CAMPISTA, 29 de julho de 1881, p.1)

A liberdade aparecia como um perigo, tal qual uma arma de fogo nas mãos de uma criança, segundo Lacerda. Ainda assim, ele se mostra contra a escravidão, mas prescrevia que a abolição fosse feita quando os escravos estivessem devidamente educados. O seu desejo era: “Nós queremos, que se extirpe o cancro, sem que a gangrena vá contaminar o organismo da nova sociedade”.

Não sabemos o que aconteceu, mas três anos após essas declarações, ele teve brusca mudança de pensamento e atitude, já que passou a lutar pela abolição imediata e sem indenizações, o que é demonstrado pelo próprio jornal que fundou, o *Vinte e Cinco de Março*.

O *Vinte e Cinco de Março* e o *Monitor Campista*

O *Vinte e Cinco de Março*, fundado em 1884 pelo próprio Lacerda, o nome sendo uma homenagem a libertação do Ceará, representava o abolicionismo que defendia (imediato e sem indenizações). O jornal expunha e ameaçava os escravistas da região. Lacerda, que também fundou

no mesmo ano o Clube Abolicionista Luiz Carlos de Lacerda, fazia qualquer esforço possível para alcançar a abolição, apoiando qualquer um que contribuísse em favor da causa (PEIXOTO, 1984 apud MONNERAT, 2013, p. 39), o que se assemelha a Patrocínio, seu conterrâneo e amigo, que segundo Machado (2014, p. 38), embora criticasse o imperador e a princesa, mudava a tônica quando visualizava que eles podiam tomar providências relacionadas à abolição. O *Vinte e Cinco* constantemente transcrevia matérias dos jornais de Patrocínio, e acontecimentos de Campos viraram pauta na imprensa da Corte por intermédio de Patrocínio, que explanava no jornal em que atuava.

O jornal, além de fonte, também é um agente histórico, pois intervinha na sociedade e propagava as ideias abolicionistas (MONNERAT, 2013, p.5-6). O jornal abolicionista foi alvo de ataques, como quando houve atraso na entrega devido a batida policial na tipografia (VINTE E CINCO DE MARÇO, 4 de novembro de 1884, p. 4) ou na invasão e depredação da mesma, com troca de tiros (SALGADO, 1988, p. 113-114). Por mais que a maior parte da população fosse iletrada, a mobilização popular demonstra que de alguma forma, aquelas ideias se popularizaram. Monnerat (2013, p. 51) afirma que livrarias e tipografias eram lugares ideais para socialização entre pessoas de pensamento semelhante, e nos locais de venda, aconteciam leituras em voz alta de parte do jornal, quando a venda dos periódicos era anunciada. O relacionamento entre tipografia e leitores é expresso por denúncias feitas ao jornal sobre os senhores de escravos, tendo sido feitas pela população não só livre, como escrava, que podia ir atrás de assistência jurídica ou acolhimento após fuga (MONNERAT, 2013, p. 52). Rafaela Machado (2012, p. 119-120) ao analisar Auto de Perguntas feitas aos escravos do Comendador Julião Ribeiro de Castro, descobre que em 1877 houve um levante, e o negro Manoel do Sacramento afirmava que o motivo era que tinha lido no *Monitor Campista* que a escravidão havia acabado. Exigia não só sua liberdade, mas também o salário devido ao tempo de trabalho correspondente. Apesar de incomum, podemos encontrar casos de escravos que sabiam ler, e sabendo, compartilhavam com outros escravos o que sabiam, tendo provocado assim uma rebelião. Nos anúncios de fuga do *Monitor Campista* é possível encontrar nas descrições um ou outro que soubessem ler e escrever, o que demonstra a possibilidade de escravos serem alfabetizados. Barbosa (2010, p. 80), aponta que para exercer algumas profissões, como de pedreiro e carpinteiro, o uso de códigos e números eram imperativos, demonstrando certo letramento. Além do que, todos os escravizados sabiam a importância da escrita, já que era um papel com determinadas palavras que determinava a sua liberdade ou não (BARBOSA, 2010, p. 89).

O *Vinte e Cinco de Março*, tendo sido criado para defender os ideais abolicionistas, expunha os comportamentos dos senhores, muitas vezes sob o título de “Barbaridades”, denunciando-os,

fazendo questão de exibir seus nomes, às vezes até endereços. No dia 20 de julho de 1884, uma senhora é denunciada por, em plena madrugada, seviciar sua escravizada das 3 até as 6 da manhã. O redator afirma ter sido chamado para ser testemunha do fato, o que demonstra que os únicos que poderiam fazer algo eram eles, já que a polícia não é sequer mencionada. Ainda é levantada uma questão importante: “Se aqui no centro da cidade dão-se desses factos, o que irá ahi por esses centros, onde se assassinam e enterram nas mattas os cercados pobres escravizados?” (VINTE E CINCO DE MARÇO, 20 de julho de 1884, p.4).

O *Monitor Campista* foi fundado em 1834, inicialmente com o nome de *O Campista*, tendo durado 175 anos, 100 destes como diário oficial de Campos e de outras cidades. O jornal diário se dizia neutro e imparcial, aos moldes do *Jornal do Comércio*, e por isso era criticado pelo *Vinte e Cinco de Março*. Raras são as vezes em que o *Monitor* trata de maus tratos a escravizados, diferentemente do *Vinte e Cinco* que o fazia em quase todas as suas edições. Dessa forma, o silêncio do *Monitor* garantia “alfinetadas” do jornal abolicionista, que não se calava. Emancipacionista, focava nos perigos que a lavoura campista sofreria com uma abrupta abolição, optando por defender o fim da escravidão de forma gradual, e com indenização, totalmente oposto ao que o jornal de Lacerda defendia, e por isso, tinha sua postura ironizada no *Vinte e Cinco* (MONNERAT, 2013, p. 103).

Com o título “IMPrensa IMPARCIAL E INDEPENDENTE”, o *Vinte e Cinco de Março* critica o *Monitor*, transcrevendo notícia dada por ele sobre o festival abolicionista que havia sido realizado. A notícia parece insuficiente para Lacerda:

Se tratasse de alguma soirée, promovida por algum medalhão, em atenção á uma vaidosa banalidade; um annuncio de escravizado fugido, uma noticia falsa fornecida por algum vagabundo, réo de policia, minuciosos detalhes as distinguiriam, pela forma e estylo, mas, como as festas abolicionistas não estão neste caso, por isso desaparece a imparcialidade e independencia para dar lugar ao seu silencio. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 4 de janeiro de 1885, p.3)

Ou seja, o autor acreditava que se fosse qualquer outra coisa, teria mais destaque e detalhe, mas se tratando dos abolicionistas, seria dito o menos possível. As críticas continuavam nessa mesma publicação, devido aos elogios que o *Monitor* oferecia aos que libertavam escravos, se limitando a apenas dizer o nome dos libertos, o que indicaria que não se tratava da celebração da liberdade em si, mas apenas de inflar o ego dos seus amigos “philantropicos, humanos, ilustrados, etc.”. O *Vinte e Cinco* também anunciava alforrias, mas só as que considerava dignas de elogio, criticando as que julgava terem interesses por trás, como as de idosos que pela idade já não serviriam para o trabalho.

Ainda que raro, o *Monitor* noticiava maus tratos. Como a do menino Theodoro, quando procurado pelo Carlos de Lacerda, e o caso de Cyrillo, um preto moço que teria sido enviado até eles (não há menção de por quem) muito seviciado, o que teria sido exposto às autoridades competentes. Atitudes de senhores como esta já não condiziam mais com a época, segundo o

jornal, e prejudicavam os possuidores de escravos, pois dessa forma não seriam vistos com bons olhos. A opinião pública é conclamada: “Hoje o que mais devem temer os senhores rigorosos não é a sanção penal, porém a sanção moral da opinião pública, que à vista de tais factos sem mais reflexão pode lançar-se contra elles” (MONITOR CAMPISTA, 29 de janeiro de 1885, p. 2). Ou seja, a preocupação do *Monitor* usualmente está relacionada ao senhor e à escravidão, enquanto a preocupação do *Vinte e Cinco de Março* está voltada ao escravizado, opondo-se ao senhor. Ainda que a relação entre os dois jornais não fosse ruim, e Lacerda até publicasse no *Monitor* anúncios de eventos e textos no “A pedidos”, existia uma série de desavenças que as vezes eram expressas e redigidas nas páginas desses periódicos.

A utilização da História Comparada na representação do Outro

Por meio de dois periódicos tão diferentes, um de natureza opinativa e doutrinária, e outro de pretensa neutralidade, pretendemos identificar mais a fundo suas diferenças e semelhanças (BLOCH, 1998, p.121), utilizando um para melhor iluminar o outro (BARROS, 2014, p. 17). Os dois jornais têm perspectivas diferentes, mas isso não impede de haver semelhanças, visto que são produtos do homem em um determinado tempo e em uma determinada localidade, até porque, tanto Morel e Barros (2003, p. 89) quanto Barbosa (2010, p. 105, 107) vão perceber que a disseminação de racismo e preconceito contra os negros são observáveis em jornais de todos os tipos, inclusive os que defendiam o fim da escravidão. Além disso, ambos os jornais vão tratar de assuntos parecidos, mas de perspectivas diferentes, o que é enriquecedor e pode revelar muito sobre a sociedade campista naquele momento.

Uma forma de conceber o Outro parte dos conceitos de Desigualdade e Diferença, trazidas por Barros (2008). Pela ótica da desigualdade, os negros estariam escravos, aquilo era uma condição que os inferiorizava, enquanto pela ótica da diferença, a cor da pele determinaria aquelas pessoas, eles seriam escravos e inferiores, sem possibilidade de reversão.

No *Monitor Campista*, o negro aparece no noticiário recorrentemente como criminoso, principalmente no papel de assassino, nos anúncios de fugas explicita-se também outro tipo de crime, além de anúncios de venda e aluguel, ou de “precisa-se”. O ser negro está então atrelado firmemente a ideia de escravo, excetuando-se casos em que são apresentados negros célebres que nunca são brasileiros, e os livres que cometeram algum tipo de atrocidade, revelando uma ótica de Diferença, já que independente do estatuto jurídico os negros aparecem recorrentemente cometendo atos infames. Já no *Vinte e Cinco de Março* podemos observar o negro numa postura de vítima, o escravizado aparece como necessitado que precisa de ajuda para sair do estado de escravidão, revelando uma ótica de Desigualdade. Quando noticiadas torturas terríveis, há a

culpabilização dos senhores na possibilidade de algum tipo de rebelião, de certa forma ameaçando e legitimando o comportamento do revoltoso:

“Não gritem, os escravagistas depois, quando os escravizados assassinarem feitores e senhores barbaros— é o abolicionismo: esquecendo-se que as causas de taes assassinatos são os crimes dos algozes que revoltam as victimas” (VINTE E CINCO DE MARÇO, 26 de junho de 1884, p.4).

Além disso, os abolicionistas afirmam como suas próprias mortes podem ser honrosas se em nome do movimento, como se não houvesse medo, além de elogiar o líder da Revolução Haitiana, que acarretou a morte de muitas pessoas brancas:

Temos plena certeza de que o nosso sangue não será um desanimo, ao contrario servirá de estímulo.

Toussaint-L'Ouverture, quando trahido e aprisionado, disse altivamente aos soldados do grande miseravel, que se chamou Napoleão I:

<<Pensaes vós que, arrencando-me da patria, desarraigastes a arovre da liberdade? Estaes enganado; cortaste-lhes apenas um dos galhos. Eu plantei-a tão fundamente que nem toda a França terá força bastante para arrancal-a.>>

O negro heróe e martyr tinha razão: Apesar de todas as violencias, apesar de todas as crueldades, a escravidão desapareceu no Haiti, para deixar logar a uma republica prospera e gloriosa. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 5 de junho de 1884, p.2)

A interação entre os dois jornais é reconhecida com ciência de que não há uma influência linear, nem uma transferência de um a outro (BARROS, 2014, p.126). Exemplificando uma interação, o *Vinte e Cinco de Março* critica especificamente um anúncio de fuga no *Monitor* em que constam apenas escravizados com mais de 60 anos, o que segundo o próprio título da notícia “É O CUMULO DA IMMORALIDADE!”, deveria ser uma vergonha, por se tratar de inválidos que trabalhavam excessivamente, das duas da madrugada até meia noite, os vizinhos podendo ser testemunhas. Os maiores de 60 anos eram usualmente tratados como inválidos por esse jornal, e a revolta que demonstram nesse caso é imensa, sempre demonstrando o papel de vítima dos escravizados:

Ocorre ainda que esses infelizes mal alimentados, quasi nús, apresentam o aspecto de verdadeiras mumias ambulantes, que ao menor sopro de uma aragem mais forte estarão prostrados por terra.

A coragem desse moço está bem patente no tal annuncio, onde não se envergonhou de vir perante o publico, dizer, que tinha como escravizados na fazenda de sua mãe, homens e mulheres, maiores de 60 annos, invalidos e aleijados.

Que immoralidade!

Á quanta degradação não obriga a escravidão, em todas as suas relações particulares, civis e politicas!!

Entretanto, elle que não tem a menor humanidade para essa gente cansada, extenuada de soffrimentos e de longos e pesados serviços, promette uma gratificação á quem apprehender esses cadaveres, que á custo se movem, uns pela idade avançada, outros pela invalidez e deformidades dos seus organismos! (VINTE E CINCO DE MARÇO, 9 de novembro de 1884, p. 3)

Este é um exemplo de embate entre os jornais, que demonstra como seus programas são diferentes, e como a visão que por eles é construída sobre o negro também. Para o *Monitor* não importa as condições ou a idade dos fugitivos anunciados, provavelmente não há nenhum tipo de seleção para anúncios, que são dos mais diversos. Talvez o mais importante para o *Monitor* fosse a receita que advinha dos anúncios, reproduzindo assim a ideia do outro, o negro como mercadoria, como um animal que fugiu e que tinha um bom valor de recompensa caso recuperado.

O negro no imaginário campista

Uma influência thompsoniana nesse trabalho é a utilização do conceito de paternalismo. Embora não tenha sido ele o criador, ele constrói o conceito de forma até mesmo a expor a semelhança entre duas descrições: da *gentry* inglesa e senhores de escravos no Brasil. Trata-se de uma via de mão dupla, ainda que assimétrica: os senhores seriam “bondosos”, ao que os escravizados encaravam como direito, de acordo com Chalhoub (2011, p. 168), e os escravizados teriam que replicar sendo obedientes. Essa ideologia era pregada dessa maneira, enquanto na realidade se tratava de negociações, também pela preocupação com a manutenção da mão de obra, segundo Machado (2014, p. 194). Chalhoub (2011, p. 56) demonstra que os escravizados não admitiam certos comportamentos e reivindicavam seus direitos fosse pela fuga, violência, ou pelas denúncias jurídicas. Sendo assim, observamos então uma retórica paternalista, do senhor que presenteia sua escravaria com benesses, de uma sociedade que não aceitaria castigos severos ou sem motivo, sendo esses casos excepcionais recriminados, a alforria seria um favor ao qual o escravizado deveria ser eternamente grato. Encaramos aqui de forma diferente: essas eram medidas necessárias para manter a paz, sem ânimos exaltados, sem insubordinação. Não seriam atitudes humanitárias, mas tentativas de manter o controle, de impedir o que os amedrontava, que eram as revoltas e assassinatos que não raro eram noticiados nos jornais, principalmente no *Monitor Campista*.

No *Monitor*, quando o caso de Theodoro, um escravizado de 14 anos que fora severamente castigado, há a ênfase na excepcionalidade do caso de um senhor bárbaro. As descrições da escravidão costumavam ser brandas, e as alforrias muito elogiadas, como dádiva, bem como constata Roger Silva (2017, p. 236, 238) ao estudar sobre a abolição no *Jornal do Commercio*. No *Vinte e Cinco de Março*, embora as alforrias também apareçam como benesses elogiadas, a busca por elas parece incessante, e não há a justificativa para a continuação da escravidão que há no *Monitor*, que seria o não preparo dos escravos pela liberdade. Embora o *Vinte e Cinco* defendesse a educação do negro, essa não seria pré-requisito para a libertação. Na verdade, o jornal abolicionista acredita que os senhores são quem precisam de educação para saber tratar os colonos (VINTE E CINCO DE

MARÇO, 15 de fevereiro de 1885, p. 2). Mesmo com o elogio das alforrias, o *Vinte e Cinco* faz uma crítica a algumas: “Estes escravocratas.... estes escravocratas, nem dormindo se esquecem dos escravizados e quando se *esquecem*, a sua filantropia é dos 60 anos em diante, como o visconde de S. Sebastião com os escravizados Maria e Themoteo” (VINTE E CINCO DE MARÇO, 15 de junho de 1884, p.4).

A ênfase do *Monitor* na falta de preparação do negro para a liberdade advinha justamente do mito que o mesmo propaga de que o negro teria tendência ao ócio, vagabundagem e alcoolismo. Há uma clara diferença entre ambos os jornais em sua retórica paternalista, como podemos ver. Ainda assim, o jornal abolicionista além da “retórica da dádiva”, termo usado por Silva (2017, p. 236, 238), se coloca na posição de salvador que mediará esses conflitos entre senhores e escravizados, de forma paternalista. Ainda assim, o *Vinte e Cinco de Março* reconhece, ainda que indiretamente, a ação escrava, já que reconhece e legitima a fuga de escravos, ao afirmar que não constitui delito no Código Criminal. Defendeu inclusive, João Pinto, um escravizado que matou um capitão do mato, como legítima defesa. No direito a presunção seria de liberdade, constituindo crime a tentativa de captura, portanto: “*Se a lei deve ser respeitada em todas as suas manifestações, o escravizado tem o direito de assassinar o capitão do mato, quando por este é agredido á pretexto de foragido*” (VINTE E CINCO DE MARÇO, 5 de novembro de 1885, p. 3).

Enquanto um defendia até o direito a fuga, o outro anunciava fugas com bastante frequência. No ano de 1884, a quantidade de anúncios desse tipo foi 395 e em 1885, 439. O jornal, que possuía uma ou duas páginas só para anúncios, das suas quatro e às vezes seis, provavelmente dependia deles, ou com eles lucrava. De qualquer forma, os anúncios não só de fuga, mas compra, venda e “precisa-se” relacionados a escravizados eram deveras frequentes. O *Vinte e Cinco de Março* não aceitava esse tipo de anúncio, bem como os jornais em que Patrocínio atuava (pelo menos enquanto atuava neles), o que não era incomum à época, justamente pela receita gerada que podia ser essencial para manutenção de jornais, mesmo aqueles que defendiam a abolição. Sendo assim, realmente não era do interesse dos proprietários do *Monitor* que a escravidão e essa fonte de renda acabassem.

Considerações Finais

O imaginário sobre o negro nos dois jornais aqui apresentados é muito diferente. Para o abolicionista, seriam vítimas necessitadas de resgate, merecedores da liberdade que seria antes de tudo um direito, mas que em determinadas circunstâncias eram agentes, fugindo, se defendendo. Para o emancipacionista, mais escravista do que tudo, o negro não estaria preparado para a liberdade, como se faz mostrar em todos as seções do jornal. Similarmente ao que Lília Schwarcz

relata em seu livro *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, no editorial apareciam como problema a ser resolvido quando ocorrida a abolição, no noticiário como criminosos, ladrões, suicidas, assassinos, e nos anúncios são escravizados fugitivos, ou meros objetos à venda, aluguel ou necessidade.

Graças a essas diferenças, são recorrentes os embates entre eles, cada um mostrando seu lado e seus próprios interesses, que com o estudo vão sendo desvelados. Ainda em construção, esse trabalho tem muito o que elaborar e o que resgatar. Afinal, quais são as marcas que os negros deixaram nesses jornais, eles próprios? Essa é uma pergunta que pretendemos ainda responder.

Referências

Fontes

Monitor Campista. Campos dos Goytacazes. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030740&pagfis=1598>.

MONITOR CAMPISTA, 29 de julho de 1881, seção A pedido, p.1

MONITOR CAMPISTA, 29 de janeiro de 1885, seção Noticiário, p. 2

Vinte e Cinco de Março. Campos dos Goytacazes: Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=739600x&pagfis=375>.

VINTE E CINCO DE MARÇO, 4 de novembro de 1884, seção Noticiário, p. 4

VINTE E CINCO DE MARÇO, 4 de janeiro de 1885, seção Noticiário, p.3

VINTE E CINCO DE MARÇO, 20 de julho de 1884, seção Noticiário, p.4

VINTE E CINCO DE MARÇO, 26 de junho de 1884, seção Noticiário, p.4

VINTE E CINCO DE MARÇO, 5 de junho de 1884, seção 25 de Março, p.2

VINTE E CINCO DE MARÇO, 9 de novembro de 1884, seção Noticiário, p. 3

VINTE E CINCO DE MARÇO, 15 de fevereiro de 1885, seção 25 de Março, p. 2

VINTE E CINCO DE MARÇO, 15 de junho de 1884, seção Noticiário, p.4

VINTE E CINCO DE MARÇO, 5 de novembro de 1885, seção Noticiário, p. 3

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

_____. Emancipacionismo e abolicionismo. **Cultura**, vol. 25. 2008.

BLOCH, M. Para uma História Comparada das Sociedades Europeias. In: **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma História das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LIMA, Lana Lage. **Rebeldia Negra & Abolicionismo**. RJ: Achiamé, 1981.

MACHADO, Humberto. **Palavras e Brados José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 11-77.

MONNERAT, Tanize do Couto Costa. “Abolicionismo em ação: O Jornal Vinte e Cinco de Março de Março em Campos dos Goytacazes 1884-1888”. **Dissertação (Mestrado em História Social)** – UNIRIO/PPGH, 2013.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, Rafaela. O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). **Dissertação de mestrado- Programa De PósGraduação em Sociologia Política Universidade Estadual Do Norte Fluminense**, Campos dos Goytacazes, 2012.

ROCHA, Danielle. **O teatro oitocentista e as manifestações abolicionistas em Campos dos Goytacazes (1884-1888)**. Monografia ESR- Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2022.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Campos na taba dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1988

SANTOS, Orávio de Campos. A imprensa na Velha Província 170 anos do “Monitor Campista”. O terceiro jornal mais antigo do país e a morte misteriosa do jornalista Francisco Alypio. **Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM E II Ibérico**, v. IV, 2005

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras. 1987.

SILVA, Roger. Em nome da ordem: o Jornal do Commercio e as batalhas da abolição. **Tese (Programa de Pós-graduação em História da UFF)**. Niterói, 2017.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OS REGO BARROS DE PERNAMBUCO: LAÇOS POLÍTICOS E ACUSAÇÕES NO IMPÉRIO DO BRASIL

Ismaelene Maria Souza dos Santos²

Resumo:

Quem se debruça para estudar a respeito da política durante o Império do Brasil em Pernambuco, nota a quantidade de vezes que os sobrenomes de algumas famílias se destacam em meio ao poder político e a influência constante em meio aos corredores palacianos. Algumas delas sendo os Rego Barros. Dessa forma, buscaremos analisar como esses indivíduos, por vezes mais especificamente o Barão da Boa Vista, ascendeu e se mantinha no poder. A partir desse contexto, a apuração ocorrida busca analisar os elos e as reações que fazem as pessoas se cruzarem em determinados momentos, usando-o como um fio condutor, tentando traçar os conflitos, intenções e as alianças desses indivíduos. Ademais, utilizaremos dos jornais que estão alocados na plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para investigarmos, como também a partir de nomes preestabelecidos através das leituras bibliográficas realizadas.

Palavras-chave: Pernambuco; Política; Século XIX; Crimes.

Introdução

Avenida Conde da Boa Vista, Palácio do Governo de Recife, Teatro Santa Isabel: as pessoas que permeiam e transitam por tais espaços não se perguntam e nem imaginam que as suas construções foram edificadas com mão de obra escravizada ou quais foram os projetos políticos necessários para a sua realização. Desse modo, a concretização dessas ações foi estabelecida durante o período do governo do Barão (futuro Conde) da Boa Vista como presidente da Província de Pernambuco (1837-1844), de nome: Francisco do Rego Barros.

Quando estudamos detidamente a respeito da política de Pernambuco no decorrer do Império do Brasil, avistamos uma quantidade de ocorrências sobre algumas famílias com sobrenomes que se destacam nas malhas de poder e influenciam de modo eficaz o meio político imperial, sendo uma dessas famílias, os Rego Barros, parentes dos Cavalcanti de Albuquerque, dos quais eram a família com o único caso de três irmãos senadores na História do Brasil. Partindo do que informou Nabuco, Amaro Quintas (2011, p. 192) chegou a dizer que as duas famílias, juntas, queriam enfeudar Pernambuco durante as suas estratégias de poder em Pernambuco. Assim, uma dessas estratégias que esses indivíduos faziam para sair em vantagem acima de outros era o furto de escravizados. Como estudamos com Marcus Carvalho:

Não obstante, num ponto tanto os Conservadores ("Guabirus"), quanto os Liberais ("Praieiros") concordavam; o furto de escravos assumira proporções alarmantes principalmente durante o governo conservador do Barão (depois

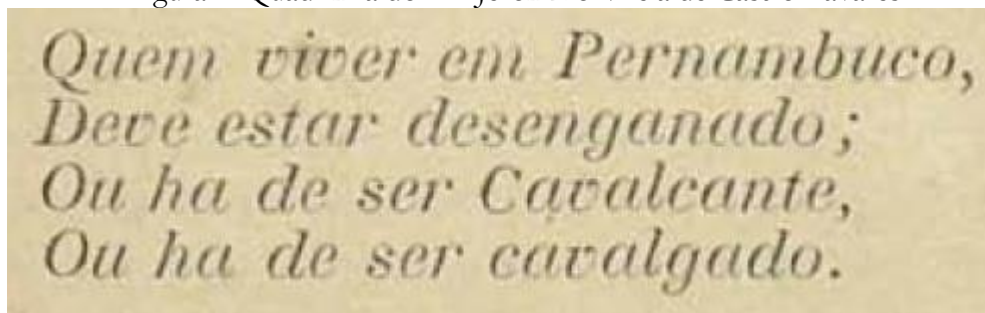
² Graduanda no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Católica de Pernambuco. O projeto é vinculado e financiado pelo Programa Pernambuco na Universidade (PROUNI-PE), como também, ao PIBIC/UNICAP. E-mail: ismaelenemaria21@yahoo.com

Conde) da Boa Vista, na primeira metade daquela década. Significativamente, nestes crimes viram-se envolvidos membros das famílias mais importantes da província, indo desde um irmão do próprio Barão, até nomes como Paes Barreto, Wanderley, Carneiro de Albuquerque, Gusmão de Moura, e Cavalcanti, enfim a fina flor da sociedade local. Estes furtos, e outros crimes, foram encobertos pelos Conservadores devido ao monopólio que exerciam sobre os cargos policiais na província, para os quais, no governo do Barão, eram muitas vezes nomeados estes mesmos senhores de engenho [...] (1987, p. 92).

Assim, os seus tentáculos iam criando forma, se entrelaçando nas cadeiras do Senado Imperial. De tal forma que, somados aos parentes de Alagoas e Paraíba, os aliados pernambucanos como Araújo Lima, os próprios Rego Barros, Maciel Monteiro e Nabuco de Araújo (que começou a carreira em Pernambuco sob a proteção deles), formavam uma bancada de quinze senadores em meados do século XIX (TAUNAY, 1978, p. 160). Um dos pontos principais, e que não perderemos de vista neste trabalho, é as alianças trabalhadas pelos Rego Barros com os seus aliados de ocasião.

Em vista disso, o monopólio de poder era tão grande que havia uma quadrinha que se fez presente em Pernambuco, que dizia: “Quem vive em Pernambuco/ Deve estar desenganado/ Que ou há de ser Cavalcanti/ Ou há de ser cavalgado”. O autor da mesma era um professor, advogado, jornalista, político e poeta satírico de nome Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares. Essa criação poética só faz afirmar o grande poderio que essas famílias, principalmente juntas, tinham na Província de Pernambuco, representando a força e o protagonismo que os Cavalcanti de Albuquerque tinham no século XIX.

Figura 1. Quadrinha do Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares.



Fonte: Dicionario Biographico de Pernanmbucanos Celebres. Recife: Typographia Universal, 1882. p. 435.

A necessidade de nos debruçarmos sobre essa problemática é a situação do principal foco de alguns historiadores sobre o recorte que antecede a Revolução Praieira, por muito tempo, tem sido a oposição aos Cavalcanti de Albuquerque, como era o caso dos que assumiam o lado dos praieiros. Aqui, indo da perspectiva dos vilões que atuaram anteriormente à Insurreição Praieira, o nosso objetivo é analisar como esses indivíduos, mais especificamente Francisco do Rego Barros (futuro Conde da Boa Vista), se mantinha no poder por longo tempo através de suas conexões

políticas, principalmente durante sua atuação como presidente na Província de Pernambuco, e o privilégio que o mesmo tinha para realizar crimes e sair sem penalidades, sendo um deles, o constante furto de escravizados.

Para a construção da presente discussão, utilizamos os jornais e os Annaes do Parlamento Brasileiro que estão depositados na plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para investigarmos, sendo eles, os periódicos: o *Diário Novo*, *Diário de Pernambuco*, a partir de nomes preestabelecidos através das leituras bibliográficas sobre Francisco do Rego Barros, Barão da Boa Vista, e outros nomes de pessoas próximas a ele. Alguns autores foram introduzidos a este estudo, entre eles: Amaro Quintas, Joaquim Nabuco, Manolo Florentino, Paulo Cadena, Bruno Câmara e Marcus J. M. de Carvalho, a fim de analisar as ambições e crimes que esses indivíduos cometiam e que eram expostos nas páginas do contexto político do Brasil Imperial.

Para compreendermos essas relações, utilizaremos o conceito de rede que será entendido da mesma forma como Imízcoz e Oliveri Korta colocaram, sendo: “um termo que utilizamos para nos referir ao conjunto de relações que põem em conexão umas pessoas com outras” (2010, p. 48). Além disso, a partir desse contexto, a apuração ocorrida busca analisar os elos e as reações que fazem as pessoas se cruzarem em determinados momentos, como ensina Carlos Ginzburg, indo do diferencial entre todos: o nome., usando-o como um fio condutor, tentando traçar os conflitos, intenções e as alianças desses indivíduos, para assim, formar sua rede de interesse político. De modo que, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989, p. 175).

O Barão da Boa Vista

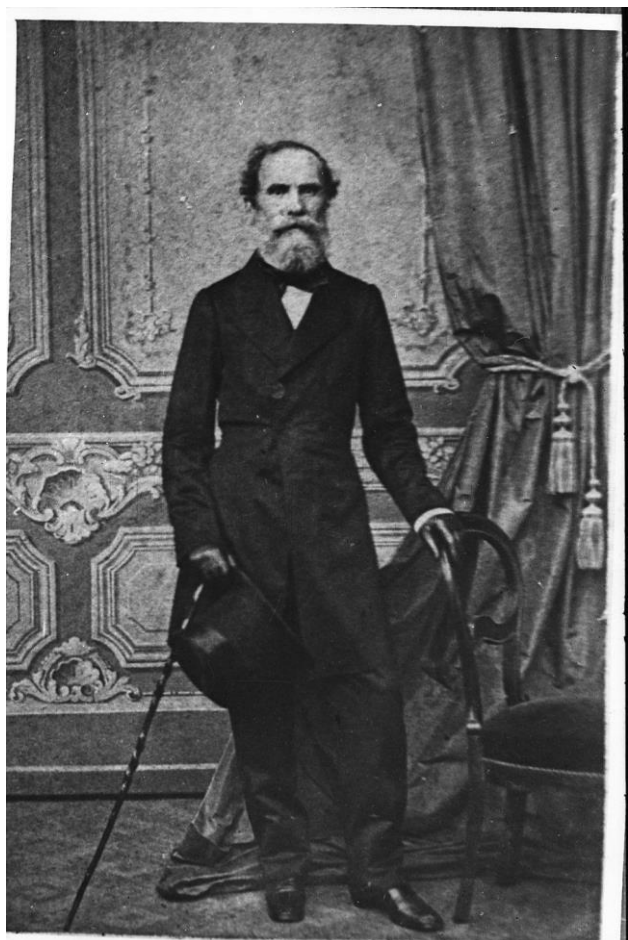
Em 03 de fevereiro de 1802, no engenho Trapiche localizado no Cabo de Santo Agostinho, sendo seus pais o coronel Francisco do Rego Barros e D. Maria Ana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, nascia Francisco do Rego Barros (futuro Barão da Boa Vista), nome que seria bastante comentado durante o Brasil Império. Alistou-se cedo, em 1817, e não demorou para ser reconhecido como cadete no 2º Batalhão da Divisão dos Voluntários Leais de El-Rei. Porém, em 1821, com as investidas do governo e do capitão-general Luiz do Rego, foi preso e mandado para Lisboa. Antes de voltar para o Brasil quando se viu livre da prisão, ele se matriculou na Universidade de Coimbra. Em 1823, partiu para a França e se inseriu na Universidade de Paris, a fim de cursar Matemática, onde se tornou bacharel.

Rego Barros foi deputado pela terra onde nasceu, à Assembleia Geral Legislativa, da 2º a 4º legislaturas (1830 - 1841), suplente na 5º (1844) e novamente deputado na 8º (1850); presidente,

por duas vezes, de Pernambuco (1837- 1841) e (1841 - 1844) e uma vez, no Rio Grande do Sul (1865 - 1867), e senador do Império (a partir de 1850). Por fim, veio a falecer no dia 04 de outubro de 1870, no Recife.

O governo do então Barão da Boa Vista ficou conhecido por sua urbanização do centro da cidade do Recife, com grandes reformas de ruas e construções arquitetônicas. Francisco do Rego Barros traz para o seu território o chamado “viajante” Louis-Léger Vauthier, do qual atuou como engenheiro das Obras Públicas da Província de Pernambuco na década de 1840. Vauthier registrou em seu Diário que conhecera o Barão da Boa Vista, nos dando a sua perspectiva desse primeiro contato. A partir de como ele o descreve, por meio de suas impressões, ele conta que Francisco do Rego Barros: “não me deu a impressão de um homem superior. Eu esperava uma inteligência mais fina, porém, não maneiras tão afáveis e um ar tão cordial” (VAUTHIER, 1940, p. 29).

Figura 2. Francisco do Rego Barros (Barão da Boa Vista)



Fonte: Acervo Karla Montenegro. Disponível em:
https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=album_view&idp=2795&ori=&c_palavra=
Acesso em: 19 de dez. de 2023.

Os irmãos Rego Barros - Francisco e Sebastião - se tornariam importantes nomes da política do século XIX. Sendo primos diretos dos Cavalcanti de Albuquerque³, dos quais instauraram grande monopólio de poder em Pernambuco durante a presidência do Barão da Boa Vista (1837-1844). Travando diversas disputas entre alianças e brigas, eles iam construindo seu imenso castelo, em busca de dinheiro e prestígio político na Corte.

Quando Pedro Araújo Lima subiu à Regência do Brasil, em 1837, fez de Francisco do Rego Barros Presidente da Província de Pernambuco. De certo, os elos entre essas pessoas eram de extrema importância para a vida política no Império. Entretanto, mesmo que os Rego Barros tivessem uma aliança com o Araújo Lima, de modo algum isso era algo estagnado. As alianças permaneciam enquanto fosse do agrado de todos os lados. De qualquer forma, os seus primos Cavalcanti existiam, e não iriam ficar parados vendo a concentração de poder que estava se formando; além disso, tinham seus jogos de poderes independentes. É com essa dança dentro dos corredores palacianos que Francisco do Rego Barros se manteve como Presidente da Província de Pernambuco, sugando as artimanhas dos dois lados quando fosse necessário.

É nesse momento que vemos uma hegemonia de poder se instaurando na Província, e o “gótico castelo Rego Barro- Cavalcanti”⁴ se formando. Uma grande concentração de poderio de terras, roubos de escravizados e privilégios para os seus amigos iriam gerar grandes insatisfações para quem estava de fora. Ainda aprendemos com Paulo Cadena que:

Amaro Quintas, estudando a Revolução de 1848 em Pernambuco, sustentou a afirmação de uma ‘oligarquia’, ‘uma nobreza rural, possuidora de vastas extensões territoriais, exercendo um domínio completo no nosso meio político-econômico.’ Ainda propõe que por 1837, ‘trouxera o domínio da Oligarquia Cavalcanti, que iria, ao lado de empreendimentos notáveis para o desenvolvimento da Província, trazer um monopólio familiar’ que duraria até a chegada do que Joaquim Nabuco chamou de ‘o pleno domínio da Praia’, pelos anos de 1844 (2011, p. 29).

Essa grande ostentação chamou a atenção de quem não estava sendo privilegiado e de quem queria condições melhores para o povo. O Partido da Praia viria para incomodar essa concentração de poder que estava instaurada em Pernambuco.

Os crimes a partir dos jornais

³ São esses: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe).

⁴ Como se referia o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama no seu jornal 7 de Setembro.

Segundo Tania Regina de Luca, ainda na década de 1970, o quantitativo de trabalhos que tinha como fonte os jornais era relativamente pequeno, mas não inexistente. Mesmo com o início da influência que a Escola dos *Annales* teve na historiografia, em 1930, não foi de imediato esse reconhecimento com os periódicos. Devido à tradição dominante durante o século XIX e o início do século XX de se considerar apenas documentos oficiais, a escrita da História a partir dos jornais ainda não era vista de modo relevante. Porém, sua relevância foi se esgueirando e sendo construída, sendo essa fonte muito privilegiada nas investigações historiográficas (2008, pp.111-112), de modo que temos como perceber as interações de certas pessoas que vivenciaram o período do oitocentos pernambucanos.

Como já dito anteriormente, as notícias e acusações sobre o contínuo roubo de escravizados nos jornais do século XIX eram comuns. De fato, os periódicos eram uma arma poderosa que os praieiros atiravam contra os “guabirus”⁵, com o intuito de provocar, incomodar ou expor algum acontecimento. As diversas acusações que os seus inimigos faziam contra a família Rego Barros-Cavalcanti e seus aliados, dos quais bastante vistos nas páginas do Diário Novo. Segundo o periódico, por exemplo:

[...] Não haverá nesse infame partido homens honestos, nascidos no país, que possam ocupar os cargos públicos? Não: somente há Rego Barros e Cavalcantis, só há portugueses, e algum raboleva, que vive a custa deles, enquanto não exerce a arte de furtar escravos e matar. Saiba o presidente, e essa infame família coberta de maldição e opróbrio, que Pernambuco é dos pernambucanos, e não feudo de uma família, que só tem se distinguindo pelo roubo e assassinato, nem é colônia de Portugal: saiba S. Exc., que cada demissão de um Pernambucano livre é franco passaporte para as fileiras dos liberais [...] (1848, p. 3).

Não faltou ofensas e críticas do Cabista – nome assinado ao fim do comunicado – contra os Rego Barros e seus primos.

Ainda nas folhas do mesmo jornal, encontramos uma descrição referente a uma sessão de julgamento que tinha como réu Francisco do Rego Barros - que não era o presidente, posto ter o título de Barão da Boa Vista desde 1841, mas, sim, seu aliado, o Barão de Beberibe -, sendo acusado de roubar uma escravizada de nome Joanna, pertencente a D. Candida Monteiro e um preto de Vieira de Mello, morador na comarca de Nazaré, diversas vezes no mês de abril do ano de 1845. O réu nega as denúncias e se justifica pelo fato de ter muitos inimigos contra a sua pessoa. Nas acusações da escravizada Joanna, ela diz que foi surpreendida na estrada e levada por agentes do

⁵ Como eram conhecidos os conservadores em Pernambuco, sendo eles, rivais dos praieiros.

acusado; seu testemunho estava sendo provado pela razão da mesma citar vários nomes de outros escravizados furtados.

Além disso, mesmo tendo nomes parecidos, é observado que “Chico-Macho” provavelmente seria Francisco Antonio de Oliveira, o Barão de Beberibe, um traficante de escravizados com bastante influência em Pernambuco no século XIX. Oliveira também é mencionado pelo Pe. Pinto de Campos com o apelido de Chico de Oliveira, mencionado em cartas. Não somente, o Barão de Beberibe tinha outros apelidos pejorativos, sendo chamado por alguns jornais do Oitocentos como: Chiquinha e a Menininha do Barão (da Boa Vista). A amizade dos dois não era apreciada, sendo remetida a vários atos de ilegalidades no Império do Brasil (GOMES, 2016, p.111).

Ademais, em outra página do Diário Novo, foi registrado outro crime. Foi apresentado aos leitores um ladrão que foi preso por furtar escravizados, e discorre em sua fala que fica revoltado porque tem gente pior que ele solto por aí. Desse modo, ele acusa José do Rego Barros, irmão do Barão da Boa Vista, de ter assassinado e enterrado um compadre seu que tinha ido visitá-lo em sua casa, e ainda lhe roubou 600 réis de um escravo que ele tinha vendido. Assim, é possível ver essa mesma acusação nas páginas dos Annaes do Parlamento Brasileiro a partir da fala de Vilella Tavares na sessão de 30 de junho de 1847. Este usa o acontecimento ao seu favor para alegar as diversas criminalidades que ocorreram durante o governo do Barão da Boa Vista. Ainda em Quintas, ele nos mostra os benefícios que os elos traziam para a família Cavalcanti:

Em Pernambuco, o gabinete de 19-9-1937 trouxera o domínio da oligarquia Cavalcanti, que iria, ao lado de empreendimentos notáveis para o desenvolvimento da Província, trazer um monopólio familiar, intensamente prejudicial, sobretudo pela fraqueza do barão da Boa-Vista, incapaz de coibir os desmandos de seus parentes, vários deles abusando de sua posição para contrabandear africanos, roubar escravos, fazer circular cédulas falsas e até cometer assassinatos (2011, p. 204).

Em segundo plano, temos em mãos outro periódico, que mesmo sendo aliado dos conservadores, é possível visualizar algumas notificações de acusações de crimes nas páginas do Diário de Pernambuco contra Sebastião do Rego Barros por furto de escravizados. E a sentença sendo registrada no jornal dois dias depois referente a mesma acusação, sendo condenado pelo Júri e absolvido pelo Juiz de Direito logo em seguida.

Apesar dessas denúncias serem encobertas de várias maneiras, os fatos não deixavam de aparecer nos jornais, dos quais estavam repletos de notificações de crimes que aconteciam na província. Porém, devido à grande influência e poder monopolizado que esses homens exerciam em Pernambuco, nada que venha acarretar reboliços em sua vida acontecia com os mesmos. Embora que ainda precise ser mais bem explorada no futuro, essa construção de rede já indica

alguns caminhos percorridos pelos Rego Barros no Pernambuco oitocentista e deixa perceptível suas garras profundas marcadas durante o período do Império do Brasil.

Considerações finais

A nossa discussão busca compreender aspectos sócio-políticos do século XIX brasileiro, integrando os donos de terras, comerciantes, presidentes de província, senadores, deputados e traficantes de escravizados que agem no comércio de gente.

Essas alianças anteriormente citadas ao longo do texto, eram forjadas a partir de favores, casamentos e laços políticos, a partir de qual jogo de poder seria benéfico para os dois lados em questão. Visando ao máximo possível, manter e construir redes de contatos em busca de interesses para a manutenção de benefícios e cargos públicos. Analisando por outra perspectiva, é possível compreender que essas disputas em evidências não são algo tão antiquado, sendo possível visualizar no Brasil hodierno, brigas e anseios de poder, onde o indivíduo na política quer sempre sair em vantagem de outros, muitas vezes, até de seus próprios aliados.

Logo, é perceptível que o Barão da Boa Vista estava em uma contínua procura de manutenção de elos com seus aliados, sendo um deles o Barão de Beberibe, o qual o auxiliou diretamente em relação às obras públicas no Recife, como também no tráfico de escravizados, de modo que foi bastante atuante no período de governo do Barão da Boa Vista. Nesse sentido, Francisco do Rego Barros tirava proveito de ter amigos e família na política para cometer crimes e até mesmo poder furtar escravizados de outros engenhos e até do próprio núcleo familiar, tentando ao máximo sair em vantagem acima de outros, estabelecendo um grande jogo de poder político no Pernambuco oitocentista.

Portanto, com tudo o que foi abordado, podemos compreender como os políticos estavam disputando e envolvidos em elos uns com os outros para conseguir cargos públicos, dinheiro, participação no tráfico ou cometer crimes sem serem penalizados. Assim, possibilitavam estratégias para se manterem atuantes no meio sociopolítico na Pernambuco imperial. Logo, a discussão não se encerra somente neste texto, sendo esse um debate acerca dos delitos cometidos por esses políticos, necessário para se compreender a historiografia por diversos pontos e analisar as relações de redes que os mesmos mantinham para se perpetuar no poder por muito mais tempo. Por fim, a presente pesquisa de iniciação científica debatida ao longo do texto ainda se encontra em andamento.

Referências

Fontes

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Annaes do Parlamento Brasileiro (RJ), sessão de 1847. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1847_00001.pdf
Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário de Pernambuco. Recife, 20 de fevereiro de 1837. Edição 00041, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=%22francisco%20rego%20barros%22&pagfis=10188 Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário de Pernambuco. Recife, 22 de fevereiro de 1837. Edição 00043, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=%22francisco%20rego%20barros%22&pagfis=10197 Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário Novo. Recife, 13 de dezembro de 1848. Edição 00270(1), p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&Pesq=%22roubo%22%20%22escravos%22%20%22rego%20barros%22&pagfis=6997> Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário Novo. Recife, 20 de agosto de 1846. Edição 00178, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709867&pesq=&pagfis=4332> Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário de Pernambuco, Recife. 13 de janeiro de 1843, p. 02. Edição 10. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pesq=%22bar%C3%A3o%20da%20boa-vista%22&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.br&pagfis=3749 Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Diário Novo, Recife. 12 de agosto de 1846, p. 03. Edição 172. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709867&pasta=ano%20184&pesq=%22sr.%20rego%20barros%22%20%22ladr%C3%A3o%22&pagfis=4309> Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle De Biase. **De “Angelo dos retalhos” a Visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858)**. Recife: UFPE, 2016.

CADENA, P.H.F. **O Vice-Rei: Pedro de Araújo Lima e a Governança do Brasil no século XIX**. 2018. Tese (Doutorado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

CADENA, P.H.F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalcado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)**. 2013. Dissertação (Dissertação em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

CÂMARA, B.A.D.; CARVALHO, M.J.M. **A Insurreição Praieira**. Almanack Brasiliense, n°8, novembro de 2008.

CARVALHO, M.J.M. **“Quem Furta Mais e Esconde”: O Roubo de Escravos em Pernambuco, 1832 – 1855**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo 150, N° 365, p. 89-110, abril/junho de 1989.

CARVALHO, M.J.M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850.** Recife: CEPE, 2022.

COSTA, P. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres.** Recife: Fundação Cultura da Cidade do Recife, 1982.

GINZBURG, C. O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A Micro – História e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989.

GOMES, Amanda Barlavento. **A Trajetória de Vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855).** Recife: UFPE, 2016.

GOMES, Amanda Barlavento. **Negócios de família: políticos, traficantes de escravizados e empresários pernambucanos no século XIX.** CLIO: Revista Pesquisa Histórica, Vol. 38, Nº. 2 (Jul-Dez), 2020. p. 231-250.

IMIZCOZ, J.M.; KORTA, O.O. Economía Doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). **Economía Doméstica y redes sociales em el Antiguo Régimen.** Madrid: Sílex, 2010.

JUNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti. **“O Egoísmo, a Degradante Vingança e o Espírito de Partido”: A História do Predomínio Liberal ao Movimento Regressista. (Pernambuco, 1834-1837).** Recife: UFPE, tese de doutorado, 2015.

MARSON, I.A. **Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político.** São Paulo: Moderna, 1980.

NABUCO, J. **Um Estadista no Império.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

QUINTAS, A. **Amaro Quintas – o historiador da liberdade.** Recife: CEPE, 2011.

TAUNAY, A. E. **O Senado no Império.** Brasília: Senado Federal, 1978.

UEMA. **A DIVISÃO DO PODER: Pedro de Araújo Lima, os irmãos Cavalcanti de Albuquerque e os Rego Barros entre Pernambuco e o Centro no Século XIX.** Outros Tempos: Pesquisa Em Foco, Maranhão, 11 de mar. 2019. Acesso em: 22 de out. de 2023. Online. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v16i27.678>

VAUTHIER, L. L. **Diário Íntimo Do Engenheiro Vauthier 1840-1846.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326570/icon326570.pdf Acesso em: 20 de dez. de 2023.

ESCRavidÃO NO BRASIL IMPÉRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LITERATURA E IMPRENSA DA ÉPOCA

Lara de Sousa Lutife⁶

Resumo:

A pesquisa ora apresentada tem por objetivo perceber como a escravidão foi discutida na sociedade oitocentista, sobremaneira, entre os anos de 1850-1867. Para tanto, toma-se como fontes principais as obras literárias *O Demônio Familiar* (1858) e *Novas Cartas Políticas de Erasmo* (1867), escritas por José de Alencar (1829-1877). Diante disso, é conduzida uma análise sobre a escravidão, com destaque para como pensou e escreveu o mencionado autor acerca do tema. Diante disso, considera-se as atuações do escritor no período e as relações com seus contemporâneos que permitam melhor compreender os debates acerca da escravidão. Dessa maneira, com base na relação entre História, Literatura e Imprensa, teóricos como José Murilo de Carvalho (2008), Lília Schwarcz (1998), João Roberto Faria (1987) e Sandra Pesavento (2003) são basilares para a discussão desenvolvida nesse estudo.

Palavras-chave: escravidão; José de Alencar; literatura.

No contexto do Brasil no século XIX, a conjuntura Imperial provocou intensas discussões sobre variados aspectos e desafios sociais que caracterizavam o período. Entre os quais, ganhou considerável espaço os debates acerca da Instituição escravista no país e os caminhos possíveis para a liberdade dos cativos. Nessas condições, “se, na expressão muitas vezes usada na época, a escravidão era o cancro que corroía a sociedade, ela era também o princípio que minava por dentro as bases do Estado Imperial, e que, afinal, acabou por destruí-lo” (CARVALHO, 2008, p. 293).

Dessa maneira, percebemos como a escravidão deve ser entendida para além de uma questão social, pois, significava para a sociedade da época, uma mazela que atingia estruturalmente o país e os sujeitos escravizados, e, portanto, conferia complexidade aos impactos sociais no sistema Imperial. Ao abordar esses efeitos, ressaltamos o papel crucial do Rio de Janeiro, então capital do Império, sendo um epicentro onde a busca por modernidade e civilidade tinha os padrões europeus como modelo. No entanto, é notável que a persistência da escravidão confrontava diretamente o ideal de cidade que se almejava construir.

Não se enganem, portanto, aqueles que pensam que o Rio de Janeiro é Paris. A corte era uma ilha cercada pelo ambiente rural, por todos os lados, e a escravidão estava em qualquer parte. No fundo, a elegância europeia e calculada convivía com o odor das ruas, o comércio ainda miúdo e uma corte diminuta, e muito marcada pelas cores e costumes africanos. (SCHWARCZ, 1998, p. 161)

A autora apresenta uma análise crítica sobre a sociedade da Corte daquele período. Ela salienta que longe de ser a semelhança de Paris, o Rio de Janeiro oitocentista era um ambiente onde havia a tentativa de alcançar a sofisticação europeia por parte de muitos habitantes. Contudo, ao

⁶ Mestranda em História no Programa de Pós-graduação em História, Culturas e Espacialidades- PPGHCE da Universidade Estadual do Ceará- UECE. E-mail: larialutife13@gmail.com

mesmo tempo, era necessário lidar com a convivência da escravidão, fator que não só evidenciava, mas também exacerbava a desigualdade social. Essa disparidade, muitas vezes mascarada pelos discursos de prosperidade da Corte, constituía um desafio que demandava atenção e reflexão.

Inseridos nesse cenário, intelectuais, políticos, jornalistas, senhores de terras e outros tantos grupos sociais, tomavam partido diante do sistema escravocrata, alguns se opondo ferrenhamente, outros ponderando a permanência da escravidão no país. Resumidamente, “[...] não se fazia defesa moral do tráfico ou da escravidão. Reconhecia-se a imoralidade do fato e a obrigação do país, contraída por convenção internacional, em terminar com o tráfico” (CARVALHO, 2008, p. 303). Entretanto, a prevalência dos interesses econômicos dos senhores de escravos suplantava a necessidade imediata de progredir em direção à emancipação dos cativos.

Desse modo, como principais espaços de debate sobre a questão escravista podemos mencionar a produção literária, a Imprensa e o Parlamento. Nos jornais, o tema da escravidão aparecia, sobretudo, como forma de anúncio da venda de escravos. No Jornal *O Typographo* em 20 de novembro de 1867, por exemplo, na primeira página, foi nesses termos feito menção: “Abraçados à palavra – Liberdade – a proclamam sob as cem bocas da fama, mas ella em vez de exirtir e mostrar-se como é, não serve senão para dar sombra ao systema da escravidão que com tino sabem todos pôr em prática”. (TYPOGRAPHO, 1867) Esse trecho revela que no discurso muito era comentado sobre a liberdade e sua importância; todavia, na prática essa ideia de liberdade não foi estendida aos escravizados.

Durante a segunda metade do século XIX, também era comum a veiculação diária de anúncios de venda de escravos nos jornais. Em análise na plataforma da Hemeroteca digital, no *Jornal do Commercio* em 3 de janeiro de 1850, na página quatro foi apresentado o seguinte anúncio “Vendem-se doze escravos chegados da roça para pagamento: há moleques e molecotes próprios para aprender ofícios ou para pagem; assim como pretos de meia idade, próprios para chácara, ganho ou serviço ordinário de casa; trata-se na rua do ouvidor n. 24.” (COMERCIO, 1850).

A passagem acima permite refletir como a prática de destacar características físicas dos escravizados nos anúncios demonstra não apenas a natureza mercantilizada da escravidão, onde os cativos eram tratados como propriedade, mas também revela a forma como a sociedade da época via esses indivíduos: como objetos cujas características físicas eram destacadas para facilitar sua identificação e comercialização.

A partir dos mencionados trechos, podemos perceber que os jornais constituíam um dos principais espaços em que se desenvolviam debates políticos. A par disso, sabendo do alcance e do meio eficaz de difusão de informações proporcionados pelos jornais e imprensa imperial, muitos

intelectuais e políticos usaram esse veículo de divulgação para tratar de aspectos diversos da sociedade escravista dos oitocentos.

Nessas condições, os debates e posicionamentos políticos no período imperial eram essencialmente moldados pelos grupos intelectuais da época, os quais abrigavam opiniões e ideologias distintas em relação a diversas questões. Os grupos intelectuais desempenhavam um papel crucial na formação de correntes de pensamento político, econômico e social. Os responsáveis por constituir o cerne dessa intelectualidade, normalmente atuavam em distintos setores públicos, como no jornalismo, na literatura, advocacia e política. No Segundo Reinado entre esses intelectuais, “as formações eram diversas, as aspirações profissionais variavam em função das particularidades de cada especialização, assim como tornava-se mais difícil a definição de um só perfil socioeconômico para os membros dessas instituições”. (SCHWARCZ, 1993, p. 34).

Nesse terreno de disputas discursivas e dominado por interesses econômicos, o intelectual e político cearense José de Alencar (1829-1877), não se absteve em debater o tema da escravidão nos diferentes espaços em que atuava. Seja na Literatura, nos discursos políticos ou na Imprensa da época, o autor manifestou seu pensamento acerca da escravidão. A esse respeito, a priori, cabe enfatizar que o autor

[...] acreditava que a abolição não poderia ser apressada por decretos ou leis, mas que seria resultado da ação natural do tempo, com a raça negra, em menor número, sendo absorvida pela raça branca, após gerações de cruzamentos inter-raciais. O maior temor do escritor era de que a abolição jogasse o Brasil em um caos econômico e social, com a possibilidade até mesmo de uma insurreição civil, a médio ou a longo prazo. (REIS, 2013, p. 67).

Sobre esse pensamento acerca da escravidão que foi atribuído a Alencar, é válido destacar que para Aragão (2019) “enquanto membro do partido conservador, Alencar defendeu os proprietários de terra, o trabalho escravo [...]” (2019, p. 15). Sabendo disso, a análise aqui desenvolvida leva em conta a posição social do autor e os seus discursos, que tinham relação com seus interesses políticos.

Sendo assim, seja no verso ou na prosa, Alencar deixou em seus escritos marcas estilísticas e performáticas suficientemente capazes de demonstrar sua notável irreverência na arte de escrever.

Sua capacidade de observação antropológica, os cuidados com as constantes da vida humana - mortes, nascimentos, casamentos - capazes de estabelecer regularidades na vida de um grupo social, incentivam o texto de Alencar a ser lido como uma unidade global. Unidade que dá coerência a um dado momento histórico (DEL PRIORE, 2009, p. 94).

Na Literatura, foi através da peça teatral “*O Demônio Familiar*” que o escritor se dedicou de forma mais destacada, a evidenciar o negro escravizado na produção literária nacional. O próprio autor, nas páginas do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, no artigo que denominou como a *Comédia*

Brasileira explica: “no momento em que resolvi-me a escrever o *Demonio Familiar*, sendo minha intenção fazer uma alta comédia [...]” (ALENCAR, 1857, p. 1). No gênero teatral esta foi uma das obras de maior sucesso entre as produções alencarianas, tanto que para Faria (2009) “[...] tratava-se da primeira comédia realista brasileira, a atestar uma escolha estética de Alencar que o colocava na vanguarda do teatro de seu tempo.” (2009, p. 55)

Nesse sentido, Alencar defendia a renovação do Teatro Nacional, pois para ele este carecia de produções voltadas para o cenário brasileiro, de modo a trazer debates sobre as questões que envolviam o país. Com esse objetivo “[...] ele preferiu a comédia realista, a alta comédia, por acreditar que o teatro era uma arte essencialmente educativa e edificante, que colaborava no aprimoramento moral da vida em família e em sociedade.” (FARIA, 2009, p. 55).

Com base na observação acima feita por Faria (2009) é possível perceber que para Alencar, o teatro representava mais do que uma mera forma de entretenimento; era, antes de tudo, um instrumento educativo e moralizante. Dessa maneira, a peça *O Demônio Familiar* alinha-se a esse modelo de produção, revelando a intenção do autor de utilizar o palco como um meio eficaz para transmitir valores, educar a sociedade e moralizar comportamentos. Nesse sentido,

O enredo da obra é movido pelas vontades e desejos de “ser” e “ter” do escravo Pedro e gira em torno das intervenções e desordens provocadas pelo então jovem “demônio familiar” na vida amorosa de 5 personagens importantes: Eduardo e Henriqueta, Alfredo, Carlotinha e Azevedo. Nesse contexto, a peça é revestida de um grande “efeito moral” atribuindo-lhe assim no valor humano e literário. (LIMA, 2019, p. 30).

Pedro tem o médico Eduardo como senhor e convive no ambiente dessa família da Corte, causando entre os personagens uma série de desentendimentos e desencontros a partir da tentativa de arrumar casamento para Eduardo com a personagem Henriqueta e de Carlotinha ora com Alfredo, ora com Azevedo. Sobre a atitude do escravo, “ser cocheiro é o seu sonho e acredita que, enganando os que lhe cercam, estará fazendo o bem não apenas para ele, mas para todos.” (MAGALHÃES, 2015, p. 61).

Tendo em vista a construção do personagem Pedro, consideramos como tentativa de representar o negro escravizado na obra. Diante disso, tomamos essa produção literária para análise, a fim de compreender as intencionalidades de José de Alencar ao abordar o tema da escravidão. Todavia, é importante considerar a historicidade que o texto literário carrega, por isso pensamos

A Literatura, como um registro social, uma reflexão e leitura sobre a cultura e suas questões, uma agente que institui um imaginário e uma memória, um produto de criação que envolve memórias e a elas recorre como matéria ficcional, é permeada de intencionalidades. Ela detém um valor temporal, histórico, o qual se pode desvelar por meio um processo de historicização, ou seja, de sua inserção no tempo e na sociedade em que foi produzida, clareando a relação de trocas

recíprocas, de contatos e interações entre essas dimensões, suas aproximações e seus distanciamentos internos e externos. (BORGES, 2010, p. 105).

Nessa perspectiva, a obra deve ser pensada como uma produção que carrega marcas históricas da sociedade de seu tempo. Por isso mesmo, a leitura sobre as intencionalidades de José de Alencar a partir da produção *O Demônio Familiar* deve ser feita de maneira minuciosa. Pensando nisso,

Se atentarmos para a condição social dos personagens da peça, veremos que Alencar escolheu deliberadamente uma família de classe média, já próxima das idéias liberais e dos valores burgueses. O demônio familiar do título é um moleque escravo, resquício dos velhos hábitos, dos quais logo a família estará liberta. Ou seja, quando resolveu se dedicar ao teatro, estimulado tanto pelo meio em que vivia quanto pelas peças francesas que lia ou via no palco do Ginásio, naturalmente Alencar se voltou para a parcela da população do Rio de Janeiro que considerava mais moderna, para retratar os seus costumes, apontar as suas qualidades e corrigir os seus defeitos (FARIA, 2009, p. 56).

Em vista do exposto, Alencar, deliberadamente ancorou seu enredo em torno de personagens próximos às ideias liberais e aos valores burgueses da época. A designação "O Demônio Familiar" para o escravo moleque sugere uma visão crítica dos vestígios dos antigos costumes, dos quais a família está prestes a se libertar. Sobre a representação do escravo, este é caracterizado, sobretudo, por sua esperteza, gaiatice e as muitas peripécias que comete na obra, percebendo-se suas danações logo nas primeiras cenas,

SCENA II.

EDUARDO, *depois* CARLOTINHA.

EDUARDO, *entrando pela esquerda.*

Pedro!... Moleque!... 'O bregeiro anda passeiando naturalmente ! (*Chêgando-se á porta da direita*)

Pedro!

CARLOTINHA.

O que quer, mano ? Pedro sahio.

EDUARDO.

Onde foi ?

CARLOTINHA.

Não sei.

EDUARDO.

Porque o deixaste sahir ?

CARLOTINHA.

Ora! Ha quem possa com aquelle seu moleque ? É um azougue; nem á mamãe tem respeito.

EDUARDO.

Realmente é insupportavel; já não o posso aturar.

Quando o procuro anda sempre na rua.

Pedro entra correndo. (ALENCAR, 1857, p. 13)

Através do diálogo entre Eduardo e Carlotinha, percebe-se a complexidade de exercer controle sobre a personalidade agitada do moleque Pedro, mesmo considerando sua condição de escravo. Ao que parece suas incursões à rua ocorrem com certa regularidade, de modo que esse

comportamento não apenas destaca a relativa liberdade de Pedro, dada a dificuldade de exercer controle sobre suas ações, mas também revela a obstinação e o temperamento desafiador do escravo. Vejamos outro fragmento da obra.

SCENA VIII.

PEDRO, JORGE.

PEDRO, querendo tomar o livro.

Ande, ande nhonhô; vá lá para dentro! Deixe o livro!

JORGE.

Se tu és capaz, vem tomar!

PEDRO.

Ora! É só querer!

JORGE.

Pois eu te mostrarei!

PEDRO.

Está arrumado! Pedro, moleque capoeira, mesmo da
 malta, conta lá com menino de collegio! (*Gingando*)

Caia! É só neste geito; pé no queixo, testa na barriga!

JORGE

Espera; vou dizer a mamãe que tu estás te engraçando
 comigo!

PEDRO.

É só o que sabe fazer; enredo da gente! Nhonhô não
 vê que é de brincadeira. (*Chegando-se*) Olhe este livro;

tem pintura também; mulher bonita mesmo! (*Abre o livro.*) (ALENCAR, 1857, p. 24)

Na passagem acima, identifica-se que o diálogo entre Pedro e Jorge, irmão mais novo de Eduardo, pode ser interpretado como mais um trecho em que Alencar buscou demonstrar o caráter desobediente do escravo e como este pode corromper a sossegada paz familiar. Nas passagens subsequentes da peça, o escravizado Pedro se torna uma figura que compromete os demais personagens ao tentar intervir nas intrincadas tramas de suas vidas amorosas, buscando arranjar casamentos

Somente no fim da trama todas as artimanhas do escravo Pedro são descobertas, para a surpresa e decepção dos personagens envolvidos, e levando seu dono, Eduardo, a se reportar ao escravizado nos seguintes termos:

Os antigos acreditavam que toda a casa era habitada por um demônio familiar, do qual dependia a felicidade, o socego e a tranquillidade das pessoas que nella vivião. Nós, os brasileiros, realisamos infelizmente essa crença; temos no nosso lar doméstico esse demônio familiar. Quantas vezes não partilha comnosco as caricias de nossas mães, os folguedos de nossos irmãos, e uma parte das affeições da família. Mas vem um dia, como hoje, em que elle na sua ignorância ou na sua malícia perturba a paz domestica; e faz do amor, da amizade, da innocencia, da reputação, 'de todos esses objectos santos, um jogo de creança, um capricho ridículo. Este demônio familiar de nossas casas, que todos conhecemos, ei-lo. (Aponta para Pedro.) (ALENCAR, 1857, p. 155).

No prosseguimento dessa declaração, Eduardo concede-lhe a carta de alforria. Essa ação foi vista de diferentes maneiras por estudiosos alencarianos, tendo aqueles que a interpretou como

forma de punição ao escravizado e outros que viram como uma forma da família se libertar daquela presença indesejada. Tal medida intensificou a reflexão sobre como José de Alencar buscou demonstrar seu posicionamento sobre a escravidão no Brasil.

A ideia de que Alencar era contra a abolição imediata da escravidão prevaleceu entre os contemporâneos e estudiosos de sua produção. A interpretação mais aceita era que o autor defendia não ser única e exclusivamente a Lei suficiente para acabar com a escravidão no Brasil, pois teria que haver por parte do Governo Imperial medidas inclusivas desses sujeitos na sociedade. Essa concepção foi alimentada, principalmente, frente ao exposto por Eduardo ao dirigir-se ao escravo no desfecho da peça, afirmando: “[...] porque não terás um senhor que vele sobre ti, que te aconselhe e te dirija, porque não terás uma família que te alimente e te estime!” (ALENCAR, 1857, p. 157).

Nesse sentido, percebe-se que Eduardo atribui a carta de alforria como uma forma de punir o escravo pelo mau comportamento e as consequências de suas ações na vivência dos personagens. Por essa razão, o desenrolar da trama desenvolvida por Alencar foi entendido como “[...] um abolicionismo, no entanto, da perspectiva do senhor e dos males da convivência doméstica com este elemento estranho à desejada boa família burguesa: o escravo”. (LOPES 2010, p. 88).

Essa linha de pensamento que foi atribuída ao autor ganhou sustentação quando, uma década após a escrita dessa peça teatral, Alencar produziu as *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, que se refere a uma série de cartas que para Carvalho (2009) “São páginas apaixonadas que discutem os grandes problemas do momento, a situação político-partidária, o Poder moderador, a Guerra e a questão servil”. (2009, p. 19). Desse modo, era um espaço em que Alencar se utilizava do pseudônimo de Erasmo para levar o público leitor a refletir sobre os problemas sociais do Brasil Império.

Nessa produção, Alencar destina a segunda, terceira e quarta carta a discutir o tema da escravidão. De maneira geral, ele aponta como “a escravidão caduca, mas ainda não morreu; ainda se prendem a ela graves interesses de um povo”. (ALENCAR, 1867, p. 283). Essa perspectiva pode ser interpretada como uma confissão do autor sobre as complexidades que envolvem a escravidão e a possibilidade iminente de seu término. No entanto, ressalta-se a existência de motivos para a sua persistência, sobretudo vinculados às relações de poder e aos interesses daqueles que se beneficiam com a continuidade desse sistema.

Ao longo dessas páginas, reportando-se a sociedade daquela época, Alencar trata de enfatizar como,

A escravidão se apresenta hoje ao nosso espírito sob um aspecto repugnante. Esse fato do domínio do homem sobre o homem revolta a dignidade da criatura racional. Sente-se ela rebaixada com a humilhação de seu semelhante. O cativo

não pesa unicamente sobre um certo número de indivíduos, mas sobre a humanidade, pois uma porção dela acha-se reduzida ao estado de coisa. (ALENCAR, 1867, p. 283)

Conforme exposto acima, pode-se perceber que Alencar reconhece os males da escravidão no Brasil, e, portanto, parece condenar essa prática, dado o caráter desumano de domínio do homem sobre outro. Além disso, ele apresenta a escravidão como uma problemática social, e não restrita aos sujeitos envolvidos, o que permite supor que ao redigir tais palavras, ele demonstra busca por consciência social e moral da sociedade de sua época.

Contudo, ao mesmo tempo, em outra passagem das *Novas Cartas de Erasmo*, Alencar diz “[...] que a escravidão não se extingue por ato do poder; e sim pela caduquice moral, pela revolução lenta e soturna das ideias. É preciso que seque a raiz, para faltar às ideias a seiva nutritiva.” (ALENCAR, 1867, p. 306). Com essa afirmação, o autor reafirma sua compreensão de que a escravidão é uma instituição social arraigada, indicando que sua abolição não pode ser realizada de maneira imediata ou mediante legislação isolada. Ao expressar essa visão, ele parece reconhecer a complexidade estrutural da escravidão, sugerindo que a mudança necessária requer uma transformação mais profunda nas bases sociais e econômicas.

Dessa forma, na perspectiva de Alencar naquele momento, as tentativas de abolir a escravidão no Brasil por meio desse tipo de medida não teriam efeito, a menos que a instituição entrasse em decadência e não fosse mais aceita pela sociedade da época. Havia, portanto, grande empasse frente as maneiras da escravidão terminar no Brasil. Ainda que fosse taxado, muitas vezes como antiabolicionista, Alencar tinha fortes críticas a “[...] uma abolição sem cuidados, sem a preparação necessária ao negro para que ele pudesse “ser gente” e não largado à sua própria sorte” (VASCONCELOS, 2006, p. 178).

Considerações finais

Diante do exposto, a partir das contribuições Literárias e da Imprensa do século XIX na sociedade de Corte, buscamos perceber como a escravidão e o processo abolicionista foram debatidos. Sobretudo, tratamos de entender essas questões sob a perspectiva do escritor e político José de Alencar. Através da análise das fontes em diálogo com o referencial teórico, foi possível traçar uma possibilidade interpretativa acerca do pensamento do autor.

Em suma, entendemos que Alencar era um homem do seu tempo, que, envolvido com as questões sociais e políticas de sua época, buscava apontar os melhores caminhos para o país. Nessas condições, sobre a Instituição escravista “[...] Alencar concordava e discordava de determinadas ações que envolviam a abolição, mas obviamente numa posição que lhe era cômoda, pois a emancipação gradual favorecia à sociedade burguesa”. (MAGALHÃES, 2015, p. 127).

Sendo assim, tanto em *O Demônio Familiar*, quanto nas *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, dedicou-se o autor a levar a sociedade da época a refletir sobre a escravidão, em busca de demonstrar que esta era um grave problema para a sociedade brasileira, mas que, devido ao enraizamento desse sistema, não seria simples desvincular a figura do negro como escravo. De igual maneira, não era somente tornando este liberto que iria pôr fim a estrutura escravista que sustentava o regime Imperial e a economia brasileira até aquele momento.

Nessas condições, as questões aqui desenvolvidas representam uma leitura do pensamento de Alencar com base nas produções indicadas do autor. Entendemos que, frente à complexidade que envolve o escritor cearense, suas obras e posicionamento sobre a escravidão abrem espaço para explicações diversas. Assim, a ambiguidade na interpretação da cena da alforria destaca a complexidade do posicionamento de Alencar em relação à questão da escravidão, oferecendo espaço para múltiplas leituras e reflexões sobre o papel do autor diante da escravidão e outras tantas questões sociais de sua época.

Referências bibliográficas:

ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. (Org), CARVALHO, José Murilo de. – Rio de Janeiro: ABL. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 90), 2009.

ALENCAR, José de. **O Demônio Familiar**. Rio de Janeiro, 1857.

ARAGÃO, Maria Elzita Alves. **José de Alencar entre a tribuna e a escrita: A escravidão em O Tronco do Ipê**. Trabalho de conclusão de curso pela Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2019.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas considerações**. Goiás: Revista de Teoria da História, ano 1, n. 3, junho/ 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: A elite política imperial**. Teatro de Sombras: A política imperial. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FARIA, João Roberto. **Alencar Dramaturgo: Uma representação**. São Paulo: Rev. Letras – Nº 29(2) – vol.1 jan./jul.- 2009.

FARIA, João Roberto. **José de Alencar e o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 3 de Janeiro de 1850.

LOPES, Antônio Herculano. **O Teatro de Alencar e a Imaginação da Sociedade Brasileira**. Perspectivas, São Paulo, 2010.

MAGALHÃES, Nathan Matos. **José de Alencar e a escravidão: suas peças teatrais e o pensamento sobre o processo abolicionista**. Dissertação (Mestrado em Letras): Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

O Typographo. Rio de Janeiro, 20 de Novembro de 1867.

PEREIRA, M. P. T.; LIMA F. W. R.; LEAL, Tito Barros (Orgs). **José de Alencar in Cena – Estudos da dramaturgia alencariana.** Macapá: UNIFAP, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação.** Pelotas, 2003, p.199 – 232.

PRIORE, Mary del. **Conversas entre História e Literatura: o exemplo de Alencar.** Rev. de Letras - NO. 29(2) - Vol. 1 - jan./jul. - 2009

REIS, Douglas Ricardo Hermínio. **José de Alencar e o Teatro: Um romântico realista.** Maringá, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador.** São Paulo: Cia. Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Entre “homens de ciência”. In:_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instruções e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das letras, 1993.

VASCONCELOS, Paulo Henrique Castanheira. **O Teatro de José de Alencar e a imagem do negro no Brasil do século XIX.** Goiás: Guanacuns: Rev. Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, Nº 03/04, 167- 181, Nov. 2005 / Jun. 2006.

ST 02 – MUNDOS DO TRABALHO: EXPERIÊNCIAS, CONFLITOS DE CLASSE E AS QUESTÕES DE RAÇA E RACISMO NOS SÉCULOS XIX E XX

DU GOUVERNEMENT REPRESENTATIF: A TEORIA DO GOVERNO REPRESENTATIVO DE FRANÇOIS GUIZOT NO JORNAL O INDEPENDENTE DE TORRES HOMEM (1832-1833).

Maria Eduarda Abreu Cavalcante⁷

Resumo

Este artigo pretende analisar as interpretações feitas pelo jovem jornalista de cor, Francisco Salles Torres Homem, das obras de François Guizot referentes a teoria do Governo Representativo, traduzidas do francês para o português pelo jovem redator em quatro edições do jornal *O Independente*, que circularam entre os anos 1832-1833.

Palavras-chave: O Independente. Torres Homem. Teoria do Governo Representativo. François Guizot.

Introdução

O início do século XIX foi marcado pelo processo de popularização das ideias ilustradas de pensadores europeus através da circulação de livros, cartas, memórias e jornais, amplificada pelo avanço da indústria tipográfica na época. Por conseguinte, mediante à alfabetização e o acesso às universidades, alguns brasileiros, tiveram acesso aos escritos de filósofos, religiosos e intelectuais estrangeiros e, a partir da leitura de suas obras, escreveram propostas políticas, econômicas e sociais para o Estado brasileiro em formação (ROCHA, 2000).

Como parte dessa “ilha de letrados”⁸ (CARVALHO, 2003), o jovem de cor, recém-formado em medicina, Francisco Salles Torres Homem, é convidado a substituir o autor do jornal *O Independente* em 1832. A partir de então, publica artigos contendo sua visão sobre acontecimentos políticos que marcaram sua juventude, como a Independência, o Sete de Abril e a Regência, embasando seus argumentos, críticas e defesas nos escritos de autores estrangeiros como Montesquieu, Hume, Hegel, entre outros.

Além de opinar sobre os fatos vivenciados até 1832, Torres Homem traz recomendações políticas, econômicas e sociais para a nação brasileira, também usando como fundamento teórico

⁷ Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, Bolsista CAPES. Email: abreuumaadu@gmail.com.

⁸ Expressão utilizada por José Murilo de Carvalho para se referir a minoria de indivíduos letrados na sociedade brasileira, comparada ao “mar de analfabetos”, ou seja, a maioria da população brasileira iletrada, em sua obra: CARVALHO, José Murilo. *Unificação da elite: uma ilha de letrados. In: A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/Relume-Dumará.

os autores estrangeiros. Logo, vivenciando o contexto de disputa entre as facções liberal moderada, liberal exaltada e restauradora pelo controle da soberania, Torres Homem indica, em 5 edições de seu periódico, quem deveria deter a soberania num Estado Nação ideal, respaldando seus argumentos com citações do historiador e estadista francês François Guizot, para combater a ideia de soberania do povo defendida pelos exaltados e propor a aplicação dos princípios do governo representativo no Brasil.

Francisco Salles Torres Homem: o jovem de cor por trás do *O Independente*.

Nascido no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1812, Francisco Salles Torres Homem teve sua origem numa família de escravizados, filho de um padre com uma quitandeira forra. Ainda jovem, Torres Homem prestou concurso para a Academia Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro, se formou médico, mas, de acordo com seus biógrafos não teve sucesso em exercer a profissão, migrando para a carreira jornalística (*A Contrariedade pelo Povo*, n.1, 1848, p. 2).

Estimulado por Evaristo da Veiga, que o convidou a participar da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, Torres Homem passou a publicar artigos nos jornais de Evaristo, *O Homem e a América* e o *Aurora Fluminense* (GASTÃO, 1908).

Através das publicações nos supracitados jornais, Torres Homem começou a obter prestígio entre os jornalistas, recebendo o convite de Joaquim José Rodrigues Torres para redigir o jornal que, até então, estava sob sua redação. Aceitando-o, Torres Homem tornou-se o novo redator do *O Independente* em 1832, seguindo até abril de 1833 (GASTÃO, 1908).

Como resultado de uma juventude dedicada à carreira jornalística, em meados do século XIX, Torres Homem acumulou prestígio o suficiente para ser eleito deputado no Rio de Janeiro. Em outras províncias, sua carreira política o levou a ser membro do Conselho do Imperador e a obter o título de Visconde, lutando pela aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 (GASTÃO, 1908).

Como redator do *Independente*, Torres Homem publicou 112 edições entre 4 de fevereiro de 1832 e 22 de abril de 1833. O jornal era impresso na Tipografia Nacional e publicado às quartas e aos sábados, sendo vendido nas casas do Sr. Albino Jordão, na Rua do Ouvidor; na de Evaristo da Veiga, Rua dos Pescadores; na de seu irmão João Pedro da Veiga, Rua de S. Pedro; na de João Baptista, Rua da Cadeia; e na de Paula Brito, na Praça da Constituinte. A assinatura do jornal custava 2000 réis por trimestre.

O Independente possui como epígrafe, a frase do *Droit politique*, de Torombert “*Il n’y a pas de vraie liberté sans paix, comme il n’y a pas de paix sans liberté*” (Não há verdadeira liberdade sem paz, como não há paz sem liberdade). O jornal foi classificado por Torres Homem, em sua primeira edição,

como um “partidista da liberdade” (*O Independente*, n.1, 1832, p.1). Esta liberdade defendida por Torres Homem era conforme os princípios dos liberais moderados, ou seja, “a liberdade constitucional” (*O Independente*, n.1, 1832, p.1).

François Guizot: Theoria do Governo Representativo.

François Guizot foi um historiador e político francês, que viveu de 1787 a 1874. Guizot foi professor de história na Universidade de Paris, e ficou conhecido por participar das Restauração Bourbonnica (1814) propondo uma monarquia constitucional. Durante as décadas de 1820 e 1830, Guizot produziu diversas obras de caráter historiográfico, como por exemplo: *Du gouvernement représentatif et de l'état actuel de la France* (1816); *Histoire de la civilisation en Europe*. (1828); *Histoire de la civilisation en France* (1829-1832) (BRITANNICA, 2023).

De acordo com Nívea Carolina Guimarães, a crise sucessória com a morte de D. João VI em 1826, e o golpe de Estado operado por D. Miguel ao seu irmão D. Pedro I, em 1828, iniciaram um processo de ampla discussão nos periódicos sobre a contrarrevolução miguelista e, consequentemente, sobre “a posição do Brasil na dinâmica global acerca da revolução/reação” (2021, p. 1). Tendo como base “a constatação de que as relações entre Brasil e Portugal permaneceram estreitas no pós-Independência” (2021, p. 1), a autora afirma que, devido à confluência de ideias e conceitos entre os dois lados do Atlântico, o aumento das leituras de autores que versavam sobre o liberalismo e o constitucionalismo, como François Guizot e Benjamin Constant, em Portugal, rapidamente chegou ao Brasil (2021, p. 3).

Assim, na primeira metade do século XIX, os escritos de François Guizot chegam ao Brasil como repercussão da contrarrevolução em Portugal. Um dos intelectuais que aderiu às ideias de Guizot foi Torres Homem, traduzindo-as do francês para o português no *O Independente*, para que o público leitor também tivesse acesso às mesmas.

As obras de Guizot foram traduzidas para o português e compiladas em extratos. Entre eles nos interessa a “Theoria do Governo Representativo”, tradução publicada em 1845, que consiste numa obra dividida em 17 capítulos reunindo as obras políticas de Guizot até o ano de 1831.

***Du gouvernement représentatif*: François Guizot.**

De acordo com Guizot (1845), o governo representativo é movido por alguns princípios. O primeiro é que a soberania do povo não pertence a ninguém por natureza; logo, se não há poder de direito, ninguém pode exercer a soberania de forma plena e constante. Daí vem o segundo princípio: a soberania, origem do poder, só pode ser alcançada através do uso da razão, da verdade

e da justiça. Então, sob pena de perderem o direito e a soberania, os sujeitos devem provar constantemente que a merecem, utilizando a razão.

Por sua vez, o terceiro princípio propõe que, no governo representativo, deve haver muitos poderes iguais e indispensáveis um ao outro, evitando que um tenha mais soberania do que o outro, levando-o a reclamar a soberania para si como direito. Para Guizot (1845, p. 30-33), a divisão constrange os indivíduos a se comprometerem coletivamente com a missão de exercerem em comum a soberania.

Portanto, não havendo soberania de direito, o governo representativo opera por um sistema eleitoral, fazendo com que os candidatos tenham de provar que são capazes, utilizando a razão, e continuando a fazê-lo durante o seu governo, sob o risco de perder o direito à soberania. E, para possibilitar que a sociedade investigue o uso da razão pelos detentores eleitos da soberania, a publicidade é um dos elementos essenciais do governo representativo. (GUIZOT, 1845, p. 33-34).

Logo, o governo representativo possui eleições periódicas, liberdade de imprensa e divisão de poderes, sendo a nação dividida entre indivíduos incapazes, representados politicamente por indivíduos capazes, por utilizarem da razão, justiça e verdade, possuindo de forma temporária a soberania (GUIZOT, 1845, p. 34-35). Diante desta definição do governo representativo, vejamos como Torres Homem interpretou estas ideias em seu jornal.

A soberania do povo: o poder da multidão

Na edição número 60 do *Independente*, Torres Homem traduziu uma dissertação na qual Guizot diferencia o governo representativo da soberania do povo, no que se refere a diferente aplicação do princípio da maioria. Como citado n' *O Independente*:

Tem-se muitas vezes dito que o Governo representativo é o Governo da maioria, há alguma verdade nisto; mas não convém crer que seja o Governo da maioria no mesmo sentido que a soberania do povo. A soberania do povo compreende todos os indivíduos que existem, sem nada exigir deles”, apresenta a maioria destes indivíduos e diz ‘Eis a razão, eis a lei’. O governo representativo procede de uma maneira diferente. Ele considera qual é o [ilegível], á que vai chamar os indivíduos: examina qual é a capacidade necessária para este acto; chama depois os indivíduos, que são presumidos possuir essa capacidade. Procura depois a maioria entre os capazes. (GUIZOT, 1845, p. 24) (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 31).

Logo, na concepção de Guizot (1845, p. 24) citada por Torres Homem, diferente da soberania do povo, na qual todos os indivíduos detêm a soberania de forma natural, o governo representativo não envolve uma maioria numérica, mas sim, um grupo de indivíduos presumidos por possuir capacidade, procurando, depois, a maioria entre estes indivíduos capazes. Em outras palavras, “O Governo Representativo não é o da maioria numérica e simples; é, sim, o da maioria

dos capazes. Ora presume a capacidade de antemão, ora exige que ela se prove e se faça reconhecer anteriormente” (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 24) (GUIZOT, 1845, p. 24).

Assim, no governo representativo, há uma investigação em que, certos indivíduos considerados capazes são eleitos, devendo provar a sua capacidade ao longo do desempenho de suas funções administrativas. Por isso, Torres Homem reitera “ninguém é ministro, deputado, ou funcionário de direito” (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 25), mas, sim, por sua capacidade. No governo representativo, os eleitos são colocados sob “suspeita legal”, que impõe a necessidade de provar sua capacidade para conservar o poder (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 25).

Outra diferença apontada por Guizot (1845), e citada por Torres Homem, é que a soberania do povo parte do princípio de que “a soberania de direito reside em alguma parte sobre a terra. Ela coloca-a na maioria puramente numérica”. (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 26) Por sua vez, o Governo representativo não esquece nunca que a razão, a verdade e, portanto, a soberania de direito, “não residem plena e constantemente sobre a terra, mas a procura na maioria dos capazes” (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 26). A soberania do povo “atribuiu a soberania ao número plena e inteira, já o governo representativo se limita a uma presunção” (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 25). Portanto, enquanto a soberania do povo admite a soberania como direito natural do povo, o governo representativo não acredita na soberania como direito natural, mas sim, conquistado através do uso da razão por sujeitos capazes.

Além das divergências quanto à natureza do direito à soberania, há também diferenças quanto à relação de poder na sociedade. Pois, enquanto “a soberania do povo vê o poder legítimo na multidão; o Governo representativo só a vê na unidade, isto é, na razão, a que a multidão se deve submeter” (GUIZOT, 1845, p. 26) (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 32). Ou seja, na soberania do povo, o povo pode subverter a ordem social em favor de seus interesses quando assim desejar. Por outro lado, no governo representativo, como só detém a soberania aqueles que são considerados capazes por usarem a razão, a multidão deve se submeter à sua autoridade.

Dessa maneira, no governo representativo, o povo se une em torno da razão representada pelos indivíduos capazes. Mas os que detêm a soberania devem continuamente provar que a merecem pelo uso constante da razão e, caso provem ser incapazes de deter a soberania, a perderão pelas eleições, conforme esclarece o trecho de Guizot (1845, p. 26) citado no *O Independente*:

A soberania do povo faz vir o poder debaixo. O governo representativo reconhece que todo poder vem de cima, e obriga, ao mesmo tempo, a todos que, acham deles investidos a provar a legitimidade de sua pretensão aos homens que são capazes de a sentir. Uma tende a humilhar as superioridades, e outro a elevar as inferioridades fazendo umas se comunicarem com as outras. (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 32).

Logo, tanto para Torres Homem, quanto para Guizot, a soberania do povo é uma forma de governo que leva à desordem e à tirania da multidão. Porque a soberania do povo traz soluções pragmáticas para problemas sociais imediatos, tirando o poder da mão dos governantes injustos e devolvendo-o ao povo, algo que, segundo os autores, é ineficaz, pois a soberania nas mãos do povo leva à tirania.

A soberania do povo é uma grande força que intervém para quebrar a desigualdade injusta e excessiva, ou poder absoluto, assim como o despotismo intervém em nome da ordem, para unir violentamente a sociedade pronta a se dissolver. A soberania é, pois, só um meio de ataque e de destruição, e nunca um meio de fundar a liberdade. Não é um princípio de governo; é uma ditadura terrível e passageira exercida pela multidão que cessa no instante mesmo que a multidão operou sua destruição. (GUIZOT, 1845, p. 27) (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 32).

Estas críticas a soberania do povo são feitas por Torres Homem para criticar a facção exaltada, acusando-a de propor a aplicação da soberania do povo no país. Para Torres Homem, após a Abdicação e a conquista da deposição do monarca absolutista, os exaltados e o povo desejavam destruir as leis do país:

Enlevados pelo sucesso da vitória contra seus tiranos, cheios de altivez e de orgulho por derrubarem as superiores autoridades”, armam-se de indignação contra tudo o que sabe as autoridades, e como obram em virtude da lei e da constituição, estas tornam-se o objeto de seu ódio e aversão. Que extravagantes aplicações se fazem então das palavras direito de resistência, igualdade, soberania do povo e outras favoritas da multidão, quando intenta sair do caminho da lei! (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 29).

Neste trecho, Torres Homem está descrevendo o momento em que a multidão se levanta contra um governo injusto e o depõe, aplicando o princípio de que a soberania pertence ao povo, mas logo que retira o soberano do poder, a multidão passa a se opor também às leis do país, instaurando o caos social ao desobedecê-las.

Assim, como um liberal moderado, defensor da ordem e da tranquilidade pública, Torres Homem era contra a soberania do povo defendida pela facção exaltada. Para alertar a população contra a facção, Torres Homem escreve: “Homens, embriagados por seu triunfo contra o despotismo, tornam-se indóceis ao jugo das leis e das Autoridades, votam-nas a uma raiva cega, e depois de ter derrubado essas autoridades, destroem todas as leis e instituições” (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 29). Para Torres Homem, “a vitória do 7 de abril operou sobre os nossos exaltados o mesmo efeito moral”, “Guerra ao Governo e a todas as autoridades, eis a inscrição da sua bandeira” (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 29).

Para Torres Homem, a oposição e rancor que os exaltados tinham em relação ao monarca deposto, poderiam ser aplicados às leis e à Constituição. Por isso escreveu: “A Constituição não possui adversários mais implacáveis do que os exaltados” (*O Independente*. n. 60, 1832, p.29). Para o

autor, se não fosse a maioria da população contrária a eles, os exaltados teriam suplantado Governo, Magistrados, e todos os executores da lei, e arrasado a Constituição a golpes de ariete (*O Independente*. n. 60, 1832, p.29).

De acordo com Torres Homem, os exaltados acreditavam no poder que vem de baixo para cima, e que os indivíduos não precisavam recorrer às autoridades e aos tribunais, podendo fazer justiça por suas próprias mãos. Para o autor, numa sociedade exaltada “deve cada um ser o vingador dos próprios direitos” (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 29). Desta forma “não haveria mais sociedade, mais governo, mais liberdade e só imperaria a lei do mais forte” (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 30).

Portanto, nesta edição Torres Homem alerta os leitores sobre a gravidade dos princípios que defendiam os exaltados, “homens que intentam por meios atrozes derrubar o governo” (*O Independente*. n. 60, 1832, p. 30) ao propor que, o povo tem direito natural à soberania; logo podem, quando insatisfeitos com as autoridades, derrubar não apenas as mesmas, mas também as leis e a constituição.

Na edição número 61, Torres Homem continua sua crítica à facção exaltada, dizendo que estes:

Trouxeram em fim o glorioso 7 de abril, em que os brasileiros injuriados arrancaram o sceptro das mãos do déspota. Recobrado a liberdade aparece de novo a exaltação política, filha da ignorância de uns, ambição de outros, e pouco patriotismo de todos (*O Independente*. n. 61, 1832, p. 34).

Para o redator, apesar do papel positivo dos exaltados no movimento que levou à Abdicação, eles apresentavam um risco às instituições do país, por seu “novo desejo de extinguir a monarquia constitucional” (*O Independente*. n. 61, 1832, p. 34). Desta forma, como alerta Torres Homem,

Se os bons não se reunirem para fazer triunfar a causa da pátria contra a do interesse privado, e se o Governo por uma conduta franca e leal não atrair a si os corações de todos, para com eles conjurar a tempestade. Os que correm após da bela chimera, lançarão por terra o edifício social (*O Independente*. n. 61, 1832, p. 34).

Diante disso, torna-se evidente que a proposta de Torres Homem está alinhada com as ideias de François Guizot, já que se posiciona contra o poder da multidão, apresentando os riscos que ele proporciona ao governo e suas instituições. Ele convoca o povo à unidade sob a Constituição, classificando esta como a forma correta de liberdade, a liberdade legal, que está depositada nas atitudes dos homens de luzes, de riquezas e de indústria. Armados para sustentar a ordem e a liberdade, estes homens fazem “bramir de raiva e estremecer de medo os malévolos exaltados” (*O Independente*. n. 61, 1832, p. 34).

Segundo Torres Homem, ao contrário da liberdade legal, os exaltados defendiam uma liberdade abusiva, que levava à aniquilação das instituições. Assim, Torres Homem acusa os jornais exaltados de defenderem uma concepção errada da liberdade, sobretudo, da liberdade de imprensa (*O Independente*. n. 61, 1832, p. 34-35).

A liberdade de imprensa

Como supracitado por Torres Homem, a liberdade de imprensa é uma das formas exteriores do Governo Representativo descrito por Guizot (1845). Ela funciona como um meio para que a população investigue o uso da razão por seus soberanos, podendo retirá-los do poder durante as eleições, caso não a utilizassem. No Brasil do século XIX, esta liberdade de imprensa era vigiada por um tribunal julgador, visando punir aqueles que abusavam da liberdade de imprensa. Porém, segundo Torres Homem, os exaltados desejavam a extinção deste júri, o que é interpretado pelo redator como parte do projeto da facção para aniquilar as instituições (*O Independente*. n. 61, 1832, p. 34).

Assim, para Torres Homem, os exaltados não desejavam defender a liberdade de imprensa, mas sim, derrubar a instituição e a lei que a sustentava. Para o jornalista, os exaltados não eram verdadeiros defensores da liberdade de imprensa legal, mas, na verdade, infratores dela. (*O Independente*. n. 61, 1832, p. 35).

A maioria dos capazes e a Guarda Nacional:

Outra instituição atacada pelos exaltados, é a Guarda Nacional. Conforme citado por Torres Homem, os exaltados pretendiam não apenas estorvar a liberdade de imprensa, como também, dissolver a guarda nacional. O desprezo dos exaltados pela Guarda Nacional se justificava por serem expulsos da instituição alguns membros da facção, com o fim de evitar a anarquia.

Por isso, representando os exaltados expulsos da Guarda, o redator da *Malagueta* atacou a instituição, dizendo que a Guarda Nacional excluiu de si a maioria dos cidadãos. Porém, Torres Homem apontou o equívoco do redator da *Malagueta* em utilizar o conceito de maioria dos cidadãos dizendo; “Fala com ênfase da maioria dos cidadãos, quando devia saber, que nas sociedades bem-organizadas, a maioria dos capazes é tudo, e que diante dela pouco vale a maioria puramente numérica” (*O Independente*. n. 61, 1832, p. 35).

Para provar o equívoco do redator exaltado, Torres Homem cita Guizot (1845, p. 24), dizendo “O princípio do governo representativo, (diz o ilustre Guizot), não é o da maioria numérica e simples; mas sim o da maioria dos capazes” (*O Independente*. n. 61, 1832, p. 35). Logo, Para Torres Homem, como uma instituição governamental representativa, a Guarda Nacional não

necessitava da presença da maioria numérica e, devendo ela ser constituída por homens capazes, poderiam ficar de fora, os exaltados.

Depois destas críticas, para enfatizar ainda mais seu argumento sobre os perigos da facção exaltada, Torres Homem dedica a última coluna da edição a uma citação direta da obra de Guizot (1845, p. 9-10), que diz:

Pascal falando da política disse: a multidão que se não reduz à unidade é confusão; a unidade que não é multidão é tirania. É esta, sem dúvida, a mais bela definição a expressão mais precisa do Governo Representativo, a multidão é a sociedade: a unidade é a razão, é o ajuntamento de Leis razoáveis, que devem governar a sociedade. Se fica a Sociedade no Estado de multidão, se todas as vontades isoladas se não unem debaixo do Império das regras comuns, se não reconhecem igualmente a justiça e a razão, se elas próprias não criam a unidade, não há Sociedade verdadeira, há confusão. A unidade que não sai da multidão, mas que lhe é imposta por um ou muitos indivíduos como investidos de um direito pessoal, [ilegível] uma unidade falsa e arbitrária, é a tirania. O fim do governo representativo é o impedir a tirania, fazer cessar a confusão, e trazer a multidão à unidade, convidando-a a tirar ela mesma de seu seio, sua unidade, e sua regra. / Guizot. (*O Independente*. n. 61, 1832, p. 34).

Logo, as citações de Guizot, nesta e na edição anterior, servem como embasamento teórico para os argumentos de Torres Homem, que visava alertar seus leitores sobre as propostas perigosas da facção exaltada, alegando que estes, após terem deposto o monarca no 7 de abril, desejavam pôr fim às instituições legais e à Constituição, sob o princípio da soberania do povo, cedendo poder à multidão.

Da maioria dos capazes: as diferenças entre o governo aristocrático e o governo representativo

Outro ponto levado em consideração por Torres Homem sobre a teoria do governo representativo de Guizot, foram os fatores que diferenciam o mesmo de uma aristocracia. Isso porque, de acordo com Torres Homem, durante as Regências os exaltados defendiam a instauração de um governo aristocrático no Brasil, com base no conceito de soberania do povo e no governo da maioria.

Na 64ª Edição do *Independente*, Torres Homem critica o jornal exaltado *Malagueta*. Isto porque o redator da *Malagueta* expôs sua teoria do que seria a maioria dos capazes baseando-se na ideia de soberania do povo, que parte da suposição de que todos têm, por nascimento, direitos iguais para governar. Logo, para o redator exaltado, a soberania do povo reside num governo aristocrático em que “o direito de governar, isto é, a soberania”, não é atrelado à capacidade, mas sim, “ao nascimento” (*O Independente*, n. 64, p. 49) (GUIZOT, 1845, p. 21).

No entanto, para Torres Homem, a verdade é justamente o contrário. Então, citando Guizot (1845, p. 21), ele argumenta: “o governo aristocrático é a soberania do povo na minoria! [...] “é o despotismo e o privilégio aristocrático na maioria” (*O Independente*, n. 64, p. 49).

Nesta edição, Torres Homem, traduziu trechos da obra de Guizot (1845) para explicar ao redator da *Malagueta* “a teoria do que se deve entender por maioria dos capazes” (*O Independente*, n. 64, p. 49), expondo, também, as seguintes divergências entre a aplicação da maioria dos capazes no governo aristocrático e no governo representativo.

“O Governo aristocrático é a soberania do povo na minoria” (*O Independente*, n. 64, p.49) (GUIZOT, 1845, p. 21). Ou seja, no governo aristocrático o direito de governar, isto é, a soberania, é dada conforme o nascimento, não a capacidade. Já no governo representativo, a soberania é possuída por uma maioria de indivíduos capazes, que representam o resto da população. Logo, enquanto no governo representativo governa uma maioria eleita, na aristocracia, detém o poder uma “falsa maioria” (*O Independente*, n. 64, p. 49), uma minoria de indivíduos que detém o poder por nascimento, e não por suas capacidades.

“A soberania do povo é o despotismo e o privilégio aristocrático na maioria” (*O Independente*, n. 64, p. 49) (GUIZOT, 1845, p. 21), pois, no governo aristocrático, o direito à soberania é dado a sujeitos privilegiados por nascimento que representam toda a população sem ter que se submeter às eleições ou à publicidade para legitimar sua autoridade diante do povo. Torna-se evidente, portanto, que apesar do princípio norteador ser o mesmo, aristocracia e governo representativo atribuem a soberania a diferentes tipos de maiorias: a primeira, à maioria de direito nato; o outro, à maioria dos capazes.

Ainda citando Guizot (1845, p. 21), Torres Homem diz que a forma aristocrática contraria diversos fatos, tais como:

1º o fato da desigualdade estabelecida pela natureza entre as capacidades e as potências individuais, 2º ao fato da desigualdade de capacidade provocada pela diferença das posições, diferença que existe em todas as partes; 3º à experiência do mundo, que viu sempre os tímidos seguir os bravos, os menos hábeis obedecer aos mais hábeis, em uma palavra as inferioridades naturais reconhecer as superioridades naturais e lhes obedecer. (*O Independente*, n. 64, p. 49).

Dando continuidade à sua crítica à soberania do povo defendida pelos exaltados, Torres Homem cita Guizot (1845, p. 21):

O princípio da soberania do povo, isto é, o direito igual dos indivíduos à soberania, ou somente o direito de todos os indivíduos de concorrer à soberania, é, pois, radicalmente falso. Porque sob o pretexto de manter a igualdade legítima, ele introduz violentamente a igualdade onde não existe, e viola a desigualdade legítima. As consequências deste princípio são o despotismo do número, a dominação das inferioridades sobre as superioridades, isto é, a mais violenta e iníqua de todas as tyrantias. (*O Independente*, n. 64, p. 49)

Os homens de cor são indivíduos capazes?

No que se refere à maioria dos capazes, Torres Homem considera como critério para ser considerado um sujeito capaz os talentos e as luzes. Porém, ao ser questionado pelo redator do *Malagueta* se homens de cor deveriam pertencer à classe dos homens capazes ou dos incapazes, Torres Homem responde:

Quando falamos da maioria dos capazes, e dos homens incapazes, não tivemos na lembrança homens de cor; porque estes se podem achar indistintamente nas duas classes; e por que as qualidades do espírito e do coração do homem nenhuma relação tem com a cor do seu epiderma (*O Independente*, n. 64, p. 50)

Assim, contrariando as regras que regiam a hierarquia social da época, baseada em questões raciais e de origem, dividindo a sociedade brasileira entre brancos (senhores) e negros (escravizados) (HUNOLD, 2007), Torres Homem argumenta que a capacidade dos indivíduos não tem ligação com a sua cor. Portanto, ao contrário do que impunha a sociedade escravista do século XIX, homens de cor podiam ser tanto capazes, quanto incapazes, pois isto dependia dos seus talentos, e não de sua aparência física.

O Snr. Malagueta com pérfida malignidade tem feito o seu possível para semear a sizania entre as castas; porém infelizmente passa por um vil intrigante sem destreza, roído da ambição de algum emprego e da sede de dinheiro (*O Independente*, n. 64, p.50)

No trecho supracitado, o jovem de cor, filho de e neto de ex-escravizados, Torres Homem se posiciona contra a “sizania” entre as castas, ou seja, a divisão dos indivíduos por suas cores e origens, colocando-os em lugares sociais pré-determinados sem levar em consideração outros fatores como suas capacidades.

Considerações Finais:

A partir da análise comparativa entre os trechos do jornal *O Independente* e os trechos do compilado das obras de Guizot – *Teoria do Governo Representativo* – é possível concluir que, diante do contexto de chegada às Américas das ideias e dos escritos de François Guizot, Benjamin Constant, Delolme, entre outros pensadores que compunham a ilustração europeia, associada às transformações políticas que ocorreram no Rio de Janeiro do século XIX, tais como o movimento do 7 de abril, a Abdicação de D. Pedro I, a lei de liberdade de imprensa, o Período Regencial, a formação das facções liberais exaltada, moderada e restauradora; a abolição do tráfico negreiro, etc, tem-se um jovem de cor, recém-formado em medicina, buscando oportunidades de ascensão social no jornalismo, utilizando as ideias europeias para legitimar sua visão sobre os acontecimentos políticos recentes em seu país.

Logo, percebe-se que Torres Homem traduzia as ideias de François Guizot e de outros pensadores europeus, não apenas visando apresentar aos seus leitores estas novas ideias, como, também, alertar a população sobre o perigo das facções opositoras – exaltados e restauradores –, e apresentar sua visão de conceitos da época como: liberdade de imprensa, maioria dos capazes, democracia, aristocracia, governo representativo, etc., tecendo suas próprias definições destes conceitos, e amparando-se nas definições dadas por pensadores europeus. Neste caso, na definição do governo representativo, seus princípios e suas formas exteriores, elaborados por François Guizot.

Referências:

Fontes:

A Contrariedade pelo Povo. Rio de Janeiro: Typhografia Brasiliense, 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 02/01/2023.

GUIZOT, François. *Theoria do Governo Representativo*. Tipografia dos Santos e Companhia, Pernambuco, 1845.

O Independente. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1832-1833.

Referências bibliográficas:

BASILE, Marcello. *A politização nas ruas: projetos de Brasil e ação política nos tempos de Regências*. Brasília: Senado Federal, 2022.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. "François Guizot". *Encyclopedia Britannica*, 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Francois-Guizot>. Acesso em: 23/10/2023.

CARVALHO, José Murilo. Unificação da elite: uma ilha de letrados. In: *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/Relume-Dumará, 2003.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. *Estado e sociedade civil na teoria política francesa do século XIX: o debate sobre a formação da sociedade pós-revolucionária*. Lua Nova, São Paulo, 2020.

GUIMARÃES, Nívea Carolina. *A Contrarrevolução entre Portugal e Brasil: O caso miguelista*. ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021.

GASTÃO. Dr. Luís Escragnolle Dória. *Cousas do passado* (sic). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1908.

HUNOLD, Silvia Lara. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROCHA, A. P. *Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira*. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, no 39, pp. 43-79, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100003>.

OS “MOLEQUES” NAS PÁGINAS DE *O JORNAL*: UMA RELAÇÃO ENTRE COR, TRABALHO E INFÂNCIA

Milena Alves de Souza⁹

Resumo:

Este texto reflete sobre o uso da palavra “moleque” no periódico *O Jornal*¹⁰, entre os anos de 1932 e 1937. O estudo faz parte de uma pesquisa em andamento que investiga os termos utilizados para caracterizar as personagens infantis nas obras de José Lins do Rego¹¹ e Jorge Amado¹², publicadas durante esse período. A partir dessa questão, o foco do trabalho é apresentar um panorama do termo “moleque”, visando compreender a relação entre cor, trabalho e infância. Isso foi feito através do cruzamento de diferentes tipos de textos presentes no jornal (crônicas, reportagens, notícias, quadrinhos) elaborados por colaboradores de *O Jornal*, os quais contribuíram para a diferenciação entre 'moleque' e 'menino' na sociedade brasileira.

Palavras-chave: moleque; cor; trabalho; infância

A preocupação em compreender os termos utilizados para caracterizar as personagens infantis nas obras de José Lins do Rego e Jorge Amado, publicadas entre 1932 e 1937¹³, tem sido parte central da pesquisa até o momento. Neste texto, a investigação se concentra particularmente na compreensão dos significados da palavra “moleque”. O enfoque nesse termo decorre da sua relevância nas primeiras obras de José Lins do Rego, que estabelecem distinções entre a infância do denominado “moleque” e do “menino”. A partir desse ponto, o objetivo é aprofundar-se nos aspectos relacionados à construção de significados da palavra “moleque”, delineando um panorama do seu uso no periódico *O Jornal*, veículo que integra o corpus documental desta pesquisa¹⁴.

⁹ Mestranda em História – Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista pela agência financiadora CAPES. Graduada em História pela mesma universidade. Email: mlenalves2000@gmail.com

¹⁰ Fundado em 1919 e dirigido por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello a partir de 1924, durando até 1974. Ver em *História da Imprensa no Brasil* de Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca: “[...] foi justamente por se desentender com a direção geral que o responsável pela edição vespertina do *Jornal do Commercio*, Renato de Toledo Lopes, fundou *O Jornal* (Rio de Janeiro, 1919), título que em si já se constituía numa provocação, pois era dessa maneira que os leitores se referiam ao tradicional órgão. Em 1924, Assis Chateaubriand adquiriu o diário, primeiro daquele que seria o maior império de comunicações do país.” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 136)

¹¹ José Lins do Rego Cavalcanti foi um escritor paraibano nascido em 1901, em Pilar.

¹² Jorge Amado foi um romancista baiano que nasceu em 1912, em Itabuna.

¹³ Os romances que compõem o corpus de fontes literárias da pesquisa foram incinerados em 19 de novembro de 1937, pela Comissão Executiva do Estado de Guerra durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Debruça-se, especialmente, nas obras *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *O Moleque Ricardo*, *Jubiabá* e *Capitães da Areia*, que aparecem na notícia “Incinerados na Bahia vários livros considerados propagandistas do credo vermelho. Os livros de Jorge Amado e José Lins do Rego foram os mais atingidos.” (O COMBATE, Maranhão, 22 dez. 1937, p. 4)

¹⁴ Na pesquisa em andamento, realiza-se um cruzamento entre fontes literárias e este jornal. Entre os jornais diários de grandes tiragens na década de 1930 disponíveis na Hemeroteca Nacional Digital, *O Jornal* é o que possui mais artigos e resenhas sobre as obras literárias elencadas. Além disso, tanto Jorge Amado quanto José Lins do Rego publicaram textos nesta folha e possuem trechos dos seus romances divulgados nela. Portanto, *O Jornal*, cedendo espaço para a divulgação dos trabalhos dos autores, teve papel importante, junto a outros periódicos, na carreira de escritores como Amado e Lins do Rego.

No dia 16 de dezembro de 1934, a crônica “Trapos de Bronze” de Rubem Braga foi publicada em *O Jornal*. O escritor, cronista desta folha entre 1934 e 1935¹⁵, destacava um personagem que não era estranho às letras, às políticas públicas e nem à intelectualidade brasileira: trata-se do “moleque”. Mas quem seriam eles? Rubem Braga utiliza do termo para adjetivar os “pequenos jornaleiros” que circulavam pelas ruas da capital:

[...] Jornaleiro do Rio não é igual jornaleiro de S. Paulo, de Porto Alegre, de Belo Horizonte, de parte nenhuma. É mais trepidante e moleque. A arte de assaltar um bonde, de correr um estribo do primeiro ao último balaústre, de dar um troco mais rapidamente que qualquer máquina registradora, de gritar, de pular... A rotativa enorme vomita milhares de folhas; e aquele vomito de papel e tinta em minutos se espalha em todas as direções pela cidade, levado pela arrancada vertiginosa dos moleques. Moleques... São moleques. Dormem embrulhados em papel de jornal, em qualquer canto. O mais perto possível da máquina que lhes dá trabalho. Vivem sujos e magros, não respeitam nada, são briguentos e viciosos. Não, meu caro senhor, não serão bons cidadãos nem bons pais de família. Sempre serão moleques e sempre farão molecagens na vida. [...] (O JORNAL, Rio de Janeiro, 16 dez. 1934, p. 4)

Entretanto, antes de apresentar o restante da crônica, começemos questionando qual a recorrência dessas adjetivações expostas no trecho durante esse período e, posteriormente, adentremos no conteúdo de alguns desses casos que nos ajudam a compreender as conotações negativas do termo.

“Trapos de Bronze” está entre as utilizações da palavra “moleques” n’ *O Jornal*, entre 1932 e 1937, nos exemplares digitalizados da plataforma Hemeroteca Nacional Digital. Foram analisadas 47 menções do termo, onde: 29 aparecem brevemente, em meio a crônicas, reportagens, entre outros tipos textuais; 12 compõem as resenhas e artigos sobre literatura, que mencionam os moleques-personagens das obras de José Lins do Rego publicadas até 1937, e *Jubiabá* de Jorge Amado; 3 menções trata de apelidos de criminosos; já as 3 situações restantes são histórias supostamente escritas por crianças, publicadas na sessão infantil.

Abro aspas para destacar que, conforme apresentado na crônica, no primeiro romance de José Lins do Rego, *Menino de Engenho*, publicado em 1932, os moleques do enredo são trabalhadores, não os pequenos jornaleiros de Rubem Braga, mas filhos de escravos. A obra se passa no engenho de cana-de-açúcar do avô da personagem principal, Carlinhos, um menino de cor branca, que não era um dos moleques. Nas palavras desta personagem, estes eram: “Os moleques das minhas brincadeiras da tarde, todos ocupados, uns levando latas de leite, outros metidos com os pastoreadores no curral.” (REGO, 2020, p. 26). Todavia, a crônica de Rubem

¹⁵ Nos anos de 1934 e 1935, é possível encontrar ao menos 80 crônicas assinadas por Rubem Braga, sua localização varia entre a segunda, terceira e quarta página do periódico.

Braga, que em nenhum momento expõe a cor dos moleques, está inserida na categorização que agrega pontos em comuns entre os moleques (termo no plural), podendo ou não ser negros.

No ano de lançamento de *Menino de Engenho*, 1932, foram identificados 45 usos da palavra “moleque” no singular em *O Jornal*, dos quais 24 se referiam a apelidos de criminosos, grafados em maiúsculo e entre aspas (“Moleque”)¹⁶. No entanto, pelo contexto dessas notícias, essas pessoas são tratadas como adultos, não sendo possível saber se realmente todos o eram ou não. Também não foi possível identificar a cor da maioria desses sujeitos. Apenas o chamado de “pivette”, Ivan Telles de Moraes, a partir de sua fotografia exposta e pelo tratamento como “pivette”¹⁷, aparentemente seria mais jovem que os moleques da quadrilha de “Moleque 31”, autor de dois crimes de morte e de vários assaltos à mão armada. Vale destacar que o termo “pivette”, escrito entre em aspas, está separado do nome de Ivan, o que pode indicar que tem uma função de adjetivá-lo como menor de idade.

Figura 1 - Fotografias do noticiário “A prisão de “Moleque 31” e outros salteadores do celebrado bando que operava nos subúrbios da Central do Brasil”



O Jornal, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1932

A notícia que cita Ivan é publicada em 10 de junho de 1932, intitulada “A prisão de “Moleque 31”, e outros salteadores do celebrado bando que operava nos subúrbios da central do Brasil”. Na reportagem, é informado que o menor morava em companhia de “Moleque 31” no Morro de São Carlos, do Rio de Janeiro. Não sabemos as idades da maioria dos sujeitos que possuíam “Moleque” no apelido; entretanto, “Moleque Maximiano”, de nome Waldemiro Martins,

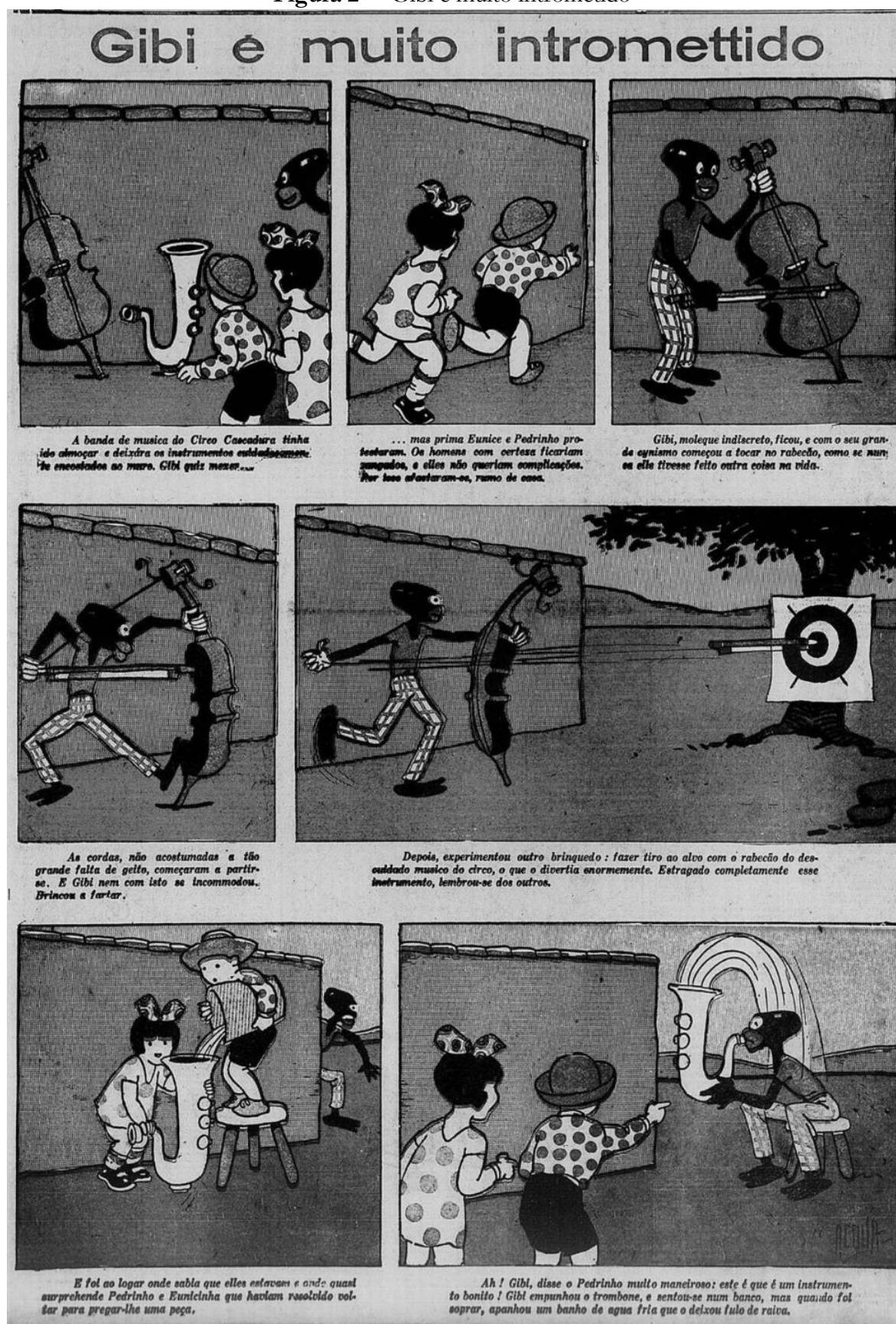
¹⁶ São eles: “Moleque Geraldo”, “Moleque Waldemar”, “Moleque d’Angola”, “Moleque Bahiano”, “Moleque 31”, “Moleque Atenor”, “Moleque Maximiano”, “Moleque Morcego”, “Moleque Tião”, “Moleque Cyrineu”, “Moleque Jacob” e apenas “Moleque”. Há apelidos que se repetem, quando se tratam de notícias sobre o mesmo caso.

¹⁷ Em pesquisa anterior, concluiu-se que a palavra “pivette”, entre 1920 e 1930, referia-se à menores. A partir de 69 casos do uso desse termo em diferentes jornais disponíveis na Hemeroteca Nacional Digital, observa-se que referia-se à menores autores de crimes, diferentemente do termo “moleque”, os “pivettes” são identificados como “menores”.

tinha 38 anos e, pela foto acima, trata-se de um homem negro. O caso noticiado trata-se da quadrilha envolvida em assaltos à mão armada e assassinatos, sendo que "Moleque 31", "Moleque Maximiano" e Ivan foram removidos para a Casa de Detenção.

Ainda sobre o termo "moleque" no singular, foram encontrados desenhos em quadrinhos que nos leva ao menino negro. Tal identificação pode ser percebida pela diferença exorbitante entre o "moleque" e as crianças brancas, tal como aparece na história de quadrinhos "Gibi é muito intrometido", referindo-se ao personagem Gibi como "moleque indiscreto" (Figura 2). Nessa história em quadrinhos, o "moleque" é aquele que resolve mexer nos instrumentos que os músicos de um circo haviam deixado encostados em um muro enquanto almoçavam. As duas crianças brancas protestam contra o ato de Gibi, na justificativa que os homens ficariam zangados quando voltassem. Ao fim, a tirinha possui um tom humorístico de "lição" vingativa contra Gibi: Eunice e Pedrinho enchem o trombone de água e Gibi sopra-o e recebe um banho de água fria.

Figura 2 - “Gibi é muito intrometido”



O Jornal, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1932, p. 21

Neste caso é possível perceber a associação entre moleques e travessuras, bem como características visuais que inferiorizam pessoas negras. Sobre este ponto, Marissa Gorberb analisa ilustrações, que, como o quadrinho mencionado, associam o negro a noções de selvageria, licenciosidade, infantilidade e inferioridade em arquétipos negativos definidos pelo *blackface* (2021, p. 88). Em suas análises de caricaturas publicadas nos anos 1920, a autora destaca algumas características visuais dessa ótica, como olhos e boca saltados (2021, p. 74).

Avaliando o uso da palavra “moleques”, no plural, neste mesmo jornal, o sentido do termo se expande, o que inclui a crônica de Rubem Braga. Nesses casos, fica clara a existência desses sujeitos no cenário urbano brasileiro, sendo a maioria referente a meninos que circulavam nas ruas e possuíam comportamentos estereotipados que hoje conhecemos de desobediência infantil, como perturbar um idoso, algo que aparece na história “Bom Coração”, assinada por Antonio Francisco (idade não identificada):

Um dia Pedro seguia para a escola, como era o seu costume. Virava ele uma esquina, quando ouviu uma grande algazarra; eram alguns moleques, que estavam atirando pedras a um pobre velho; e este não podia defender-se. Pedro saiu correndo e disse: “covardes”, maltratar uma pessoa velha. Lembrai-vos dos vossos pais. Os meninos abaixaram a cabeça e pediram perdão a Pedro. Pedro despediu-se do pobre velho que o agradeceu muito a sua bondade. E foi contente por ter praticado uma ação boa. (O JORNAL, 24 de janeiro de 1932, p. 32)

Raciocínio semelhante aparece na história “Maria Cuia”, assinada por Yvonne Soares da Matta (10 anos), que conta sobre uma “pobre menina de 10 anos, aparentando sete. Paupérrima e andrajosa” (O JORNAL. Rio de Janeiro 18 de mar. 1934, p. 27) que sempre anda com uma lata de 20 quilos na cabeça. Por conta disso os moleques do morro onde ela mora chamam-na de Maria Cuia. Na tirinha do moleque Gibi e nas histórias de Antonio Francisco e Yvonne Soares da Matta, temos situações em que crianças brancas identificam o moleque como mau exemplo.

Tanto “Maria Cuia”, como “Bom Coração” aparecem na sessão infantil do jornal e foram supostamente escritas por crianças. Ao observar a coluna “Caixa do Correio” assinada pelo pseudônimo “Tio Haroldo”, diretor do suplemento infantil, há inúmeras respostas às queixas de crianças sobre a publicação ou não de seus envios (histórias, resoluções de charadas, desenhos e etc.) na sessão infantil. Não adentrarei na análise dos critérios para a reprovação ou não dessas publicações; entretanto, é necessário ter em mente a função pedagógica do jornal e as intenções nas seleções de histórias que carregam nome e idade de crianças em assinaturas. Portanto, distanciar moleques de meninos também pode ter feito parte dos critérios de seleção.

Feito um panorama do termo “moleque”, antes de voltarmos a “Tapos de Bronze”, é preciso localizar Rubem Braga na literatura e no jornalismo, especialmente como colaborador de *O Jornal*. Referindo-se aos jornais da grande imprensa da década de 1930, Marialva Carlos Barbosa afirma: “As tiragens dos matutinos mais populares situam-se em torno de 40 mil exemplares, já

vespertinos como *O Jornal* podem atingir 120 mil exemplares” (2006, p. 221). Ou seja, é importante considerar que os casos trazidos neste texto foram publicados em um jornal de grande alcance no período. Cabe destacar que Rubem Braga esteve entre aqueles intelectuais considerados simpatizantes do comunismo. No manifesto de fundação da *Liga de Defesa da Cultura* aparecem vários nomes de futuros comunistas, além dos que já haviam ingressado no PCB. Entre eles, segundo Palamartchuk, estariam Rubem Braga (que pertencia à direção nacional da Aliança Nacional Libertadora, que durou de 1935 a 1937) e Jorge Amado.¹⁸ Essas informações importam no entendimento de alguns elementos da crônica.

Continuemos, portanto, a leitura de “Trapos de Bronze”, especialmente o trecho que menciona a luta dos moleques contra o sistema, referindo-se à consciência de classe:

A vida é que faz molecagens com eles. Trabalham rudemente, bravamente; e aí deles se trabalho para eles não fosse molecagem! São moleques, e são a vanguarda dos moleques. Eles dão aos moleques uma consciência de classe. Anarquistas por instinto, desorientados e terríveis. Lutam uns contra os outros e todos juntos contra a cidade e contra o país. Não sabem que lutam; mas lutam... Gritam contra o dono das bancas e o dono dos jornais contra o repórter e contra o leitor, contra os homens e contra a vida. Lutam por necessidade, lutam com as armas da molecagem e da inconsciência. (O JORNAL, Rio de Janeiro, 16 dez. 1934, p. 4)

Tal avaliação sobre a consciência desses moleques não é incomum ao mundo intelectual da década de 1930. Exemplo disso é Jorge Amado, que, segundo Ana Paula Palamartchuk, realiza o seguinte trajeto no enredo de *Jubiabá*: “Experiências externas às do próprio meio vêm encontrar homens e mulheres ávidos por transformações, descontentes com a realidade de suas vidas.” (2003, p. 193). Portanto, a menção aos moleques como aqueles que “não sabem que lutam, mas lutam” pode ter relação com o argumento da autora, haja vista a proximidade dos trajetos políticos dos escritores e o contexto que os intelectuais comunistas estavam experienciando:

O significado deste movimento construído por Jorge Amado está muito relacionado, em primeiro lugar, à noção de vanguarda. Jorge Amado se apropria desta noção, encontrada no PCB e definida como vanguarda da classe operária, aquela que possui os segredos da libertação do povo, que se guia e se orienta pela experiência soviética e pelos ensinamentos de uma corrente leninista — ligada à Internacional Comunista —, e que se reúne em torno dos partidos comunistas. (PALAMARTCHUK, 2003, p. 194)

Para compreender melhor os sentidos conferidos à infância, é fundamental entender quem são esses moleques na história do Brasil, pensando na relação entre trabalho e infância. Iniciamos, portanto, pelos filhos de escravos que, nas palavras de Lins do Rego, estavam sempre ocupados, no intuito de questionar por que os jornalheiros de Rubem Braga são chamados de moleques e por que estão contra a cidade.

¹⁸ Em sua tese de doutorado, Ana Paula Palamartchuk mostra o papel a ANL na aproximação de alguns intelectuais com o PCB. Na menção que a autora faz ao manifesto de fundação da Liga de Defesa da Cultura aparecem os nomes de Rubem Braga (que pertencia à direção nacional da ANL) e Jorge Amado. Ver em Palamartchuk (2003, p. 155)

Em 2020, é publicado o livro *Moleque & Nhonhô: Uma história em preto e branco (a criança brasileira no período escravista)*, de Geraldo Pieroni, Márcio Vianna e Alexandre Martins, que referencia os principais estudos sobre infância das crianças negras brasileiras. Os autores destacam que “[...] segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, origina-se de “muleke”, que na Língua africana “Quimbundo” significa exatamente menino.”(2020, p. 20). Este seria diferente do “Nhonhô”: no Brasil escravocrata “Nhonhô” é o filho das brancas das casas grandes, e “Moleque” é o filho das negras das senzalas (2020, p. 9). Walter Fraga Filho, em sua dissertação de mestrado, *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*, referindo-se à Salvador, mostra que ao longo do século XIX e XX, autoridades baianas reclamaram da grande quantidade dos rapazes “peraltas” e “moleques” no espaço público, evidenciando que: “A julgar pela insistente referência aos “moleques” devemos inferir que a maioria desses menores fossem de cor negra” (1996, p. 115)

Em relação à sociedade escravista, os trajetos de moleques e nhonhôs, fortemente presentes na obra de José Lins do Rego, são descritos da seguinte maneira pelos autores de *Moleque & Nhonhô: Uma história em preto e branco*:

[...] as crianças desde muito cedo (antes dos dez anos, quase sempre) começam a ser “treinadas” para a vida adulta, pequenos senhores ou pequenos escravos. Esse “treino” para os meninos e meninas brancos é representado pela escola, longe de casa, e para os meninos e meninas negros é representado pelo início do trabalho escravo, trabalho esse que vai ficando mais pesado proporcionalmente à evolução da idade e do corpo dos pequenos adolescentes, negros ou negras, válido tanto para os rapazes como às moças. (PIERONI; VIANNA; MARTINS, 2020, p. 41-42)

Portanto, a história da infância negra no Brasil perpassa pelo trabalho, o que interfere se eram vistas como crianças, trabalhadores, ou algo entre essas duas categorias. Destaco o livro *Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho*, de junho de 2023, organizado por Lúcia Helena Oliveira da Silva, Jaime Rodrigues e Airton Felix Silva Souza, especialmente o capítulo “Dos afazeres de meninas de cor: Trabalho doméstico, infância e situações de exploração (1920 – 1950)”, de Lúcia Helena Oliveira da Silva. Ressalto as observações que Silva faz sobre a Lei do Ventre Livre (1871), de número 2040, marco importante na história das crianças no Brasil, haja vista que ela ultrapassa a concessão de alforrias aos nascidos a partir da sua promulgação. Na prática, os senhores foram possibilitados de dispor sobre o futuro da criança liberta. Geralmente, segundo Maria Aparecida Papali, muitos senhores preferiam ficar com o trabalho delas até os vinte e um anos do que receber uma indenização.¹⁹ Portanto, crianças mantiveram-se em

¹⁹ Um dos artigos obrigava o senhor a cuidar da criança ou se eximir da responsabilidade, recebendo uma indenização: “Uma vez estando em sua responsabilidade, ela deveria passar um período mínimo com sua mãe. Na prática, isso assegurava para a criança, ao menos nos seus primeiros anos, a possibilidade de convívio materno. Caso o senhor abrisse mão da indenização e ficasse com a tutela ou direitos sobre a criança alforriada poderia se utilizar de seus

condições análogas à escravidão não só após a Lei do Ventre Livre, mas a Lei Áurea. (SILVA, 2023, p. 68)

Silva afirma que ainda há um grande desconhecimento sobre as experiências vivenciadas por crianças e jovens negras no pós-Abolição, que tem sido descortinado por inúmeras pesquisas. Aponta a necessidade de estudos sobre crianças que ficaram com seus pais, responsáveis e patrões nesse período, não só aquelas que foram para órgãos caritativos. (2023, p. 69) Considerando que há obstáculos nas fontes, que normalmente são registros sobre crianças, mas feitos por adultos, a autora sugere: “Nossa fonte para conhecer um pouco mais as experiências vivenciadas pelos pequenos tem sido a literatura.” (2023, p. 70). A partir disso, também ressalta a necessidade de considerar os filtros envolvidos na escrita de literatos: trata-se de adultos que constroem personagens crianças. Isso deve ser observado, mesmo nos casos em que recorrem a memórias de suas próprias infâncias.

Ainda a respeito da Lei do Ventre Livre, a dissertação de Luciana de Araújo Pinheiro, intitulada “A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879 – 1889)”, destaca como essa lei está ligada à tentativa de regulamentar longos contratos de trabalhos e severas punições à vadiagem. Portanto, após 1871, médicos, pedagogos, assistentes sociais e, principalmente, autoridades imperiais passam a encarar a criança, sobretudo a pobre, como objeto de preocupação social (2003, p. 34 - 35).

Portanto, os moleques jornaleiros de Rubem Braga estão inseridos em uma sociedade que organizou políticas que envolvem a disciplinarização pelo trabalho, derivadas de preocupações do período da escravidão. Segundo Mary Del Priore, quando as grandes reformas urbanas atingiram as capitais ao final do século XIX, vozes de juristas e médicos combatiam o aumento da presença de crianças nas ruas, sendo a maioria negra. Priore afirma que “Na República, recém-proclamada e que ostentava na bandeira o lema da “Ordem e Progresso”, a infância negra prometia desordem e atraso.” (2012. p. 238). Nesse sentido, a autora destaca o binômio do lazer *versus* trabalho e honestidade *versus* crime como algo a ser vivenciado pelas crianças carentes no primeiro quartel do século XX.

Em relação ao conflito entre público e o privado, cabe destacar o livro *Do Cabaré ao Lar* (publicado em 1985), de Margareth Rago, sobretudo o capítulo “A preservação da infância”, que retoma a história do interesse pela infância no Brasil, mostrando como os dominantes fizeram uma representação imaginária da criança, que seria percebida como “[...] superfície chata e plana, facilmente “moldável”, mas, ao mesmo tempo como ser dotado de características e vícios latentes,

trabalhos, ou seja, era facultado ao senhor o direito de manter ou repassar os direitos sobre a criança até quando fosse considerada adulta, aos vinte e um anos.” (SILVA, 2023, p. 67)

que deveriam ser corrigidos por técnicas pedagógicas para constituir-se em sujeito produtivo da nação.” (1985, p. 122). Sobre a problemática da formação dos futuros trabalhadores do Brasil, segundo Irma Rizzini, “O advento da República inaugura uma era de novas preocupações. O país em crescimento dependia de uma população preparada para impulsionar a economia nacional.” (1999, p. 378). Rizzini também destaca que, após a escravidão, muitas crianças e jovens eram recrutados nos asilos de caridade, sob a alegação de propiciar-lhes uma ocupação no intuito de combater a vagabundagem e a criminalidade (1999, p. 377).

Portanto, é necessário salientar que, como argumenta Rago, mesmo antes da preocupação econômica em formar novos trabalhadores para a indústria, a criação das instituições de sequestro da infância esteve relacionada à preocupação sobre a vadiagem (1985, p. 122). Como Irma Rizzini, a autora identifica o aspecto moral do trabalho, por exemplo, quando o poder médico defendia o aprendizado de uma atividade profissionalizante para manter a criança ocupada, incutindo-lhe hábitos de trabalhos, no intuito de reprimir a vadiagem, acima da intenção de prover mais braços para o mercado. (RAGO, 1985, p. 122)

Entretanto, estaria a existência dos “pequenos jornaleiros” da crônica de Rubem Braga de encontro com a concepção de que os menores deveriam estar ocupados? Apesar de, como veremos, haver momentos em que a profissão de jornaleiro era vista como alternativa para menores em situação de vulnerabilidades, segundo Rago, essa profissão, no discurso criminologista de Noé Azevedo, era considerada como altamente perigosa, pois se efetuava na rua, espaço considerado contaminado moralmente, estando na raiz da delinquência infantil. (1985, p. 122 - 123)

Retornemos, portanto, à “Trapos de Bronze”. No início da crônica, Braga afirma que os vendedores de jornais fizeram uma grande manifestação ao interventor federal do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, mas a manifestação “era meio interesseira. Os jornaleiros fazem festinhas ao interventor, para que o interventor não os prejudique”. Tratando-se de uma crônica, é necessário percorrer as páginas do jornal para entender seus sentidos. Na edição em que ela é publicada, O *Jornal* trazia os eventos natalinos de diferentes locais da capital, o que incluía programações voltadas para crianças. Possivelmente Braga se referia à reação dos jornaleiros à aparição de Pedro Ernesto nesses eventos: ele aparece como convidado, junto ao ministro da Educação dr. Gustavo Capanema, na matéria “O Dia da Criança Tijuca” (O JORNAL, Rio de Janeiro, 16 dez. 1934, p. 9). O interventor também está na notícia “Encerramento das aulas nas escolas municipais”, (16

dez. 1934, p. 4), localizada na mesma página da crônica, informando que ele assumiu os destinos do evento²⁰.

Dando sequência ao conteúdo da crônica, ela possui elementos fundamentais que nos permite identificar as críticas do autor à realidade dos pequenos vendedores de jornais e à forma como estavam sendo tratados no mundo letrado em sua volta. Menciona o momento em que o diretor de um “grande jornal do Rio” teve um “ataque de lirismo” e mandou levantar a estátua de um “pequeno jornaleiro” de boca aberta berrando o nome do jornal, com um maço de jornais para vender e a roupa em trapos. Na narração da crônica, tal escultura tinha pretensão de homenagear os gazeteiros, mas não foi bem recebida pelos “jornaleiros de carne e osso”, que “não gostaram do jornaleiro de bronze”, chegando até a agredir a obra. Em tom crítico, o cronista continua sua denúncia social: “Acho que eles tinham razão. O diretor do jornal era um homem rico. Pelo menos àquele jornaleiro de bronze podia ter dado de presente uma roupinha nova”.

Referindo-se aos jornaleiros, Braga escreve: “Pardaes? Alguém já disse: pardaes humanos... Pardais anarquistas, vítimas das pulgas dos seus farrapos e do lirismo dos cronistas”. É possível inferir que o autor fazia uma crítica ao que, no ano anterior, Humberto de Campos²¹ escrevia no jornal *A Noite*²², dois dias depois que a estátua a que se refere é inaugurada: “A cidade possui desde anteontem, um monumento consagrado ao seu pequenino pardal humano” (A NOITE, Rio de Janeiro, 3 jun. 1933, p. 1), sob título “Elogio ao Garoto”, cujo conteúdo segue o padrão de outras homenagens à estátua referida.

Entretanto, antes, é necessário contextualizar o momento referido. A crônica menciona um monumento inaugurado em 6 de junho de 1933, na cidade do Rio de Janeiro. Referenciando o livro *Rio de banca em banca: a história dos jornaleiros no Rio de Janeiro*, de Gilson Rabello, Viktor Chagas, em sua tese de doutorado intitulada “EXTRA! EXTRA! Os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios” identifica que a homenagem foi feita ao menino José Bento de Carvalho, de dez anos de idade à época. A iniciativa foi do jornal *A Noite*, que ergueu a estátua na esquina da Rua do Ouvidor com a Avenida Rio Branco (2013, p. 35).

Em nota de rodapé, Chagas explica que o monumento foi feito pelo escultor e caricaturista Anísio Oscar Mota, de pseudônimo Fritz, em referência aos vendedores que se aglutinavam à porta

²⁰ O evento consistiu na distribuição, pela Diretoria de Instrução, aos alunos que terminaram o curso, de uma lembrança: exemplares do livro do recém falecido Humberto de Campos, intitulado “Memórias”, destinados aos alunos do 5º ano primário.

²¹ Nasceu em 1886 e foi jornalista, político e escritor. Em 1933 seu livro *Memórias*, no qual descreve suas lembranças dos tempos da infância e juventude.

²² O vespertino carioca *A Noite*, de Irineu Marinho, foi fundado em 1911, durando até 1957. Segundo Marialva Barbosa, o jornal publicava publica até cinco edições diárias, que saem, em 1937, praticamente de duas em duas horas, modificando apenas a primeira e a última página.

do prédio do jornal *A Noite*. (2013, p. 132). Consultando este periódico, é possível ter acesso à reportagem completa sobre a cerimônia de inauguração da estátua. Esta, que estava coberta com a bandeira do Brasil, foi desvendada pelo próprio José Bento de Carvalho. Na edição de sexta-feira, 2 de junho de 1933, *A Noite*, sob o título “O “mês da cidade””, expõe o discurso do escritor Henrique Maximiano Coelho Neto (1864 - 1834). Chamo atenção para o seguinte trecho de sua fala:

A eles, pois, entrego, em nome d'A Noite, este monumento para que sirva de lição e, ao mesmo tempo, de exemplo e ídolo popular, para que as crianças, olhando, não se vexem de dizer: “Eu estou ganhando a minha vida”. O trabalho, qualquer que ele seja, é honra; não há trabalhador mais humilde que possa se vexar do exercício da sua profissão. Assim, pois, ficará como um símbolo e, ao mesmo tempo, uma apoteose, este pequeno vendedor de jornais, mas grande na intenção para a cidade. (A NOITE, Rio de Janeiro. 2 de jun. 1933, p. 2)

É possível supor que Coelho Neto, junto a Humberto de Campos, estaria entre os intelectuais que cometem o lirismo mencionado por Braga. Entretanto, o que quero destacar neste trecho é a exaltação ao trabalho a partir da figura do pequeno jornaleiro, apesar de sabermos que a circulação desses sujeitos nas vias públicas não era bem-vista e a profissão de jornaleiro para menores não era a mais recomendada.

Porém, embora o monumento referido seja conhecido no Rio de Janeiro, sendo possível acessar matérias atuais a seu respeito, não foram encontrados trabalhos acadêmicos sobre a vida de José Bento de Carvalho. A fonte consultada que nos fornece maiores informações é a reportagem citada, que não possui muitos detalhes da vida do menor. Porém, cabe destacar o esforço de Viktor Chagas em contextualizar o trabalho de crianças como vendedoras de jornais:

O que ocorre é que, em fins do século XIX, muitos jovens recém-chegados, sem condição de ingressar no mercado formal, voltam-se para a renda complementar como vendedores de jornais. Eram “italianinhos” [REBELLO, 1987], vindos de cidades como Paola e Fuscaldo (na província de Cosenza) e Sacco (Salerno, próximo a Nápoles), da região da Calábria, sul da Itália, área marcada pela pobreza e pelo trabalho campesino [GOMES, 2000]. De acordo com Rebello [1987:32- 33], a estratégia de contatar esses menores vendedores foi usada pela primeira vez pelo jornalista Ferreira de Araújo, à frente de grande reforma na imprensa com o lançamento da Gazeta de Notícias, em 1875. [...] (CHAGAS, 2013, p. 35)

A partir da análise de uma carta de 1942 do líder do Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro, entre outros documentos, Chagas também nos informa que entre as décadas de 1930 e 1940, a figura do pequeno jornaleiro passa a ser associada ao:

[...] jovem aprendiz brasileiro, explorado pela máfia italiana [cf. SERENO, 1942 e outros] inescrupulosa, em campanha que projeta a imagem de que a expansão do negócio dos jornaleiros contribui para o agravamento de

um problema social, absorvendo em grande parte a mão-de-obra infantil dos pequenos jornaleiros, que seguiam nas ruas, em concorrência direta com o mercado das bancas e muitas vezes subordinados a ele. Menores dormiam a céu aberto e perambulavam durante a madrugada, aguardando as edições matutinas. (CHAGAS, 2013, p. 35)

É nesse cenário que Chagas identifica a inauguração do monumento ao “drama” do pequeno jornaleiro, que faz parte de um processo de construção da imagem desse sujeito. Portanto, segundo o autor, ao longo da história do Brasil, houve a propaganda da imagem do jornaleiro como vendedor simpático, sempre pronto a ajudar, que se sobrepôs à caracterização do “tipo rude e bronco, de “poucos amigos”, que se ocupava das bancas; e aos meninos malcriados e maltrapilhos, que infestavam as ruas.” (2013, p. 6)

A respeito do silêncio sobre José Bento de Carvalho, retomo o alerta de Lúcia Helena Oliveira da Silva sobre a necessidade de buscar pela literatura, a experiência da infância marginalizada. Para isso, é fundamental compreender quem são os personagens que os escritores adjetivam como meninos, crianças, moleques, pivetes, peraltas, negrinhos, negrinhas, entre outros termos encontrados nas obras de romancistas, como José Lins do Rego e Jorge Amado, e nas páginas dos jornais. O termo moleque perpassa pela relação entre história da infância no Brasil, cor e trabalho. Entretanto, a palavra ganha abrangência, se referindo a aspectos considerados negativos para a infância, sendo usado, inclusive, para referir-se negativamente a adultos.

Como exposto, nas colunas policiais d'*O Jornal*, há sujeitos que possuem o termo nos seus apelidos, grafado entre aspas e com letra maiúscula. Portanto, deixo algumas reflexões em aberto: Como tais apelidos eram adquiridos? Tratam-se de nomes utilizados pelos próprios policiais? Seriam estes apelidos utilizados entre os membros das quadrilhas mencionadas nas notícias? A partir dos dados coletados até então no jornal, não é possível ter certeza da idade dos apelidados, nem da importância do que identificavam como “ser moleque” tinha entre eles.

Retornando à frase de Rubem Braga - “Não, meu caro senhor, não serão bons cidadãos nem bons pais de família. Sempre serão moleques e sempre farão molecagens na vida” -, é possível afirmar que a circulação de significados no mundo letrado corroborou na construção de sentidos para a infância brasileira, que, como ocorre com a palavra “moleque”, interfere na visão sobre destinos e predeterminações sobre o futuro de crianças a depender da sua cor, classe, raça e gênero.

Referências:

Fontes impressas:

A NOITE, Rio de Janeiro, 2 e 3 de junho de 1933.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 1932-1937.

Literatura:

REGO, José Lins do. Menino de engenho. São Paulo, 1 ed.: Global Editora, 2020.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Joselia. **Jorge Amado**: Uma biografia. São Paulo: Todavia, 2018.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, nº 2, p. 215-234, jun./dez. 2006.

CHAGAS, Viktor. **EXTRA! EXTRA! Os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios**. 2013. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais. Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)). Rio de Janeiro, 2013.

CHAGAS, Viktor. H. C. DE S. O Estado e a distribuição da imprensa: disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornaleiros na Era Vargas. **Mosaico**, v. 4, n. 7, 29 dez. 2013.

DEL PRIORE, Mary. A criança negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232253. ISBN: 978-85-7982-060-1. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

GORBERG, Marissa. Entre a negrofilia e a negrofobia: caricaturas dos anos 1920 em perspectiva transnacional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 42, nº 89, p. (61-92), 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-05>>.

MARTINS, Ana Luiza, e LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. **Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)**. 2003. 383p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1594045>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PIERONI, G.; VIANNA, M.; MARTINS, A. **Moleque & Nhonhô: uma história em preto e branco (a criança brasileira no período escravista)**. 1ª Ed. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.

PINHEIRO, Luciana de Araujo. **A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Dos afazeres de meninas de cor: Trabalho doméstico, infância e situações de exploração (1920 – 1950). In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RORIGUES, Jaime e SOUZA, Airton Felix Silva (orgs.) **Escravidão e liberdade** [recurso eletrônico]: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho. São Paulo: FFLCH, 2023.

VERGARA, Anelise. **Rubem Braga**: crônica e censura no Estado Novo (1938-1939). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp). Assis, 2015.

LITERATURA FEMININA E A DEFESA DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL OITOCENTISTA: POETISA NARCISA AMÁLIA DE CAMPOS

Olga Mattos de Lima e Silva²³

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo expor os resultados de uma pesquisa de doutoramento, que objetiva pensar a trajetória da literata Narcisa Amália de Campos na segunda metade do século XIX. A mesma nasceu em 1852 em São João da Barra (RJ) e residiu a maior parte de sua vida na cidade de Resende e na Corte. Com uma trajetória singular, a poetisa publicou sua obra lírica, intitulada *Nebulosas*, pela editora Garnier em 1872, embora já atuasse na imprensa através da publicação de textos e traduções de obras literárias. Dessa forma, buscamos discutir a visibilidade alcançada pela autora, destacando os desafios que eram impostos às mulheres que se lançavam no universo de letras Oitocentista, demonstrando o caráter político e de defesa de abolição da escravidão presentes na obra de Narcisa Amália de Campos.

Palavras-chave: imprensa; mulheres; visibilidade; abolição.

Introdução

Nos últimos anos, verificamos um crescimento exponencial no número de pesquisas que se dedicam aos estudos relacionados à história das mulheres e ao gênero como sujeito e objeto de análise histórica (SCOTT, 1992). A incorporação das mulheres na historiografia, segundo Michelle Perrot, foi tardia em relação a outras disciplinas por fatores diversos, dentre os quais destacamos o papel socialmente atribuído ao gênero feminino, associado à esfera doméstica, do privado, do lar. E também à escassez de fontes escritas deixadas pelas mulheres, se comparadas ao quantitativo das fontes “oficiais” masculinas, tendo em vista que o acesso à educação e à escrita era ainda mais restrito ao público feminino (PERROT, 2007, p. 29). A partir dessa perspectiva, portanto, acreditava-se que as mulheres eram dotadas de uma essência feminina que pré-determinava as suas funções na sociedade. Apesar dos desafios que lhes eram impostos, entretanto, as mulheres escreveram muito, lutaram pelo acesso à vida pública, à educação e ao voto, bem como pelo direito de expor suas ideias através de manifestações artísticas e literárias (TELLES, 2009, p. 342).

Na historiografia brasileira, a incorporação das mulheres e do gênero como categorias de análise proporcionou, no que tange ao período Imperial brasileiro, a descoberta de inúmeras mulheres oitocentistas que se encontravam no anonimato, embora tivessem grande produção e alcançado até mesmo reconhecimento em seu tempo. Neste sentido, Zahidé Muzart afirma que quando se trata das escritoras do século XIX há um enorme desconhecimento. As mulheres escreveram muito, variados gêneros como cartas, romances, poesias, relatos de viagens, contos, entre outros: “Perto da produção masculina, podemos dizer que as mulheres pouco publicaram. Contudo, não pouco escreveram.” (MUZART, 1995, p. 90).

²³ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: olgamattos1@yahoo.com.br

O presente trabalho, que se configura como parte de uma pesquisa de doutoramento mais ampla, que visa pensar a trajetória da autora Narcisa Amália de Campos entre os anos de 1852-1924, objetiva discorrer acerca da visibilidade e aceitação que a poetisa Oitocentista Narcisa Amália de Campos alcançou nos anos iniciais de sua atuação como literata, enfatizando as características abolicionistas presentes em sua obra *Nebulosas*, publicada em 1872.

Partindo da compreensão do universo de letras como um espaço majoritariamente masculino que impunha muitos desafios para que as mulheres fossem aceitas, buscamos também discutir a questão do cânone neste contexto. Segundo Magali Gouvea Engel, é preciso fugirmos da ideia de que mulheres que manifestaram concepções e comportamentos contrários àqueles hegemônicos de sua época sejam consideradas à frente de seu tempo; ao contrário, são produtos de seu próprio contexto: “fenômenos e personagens históricos jamais poderão ser compreendidos fora do momento em que viveram” (ENGEL, 2009, p. 26). Neste sentido, longe de uma perspectiva vitimista ou que entende as mulheres que conseguiram adentrar no mundo literário como excepcionais, buscamos demonstrar que Narcisa Amália, como diversas outras mulheres, foi agente de sua trajetória, alcançando visibilidade e reconhecimento dentro de uma sociedade que lhe impunha uma função social completamente contrária. Para tal, utilizamos como fontes a imprensa periódica e a pequena produção historiográfica existente sobre Narcisa Amália. Metodologicamente, empregamos o conceito de gênero (SCOTT, 1995), que nos permite compreender que os papéis conferidos aos homens e mulheres não são naturais ou essencialistas; ao contrário, são historicamente construídos e que o gênero se configura como uma forma primeira de significar as relações de poder. É importante também destacarmos que a categoria “mulheres” utilizada no presente trabalho não tem caráter universalista, ao contrário, refere-se a um grupo específico, que representava uma minoria se comparado à população brasileira na segunda metade do século XIX, o de mulheres letradas.

Narcisa Amália e Campos – vida e obra

Narcisa Amália de Campos nasceu na cidade de São João da Barra, província do Rio de Janeiro, em 1852, porém passou a maior parte de sua vida em Resende e na Corte, sendo este último o local onde veio a falecer em 1924. Embora tivesse origem relativamente humilde, seus pais conseguiram proporcionar-lhe acesso à educação desde ainda bem jovem. Joaquim Jácome de Campos, seu pai, era professor e também colaborava como jornalista em periódicos locais da região de Resende, como *O Parahybano* e *Resendense*; estabelecendo vínculos que seriam importantes para a inclusão da poetisa no universo de letras. Sua mãe, Narcisa Ignácia Pereira de Mendonça também atuava como professora.

Podemos afirmar que Narcisa Amália se casou pela primeira vez ainda bem jovem, embora não saibamos ainda precisar a idade correta. Segundo Elfi Kürten Fenske, teria sido aos onze anos (FENSKE, 2015). Já Thatiane Abreu afirma que foi aos treze (ABREU, 2021, p. 6). De qualquer forma, o matrimônio com João Batista da Silveira parece não ter durado muito tempo, mas certamente marcou a sua trajetória, afinal era algo muito incomum para a época uma mulher se separar. Narcisa Amália enfrentou preconceitos por isto. Na década de 1880, após o falecimento de seu pai, a autora se casa novamente com um comerciante de Resende, chamado Francisco Cleto da Rocha. Porém, pouco tempo depois Narcisa Amália se separa novamente e passa a residir no Rio de Janeiro.

Durante os anos que precederam a publicação de *Nebulosas*, Narcisa Amália se dedicou a realizar traduções de obras literárias e escrever poemas para a imprensa periódica. Em 1872 Narcisa Amália publicou sua única obra literária, intitulada *Nebulosas*, prefaciada por Pessanha Póvoa, que havia sido aluno de seu pai anos antes. Aqui, conseguimos observar que a rede de sociabilidades estabelecida por Joaquim Jácome auxiliou a poetisa em sua inserção no universo literário.

Enquadrado dentro do movimento do romantismo brasileiro, *Nebulosas* contava com 44 poemas de temáticas variadas, como a exaltação da pátria e da natureza, saudosismo, melancolia, amor, críticas ao sistema de governo vigente e também defesa da abolição, que demonstraremos abaixo. A obra se configurou como um marco na trajetória de Narcisa Amália em função de sua grande repercussão na imprensa, como demonstraremos, através do resgate de como a obra foi noticiada e recebida na Corte. Podemos afirmar que a obra dividiu opiniões. O elemento em comum que observamos tanto nas críticas negativas quanto nas positivas é a marcação clara de que o exercício da escrita literária era considerado um atributo masculino, evidenciado através da utilização de uma retórica de inferiorização e desqualificação da obra. O que nos chama a atenção, em específico, é o fato de que o caráter político presentes nos versos de *Nebulosas* é silenciado na imprensa. É destacada apenas a beleza e delicadeza dos poemas, conforme demonstraremos. Importantes nomes se manifestaram sobre a publicação de *Nebulosas*, entre eles, o autor Machado de Assis, sendo o único que encontramos que menciona tal caráter político (destacado abaixo), mesmo que de forma muito sutil:

Com este título acaba de publicar a Sra. D. Narcisa Amália, poetisa fluminense, um volume de versos, cuja introdução é devida à pena do distinto escritor de Pessanha Póvoa. Não sem receio abro um livro assinado por uma senhora. É certo que uma senhora pode poetar e filosofar, e muitas há que neste particular valem homens e dos melhores. Mas não são vulgares as que trazem legítimos talentos, como não são raras as que apenas pagam de uma duvidosa ou aparente disposição, sem nenhum outro dote literário que verdadeiramente as distinga. A leitura das *Nebulosas* causou-me a este respeito excelente impressão. Achei uma poetisa, dotada de sentimento verdadeiro e real inspiração, a espaços de muito vigor, reinando em todo o livro um ar de sinceridade e modéstia que encanta, e

todos estes predicados juntos, e os mais que lhe notar a crítica, é certo que não são comuns a todas as cultoras de poesia. [...] São tristes geralmente os seus versos, **quando não são políticos (que também os há bons e de energia não vulgar)** [...] Termino as transcrições e a notícia, recomendando aos leitores as *Nebulosas*. (Semana Ilustrada, 1872, Ed. 629:5031)

Quando lançamos um olhar mais cuidadoso sobre a fala de Machado de Assis, percebemos que ela é extremamente reveladora sobre o quanto o universo de letras era considerado como um espaço majoritariamente masculino e também nos fornece pistas sobre as adversidades enfrentadas pelas mulheres que tentavam adentrar nesse caminho. Ao dizer que, não sem receio, abriria um livro escrito por uma mulher, Machado de Assis afirmou que Pessanha Póvoa prefaciou a obra, reforçando a ideia de que era preciso ter um “mentor” masculino por trás da publicação, funcionando como uma espécie de “autorização”. Na sequência o autor destaca que ter talento para a escrita era algo muito raro para as mulheres. Embora Machado de Assis fizesse um elogio à *Nebulosas*, parece-nos que constrói toda uma narrativa que vai desqualificando a obra por ter como autora uma mulher. Dito de outra forma, a fala do autor demonstra que *Nebulosas* se enquadrava dentro do que era considerado uma boa obra literária mas que apesar disto havia sido redigida por uma mulher.

Verificamos marcações análogas de desqualificação em diversos outros comentários que conseguimos mapear na imprensa periódica sobre *Nebulosas*. Para o presente trabalho, selecionamos alguns exemplos dos principais jornais que circulavam na Corte no período. No *Jornal do Comércio*, por exemplo, que por sinal se mostrou até muito favorável à Narcisa Amália, essas questões aparecem, evidenciando justamente que o papel esperado da mulher não era o da escrita literária:

Nas *Nebulosas*, collecção de poesias da Sra. D. Narcisa Amalia, revela-se um bello e vigoroso talento poético, que seria notável n'um homem e que podemos considerar raro e extraordinário n'uma senhora, mesmo sem entrar na questão da maior ou menor aptidão dos sexos para a cultura dos dotes intellectuaes. Aceitando os factos quaes elles são, ao menos por ora, vemos nesta poetisa um talento verdadeiramente varonil, realçado talvez pelas graças peculiares do seu sexo. (...) o nome de uma senhora servirá primeiramente de estímulo á leitura; depois será saudado como um dos mais formosos ornamentos que a nossa litteratura poderá, descarnecida apontar ás nações. (*Jornal do Commercio*, 1872, Ed.356:2)

O periódico *A Reforma*, também noticiou a publicação da obra e o que nos chama atenção é que as marcações de desqualificação já mencionadas nos parecem menos evidentes, embora também destaque o sexo da autora da obra. Observamos também que há uma tentativa de enquadrar Narcisa Amália como um importante nome para a literatura brasileira:

Há muito tempo não anunciamos o aparecimento de um livro com tanta abundancia de coração. O volume que se intitula *Nebulosas* é uma das mais delicadas collecções de poesias lyricas, que ultimamente sahiram á lume. Requinta-lhe o mérito intrinseco, o facto de ser esse volume firmado por uma senhora. As *Nebulosas* são dignas da musa que inspirou a Casimiro de Abreu, essa mesma musa que ainda hoje inspira Fagundes Varela. Narcisa Amalia é um talento de primeira ordem e tem as grandes qualidades que caracterizam os melhores poetas: inspiração remontada, sentimento profundo, e naturalidade. Cultora da forma, apaixonada pela suavidade e elegância do verso, cada estrophe das *Nebulosas* é um mimo de perfeição tanto pela idéa, como pelo primor da expressão. [...] saudamos mais uma vez a jovem autora de *Nebulosas*, hoje, depois de lido o seu formoso livro, repetimos com jubilo as palavras de entusiasmo com que o anunciamos ao sahir do prelo. Todos os elogios são poucos em face de um trabalho tão recomendável. (A Reforma: Órgão Democratico, 1872, Ed. 299:1)

Uma crítica negativa mais contundente a *Nebulosas* encontramos no periódico *O Mosquito* em 18 de janeiro de 1873. Neste caso, apesar de criticar a obra, não aparece claramente que isto se deu devido ao fato de a autora ser uma mulher: não há menção explícita à questão. Segundo o redator, a obra era medíocre:

Nebulosas. Tenho andado a esquivar-me de fallar das *Nebulosas*. Ainda este livro não tinha apparecido, já se lhe cantavam hosanans. Depois que sahiu á luz, ergueu se a imprensa toda a acclamar a sua authora, cada qual fez a sua transcripção e só a Gazetilha se cohibiu de seguir o exemplo, dando com razão, o embaraço na preferencia.

Vai, pois, parecer firme proposito de fazer firme opposição o dizer algumas palavras destoantes do unisono applauso. O livro da Exma. Sra. D. Narciza Amalia é um livro muito medíocre. Tirem se duas poesias – Amor de Violeta e Sete de Setembro e ficam apenas, de todas aquellas paginas de versos, algumas – poucas – passagens felizes.

Sei bem que é o primeiro livro da jovem authora, e folgo com isso. Talvez no futuro poderá ella produzir obra mais perfeita, mas tem muito de que se emendar e não pouco que aprender. (*O Mosquito*, 1873, Ed. 175:3)

Narcisa Amália recebeu dois prêmios parabenizando-a pela publicação de *Nebulosas*. Segundo Anna Faedrich, o primeiro foi “a lira de ouro” em 1873, em cerimônia realizada na Câmara Municipal de Resende com mais de trezentos convidados presentes (FAEDRICH, 2017, p. 249). E em 1874 recebeu o prêmio da Mocidade Acadêmica, também em Resende, que foi noticiado minuciosamente pela imprensa periódica. Na cerimônia, a poetisa recebeu uma pena de ouro entregue pessoalmente pelo Conselheiro Saldanha Marinho e proferiu um discurso marcante e engajado, denunciando a condição da mulher na sociedade brasileira e defendendo a educação feminina como mecanismo de transformação:

Não foi o mérito do meu livro nem as idéas individuaes por elles esparsas, que arrebataram desses corações generosos este brado eloquente de fraternização litteraria: não devo-o apenas á felicidade de compartilhar as idéas do século e de curvar-me somente perante a Deus e a liberdade, o soberano dos séculos e a filha primogênita de sua intelligência infinita. E assim deve ser. A humanidade, contingente pelo vicio da sua própria natureza, não póde aproximar-se do seu

creador senão amparada pela liberdade; livre o pensamento é necessário que livres sejam os movimentos que devem executá-lo; o código que o dirige está escripto no seu próprio coração e, uma vez compreendido, a tyrania é um crime a subjeição, uma violência, às quaes só podem submeter-se a fraqueza e a ignorância.

Voltae os olhos e vós vereis: a mulher é a escrava do homem, e, se quebra os elos que a jungem ao poste, fica ainda mais escrava dos preconceitos. Conservaram-na em trevas para que desconheça o seu direito, e, quando rompe a nuvem espessa que segrega-a das lucubrações elevadas, quando quer aspirar o ambiente vivificante das regiões superiores, vem o motejo e a irrisão precipital-a no abysmo de onde nunca devera ter sahido.

Pois bem: eu reneguei a escravidão porque deixaram-me compreender que Deus me fizera livre como a emanação das flores que recaem os campos; livres como a brisa que doudeja pelo espaço: não escutei o motejo dos nescios, nem ouvi o gargalhar satânico dos incrédulos; olhei para o futuro, escrevi o que pensava, o que me havia ensinado a lição cahida dos lábios paternos, e deixei que esses pobres pensamentos fossem peregrinar pelo mundo (Diário do Rio de Janeiro, 1874, Ed. 268:2).

A partir do discurso de Narcisa Amália, compreendemos que em sua concepção o direito ao acesso à educação feminina era fundamental para transformar a condição das mulheres, para que pudessem ser livres da opressão masculina. Além disso, destacamos também que em 1874 a poetisa provavelmente já havia se divorciado de seu primeiro casamento, o que era algo muito incomum para a época. É muito provável que ela estivesse falando de sua própria experiência, dos desafios e preconceitos que enfrentava por ser “livre”, isto é, não se enquadrar dentro do papel socialmente imposto às mulheres.

Até o presente momento, buscamos demonstrar um pouco sobre a visibilidade que a poetisa Narcisa Amália alcançou com a publicação de *Nebulosas* através da análise de jornais que circularam na corte no período em questão. O que se torna evidente é que a autora atingiu prestígio e aceitação em seu contexto, assumindo um papel contrário ao que lhe era destinado como mulher naquela sociedade. Dessa forma, conseguimos observar que apesar dos inúmeros desafios impostos às mulheres que se lançaram no universo de letras, Narcisa Amália, assim como muitas outras mulheres, alcançou visibilidade, sendo reconhecida por seus contemporâneos, chegando inclusive a ser, de certa forma, “aceita” como literata.

Defesa da abolição em *Nebulosas* – Questão do cânone

Segundo Norma Telles, ao abordar a literatura feminina abolicionista do Brasil Oitocentista, afirma que a condição de subalternidade experienciada pelas mulheres no período provocou uma certa noção de solidariedade das mesmas em relação aos cativos (TELLES, 1989, p. 74). Segundo ela, o universo literário, considerado como espaço masculino, impunha dificuldades às mulheres, sobretudo àquelas que lançaram sua voz em questões políticas, enquadrando-as na categoria de

transgressoras. Ora, seria até “aceitável” que mulheres produzissem literatura, poesias, entre outros, mas opinar em assuntos políticos, não. Michelle Perrot, também afirmou:

Agir no espaço público não é fácil para mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto. Mas elas têm atuado, e de muitas maneiras [...] com frequência, apoiam-se em seus papéis tradicionais, e aí tudo vai bem [...] tudo se complica quando ousam agir como homens. A fronteira do político se revela particularmente resistente. (PERROT, 2007, p. 146)

Apesar de todos os desafios impostos às mulheres Oitocentistas, elas escreveram muito, lutaram pelo direito de expor e defender suas ideias. Muitas, como aponta Norma Telles, sendo transgressoras, manifestaram-se em questões políticas importantes do período, como o problema da escravidão. Conforme demonstrado acima, Narcisa Amália era uma defensora da importância da liberdade e da educação para o progresso da nação. Na obra *Nebulosas*, a autora dedica alguns de seus poemas para defender a abolição. A título de ilustração, selecionamos trechos de dois exemplos. Observemos:

O Africano e o Poeta

No canto tristonho / Do pobre cativo / Que elevo furtivo, / Da lua ao clarão; /
Na lágrima ardente / Que escalda-me o rosto, / De imenso desgosto / Silente
expressão; / Quem pensa? – O poeta / Que os carmes sentidos / Concerta aos
gemidos / De seu coração. [...] Meu Deus! Ao precito / Sem crenças na vida, /
Sem pátria querida / Só resta tombar! / Mas... quem uma prece / Na campa do
escravo / Que outrora foi bravo / Triste há de rezar?!... / - Quem há-de? ... O
poeta / Que a lousa obscura, / Com lágrima pura / Vai sempre orvalhar!?
(AMÁLIA, 2017, p. 130 – 132)

Sete de Setembro

Salve! Dia feliz, data sublime / Que despertas o sacro amor da pátria/ Em nossos
corações! / Salve! Aurora Redentora que eternizas / A era em que o Brasil entrara
ovante / No fórum das nações! – [...] – Mas não se cinge a escravidão a algema:
/ A terra que sangrar vieste livre / Do futuro no altar / Rasgado o seio por voraz
abutre / Vê-se ora entregue à escravidão / Sem forças, vacilar! / Ah! Não te
esqueças deste augusto dia! / Ampara o débil povo que se curva / Ante um falso
poder. (AMÁLIA, 2017, p. 93 – 98)

Em ambos os poemas, verificamos que Narcisa Amália denuncia a crueldade da escravidão e a necessidade da liberdade. Importante destacar que a obra foi publicada em 1872, um ano após a aprovação da Lei do Ventre Livre, momento em que as discussões acerca da abolição estavam fervilhando. E as mulheres não estavam alheias aos acontecimentos, ao contrário.

Ainda no que tange à literatura brasileira Oitocentista, Sidney Chalhoub afirma que a temática da abolição esteve muito presente. O que ocorre, na verdade, é que muitas dessas obras/autores ainda se encontram no anonimato (CHALHOUB, 2018). É fundamental realizarmos o exercício de busca pelos mesmos.

A questão do cânone se vincula ao que é dominante em determinadas épocas, ao que é aceito. Diz respeito, portanto, aos aspectos econômicos, políticos e sociais estabelecidos em um

determinado contexto. Historicamente determinado, o que é considerado canônico num momento pode ser esquecido em outro contexto e vice-versa. A palavra cânone tem suas origens no termo “kanon” em grego, adquirindo ao longo da história a conotação de padrão ou norma. (MUZART, 1995, p. 86)

Quando se trata dos cânones na literatura, observamos uma disparidade entre o número de homens e mulheres. Isto não é algo exclusivo do século XIX, ao contrário, ainda hoje observamos esses elementos de exclusão da mulher na produção literária. Como já mencionado, isso não significa que o sexo feminino não tenha produzido muito, obras que foram até aceitas em seu contexto, como a demonstrada *Nebulosas*, de Narcisa Amália, por mulheres que lutaram na contramão do padrão social imposto. Porém, na maioria dos casos essa memória se perde ao longo do tempo, justamente porque se configura como algo fora do aceitável para a época. Neste caso, o gênero é um fator determinante. Conforme já discutido acima, no século XIX a escrita literária se caracterizava por ser um espaço majoritariamente masculino.

Devido aos esforços de pesquisas recentes, a historiografia brasileira resgatou a memória de muitas mulheres esquecidas do século XIX. Narcisa Amália não é a única, existem muitas outras que já foram ou ainda serão descobertas/lembradas. O trabalho de Zahidé Muzart, ao debruçar-se sobre a produção literária feminina no Oitocentos, foi precursor e abriu caminho para novas pesquisas. Sobre o processo de canonização, a autora afirma:

Estar dentro das normas é estar bem com seus pares, é freqüentar as rodinhas da Gamier ou os cafés da moda, ter seus livros recebidos com notas elogiosas e artigos críticos. Os rituais de aceitação e posterior canonização incluem atos de sociabilidade aos quais alguns autores esquecidos não se submeteram. (MUZART, 1995, p. 87)

Para compreendermos a questão do cânone, segundo Zahidé Muzart, é preciso levar em consideração diversos fatores. O primeiro deles diz respeito às dificuldades que as mulheres enfrentavam quando ousavam publicar uma obra. Elas escreveram muito, mas publicaram pouco. Um outro aspecto é o do gênero literário escolhido, via de regra a poesia se mostrava mais favorável às mulheres por se relacionar com uma suposta essência atribuída ao sexo feminino, vinculada à delicadeza. Este fator pode ser observado através da trajetória de Narcisa Amália, que ao publicar uma obra que reunia diversas poesias, alcançou visibilidade e aceitação em seu contexto, embora não seja lembrada. Por outro lado, conforme demonstramos, o caráter político e transgressor das poesias da autora foram silenciados. A classe social e a cor também são elementos significativos no processo de construção do cânone. A sociedade brasileira do século XIX era complexa, regida por um sistema patriarcal com valores eurocêntricos, que excluía mulheres, pessoas pobres e escravos.

No que tange a um público leitor no Brasil oitocentista, Tania Bessone verifica um crescimento considerável ao longo do século XIX, que de forma geral, vai se expandir na medida

em que passaram a ser produzidos livros no país, proporcionando o surgimento de livrarias, bibliotecas e tipografias. Segundo a autora, as mulheres demoraram um pouco mais para serem consideradas escritoras, o primeiro passo dado foi o de se tornarem leitoras. Os livros, dessa forma, eram escritos exclusivamente por homens. Quando dedicados ao público feminino objetivavam educar as mulheres, reforçando quais funções e atribuições deveriam seguir, estabelecendo um padrão construído. Era, portanto, uma forma de perpetuar a essência feminina. É preciso destacar que ser alfabetizada era um privilégio que poucas desfrutavam no Brasil do século XIX. Tania Bessone pontua, entretanto, que isso não significa que mulheres não letradas não absorvessem os textos. A leitura em voz alta através de saraus era uma alternativa (FERREIRA, 2005, p. 3). A imprensa neste contexto se tornou fundamental pois transformou muitas mulheres, que antes eram apenas leitoras em produtoras de conhecimento nos jornais. É por meio da imprensa que as mulheres começaram a reivindicar o direito ao voto, à educação e ao acesso as esferas públicas.

A partir dessas concepções trabalhadas observamos que o processo de canonização de um determinado autor ou obra vincula-se diretamente com o seu contexto, ao que é considerado aceitável e padrão dentro daquele universo. Neste sentido, grupos subalternos, de forma ampla, ficam à margem do processo. A construção do cânone não perpassa somente a qualidade de uma obra literária, mas também por questões econômicas, políticas e sociais. Historicamente determinado, o cânone se transforma ao longo do tempo.

Conclusão

Concluimos, portanto, através da análise da trajetória de Narcisa Amália, que as mulheres enfrentaram muitas adversidades quando se lançavam no universo da literatura, sobretudo quando alçaram voz sobre questões políticas, transgressoras, sendo muitas vezes silenciadas e esquecidas ao longo do tempo. Alcançar legitimação dentro desse contexto não era tarefa fácil. Apesar disto, muitas se destacaram.

Muito longe de buscar trazer resultados consistentes, o presente artigo se propôs a discutir alguns dos elementos que já conseguimos visualizar em nossa pesquisa. Buscamos demonstrar que o esquecimento de Narcisa Amália se contrasta quando observamos sua intensa atuação no universo de letras do século XIX. Sua memória perdida precisa ser recuperada. Ao abordar a repercussão de *Nebulosas*, objetivamos demonstrar que a poetisa alcançou visibilidade e aceitação em seu contexto, isto é, foi reconhecida como produtora de uma obra literária considerada de qualidade para os padrões da época, rompendo, dessa forma, com o comportamento que era esperado do sexo feminino na época. Conforme demonstramos, os jornais da Corte discutiram a publicação de *Nebulosas*, conferindo-lhe prestígio. Mesmo quando as críticas eram negativas,

transparecia o fato de que o nome de Narcisa Amália estava em alta por sua obra. Além disso, ao expor os poemas de defesa da abolição da autora, buscamos demonstrar que cada vez mais devemos trazer as mulheres para as grandes discussões da historiografia. Afinal, as mulheres não foram alheias aos acontecimentos e nem coadjuvantes, ao contrário.

Ao problematizar a questão do processo de construção do cânone, não objetivamos inscrever Narcisa Amália no rol de autores canonizados do Oitocentos, e sim problematizar os inúmeros fatores que envolvem o processo de esquecimento ou canonização de um autor. A esse respeito, o gênero parece ter caráter fundamental para o esquecimento não só da poetisa, mas de inúmeras outras mulheres. Afinal, o aceitável (padrão) para a época era que o universo literário era um espaço masculino, excluindo as mulheres. Lutando contra os papéis determinados pela sociedade em que viveu, Narcisa Amália, como diversas outras autoras, alcançou a esfera pública através de sua produção literária.

Referências:

Fontes Primárias

A Reforma: Órgão Democrático. Rio de Janeiro. Ano de 1872 a 1874.

Correio Paulistano. São Paulo. Ano de 1871.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Anos de 1872 a 1874.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. Ano de 1872.

O Mosquito. Rio de Janeiro. Ano de 1873.

Revista Brasileira. Rio de Janeiro. Ano de 1879.

Semana Ilustrada. Rio de Janeiro. Ano de 1872.

Referências Bibliográficas

ABREU, Thatiane. "Quebrando o silêncio em busca da liberdade: memória e luta das escritoras Carolina Nabuco e Narcisa Amália". *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*. Niterói, p. 6. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Thatiane_Abreu.pdf>. Acesso em 30 abril, 2021.

AMÁLIA, Narcisa. *Nebulosas*. Prefácio de Pessanha Póvoa; apresentação e posfácio de Anna Faedrich. 2º Ed. Rio de Janeiro: Grádiva Editorial; Fundação da Biblioteca Nacional, 2017

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UEP, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *Literatura e escravidão*. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávia (Org.). *Dicionário da escravidão e da liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ENGEL, Magali Gouveia. "Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo?". In: *La manzana de la discordia*. Santiago: No. 8: 25- 32, 2009.

FAEDRICH, Anna. “Narcisa Amália, poeta esquecida do século XIX”. *REVISTA SOLETRAS*, São Gonçalo, v. 2, p. 237-252, 2017.

FENSKE, Elfi Kürten. “Narcisa Amália de Campos - poeta, republicana, abolicionista e feminista do século XIX”. *Templo Cultural Delfos*, junho/2015. Disponível em: <<http://www.elfikurten.com.br/2015/06/narcisa-amalia-de-campos.html>>. Acesso em 20 abri, 2021.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. “*As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura*”. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 81-93, 2005.

KARAWCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. Tese (doutorado) – IFCH-UFSC, Porto Alegre, 2013.

MUZART, Zahidé L. “A questão do cânone”. In: *Anuário de Literatura nº 3*. Florianópolis: (s.n.), 1995.

OSCAR, João. *Narcisa Amália: vida e poesia*. Campos, RJ: Lar Cristão, 1994.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 02, jul./dez. 1995.

TELLES, Norma. “*Escritoras, escritas, escrituras*”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. *Revista de história* 120, 1989: p. 73-83.

ST 03: REDES MERCANTIS: AS FORMAS DE ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA NAS COLÔNIAS IBÉRICAS

ALFORRIAS E PERMANÊNCIAS DO ANTIGO REGIME NO RIO DE JANEIRO ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

Mirella Soraya Pinheiro Rodrigues de Oliveira²⁴

Resumo:

A passagem do século XVIII para o XIX é paralelamente um momento de transformações e reiteraões: consolida-se à época o sistema atlântico escravista, o modelo de economia da América portuguesa de organização pré-capitalista e sua particular hierarquia social. No presente trabalho, investigaremos a relação da presença na região de uma visão de mundo proveniente de uma disciplina católica assentada na Segunda Escolástica com a assinatura de alforrias. Para tanto, mobilizaremos uma metodologia em escala reduzida de análise, levantando os casos particulares das manumissões e as trajetórias a esses documentos atreladas. As ocorrências dos anos de referência de 1771 e 1792 são comparadas com os registros de 1812 e 1821, com a intenção de analisar as permanências do Antigo Regime já na entrada do século XIX.

Palavras-chave: Escravidão; alforria; disciplina católica

O estudo das alforrias recebeu pela década de 1980 novas possibilidades metodológicas. A mobilização de novas fontes acompanhou o levantamento de novas problemáticas, como a autonomia escrava. Como nos estudos das famílias, passou-se a considerar os cativos como indivíduos ativos e capazes de estabelecerem estratégias para se libertarem. Essa década indicaria mais alterações no processo de escrita da história da escravidão que permaneceriam nos anos seguintes. As mudanças apoiavam-se, primeiramente, na releitura das fontes e na mobilização de novas tipologias documentais, como os registros policiais, judiciais etc. O exame empreendido às fontes em questão permitia aos historiadores uma aproximação às experiências realizadas pelos escravos em ocasião do cativo. Assumia-se, por meio das transformações metodológicas, novos sentidos à escravidão e suas formas de resistência e negociação.

As mudanças iniciadas à época redefiniram a análise desses documentos, bem como suas relações com o complexo mundo social de que faziam parte. Assim, o estudo das alforrias no Rio de Janeiro deve partir hoje da compreensão do modelo de economia da região. Nela, imperava uma organização orientada pelas relações sociais, que por sua vez reforçavam o referido modelo. Diferentemente de economias de mercado, dirigidas pelos preços, no Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX mecanismos não-econômicos direcionavam os cálculos econômicos. O parentesco, a obrigação moral, os mandamentos religiosos e as relações clientelísticas, por exemplo,

²⁴ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisa contemplada com bolsa pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

organizavam a produção e a distribuição de bens. No caso da cidade, a ordem católica direcionava os diferentes aspectos da vida social, reproduzindo elementos constitutivos do Antigo Regime lusitano. De acordo com Antonio Manuel Hespanha:

Para os colonizadores (naturalmente, não para os colonizados), metrópole e colônias formavam um *quasi continuum* de tradições comuns (também de tradições políticas e representações), de língua, de relações humanas e de ligações mercantis. É assim muito difícil encontrar uma instituição colonial (quer dizer, brasileira) ou constelação social cuja matriz não possa ser localizada nas tradições jurídicas ou institucionais europeias (2010, p. 72).

Segundo o mesmo autor, na América portuguesa se desenvolveu uma sociedade em que traços da cultura ibérica somaram-se a categorias da realidade colonial, em especial as relativas à escravidão. A principal característica herdada é o que Hespanha chama de disciplina católica. Aqui entendida como uma visão de mundo²⁵, essa disciplina social organizava os estatutos sociais, ao passo que ensejava sentimentos cardinais e relações desiguais. De acordo com essa orientação, acreditava-se que a vida concedida por Deus mantinha a divindade e homens em relações eternamente desiguais, uma vez que a graça recebida não poderia ser retribuída. A partir desta primeira relação, vista como naturalmente desigual, os demais vínculos dessa sociedade eram estabelecidos de forma hierárquica, em especial aqueles da sociedade luso americana.

Há que se destacar que tanto essa disciplina social quanto o caráter corporativo dessa sociedade fundamentavam-se nos pressupostos da segunda escolástica. De acordo com Quentin Skinner, o ressurgimento do tomismo no Quinhentos tem início tímido na Universidade de Paris e subsequentemente na cátedra de teologia em Salamanca, com Francisco de Vitoria. Para além das contribuições com suas *relectiones*, Vitoria se destacou pela sua docência, atividade em que conquistara uma longa lista de discípulos, entre eles Domingo de Soto. Já no século XVI, mostra Skinner, as doutrinas apresentadas pelos dominicanos passam a ser adotadas também pelos jesuítas, responsáveis pela difusão desse pensamento político na Itália, França e Espanha (1999, p. 415). Como o principal intelectual dessa corrente de pensamento, Tomás de Aquino possui um grande corpo de obras. Entre elas se encontra a Suma Teológica, um dos mais expressivos tratados de teologia e título revisitado em nosso trabalho.

Em Aristóteles, leitura recuperada pela neoescolástica (SKINNER, 1999, p. 415), a união do senhor com o escravo faz parte dos assuntos domésticos (2017, p. 13). Sendo a sociedade de Antigo Regime português uma monarquia corporativa em que o poder do rei deveria respeitar as comunidades familiares, o que se segue é um campo de possibilidades de negociação entre senhores

²⁵ Por visão de mundo entendemos os modelos mentais mobilizados por uma sociedade para entender a si mesma.

e escravos. Em outras palavras, quem ditava os acordos que poderiam resultar em liberdades eram esses agentes, que não abandonavam durante esses processos os modelos mentais característicos de uma sociedade profundamente católica de tradição neotomista. Sublinha-se aqui que não se trata de admitir que todos os proprietários de escravos eram ávidos leitores dessa tradição teórica primeiro porque estamos diante de uma sociedade marcadamente analfabeta (FERRARO, 2002, p. 25) e que possuía entre o conjunto senhorial indivíduos egressos do cativeiro. Não obstante, consideramos que essas pessoas eram sujeitas de seu próprio tempo, no qual a mentalidade hegemônica reproduzia os pressupostos da neoescolástica.

As alforrias são exemplos de documentos em que essas relações desiguais, e suas respectivas visões de mundo, são apresentadas. Pelo documento, é possível mobilizar as principais justificativas dadas pelos senhores aos seus escravos em iminência de liberdade. A historiografia, desde o já clássico estudo de Peter L. Eisenberg, tem assinalado os “bons serviços” como principal motivação assinalada nas alforrias (1989). Em estudos mais recentes, essa justificativa igualmente recebe seu devido destaque.

Outro aparente consenso da historiografia do tema se refere ao predomínio de mulheres entre os que mais recebem cartas de liberdade. Em nosso exame, observamos como elas são as mais alforriadas tanto nas escrituras do 1º, 2º e 3º Ofícios de Notas do Rio de Janeiro entre 1770 a 1821, bem como são as mais libertadas nos testamentos dos livros 2 e 3 da Sé da mesma cidade, entre as décadas de 1770 a 1790. Nos cartórios, essas personagens representam cerca de 61,2% dos alforriados, enquanto nos testamentos levantados representavam de 53% a 59,4% entre os anos de referência.

Levanta-se o exemplo da alforria de Inês, escrava preta de Angola que em 25 de abril de 1771 era declarada forra pelo seu senhor José Tavares, cirurgião na cidade. Sua alforria era dada mediante os bons serviços feitos por mais de vinte anos e pelos “achques que ela padecia”. Tem-se aqui mais um caso de reconhecimento de serviços, com a ênfase nos anos de fidelidade, bem como a libertação por motivos de moléstia. É possível que nesse exemplo, como em outros, essa virtude acompanhe justificativas mais práticas da improdutividade do escravo quando enfermo. Todavia, estão impressos nessa carta esses sentimentos cardinais. José Tavares e os demais senhores são, portanto, criaturas de sua própria ordem, ainda que agissem conforme cálculos materiais mais práticos. Ou seja, em uma alforria podem estar presentes ao mesmo tempo motivações relacionadas à renda, à produção, como também à mentalidade, valores correspondentes à disciplina social vigente, etc. Se levarmos em conta que parte desses sujeitos – qual sejam, os escravos – eram encarados ao mesmo tempo como coisas e pessoas, não é de se estranhar que mais de uma justificativa anteceda as manumissões.

Segundo Eisemberg, a sujeição natural das mulheres aos homens explica em parte as alforrias concedidas às mesmas. Como argumenta, devido ao domínio masculino sobre elas nessa ordem, os senhores podiam alforriar suas cativas e tê-las trabalhando como antes (1989, p. 183). Conforme apresenta Hespanha, as mulheres eram consideradas por essa ordem corporativa como menos dignas e aptas às funções de mando, daí serem sujeitas ao domínio dos homens. O fundamento dessa concepção partia da crença de que elas tinham uma mancha original herdada da transgressão de Eva (2008, p. 65-73). Para remediar essa falta que carregavam naturalmente, as mulheres deveriam se submeter aos seus pais e maridos como os homens se submetiam a Deus; do contrário estariam desobedecendo a divindade (HESPANHA, 2008, p. 71).

De acordo com Antônio Carlos Juca de Sampaio, as mulheres eram também personagens importantes nas libertações de outros indivíduos, em especial os seus filhos (2005, p. 322). Assim, muitos outros registros de manumissões masculinas devem-se igualmente a estratégias empreendidas por mulheres. Destaca-se aqui como o método de análise microscópica contribui ao desvendar essas histórias. Caso esses documentos fossem levantados somente tendo-se em conta as porcentagens da divisão sexual, perder-se-ia muito dos sentidos das alforrias, das trajetórias trilhadas por essas pessoas em vista de se libertarem e até mesmo da própria vida social de então.

Notemos primeiramente o caso de José, mulato inocente de 1 ano de idade que em 10 de maio de 1771 recebia sua carta do seu senhor Francisco Álvares Coutinho, lavrador na Freguesia de São Sebastião de Itaipu. Este deixava o menino livre em razão do amor que lhe tinha e a quantia recebida de sua mãe, a parda Francisca. Ela reunira o valor pelas esmolas que lhe deram. No mesmo ano, Dona Maria Josefa de Jesus, residente na Freguesia de Santiago de Inhaúma ia até o 1º Ofício do Rio de Janeiro para passar as cartas de dois de seus escravos: Jerônima e Luiz, mãe e filho. A senhora declarava que os deixava livres em razão de seus bons serviços, ter criado a parda como filha e pelas quantias recebidas. Jerônima conseguira reunir 140\$800 em esmolas para sua carta e a de seu filho.

Em nossa amostragem, notamos como nos anos de referência do século XVIII a grande maioria das alforrias conquistadas mediante esmolas reunidas – conforme declarado nas cartas de liberdade – eram destinadas a mulheres. Elas representavam 76% e 75% entre essas cartas, em 1771 e 1792 respectivamente. Com a entrada do século XIX, esse tipo de menção não aparece tão expressivamente em nossa amostragem. Não se deve descartar que esses registros estejam relacionados a atividades de ganho não expressas nas manumissões, hipótese para um futuro trabalho. Aqui importa sublinhar que as mulheres parecem ser aquelas mais passíveis de atender a essas doações misericordiosas. Talvez o lugar dessas personagens na ordem vigente explique essa

inclinação. A posição inferior dessas nessa organização social poderia causar maior compaixão pela sua miséria, definição da virtude da misericórdia.

Não se trata de interpretar esses senhores como almas que estavam sempre sujeitos a ter pena de seus escravos. Ao contrário, esses indivíduos estão cumprindo os deveres a eles imbuídos como cristãos. Mais um caso vale menção: Nicomedes, homem crioulo liberto pelo seu senhor Francisco Calixto Coutinho no oitavo dia de fevereiro de 1812. Na data, seu senhor que vivia de lavoura saiu de sua residência na freguesia de São João de Icarai e fora até o 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro para assinar a liberdade de Nicomedes, sob a justificativa de que este, filho de sua escrava Ignacia, era, portanto, cria de sua casa, mas encontrava-se enfermo. O outorgante registrava que não tinha possibilidades de curar suas moléstias como essas pediam, e por isso passava sua liberdade para que ele fosse recolhido em qualquer hospital para ser curado pelo amor de Deus.

Sublinha-se aqui o ano dessa alforria, já no início do século XIX. Esse parece ser um vestígio de como alguns sentimentos característicos do Antigo Regime permanecem nas mentalidades dos indivíduos mesmo no Oitocentos. Estão presentes nessa alforria dois imperativos caros a disciplina católica: o amor de criação e a misericórdia. Esse último se relaciona a doações em razão de situações de miséria. O primeiro, por sua vez, remete a valores do pater familias. São esses sentimentos que parecem ter feito Francisco Calixto Coutinho sair de suas terras nas quais vivia de lavoura para o centro da cidade do Rio de Janeiro assinar a liberdade de seu escravo Nicomedes. Além de ser filho de sua escrava, este encontrava-se em moléstia, situação das mais exemplares entre aquelas que mereceriam a virtude da misericórdia. Preocupa-se, então, em deixá-lo livre para que fosse remediado.

Levantamos em nosso exame as motivações apresentadas pelos outorgantes ao assinarem as liberdades de seus cativos. Nota-se como as justificativas tendem a se repetir na passagem do século XVIII ao XIX, em 1812, cerca de 22,3% das alforrias no 1º Ofício de Notas eram justificadas mediante os bons serviços, enquanto no ano de 1821 esse valor passa para 19%. Nos dois anos essas motivações se somam a outras, chegando a representar cerca de 26%. Quais seriam as razões para a persistência de justificativas como as observadas no século XVIII? Lembremos que os bons serviços eram uma declaração de dívida entre senhor e escravo, quando este último cumpria com fidelidade e lealdade esta relação social e as atribuições correspondentes. O “pagamento” dessas “dívidas” no Oitocentos talvez demonstre como permanecia ao menos parte do arranjo político de Antigo Regime. Isto é, à época esses indivíduos continuam se sentindo devedores dos serviços de seus escravos.

Por outro lado, a significativa porcentagem das alforrias assinadas somente mediante quantias recebidas pode ilustrar uma nova inclinação nas libertações do século XIX. Em 1812, elas

representam mais de 35% dos documentos, enquanto na década seguinte são 18% das alforrias do ano de referência. Se os bons serviços, amor a Deus, amor de criação e as justificativas que arrolavam várias dessas motivações em uma só carta antes eram as mais expressivas, começamos a observar na passagem do século uma mudança. Resta saber até que ponto essa transformação significou uma ruptura ou adaptação à ordem vigente. Boa parte dessas quantias recebidas vinham de esmolas arroladas pelos escravos. Nesse processo, por sua vez, estão presentes relações com a ordem analisada. Mesmo assim, a presença significativa dessas motivações não deve ser ignorada. Ao que parece, ela é mais um dos exemplos da complexidade dessa sociedade. Talvez por razões materiais ligadas às oscilações do tráfico atlântico, a compensação monetária de uma propriedade fosse uma prerrogativa mais considerada. Ao mesmo tempo, é possível que essa prerrogativa também estivesse inserida na disciplina social católica.

Há ainda uma relação entre o tráfico atlântico de escravos e a prática da alforria, conclusão já levantada pela historiografia do tema e que também merece destaque. Para Florentino, no Rio de Janeiro de antes de 1850, havia uma “natureza demograficamente aberta” (2005, p. 335) com o constante desembarque de cativos e as manumissões pagas. O pesquisador também sugere que a forte presença de africanos, em especial da região Mina, estaria relacionada à capacidade em reunir recursos por meio do trabalho de ganho. Segundo ele, ao aplicarem os montantes pagos pelas suas liberdades na compra de outros cativos, esses indivíduos estariam reproduzindo a ordem vigente. Ao transformarem-se em senhores de outros homens, criavam mais uma relação duradoura nessa complexa ordem escravista. Ao mesmo tempo, ao acessarem sentimentos cardinais para justificar futuras alforrias desses mesmos homens, reforçariam novamente a disciplina católica.

Veja-se o exemplo de Feliciano Barbosa dos Santos, homem preto forro e morador da antiga Rua atrás do Hospício, atual Rua Buenos Aires. Em três ocasiões durante o ano de 1821, o outorgante se dirigiu ao mesmo cartório para assinar a liberdade de sete de seus escravos. Primeiramente no dia 10 de abril, deixava Josefa, preta Mina e suas filhas Maria do Rosário de 2 anos aproximadamente e Maria Conceição de 1 ano também aproximadamente, ambas crioulas, libertas com a condição de todas o acompanharem até sua morte. Feliciano justificava a alforria de Josefa mediante os bons serviços prestados pela mesma, e pelo amor e cordial afeto que tinha às suas filhas por serem de sua criação. Ao final de abril, no dia 27, voltava ao cartório para libertar Tereza Ganguela e Adão Mina ainda sob a justificativa dos bons serviços dos mesmos. Assim como as outras alforrias, essas duas tinham a condição de continuar prestando os serviços até sua morte “com o mesmo zelo e obediência” e “a mesma fidelidade, respeito e obediência”.

Já em 5 de maio, Feliciano voltava para libertar Estevão, de menor idade e Joana, de seis anos. Ambos eram crioulos e filhos de sua escrava Maria Quissamã, já falecida. Estevão era

alforriado segundo o amor que o outorgante tinha por ele, e também por ser seu afilhado de batismo. Essa justificativa também contemplava o caso da Maria, uma vez que Feliciano declarava ter afeto pela mesma em razão de a ter criado e educado como filha. Acompanhando os registros anteriores, essas liberdades eram concedidas mediante a condição de ambos servirem o senhor até sua morte.

Como Feliciano, outros indivíduos egressos do cativeiro se dirigiam aos cartórios para manumitir seus escravos. No entanto, o caso desse senhor chama atenção. Feliciano poderia ser uma figura de prestígio em seu meio social, fazendo parte de uma rede de sociabilidade correspondente a sua nação – da qual os registros não informam – ou tendo mais afilhados além de Estevão. Afinal, este era um homem preto com condições de possuir ao menos seis escravos. Isso poderia ser possível, deve-se acrescentar, por algum ofício desempenhado pelo outorgante, cuja informação mais uma vez as escrituras podem ter omitido. Por tudo isso, Feliciano poderia ter assinado essas liberdades por motivações alinhadas à sua rede, ou mesmo a uma postura contrária à instituição escravista. No entanto, em meio ao cenário de transformações da praça fluminense no Oitocentos, Feliciano evocava motivos caros à ordem de Antigo Regime para assinar as alforrias. Além disso, deixava todas em comum condição: servi-lo até sua morte.

As alforrias condicionais são um palco de debate entre historiadores do tema. No caso exposto, elas podem significar uma estratégia de Feliciano em não perder parte de sua mão de obra e, ao mesmo tempo, possivelmente seu prestígio. Não parece, ainda, que o outorgante estivesse alforriando pela proximidade de sua morte. Isso porque não só as escrituras não revelam tal situação, como o seu testamento poderia ser um espaço mais adequado para prestar essas últimas contas. O que se pode especular é que Feliciano seguia, mesmo no Oitocentos, as motivações de uma visão de mundo católica. Talvez o acompanhamento fosse para si uma ferramenta disponível de distinção social. Dito de outra forma, a alforria condicional poderia ser a forma do outorgante de manter-se senhor de outros, enquanto mobilizava sentimentos de um bom cristão. O que se pode concluir por ora, mediante as poucas informações que esses documentos nos concedem, é que mesmo entre a população egressa do cativeiro a ordem católica ainda persistia em certo grau como uma visão de mundo. Isso não significa que essa mentalidade era seguida por todos esses indivíduos, como nos aprofundaremos mais à frente. Em verdade, evidencia como a vida social neste século é mais complexa do que se poderia prever.

Resta-nos identificar quais as condições que fazem a prática da alforria comum a diferentes grupos sociais. Guedes e Soares assinalam que o aumento do desembarque de escravos no porto fluminense ampliara o acesso de cativos entre os distintos grupos dessa sociedade (GUEDES; SOARES, 2015, p. 122). Essa crescente disponibilidade de escravos facilitava dois fenômenos

paralelos: a aquisição de cativos e sua alforria por parte da camada forra. No ato da libertação, por sua vez, manifestavam-se os mesmos imperativos da população livre. Sobre essa dimensão, argumentam os historiadores citados:

Aqui nascidos ou africanos, as práticas escravistas dos senhores forros, dentre as quais a concessão da alforria, sofreram as mesmas influências de seus pares senhoriais portugueses (quase sempre esquecidos na História da escravidão): o poder, o amor, a amizade, as pressões familiares, mas sobretudo o desejo de salvar a alma porque o corpo ia-se consumindo aos poucos antes da passagem e ninguém saía desse mundo vivo: preto, pardo, branco, senhor, escravo, homem, mulher, velho, novo. Perto do suspiro final, o medo da morte e das chamas eternas do inferno era igual para todos (2015, p. 146).

Conforme relembra Hespanha, o conceito de ordem universal se aplica a todos os integrantes do arranjo social, visto que todos possuíam estatuto e deveres respectivos ao seu lugar no mundo (2011, p. 14). Como parte dessa organização de Antigo Regime, aos forros também interessava remediar as faltas e promover atos de gratidão e misericórdia em busca da salvação. Neste sentido, os testamentos figuravam como uma última oportunidade de cumprir acordos, resolver pendências e retribuir dádivas. Não surpreende, portanto, os casos levantados em nossa análise de indivíduos forros que assinavam a liberdade de seus escravos. Tratando-se de um acordo prévio ou representando a vontade de se fazer esmola, o que se infere a partir das alforrias concedidas pelo grupo forro é a sua participação na ordem católica.

A forma imaginada de controle de Antigo Regime talvez explique por que ainda no século XIX essas alforrias apresentam justificativas correspondentes à essa visão de mundo. Nos últimos anos, a historiografia sobre as alforrias tem acentuado o papel do trabalho e das formas de associação na conquista da liberdade. Por ora, deve-se interrogar as razões para a permanência dessas motivações. Mobilizar as alforrias cartoriais e testamentárias permite decifrar em dois espaços diferentes, com pressupostos diferentes, os sentidos das manumissões. Pode-se argumentar que as primeiras teriam um significado mais distante ao desassossego das almas, enquanto as segundas seriam os verdadeiros espaços para tais prerrogativas da ordem católica. Mas o que tentamos indicar é que mesmo em poucas palavras anunciadas para justificar uma liberdade, é possível perceber nas cartas de cartório os traços dessa visão de mundo. E mesmo que elas não narrem todo o percurso até a assinatura da alforria, apresentando os acordos prévios ou as verdadeiras intenções ou medos dos senhores, se situarmos esses documentos em sua época de produção algumas hipóteses surgem.

Embora parte do Império português, o Rio de Janeiro setecentista tinha suas particularidades, efeitos de uma sociedade voltada para o Atlântico e de relações sociais marcadas pelo peso da escravidão. Sem deixar de mobilizar a disciplina social católica em que estava inserida

pelo Antigo Regime, a cidade permitiu associar virtudes e sentimentos vindos do além-mar para questões escravistas. Longe de ser um movimento contraditório, essa adaptação é, como aponta Hespanha, característica de “uma lógica de representação e organização social, que é frouxa e aberta em seus próprios fundamentos” (2010, p. 74). Nas últimas décadas, os esforços de pesquisa voltados às dinâmicas das relações sociais coloniais permitiram enxergar na América portuguesa um espaço muito mais complexo do que outrora se concluiria. Na região, virtudes como a misericórdia e a piedade, estão impressas não só nas categorias mentais de uma disciplina social católica, como nas práticas diárias de seus agentes. Investigar o peso dessas virtudes nas alforrias oferece novas contribuições ao tema já tão explorado pela historiografia. Por essa perspectiva, é possível identificar como essa ordem mobilizou sua teologia para paralelamente manter a instituição escravista e desassossegar suas almas.

Referências

Fontes

Arquivo Nacional, Livros 140, 141, 170, 171, 205, 206, 207, 223 e 224, 1º Ofício de Notas

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, livros 2 e 3 da Sé, AP0156, AP0157, AP0158, AP0208.

Referências bibliográficas

Aristóteles. *A política*. São Paulo: Lafonte, 2017

EISEMBERG, Peter. *Ficando livres: as alforrias em Campinas no século XIX*. In: Homens esquecidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos? Educação e Sociedade, São Paulo, v. 23, n. 81, dez. 2002.

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: *Idem* (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUEDES, Roberto; SOARES, Márcio de Sousa. As alforrias entre o medo da morte e o caminho da salvação de portugueses e libertos (Rio de Janeiro, segunda metade do século XVIII). In: *Idem*; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha. *Últimas vontades: testamento, sociedade e cultura na América ibérica (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

HESPANHA, Antônio Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (Orgs.) *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

HESPAHNA, Antônio Manuel. Introdução: os poderes, os modelos e os instrumentos de controle. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ST 04 – PRÁTICAS RELIGIOSAS E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO MUNDO MODERNO

O DEBATE HISTORIOGRÁFICO EM TORNO DA ATUAÇÃO DA JUSTIÇA CIVIL PORTUGUESA NOS CRIMES DE CONTRABANDO COMETIDOS POR NEGOCIANTES DO RIO DE JANEIRO

Beatriz Weisheimer de Mendonça²⁶

Resumo

Este artigo busca contribuir, por meio do fazer historiográfico, com esta pesquisa que encontra-se em andamento. O artigo desdobra-se no levantamento e no debate de casos de contrabando cometidos por negociantes do Rio de Janeiro do século XVIII, focando principalmente na posição tomada, perante ao crime, pela justiça portuguesa e pelas instituições honoríficas da Ordem de Cristo e do Santo Ofício, as quais exigiam de seus habilitados uma conduta irreprovável. Assim, por meio da antropologia, historiografia e a escala de observação, iremos debater sobre as principais questões que compõem o tema: relações de poder entre coroa portuguesa e América portuguesa; o agir dos homens de negócio no processo histórico; o papel da justiça e das instituições do Antigo Regime Português e as configurações econômicas, sociais e culturais da América Portuguesa do século XVIII.

Palavras-chave: homens de negócio, instituições do Antigo Regime Português, historiografia, antropologia.

Os Annales, grande nome da história socioeconômica, beneficiaram o estudo econômico, em detrimento de outras áreas, como a história cultural, o estudo das mentalidades e a psico-história. Na segunda geração, a História Moderna foi uma área que dominou as teses pela análise socioeconômica, por ser considerado um período que se adaptava bem ao longo prazo e aos estudos quantitativos e séries estatísticas. A demografia e o estudo dos preços tornaram-se o credo do discurso dos Annales dos anos 1950 (Dosse, 1992).

Fernand Braudel foi um importante defensor da abertura das fronteiras entre as disciplinas, sendo necessário e positivo uma livre troca de ideias e de pessoas entre as diversas ciências humanas. Braudel considera a importância de todas as ciências sociais, colocando no papel central a história, e reconhece como trunfo principal do historiador a longa duração, ao invés do factual ou da datação (Dosse, 1992).

Foi Braudel que trouxe respostas no intenso debate entre história e antropologia nas décadas de 1950/1960. O antropólogo Claude Lévi-Strauss problematizou a “história estrutural”, colocando em questão se realmente existia uma compatibilidade entre história e estrutura. Para defender a etnografia e a etnologia, ele ataca a sociologia e a história, trazendo até mesmo o questionamento da cientificidade historiográfica.

²⁶ Filiação institucional: Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ). Contato: Beatrizwm07@gmail.com.

Segundo o antropólogo, enquanto a história lida com as expressões conscientes da vida social, a etnologia trata do conhecimento da estrutura inconsciente, como a cultura, civilização ou costumes. O acontecimento seria desvalorizado pelas ciências sociais, de forma que, até mesmo a longa duração, como defende Braudel, teria seu papel na antropologia, pois condiciona até as estruturas mais imutáveis que são de interesse do antropólogo (Dosse, 1992).

Braudel não considera o dualismo entre evento e estrutura, mas considera que a historiografia está relacionada a articulação de durações, as quais são o factual, o tempo conjuntural, cíclico e a longa duração. Nessa visão o factual acontece, porém está na ordem da superficialidade e da aparência, sendo apenas determinado pela longa duração, marcado por uma lenta mudança. Essa dimensão individual se constitui apenas por oscilações breves e dramáticas da história tradicional. Assim, segundo François Dosse (1992, p.109), essa escritura da história, “tem por primeiro efeito minorar o papel do homem como força coletivo, descentralizando o seu papel nos estudos históricos”.

Dessa forma, diferente de tal antropologia que considera o ser humano de forma coletiva, nos anos de 1960, vemos o indivíduo ganhando importância na pesquisa antropológica. As organizações social, cultural e política são influenciadas pelas ações dos agentes individuais que atuam em prol de seus interesses e decisões conscientes. O resultado da interpretação de eventos pelos indivíduos, incorpora na produção cultural uma visão dinâmica da experiência (Barth, 2000). De acordo com Barth (2000, p.128),

Para descobrir significados no mundo dos outros, ao contrário de boa parte do método antropológico contemporâneo, de Lévi-Strauss a Geertz, precisamos ligar um fragmento de cultura e um determinado ator(a) à constelação particular de experiências, conhecimentos e orientações desse/dessa ator(a).

Barth (2000) coloca em questão a estrutura social fixa de Lévi-Strauss, e valoriza as transações, estratégias, processos de mudanças e alianças, sendo estas as verdadeiras questões que permitem o antropólogo conhecer uma sociedade, e não as normas e práticas dessa. O individual também ganha campo com o movimento micro-histórico da década de 1970.

Os intelectuais italianos colocam à prova a história socioeconômica dos Annales, ligada a macroanálise e a longa duração, ao proporem a saída desse olhar panorâmico para o cotidiano, no qual estão presentes os indivíduos e seus papéis. Afinal, como aborda Giovanni Levi (2000, p.18),

(...) durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais.” A intenção anuncia-se claramente: a abordagem micro-histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva.

É exatamente essa dinâmica da experiência da antropologia de Barth que vemos na microanálise. É através dos comportamentos individuais que os micro-historiadores tentam

reconstruir as modalidades de agregação ou desagregação social. Segundo o Historiador francês, Jacques Revel (1998), em seu texto intitulado “Jogos de Escalas: a experiência da microanálise”, a micro-história é uma abordagem que busca “enriquecer a análise social com uma maior presença de variáveis complexas e móveis”.

Como afirma Jacques Revel (2000, p.20) no prefácio da obra “A herança material”, “consiste na criação de condições de observação que farão aparecer formas, organizações, objetos inéditos”. O micro-historiador deve saber “olhar de perto” e “olhar de longe” e construir um “jogo” entre essas escalas, no entanto, deve saber medir a real correspondência entre macro e micro. O social não é um objeto definido e deve ser construído a partir de interrogações cruzadas.

Na obra “A Herança Imaterial”, Levi, um dos principais nomes da micro-história, estuda a carreira de um exorcista no Piemonte do século XVII e analisa as estratégias familiares e individuais. No centro da análise estão as relações hierárquicas e as formas de poder que estruturam o Antigo Regime. Assim como Levi, buscamos trazer nessa pesquisa as relações de poder entre centro, Portugal e periferia, América Portuguesa, tendo como atuantes, nessas relações, homens de negócio da praça do Rio de Janeiro, a principal praça mercantil do Império Português, e as instituições que estruturavam o Antigo Regime português: a justiça civil portuguesa e as instituições honoríficas, as quais concediam estatuto de nobreza para os indivíduos.

As instituições que aqui abordaremos são a Ordem Militar de Cristo, a qual concedia estatuto de nobre para os indivíduos, sendo esta a mais procurada dentre as três (Cristo, Avis e Santiago) e a familiatura do Santo Ofício, a qual, apesar de não ser considerada uma forma de nobilitação, representava um símbolo de prestígio social, se tornando um mecanismo que facilitava o alcance à Ordem de Cristo.

Nesta pesquisa nos questionamos não somente sobre o papel desses agentes mercantis no processo histórico, mas também como esses podem nos trazer novas observações das atuações das instituições honoríficas portuguesas, principalmente nos levando a pensar em uma maleabilidade da atuação dessas perante condutas irreprováveis dos agentes mercantis, pois a atuação desses homens e o prestígio social que conquistavam, era mais importante que a punição de seus crimes.

No sistema de Antigo Regime, vemos exatamente essa utilização estratégica das normas sociais pelos indivíduos, como abordou Giovanni Levi. Muitas das vezes, as normas sociais e até mesmo, normas jurídicas, como veremos aqui, eram sujeitas a modificações quando colocadas em prática. E o que determinava essa flexibilidade eram os principais valores dessa sociedade: status e relações pessoais do indivíduo, resumindo, o privilégio. Afinal, como aborda Hespanha (2011), o sentimento cardinal se confundia com o sentimento da lei. Vemos a presença de uma obediência amorosa que sustentava a psicologia do Antigo Regime.

A condenação ou o perdão, na justiça do Antigo Regime seguiria o lema “dar a cada um o que é seu”, o prêmio ou o castigo desenvolvido pelo conceito de “justiça distributiva”, e isso seria ponderado pelas relações sociais mais amplas, as quais também tinham o papel de definir as diferentes funções sociais presentes nessa sociedade de Antigo Regime (Olival, 2001). A justiça distributiva sustentava a monarquia e a ordem estabelecida de uma sociedade que buscava garantir os privilégios que definiam as diferentes funções e corpos sociais, assegurando também a obediência e o amor dos vassalos (Olival, 2001).

Como aborda Levi (2000), os micro-historiadores, na pesquisa historiográfica, apresentam um “apetite biográfico”, apesar de não ser o único gênero historiográfico trabalhado. A biografia, como campo de estudo, não é utilizada pelo historiador no sentido clássico do termo, como uma narrativa, mas sim como uma reflexão do que é importante nela para ajudar a desenvolver a produção historiográfica, principalmente quais as condições e o contexto que essa história ganha sentido.

Tal reflexão é papel e dever do historiador. Aqui ocorreu a inspiração da produção biográfica quando, por meio da documentação, buscamos traçar a vida dos negociantes atuantes no Rio de Janeiro, envolvidos em processos criminais, como se deu o processo desses homens na justiça portuguesa e, em paralelo, como se dava o processo na entrada das instituições da Ordem de Cristo e do Santo Ofício.

É por meio do cruzamento dos processos de Habilitações da Ordem de Cristo²⁷ e do Santo Ofício²⁸ dos negociantes, presentes no Arquivo da Torre do Tombo, com os documentos da devassa relacionada ao contrabando de ouro, diamantes e direitos reais cometidos por esses, presentes no "Projeto Resgate"²⁹ do Arquivo Histórico Ultramarino, que chegamos à conclusão que esses homens não perderam os seus títulos ou são impedidos de entrar na instituição honorífica quando suplicam. Além disso, percebemos que a permanência desses negociantes nas atividades econômicas, mesmo após o cometimento dos crimes de contrabando, é um fato.

A partir do primoroso levantamento de pessoas envolvidas no comércio ilegal no Rio de Janeiro do período de 1700-1808 feito pelo historiador Ernst Pijning (1997), pudemos achar importantes fontes para a presente pesquisa. O historiador encontra 201 nomes, mas como aborda, o resultado final dos julgamentos é conhecido apenas em sessenta e sete casos. Desses sessenta e sete, quatorze foram perdoados e vinte e oito foram libertados apesar das sentenças contra eles.

²⁷ AN/TT, MCO. Habilitações para a Ordem de Cristo.

²⁸ AN/TT, HSO. Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Habilitações do Santo Ofício.

²⁹ AHU, Rio de Janeiro, papéis avulsos não catalogados.

Dentre esses 201 nomes, procuramos analisar quais eram negociantes. Dos 201 nomes, 41 eram negociantes. Apesar de 12 casos terem uma ausência do resultado final, notamos que, dificilmente, esses indivíduos sofriam duras penas, na realidade, na maioria dos casos, eram perdoados, principalmente na segunda metade do século XVIII.

Apenas 2 dos 41 casos tiveram como resultado final o banimento, o que inclusive nos chama atenção, visto que o negociante Francisco da Costa Nogueira, processado em 1738, foi banido para a Angola por 5 anos e Dom João V ordenava pela lei de 11 de fevereiro de 1719 o degredo para quem cometesse o contrabando de ouro por 10 anos para a Índia³⁰. O negociante Antônio Teixeira Passos, processado em 1805, foi condenado ao banimento para a Angola, mas posteriormente foi perdoado por pena monetária.

Notamos ainda que muitos homens, além de dominarem importantes títulos, como a Ordem de Cristo e o Santo Ofício, pertenciam a importantes relações comerciais e administrativas do Rio de Janeiro, é o caso, por exemplo, de Francisco Lopes de Souza, um dos principais contratadores do período de 1760 à 1770, o qual é processado pelo crime de contrabando em 1794 e foi condenado a ser preso, no entanto, temos uma ausência de resultado em relação ao procedimento da condenação (Pijning, 1997).

Outro caso é o de Joaquim Ferreira Varela, negociante, aparece sendo citado como arrematante de contrato do Tabaco do Rio de Janeiro. E, apesar de ter sido processado por contrabando de ouro em 1731, aparece em outra documentação de 1738, como contratador da passagem dos rios Paraibuna e Paraíba no Rio de Janeiro. Antônio Rodrigues Frota, negociante, habilitado na familiatura do Santo Ofício em 1751, torna-se sargento-mor em 1755, envolvido com contrabando de licor estrangeiro, foi processado em 1741, no entanto foi libertado sob fiança (Pijning, 1997).

Também temos o caso de Inácio de Almeida Jordão, um grande negociante, contratador do sal e procurador no Rio de Janeiro do contratador do direito dos escravos em 1734, reconhecido como o “primeiro homem daquela praça” pelo governador Gomes Freire. No entanto, Inácio de Almeida Jordão foi condenado a 3 anos de prisão por contrabando de ouro. Após julgamento foi libertado, mas teve dificuldade para obter seus bens de volta (Sampaio, 2006).

Alguns dos casos indicam uma permanência desses homens nas relações comerciais do Rio de Janeiro, como se a prática do contrabando não impedisse o andamento do comércio por esses homens. Assim, podemos dizer que a falta de uma condenação efetiva, de acordo com as leis, pode ter facilitado essa permanência?

³⁰ Lei pela qual D. João V proibia que se levasse o ouro, extraído das minas, sem ser fundido nas fundições reais. Lisboa, 1719, fevereiro 11. p. 559. 382. II, 4-58 apud. FARIA, Luana de Souza, 2013.

Uma outra questão que surge e nos chama atenção é em relação às instituições do Santo Ofício e da ordem de Cristo: não vemos uma perda de seus títulos nas suas trajetórias. Notamos uma ausência de documentação que indique que tais homens perderam seus títulos, mas o que nos dá certeza, pelo menos em alguns casos, é a entrada de parentes nas instituições.

É o caso de Mathias Rodrigues Vieira, habilitado na Ordem de Cristo em 1732, processado por contrabando de ouro em 1740 e perdoado pelo rei. Seu filho José Rodrigues Vieira recebe a Ordem de Cristo em 1748³¹. Jacomé Ribeiro da Costa, o qual participa do contrabando de têxteis em 1757, permanece familiar e cavaleiro como consta na habilitação da Ordem de Cristo de seu filho em 1761, Joaquim José Ribeiro da Costa.³²

O Império Português era regido pelas Ordenações Filipinas, de 1603. Os crimes que envolviam atividades ilícitas tinham as penas mais pesadas, como a pena de morte, sendo inclusive o contrabando considerado uma venda contra a ordem do rei, no entanto, vemos que na prática, a condenação desses homens era revertida pelo perdão real. Parece que a ponderação de uma condenação não só ocorria na justiça, mas também nessas instituições, visto que, mesmo o contrabando sendo uma prática condenável e irreprovável, não se torna um impedimento para que esses homens se tornassem ou permanecessem familiares e/ou cavaleiros.

A história individual nos permite aqui pensar como essas instituições se moldavam aos novos tempos setecentistas, no entanto, sem perderem sua principal essência: definir ou reforçar a posição social dos súditos do Império Português. O objetivo era credibilizar a ordem vigente, porém privilegiando um novo grupo que ganha notório protagonismo. Percebe-se que a Ordem de Cristo e o Santo Ofício, instituições tradicionais do antigo regime português, revissem seus critérios de aceite considerados como inflexíveis na época.

Apesar do foco ser o indivíduo no processo histórico, os dados quantitativos têm ajudado bastante a entender o protagonismo não somente desses homens, mas da América Portuguesa na dinâmica de inserção na Ordem de Cristo e no Santo Ofício. É pelo estudo quantitativo de Fernanda Olival que vemos um aumento dos hábitos lançados da Ordem de Cristo no Brasil, ultrapassando a Índia (Olival, 2001 apud. Silva, 2005).

É pelo estudo de José Veiga Torres (1994) que percebemos que o aumento do lançamento dos hábitos de Cristo acompanha o aumento de familiares na América Portuguesa e que os homens de negócio, no período de 1721-1770, foram os que mais adentraram no cargo. Os dados quantitativos que Aldair Rodrigues (2007) aborda, demonstram que Minas Gerais e Rio de Janeiro

³¹ Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 17, n.º 15

³² Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 22, n.º 6

tiveram o maior número de familiaturas no século XVIII, o que indica o protagonismo da região como centro econômico e portuário do Império Português.

Tais dados nos ajudam não somente a enxergar a conjuntura, mas também refletir como podemos usá-los a favor da microanálise. Tendo como mediador o próprio historiador, é construída uma “conversa” entre macro e micro, linearidade e a factualidade, normas e práticas, grupo e indivíduo. Não devemos excluir determinada metodologia historiográfica para legitimar outra, devemos utilizá-las a favor da nossa produção historiográfica.

Esse acesso à conjuntura permitiu que percebamos que ocorreu ascensão de uma elite mercantil que faz do seu vínculo com o comércio a sua identidade principal (Sampaio, 2002). E através dessa atuação comercial passam a dominar cargos políticos e a hierarquia social, pois a inserção econômica de qualquer pessoa na sociedade exigia o estabelecimento de relações contínuas e de confiança entre os indivíduos, principalmente no comércio de longa distância (Sampaio; Conceição, 2019).

Um exemplo prático é o sistema creditício, o qual exigia a construção de uma relação confiável entre credor e devedor. A produção social da colônia era financiada por meio desse sistema, o qual era dominado pelo capital mercantil. Dessa forma, vemos um mercado não só movido exclusivamente por fatores econômicos, mas que é movido também por fatores culturais e políticos.

Em “Aristóteles descobre a economia” do historiador e antropólogo Karl Polanyi (2012), é analisado o pensamento econômico aristotélico, o qual considera que os elementos da economia estão enraizados em instituições não econômicas. É visto uma organização econômica baseada na “sociedade com mercado”, conduzida pela reciprocidade e redistribuição. Na época moderna ainda temos uma permanência da economia inserida na sociedade, o que só se modifica no século XIX.

Utilizamos aqui o conhecimento antropológico quando chegamos à conclusão que relações econômicas estavam inseridas nas relações sociais mais amplas, principalmente regidas pela posição social do indivíduo. Segundo Fredrik Barth (2000), acontece a mistura do novo com o velho em quase todo o lugar, e o antropólogo deve estar preparado para se defrontar com tais características desconfortáveis ao invés de suprimir esses sinais de incoerência e multiculturalismo e considerá-los como anomalia variáveis que também estão presentes na micro-história e devem ser inseridas e valorizadas no estudo.

É preciso reconhecer que essas evidências não são ameaças ao nosso objeto de análise. Pelo contrário, as incoerências devem estar presentes na construção da análise e na formação de novas teorias. Por isso o antropólogo propõe um foco no objeto de estudo, primeiramente, para que depois possa se partir para a teoria. O empírico torna-se um desafio e uma necessidade para a teoria

antropológica. O que também é uma metodologia importante para o historiador, visto que a análise das fontes são essenciais, para que depois possa se encaminhar para a construção do conhecimento historiográfico.

Por isso, Barth (2000, p.108) problematiza as definições, redefinições e conceitualizações de “cultura” e “sociedade” que provocam o isolamento de fatores, que estão, na realidade, mesclados e acredita ser mais válido explorar os diferentes tipos de conexão verificados no domínio da cultura em várias condições da sociedade.

Como o autor afirma, devemos duvidar de toda afirmação de coerência, pois existe “uma multiplicidade de padrões parciais entre o que é dito e o que é feito, os quais interferem uns sobre os outros e se estabelecem em diferentes graus nas diferentes localidades e nos diferentes campos” (Barth, p.120). É importante se atentar para as estratégias, interesses e dinâmicas nessas configurações específicas inerentes ao poder local.

Buscando entender a sociedade de Antigo Regime, tocamos nos aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais como um todo, já que se encontravam interligados. A hierarquia social desempenhava o seu papel em todos os setores dessa sociedade, no entanto, sabemos que a hierarquia social da colônia não era definida por estatutos igual do reino, mas sim por um caráter costumeiro, por isso, quem estava inserido nessa sociedade, frequentemente, reafirmava o seu lugar social e por qual motivo era legítimo que ocupasse tal posição.

As análises das configurações econômicas, sociais e culturais geralmente estão presentes na escala macro, sendo até mesmo mais acessíveis nesta, mas é necessária uma análise pela escala micro para saber como de fato são praticadas. O que também perpassa pelas questões das normas, as quais existem, mas os seus efeitos e como são recebidas podem ser de diversas formas. Como analisa Barth (2000, p.129),

Eventos são o resultado do jogo entre a causalidade material e a interação social, e consequentemente sempre se distanciam das intenções dos atores individuais. A posição assumida pelos estrutural-funcionalistas - e ainda profundamente arraigada nos reflexos mentais dos antropólogos - equacionando objetivo, função e efeito não pode ser sustentada.

Nessa pesquisa, a vida dos indivíduos ganha papel central, visto que são eles que mobilizam as relações afetivas, decorrentes de laços duradouros de amizade e confiança, marcas inerentes ao Antigo Regime. As diferentes funções sociais presentes na sociedade corporativa mobilizam as redes de interdependências que ligam os indivíduos uns aos outros, gerando reciprocidade (Chartier, 2001).

Antônio Manuel Hespanha (2010) explora essa ideia no seu conceito de “monarquia corporativa”. Essa dinâmica da sociedade de Antigo Regime ocorria por não ser centralmente vigiada, pois faltavam aparelhos centrais capazes de realizar esse trabalho. O rei era uma figura que

tinha poderes, mas se sustentava pela elite do mundo político que o cercava, principalmente a elite de sua principal colônia, a América Portuguesa.

Percebe-se que, assim como as trocas comerciais representavam mais um dever moral do que uma prática econômica baseada na quantidade, os deveres políticos cediam perante os deveres afetivos, institucionalizados por esses laços duradouros. Os laços de afetividade estavam presentes nas relações sociais mais amplas, inseridas não só no âmbito local, mas também nas diversas formas de relação entre Portugal e a colônia.

Ângela Barreto Xavier (2008) em sua obra, “A invenção de Goa. Poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII”, reconhece a importância de trabalhar com as dinâmicas locais sem trabalhar com a dicotomia colonizador/colonizado. A inscrição do poder imperial em Goa só se sustenta com a colaboração das sociedades que ali residem, participação que ocorre de diferentes formas, principalmente relacionada às formas negociadas de poder.

Assim, colonizados e colonizadores constituem-se mutuamente e essa relação pode variar por conta dos contextos de interpretação e de poder. Para que o discurso colonial e as práticas sociais se disseminassem pela população local, foi necessário combinar instâncias militares e tecnológicas, como a educação e a atuação dos agentes políticos e militares. Vemos uma combinação entre a atuação dos homens, instituições e comportamentos para a hegemonia imperial portuguesa ser consolidada. Não temos uma dependência unilateral desenvolvida pelo “Pacto Colonial”, mas sim a unicidade do império português, onde o conjunto de leis, poderes e instâncias nos diversos territórios dão sentido para essa aderência.

Dessa forma, trazendo as considerações de Ângela Xavier para a presente pesquisa, vemos a manutenção do Império português baseado em um pacto político no qual o rei não exercia poderes absolutos, mas buscava manter seus interesses pela aliança com os poderes das conquistas ultramarinas, e esses necessitavam do aval institucional da coroa para manterem e reafirmarem suas posições na sociedade em que viviam, o que dialoga com o conceito de “monarquia pluricontinental”, o qual afirma que a monarquia portuguesa não se sustentava apenas pela sua coroa, mas pela sua relação com a administração nas colônias (Fragoso; Gouvea, 2010).

Dialogando com o já citado Polanyi, Xavier (2008) aborda que nos sistemas políticos pré-modernos para os modernos vemos uma articulação entre política e sociedade que influencia na construção das identidades sociais, culturais e políticas dos membros da nova república. O poder se inscrevia a partir dos seus múltiplos dispositivos, como família e educação, e o principal objetivo era perpetuar e refletir esse mesmo poder.

Uma dessas formas de inserção do poder é a própria aliança entre poder político e poder religioso, a qual permitiu acabar com algumas das dificuldades na consolidação da colonização pelas

coroas imperiais, facilitando assim, a territorialização do poder imperial e, principalmente, a introdução da colonização “na mente e no coração dos seus súbditos” (Xavier, 2008, p.19).

Relacionando as considerações de Ângela Barreto Xavier com a pesquisa, vemos que a religião apresentava um grande papel na vida dos indivíduos. Ao entrarem na instituição da familiatura do Santo Ofício, esses homens não só ganham prestígio social, mas também se tornam agentes de reafirmação da Cristandade no ultramar, já que o Tribunal da Inquisição não foi instituído na América Portuguesa (Calainho, 2006).

A atuação desses era um verdadeiro policiamento das atitudes e ideias da população colonial, pois analisavam se os preceitos religiosos estavam sendo seguidos no cotidiano, mas isso só era possível porque a própria população acusava e impunha sobre si mesma uma vigilância constante, consequência desse enraizamento da instituição e da religião no imaginário popular (Calainho, 2006).

Vemos que grande parte da consolidação da religião no dia a dia das pessoas era responsabilidade desses homens, os quais também representavam a imagem social do Santo Ofício. Dessa forma, o perdão real recebido por esses não só permite que continuem participando das principais relações econômicas, como também permaneçam com a imagem intacta, o que era o dever de todo familiar. A imagem pejorativa desses negociantes mal chega a se constituir, o que nos faz pensar que, em algum grau, essas instituições atuavam em conjunto com o objetivo de se manterem no poder por aquilo que sempre as legitimou: a aparência social.

Assim, como afirmaram Fragoso e Manolo, a elite mercantil não era, definitivamente, revolucionária, mas sim uma elite que reproduzia um projeto social arcaizante, em Portugal e na América Portuguesa, pautado nos valores e bens simbólicos (Fragoso; Florentino, 2001). A atuação do capital mercantil não representou um desafio à ordem vigente, mas sim um mecanismo essencial para a manutenção do Antigo Regime. Vemos uma mistura de tradição com inovação nesse contexto e como a sociedade, cultura e instituições vão se adaptando aos novos tempos do século XVIII.

Conclusão

O debate entre a antropologia e a historiografia permite que possamos aprimorar nossa produção científica. Percebemos que, assim como o antropólogo deve partir do empírico para depois formalizar seu conhecimento sobre determinada sociedade, o historiador deve se atentar, primeiramente, na análise das fontes e depois partir para a produção historiográfica.

Além disso, percebe-se que não é só a escala macro que é efetiva para ser objeto de estudo do antropólogo ou historiador, mas a escala micro, o cotidiano, as estratégias individuais. A agência

do indivíduo é capaz de formar manifestações sociais, culturais e políticas. É a partir dessa escala que conseguimos ver a diferenciação entre o que é dado como norma ou regra e o que é praticado, de fato. A conjuntura inconsciente que era objeto de estudo do antropólogo concede lugar ao indivíduo consciente, a macroanálise e a longa duração deram lugar ao indivíduo e seus papéis.

Tais debates antropológicos e historiográficos ajudam a explicar a metodologia da presente pesquisa. Sendo o Antigo Regime o objeto de estudo, a estratégia individual tem uma grande presença, principalmente se nos atentarmos para qual posição social esse indivíduo pertence, qual o seu status e função social. É nítido que existe uma diferenciação entre o que é normatizado e o que é praticado: vemos uma justiça baseada em leis extremamente punitivas, mas que, quando colocadas em prática dependiam da posição social do indivíduo, do seu grau de importância no Império Português, além da persuasão e negociação desse indivíduo.

Esse estudo nos diz muito sobre a importância desses negociantes para o Império Português, mas também nos mostra que a justiça portuguesa atuava muito mais por vias do temor, do que da punição efetiva, o que legitimava o próprio sistema e o poder do rei, figura central que dava sentido à aderência do Império Português e que era titular supremo do poder punitivo e do poder de agraciar.

Assim, vemos uma relação de dependência mútua entre coroa e as sociedades coloniais, na qual reforçavam esse sistema de Antigo Regime. Entendendo essa relação entre coroa e a elite mercantil atuante na América Portuguesa, tendo como circunstância o cometimento de crimes e a presença deles em instituições tradicionais desse sistema, temos acesso a articulação política, cultural e econômica inerente desse período.

Referências

Fontes

AN/TT, MCO. Habilitações para a Ordem de Cristo.

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 17, n.º 15

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 22, n.º 6
AN/TT, HSO. Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Habilitações do Santo Ofício.

AHU, Rio de Janeiro, papéis avulsos não catalogados.

Referências bibliográficas

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 107-140.

CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*, Bauru: Edusc, 2006.

Chartier, Roger. “Prefácio” In: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. pp. 7-25.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 101-166.

FARIA, LUANA DE SOUZA. *OS DESCAMINHOS DO OURO: questões acerca do modo de administrar e fazer justiça no Antigo Regime—Minas Gerais (1709-1750)*. 2013. Tese de mestrado, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora.

FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI- XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*, 2001.

HESPANHA, António Manuel. *A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEA, Maria de Fátima, et al (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____, António Manuel. *Introdução*. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

PIJNING, Ernst, "Controlling Contraband: Mentality, Economy and Society in Eighteenth-Century Rio de Janeiro", Ph. D. dissertation, Baltimore, Johns Hopkins University, 1997.

POLANYI, Karl. “Aristóteles descobre a economia”; in: _____ *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 229-268.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750)”, in: *Estudos Históricos*, n.29. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002, p. 29-50.

_____, Antonio Carlos Jucá de , 2006 - "A família Almeida Jordão na formação da comunidade mercantil carioca (c .1690-c .1750)" , in ALMEIDA, Carla M. Carvalho de;

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.), Nomes e Números: Alternativas Metodológicas para a História Social, Juiz de Fora: Ed. da UFJF.

_____, Antônio Carlos Jucá de.; Conceição, Héli da S. O Antigo Regime e a economia costumeira na América portuguesa no século XVIII: notas para um debate. In: Carla Maria Carvalho de Almeida. (Org.); p. 251-294. Diálogos com o Império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII). 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, v. 1, p. 251-294.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Ser nobre na colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TORRES, José Veiga. Da Repressão Religiosa para a Promoção Social. A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil. 1994.

XAVIER, Ângela Barreto. A invenção de Goa. Poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII. Lisboa: ICS, 2008.

“SI DE GRAN FAMA LE AFAMO, DÍGALO SU GRAN PODER”: A NOBREZA DE ALBA DE TORMES NO CANCIONEIRO DE JUAN DEL ENZINA (1496)

Camille Ferreira Leandro³³

Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar os escritos do poeta, músico e dramaturgo Juan del Encina (c.1468 – ?) no período em que esteve a serviço do II Duque de Alba de Tormes, Dom Fadrique Álvarez de Toledo y Enríquez (c.1460 – c.1531). As produções artísticas e literárias do autor, apesar de terem as temáticas principais voltadas para o Calendário Litúrgico, abarcaram acontecimentos que cercavam a Casa senhorial no contexto de consolidação da monarquia de Isabel I de Castela (1451 – 1504) e Fernando de Aragão (1452 – 1516), denominados Reis Católicos, título concedido pelo Papa Alexandre I em 1496. Através de uma análise baseada nas narrativas e metáforas associadas ao Ducado no *Cancioneiro Juan del Enzina* (1496), discutiremos a relação entre a monarquia e elite nobiliária como parte das estruturas políticas e sociais que envolvem Castela no final do século XV e início do século XVI.

Palavras-chave: nobreza, realza, Alba de Tormes e cancionero

Contexto histórico de produção do cancionero

O título do trabalho faz referência à *Égloga representada en la noche de la Natividad*, contida no *Cancioneiro Juan del Enzina*, de 1496. De acordo com Miguel Ángel Pérez Priego, em edição crítica do teatro completo de Juan de Encina, a obra foi apresentada durante o Natal de 1492 no Palácio de Alba de Tormes (DEL ENCINA, 2014, p. 62). Na ocasião da apresentação, um dos personagens, cujo nome é o mesmo do autor, anunciou o objetivo de sua estadia no palácio – promover o entretenimento dos presentes³⁴ – e se utilizou dos versos para adular seus mecenas. Encina comparou o II Duque de Alba de Tormes, Dom Fadrique Álvarez de Toledo y Enríquez, ao imperador romano César e declarou que ele se parecia com o filho de Príamo, rei de Tróia. Em seguida, enalteceu sua fama mencionando o temor que os reinos de França e de Portugal têm dele. As monarquias em questão tiveram episódios de embate com a Rainha Isabel I de Castela e o Rei Fernando II de Aragão.

Pues si digo de nuestromo,
por quien os devemos más,
¡cuantes!, yo siempre jamás
el nuestro César le llamo,
que de tal árbol tal ramo.

³³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista CNPq. Membro do Laboratório Sacralidades: Estudos sobre Poder, Religião e Religiosidades no mundo ibero-americano (séculos XVI-XIX).

³⁴ Encina informou na égloga que sua produção é como “[...] *nuevas de prazer/ para aver de gasajaros:/ que más precio contentaros/ que nadie de nuestra aldea.*” [notícias de prazer/ para vos alegrar:/ pois mais valorizo agradar-vos/ do que a qualquer um da nossa aldeia] JUAN DEL ENZINA. **Teatro Completo**. Edición de Miguel Ángel Pérez Priego. 5. ed. Madri: Catedra. Letras Hispánicas, 2014, vv. 12-15, p. 98. (tradução nossa)

Bien semeja parecer
 al gran hijo de Priamo;
 si de gran fama le afamo,
 dígalo su gran poder.
 Ya le temen, soncas qué,
 dentro en Francia y Portugal,
 porque saben que otro tal,
 ahotas, que nunca fue.
 Él con sus fuerças, ahé,
 nos ampara y nos defiende,
 y aun yo juro, a buena fe,
 que apenas aballa el pie
 quando ya temen allende.³⁵

O trecho destacado realça que Juan del Encina associou a fama e o poder do Duque de Alba de Tormes à força e capacidade de amparo e defesa daqueles que viviam sobre sua proteção. Notadamente, trata-se de uma visão idealizada, encomendada pelo próprio nobre com vistas a “[...] *la exaltación de aquella sociedad feudal y cortesana, subrayando las relaciones de dependência y la armonía social del grupo y derramando alabanzas a las virtudes y altas empresas acometidas por el señor*” (DEL ENCINA, 2014, p. 43), mas que torna possível tecer questionamentos sobre as dinâmicas políticas da época, baseada no intercâmbio de benefícios e colaboração. O prestígio da Casa de Alba de Tormes cresceu notavelmente a partir de alianças entre os nobres e do condicionamento a seu favor da política régia de concessão de rendas e senhorios (MONSALVO ANTÓN, 2016, p. 153). O objetivo do trabalho se liga diretamente aos versos mencionados à medida que tenciona refletir a respeito de como Juan del Encina exaltou em suas produções a influência do Duque de Alba de Tormes, considerando sua interação com os Reis Católicos e com a população que estava em seu domínio.

De acordo com o historiador José María Monsalvo Antón (2016, p. 151), em *Relaciones entre nobleza y monarquía en el siglo XV: faccionalismo y acción política de los Álvarez de Toledo (Casa de Alba)*, o prestígio da família Álvarez de Toledo foi resultado da combinação de fatores que contemplariam a genealogia, as habilidades e méritos individuais, os casamentos dos membros da Casa e as alianças. O autor concentra sua análise no último ponto, observando a correlação entre as situações gerais de Castela, os eventos específicos envolvendo a família Álvarez de Toledo e os resultados alcançados, tanto em termos de títulos quanto de senhorios. Sua hipótese central é que o

³⁵ [Pois se falo do nosso amo, / por quem devemos muito mais, / quantas vezes! Eu sempre o chamo/ nosso César, / que de tal árvore, tal ramo. / Ele parece ser/ como o grande filho de Priamo; / se eu o exalto com grande fama, / que o diga seu grande poder/ atualmente, nunca houve. / Ele, com suas forças, aí, / nos ampara e nos defende, / e até eu juro, com boa fé, / que mal levanta o pé/ quando já o temem além.]. *Ibidem*, vv. 19 – 36, p. 98 – 99 (tradução nossa).

faccionalismo, ou seja, a formação de facções dentro da nobreza, foi utilizado como recurso político pela família para alcançar e manter sua influência (MONSALVO ANTÓN, 2016, p. 157).

As alianças tiveram um papel importante na ascensão da linhagem dos Álvarez de Toledo, uma vez que o sucesso político e a consolidação de poder da Casa senhorial muitas vezes dependiam das relações construídas com outros segmentos da nobreza e da monarquia. Com efeito, o autor pontua que os membros da família assumiram posicionamentos distintos conforme as circunstâncias políticas do reino, alternando entre fases de apoio e oposição à Coroa. A elevação do Condado de Alba de Tormes a Ducado ocorreu em 1472 por Henrique IV (1425 – 1474), durante um período em que o rei enfrentava desafios à sua autoridade e legitimidade. Dom Garcia (c. 1424 – 1531), o I Duque de Alba de Tormes, manteve lealdade ao monarca, recusando-se a participar da Farsa de Ávila em 1465. A cerimônia tinha a intenção de depô-lo em favor de seu meio irmão Alfonso (1465 – 1468). Dom Garcia, posteriormente, realizou uma mudança nas alianças políticas, expressando apoio à infanta Isabel em meio às discussões sobre a sucessão do trono de Castela (MONSALVO ANTÓN, 2016, p. 153).

Após a morte de Henrique, as aspirantes ao trono castelhano, Isabel e Juana, a Beltraneja (c. 1462 – c.1530), conduziram facções rivais em meio a conflitos militares e políticos em todo o reino. Neste quadro, os Álvarez de Toledo se tornaram um dos principais defensores das reivindicações dos Reis Católicos. O duque de Alba esteve entre aqueles que proclamaram seu apoio a Isabel em Segóvia e, junto com outros nobres, organizou grandes festividades em Valladolid em homenagem aos monarcas. No âmbito militar, ele interveio em ações importantes, como a Batalha do Toro de 1476. Quando Isabel emergiu vitoriosa da guerra, concedeu-lhe o senhorio sobre San Felices de los Gallegos, os bens confiscados de Antón Núñez de Ciudad Rodrigo, antigo contador de Enrique IV. Adicionalmente, o duque de Alba recebeu 150.000 *maravedis* das *alcabalas de Coria* (MONSALVO ANTÓN, 2016, p. 180 – 181). Esta relação, caracterizada pela concessão de benefícios, como rendas e terras em troca de cooperação, contribuiu significativamente para proeminência da linhagem.

Convém pontuar, ainda que brevemente, o papel da rainha neste quadro. Segundo Álvaro Fernández de Córdova Miralles (2002, p. 38), na livro *La Corte de Isabel I, Ritos y ceremonias de una reina (1474-1504)*, diante das diferenças existentes entre o absolutismo régio para o qual Castela se encaminhava e a possibilidade pactista que o reino de Aragão praticava, foi decidido na Concordia de Segóvia (1475) seguir o modelo da Cora de Aragão, uma união institucional em que a soberania do monarca era comum, e cada membro mantinha sua identidade territorial, foral e as Cortes. No reino castelhano, estabeleceu-se uma verdadeira diarquia, onde Isabel era a proprietária e Fernando, como rei consorte, adquiria as prerrogativas de rei efetivo por meio de procuração especial de sua

esposa. No entanto, no compartilhamento de competências, Isabel assumiu o poder de nomear cargos importantes, como contadores, tesoureiros e oficiais, decidindo os livramentos e concessões de mercês e ofícios. Os Reis Católicos não deixaram de conferir cargos importantes a pessoas de alta fidelidade à monarquia, mantendo rigoroso controle sobre essas nomeações.

Na monarquia que emerge da união matrimonial da Coroa de Castela e Aragão, o Ducado de Alba se tornou um dos mais proeminentes do reino, fortalecendo as relações da família na esfera política dos Reis Católicos. O II de Alba de Tormes, Dom Fadrique, teve participação militar na Guerra de Granada (1492) e no enfrentamento contra os franceses no Rosilhão (1503). Fadrique também participou da suntuosa recepção castelhana (1496) de Margarida da Áustria por ocasião de seu casamento com o príncipe Juan, herdeiro único dos Reis Católicos. A proximidade do II Duque de Alba com a monarquia é ainda acentuada pelo fato dele ser primo do Rei Fernando. A mãe de Dom Fadrique era irmã de Juana Enríquez, a mãe de Fernando, que eventualmente se tornaria Fernando II de Aragão (BUSTOS TÁULER, SANMARTÍN BASTIDA 2016, p. 275). Essa relação estreita contribuiu, certamente, para uma conexão pessoal e política mais profunda entre o Duque e a Coroa.

No contexto em que os Álvarez de Toledo se mantêm como aliados dos Reis Católicos, Juan del Encina passou a se ocupar de uma série de festividades no Ducado de Alba de Tormes. Encina chegou ao palácio em 1492, período em que Dom Fadrique e sua família haviam ali se instalado após a guerra em Granada. O dramaturgo, cuja obra compõe o *corpus* documental deste estudo, nasceu em Salamanca. Era filho de Juan de Formoselle, um sapateiro de ofício, e estudou na Universidade de Salamanca, onde se formou bacharel em leis e conheceu Gutierre de Toledo, irmão de Dom Fadrique e responsável por introduzi-lo na corte. Em sua instância em Alba de Tormes, Encina presenteou os duques com uma compilação de todas as suas obras (DEL ENCINA, 2014, p. 11 – 12).

Na coletânea que reúne a produção dramática, literária e musical do autor, Encina deu especial atenção as églogas, formas poéticas ambientadas no universo pastoril passíveis de representação. As manifestações “retomam elementos do universo pastoril da tradição cristã vétero e neotestamentária, da tradição litúrgica e da herança lírica greco-romana e os mesclam a diversos elementos identitários regionais, [...], diante dos súditos dos grandes reis” (PEREIRA, 2010, p. 193). A primeira edição do *Cancioneiro de las obras de Juan del Enzina* foi revisada pelo autor em 6 de junho de 1496 e é formada por oito peças, a pontuar: *Égloga representada en la noche de la Natividad*, *Égloga representada en la mesma noche de Natividad*, *Representación a la Pásson y muerte de Nuestro Redentor*, *Representación de la santíssima, Resurrección*, *Égloga representada en la noche postrera de Carnal*, *Égloga*

representada la mesma noche de Antruejo, Égloga representada en requesta de unos amores e Égloga de Mingo, Gil y Pascuala (DEL ENCINA, 2014, p. 24 – 25).

Dessas representações, a *Égloga representada en la noche de la Natividad* e *Égloga representada en la noche postrera de Carnal* constituem um foco particular para a análise. Ao examinar os elementos contextuais presentes nas églogas, é possível identificar indícios das tensões políticas, alianças e possíveis considerações sobre a situação política de Castela de maneira alegórica.

Relações sociais e políticas no palácio de alba de tormes

A *Égloga representada en la noche de la Natividad* marca a entrada de Juan del Encina no Palácio de Alba de Tormes. Das informações contidas na rubrica que antecede o texto, depreende-se que são introduzidos dois pastores: um chamado Juan e outro chamado Mateo. Em nome de Juan del Encina, o primeiro pastor entra na sala, onde o Duque e a Duquesa estavam ouvindo as matinas, e presenteia Doña Isabel Zuñiga y Pimentel com cem coplas que versavam sobre a festa da Natividade. Em seguida, ingressa à cena Mateo que, em nome dos detratores e maldizentes, começa uma discussão sobre o valor da produção do pastor Juan, até o momento em que descobre que ele está a serviço da Casa de Alba de Tormes. No final da égloga, Juan promete publicar uma compilação de todas as suas obras no mês de maio para que não as usurpassem e corrompessem, bem como não pensassem que se restringiam a temática pastoril (DEL ENCINA, 2014, p. 97).

Juan del Encina empregou metáforas pastoris para estabelecer vínculos entre Dom Fadrique, a região de Alba de Tormes e a comunidade local, buscando assim legitimar o poder do nobre na interdependência desses elementos. Nas linhas a seguir, o autor associou a imagem do Duque à figura de um exímio pastor que lidera um rebanho – uma possível referência aos homens sob seu comando –, descrevendo-o como justo e excelente na punição dos roubos. Além disso, elogiou o desenvolvimento da terra sob sua administração ao proporcionar abundância de pão para a população que estava sob submissão.

Es tan justo y tan chapado,
tan castigador de robos,
que los más hambrientos lobos
huyen más de su ganado.
Anda ya tan perlabrado
el terruño en su concejo
qu'él más pobre lazerado
tiene agora, Dios loado,
pan de sobra trasañejo.³⁶

³⁶ [Ele é tão justo e tão excelente, tão castigador de roubos, / que os lobos mais famintos/ fogem do seu rebanho. / Já está tão adequada, / a terra em seu domínio / que o mais pobre mendigo/ agora tem, graças a Deus,/ pão em abundância para levar consigo.] Ibidem, vv. 37-45, p. 99-100. (tradução nossa)

O responsável pelo entretenimento dos membros do palácio destacou a autoridade do chefe da Casa de Alba de Tormes sublinhando sua aptidão para manter a ordem e prosperidade no território que lhe foi concedido. Importa perceber que Encina informou que a região se encontrava devidamente organizada dentro da estrutura dos conselhos municipais. Esses conselhos eram concedidos pelos reis para o exercício da governança local, envolvendo questões decisórias como a tributação, ordem pública, defesa e segurança com a presença de poderes oligárquicos (LUCHÍA, 2019, p. 12 – 13). A autoridade senhorial que o Duque exerceu em Alba de Tormes notabilizada por Encina provém de um território outrora realengo, sendo as concessões régias um elemento imprescindível na configuração e legitimação do poder local.

O vocábulo *chapado* era frequente na fala pastoril e, segundo Miguel Ángel Pérez Priego, indicava que o Duque era “excelente” no exercício da função (DEL ENCINA, 2014, p. 99). A descrição, somada à qualidade *justo*, aponta para uma liderança competente, em uma sequência de versos que defendem que ele seria tão castigador de roubos que os mais sedentos lobos se afastariam de seu rebanho. Mas quem seriam estes sedentos lobos? O fragmento em questão sucede os versos citados no início da pesquisa e, possivelmente, refere-se à França e Portugal em “*Ya le temen, soncas qué, / dentro en Francia y Portugal*” (DEL ENCINA, 2014, vv. 28 – 29, p. 99). Os trechos apontam, portanto, que a defesa que esse indivíduo oferece à comunidade se estendem além de Castela.

A menção aos reinos não deve ser interpretada de maneira isolada. É importante entender essa referência no contexto histórico mais amplo, pois os domínios do Duque de Alba tinham grande valor estratégico nas lutas do reino. Segundo Monsalvo Antón (2016, p. 180), reportando-se a *Crônica Castelhana*, a região foi o principal alvo da ofensiva das tropas do rei Afonso V de Portugal (c.1432 – c.1481), esposo de Juana Beltraneja, durante o conflito de sucessão de Castela. O duque serviu aos Reis Católicos fornecendo um contingente significativo de lanças, homens de armas e cavaleiros. A referência a Portugal seguido da metáfora da punição dos roubos pode ser interpretada como simbolizando a seguridade que os Álvarez de Toledo proporcionaram à região em tempos de invasões e disputas sobre a sucessão do trono de Castela.

Em relação à França, há no cancionero evidências mais específicas aos eventos históricos e políticos na *Égloga representada en la noche postrera de Carnal*. A composição é um prelúdio para a *Égloga representada la mesma noche de Antruejo*, que segue a tradição dos textos literários da batalha de *Don Carnal y Doña Cauresma* (DEL ENCINA, 2014, p. 49). A rubrica informa que a peça foi representada na última noite de Carnaval na sala do palácio, onde quatro pastores chamados Beneito, Bras, Pedruelo e Lloriente expressaram grande pesar e preocupação devido à iminente partida de Dom Fadrique, seu senhor, para uma guerra contra a França. O desfecho da peça

ocorreu quando Pedruelo, vindo do mercado, trouxe notícias de paz entre os reinos (DEL ENCINA, 2014, p. 139). Apenas com as informações contidas no argumento da égloga, é possível notar que a composição aborda um assunto de natureza militar que é contemporânea ao Duque de Alba de Tormes.

De acordo com Álvaro Bustos Táuler (2016, p. 3), vários elementos histórico-políticos ecoam no decorrer da égloga. Tais elementos permitem inferir que são abordados os conflitos entre os Reis Católicos e o rei Carlos VIII (c. 1470 – c. 1498) da França, os quais quase resultaram em uma grande mobilização militar pelos territórios da Sardenha e de Rosilhão em 1493. A primeira evidência seria uma mudança do centro diplomático e militar por parte do monarca aragonês. Após a entrada dos Reis Católicos e seus exércitos em Granada, o centro diplomático e militar da política internacional de Fernando moveu-se para a fronteira com a França. Essa mudança está relacionada a conflitos militares pela posse de Nápoles e pela devolução dos condados do Rosilhão e da Sardenha. Indica-se, pois, na égloga que o rei planejava contar com seu primo, o II Duque de Alba, para liderar o exército real na guerra.

A segunda evidência consiste na ancoragem cronológica. As notícias que correm entre os pastores é de que seu amo partirá em março, deixando claro que a ação dramática está situada antes de sua partida, possivelmente em fevereiro. Um terceiro indício importante seria a assinatura do tratado de Narbona-Barcelona. O motivo das “notícias de pastores” pode ter sido usado na égloga, neste caso, para transmitir a informação de paz entre os reinos. A intervenção militar foi freada com a assinatura do tratado de Narbona-Barcelona entre Espanha e França, em janeiro de 1493. A égloga refletiria, portanto, a expectativa inicial de preparativos bélicos por parte do Duque de Alba (BUSTOS TÁULER, 2016, p. 3).

O fragmento da égloga destacado abaixo traz significativas mensagens consoantes às hipóteses de Álvaro Bustos Táuler. Os personagens Bras e Beneito, em tom de conversa, enunciam que o seu senhor está comprometido em causar danos nas terras francesas. Beneito exprime convicção na capacidade de Dom Fradique em conduzir seu rebanho/tropas, sinalizando que ele é como uma fortaleza e muralha. Bras explica que o Duque tem um grande carinho pelo rei, e o rei também o estima muito. Por causa dessa relação, eles serão desterrados.

Beneito – Esso yo te lo seguro
y aun te juro,
donde fuere su pendón,
que no falte corazón
huerte y duro,
qu'el es fortaleza y muro.
Y aun, ahotas, qu'él concierte
de tal suerte
la gente de su rebaño,
que en las Francias haga daño,

donde acierte;
no es menester otra muerte
Bras – Digo, ¡hey!
Tiene gran cariño al rey
y el rey le quiere muy huerte.
Y por él se nos destierra.
Beneito – Allá bolará su fama.³⁷

Ao enfatizar o papel do líder da Casa de Alba nas disputas envolvendo a Coroa, Juan del Encina construiu uma narrativa focada na fama do Duque, concebida por ele como uma combinação de honra e renome. O prestígio do nobre chegaria até a França como consequências de notáveis ações à frente do estandarte e da sua coragem em batalhas. A abordagem poética da égloga não apenas resgatou os acontecimentos que circundam a Dom Fadrique, mas também enalteceu o papel realizado pelo Duque como parte integrante desses enredos políticos.

A discussão entre Beneito e Bras sobre a ligação do Duque com o rei realçou uma atmosfera de fidelidades no decorrer de acontecimentos relacionados à guerra e à política da época. Neste contexto, o Rei Fernando é apresentado como a figura de autoridade inquestionável. Ao monarca cabia o poder de julgar e determinar questões fundamentais de governo, como a decisão de declarar guerra contra a França. A função atribuída a Dom Fadrique é específica e direcionada à salvaguarda do reino. O comprometimento com o rei colocado em cena realça a importância da relação entre o líder local e a autoridade central. A ênfase na defesa do reino inscrita por Encina ressalta o papel proeminente de Dom Fadrique na manutenção da estabilidade do reino, atuando em conformidade com as deliberações do Rei Católico.

No desfecho da *Égloga representada en la noche postrera de Carnal*, a possibilidade de conflito não é descartada mesmo diante de notícia de pacificação entre as partes envolvidas no conflito. Embora os versos imputem uma oração pela paz verdadeira, a vitória simbólica do leão, símbolo da Coroa de Castela, sobre a flor de lis da França exterioriza uma aspiração mais profunda do êxito militar de Dom Fadrique. Tal referência reforça o engajamento do Duque com a estabilidade e a preservação da soberania dos Reis Católicos em um cenário político marcado por alianças.

Si guerras forçadas son,
Él nos dé tanta ganancia
que a la flor de lis de Francia
la vença nuestro león;
mas, por justa petición,
pidámosle paz entera,

³⁷ [Beneito _ eu te asseguro isso / e até te juro, / onde estiver seu estandarte, / que não lhe falte um coração/ forte e firme, / pois ele é fortaleza e muralha. / E ainda, agora que ele organiza / de tal maneira/ o povo de seu rebanho, / que faça estragos na França, / onde ele acerta; / não é necessário outro destino.] Ibidem, 2014, vv. 37-45, p. 99-100. (tradução nossa)

qu'Él es la paz verdadera³⁸.

Conclusão

Juan del Encina, ao incorporar nas suas peças as relações de Dom Fadrique com os Reis Católicos e com a população de Alba de Tormes, evidencia uma abordagem sobre as alianças políticas e as concessões de territórios por parte dos monarcas que caracterizaram o período histórico. Nas églogas criadas pelo autor, a obtenção e preservação de territórios da família Álvarez de Toledo está ligada às alianças estabelecidas com os monarcas – um processo em constante fluxo e que se adequa à conjuntura política. As relações políticas e sociais no Ducado de Alba de Tormes seguiu uma dinâmica que merece atenção: o apoio político da nobreza era fundamental para articulação régia, sobretudo em um contexto em que o poder da monarquia estava em um processo de consolidação e legitimação. As alianças que estruturavam a legitimidade política envolviam compromissos mútuos, tendo em vista que a nobreza obtinha benefícios como títulos, rendas e territórios, em troca de ações que confirmassem seu apoio à monarquia.

Referências bibliográficas

BUSTOS TÁULER, Á.; SANMARTÍN BASTIDA, R. Fadrique Álvarez de Toledo, II Duque de Alba y su inventario de libros (1531): Una biblioteca patrimonial. **Revista General de Información y Documentación**, v. 26, n. 1, p. 273–290, 21 jul. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5209/rev_RGID.2016.v26.n1.53042. Acesso em 13 jan. 2024.

BUSTOS TÁULER, Á. Juan del Encina, Francisco de Madrid y el género de la égloga política sayaguesa. **Críticon** [S.l.]: n. 126, 15 nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.4000/criticon.2748>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/criticon/2748>. Acesso em 25 jan. 2024.

CÓRDOVA MIRALLES, Á. F. de. **La Corte de Isabel I, Ritos y ceremonias de una reina (1474-1504)**, Madrid: Ed. Dykinson, 2002.

JUAN DEL ENZINA. **Teatro Completo**. Edición de Miguel Ángel Pérez Priego. 5. ed. Madrid: Catedra. Letras Hispánicas, 2014.

LUCHÍA, C. Regir el concejo, servir al señor: los regidores del concejo de Piedrahíta en el siglo XV. **En la España Medieval**, Madrid, v. 42 p. 9-33, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/ELEM.64078>. Acesso em 25 jan. 2024.

MONSALVO ANTÓN, J. M. Relaciones entre nobleza y monarquía en el siglo XV: faccionalismo y acción política de los Álvarez de Toledo (Casa de Alba). **Studia Historica. Historia Medieval**, [S. l.], v. 34, p. 149–185, 2016. DOI: 10.14201/shhme201634149185. Disponível em:

³⁸ [Se guerras forem forçadas, / que Ele nos conceda tantos ganhos/ que o nosso leão vença a flor-de-lis da França. / No entanto, por justa petição, / Vamos pedir-Lhe paz completa, / Pois Ele é a verdadeira paz]. *Ibidem*, 2014, vv. 258 – 264, p. 149 (tradução nossa).

https://revistas.usal.es/uno/index.php/Studia_H_Historia_Medieval/article/view/shhme201634149185. Acesso em 25 jan. 2024.

PEREIRA, Raquel. **Das Cañadas ao palco** – estudo da inserção social e da idealização do pastor nas Espanhas (séculos XIII ao XV). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

EM NOME DE ALLAH: A REDENÇÃO DIPLOMÁTICA PÓS-CATIVEIRO CRISTÃO NA ARGEL SETECENTISTA

Mylena Pereira da Silva³⁹

Resumo

O trabalho introdutório analisa as experiências da presença de escravizados cristãos europeus na Argel do Século XVIII pelos relatos de viajantes. A existência desses cativos é exemplo da relação entre Estado e Igreja Moderna na relação com o Magrebe. Será abordado neste excerto partes do processo de cativeiro e redenção de indivíduos, bem como a espinhosa discussão sobre a materialização do Oriente no imaginário europeu.

Palavras-chave: Argel; cristãos; Islã; Oriente.

Introdução

O objetivo desta pesquisa se dá por meio de uma análise qualitativa de diários de viagens oficiais e comuns, onde são percebidas as relações forçadas existentes entre os grupos que não se encaixavam na aceitabilidade do homem católico europeu. Marcaram os séculos anteriores e, especificamente, o próprio século XVIII as conflituosas tentativas diplomáticas de se estabelecer qualquer trégua político-militar em relação ao apresamento, cativeiro e redenção de homens e mulheres cristãs em território muçulmano. As fontes abrangem sobretudo as potências cristãs de Espanha e Portugal, com ampla interferência de outros Estados, como o francês, italiano, inglês e dinamarquês.

As fontes utilizadas para o estudo do tema trazem um amplo panorama dessa realidade relacional cristã-muçulmana, as trocas mútuas ocorridas ao longo dos anos de cativeiro, o processo de chegada desses resgatados à Europa, bem como as consequências desses encontros para o complexo contexto mediterrânico. Contexto esse que estava muito distante da pacificidade almejada por alguns reinos e cujo valor historiográfico devido muitas vezes lhes é negado. A necessidade de uma maior amplitude sobre estudos islâmicos e sua relação com a cristandade e

³⁹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista CAPES. Pesquisadora-estudante da Companhia das Índias: Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna (UFF) e do Azimute: Laboratório de Estudos Orientais (UFRJ). E-mail para contato: mylenapereira@id.uff.br.

política europeia, mediada por relações diplomáticas, na Historiografia nacional é notável, vide a abrangência do Império Ultramarino Português na participação ativa no comércio atlântico e mediterrâneo. Tais movimentações marítimas encontram nas potências magrebina, um desafio político e cultural, terreno fértil na produção dos relatos que se somaram às conhecidas literaturas de viagem.

No emblemático século XVIII, pode-se afirmar que as viagens modernas foram o motor que impulsionaram novos tempos. Naquele momento o indivíduo europeu se encontrava inserido em uma corrente de, sobretudo, pensamento absolutista; esse motor lhe trouxe uma nova perspectiva sobre si e sobre o mundo. Durante o século das luzes, que também mereceria ser reconhecido como o século das viagens, os itinerários desempenharam um papel decisivo no debate social do pensamento europeu, mas também do turco-árabe. Durante o período analisado, as viagens fundamentaram-se como uma condição de vida do indivíduo moderno, cuja representação literária se manifesta sob um caráter histórico-político e biográfico, geralmente, em que o narrador descreve as iniciações de uma personagem ou de si no mundo. Desde outrora essas viagens são fontes especiais para pensar caráter itinerante de políticas e pedagógico.

Essas movimentações marítimas também despertavam grande interesse comercial nas potências magrebina cuja atividade corsária figurava como principal prática na Regência argelina. Ela estava ligada ao problema do que era a escravidão moderna na terra do Islã africano e sua atuação prática nos domínios do mesmo continente. A complexidade do conceito de escravidão islâmica⁴⁰ engloba uma questão geográfica, cronológica e identitária, cujas disparidades não podem ser ignoradas, recaindo na perspectiva espinhosa e central deste trabalho: o que é o Oriente imaginado?

Dentro do Oriente imaginado: do cativeiro à redenção

O norte da África há muito não era colônia como as estabelecidas nos trópicos. Ao invés de uma descrição da natureza tropical, vista por muitos como paradisíaca aos moldes do paraíso cristão, as terras africanas eram o seu completo oposto. A África, habitada por turcos, árabes e outra centena de povos, não era vista como boa anfitriã aos seus itinerantes e escravizados. Relatada como uma região de dificuldades, ao longo do XVIII foi estabelecida pelo nome alternativo de “Barbária”.

⁴⁰ Refere-se aqui à escravidão cristã, ou chamada também de escravidão de brancos europeus, escravizados por muçulmanos, proeminente durante o Império Otomano dos séculos XVI, XVII e XVIII. A escravidão cristã é a categoria central dentro do que foi a longa escravidão praticada por povos islâmicos ao longo do tempo na modernidade. O termo “escravidão branca” foi usado por Charles Sumner em 1847 para descrever a escravidão dos cristãos em todos os Estados da chamada Berbéria, e principalmente em Argel, a capital da Argélia otomana. A prática dessa escravidão incluía também as concubinas europeias frequentemente encontradas em haréns turcos no território.

Aqui não se tinham as tentativas de descrever uma rica natureza produtiva, as marcas inconfundíveis de brasilidade, por exemplo, ou traços de uma mitificação de heróis guiados pela honra. Nas terras da “Barbária”, a natureza e seus habitantes eram algozes, e sua pretensa incivilidade não vinha pela de contato com a Europa, mas, sobretudo, por professarem um credo “herético” ativamente em conflito com o lado norte do Mediterrâneo.

Acredito que se os trópicos foram considerados por muitos como o paraíso, durante um tempo, devido à sua natureza exuberante e “ingenuidade” de seus habitantes nos séculos anteriores; tal prerrogativa nunca sequer tinha sido cogitada no trato norte-africano, pelo menos não até o período em questão neste trabalho. Especificamente falando das regências otomanas de Argel, Trípoli e Túnis, a natureza estava longe de ser rica aos olhos estrangeiros: seus galhos retorcidos pelo clima eram tão brutos quanto a sua população, sua temperatura remontava ao inferno que só o Saara poderia representar. Não despreziosamente que Magrebe tenha sido visto como um dos domínios do Diabo, habitado pelos seus agentes segundo a ótica cristã inquisitorial dos séculos anteriores. Viajar até lá não se dava exatamente pelo desconhecido, mas pelo incompreendido. Substitui-se, assim, a expectativa pela narração do maravilhoso, do incomum para o imaginário cristão, próprios de um tempo em que a viagem era árdua e passível de muitas provações até a região.

As polêmicas que se somam a respeito da produção de um discurso sobre o Magrebe e o Islã possuem variantes muito tênues ao tratarem de uma legitimidade de “superioridade cristã ocidental”. Esse discurso, escrito e interpretado por uma elite letrada, possui entrelinhas que servem a um propósito específico. A presença europeia na regência também revela a importância dessas políticas cotidianas, sejam elas religiosas ou não, para obter vantagens internacionais e estabelecer parâmetros meticulosos sobre os mais variados aspectos perante o domínio islâmico e a construção da sua imagem na parte norte do Mediterrâneo.

Para tal, a presença de viajantes estrangeiros e seus relatos publicados a respeito das relações com impérios islâmicos são abundantes. Com variadas obras, em várias línguas, os autores falam dos habitantes, vida social, usos e costumes, fauna, flora e outros aspectos das possessões do então Império Otomano, de forma mais ou menos tendenciosa, depois que várias viagens diplomáticas foram firmadas até a região do Magrebe com fins político-econômicos. Com essa aproximação entre católicos ibéricos, cristãos franceses e muçulmanos, houve um incremento nas relações entre essas sociedades, relações essas muitas vezes conflituosas, e o consequente aumento da presença estrangeira na região norte-africana.

Cabe pontuar que a autoidentificação dos viajantes mencionados não é extensiva aos habitantes turco-árabes da África. Nas fontes, os informantes colocam-se, quase sempre, numa

posição de exterioridade às suas populações. Esse sentimento de não pertencimento pode ser atribuído ao intrincamento das ordens estatutárias frente a uma territorialidade não familiar, ensejaria o estranhamento e suscitaria o distanciamento necessário para o reconhecimento do outro em oposição a si. O estatuto de cientista, diplomata, clérigo ou simplesmente de aristocrata, delimitaria o patamar de observação a partir do qual quase todos lhe parecem ignorantes, contrários às regras da sociedade. E o estatuto de funcionário o faria surpreender-se com as assimilações culturais, tais como se dão no universo colonial nas Américas, por exemplo, onde a prevalência dos modelos europeus não é a regra.

Contudo, o Oriente fora criado para dar lar a tudo que fugia da concepção de normalidade cristã e era relegado ao campo do exotismo pela ignorância europeia, mas que era próximo o suficiente para ser temido e enfrentado. Não se pretende esgotar o assunto com este recorte; há muitos aspectos importantes sobre o problema da invenção do “Oriente” pelo “Ocidente” (SAID, 2007). Limites de espaço, competências e materiais são tão amplos que outra tese seria feita somente para discutir sobre o tema. O recorte feito é para desnaturalizar o senso-comum de que o Oriente, como espaço, sempre existiu e sempre foi chamado desse jeito sem maiores implicações. O modo como as representações e interpretações do “Oriente”, durante a época moderna, foram criadas, legitimaram uma série de rótulos. Esses juízos prévios promoveram argumentos mascarados sob a forma de conhecimentos eruditos amplamente divulgados entre os impérios cristãos e que séculos mais adiante também serviram para legitimar o colonialismo em Argel e em todo o norte, por exemplo.

Ao longo dos relatos de viagem trabalhados nesta pesquisa e todos os casos que os mesmos suscitam acerca da escravidão cristã no Magrebe, a inquietude suscitada pelas análises revela um “Oriente”, personalizado na forma do norte magrebino, como uma entidade quase animada na sua falta de homogeneidade. Embora todos os discursos produzidos sobre a região remontem um sentimento anti-islâmico de uma desconfiança extravagante, porém, flexível, eles são pertinentes para entender como todo esse medo e distanciamento foi construído por múltiplos esforços de combater o inimigo que viveu sempre aos arredores dos domínios cristãos e, regularmente, se incidiam sobre a cristandade, fosse pelo mar ou terra. Sobretudo a presença de portugueses e franceses no Magrebe produziram fontes que ajudaram a consolidar o que Edward Said (2007) chama de Oriente na experiência ocidental europeia.

Segundo o autor, tanto a figura do Islã quanto a existência dos povos árabes e sua disseminação no continente africano, ao longo não só da modernidade, mas desde a Antiguidade, enquanto experiências contrastantes, não sejam nada de imaginativas, pois, o Oriente sempre foi uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. Por mais que pareça haver um

certo distanciamento entre essas duas narrativas devido a uma certa irresponsabilidade histórica, os povos árabes e o “exotismo” delegado ao islamismo sempre esteve em contato com a cultura cristã europeia, seja através do contato com o Império Romano, seja através das Cruzadas, da ocupação da região de *Al-Andalus* por parte dos árabes durante séculos ou pelas conflituosas e oscilantes relações diplomáticas entre o norte africano e o lado europeu da bacia do Mediterrâneo durante o XVIII.

É inválido concluir, contudo, que o Oriente foi essencialmente uma ideia ou uma criação sem realidade correspondente por parte de impérios vizinhos. Seria igualmente incorreto também acreditar que esse mesmo Oriente foi um acontecimento simplesmente advindo de uma necessidade da imaginação europeia; isso seria reproduzir um viés etnocêntrico. A relação entre o Ocidente e o Oriente é acima de tudo uma relação de poder, de dominação, mas em graus variáveis em uma hegemonia complexa construída e consolidada em um discurso externo unilateral. A estratégia, segundo Said, dessa posição de superioridade é flexível, essa mutabilidade põe o ocidental em toda uma série de relações possíveis com o Oriente, entretanto, sem jamais lhe tirar o relativo domínio. O discurso de estranheza produzido, a subjugação, o exotismo ou superioridade não é uma visionária fantasia europeia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, foi-se feito um considerável investimento material.

Uma das poucas unanimidades encontradas já no grande campo da escravidão é de que a submissão, cristã ou islâmica, negra ou branca, é tão antiga quanto a história do mundo. Durante a modernidade passou a ser justificada por razões morais e religiosas baseada em crenças da suposta superioridade racial e cultural, mas nunca deixou de ser um fato perante a humanidade de que, em primeira instância, a escravidão definiu o escravizado como um estranho. Tal expansão é justificável por estar associada ao comércio exterior, a escravidão islâmica branca difundiu-se entre aquelas regiões diretamente envolvidas no comércio de escravos e suas apreensões. Esses novos escravizados tinham papel importante na economia e na sociedade, tornando-se características importantes de uma transformação na ordem social e política.

A expulsão dos “mourous” do sul da Península Ibérica, por Fernando de Aragão e Isabel de Castela, criou um inimigo implacável para seu reino ressurgente e para a Europa cristã, um que encontraria um novo lar muito perto nas regiões do Marrocos, Argel e, eventualmente, ao longo de todo o Magrebe. As sociedades islâmicas recém-revigoradas ajudaram a criar uma consciência destinada a acertar as contas com Cristandade, construindo galés, atacando navios mercantes europeus, invadindo comunidades costeiras e fazendo desses cristãos, escravos.

Homens esclarecidos, gramáticos refinados, juristas, sultões e viajantes, geralmente, condenaram o princípio da servitude nas regências otomanas, mas a maioria a consideravam

aceitável quando foram seus beneficiários. Os viajantes instruídos que passaram pela região e principalmente por Argel, nunca foram libertadores de escravos, tendo seus relatos contribuído apenas para a enunciação e caracterização do problema. O islã admitia a existência de duas categorias de escravos que se opunham diretamente. Por uma questão de clareza, Chebel, em sua obra, os chama de escravizados "puros" e "impuros". Tal afirmação está diretamente relacionada com a passagem do alcorão apresentada sobre a preferência a um escravizado crente do que a um homem livre descrente⁴¹.

O fenômeno da escravidão no Mediterrâneo, bem como o seu impacto nas dinâmicas globais, contribuiu largamente para impasses diplomáticos com a Península Ibérica e França, por exemplo, que se estenderam até a primeira metade do século XVIII e acarretaram uma dezena de outras interferências estrangeiras para suas resoluções. A escravização ocorrida nas regiões pertencentes à “barbárie” otomana não era nada como o maciço e sistemático fenômeno atlântico, conforme detalhado por Paul Lovejoy (2002) e muitos outros, mas era uma linha lateral mais do que simplesmente periférica do negócio de pirataria e de corsários. Milhares de indivíduos desafortunados dos impérios cristãos durante um pouco mais de três séculos, entre 1500 e 1830, foram forçados a escravização por parte de uma elite turca e árabe.

Principalmente no século XVIII, os relatos em formato de diários escritos por frei João de Sousa (BRAGA, 2008) e Laugier de Tassy (2018), são muito claros ao trazerem que embora alguns escravizados ficassem apenas alguns meses em situação de cativo, outros chegavam a permanecer por 6 anos na mesma condição, a ponto de desistirem da ideia de serem resgatados ou de comprarem sua própria alforria.

O processo de resgate e reintegração social acontecia através das tentativas políticas das Ordens de Trinitários e Mercerdários e era visto apenas como o último ato de todo um processo de purificação e desprogramação, que havia começado para os escravizados com seu resgate do Norte da África. Essa recompra em si, tinha implicações interessantes: afinal, em um sentido óbvio, os sacerdotes redentores compravam humanos, como qualquer outro traficante de escravos. As dissidências diplomáticas conflituosas, a atividade corsária argelina, os desvios morais de “mouros” e cristãos, o alastramento de doenças, bem como a dinâmica cujas potências europeias do período também estavam inseridas desde sua relação com a suposta inferioridade do Islão até a reintegração desses aprisionados em retorno ao seu continente de origem.

⁴¹ Um dos princípios básicos do islamismo é de que embora Allah tenha concedido ao indivíduo uma espécie de autonomia, esse mesmo indivíduo não deve considerar-se totalmente livre, pois deve viver a sua vida com a consciência de que será julgado no Juízo Final e o seu único objetivo será merecer a benevolência de *Allah*.

A competência demonstrada pelos padres redentores nas missões diplomáticas com destino a Argel, durante todo o século XVIII, para resgatar os cativos portugueses que ali se encontravam, e outros que não sendo originais do Reino se viram obrigados a trazer consigo, foi condicionada pelas condições vividas na Regência à época desses derradeiros resgates. O último momento ápice que permeia as resoluções diplomáticas com o Magrebe por parte dos Reinos europeus, após os grandes resgates do século XVIII e os da primeira década do XIX, foi a necessidade de receber esses homens e mulheres em território europeu novamente e evidenciar a vitória sobre o território barbaresco e sobre o credo islâmico. A grande procissão de retorno desses indivíduos era permeada de simbolismos ideologicamente bem legitimados pelas ordens religiosas e pelas instituições europeias.

Embora já não pertencessem a um mestre muçulmano em uma terra estranha, uma vez sob responsabilidade da Igreja, esses indivíduos passavam a ser posse dos sacerdotes que recompraram suas liberdades, independente do saldo final da missão diplomática e do ano. A submissão tácita era especialmente verdadeira para aqueles que tinham que confiar na caridade para seus resgates, por falta de recursos próprios para bancarem sua volta ao continente natal; em contraste, os escravos que contribuíram com pelo menos parte do preço pedido tinham mais liberdade de ação, quer tratasse de retornar diretamente para suas casas sem viajar primeiro para a capital, ou mesmo decidir para permanecer em Argel como homens ou mulheres livres. Por outro lado, escravos pobres comprados diretamente pelos padres, estavam geralmente bem cientes da dívida que tinham não apenas para com a Igreja, mas também para com aqueles em sua terra natal que haviam contribuído por escolas e outras doações para a sua liberdade. Basicamente, esses homens e mulheres deixaram de ser bens de mestres muçulmanos para tornarem-se obedientes aos sacerdotes e aos seus respectivos Estados (D'ARANDA, 1666).

Populares entre o público de todas as classes, e após os ex-escravizados, seus sacerdotes, acompanhantes, ajudantes e todas aquelas figuras oficiais que estiverem do outro lado do Mediterrâneo, passassem pela quarentena, os resgatados passavam por uma nova catequização por parte dos clérigos, principalmente os jesuítas. Após esse processo, que poderiam levar até mais de um mês, as procissões eram estabelecidas e estavam entre os espetáculos urbanos mais característicos na Itália, Portugal, Espanha e França do século XVIII. Levavam semanas até que as procissões passassem por todas as maiores cidades pretendidas e quando os escravizados libertos eram apresentados, as estradas ficavam congestionadas por inúmeras carruagens e pelo povo reunido. Aqueles que viviam ao longo da rota da procissão mostraram seu entusiasmo embelezando as paredes de suas casas com tapeçarias e bandeiras de várias cores, e com muitos outros enfeites.

Sabe-se que, geralmente, essas procissões de recepção aos cativos seguiam um roteiro predefinido com momentos-chave de glorificação dessas ordens religiosas, da Coroa e da Cristandade sobre o credo islâmico. O rei e toda sua corte geralmente assistiam ao episódio, bem como toda a devota gama social dos comuns. Os redimidos carregavam, por vezes, imagens religiosas, e até mesmo cruzeiros durante o percurso para evidenciar o que todo aquele processo representava para a população que assistia. Esses aprisionados também eram orientados a usar longas barbas pelos religiosos para que suscitasse compaixão dos que assistiam, como as fontes apontam. A riqueza desses espetáculos encenados variou em função da importância dos resgates e de seu valor simbólico; entretanto, é categórica a ideia de que essas redensões representavam no imaginário político e cultural moderno perante o discurso de abominação sobre a realidade vivida no Magrebe.

Após anos de cativeiro, os resgatados ainda serviram a um último papel dentro de sua própria sociedade, o de propaganda político-religiosa dos Estados e de suas Ordens, aos quais muitos possuíam dívidas morais e monetárias. Esses indivíduos, ao serem expostos em cada procissão, em cada cidade, por meses, eram evidências vivas da crueldade muçulmana pré-moldada no continente europeu; eram também um lembrete de como a escravidão branca poderia ser vil, embora não estivessem tão preocupados com a prática da escravização de seus semelhantes na porção subsaariana da África.

Enquanto alguns documentos dizem respeito à história antiga, outros são contemporâneos. Excertos relativos aos séculos XVIII e XIX estão particularmente representados pela abundância da literatura conservada. Como já mencionado, esses relatos aqui utilizados são parte muito ínfima em uma vasta produção de fontes literárias de viajantes acerca do assunto. Embora cada relato existente esteja condicionado à sua própria época e aos valores de quem os escreveu, não sendo eles de forma alguma imparciais, os relatos de Laugier de Tassy (2018), Peyssonnel (1838), Vincent de Caraffa (1886), Frei João de Sousa (BRAGA, 2008) e de Anna Cradock (1896) possuem sensibilidades não percebidas em outros tipos dessa mesma literatura.

A ferramenta, aqui, é "intelectual". Tratou-se de examinar os textos que evocam essa questão, de voltar no tempo, de questionar a História para recompor o quebra-cabeça com essas múltiplas peças, que aparentemente parecem soltas. Isso se dá devido à complexidade da doutrina islâmica e principalmente suas flutuações que favoreceram o surgimento do acirramento com a cultura cristã, conflito relegado ao esquecimento na historiografia brasileira. Os relatos aqui utilizados, por mais ricos em detalhes que sejam em suas obras, são figuras ilustradas que, por uma visão institucional e religiosa, assimilam o imaginário e o insuflam com estereótipos sem quaisquer possibilidades de alteração, mesmo que alguns deles remontem a uma crítica encoberta sobre a sociedade europeia e seus pressupostos religiosos que a sustentam. Sendo assim, as representações

do Oriente se estabeleceram com discursos que não permitiam maior aproximação com o Outro e já no século XIX serviram como pretexto para o processo de invasão francesa em Argel e em todo o norte.

Referências bibliográficas

AHMED, Sara. 2000. *Strange Encounters: Embodied Others in Post-Coloniality*. New York and London: Routledge.

BRAGA, Isabel M. R. M. D. *Missões Diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no Século XVIII. Relatos do Frei João de Sousa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa / Artes e Letras, Livreiro Antiquário, 2008.

CARAFFA, Vincent. *Journal du rachat des captifs d'Alger et de Tunis en 1779* In: Bulletin de la Société des sciences historiques et naturelles de la Corse. 1886, p. 165-218.

CHEBEL, Malek. *Escravidão na Terra do Islã*. Paris: Fayard, 2007.

CRADOCK, Anna F. *Journal de Madame Cradock. Voyage en France, 1783-1786*, traduzido do manuscrito original e inédito por O. Delphin-Balleyguier. Paris, 1896.

D'ARANDA, Emanuel. *The History of Algiers and its Slavery*. Londres, 1666.

DAVIS, Robert C.. *Christian Slaves, Muslim Masters: White Slavery in the Mediterranean, the Barbary Coast, and Italy, 1500-1800*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

DE TASSY, Laugier. *Histoire du Royaume d'Alger: avec l'Etat présent de son Gouvernement, de ses Forces de Terre & de Mer, de ses Revenus*. França: Wentworth Press, 2018.

LAROUSSI, Farid. *Postcolonial Counterpoint: Orientalism, France, and the Maghreb*. University of Toronto Press: 2016.

LOVEJOY, Paul. *A exportação de escravos, 1600-1800*. In: A escravidão na África – uma história de suas transformações. Tradução Regina Bhering e Luiz Guilherme Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PEYSSONNEL, Jean-André. *Voyages dans les régences de Tunis et d'Alger*. Paris: Librairie de Gide, 1838.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. Coleção Companhia de Bolso. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ST 05 – TERRITORIALIDADES, PAISAGEM E NATUREZA NA ANÁLISE HISTÓRICA

OS SERTÕES DE JOSÉ DE ALENCAR

André Vilaça Guerra Monteiro⁴²

Resumo

Em 1875 José de Alencar publica *O sertanejo*, o seu último romance. Para além do enredo da história, Alencar escreve sobre as transformações do sertão cearense ao longo dos séculos, partindo do seu presente e retornando até os séculos iniciais da colonização. O conceito de sertão não é inédito no vocabulário alencariano tendo sido mobilizado pelo autor nas obras *O guarani* (1857), *Iracema* (1867) e em outros livros, mas os significados atribuídos ao conceito nessas respectivas obras são diferentes ao compararmos com *O sertanejo*. Posto isso, os objetivos desse artigo são comparar os significados atribuídos ao conceito de sertão nas obras *O guarani* e *Iracema* com os significados no livro *O sertanejo* e pensar nos diálogos entre Alencar com a Geração de 70.

Palavras-chaves: Sertão, Iracema, O guarani e O sertanejo.

Os livros *Iracema* e *O guarani* fazem parte da fase indianista do Romantismo brasileiro. Os intelectuais brasileiros buscaram com a literatura consolidar a autonomia nacional; em outras palavras, houve uma vinculação entre a produção literária com a política. A luta pela autonomia foi fundamental para elaboração das ideias românticas no país, porque inaugurou o sentimento de orgulho patriótico e o desenvolvimento de uma literatura nacional independente que abordasse o nacionalismo literário (CANDIDO, 1996, p.10-11). Na tentativa de desenvolver uma literatura nacional independente houve uma busca da especificidade nacional e nesse movimento que há a valorização do índio, mas que não foi representado etnograficamente de forma correta porque a liberdade na sua representação atribuiu à figura do índio uma força de sentimentos e emoções que eram comuns aos homens (CANDIDO, 2012, p.44). O indianismo foi nesse sentido uma característica importante do nacionalismo literário e serviu para simbolizar o nosso passado mítico e lendário (CANDIDO, 1996, p.20). Süsskind completa que a descrição e a seleção de heróis, pelos primeiros românticos, foi um dos traços de singularidade do Romantismo no Brasil (1990, p. 17).

José de Alencar fez a sua estreia na literatura em 1856 com a produção da obra *Cinco minutos* e, no ano seguinte, escreve *A viúva*. No mesmo ano escreveu um dos seus livros mais conhecidos, *O guarani*, e em 1865 escreve *Iracema*. Nessas duas últimas, o conceito de sertão já é mobilizado pelo autor, mas não é um elemento central da narrativa. Em *Iracema*, que segundo Alencar se situa no que ele denomina de momento primitivo da literatura brasileira, para o autor tal momento se

⁴² Mestrando em História Social da Cultura pela PUC-Rio e bolsista CNPq.

caracteriza pelo predomínio das lendas e mitos dos indígenas, da terra ainda ser desbravada pelo colonizador (ALENCAR, 2014, p. 518). O autor mobiliza o conceito de sertão quatorze vezes e os significados atribuídos ao mesmo são referentes à selva, ao local onde habitam os indígenas e como metáfora para Iracema, virgem do sertão, que simboliza a virgindade do sertão, ou seja, a falta da colonização nessa terra. Esses significados se evidenciam nessa passagem: “O maior chefe da nação tabajara, Irapuã, descera do alto da serra Ibiapaba, para levar as tribos do sertão contra o inimigo pitiguara. Os guerreiros do vale festejam a vinda do chefe, e o próximo combate” (ALENCAR, 2020, p.23). E nessa outra: “Virgem formosa do sertão, esta é a última noite que teu hóspede dorme na cabana de Araquém, onde nunca viera, para teu bem e seu. Faze que seu sono seja alegre e feliz” (ALENCAR, 2020, p.57).

A história da obra *O guarani*, romance indianista publicado em 1857, se passa no ano de 1604 e José de Alencar mobiliza o conceito de sertão onze vezes, como nessa passagem:

Homem de valor, experimentado na guerra, ativo, afeito a combater os índios, prestou grandes serviços nas descobertas e explorações do interior de Minas e Espírito Santo. Em recompensa do seu merecimento, o governador Mem de Sá lhe havia dado uma sesmaria de uma légua com fundo sobre o sertão, a qual depois de haver explorado, deixou por muito tempo devoluta (ALENCAR, 2012, p.26).

Nessa citação o significado atribuído ao conceito é referente às terras que necessitam ser ocupadas. Para Sússekind, em *O Guarani* os sertões funcionam com um recurso retórico para descrever o local e ampliar a impressão de muralha intransponível (1990, p.210). É importante ressaltar que José de Alencar opera com os mesmos significados que o conceito de *sertão* foi mobilizado pelos viajantes, jesuítas e colonizadores no Período Colonial.

Vinte e um anos depois da publicação de *O guarani* e dez de *Iracema*, na década de 70, José de Alencar publica *O sertanejo*, o seu último livro. O livro foi escrito em um momento que o regionalismo ganha força, mas precisamos usar essa classificação com cuidado, como adverte Almeida, porque os respectivos autores não estavam preocupados com afirmação do regional, mas, sim, do nacional (1981, p.48-49). Para ele e outros autores, o surgimento do regionalismo se deve pelas mudanças, nos fins da década de 60, na cultura brasileira, influenciadas pelas correntes filosóficas e estéticas na Europa. Tais correntes repudiavam o idealismo romântico e defendiam um olhar mais realista dos romancistas (ALMEIDA, 1981, p. 34-35). Antonio Candido acrescenta que a força da temática social e do realismo foi influenciado pela experiência da Guerra do Paraguai e em consequência a exposição das mazelas política e social do Império (2012, p. 62-63). Para esse autor os objetivos dos romances regionalistas foram o de desvendar as regiões do país e construir uma vinculação maior do leitor com a pátria, ou seja, o propósito nacionalista no primeiro plano (CANDIDO, 2012, p.60). A mudança mais significativa em relação ao conceito de sertão,

comparado com essas duas obras anteriores, é o deslocamento que o autor promove ao mesmo. Apesar da obra *O sertanejo* também se passar no Período Colonial, Alencar atribui uma centralidade ao sertão, ou seja, se nos romances *O guarani* e *Iracema* o sertão é um fator secundário, em *O sertanejo* essa posição é modificada, passando ser um elemento central não só na narrativa, mas no pensamento do autor.

O livro *O sertanejo*, publicado em 1875, foi o último romance que José de Alencar escreve e o autor mobiliza o conceito de sertão oitenta e nove vezes. A obra inicia com o narrador lamentando as transformações ocorridas com o avanço da civilização pelo sertão e que não poderá mais vivenciar os momentos felizes da sua infância naquela terra. Após essa introdução, é anunciado que a história se passa no ano de 1764, no sertão de Quixeramobim, narrando as aventuras de Arnaldo. Arnaldo, o personagem principal do romance, é um dos sertanejos e trabalha na fazenda Oiticica comandada pelo Capitão Gonçalo Pires Campelo. Como um serviçal da fazenda, esse personagem, obedecia às ordens do Capitão Mor, mas ao mesmo tempo agia pelos seus sentimentos internos e faz a proteção de Flor, filha de Campelo e por quem Arnaldo é apaixonado. Nos dois principais momentos de tensão, o incêndio, logo no começo do romance, e a invasão na fazenda, Arnaldo age como um herói para salvar a filha de Campelo. Paralelo a essa história, Alencar escreve também a história dos sertões cearenses e suas transformações ao longo dos séculos, partindo do seu presente e retornando até os séculos iniciais da colonização. Todas as ações no romance se desenvolvem no sertão, mas o sertão não exerce somente uma função de cenário e os significados mobilizados por José de Alencar não se limitam às concepções geográficas. O sertão aparece como um elemento importante para a compreensão do Brasil.

Ao longo do romance o autor nos apresenta três sertões diferentes. O primeiro sertão é apresentado na abertura do livro nessa passagem:

Quando te tornarei a ver, *sertão* da minha terra, que atravessei há muitos anos na aurora serena e feliz da minha infância?

Quando tornarei a respirar tuas auras impregnadas de perfumes agrestes, nas quais o homem comunga a seiva dessa natureza possante.

De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhe infundia.

A civilização que penetra no interior corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações (ALENCAR, 2013, p.11).

Esse é o único momento em que José de Alencar faz referência a esse sertão, mas não deixa de ser bastante relevante, porque evidência a sua decepção com o projeto de civilização que estava desconfigurando o sertão, mas tal decepção não significa uma negação da civilização. Ao demonstrar seu descontentamento o autor realiza o movimento de relembrar do sertão situado no seu passado.

Pinha argumenta que na década de 70, a partir de Sênio⁴³, Alencar procura responder aos seus críticos realizando um movimento de leitura do seu passado, para produzir uma consciência moderna de sua obra; assim o futuro está atrelado ao passado (PINHA, 2007, p.120).

Na primeira versão do livro os editores colocaram uma nota explicativa para dizer que o autor se refere as viagens que realizou das províncias do Ceará para Bahia entre os anos de 1838 e 1839, e a nota continua:

A essa jornada cheia de accidentes e feita aos nove anos, deve o author as mais vigorosas impressões da natureza americana, e das quaes se acham os traços em muitos de seus livros, especialmente no Guarany e Iracema e agora no Sertanejo (ALENCAR, 1875, p.340).

A nota é bastante ilustrativa porque reforça o argumento de Martins e de outros autores que o livro *O sertanejo* e a escolha do Ceará têm o propósito de combater as críticas que Alencar recebia na década de 70 de ser um escritor de gabinete, ou seja, não conhecer a região que ele escreve e não conseguir representar a *cor local* (MARTINS, 1997, p.157). O conceito de *Cor local* no século XIX foi um elemento importante na construção dos discursos que evocam imagens que permitem a visualização não só do escritor, mas também do leitor, possibilitando dar legitimidade ao relato. Cardoso associa o conceito à *retórica pitoresca*, um conjunto de expressões que possibilitam identificar a presença da *cor local*, trazendo novas dimensões como as modificações temporais e espaciais das paisagens; ou seja, o espaço é historicizado (2018, p.70). O autor mais à frente acrescenta “(...) se mesmo a paisagem pode mudar, é importante que o narrador esteja presente à cena, de modo a atestar a correção da imagem e assim legitimar, por meio da autopsia, a visão implícita ao procedimento” (CARDOSO, 2018, p.70). Retornando à abertura do romance quando o narrador questiona quando tornara a ver o sertão da sua infância, o “ver” traz a dimensão da autopsia que é complementada com a nota dos editores, tudo para trazer legitimidade à história.

O terceiro sertão, nas palavras de José de Alencar:

No tempo da fundação da fazenda ainda o *formoso* e *ameno* sertão de Quixeramobim, que os primeiros povoadores haviam denominado Campo maior por causa da extensão, achava-se inabitado.

Apenas se encontravam alguns ranchos onde se acolhia uma população *vagabunda* de aventureiros, que percorriam o sertão, vivendo das rapinas e dos recursos que lhe oferecia a fartura da terra. (...) (ALENCAR, 2013, p.35).

O narrador, ao dizer que é um sertão ainda inabitado e que é frequentado por vagabundos, se refere ao sertão que está situado no passado da história do livro; é nesse sentido o sertão das obras de

⁴³ Sênio se refere a forma que Alencar assinou a obra *O gaúcho* (1870), argumentando que tinha se tornado “Um anacronismo literário” e que o romance inaugurava a sua “velhice literária.” Mas ironicamente nessa década de 70 foi um momento de grande produção do autor escrevendo mais de dez obras.

Iracema e *O guarani*. Mas diferentemente dos significados mobilizados nos respectivos livros, em *O sertanejo* Alencar recupera significados com uma conotação mais negativa, apesar de serem sentidos comuns do Período Colonial. Esse sertão não foi completamente esquecido, guardando vestígio no contexto da história do livro, como nessa passagem: “A cavalgada atravessa agora uma zona, onde o sertão ainda inculto ostenta a riqueza de sua vária formação geológica” (ALENCAR, 2013, p.161.).

O sertão situado no contexto da obra é lembrado pelo narrador com muito carinho logo na abertura do livro nessa passagem:

Quando te tornarei a ver, *sertão* da minha terra, que atravessei há muitos anos na aurora serena e feliz da minha infância?

Quando tornarei a respirar tuas auras impregnadas de perfumes agrestes, nas quais o homem comunga a seiva dessa natureza possante.

Mas tal carinho não significa que o narrador exclua os aspectos negativos. Pelo contrário, descreve esse espaço com palavras fortes e opostas, como nessas passagens: “Quem pela primeira vez percorre o sertão nessa quadra, depois de longa seca, sente confranger-se-lhe a alma até os últimos refolhos em face dessa inanição da vida, desse imenso holocausto da terra” (ALENCAR, 2013, p.15). E continua no parágrafo seguinte:

É mais fúnebre do que um cemitério. Na cidade dos mortos as lousas estão cercadas por uma vegetação que viça e floresce, mas aqui a vida abandona a terra, e toda essa região que se estende por centenas de léguas não é mais que um vasto jazigo de uma natureza extinta e o sepulcro da própria criação (ALENCAR, 2013, p.15).

Essas citações entram em contrastes com essa: “A frescura deliciosa das manhãs serenas do sertão no tempo do inverno derramava-se pela terra, como se a luz celeste que despontava trouxesse da mansão etérea um eflúvio de bem-aventurança.” (ALENCAR, 2013, p.153). É usando o recurso desses contrastes que Alencar descreve a paisagem do sertão, para se referir às dificuldades dos moradores e, também, como lugar de calma.

Martins escreve que para Alencar esse segundo sertão é um entrelugares ou o meio entre a selva e a cidade de Recife (MARTINS, 1997, p.156). Em uma edição de 2013 do livro os editores inseriram uma nota de rodapé para assinalar que quando Alencar escreve “Oiticaica” com letra maiúscula é referente a fazenda de campelo e com letra minúscula se refere a uma árvore que compõem a vegetação de transição entre semiárido nordestino com a floresta amazônica. Nessa passagem é perceptível tal posição ocupada pelo sertão:

Na frente elevava-se no terreiro, a algumas braças da estrada, a frondosa oiticaica, donde viera o nome da fazenda. Era um gigante da antiga mata virgem, que outrora cobre aquele sítio. Na ocasião da derrubada, sua majestosa beleza moveu

o fazendeiro a respeitá-la, destinando-a a ser como que o lar indígena da nova fundação da habitação fundada aí nesses ermos (ALENCAR, 2013, p.33).

A floresta se torna o horizonte do sertão e mais distante, no lado oposto, está a cidade de Recife. Martins analisa os aspectos da vida social nesse sertão de José de Alencar, apontando para uma rígida hierarquização das relações entre os personagens. Nessa direção podemos acrescentar aos argumentos de Martins a hipótese que Alencar não pensa o sertão em oposição a civilização, porque Alencar desfaz a dualidade entre sertão e civilização ao posicioná-lo entre a cidade de Recife e a selva. O autor não atribui significados inéditos ao conceito, a grande inovação é inserir o sertão na civilização, ou seja, desfazer a dualidade entre sertão *versus* civilização tão presente no pensamento social brasileiro (LIMA, 2013, p. 14).

Em *O sertanejo* é apresentado um sertão já civilizado, e o mesmo adquire uma centralidade, ao compararmos com os outros livros. Para tentar entender o porquê Alencar atribui uma centralidade ao *sertão*, um caminho importante será analisar como as ideias de modernidade e tradição vão ser pensadas na década de 70 e como o próprio autor vai lidar com as mesmas. Como argumenta Lima, os intelectuais nos anos 70 vão precisar pensar como lidar e compreender a modernidade à luz da sua própria realidade (LIMA, 2013, p.14). Os integrantes da chamada Geração de 70, apesar de pertencerem a grupos políticos diferentes, compartilhavam algumas ideias em comum, como por exemplo: responsabilizavam os liberais e conservadores pela crise monárquica; condenavam a escravidão; se apropriavam da política cientificista e a impossibilidade da modernização carregando os pilares coloniais dentro da monarquia. Eles vão selecionar do repertório europeu o que lhes interessava, a política cientificista e a teoria da evolução, e vão recuperar alguns dos repertórios da própria tradição para realizarem as mudanças que almejavam. (ALONSO, 2014, p.98). A recuperação da própria tradição é um elemento importante, porque os participantes do movimento vão tentar construir uma imagem de rompimento com a geração monárquica usando uma retórica modernizadora para criar a dicotomia moderno e antigo.

Autores como Franklin Távora, Silvio Romero, Tobias Barreto, Joaquim Nabuco fizeram críticas a José de Alencar. A principal delas era a falta de realismo nas suas obras. Esses autores, integrantes ao Movimento da Geração de 70, vão ser influenciados pelas ideias do positivismo e cientificismo, incorporando na sua obra elementos da história, sociologia, biologia e química, com objetivo de escreverem obras mais realistas. Considerando as diferenças dessa geração com a geração romântica e nomes, em especial Silvio Romero, que tentou construir uma imagem de ruptura com os românticos. José de Alencar não está alheio a todas essas transformações e as críticas que tais escritores vão promover às suas obras, realizando um diálogo constante com essas

novas ideias, muitas das vezes sendo crítica a elas, mas em outras ocasiões reconhecendo sua importância.

Outro aspecto importante é analisar a relação dos personagens com o sertão. A análise será feita em relação a Arnaldo, um sertanejo, nascido no sertão de Quixeramobim. Filho de Louredo, já falecido, o vaqueiro mais respeitado do sertão, e cuja lealdade e astúcia são lembradas em vários momentos pelos personagens. Sua mãe tem laços de afetividade com a família de Campelo, porque ela foi ama de leite de D. Flor. Apesar da perda ainda quando criança do seu pai, Arnaldo conseguiu aprender bastante com ele sobre a excelência e astúcia para ser um vaqueiro respeitado. Quando criança Arnaldo insistia em montar nos cavalos e nos touros mais bravos e, autorizado pelo pai, Arnaldo tentava em vão realizar tais façanhas. Desde garoto, ele apresentava a coragem do seu pai, mas com o passar dos anos, desenvolveu a rebeldia, que era a forma por meio da qual ele assegurava a sua liberdade. A relação de afetividade dos pais com a família de Campelo é um fator importante, porque facilita a relação do Arnaldo com os mesmos, possibilitando ele ser o protagonista da história, mas ao mesmo tempo cria um fardo porque suas ações e comportamento são comparados ao pai. Em relação à sua aparência, Alencar o descreve:

Era um viajante moço de vinte e um anos, de estatura regular, ágil, e delgado de talhe. Sombreava-lhe o rosto, queimado pelo sol, um buço negro, como os compridos cabelos que se anelavam pelo pescoço. Seus olhos, rasgados e vividos, dardejavam as veemências de um coração indomável (ALENCAR, 2013, p.18).

Mas junto com a descrição física Alencar mistura aspectos da relação de Arnaldo com a natureza, o seu andar nela e sua vestimenta, enfatizando como a natureza e a cultura são elementos importantes a serem incluídos na sua descrição.

Dentro da hierarquia social, Arnaldo é um serviçal da fazenda, mas ele não age dessa forma. Desafia tal hierarquia, não obedece a todas as vontades de Campelo, acaba agindo pelos seus próprios impulsos e criando seus próprios critérios de honra, e tal personalidade é a sua diferença em relação ao seu pai (MARTINS, 1997, p.67). Um bom exemplo é no momento que Campelo responsabiliza Jó pelo incêndio e ordena que Arnaldo encontre seu amigo. O sertanejo sabe que Jó não é o responsável pelo incêndio e, diante dessa situação, desobedece às ordens de Campelo afirmando que a amizade está acima das questões hierárquicas. Ao longo da história, Arnaldo age com uma personalidade firme, mostrando-se fiel às suas origens de homem da selva. Quando Campelo lhe oferece o cargo de vaqueiro chefe ou a mão de Agrela em casamento, ambas ofertas são recusadas por ele, porque:

Eu não sou vaqueiro; sou um filho dos matos, que não sabe entrar numa casa e viver nela. Minhas companheiras são as estrelas do céu que me visitam à noite na

malhada; e a jurutí que fez seu ninho na mesma árvore em que durmo (ALENCAR, 2013, p. 118).

Ou seja, habitar a fazenda significaria renunciar à sua liberdade. A recusa pela fazenda se manifesta nessa fala de Arnaldo para Campelo: “Uma vez já pedi permissão ao sr. capitão-mor para dizer-lhe que eu não pertenço ao serviço da fazenda. Não sei lidar com os homens; cada um tem seu gênio: o meu é para viver no mato” (ALENCAR, 2013, p.97). E mais adiante complementa, depois da repressão de Campelo por causa do seu comportamento:

Por isso é que torno a pedir ao sr. capitão-mor que me tenha como estranho à fazenda. Sou um vagabundo que aí anda pelos matos, e que não pede senão que o deixem viver nestes campos onde nasceu (ALENCAR, 2013, p.98).

No entanto, ele não renuncia às suas relações com os homens da fazenda, quando, por exemplo, no final da história ele pede para beijar a mão do Campelo. Além de ter o pedido aceito, o capitão Mor acrescenta: “Tu és um homem, e de hoje em diante quero que te chames de Arnaldo Louredo Campelo” (ALENCAR, 2013, p.327), nome que Arnaldo não recusa.

“A par com a comitiva, mas por dentro do mato, caminhava um viajante a escoteira. Parecia acompanhar o capitão, porém de longe, às ocultas, pois facilmente percebia-se o cuidado que empregava para não descobrirem, já evitando o menor rumor, (...)” (ALENCAR, 2013, p.18). Essa cena se localiza no início do livro e é referente ao momento que Campelo, junto da sua comitiva, retorna de Recife para a fazenda. Tal passagem mostra características importantes de Arnaldo, como a camuflagem e a capacidade de desaparecer. Nesse e em outros momentos, percebemos Arnaldo como um observador dos acontecimentos, sempre à espreita e se revelando nos momentos de tensão, como no incêndio ou quando os forasteiros invadem a fazenda. Ele também desaparece em vários momentos, como quando desobedece às ordens de Campelo de entregar Jó ou logo que a comitiva chega à fazenda e perguntam sobre seu paradeiro. Tais características são possíveis porque Arnaldo era um sertanejo, isto é, conhecia os caminhos da floresta, possuía amizade com os indígenas e com os animais. A floresta era, portanto, o espaço no qual ele exercia a sua liberdade. Ao habitar esses dois espaços e incorporar os hábitos culturais dos seus habitantes Arnaldo cria uma tensão nas hierarquias sociais e naturais, e se analisarmos as relações com os outros personagens percebemos tal complexidade. Arnaldo é o sertanejo rebelde; no entanto, sua rebeldia não significa se rebelar contra a civilização ou a selva, mas a de conseguir viver nos dois mundos, que para ele são complementares e não opostos. Isso é possível porque ele convive com todos os personagens que ocupam estes espaços, sem nenhum momento trai-los, e consegue no final a admiração de todos. Nas palavras de Martins:

Em harmonia com o mato, mas pertencente à sociedade dos conquistadores, configura-se como homem de síntese entre a natureza e a cultura. (...) Ao operar essa mescla entre natureza e cultura, Arnaldo reafirma seu caráter de típico homem do sertão, espaço híbrido, formado pelas franjas do deserto e da civilização (MARTINS, 1997, p.79).

Essa citação permite relacionar Arnaldo com o sertão em que ele vivia. Ao considerarmos esse sertão, o meio entre a civilização e a selva, Arnaldo também possuía tal característica.

Realizar a comparação dos sertões nas obras *Iracema*, *O guarani* e *O sertanejo* permitiu compreender como a relação de José de Alencar com esse espaço e os significados atribuídos ao conceito se modificaram de uma obra para outra. Entre *Iracema* e *O guarani* as modificações são poucas e o conceito de sertão apresentam significados parecidos, mas em *O sertanejo* há modificações significativas na posição ocupada pelo sertão e nos significados. Essas modificações evidenciam que Alencar não só modificou suas ideias sobre o sertão, mas também a relação do mesmo com a civilização. Alencar não se fechou em si ao receber as críticas da Geração de 70 e procurou dialogar com esses intelectuais, aceitando suas ideias, discordando de outras e repensando as suas próprias. É perceptível esse diálogo geracional em três momentos: o primeiro, quando Alencar atribui significados negativos e positivos, ou seja, não há uma romantização radical desse espaço; o segundo ao atribuir aos personagens as características dos respectivos espaços frequentados, isto é, a influência do meio sobre os personagens; por fim, Alencar buscou recordar das viagens realizadas quando criança pelo interior do Ceará, realizando o movimento de responder à crítica de não conhecer os lugares da qual escrevia.

Referências

Fontes:

ALENCAR, José de. **Iracema**: lenda do Ceará. São Paulo: Penguin – Companhia das letras, 2020.

_____. Bênção paterna. SOUZA, Roberto Acízelo. **Historiografia da literatura brasileira**: textos fundadores (1825-1888) V.1. Rio de Janeiro: Caetés, FAPERJ, 2014. P.416-579.

_____. **O sertanejo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

_____. **O guarani**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

_____. **O sertanejo**: V.2. Rio de Janeiro: Granier, 1875. P.340.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. A tradição regionalista no romance brasileiro. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRIBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil imperial: Volume III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

CANDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira**: V.2 São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARDOSO, Eduardo Wright. A visualização da paisagem nacional: apreensões diversas da cor local em José de Alencar e Euclides da Cunha. **Revista de História da Unisinos**, v. 22, p. 62-74, 2018.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2013.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A imagem do sertão em José de Alencar**. 1997. 163f. Dissertação de mestrado em Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PINHA, Daniel. **Como e porque sou moderno**: O lugar do passado no pensamento crítico de José de Alencar. 2007. 172f. Dissertação de mestrado em história social da cultura – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ESTADO, CIÊNCIA E NATUREZA: O MAL DE CADEIRAS SOB O OLHAR DE ADOLPHO LUTZ

David Durval Jesus Vieira⁴⁴

Instituto Federal do Pará

Resumo:

O presente trabalho pretende apresentar como ocorreu a articulação entre Estado e ciência para combater o *mal de cadeiras*, uma doença provocada pelo protozoário *Trypanosoma evansi* que atacava o gado cavalgar, o qual era fundamental para criação de rebanho bovino no Pará, na segunda metade do século 19 e início do 20. Para o Estado, essa tarefa era de suma importância, tendo em vista o seu interesse pelo desenvolvimento da pecuária, atendendo aos anseios de fazendeiros locais. Uma das formas de atingir os seus objetivos foi solicitar o estudo científico de Adolpho Lutz sobre a doença. Este trabalho analisa as diferenças deste estudo em relações às análises anteriores sobre a doença, bem como as suas implicações para as relações tecidas entre capivaras, humanos e gado bovino no Pará, no início do século 20.

Palavras-chaves: Estado, ciência, *Trypanosoma evansi*, capivaras, Pará.

Introdução

Na década de 1870, estreitava-se as relações entre ciência e política. A conjuntura nacional foi interpretada como decadente, apontando-se uma “crise ‘inevitável’ do padrão de sociedade e do regime político típicos do *Ancient régime* e prenúncio da mudança da estrutura social e de abertura do sistema de representação política”, para a qual a “política científica”, entendida como “a simplificação e conversão das principais descobertas da sociologia nascente em princípios de orientação política”, impediria a “anarquia potencial”. Esse pensamento se materializou em um movimento político, cuja unidade se desfez com a abolição da escravidão, em 1888, passando-se “a disputar entre si a prerrogativa de gerir as mudanças políticas” (ALONSO, 2000, p. 47-48).

A partir de então, as elites agrárias tomaram a rédea dos rumos políticos do país, valendo-se da ciência aplicada para atender aos seus interesses. Parte desses grupos estava se deslocando da economia para a política, “com o objetivo de preservar a posição tradicional em termos de status e de poder”. Um exemplo disso foi a atuação das elites paulistas, “que tiveram um papel muito ativo na queda do Império”, em 1889 (SCHWARTZMAN, 2001, p. 95).

O Positivismo se manteve como matriz intelectual influenciadora do movimento. Fundado por Auguste Comte, a denominação deste sistema filosófico vinha de “sua orientação realista e tendência construtiva”, objetivando “reconstruir os mores e instituições intelectuais, morais e políticas da sociedade”, por meio do “conhecimento científico e controle das forças da natureza”. Para tanto, “a Matemática e as Ciências exerceram papéis importantes quanto a aquisição do

⁴⁴ Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vinculado ao Laboratório de História e Natureza (LABHEN) desta instituição.

conhecimento empírico dos fenômenos naturais” (LORENZ, 2008, p. 2). O Positivismo servia tanto como “instrumento de crítica à ordem social vigente”, quanto “ideologia cientificista que difundia a ideia de que a modernização social estava diretamente relacionada com o desenvolvimento científico do país” (FERREIRA, 1998, p. 113).

Nesse contexto, importantes instituições científicas foram criadas, como o “Instituto Agrônomo de Campinas, para pesquisa agrícola (1887); o Instituto Vacinogênico, para o desenvolvimento de vacinas (1892); o Instituto Bacteriológico (1893); o Museu Paulista (1893); o Museu Paraense (1894); e o Instituto Butantã”, que era dedicado à “pesquisa de venenos e produção de antídotos (1899)”, além do “Instituto de Manguinhos, para a pesquisa biomédica”, criado no Rio de Janeiro, em 1900 (SCHWARTZMAN, 2001, p. 99).

Essas instituições se voltavam principalmente para a “aplicação dos seus resultados àquilo que era considerado como as necessidades mais prementes do Brasil”, como a “exploração dos recursos naturais, a expansão da agricultura e o saneamento dos principais portos e cidades”. Esta “ciência aplicada” era desafiada por “obstáculos inesperados” à consolidação e continuidade do crescimento da economia nacional, estimulada pelo desenvolvimento industrial, “abertura de novas opções de transporte (especialmente as ferrovias)” e “aumento de novas colheitas”. Dentre os obstáculos, havia “pragas agrícolas e doenças do gado; moléstias endêmicas que reduziam a capacidade da mão-de-obra e fechavam os portos do País à navegação internacional; a falta de uma rede eficiente de estradas, portos e estradas de ferro; a deficiência energética” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 100).

Uma das “doenças do gado” a serem combatidas era o *Mal de Cadeiras*, também conhecido como *surra* e, localmente, como *Quebra-bunda*. Acredita-se que o seu agente etiológico, o *Trypanosoma evansi*, tenha vindo da África e se espalhado globalmente por meio da movimentação de hospedeiros e da atuação de insetos picadores que transportam o parasita de um animal a outro, dentre outros fatores (DESQUENES et al., 2013).

A ação humana contribuiu para essa disseminação, tendo em vista o uso de cavalos e camelos, nos quais o tripanosoma é especialmente patogênico, em atividades econômicas. As grandes navegações que ocorreram a partir do final do século 15, foram um momento propício para que esse parasita chegasse ao continente americano, registrando-se os primeiros casos da doença entre os cavalos que serviam para a criação de gado bovino no arquipélago do Marajó, na primeira metade do século 19 (HOARE, 1972).

As formas clássicas de manifestação do *Mal de Cadeiras* são “febre, anemia, perda de apetite e peso, perda de condição e produtividade, sinais nervosos e/ou aborto, caquexia e morte” (DESQUENES et al., 2013, p. 8). Até a década de 1870, desconhecia-se totalmente o real agente

etiológico do *Quebra-bunda*, atribuindo-se o surgimento dessa doença a uma grande matança de cavalos no Marajó para diminuir a população destes, tidos como competidores da gramínea utilizada para a alimentação do gado bovino, bem como para aproveitar o seu couro para fins comerciais e industriais. A exposição dos numerosos cadáveres teria contaminado o ar, provocando o aparecimento da doença (VIEIRA, 2023).

Ao longo do século 19, muitos cavalos morreram em virtude dessa doença no Pará, trazendo prejuízos para a criação de gado bovino, tida como uma das principais atividades econômicas do estado. Para combater o *Quebra-bunda*, lançou-se mão de vários instrumentos, de caráter científico e popular. Um deles, a experiência com um remédio conhecido como *bismuth* estava sendo noticiado no Rio de Janeiro, capital do Brasil naquela época, ainda mais tendo em vista que o *Mal de Cadeiras* já estava se manifestando em outros estados. Neste contexto, o papel da ciência foi enfatizado para impedir o avanço da doença (VIEIRA, 2023).

No início do século 20, o governo do Pará investiu na contratação do bacteriologista Adolpho Lutz para combater o *Mal de Cadeiras*. O relatório do estudo deste pesquisador foi anexado na *Mensagem* do governador do Pará, Augusto Montenegro, dirigida ao congresso legislativo paraense, em 1908. Para o governador, a pesquisa ainda não havia conseguido “solver o magno problema da profilaxia e tratamento dessa moléstia”, porém, apresentou “alguns passos decisivos” nesse assunto (PARÁ, 1908, p. 56). Quais foram esses “passos decisivos”? Quais foram as implicações socioambientais deste estudo?

Sob o olhar de Adolpho Lutz

Quando fora contratado pelo governo paraense, Adolpho Lutz já havia percorrido diversas regiões do Brasil, Europa, Estados Unidos e Oceania, e “diversos territórios cognitivos”, onde deixou “marcas significativas de sua presença nos estudos sobre parasitoses de animais silvestres e domésticos”, dentre outras doenças. De 1893 a 1908, esteve na direção do Instituto Bacteriológico de São Paulo, “destacando-se como o quadro mais experiente e bem preparado” de um grupo de médicos que foram a “vanguarda” dos processos de instituição da medicina “pasteuriana”, referente à conversão das doenças microbianas em soros e vacinas e dos meios químicos de “cura e/ou prevenção dessas doenças”; e da medicina “tropical”, que objetivava estudar os hospedeiros de vermes e micróbios e a sua atuação como vetores na propagação de doenças causadas por estes seres em organismos de animais humanos e não humanos. Em 1908, Adolpho Lutz ingressou no Instituto Oswaldo Cruz, “a mais consistente instituição que aquele grupo logrou criar” (BENCHIMOL, 2003, p. 14-15).

Para Lutz (1908, p. 201), o *Mal de Cadeiras* não apareceu no arquipélago do Marajó a partir da matança de cavalos para aproveitar os seus couros de forma comercial, como havia defendido Domingos Soares Ferreira Penna, na década de 1870, mas, sim, pela introdução de algum equino infeccionado, “vindo de outro ponto, onde a molestia já existia”. A disseminação do *Quebra-bunda* teria sido facilitada caso este cavalo se encontrasse no primeiro estágio da doença ou sofrendo de forma crônica ou atenuada, escapando-se à observação e revestindo-se de “uma forma tanto mais grave” enquanto não havia imunidade “preexistente”. Lutz queria dizer que “houve primeiro uma epidemia geral muito intensa”, estabelecendo-se depois um foco endêmico onde a moléstia reinava até aquele momento.

Lutz (1908) citava a presença do *Mal de Cadeiras* no Baixo Amazonas, desde a década de 1860, constatando-se a manifestação da doença por toda a bacia do Amazonas, inclusive no Peru cisandino, aparecendo de forma epidêmica no Acre. Em relação a outros estados do Brasil, o cientista obteve informações de que o *Quebra-bunda* já havia sido notado em Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Ceará e, de forma esporádica, em São Paulo. Além disso, a doença estava sendo observada na Bolívia, em parte da Argentina e principalmente no Paraguai.

Segundo Lutz (1908, p. 202), a moléstia ocorria geralmente em zonas tropicais e subtropicais, “em regiões bastante alagadas” ou periodicamente inundadas, não se observando como epizootia em animais de estábulo “que se acham de muito tempo nas cidades”, o que indicaria a falta do “elemento transmissor”, no caso de importação de animais infeccionados.

Lutz (1908, p. 202) ressaltava que o *Mal de Cadeiras* se tratava de uma moléstia infecciosa, que ocorria devido ao “parasitismo” de um micróbio, o qual poderia ser transmitido a outros indivíduos da “mesma espécie”. Para o pesquisador, as investigações sobre este micróbio não encontraram êxito até 1901, quando Elmassien conseguiu observar no Paraguai a presença de tripanosomas no sangue dos animais “infectados”. Na Argentina, a pesquisa de Elmassien teria sido confirmada por outros cientistas, levando-se o parasita para Paris, com o objetivo de estudar a sua natureza e a moléstia “produzida pela sua inoculação”, o que serviria para compará-lo a outras espécies de tripanosomas patogênicos.

Segundo Lutz (1908, p. 202-203), da capital francesa, o microrganismo foi levado para vários laboratórios, tendo a oportunidade de estudá-lo no Instituto Bacteriológico de São Paulo. Mesmo não conseguindo conservar casos da doença neste estado, Lutz verificou que o *Quebra-bunda* de Marajó era idêntico ao *Mal de Cadeiras* do Paraguai e da Argentina, sendo a única infecção por tripanosomas observada em animais domésticos até aquele momento. Para o cientista, tratava-se da mesma espécie de parasita descoberta por Elmassien, que foi nomeada de *Trypanosoma equinum*, um micróbio com o “comprimento de 25” e uma largura de 1,5 a 2 milésimos de milímetro.

Para Lutz (1908, p. 204), o *Trypanosoma equinum* não era exatamente o *Trypanosoma Evansi*. Em experiências comparativas que o cientista havia feito em animais de laboratório, concluiu que a infecção provocada por este último era mais aguda e evoluía mais rapidamente que o *Mal de Cadeiras*, apesar de sua virulência variável.

Na manifestação do *Quebra-bunda*, Lutz (1908, p. 204) dizia que os trypanosomas invadiam o sangue em grande número, produzindo “paroxismos febris”, que podiam atingir temperaturas elevadas, principalmente no início da infecção. Com a permanência do “parasitismo”, o cientista observava um emagrecimento e anemia dos cavalos, aparecendo eventualmente tumefações glandulares e erupções cutâneas, e a intoxicação crônica de certas células nervosas. A doença podia conduzir à morte ou “prolongar-se por muito tempo, sendo o resultado final geralmente, mas não necessariamente, fatal”.

Para Lutz (1908, p. 204), o início da manifestação do *Mal de Cadeiras* era difícil de determinar, quando não se tratava de moléstia “experimental”. O cientista relatava que as pessoas que lidavam com os cavalos reconheciam “geralmente” que estes sofriam de *Quebra-bunda* quando se cansavam “depressa” e não podiam “mais prestar os mesmos serviços como antes” ou notavam que o equino emagrecia rapidamente. Na ausência de epidemia de outra natureza, esses sintomas eram “muito suspeitos”, observando-se frequentemente uma “anemia muito intensa”, apesar de Lutz atribuí-la aos morcegos, que “perseguem muito” os cavalos, principalmente os que já estavam doentes.

Para Lutz (1908, p. 205), era inútil esperar o esclarecimento do diagnóstico dos exames dos cadáveres de animais falecidos durante a manifestação do *Quebra-bunda* ou em consequência desta moléstia, uma vez que a lesão dos órgãos não tinha características peculiares e correspondiam ao que já se observava em vida. Em virtude disso, o cientista partiu para a demonstração do “elemento causador”, procurando o parasita diretamente ou por meio da “inoculação” de um animal não humano sensível.

Sobre a transmissão do *Mal de Cadeiras*, Lutz (1908, p. 207-208) dizia que a propagação dos tripanosomas nos grandes mamíferos ocorria de dois modos diferentes: inoculação direta do sangue, como na realização de suas experiências com animais não humanos, e contato com uma superfície ferida. Neste segundo caso, o cientista ressaltava o papel de certas e determinadas espécies de insetos chupadores de sangue, pertencentes à classe dos dípteros. Para Lutz, havia espécies que, quando mordidas por esses insetos, garantiam em certos lugares a persistência da moléstia, na “falta” de quaisquer animais domésticos, mas se estes fossem introduzidos perfeitamente bem de saúde, contraíam logo a infecção, sem que se pudesse determinar a sua origem.

O cientista exemplificava essa teoria, dizendo que na África, os “ruminantes” e equídeos “selvagens” conservam o vírus da “nagana” e “contaminam as moscas tsé-tsé”, as quais infeccionam animais domésticos por meio de suas picadas, em lugares onde não havia criação alguma. A partir desse exemplo externo, Lutz estabelecia semelhanças com os casos locais, em que as epizootias do *Quebra-bunda* eram acompanhadas ou precedidas por uma moléstia que acomete as capivaras, produzindo nelas sintomas parecidos com os da tripanossomíase equina. O cientista procurava reforçar essa análise, argumentando que a “distribuição natural da peste de cadeiras coincide de um modo geral com a das capivaras” e como estas em muitos lugares representavam o único mamífero maior, observado com “bastante” abundância nos próprios pastos dos cavalos ou sua vizinhança imediata, provavelmente as capivaras eram procuradas preferencialmente pelos insetos “chupadores de sangue”, bem antes da introdução do cavalo, do boi e de outros animais domésticos trazidos por colonos brancos (LUTZ, 1908, p. 208).

Lutz mapeava a “doença das capivaras”, lembrando que a moléstia já havia sido citada por Elmassien em sua “observação corrente” no Paraguai, e no Brasil estava presente no arquipélago do Marajó, Baixo Amazonas, e nas margens do rio Pindaré, no Maranhão. Para o cientista, era um fato “estabelecido” adquirirem espontaneamente a “peste de cadeiras” nos “mesmos” lugares” onde os cavalos adoeciam, apontando as capivaras que adoeciam “nestas condições” como um “perigo constante” para os cavalos que viviam nos mesmos lugares, e defendendo, por este motivo, a “exterminação destes roedores”, considerados “completamente” inúteis, como “uma das primeiras medidas indicadas na campanha contra a peste de cadeiras” (LUTZ, 1908, p. 208).

Entre os insetos dípteros transmissores do *Quebra-bunda*, Lutz destacava os tabanídeos ou mutucas que existiam em grande número de espécies no Pará, encontrando-se principalmente em ambientes de “terra firme”. Em Marajó, o cientista identificou “umas dez” espécies, encontrando somente duas em “pontos infeccionados” e geralmente em número “muito grande”: o *Tabanus importunus* e o *Tabanus trilineatus*. Segundo Lutz, o primeiro era “muito comum” no Marajó, “pelo menos” nos municípios de Cachoeira, Soure e Chaves, sendo também encontrado em Maranhão, Goiás, Bahia e “muitas outras regiões”, além de ser substituída por espécies vizinhas, fora dos “limites” do seu território. O inseto atacava os equinos principalmente nas pernas e “pouco acima dos cascos”, bem como as “capivaras feridas e recentemente mortas”, sendo umas das maiores espécies de mutuca, com cerca de 2 centímetros de comprimento (LUTZ, 1908, p. 209).

Em comparação, Lutz considerava o *Tabanus trilineatus* menor, “não alcançando completamente” um centímetro e meio. Porém, ocupava um território “ainda mais vasto”, que se estendia da América Central até o sul do trópico de Capricórnio, da “costa oriental do continente sul-americano” à costa ocidental da “zona equatorial”, sendo em muitos lugares a espécie mais

comum. Como o *Tabanus importunus*, ela atacava as capivaras, enquanto o ser humano era “raras vezes picado” (LUTZ, 1908, p. 210).

Para Lutz, as larvas das mutucas eram semelhantes ao das larvas das varejeiras que “se criam na carne”, porém, possuíam maior consistência e comprimento, e coloração mais escura, habitando no fundo da água ou em terra bastante úmida, onde viviam à “custa” de outros animais “pequenos”. Quando adultas, eram “mais raros nos campos abertos do que nos campos cobertos”, onde havia muitas árvores, sendo abundantes nas “ilhas” de mato, no princípio e no fim do tempo das águas (LUTZ, 1908, p. 211).

Lutz observava que ainda não havia um tratamento que promettesse um resultado pronto e “seguro” para o *Mal de Cadeiras*, mas conhecia-se algumas substâncias que podiam continuar a ser investigadas, o que seria facilitado pela construção de um posto zootécnico. Além disso, o tratamento seria dificultado pela insuficiência de pasto nas fazendas marajoaras durante o verão; pela perseguição dos morcegos em relação aos cavalos, que para o cientista seriam os responsáveis pelo estado de “anemia” dos equinos; e pelo “estado meio selvagem” destes animais, o que estaria dificultando a obtenção de sangue e a aplicação de remédios, sendo necessário tombá-los em alguns casos para atingir tais objetivos (LUTZ, 1908, p. 213).

O cientista concluía que não valia a pena tentar curar um cavalo que estivesse sofrendo de *Quebra-bunda*, a não ser que o equino fosse de grande valor, parecendo “mais indicado” matar os animais cujo se encontrava os parasitas. Lutz salientava que um tratamento “tardio” daria “menos esperança” e que os fenômenos paráliticos não eram diretamente influenciados pelos remédios antiparasitários e, se não fossem incuráveis, somente retrocederiam com “muita demora e talvez de um modo incompleto”, deixando o cavalo inutilizado (LUTZ, 1908, p. 214).

Dessa forma, o passo seguinte de Adolpho Lutz foi destacar o papel da profilaxia no combate ao *Mal de Cadeiras*. Como, para o cientista, esta moléstia era contraída pelas “picadas de mutucas previamente infeccionadas, seja pelo sangue de cavalos, seja de capivaras doentes”, a prevenção contra a disseminação da doença deveria evitar a introdução de animais infeccionados, eliminar os cavalos com parasitas no sangue e exterminar as capivaras, além do estudo dos meios para proteger os animais contra as “mordeduras das mutucas”. Segundo Lutz, cavalos “de maior valor” podiam “ser protegidos até certo ponto”, ao serem conservados “perto das fazendas e separados dos outros” em currais especiais, feitos em lugares onde houvesse “poucas mutucas”, preferencialmente em estábulos “completamente fechados”. O cientista também recomendava a aplicação de substâncias que afugassem as mutucas, principalmente nas pernas dos equinos (LUTZ, 1908, p. 214).

Lutz verificou que o *Quebra-bunda* do “norte” era idêntico ao *Mal de Cadeiras* do “sul”, e constatou que a moléstia espontânea das capivaras era devido ao mesmo parasita, defendendo a “necessidade de livrar” os territórios de criação de gado bovino destes roedores. Ainda não se podia pensar em debelar a doença por meio do tratamento dos animais, dirigindo-se a ação “mais do lado” da profilaxia, “sem desesperar completamente” da possibilidade de encontrar-se melhores recursos terapêuticos (LUTZ, 1908, p. 215).

Com essa descrição, de fato, Adolpho Lutz chegava mais próximo do real agente etiológico do *Mal de Cadeiras* e da forma como essa doença era realmente propagada, distanciando-se do quadro explicativo de Domingos Soares Ferreira Penna, que atribuíra essa propagação à putrefação do ar ocorrida após a matança de cavalos, que encontrava condições favoráveis com a estagnação de fontes hídricas (VIEIRA, 2023). Depois deste intelectual, João Batista de Lacerda, em *Peste de Cadeiras ou Epizootia de Marajó: suas analogias com Beriberi*, dizia ter chegado a determinar a “verdadeira causa” do *Quebra-bunda* (LACERDA, 1885). No entanto, a explicação de Lacerda sobre a manifestação da doença encontrava semelhanças com a de Ferreira Penna.

Para Lacerda, possivelmente já existia casos do *Quebra-bunda* anterior à época em que se efetuaram as “grandes matanças” de cavalos, sendo “relativamente raros” e ocorrendo em períodos que coincidiram com a “propagação excessiva da raça equina”, cujo valor venal teria baixado a ponto de os criadores não se incomodarem com o extermínio dos equinos, razão pela qual os agentes etiológicos da enfermidade teriam passado geralmente despercebidos. Contudo, a decomposição de “milhares” de cadáveres “apodrecidos” na superfície do solo, teria contribuído para provocar uma grande atividade inicial do agente mórbido. O solo teria sido impregnado de uma soma considerável de princípios úteis aproveitáveis para a “vida do parasita”, o qual se desenvolveu e multiplicou em “breve tempo”, infestando todo o meio (LACERDA, 1885, p. 6-7).

Domingos Soares Ferreira Penna e João Batista Lacerda atribuíam a propagação do *Mal de Cadeiras* a condições ambientais favoráveis após a matança de cavalos ocorrida no Marajó para atender interesses econômicos. A diferença é que o primeiro, além de relacionar isso ao aparecimento da doença, destacava a “corrupção” do ar como agente de disseminação do *Quebra-bunda* por meio da teoria dos miasmas, enquanto o segundo apontava um “micrófito” presente no lago Arari como agente mórbido (LACERDA, 1885, p. 33).

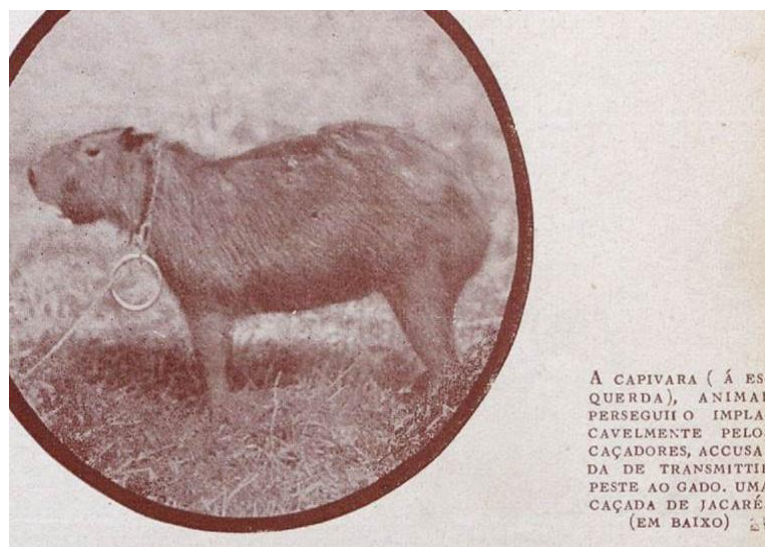
O estudo de Adolpho Lutz dava alguns “passos decisivos” em relação a essas análises, pois defendia que o gênero da espécie causadora do *Mal de Cadeiras* era um tripanosoma, apontava a mutuca como um dos vetores mecânicos da doença e estabelecia as semelhanças internacionais do *Quebra-bunda* com o que acontecia em outras países da América Latina, ao se embasar no estudo de cientistas como Elmassien, o que hoje está bem sedimentado na bibliografia científica sobre o

assunto (DESQUENES et al., 2013). O que podia causar espanto atualmente, para os combatentes da crise ambiental global, é a defesa do extermínio das capivaras como medida profilática para impedir a propagação dessa doença.

Com essa recomendação, Estado e fazendeiros encontraram respaldo científico para a caça predatória da capivara, que já era vista como inimiga do gado bovino, antes da publicação do estudo de Adolpho Lutz (VIEIRA, 2023b). Na edição do *Estado do Pará*, de 27 de junho de 1915, Ferreira Teixeira defendia que os criadores de gado deviam buscar o auxílio de veterinários para curar a sua cavalaria acometida pelo *quebra-bunda*, e matar sistematicamente a capivara, considerada a “grande fonte” de transmissão desta doença, além de ser acusada como um animal daninho que consome “muita forragem dos campos, abrindo regos e depressões”, da mesma maneira que “estraga os bebedouros” e destrói as “plantações da fazenda” (TEIXEIRA, 27 jun. 1915, p. 5).

Em 1930, padre Dubois (26 jan. 1930, p. 1) dizia que a capivara já não era uma “praga” para se preocupar na região do lago Arari, no Marajó, inferindo-se que havia ocorrido uma significativa diminuição da população desse roedor. Na edição de número 27 da revista *O Cruzeiro*, de 1934, a capivara era estampada como um dos animais perseguidos “implacavelmente pelos caçadores”, conforme se percebe na figura a seguir, acusada de “transmitir peste ao gado”, o que provavelmente se referia ao *Quebra-bunda*.

Figura 1: A capivara



Fonte: FÉRAS mansas, 1934

Para Silva (2023), a orientação profilática de Adolpho Lutz para combater o *Mal de Cadeiras* teve implicação prática no extermínio da capivara, a mando de fazendeiros e políticos. Isso significa dizer que não havia a caça predatória desse roedor antes da publicação do estudo de Lutz? Quais eram as percepções humanas que existiam sobre este animal? Em que medida essas apreensões estavam ligadas à estrutura socioeconômica? De que forma elas afetavam a relação com esse roedor? Até que ponto essa orientação científica foi responsável pela diminuição da população de capivaras no Pará?

Considerações finais

O relatório de Adolpho Lutz sobre o *Mal de Cadeiras* trouxe avanços sobre o entendimento da manifestação da doença no Pará, mas apresentava uma orientação profilática que traria uma clara ameaça para existência da capivara dentre os seres que faziam parte da fauna amazônica, apesar de intensificar-se a crítica ambiental no Brasil, ao longo do século 19 e início do 20, graças à influência do pensamento iluminista e ao fortalecimento da Biologia enquanto disciplina acadêmica (PÁDUA, 2004; DUARTE, 2010).

A defesa do extermínio da capivara, por meio de uma análise científica, parecia ir na contramão desse movimento. Contudo, havia um claro interesse do Estado em expandir a criação de gado bovino no Pará, nem que para isso fosse necessário eliminar os “inimigos” naturais desse rebanho. Adolpho Lutz era mais um cientista a serviço do Estado.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n. 44, 2000, p. 35-55.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 10, n. 1, p. 13-83, jan.-abr. 2003.
- DESQUENES, M.; HOLZMULLER, P.; LAI, D.-H.; DARGANTES, A.; LUN, Z.-R.; JITTAPLAPONG, S. “Trypanosoma evansi” and surra: A review and perspectives on origin, history, distribution, taxonomy, morphology, hosts, and pathogenic effects. *BioMed Research International*, v. 2013, p. 1-22 p. 1-22, 2013.
- DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- DUBOIS, padre. No Arary. *Folha do Norte*, Belém, ano 34, n. 12.454, 26 jan. 1930, p. 1.
- FÉRAS mansas. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 27, 1934, p. 27-28.

FERREIRA, Luiz Otávio. Ciencia pura *versus* ciencia aplicada: la fuerza de la tradición positivista en la ciencia brasileña a comienzos del siglo XX. *Secuencia. Revista de Historia y Ciencias Sociales*, México, n.41, mayo/agosto 1998, p.111-123.

HOARE, C.A. *The Trypanosomes of mammals: a zoological monograph*. Oxford, UK: Blackwell, 1972.

LACERDA, João Batista de. *Peste de Cadeiras ou Epizootia de Marajó: suas analogias com Beriberi*. Rio de Janeiro: Imprensa a Vapor de LOMBAERTS & Comp., 1885.

LORENZ, Karl M. “O Positivismo no ensino de ciências naturais na escola secundária brasileira: 1890-1900”. In Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 7, 2008, Porto, Anais, Porto, Portugal, jun. 2008. Disponível em:

<https://digitalcommons.sacredheart.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1035&context=cad_fac>. Acesso em 25 jan. 2024.

LUTZ, Adolpho. Estudos e observações sobre o Quebrabunda ou Peste de Cadeiras. In: PARÁ. Governo do Estado. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 200-216.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PARÁ. Governo do Estado. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um Espaço para a Ciência. A Formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SILVA, Matheus Henrique Pereira da. Paisagens, Histórias e Ecologias mais que Humanas do Gado ao Longo dos Campos na Amazônia Marajoara. *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 23-42, 2023.

TEIXEIRA, Ferreira. A erradicação do quebra-bunda (peste de cadeiras) pela cura. *Estado do Pará*, Belém, ano 5, n. 1535, 27 jun. 1915, p. 5.

VIEIRA, David Durval Jesus. “Infelizes” cavalos: mal de cadeiras e relações biossociais no Pará (1870-1889). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 16, n. 1, p. 73-95, 2023.

VIEIRA, David Durval Jesus. “Do ponto de vista pratico”: Emílio Goeldi e os contatos entre animais da fauna amazônica e o gado bovino no Pará (1900). In: BATISTA, Iane Maria da Silva; VIEIRA, David Durval Jesus (Orgs.). *História, Natureza e Ciência*. Ananindeua-PA: Cabana, 2023b, p. 84-98.

OS BARÕES DA MODERNIDADE E OS SISTEMAS TRADICIONAIS DE ERVA-MATE: O CASO DA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Laureen Silva⁴⁵

Resumo

O surgimento da indústria do mate modificou intensamente a cadeia produtiva dessa cultura silvícola, visto que, aliadas às novas demandas fitossanitárias e à consolidação do agronegócio como pilar da economia brasileira, as relações com a natureza e com os mundos sociais do trabalho foram intensamente modificadas. Os últimos 50 anos representaram a ascensão da nova burguesia do mate, os barões da modernidade, hoje representados pelos conglomerados transnacionais e por empresas de médio porte. A partir da História Ambiental e da História dos Mundos do Trabalho, a proposta dessa pesquisa em desenvolvimento é analisar como se deu a consolidação da indústria ervateira na região Centro-Sul do Paraná, e sua relação ora de parcerias, ora de desacordos com os erveiros.

Palavras-chave: Indústria ervateira; Agricultura Familiar; Sistemas tradicionais; História Ambiental.

As ervateiras e os erveiros

A história da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) carrega consigo a ancestralidade indígena, a relação simbiótica com a araucária (*Araucaria angustifolia*) e o recurso de memória para os produtores rurais que tiveram, no campo, suas vivências construídas. Ademais, essa espécie vegetal também representa o nascimento da sociedade burguesa do mate e da organização de um modelo industrial que até hoje levanta questionamentos devido às suas peculiaridades, respaldada pelo título de principal produto de exportação paraense no século XIX.

Mesmo sendo majoritariamente voltado à exportação, o mate pré-industrial não é categorizado estritamente como economia colonial, já que estava ancorado fundamentalmente aos fatores econômicos e humanos da região que o produzia – a coleta, beneficiamento e exportação dependia do seu próprio capital, ou ainda do capital provindo de outros setores da região. Essa característica permitiu que o mate estruturasse as demais economias (como madeireira, agrária, artesanal e manufatureira), ou ainda que destinasse seus lucros para se autopromover (IANNI, 1988 *apud* PEREIRA, 1996).

Primordialmente extrativista, colhido às sombras da floresta do Sul da América, ainda durante o século XVII o mate era produzido artesanalmente, e suas técnicas de beneficiamento eram amplamente conhecidas, e não exigia elevado nível de investimento. No entanto, ao contrário das inúmeras benfeitorias que produziam o mate, a comercialização era de responsabilidade de um

⁴⁵ Mestranda em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Membro do Núcleo de Pesquisa em Memória, Cultura e Natureza (PPGH/UEPG). Pesquisadora e Membro do Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de erva-mate (CEDerva). Pesquisa financiada pela CNPq. Endereço eletrônico: laureenslv@gmail.com.

grupo seleta, que, ao reter grande parte dos lucros, foi pouco a pouco ampliando suas atividades dentro desse setor. De comerciantes se tornaram, também, detentores das casas de soque, sendo facilitado o controle da qualidade do produto, especialmente do destinado a outros países (PEREIRA, 1996).

Com os até então comerciantes se elevando a detentores dos meios de produção, é possível perceber o início da transição do modelo de produção *putting-out* (trabalho terceirizado que requeria a presença do comerciante capitalista, intermediário entre produção e comercialização) para o sistema fabril ainda no século XVIII, motivado pelo intenso combate à adulteração da erva-mate pela mistura de outras espécies menos nobres, ou à presença de fragmentos de solo, como pedras e terras, obtidas acidentalmente durante colheita. Essencial para o desenvolvimento da indústria ervateira, a preocupação com a qualidade do mate se tornou comum, originando, durante o século XIX, a diferenciação de preço pago pelo mate, a variar por suas características. Nesse cenário, concomitantemente à criação dessa indústria, surgiu não somente o produtor do mate, mas também a burguesia industrial do mate (PEREIRA, 1996).

Visando atender à demanda crescente do produto pelos países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai, a burguesia do mate paranaense se valeu dos conhecimentos dos indígenas e caboclos no manuseio da planta, e da Floresta Ombrófila Mista (FOM) que fornecia um ambiente naturalmente propício para o desenvolvimento dessa cultura silvícola (NOGUEIRA, 2021).

Foi esse produto destinado à exportação o responsável por originar a riqueza das principais famílias do Paraná, já que, ao mesmo tempo que exigia concentração de capital, era altamente lucrativo. O controle da produção e dos canais de exportação possibilitaram constantes alterações técnicas no beneficiamento do mate, e forte influência política. Essa influência tornava ainda mais evidente a concessão de privilégios e monopólios entre cidades ou personalidades, que, de modo muito próximo ao caso do café em São Paulo e da cana-de-açúcar no Nordeste, contribuiu para a origem dos viscondes e barões (GERHARDT, 2013).

Como retratado na historiografia tradicional, Visconde de Nacar e Barão do Serro Azul foram os maiores exportadores de erva-mate do Paraná, e têm seus nomes em ruas e seus bustos expostos em prédios, sendo considerados os responsáveis pelo desenvolvimento da nação e especialmente do Paraná. No entanto, os meios que divulgam essas narrativas deixam de mencionar a participação da burguesia do mate em setores vistos hoje como desonrosos, a exemplo do tráfico de escravos já no período de ilegalidade (GERHARDT, 2013).

De todo modo, foi através desses meios que a erva-mate se manteve como principal produto paranaense desde a Emancipação Política do Paraná (1853) até a Grande Crise de 1929.

Somadas à crise de 29 estavam as restrições impostas pelo maior país consumidor da erva-mate brasileira: a Argentina.

A erva-mate fazia parte do limitado contingente de produções nas unidades fabris do estado, cuja indústria era pautada no beneficiamento de produtos primários ou extrativos até a primeira metade do século XX. Baseadas na erva e na madeira, essa frágil economia era voltada quase que exclusivamente à América Platina e ao Chile, dependendo da estabilidade destes; bastava uma oscilação no mercado tradicional que toda a cadeia extrativista era atingida (BERTAGNOLI, 1978).

Maior importador da erva brasileira (COSTA, 1995), a Argentina sofreu consideravelmente com a Crise de 1929, que colocou fim no grandioso processo de acumulação de riquezas, vivenciado desde a Belle Époque (1871-1914). Com o poder de compra prejudicado, as importações diminuíram drasticamente, dentre elas, a da erva-mate (BERMÚDEZ, 2009).

A partir disso, sob pressão da elite, a Argentina adotou o protecionismo e passou a investir veementemente nas propriedades rurais, consideradas capazes de estabilizar o país. A economia agroexportadora conquistou, então, melhorias tecnológicas e estabelecimento de preços mínimos, culminando no desenvolvimento industrial (BERMÚDEZ, 2009). Quanto à erva-mate, foi proibida a compra do produto brasileiro já beneficiado, mas ainda permitia a compra da erva-mate cancheada (seca, mas somente triturada, sem passar pelos processos finais na indústria, como a moagem ou o peneiramento). Tal concessão ocorreu devido à clara preferência pelo sabor da erva brasileira, especialmente dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. No entanto, ao permitir a compra somente da erva cancheada (significativamente mais barata) e não a da industrializada, a superprodução da indústria ervateira atingiu diretamente o mercado nacional, ocasionando o fechamento de diversas empresas (FERNANDES, 2019).

Como já discutido, a economia ervateira no Brasil foi possibilitada pela deficiência em outro país produtor, ou seja, utilizou-se de um nicho já estabelecido pelo Paraguai. Não houve uma significativa conquista de mercado, apenas a manutenção dos consumidores, sem incremento, por exemplo, do interno:

Por deficiência de propaganda em mercados novos e pela forte concorrência de similares, como o café, o chá da Índia, o cacau, a erva-mate não conseguiu uma aceitação de relevo no mercado mundial, ficando circunscrita aos tradicionais importadores, ou seja, Argentina, Uruguai e Chile (COSTA, 1995, p. 46).

Por mais que houvesse algumas diferenciações no produto originário dos engenhos à vapor, as tecnologias europeias podiam ser trazidas, também, para outros países latinos. E foi exatamente o que ocorreu: o mercado argentino, que assegurava a produção ervateira paranaense, gradativamente se tornou autônomo, primeiro através do processo de industrialização, capaz de

beneficiar a erva cancheada adquirida dos demais países; e, depois, pela ampliação dos ervais plantados, subsidiados pelo estado (BERTAGNOLI, 1978).

O auge atingido pela economia ervateira em 1930 foi, ano após ano, vivenciando o declínio. A escassez de mercado consumidor e a preferência pelo setor cafeeiro culminaram na perda de mão de obra, especialmente no estado do Mato Grosso, e pela implantação de regimentos de exportações que beneficiavam um, mas prejudicavam outro (BERTAGNOLI, 1978).

Foi somente em 1938 que as atenções se voltaram à erva-mate – acompanhando a tendência do período de maior intervencionismo estatal na economia brasileira. Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional do Mate (INM), o primeiro ente autárquico do Estado Novo. Mesmo com muitas oscilações orçamentárias a depender do governante, o INM perdurou até 1964, cujo fim coincide com as altas taxas de êxodo rural e urbanização, com a Ditadura Militar e o início da implantação das técnicas da Revolução Verde (FERNANDES, 2019).

Após a extinção do INM, foram criadas outras instituições estatais: o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e o CONCEX (Conselho Nacional do Comércio Exterior), que, comparados ao INM, eram mais econômicos, de menor escala e com atribuições mais limitadas; e órgãos responsáveis pela elaboração e execução da política da erva-mate, o DEE (Divisões da Economia Ervateira) e a COMATE (Comissão Coordenadora da Produção e Comercialização do Mate) (FERNANDES, 2019). Mesmo com a retomada da valorização da erva-mate, o Estado seguia nitidamente intervencionista e centralizador: havia repressão aos movimentos sindicais dos trabalhadores; iniciava-se, de maneira desigual e incompleta, a modernização agrícola, seguindo reservada ao campesinato a função de suprimento de alimento e matérias-primas para a indústria; evidenciava-se o incentivo expressivo à exportação visando favorecer a balança comercial, o que acabou por reprimir a produção em menor escala voltada ao mercado interno; e havia claro interesse do Estado na difusão de crédito agrícola à agroindústria sem necessariamente tocar nos alicerces da estrutura fundiária (CHANG, 1988).

Mesmo suscetível a todas essas oscilações, o surgimento da indústria do mate modificou e foi modificado para atender a nova cadeia produtiva dessa cultura silvícola. Aliada às demandas fitossanitárias da década de 1980 e à consolidação do agronegócio como pilar da economia brasileira, as relações com a natureza e com os modos de trabalho foram intensamente modificadas. Os últimos 50 anos representaram o detrimento da produção em barbaquá pelos pequenos produtores e do comércio direto, frente à ascensão da nova burguesia do mate, os barões da modernidade, hoje representados pelos conglomerados transnacionais (como a Leão Jr., pertencente à Coca-Cola) e por empresas de médio porte (como a Baldo e a Barão). Essas empresas conseguem, através de intensa aplicação do seu capital, o reconhecimento da região Sul do Brasil

como uma potência produtora de erva de qualidade. No entanto, tais empresas estão também relacionadas ao prejuízo aos sistemas tradicionais de produção de mate e ao uso de monoculturas que agredem diretamente o meio ambiente (LACERDA, HANISCH, NIMMO, 2020; NOGUEIRA, 2021).

A erva-mate, desde os primórdios da colonização, esteve marcada pela exploração da terra e pela exploração da força de trabalho, seja ela escrava, indígena ou imigrante. Ainda na era pré-industrial, toda a riqueza gerada pelo mate não refletia na qualidade de vida dos seus trabalhadores (LINHARES, 1969; COSTA, 1995). E ainda não reflete, no século XXI, na qualidade de vida dos pequenos agricultores.

Mesmo responsável pela atribuição de qualidade ao produto, a erva-mate tradicionalmente produzida é desvalorizada pela grande indústria, através do estabelecimento unilateral dos preços pagos ao produtor, do avanço do agronegócio, do êxodo rural e da especulação fundiária rural, que acabam por submeter “a riqueza biológica da terra ao valor de mercado, pautado nas expectativas de produtividade de safras cultivadas em sistemas industriais convencionais” (NOGUEIRA, 2021, p. 153).

Analisando o eixo de produção-comercialização de erva-mate, vê-se atualmente um entrelaço de parcerias e desacordos entre a indústria ervateira e os erveiros – de um lado os pequenos produtores, que provém majoritariamente da agricultura familiar e são defensores assíduos da agroecologia, com suas vivências constituídas em meio a floresta e aos ervais; e do outro a indústria, que, por mais que produza intensamente erva-mate a partir da monocultura, com uso de agrotóxicos e fertilizantes, não consegue manter sua qualidade do produto comercializado sem o acréscimo do mate proveniente das pequenas propriedades (LACERDA, HANISCH, NIMMO, 2020; NOGUEIRA, 2021).

Nesse contexto, os trabalhos realizados pelo CEDerva (Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de Erva-mate) buscam a manutenção desse sistema tradicional cujo uso econômico e racional da Floresta com Araucárias o torna responsável por grande parte dos últimos redutos de mata nativa no Paraná (CARVALHO; LAVERDI, 2016). Alicerçado pela História Ambiental e pela Antropologia, as pesquisas desenvolvidas pelo CEDerva partem do pressuposto de que a conservação ambiental está diretamente ligada com a garantia da autodeterminação dos povos, possibilitando a permanência da população campesina no campo com os instrumentos necessários para a produção tradicional.

A pesquisa em questão, ainda em desenvolvimento, visa compreender o eixo que intermedia as duas pontas da produção e comercialização da erva-mate: de um lado a indústria ervateira, com sua vantagem competitiva sustentável que lhe garante bom desempenho financeiro (HEXSEL;

LAGRECA, 2007), e do outro os erveiros, que apresentam dificuldades, sobretudo financeira, de seguir com essa prática agrícola (NOGUEIRA, 2021).

Para compreender esse cenário, é necessário ter em mente a amplitude da cadeia de comercialização da erva-mate, que vai desde a obtenção de mudas para serem plantadas em meio ao sub-bosque (que substituem aquelas cuja vida-útil chegou ao fim), perpassando pela colheita, pelos acordos entre erveiro e ervateira, pelo processamento desse produto na indústria, até chegar no retorno de recursos provindos desse comércio que devem ser destinados ao campo, já que é a partir da matéria-prima produzida no meio rural que esses fluxos se tornam possíveis.

É preciso produzir uma história da erva-mate no Paraná para além do baronato tradicionalmente elencado pela historiografia, mas ter também em mente que o capital, atualmente representados pelos barões da modernidade – as indústrias do mate – ainda ditam as regras nesse setor. Os erveiros denunciam a falta de segurança no investimento e as oscilações mercadológicas a quais estão desproporcionalmente suscetíveis, além da conflituosa relação com instituições ambientais que afeta a colheita dos recursos florestais, “apesar de essas práticas serem baseadas em profundo conhecimento do meio ambiente e gerações de conhecimento e prática compartilhados” (NIMMO *et al.*, 2020), situação contrária à ampla devastação promovida pelo agronegócio.

Justifico o interesse nessa temática ao ter em vista a importância dessa produção-comercialização que, hoje, está presente em 180 mil propriedades rurais, sendo a maioria de pequenos produtores (o que significa 600 empresas e 700 mil empregos no Brasil), cujo vínculo com a terra ultrapassa questões monetárias. Para além da crítica ao modelo agroindustrial que impõe barreiras à manutenção dos sistemas tradicionais, o objetivo é encontrar alternativas que possibilitem a comercialização de erva-mate ainda pelo agricultor, como também fazer perdurar o cultivo em harmonia com a natureza, indo ao encontro à tendência mundial de valorização da agricultura familiar e da agroecologia e à garantia da segurança alimentar.

Assim sendo, o que se tem pretendido é compreender de que forma o processo de produção e comercialização de erva-mate se constituiu para que o cenário atual fosse possível. Como o mate, que alicerçava a economia colonial e viveu um forte período de decadência pode, nos últimos 50 anos, voltar veemente? Quais foram os atores responsáveis por esse ressurgimento? Em meio à ascensão do neoliberalismo, quais foram os fatores políticos e econômicos que repercutiram nesta cadeia? E, sobretudo, por que a burguesia industrial segue ditando as regras desse setor, mas agora como barões da modernidade?

Partindo do levantamento bibliográfico interdisciplinar e das contribuições teóricas da História Ambiental, está sendo realizado um apanhado da trajetória da indústria ervateira do Paraná. Contatou-se que, tal qual a instabilidade de comércio de erva-mate no século XX, as empresas que

a produziam também sofreram, originando surgimentos, desaparecimentos e reorganizações (através de Sociedades Limitadas ou cooperativas) de diversas empresas.

Não obstante, foi na erva-mate que o cooperativismo no Brasil encontrou um de seus primeiros postos. Devido à robusta concorrência argentina e às crises de superprodução, o cooperativismo do mate surgiu na década de 30 visando libertar os pequenos agricultores dos atravessadores e fazer oposição às taxas de exportação que extrapolaram suas receitas, estando este baseado na arrecadação dos grandes grupos econômicos da erva-mate – a Leão Jr, a Fontana e Mate Laranjeira (BERTAGNOLI, 1978).

Atualmente, sabe-se que as principais empresas atuantes no setor são a Baldo (maior exportadora de erva-mate), a Barão (que em seu *slogan* afirma ser a “verdadeira tradição gaúcha”) e a Leão Jr. (originária de Ponta Grossa, mas adquirida pela Coca-Cola em 2007). Resta compreender de que forma elas resistiram à instabilidade e, em comparativa com um século atrás, foram uma das poucas empresas que restaram (ou surgiram) nesse setor.

Além do levantamento bibliográfico, estão sendo analisadas as entrevistas já produzidas e transcritas contidas no repositório do CEDErva, nas quais, a partir da História Oral, os produtores rurais relatam suas experiências com a terra e com seus ervais. Por mais que esse não tenha sido o foco principal das entrevistas, em diversos momentos os erveiros comentam sobre sua relação com a indústria e seu descontentamento pela inviabilização de seus trabalhos.

Pouco antes do início dessa pesquisa, o Museu Campos Gerais, localizado em Ponta Grossa/PR, recebeu a doação de um acervo pessoal de Uriel Nogueira, importante figura que trabalhou em órgãos de fiscalização e desenvolvimento da cultura ervateira no Paraná, como o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Nesse acervo contém ampla documentação e anotações pessoais que possibilitam compreender o funcionamento dessas instituições e suas relações com os agricultores e industriais. Está proposto, também, a análise da Ata de Fundação do INM, pertencente ao Acervo Uriel Nogueira e resguardado pelo Museu Campos Gerais.

Essa pesquisa, ainda em desenvolvimento, se confronta com grande parte da historiografia já produzida no campo da erva-mate, por admitir os erveiros como atores responsáveis pela mudança da economia e da política, já que “não é válida a caracterização da população rural como massa passiva” (COSTA, 2001). Ainda no começo do século XX, o cooperativismo do mate foi um dos primeiros exemplos desse tipo de união entre produtores no Brasil, buscando lutar contra as altas tarifas que os pequenos produtores precisavam arcar. Mas a resistência se dá também de outras formas, especialmente através da continuidade da produção de erva-mate sombreada por mais que, financeiramente, tudo contribua para a migração para o monocultivo de *commodities*.

Referências bibliográficas

BERTAGNOLI, Lucrécia Caron. **Indústria de beneficiamento de erva-mate no Estado do Paraná (1890-1977)**. 1978. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História). UFPR.

BERMÚDEZ, Aline Juchem. **O desenvolvimento econômico argentino e o impacto do período entreguerras**. 2009.

CARVALHO, Alessandra Izabel de; LAVERDI, Robson. Uma produção de sentidos para a araucária (sem floresta) no Paraná. In: Franco, José Luiz et al (orgs.) **História ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade**. Volume 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

CEDERVA. **Sistemas tradicionais de cultivo: a erva-mate sombreada**. Curitiba, 2020. Disponível em: <http://www.cederva.org/sistemas-de-producao.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CHANG, Man Yu. **Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Rio de Janeiro, v. 201, 1988.

COSTA, Samuel Guimarães. **A erva-mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

FERNANDES, José Antônio. **O Instituto Nacional do Mate e a economia ervateira brasileira (1938-1967)**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GERHARDT, Marco. **História ambiental da erva-mate**. Tese de Doutorado em História, UFSC, 2013.

HEXSEL, Astor Eugênio; LAGRECA, Rodrigo. **A construção e sustentação da vantagem competitiva por pequenas e médias empresas: o caso da Baldo**. REAd - Revista Eletrônica de Administração, v. 13, n. 3, p. 558-586, 2007.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Hucitec. 1988. 2. ed. rev. eam. p. 87-8.

LACERDA, A. E. B., HANISCH, A. N., NIMMO, E. R. **Leveraging Traditional Agroforestry Practices to Support Sustainable and Agrobiodiverse Landscapes in Southern Brazil**. Land 2020, 96.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. 1969.

NIMMO, E. R.; CARVALHO, A. I. de; LAVERDI, R.; LACERDA, A. E. B. Oral history and traditional ecological knowledge in social innovation and smallholder sovereignty: a case study of erva-mate in Southern Brazil. **Ecology and Society**, v. 25, n. 4, p. 17, 2020.

NIMMO, Evelyn R. et al. **Erva-mate sombreada: Sipam “Sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate na Floresta com Araucária, Brasil”**. Embrapa Florestas, Colombo, 2022.

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. **Historicidade e significado nas paisagens dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate na bacia do Alto Iguaçu, sul do Paraná**.

2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso.** Curitiba: UFPR, p. 133-134, 1996.

**ST 07 – DITADURAS MILITARES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA CLASSE
TRABALHADORA: PERSPECTIVAS NA ANÁLISE DOS GOVERNOS
AUTORITÁRIOS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA**

NOTAS SOBRE A APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE ARROCHO SALARIAL

Vitória de Oliveira Barroso Abunahman⁴⁶

Resumo:

O trabalho tem o intuito de analisar como se estruturou a política salarial da ditadura civil-militar no primeiro ano de sua vigência, no período compreendido entre 1965 e 1966. A política salarial foi uma medida do governo ditatorial que visava o controle da inflação através da compreensão do salário da classe trabalhadora. Para isso, foi necessário ao governo a elaboração de um arcabouço legislativo que modificou a forma de julgar os dissídios coletivos na Justiça do Trabalho. Utilizando como fonte a documentação produzida pelo judiciário trabalhista, o trabalho mapeou as dificuldades para a aplicação da nova política e as soluções encontradas pelo governo para evitar as distorções nos cálculos dos reajustes salariais.

Palavras-chaves: Ditadura, salário, Justiça do Trabalho.

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar de modo breve as linhas gerais da política salarial da ditadura civil-militar e a sua aplicação no primeiro ano de vigência. Esses apontamentos fazem parte de uma pesquisa de doutorado que busca compreender o funcionamento da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, no âmbito das ações coletivas, após o golpe de 1964. Dessa maneira, utilizaremos a documentação produzida pelo judiciário trabalhista para captar os efeitos da nova legislação na forma de julgar dos juízes do trabalho e como a instituição recebeu as novas normas.

Os responsáveis pela organização e execução do golpe que destituiu João Goulart da presidência sustentavam a tese de que os aumentos salariais excessivos eram um dos principais motivos para o aumento da inflação. De acordo com Roberto Campos (1994), os sindicatos com maior poder de mobilização conseguiam reajustes salariais superiores aos índices de produtividade, o que provocava um aumento nos preços. Para ele, o grande responsável por esse descompasso era João Goulart, que possuía uma política de Estado repleta de vicissitudes da demagogia do “populista”, que favorecia determinados sindicatos em busca de apoio político. Dessa forma, era necessário elaborar uma política salarial que se baseasse em princípios técnicos, visando o crescimento econômico e o controle inflacionário, com base na uniformização dos índices de reajuste.

⁴⁶ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista CNPq

Antes de adentrarmos nas características desta política, faz-se necessário algumas considerações sobre os seus sentidos e intenções. Segundo Octavio Ianni, “a política salarial adotada, para servir como técnica de combate à inflação, na prática consolidou-se como uma política de crescente exploração dos assalariados” (IANNI, 2019, p.110). Com isso, é perceptível que esta política de Estado tinha como objetivo principal o crescimento da acumulação da burguesia, fundamentado na superexploração das classes trabalhadoras brasileiras. Edimilson Costa (1997) destacou que o resultado dessas ações foi um crescimento significativo da economia nacional, que contrasta com a marginalização dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

É necessário deixar demarcado que os “técnicos” que elaboraram a política salarial eram figuras historicamente ligadas aos setores da burguesia que organizaram o golpe de Estado, unido aos setores militares. Dreifuss identificou que os indivíduos que ocuparam posições importantes na burocracia estatal após 1964 puderam assegurar “através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados” (DREIFUSS, 1981, p. 417). Ou seja, a organização de uma política salarial pautada no arrocho do salário correspondia aos interesses da burguesia multinacional e associada.

O artigo trata do arcabouço legislativo específico que regeu a política salarial, mas apenas essas normas não foram suficientes para colocar em prática os planos da burocracia estatal. Apesar de não ser o objetivo deste texto, é importante salientar que as medidas coercitivas implementadas para cercear o movimento sindical foram de suma importância para o êxito das medidas econômicas do governo. As prisões e perseguições de sindicalistas, além das intervenções nos sindicatos, foram importantes instrumentos para limitar a ação dos sindicatos. Além disso, a nova lei de greve dificultava a realização de paralisações do trabalho consideradas legais. Os militares e a burocracia estatal necessitavam que os sindicatos não criassem obstáculos às medidas do governo. As medidas coercitivas foram de suma importância para o êxito da política salarial, uma vez que a presente pesquisa de doutorado identificou que o sucesso das medidas que regulavam o aumento dos salários estava relacionado ao aumento da repressão aos sindicatos. Um sindicalismo livre poderia criar sérios entraves para o prosseguimento do arrocho salarial.

Após 1946, a Justiça do Trabalho passou a ter um grande protagonismo na resolução dos problemas oriundos da relação entre capital e trabalho. Através das ações coletivas era convocada para resolver os impasses que rondavam as campanhas salariais das mais diversas categorias profissionais. Segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma ação coletiva poderia ser aberta por um sindicato após a realização de uma assembleia que autorizasse a proposição da ação. Entretanto, em caso de greve, o processo poderia ser aberto à revelia dos

trabalhadores por iniciativa do presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) ou por requerimento da Procuradoria do Trabalho. Após a abertura da ação, ocorria a realização de uma audiência de conciliação presidida pelo presidente do TRT. Caso as partes não chegassem a um acordo, o processo seguia para julgamento.

O jurista José Sitrângulo (1978) destacou que a principal matéria julgada pelos dissídios coletivos era o aumento salarial. A pesquisa em andamento verificou que, a partir de 1946, os magistrados do trabalho elaboraram uma jurisprudência que determinava que os reajustes salariais deveriam seguir os índices de crescimento do custo de vida. Dessa forma, verifica-se que a Justiça do Trabalho criou um método de julgamento que determinava que os salários deveriam ser revistos conforme o crescimento da inflação no período da data-base. Além disso, é possível verificar que determinados sindicatos conseguiram mobilizar acordos com cláusulas de reajustes semestrais, como forma de evitar a desvalorização dos salários devido o descontrole inflacionário. No período anterior ao golpe de 1964, o poder Executivo possuía pouco poder de decisão sobre os salários, sendo uma competência do judiciário trabalhista a decisão sobre os valores e condições dos reajustes.

A disciplina da questão salarial perpassava a necessidade de modificar as formas que a Justiça do Trabalho julgava as questões coletiva no seu âmbito processual. Ao longo do texto, veremos de forma breve como, no primeiro ano de política salarial, o Executivo foi aprimorando o arcabouço legislativo à medida que surgiram as necessidades de alterar determinados parâmetros dos julgamentos dos dissídios coletivos. Além disso, será demonstrado que o Tribunal Superior do Trabalho teve um papel relevante na definição das normas salariais, com a expedição de prejulgados que tinham como objetivo uniformizar os cálculos, evitando que os Tribunais Regionais adotassem critérios diferentes. Segundo a CLT, o prejulgado firmava como determinada norma deveria ser aplicada pela Justiça do Trabalho. O TST tinha a competência de expedir normas que impunham às instâncias inferiores determinada interpretação sobre determinada matéria. A sua adoção era obrigatória, não havendo espaço para discordâncias.

Da recomendação à obrigação

Os empregados do setor público foram os primeiros a sofrer alterações nos cálculos dos reajustes salariais. O Decreto-Lei n. 54.018 de 14 de julho de 1964 determinou que nenhum aumento salarial da área do Serviço Público Federal deveria ser realizado sem prévia audiência ao Conselho Nacional de Política Salarial. Além disso, segundo o artigo 7, os cálculos deveriam ser determinados “de modo a igualar o salário real médio vigente nos últimos vinte e quatro meses

multiplicado, a seguir, por um coeficiente que traduza o aumento de produtividade estimado para o ano anterior, acrescido da previsão para compensações de resíduo inflacionário...”.

No mês seguinte, o governo lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que trazia em seu conteúdo as diretrizes que orientariam a política econômica do Estado. O documento apresentava orientações acerca do tema salarial, as quais ampliavam as diretrizes aplicadas ao setor público ao setor privado. O texto recomendava que os reajustes salariais fossem desvinculados do aumento do custo de vida e que a reconstituição fosse feita com base no salário real médio dos últimos vinte e quatro meses. Além disso, contraindicava reajustes salariais no decorrer da vigência do acordo, os chamados abonos semestrais. A Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro adotou alguns critérios do PAEG, mas continuou a julgar reajustes seguindo o aumento do custo de vida na maioria dos seus julgamentos.

Um caso emblemático desse momento inicial da política salarial para a Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro foi o julgamento do dissídio coletivo suscitado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas do Estado da Guanabara. O Tribunal decidiu que, como a empresa se encontrava sob intervenção federal, o processo deveria seguir as determinações do Decreto-Lei n. 54.018 de 14 de julho de 1964. Com isso, a sentença adotou o percentual informado pelo Conselho Nacional de Política Salarial, reajustando em 50% o salário da categoria. Neste caso, podemos perceber como a adoção do cálculo a partir do salário real médio dos últimos vinte e quatro meses era prejudicial para os trabalhadores. Caso fosse adotado o parâmetro anterior, seguindo o aumento do custo de vida, o reajuste seria na base de 85%. Um prejuízo de 35%.

A pesquisa verificou que, no primeiro momento de aplicação da política salarial, a Justiça do Trabalho apropriou-se de algumas normativas da política salarial antes mesmo da promulgação da lei que modificou os parâmetros de julgamento de dissídio coletivo. Para além do caso demonstrado acima, de aplicação dos novos preceitos aos casos das empresas sob intervenção federal, o TRT do Rio de Janeiro passou a adotar o prazo de vigência da sentença a partir da data de publicação do acórdão, como determinava as normativas do PAEG. Entretanto, as recomendações do Governo Federal não foram suficientes para imprimir uma modificação nos cálculos dos reajustes, mantendo o Tribunal a seguir o aumento do custo de vida em suas sentenças.

Essa situação ficou clara no julgamento do dissídio coletivo suscitado pelo Sindicato dos condutores de veículos rodoviários e anexos de Niterói. O juiz Simões Barbosa determinou em seu relatório que a taxa do reajuste foi fixada conforme os preceitos da política salarial “tanto pelo arredondamento da taxa para baixo, como pela fixação da vigência do novo salário a partir da publicação desse acórdão, para valer por um ano, o que corresponde a dar de forma indireta um rebaixamento da taxa de correção...” (BRASIL, 1965b, p. 5). Neste caso, seguiram-se algumas

recomendações da nova política salarial, mas o reajuste continuou a ser calculado conforme o aumento do custo de vida. Percebe-se que no momento inicial havia um esforço dos juízes do Rio de Janeiro de seguir determinadas medidas da nova política salarial, considerando que o governo estava realizando “um grande passo [...] no empenho em que se lança na luta contra a inflação” (BRASIL, 1965a, p. 9). Ou seja, os juízes da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro adotaram um comportamento de não confrontar as decisões do Executivo.

Em 13 de julho de 1965 foi promulgada a Lei n. 4725, que estabelecia normas para o julgamento de dissídios coletivos, modificando a fórmula de calcular o aumento salarial do setor privado. Estas diretrizes se baseavam nas modificações que já haviam sido feitas aos reajustes do setor público pelo Decreto-Lei n. 54.018 de 14 de julho de 1964 e obrigava à Justiça do Trabalho seguir as normas que eram apenas recomendações. Segundo Heliene Nagavassa (2015), a tramitação do Projeto de Lei foi tumultuada, e diversos parlamentares defendiam que as determinações do texto apresentado pelo Executivo feriam a autonomia do judiciário trabalhista e interferiam no seu poder normativo. Entretanto, a maioria do Congresso Nacional decidiu que a lei não interferiria nas competências constitucionais da Justiça do Trabalho.

O artigo 2 da lei determinava que as sentenças coletivas deveriam tomar como base “o índice resultante da reconstituição do salário real médio da categoria nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao término da vigência do último acôrdo ou sentença normativa”. Além disso, era possível aos juízes a realização de adaptações às taxas encontradas conforme a “repercussão dos reajustamentos salariais na comunidade e na economia nacional” e a “adequação do reajuste às necessidades mínimas de sobrevivência do assalariado e de sua família”. Outro artigo importante, que merece ser mencionado, é o 12, que determinava que “nenhum reajustamento de salário será homologado ou determinado pela Justiça do Trabalho antes de decorrido um ano do último acôrdo ou dissídio coletivo, não sendo possível a inclusão da cláusula de antecipação do aumento salarial durante o prazo de vigência da sentença normativa”.

Além disso, é importante destacar que a lei 4725 sofreu uma modificação meses após a sua promulgação. Ao artigo 2 foram incluídos incisos que determinavam que a sentença deveria levar em consideração a “perda do poder aquisitivo médio real ocorrido entre a data da entrada da representação e a da sentença” e a “necessidade de considerar a correção de distorções salariais para assegurar adequada hierarquia salarial, na categoria profissional dissidente e, subsidiariamente, no conjunto das categorias profissionais, como medida de equidade social”.

Essas normativas modificaram frontalmente o modo de julgar dos juízes do trabalho e as possibilidades dos sindicatos conseguirem aumentos salariais mais vantajosos. É importante destacar que nesta fase, o Executivo apenas modificou os parâmetros dos cálculos das sentenças,

que ainda eram realizados pelo judiciário trabalhista. Entretanto, diversas dificuldades surgiram para a realização desses cálculos. As novidades legislativas colocaram novas variáveis na equação do reajuste salarial. Nos acórdãos é possível perceber como, de modo relativamente experimental, os juízes estavam calculando os índices de reajuste salarial.

Durante o julgamento do dissídio coletivo suscitado pelo sindicato dos trabalhadores nas indústrias do açúcar e conservas alimentícias do Estado da Guanabara, o relator do processo destacou que a grande dificuldade no julgamento estava na “disparidade dos cálculos trazidos aos autos, consequentes neste caso da pesquisa com base em períodos diferentes, exigindo a análise de cada um para a escolha do que será adotado” (DC 13/66). O primeiro cálculo apresentado, realizado pela Secretaria do Tribunal, considerou os vinte e quatro meses anteriores ao término de vigência da última sentença coletiva da categoria, chegando a taxa de reajuste de 5,57%. Considerando os reajustes conforme o tempo de tramitação do processo, o reajuste salarial seria de no máximo 20%. De pronto esse cálculo foi descartado, pois o reajuste da categoria em questão estaria sendo rebaixado por duas revisões do mínimo legal que ocorreram no período de aferição. Por motivo semelhante o valor informado pelo Departamento Nacional do Trabalho foi desconsiderado.

Neste caso, percebe-se que havia uma preocupação dos juízes em não ocasionar um achatamento na pirâmide salarial, o que faria com que empregados mais qualificados recebessem salários aproximados ao mínimo. Ou seja, os reajustes deveriam levar em consideração as modificações do salário-mínimo para preservar a hierarquia salarial dentro da categoria profissional, conforme indicado na legislação. Voltando para o dissídio, os juízes chegaram à conclusão que o novo cálculo do reajuste deveria ser apurado levando em consideração os impactos do reajuste do salário-mínimo. O relator do caso admitiu que o critério utilizado para o cálculo não era “estritamente o da lei 4725”, ou seja, não estava fundamentado nos vinte e quatro meses, e sim, em quarenta e quatro. Entretanto, estava “dentro do seu espírito e se coaduna com os dispostos nas alíneas A e B do seu artigo segundo”, visto que as duas elevações do salário-mínimo “reduzem a quase nada a repercussão dos reajustamentos salariais na comunidade e na economia nacional” (BRASIL, 1966a, p.3).

Um primeiro aspecto merece ser destacado em relação aos primeiros efeitos da Lei 4725 nos julgamentos da Justiça do Trabalho. Neste momento havia uma maior liberdade para os juízes realizarem os cálculos, não havendo uma sistematização sobre como os critérios das alíneas do artigo 2 deveriam ser aplicados. A maior liberdade do juiz neste momento ocasionava a disparidade de índices de reajustes, que eram determinados conforme os casos concretos. Circunstância que

deveria ser evitada para o sucesso da política salarial, segundo o pensamento dos burocratas da área econômica.

Segundo ponto que merece ser salientado foi as dificuldades que a Justiça do Trabalho encontrou na colaboração com os órgãos oficiais, conforme indicava o artigo 3 e 4 da lei 4725 de 1965. Destaca-se as dificuldades que o Tribunal encontrava em receber as informações solicitadas à Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) sobre a repercussão dos aumentos nos preços das mercadorias. No relatório do dissídio coletivo do Sindicato dos Empregados do Comércio de Niterói, o juiz Alvaro Ferreira da Costa criticou severamente a morosidade do órgão, circunstância que atrapalhava o andamento do processo e o funcionamento da Justiça do Trabalho:

Estou convencido de que o Governo Federal supõe que os órgãos oficiais estão trabalhando, numa apreciável comunhão, para um objetivo só. Mas, para mim, a verdade é exatamente o inverso. Nenhum desses órgãos, por suas chefias, está interessado senão em dificultar a aplicação das leis que visam dominar a inflação em que ainda nos debatemos. Este processo é exemplo disso. Desde a Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Rio, passando pelo Departamento Nacional do Salário e acabando na SUNAB, ninguém procurou urgenciar a movimentação de uma simples palha para prestigiar a referida política. É uma calamitosa infelicidade (BRASIL, 1966b, p.3).

No decorrer do processo suscitado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carne e derivados do Estado da Guanabara, o juiz Alvaro Ferreira da Costa novamente reclamou do funcionamento da SUNAB. O magistrado defendeu que a Justiça do Trabalho agia com diligência no seguimento das normas da política salarial, mas a morosidade e indiferença dos órgãos oficiais dificultava o trabalho do judiciário e impedia o sucesso da política salarial.

Não só a SUNAB foi alvo de críticas. Em um determinado processo, o Departamento Nacional do Salário nem chegou a informar os cálculos solicitados. O julgamento prosseguiu somente com as informações da Secretaria do Tribunal, visto que “não se pode ensejar a paralisação do processo, dada a sua natureza e importância social” (BRASIL, 1966c, p.3). É perceptível que o judiciário trabalhista teve que lidar com órgãos que não estavam preparados para atender a grande demanda proveniente dos dissídios coletivos. Além disso, havia os impasses para a realização dos cálculos seguindo os parâmetros da lei, como foi demonstrado acima, circunstância que dificultava a equalização dos reajustes pretendida pelo Estado ditatorial. Para o sucesso da política econômica sistematizada por Roberto Campos e Bulhões, seria necessário a uniformização dos índices de reajuste salarial, fato que não foi alcançado no primeiro momento.

Em busca da padronização dos reajustes salariais

Em julho de 1966, um ano após a promulgação da Lei n. 4725, o Executivo lançou uma nova normativa para regular a política salarial. No preâmbulo de Decreto-Lei n. 15 de 29 de julho

de 1966, foi destacado que uma das razões para as modificações dos critérios foi “que não tem havido a necessária uniformidade na apuração e na aplicação dos índices para reconstituição do salário real médio nos últimos 24 meses, base da política salarial seguida pelo Governo como instrumento de combate à inflação”. Como vimos na seção anterior, os juízes do TRT do Rio de Janeiro mobilizavam os cálculos das taxas de reajuste com certa independência, tentando adaptar os números aos casos concretos referentes aos julgamentos. O “espírito da lei” era respeitado, ou seja, os cálculos pautavam-se no salário real médio não no aumento do custo de vida; entretanto, a lei ainda permitia certa dose de autonomia na realização das adaptações e atualizações da taxa. Além disso, vale destacar a dificuldade de diálogo com os órgãos oficiais denunciada pelos juízes nos relatórios dos seus acórdãos.

Heliene Nagavassa (2015) destacou que a decretação da nova normativa foi alvo de intensas críticas do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Arnaldo Süssekind, antigo chefe do Ministério do Trabalho do governo Castelo Branco. Para melhor compreender as críticas do ministro, relembremos brevemente a estrutura da Lei 4725 para destacarmos as modificações realizadas pelo Decreto-Lei n.15.

A Lei 4725 determinava que a sentença normativa seria baseada na reconstituição do salário real médio da categoria nos últimos vinte e quatro meses antes de término da sentença em vigor. Esse índice poderia ser corrigido pelos juízes do trabalho conforme o caso concreto, podendo ser atualizado pelo tempo de tramitação do processo, assim como adequado às necessidades básicas do trabalhador e da sua família, e a sua repercussão na comunidade e economia nacional. Ou seja, o índice calculado não era fixo e a lei permitia a modificação pelos magistrados. Como vimos acima, os juízes se apropriaram da lei e julgavam de acordo com o que acreditavam ser o mais adequado, tendo como base a nova política salarial. Como havia um relativo espaço para o poder normativo, as sentenças coletivas estabeleciam índices de reajustes entre as categorias, sem a uniformidade desejada pela ditadura para a estabilização da economia nacional.

O decreto-lei número 15 de 29 de julho de 1966 concentrou no poder Executivo a competência de publicar mensalmente, através de atos do próprio presidente, os índices de reconstituição do salário real médio da categoria, ainda tendo como bases os mesmos vinte e quatro meses da lei anterior. O decreto retirou as alíneas que possibilitavam aos juízes a adaptação do índice, engessando o poder normativo da Justiça do Trabalho.

Süssekind sustentou que o decreto violava a independência dos juízes do trabalho, uma vez que determinava que o índice de reajuste deveria ser exatamente o indicado pelo decreto presidencial. Em um relato sobre aquele período, o jurista lembrou que, valendo da sua posição de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, entrou em contato com Golbery para alertar ao

Castelo Branco “para o fato de que ele acabara, totalmente, com o poder normativo da Justiça do Trabalho” (GOMES et al., 2004, p. 136). Em tom de ameaça, Sussekind disse que caso “a inconstitucionalidade do decreto fosse arguida perante o TST, votaria pela inconstitucionalidade” (GOMES et al., 2004, p. 136). Sússekind destacou que apenas algumas horas após a sua ligação a Golbery, Castelo Branco o telefonou para propor uma reunião para resolver a questão. No mesmo dia, Sussekind, o presidente do TST, seu vice e o Corregedor do Tribunal, reuniram-se com os ministros da área econômica. A solução encontrada para o impasse foi a elaboração de um novo decreto, que, na interpretação de Sússekind, restaurou o poder normativo.

Esse relato está disponível no livro *Arnaldo Sússekind: um construtor do direito do trabalho*, organizado pelas historiadoras Ângela de Castro Gomes, Elina Pessanha e Regina Morel. Considerando as particularidades de um relato individual, é perceptível que o Decreto-Lei número 15 não foi bem-aceito, uma vez que apenas um mês após a sua promulgação ele sofreu severas modificações. O Decreto-Lei n. 17 determinou que os juízes dos Tribunais Regionais poderiam ajustar os índices informados pelo Executivo, conforme os parâmetros da lei. Entretanto, essa atualização deveria ser orientada e normatizada por prejulgados expedidos pelo Tribunal Superior do Trabalho. Desse modo, o TST passou a exercer um importante papel para a estabilização da política salarial, visto que seria o responsável por planificar como que os Tribunais Regionais deveriam aplicar os critérios de adaptação dos índices indicados pelo Executivo.

O primeiro prejulgado do TST que regulou a forma de atualização dos índices foi sentenciado em Sessão Plena do Tribunal Superior em cinco de outubro de 1966. Nos anos seguintes, o TST continuou a expedir normatizações sobre dissídios coletivos, com o objetivo de aperfeiçoar os cálculos que deveriam ser realizados pelos Tribunais Regionais. Dessa forma, não se pode ignorar que o Tribunal Superior do Trabalho foi peça fundamental no sucesso de aplicação da política salarial dos militares.

Os ministros daquela corte se opuseram ao decreto-lei número 15 por considerar que ele feria a autonomia dos juízes da Justiça do Trabalho. Em outras palavras, eles só manifestaram sua insatisfação quando perceberam que o Poder Executivo poderia estar afetando a autoridade normativa dos juízes. A questão deu-se por encerrada quando o Executivo reestabeleceu a capacidade dos juízes dos Regionais atualizar os índices, mas sob o controle da normatização do TST. A cada normatização expedida, as possibilidades dos juízes da instância inferior agirem de um modo que subvertesse a política salarial era limitada. Ou seja, os juízes dos Regionais, que possuíam a competência de julgar as ações coletivas, deveriam seguir as determinações dos prejulgados em suas sentenças. Entretanto, é necessário demonstrar que essa é uma relação permeada por diversos

conflitos, que devem ser conferidos com mais profundidade no prosseguimento da pesquisa empírica.

A pesquisa ainda precisa avançar sobre o funcionamento do TST durante o período da ditadura, mas as informações reunidas até o momento corroboram para a tese de que o tribunal e seus componentes contribuíram para a estabilização e aplicação da política do arrocho salarial. Ou seja, as modificações ao poder normativo ocorreram com a anuência dos juízes, principalmente daqueles que ocupavam uma posição de destaque na instância superior da Justiça do Trabalho. É importante ressaltar que uma das únicas manifestações dos ministros do TST contra a política salarial da ditadura foi o problema do decreto-lei número 15, considerado uma afronta a autonomia do judiciário trabalhista. A questão foi resolvida com a retomada da possibilidade de atualizações dos índices pela Justiça do Trabalho, sendo que uma das figuras importantes no diálogo com o Executivo foi Arnaldo Sussekund, jurista que já havia participado do governo como ministro do trabalho.

A própria relação de harmonia que a ditadura possuía com o Tribunal Superior do Trabalho demonstrava que a instituição não criou entraves para o Executivo. Diferentemente do que aconteceu no Supremo Tribunal Federal, o TST não teve uma onda de cassações de seus ministros, indicando um comportamento de conformidade, estando aberta a possibilidade de diálogo com o Executivo. Mateus Torres (2014) concluiu que, após o AI-5, que cassou o cargo de ministros do STF, a corte insurgiu-se contra o Executivo por sentir que a sua autonomia havia sido violada. Fato semelhante não aconteceu no TST, uma vez que a onda de cassações não afetou a sua estrutura. O único ministro afastado foi Olympio Fernandes Mello, após o AI-1, por ter uma ligação direta com João Goulart.

Considerações finais

A política do arrocho fazia parte dos esforços do governo Castelo Branco em conter o descontrole inflacionário. A área econômica sinalizava que um dos principais fatores da inflação era os aumentos salariais dos trabalhadores. Nessa visão, sua vinculação ao aumento do custo de vida e não à produtividade nacional causava um descompasso econômico que favoreceria o crescimento da inflação. No sentido de implantar uma política salarial que visava sanear a inflação, foi necessário ao governo ditatorial criar um arcabouço legislativo para além das medidas coercitivas voltadas para o controle sindical.

Em junho de 1965 foi promulgada a lei 1965, que inseriu a racionalidade matemática do controle inflacionário nos julgamentos da Justiça do Trabalho. A partir daquele momento, os reajustes salariais determinados pela instituição deveriam seguir a fórmula da reconstituição salarial

desvinculada do aumento do custo de vida e pautada na média salarial dos últimos vinte e quatro meses, medida que ocasionou uma desvalorização dos salários. Entretanto, a lei não surtiu os efeitos desejados pela área. Através da análise dos processos coletivos que transitaram na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, a pesquisa verificou que os juízes tiveram que lidar com a morosidade dos órgãos oficiais em enviar para a Justiça do Trabalho os índices oficiais da reconstituição salarial, além da sua inexatidão.

Para o sucesso da política econômica, seria necessário a uniformização dos índices de reajuste salarial, fato que não foi alcançado no primeiro momento. Visando ajustar os problemas surgidos, Castelo Branco, promulgou o decreto-lei número 15 e 17, que centralizou no Poder Executivo a função de publicar mensalmente os índices de reconstituição salarial, além de ter instituído ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) a função de normatizar a forma que os Tribunais Regionais deveriam atualizar os índices publicados pelo Executivo.

O primeiro ano da política salarial foi marcado pelos esforços do Executivo em criar normas que modificassem o modo que o judiciário trabalhista julgava os reajustes do salário. O saldo dessas medidas foi uma concentração do poder no TST em detrimento aos Tribunais Regionais. Sendo cerceado as possibilidades no momento da sentença, determinados sindicatos ainda conseguiram impor reajustes mais vantajosos no momento do acordo. As bases da política foram lançadas, mas seu sucesso dependida de um controle dos juízes do trabalho responsáveis pelos processos coletivos, exercido pelo Tribunal Superior, além das medidas coercitivas ao movimento sindical. O texto demonstrou que o Executivo não encontrou entraves na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro para aplicar as normas da política salarial. Entretanto, devido às especificidades dos cálculos, no primeiro ano de vigência a “necessária uniformização” dos reajustes salariais foi dificultada.

Referências

Referências Bibliográficas

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (1ª Região). Processo n. 1/65. Acórdão n.185/65 Relator: juiz Geraldo Octávio Guimarães, 27 de janeiro de 1965a.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (1ª Região). Processo n. 14/65. Acórdão n.807/65 Relator: juiz Gustavo Câmara Simões Barbosa, 13 de abril de 1965b.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (1ª Região). Processo n. 13/66. Acórdão n.1778/66 Relator: juiz Geraldo Octávio Guimarães, 5 de julho de 1966a.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (1ª Região). Processo n. 20/65. Acórdão n.1739/66
Relator: juiz Geraldo Octávio Guimarães, 28 de junho de 1966b.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (1ª Região). Processo n. 71/66. Acórdão n.3757/66
Relator: juiz Celso Lanna, 29 de novembro de 1966c.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (1ª Região). Processo n. 50/66. Acórdão n.3831/66
Relator: juiz Alvaro Ferreira da Costa, 6 de dezembro de 1966d.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994

COSTA, Edmilson. **A política salarial no Brasil**. São Paulo: Boitempo editorial, 1997.

DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado**. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981

GOMES, Ângela de Castro; PESSANHA, Elina G da Fonte; MOREL, Regina de Moraes (Org.).
Arnaldo Sussekind: um construtor do direito do trabalho. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

NAGASAVA, Heliene Chaves. **“O sindicato que a ditadura queria”**: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Dissertação de Mestrado, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2015.

TORRES, Mateus Gamba. **Política, discurso e ditadura**: o Supremo Tribunal Federal nos julgamentos dos recursos ordinários criminais (1964-1970). 2014. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2014.

ST 08 – HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA**A HISTÓRIA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E NOS
MANUAIS ESCOLARES PORTUGUESES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA À LUZ
DA TEORIA DECOLONIAL**

Luísa Moreira Palis Ventura ⁴⁷

Resumo

O presente trabalho é resultado de parte da minha investigação de mestrado, realizada junto a Universidade do Porto, que buscou investigar como o conteúdo sobre a colonização do Brasil aparece nos livros didáticos portugueses e brasileiros atualmente em uso. Nesta publicação, contudo, será privilegiada a apresentação das observações acerca de como o conteúdo sobre os povos indígenas são apresentados nesses materiais didáticos. Essa pesquisa utiliza como metodologia a análise de conteúdo temática, dividindo o material analisado em diferentes categorias e se fundamenta em pressupostos da teoria decolonial, principalmente no conceito de “Interculturalidade” de Catherine Walsh buscando fomentar um novo tipo de produção de conhecimento pensado a partir do Sul Global, de forma a superar as narrativas eurocêntricas dominantes.

Palavras-chave: Ensino de história; Colonização; História Indígena; Teoria decolonial.

Introdução

A presente publicação tem como objetivo principal apresentar as principais observações resultantes da análise de como a temática indígena aparece dentro do conteúdo sobre a colonização do Brasil em manuais escolares portugueses e livros didáticos brasileiros atualmente em uso. No caso português será feita a análise dos manuais escolares referentes ao 8º ano, tendo em vista que esse é o último ano em que os conteúdos sobre Expansão Marítima e colonização do Brasil são abordados de forma obrigatória no ensino básico. Já no caso brasileiro a análise será dos livros didáticos do 7º ano do ensino fundamental, uma vez que é o momento em que essa mesma temática é abordada no ensino de jovens com idade semelhante aos portugueses. Os livros analisados dizem respeito aos anos de escolaridade correspondentes aos jovens entre os 12 e os 13 anos de idade. Quanto ao ano letivo desses materiais didáticos, os manuais portugueses analisados foram adotados no ano letivo de 2022/2023, enquanto no caso brasileiro serão utilizados os livros aprovados pelo PNLD de 2020, que estão em uso nas escolas públicas até 2024.

Devido a extensão do conteúdo a ser analisado e tendo em vista que no Brasil havia onze livros aprovados, enquanto em Portugal existiam apenas seis manuais em uso, optou-se por analisar apenas os dois livros mais utilizados na rede pública de ensino de ambos os países, para que

⁴⁷ Mestra em História Contemporânea pela Universidade do Porto (Portugal). luisamoreirapalis@gmail.com

houvesse simetria na análise. O livro de história mais utilizado por alunos brasileiros do 7º ano do ensino público foi “História Sociedade & Cidadania” de Alfredo Boulos Júnior, publicado pela editora FTD e o segundo livro a alcançar o maior número de alunos foi o “Araribá Mais” de Ana Cláudia Fernandes, publicado pela editora Moderna. Já no caso português, o manual escolar mais utilizados foi o “HSI: História Sob Investigação” de Bárbara Alves, Cláudia Amaral, Olanda Vilaça e Tiago Tadeu, publicado pela Porto Editora. E em segundo lugar temos o livro “Vamos à História” de Ana Margarida Caraméz, Ana Margarida Maia, Cristina Maia e Jorge Pereira Araújo, também publicado pela Porto Editora.

Metodologia

Optou-se pelo emprego da metodologia de análise de conteúdo temática, que se estrutura a partir da organização do conteúdo analisado em diferentes categorias relevantes para o alcance dos propósitos da investigação. É importante que essa categorização siga seis preceitos fundamentais: exclusão mútua, ou seja, o conteúdo de cada categoria não se sobrepõe ao conteúdo de outra; homogeneidade, o que significa que todas as categorias são organizadas baseadas em um único princípio de classificação comum; exaustividade, uma vez que a categorização criada inclui todas as unidades de registro pertinente para a investigação, sem exceção; pertinência e, portanto, necessita ser relevante perante as questões da investigação; produtividade, ou seja, fornece resultados férteis; objetividade, o que significa que uma determinada unidade de registro deve pertencer sempre a uma mesma categoria, independente do analista que faz a codificação, mostrando que esta é uma classificação objetiva e não subjetiva a depender de quem a faça (ESTEVEZ, 2006, p. 122).

O conceito de Interculturalidade de Catherine Walsh

Como indicado, a investigação fundamentou-se em importantes pressupostos da teoria decolonial a fim de possibilitar uma análise mais completa e crítica dos conteúdos desses materiais didáticos. Um importante conceito que se mostrou especialmente relevante para a análise da categoria sobre a história indígena foi o de “interculturalidade” cunhado por Catherine Walsh. Esse conceito foi desenvolvido a partir da experiência da autora com populações indígenas equatorianas e estabelece uma relação direta com o ensino, sendo pensado junto a ideia de pedagogias decoloniais. Interculturalidade, para Walsh, não é apenas um termo para se referir ao já conhecido contato entre o Ocidente e outras culturas, nem está relacionada a promoção de uma noção de responsabilidade e preocupação, que prega o respeito e a tolerância com o outro marginalizado. Aponta, pelo contrário, para uma ruptura epistêmica que denuncia o passado ainda presente de

dominação, exploração e marginalização de culturas consideradas inferiores, partindo do conhecimento produzido no interior dessas próprias culturas, sem se basear nas epistemologias criadas pelo Norte global (WALSH, 2019, p. 14). A esse respeito, Walsh afirma:

a interculturalidade indica uma política cultural e um pensamento oposicional, não simplesmente baseado no reconhecimento ou na inclusão, mas sim dirigido à transformação das estruturas sócio-históricas. Uma política e um pensamento que tendem à construção de uma proposta alternativa de civilização e sociedade; uma política a partir de e para a confrontação do poder, mas que também proponha outra lógica de incorporação. Uma lógica radicalmente distinta da orientada pelas políticas estatais de diversidade, que não busque a inclusão no Estado-nação, mas que, ao contrário, conceba uma construção alternativa de organização, sociedade, educação e governo, na qual a diferença não seja aditiva, mas constitutiva (2019, p. 18).

É importante também salientar a distinção feita pela autora entre o que denomina de interculturalidade e de multiculturalismo. Esse segundo conceito, que se baseia em um discurso em prol da diversidade e da tolerância, acaba por amparar os interesses hegemônicos, uma vez que defende apenas um melhor convívio entre diferentes culturas, sem questionar a própria estrutura de poder que determina quais conhecimentos são valorizados e quais devem ser marginalizados. Seria, portanto, uma abordagem confortável para o poder dominante, por não questioná-lo e, por isso, é o discurso mais facilmente adotado e difundido (WALSH, 2019, pp. 20-21).

Walsh adverte, então, para os perigos que essa concepção de multiculturalismo tão difundida representa para educação. A autora afirma que quem defende a abordagem multiculturalista acredita já estar fazendo seu papel em prol da diversidade e da inclusão ao fornecer um tratamento superficial da história desses povos, muitas vezes dentro do prisma do folclórico e místico, sem valorizar esses povos enquanto reais produtores de conhecimento e ciência (WALSH, 2019, pp. 21-22). Assim, a defesa do multiculturalismo pelo discurso hegemônico é uma forma de incorporar certas demandas dos grupos subalternizados, sob um véu de inclusão, mantendo intactas as estruturas que reproduzem e mantém essas desigualdades. Há, portanto, um silenciamento e uma despolitização acerca das relações de poder, ofuscando o debate sobre a subordinação colonial e suas consequências ainda presentes (WALSH, 2019, pp. 23-24).

A análise das categorias criadas

Dentre as categorias criadas durante a elaboração da dissertação para análise dos conteúdos relacionados a colonização do Brasil, a que será apresentada no presente trabalho é a denominada “Indígenas” e buscou analisar como os povos originários são retratados nos livros didáticos a partir de diferentes subtemas. Assim, foram criadas seis subcategorias: A) Escravização; B) Missões

jesuíticas; C) Cultura, costumes, história e tradições indígenas; D) Formas de resistência; E) Paralelos com a atualidade; F) Termos utilizados.

A primeira subcategoria está relacionada às violências perpetradas pelos europeus, analisando como as tentativas de catequização e a escravização dos indígenas são apresentadas. Além disso, é importante compreender se os manuais escolares apresentam as lógicas próprias desses povos, sua cultura, costumes, história, tradições, a forma como viam o mundo, suas crenças e relações sociais, não retratando-os apenas a partir da visão europeia. Soma-se a isso a necessidade de analisar se a narrativa construída nos livros mostra os povos indígenas como sujeitos históricos, refletindo sobre as diferentes formas de resistência adotada pelos mesmos contra a colonização. Outra subcategoria está relacionada aos livros didáticos traçarem paralelos com a atualidade, refletindo sobre questões sociais contemporâneas e as consequências da colonização presentes na vida desses povos até hoje. De um ponto de vista mais objetivo, são indicados os termos utilizados pelos autores para se referir aos indígenas, se usam a palavra “índio”, a mesma usada pelos colonizadores e que possui uma conotação pejorativa ou se adotam os termos pelos quais esses grupos se autodenominam, como indígenas ou povos originários.

Como indicado, a primeira categoria buscou analisar como o tema da escravização da população indígena aparece nos materiais didáticos. De maneira geral esse foi um assunto tratado de uma forma superficial, não recebendo muita atenção dos livros didáticos. Contudo, foi possível observar que todos os manuais indicam que no início da produção açucareira foi utilizada mão de obra escrava indígena, que posteriormente foi substituída pela mão de obra de pessoas escravizadas trazidas da África, sendo estas afirmações importantes para contrariar uma visão equivocada do senso comum de que os portugueses não escravizaram ou escravizaram poucos indígenas no território brasileiro.

A categoria seguinte diz respeito às Missões Jesuíticas. Esse é um tema mais complexo, que recebe maior atenção dos livros didáticos e pode ser dividido em duas abordagens principais. Dois livros (“Vamos à História” e “História Sociedade e Cidadania”) apresentam esse tema a partir de uma visão eurocêntrica, que romantiza a atuação dos jesuítas, apagando e relativizando a violência colonial sofrida pelos indígenas, enquanto os outros dois (“História sob Investigação” e “Araribá Mais”) possuem uma abordagem mais decolonial, evidenciando o quanto essa prática foi, em diferentes âmbitos, violenta para os indígenas. Assim, temos um livro brasileiro e um livro português reforçando cada uma das abordagens, o que justifica a opção aqui por não dividir os manuais por nacionalidade, mas sim pelo tipo de narrativa que apresentam.

O manual português que pertence a esse primeiro grupo apresenta a missionação de forma superficial e acrítica, informando que foi algo imposto, mas que trouxe benefícios para os indígenas

dominados, como podemos observar no trecho: “Na América, os padres jesuítas obrigaram os povos ameríndios a converterem-se ao Cristianismo, embora também tenham desenvolvido a sua instrução e, por vezes, tenham tido um importante papel na defesa destas comunidades.” (Vamos à História, p. 35). Além disso, em outro trecho afirma que muitos nativos teriam aceitado voluntariamente a nova religião e os novos valores. Uma abordagem parecida é adotada por um dos livros brasileiros (“História Sociedade e Cidadania”) que, ao mencionar as missões, se limita a indicar as atividades que os indígenas lá exerciam, como os tipos de alimentos que cultivavam e os objetos que produziam, ressaltando que ainda tinham tempo de lazer e estudo. Dessa forma, ambos os livros reforçam uma visão romantizada da missão, apagando da narrativa histórica a perspectiva indígena desses acontecimentos, assim como minimiza toda a violência sofrida pelos indígenas nesse processo de conversão forçada.

Já entre os livros que adotam uma abordagem decolonial, por destacarem o quanto esse foi um processo violento para os indígenas, o manual português “História sob Investigação” apresenta trechos de uma carta de um padre do século XVI que faz a seguinte afirmação sobre os indígenas: “É gente que nenhum conhecimento tem de Deus, nem ídolos, fazem tudo quanto lhe dizem. [...] Decidimos ir viver [com os índios] e aprender com eles a sua língua e doutriná-los a pouco e pouco” (História sob Investigação, p. 32). Em seguida o livro contrasta essa fonte com trechos de dois historiadores brasileiros que apresentam as diferentes divindades adoradas pelos indígenas e que denunciam o sequestro de crianças indígenas para catequização forçada. Esse mesmo livro também indica que, apesar de alguns padres jesuítas defenderem os indígenas contra a escravização, desrespeitavam suas crenças e costumes no processo de cristianizar esses povos.

O livro brasileiro “Araribá Mais” também pertence ao segundo grupo por apresentar uma abordagem mais crítica, como é possível constatar a partir da afirmação de que a catequização da população indígena foi incentivada pela Coroa portuguesa, por ser uma forma de garantir a posse dessas regiões e a pacificação desses grupos hostis, expondo assim os interesses do Império e não caindo na reprodução de um discurso romantizado sobre a atuação dos jesuítas ter sido motivada pela bondade e pelo desejo de proteger esses povos. Também denuncia que a ação missionária impactou profundamente o modo de vida dos povos indígenas que viviam no território brasileiro, como também podemos observar no trecho: “os catequizadores alteraram a estrutura social desses povos ao desvalorizar a função dos pajés e ao substituir seu tipo de moradia” (Araribá Mais, p.182). Não nega, por outro lado, o importante papel desempenhado pelos jesuítas na proteção dos indígenas contra os colonos interessados em escravizá-los, porém sem cair na romantização da atuação dos jesuítas, denunciando a violência colonial praticada no processo de missão e evidenciando o quanto essa prática de dominação impactou a vida dos indígenas.

No que diz respeito a categoria sobre a cultura, costumes, história e tradições indígenas, foi possível observar que os manuais escolares portugueses abordam de forma muito resumida e superficial essa temática, apenas afirmando que eram tribos seminômades e que viviam de caça e agricultura. Assim, é possível constatar um apagamento da história e cultura indígena no ensino português, não sendo ensinado sobre como esses povos se organizavam, suas lógicas próprias de funcionamento, suas tradições e costumes. Tal fato corrobora para a construção de uma narrativa eurocêntrica da história, na qual apenas os valores, a cultura e as tradições europeias são legítimas de serem ensinadas.

Quanto aos materiais brasileiros, aqui novamente o livro “Araribá Mais” assume uma abordagem mais completa e detalhada do que o outro. O livro “História Sociedade e Cidadania” aborda o tema de forma mais simplificada, dando maior atenção aos povos Tupis, por habitarem o litoral e terem tido mais contato com os portugueses nessa época, descrevendo apenas seus hábitos alimentares. Já o livro “Araribá Mais”, apesar de também dar um destaque maior para os povos Tupis, reforça que cada um dos grupos indígenas possuía rituais, crenças, mitos e formas de organização social próprias, se opondo a uma generalização estereotipada. Sobre os Tupis, o livro apresenta detalhes sobre seus costumes, hábitos alimentares, suas moradias, sua organização familiar, política e social e a forma como eram estabelecidos os laços de solidariedade entre esses grupos, refletindo também sobre como a cultura Tupi lidava com as guerras e explica o ritual antropofágico a elas associado, como é possível observar no trecho: “Isso porque, para os Tupi, os mortos em guerra iam para uma espécie de paraíso, onde estavam seus ancestrais. Aqueles que comiam a carne do inimigo acreditavam que, assim, incorporariam a força, a coragem e o espírito do valente guerreiro” (Araribá Mais, p. 114). Dessa forma, é possível constatar que esse livro adota uma narrativa intercultural sobre o tema, por se preocupar em explicar os rituais e símbolos de algumas culturas indígenas a partir de suas lógicas próprias de funcionamento, além de se preocupar em não cair em generalizações, indicando que havia importantes diferenças entre os povos, inclusive na língua falada por eles.

Sobre a quarta categoria, que buscou analisar se os livros apresentam os povos indígenas enquanto protagonistas históricos, ensinando sobre as diferentes formas que resistência adotadas pelos mesmos, foi possível constatar que este foi novamente um tema pouco abordado pelos manuais escolares portugueses. Se o livro “História sob Investigação” não faz qualquer referência ao tema, o outro apenas menciona que uma dificuldade dos capitães donatários era lidar com “as revoltas dos índios contra a escravização e o domínio colonial” (“Vamos à História”, p. 31), sem entrar em detalhes sobre as lógicas e as formas como se davam essas resistências, abordando esse assunto apenas a partir da ótica do colonizador.

Os livros brasileiros, por outro lado, apresentam essas formas de resistência a partir da lógica dos próprios indígenas. Contudo, o livro “História Sociedade e Cidadania” apresenta outra vez uma narrativa mais simplificada, que aborda basicamente as guerras contra os colonizadores e as alianças estabelecidas entre os próprios povos indígenas e com outros invasores europeus como formas de fragilizar a hegemonia portuguesa no território. Já o livro brasileiro “Araribá Mais”, além de apresentar essa forma mais tradicional de oposição à colonização, se aprofunda em outras formas e lógicas de resistência, informando sobre as fugas, os ataques e assaltos às vilas dos colonos, a recusa e sabotagem ao trabalho e até mesmo a escolha pelo suicídio quando não conseguiam escapar da escravização. Também menciona um tipo específico de resistência que consistia em reunir elementos das mitologias indígenas com o cristianismo, como forma de enganar os portugueses e manter seus rituais e tradições, apesar da imposição do catolicismo. Além disso, o livro dá especial destaque a Confederação dos Tamoios, associação organizada por povos Tupinambás como parte de uma estratégia para resistir às tentativas de escravização empreendidas pelos portugueses. Aqui o livro apresenta comentários de dois pesquisadores especialistas no assunto que questionam o fato da maioria das fontes que temos acesso sobre essa Confederação serem portuguesas e não indígenas e que “por isso, é necessário atenção ao examinar essas fontes, pois elas expressam um ponto de vista unilateral” (“Araribá Mais”, p.119). Essa é uma reflexão fundamental para se pensar um ensino de História decolonial, pois questiona o lugar de produção das fontes apresentadas, uma vez que a maioria é europeias e reproduz opiniões e valores eurocêntricos.

A respeito da categoria que analisou se os livros traçam paralelos com a atualidade, não foi encontrado qualquer conteúdo sobre a questão indígena atual nos dois manuais escolares portugueses, sendo essa uma ausência que corrobora para uma narrativa que minimiza a importância dessas populações atualmente, como se sua existência estivesse restrita ao passado colonial e a relevância do seu estudo se limitasse ao momento de encontro com os colonizadores. Também não reflete, portanto, sobre as consequências ainda presentes da dominação colonial, debatendo sobre como a situação atual dessas populações é resultado dos séculos de violência perpetrada pelos europeus.

Já nos livros brasileiros foi possível constatar conteúdos que traçam paralelos entre o passado colonial e a causa indígena atual. No livro “História Sociedade e Cidadania” isso é debatido a partir de um texto escrito em 2012 pela líder indígena Kaluanã Tupinambá, que apresenta o seu ponto de vista sobre a invasão do território e a morte de seu povo, assim como a existência de uma dívida histórica e a persistente resistência dos povos indígenas. Enquanto isso, o livro “Araribá Mais”, afirma que os povos indígenas ainda resistem e exemplifica a atualidade dessa luta através

de uma reportagem da ONU de 2017 que denuncia a expansão das indústrias extrativistas e do agronegócio como uma das principais ameaças atuais para a maioria dos povos indígenas, por resultar na invasão e expropriação de terras. Com isso evidencia que as tentativas de dominação e as violências contra os povos nativos, que tiveram início com a colonização do Brasil, ainda não tiveram fim.

Finalmente, a última categoria examinou quais termos são usados nos livros para se referir aos povos originários. Os manuais portugueses utilizam apenas os termos “índio” e “ameríndio”, enquanto os livros brasileiros utilizam com mais frequência os termos “indígena” e “nativo”, utilizando também com menor frequência o termo “ameríndio”. A manutenção do termo colonial e pejorativo “índio” pelos manuais portugueses, portanto, é algo que precisa ser revisto para que se construa um ensino decolonial e respeitoso com os povos originários.

Considerações finais

A partir do exposto acima, foi possível observar que ambos os manuais portugueses, em geral, reforçam uma abordagem eurocêntrica que silencia e apaga os povos indígenas da narrativa histórica, pensando sua existência apenas a partir da relação com os europeus, não os apresentando enquanto sujeitos históricos. Contudo, no que diz respeito a categoria que analisou o conteúdo acerca das Missões Jesuíticas, constatou-se que o livro “História sob Investigação” apresentou uma abordagem mais decolonial, que denuncia toda violência perpetrada pelos europeus nesse processo, inclusive no campo subjetivo.

Já no caso dos livros brasileiros, percebemos que ambos dedicam um espaço maior, se comparado aos manuais portugueses, para refletir sobre a história e cultura indígena. Entretanto, há uma diferença significativa entre os dois livros. Enquanto o livro “Araribá Mais” apresenta uma narrativa intercultural, por se aprofundar nas reflexões sobre as tradições indígenas, suas diferentes formas de existir e resistir, denunciando as violências coloniais enfrentadas por esses povos, o livro “História Sociedade e Cidadania” apresenta esses temas de maneira mais simplificada e acrítica, reproduzindo uma narrativa eurocêntrica em que só os europeus desempenham um papel de protagonismo. Em todos os casos é possível constatar que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a construção de um Ensino de História decolonial, que valorize a história, o conhecimento e as epistemologias próprias dos povos indígenas, promovendo uma educação para a alteridade, que reforce valores democráticos e estimule o pensamento crítico do aluno.

Referências

Referências Bibliográficas

Livros didáticos

ALVES, Bárbara; AMARAL, Cláudia; VILAÇA, Olanda; TADEU, Tiago. **HSI 8: História Sob Investigação**. Porto: Porto Editora, 2022.

ARAÚJO, Jorge Pereira; CARAMÉZ, Ana Margarida; MAIA, Ana Margarida; MAIA, Cristina. **Vamos à História 8**. Porto: Porto Editora, 2022.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História Sociedade & Cidadania 7º ano**. São Paulo: FTD, 2018.

FERNANDES, Ana Cláudia (Ed). **Araribá Mais 7º ano**. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

Bibliografia

ESTEVES, Manuela. Análise de conteúdo. In: PACHECO, José; LIMA, Jorge Ávila. **Fazer investigação**: contributos para a elaboração de dissertações e teses. Porto: Porto Editora, 2006, p. 105-126.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, v.5, n.1, p. 6-39, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 02/09/2023.

ST 09 – MUNDOS DO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL E NO EXTERIOR: MULHERES, LGBTQIA+ E MASCULINIDADES

GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA “CIDADE DO AÇO”: A PRESENÇA FEMNINA NO CLUBE PALMARES (1960-1970)

Jéssica Lopes de Assis⁴⁸

Resumo: Os clubes associativos vinculados à Companhia tinham como objetivo fornecer lazer aos seus operários, mas nem sempre a população negra podia adentrar estes espaços. O Clube Palmares foi fundado em 1965 e, de acordo com seus idealizadores, o principal objetivo era incluir o negro na sociedade volta-redondense, que era excluído por causa da discriminação racial. Os episódios de racismo foram o suficiente para se pensar um espaço que fosse capaz de acolher aqueles que sofriam com o racismo por parte dos clubes-empresa. O clube voltado para a população negra de Volta Redonda também contou com uma forte presença feminina tanto na sua fundação, quanto nos seus eventos. Porém, esse contingente populacional foi afetado pela invisibilidade, inclusive das mulheres negras, em um dos jornais mais circulados na cidade e que era vinculado a CSN.

Palavras-chave: Lazer, Racismo, Interseccionalidade.

Introdução

O início do século XX trouxe a discussão sobre a industrialização no país, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência da República. A sua ascensão no poder marcou uma série de medidas tomadas pelo Estado no sentido de avaliar a situação da indústria siderúrgica, considerada um fator central e indispensável para a expansão do país. Com isto, durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos em troca da instalação de bases militares no Nordeste, concedeu ao Brasil um crédito para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, demarcando a dependência econômica, política e militar entre os dois países.

Dentro dessa perspectiva, o Decreto-lei nº 2.054, assinado em 30 de janeiro de 1941, iria determinar a criação da CSN e Getúlio Vargas encerraria uma longa etapa da formação da siderurgia no Brasil. De acordo com Sandra Mayrink Veiga e Isaque Fonseca,

a CSN seria um projeto visceral para Vargas, que vinha de 30 em 30 dias para visitar o canteiro de obras. E a partir dele, com exceção de Sarney, todos os presidentes da República vieram a Volta Redonda, dada a sua força de expressão simbólica, na medida em que o gigantismo da CSN continuaria a exprimir “o sonho do progresso nacional” (VEIGA; FONSECA, 1990, p.18).

O tempo dedicado à construção da usina seria o tempo necessário para a formação de uma mão de obra mais especializada e, uma das saídas, segundo Macedo Soares, nomeado diretor

⁴⁸Mestranda na Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF. Bolsista da CAPES. E-mail: jhistoriassis@gmail.com

técnico da CSN, foi “colher nas escolas industriais dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, alunos que estavam sendo transformados em operários e levá-los para Volta Redonda”, como pontuou Regina Moreira (MOREIRA, 2000, p.46). As experiências com a formação de mão de obra especializada seriam o embrião da Escola Técnica Pandiá Calógeras e, segundo Regina Morel,

a companhia pretendia ser para o Brasil um exemplo bem-sucedido na formação de trabalhadores, e a Escola Profissional [...] seria peça indispensável no sentido de, por um lado, lhe fornecer operário “sob medida” para manipular seus equipamentos; por outro, também introduzia o aluno na hierarquia, disciplina e ritmo de trabalho da empresa, além de contribuir para difundir o “espírito” de colaboração entre os integrantes da “família siderúrgica” (MOREL apud MOREIRA, 2000, p.47).

De acordo com Moreira, se o pessoal especializado fora selecionado por Macedo Soares, quem eram os operários que largavam suas cidades de origem e se sujeitavam a condições precárias como residir em alojamentos provisórios feitos de madeira, para construir algo que nem sabiam bem o que era? (MOREIRA, 2000, p.50). Em seguida, a autora respondeu que

estes operários tinham vindo de várias partes do país, principalmente Minas Gerais, talvez por destino ou por ouvir falar que ali se encontrava o futuro do Brasil, ou ainda por acompanhar o programa do Departamento de Imprensa e Propaganda, a *Hora do Brasil*, que divulgava os feitos do Estado (MOREIRA, 2000, p.50).

O historiador Leonardo Ângelo da Silva expôs que estes trabalhadores de Minas Gerais eram majoritariamente negros e

adentraram uma estrutura que disseminava nivelar a todos, e no período inicial da CSN, a sensação deveria ser justamente essa, pois a massa de trabalhadores migrantes compartilhava alojamentos, áreas de lazer, trabalho braçal e leis trabalhistas (SILVA, 2022, p.89).

O Alto-Forno da CSN foi aceso em 1º de outubro de 1946, iniciando suas operações no mesmo dia. Através de levantamento de dados deste período, Silva observou que a grande maioria dos operários negros contratados pela Companhia estava destinada a trabalhar no calor do fogo, mais especificamente na Coqueria e, em seguida, alegou que com o passar dos anos diversos trabalhadores dessa área foram atingidos por leucopenia⁴⁹. O historiador finalizou destacando que

os graves danos à saúde de uma parcela dos trabalhadores da empresa atingiram de forma desproporcionalmente alta os operários negros com base de que desde o início das operações a CSN operava com critérios étnico-raciais na distribuição dos trabalhadores pelas diversas áreas dentro da empresa (SILVA, 2010, p.28).

⁴⁹Leonardo Ângelo apontou em suas pesquisas os motivos da preferência de negros para trabalhar na área mencionada entre os anos de 1941 e 1954, de acordo com as palavras de seus entrevistados. SILVA, Leonardo Ângelo. *Industrialização, Relações de Classe e Participação Política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

O que nos leva a questionar se o operariado negro estaria incluído no ideal por trás do conceito de família siderúrgica⁵⁰, visto que grande parte das pessoas que vieram trabalhar na construção da CSN, eram migrantes negros de Minas Gerais. Este questionamento, por mais óbvio que pareça até mesmo para o senso comum, é um dos pontos de partida da nossa análise no próximo tópico, em que pretendemos expor o projeto de exclusão, silenciamento e apagamento da população negra e, principalmente, da mulher negra na cidade de Volta Redonda. Mas a priori, se havia uma segregação racial dentro da usina, precisamos pensar no processo de formação da cidade que nascia ao seu entorno e como a segregação socioespacial pode ter influenciado no lazer da população.

A divisão socioespacial da Cidade do Aço

Antes da construção da Companhia Siderúrgica Nacional, Santo Antônio de Volta Redonda, 8º Distrito de Barra Mansa, era um pequeno vilarejo ainda dominado por algumas fazendas de café, cortado pela Estrada de Ferro Central do Brasil. A sua emancipação veio somente anos mais tarde, mas no início das obras da usina, já era possível antever a cidade que começava a se formar, pois, de acordo com Regina Moreira, nos primeiros anos da década de 1940,

foram instalados a primeira agência bancária da cidade e os primeiros clubes: o dos Funcionários e o Clube Umuarama. No ano seguinte, seria a vez do Hotel Bela Vista, Aero Clube de Volta Redonda, por exemplo. Um pouco mais tarde, surgiram os primeiros jornais – *O Trilho*, *O Guarani*, *O Comércio de Volta Redonda* e a *Tribuna de Volta Redonda* –, lançados quase como contraponto aos informativos da empresa, *O Boletim de Serviços da CSN* (1942), *O Boletim da Superintendência de Serviços Sociais da CSN* (1951) e *O Lingote* (1953) (MOREIRA, 2000, p.66).

Durante este período, o governo do Estado do Rio de Janeiro solicitou ao arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima uma proposta de trabalho para a urbanização das áreas que sofreriam impactos mais imediatos com a implantação da siderúrgica⁵¹. De acordo com Elana Peixoto, Pedro Palazzo, Maria Fernanda Derntl e Ricardo Trevisan, ao analisarem a proposta que foi entregue por Corrêa Lima, o Projeto de Vila Operária previa “o máximo rendimento e conforto e o mínimo de

⁵⁰De acordo com o historiador Eduardo Ângelo da Silva, foi uma expressão que aparecia com bastante frequência nos documentos e jornais internos da Companhia e consistia em um projeto para além da construção de uma forma de recrutamento e formação de uma força de trabalho, pois implicava também uma tentativa de disciplinamento e domesticação dos trabalhadores que extrapolava o espaço fabril. SILVA, Eduardo Ângelo da. “‘Arigós’ e ‘peões’ na Cidade do Aço: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda – RJ, 1970-1980)”. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

⁵¹Sobre isso, ver mais em: PEIXOTO, Elane Ribeiro; PALAZZO, Pedro P.; DERNTL, Maria Fernanda; TREVISAN, Ricardo. *O Planejamento Urbano na Era Vargas e a Implantação da Companhia Siderúrgica Nacional: o Plano Regional para o Médio Paraíba Fluminense e o Projeto da Vila Operária da CSN de Atílio Corrêa Lima*. Brasília, 2014.

despesas e manutenção, estabelecendo categorias e tipos de habitação, equipamentos, centro comercial e infraestruturas” (PEIXOTO; PALAZZO; DERNTL; TREVISAN, 2014).

Na elaboração do projeto, Corrêa Lima seguiu os preceitos racionalistas, com as funções urbanas separadas e bem definidas: habitar, trabalhar, recrear e circular⁵². Sendo assim, a constituição do espaço urbano na cidade-usina

refletia a hierarquia da Companhia, prescrevendo a cada um o seu lugar: as mansões nas colinas, com uma bela vista sobre o Rio Paraíba do Sul, para os diretores; logo abaixo, os gerentes e engenheiros; perto da fábrica, supervisores, técnicos e pessoal de escritório, e mais adiante os bairros operários, tudo dentro das normas mais modernas urbanísticas, como já propunha o Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (SILVA, 2010, p.77).

No Projeto de Vila Operária também constava o planejamento de um bairro-acampamento, ou Acampamento Central, para os operários menos qualificados com casas de pau-a-pique, com supervisão sanitária de especialistas, comprovando o avanço deste tipo de habitação no país⁵³.

Na vila operária, território da CSN, era mantido um controle quase que absoluto da vida social. Para garantir a ordem, a empresa dispunha de uma polícia própria com controle fortemente militarizado, tanto na usina quanto na cidade. Trabalhadores tiveram problemas psicológicos motivados pelo rígido controle e pelo fato da usina ser vista de toda a vila operária. Técnicos que deixaram o lugar comparavam Volta Redonda a uma guarnição militar (SOUZA apud PEIXOTO; PALAZZO; DERNTL; TREVISAN, 2014).

Porém, houve trabalhadores que não foram contemplados com moradia e àqueles que estavam apenas de passagem pela cidade para as obras civis de ampliação da CSN e precisavam de um lugar temporário para morar⁶. Esse déficit habitacional levou à formação de outros espaços em áreas distantes e periféricas de Volta Redonda como o Morro de São Carlos (Morro dos Atrevidos) e a Vila dos Índios, em 1949 (LOPES apud PEIXOTO; PALAZZO; DERNTL; TREVISAN, 2014). No Conforto, “vários pequenos eixos viários deixaram a cidade planejada rumo a áreas periféricas e ali surgiram bairros como: Eucaliptal, São Lucas, Minerlândia, Jardim Ponte Alta, Mangueira, entre outros” (SILVA, 2010, p.64).

Com a emancipação de Volta Redonda sendo aprovada em 17 de julho do mesmo ano, o processo se encerraria com a eleição do primeiro prefeito e da formação da primeira Câmara Municipal, em 3 de outubro de 1954. O pós-emancipação seria marcado por um fluxo migratório ainda mais intenso e o inchaço das favelas que já vinham sendo formadas. Segundo Fontes e Lamarão,

o processo de ocupação de Volta Redonda gerou uma malha urbana descontínua e rarefeita, com grandes vazios e áreas urbanas enquistadas, subindo os morros e

⁵²Idem.

⁵³PEIXOTO; PALAZZO; DERNTL; TREVISAN. *Op.cit.*

instalando-se em pequenas áreas de baixada. Não apenas as características físicas definiram tal ocupação, mas também, e principalmente, o fato de as melhores terras estarem nas mãos da CSN e de alguns fazendeiros (FONTES; LAMARÃO apud MOREIRA, 2000, p.86).

A emancipação da cidade também fez a Companhia ser mais seletiva, por exemplo, na venda das casas da referida vila operária. Segundo Morel, a “vida útil da ‘família siderúrgica’ durou da ‘corrida do aço’, até meados da década de 1950, quando a CSN abriu mão do caráter paternalista e iniciou o desmonte gradual de sua estrutura assistencialista” (MOREL apud SILVA, 2010, p. 34). Os irmãos Silva apontaram que junto com o golpe militar, houve o fim efetivo dos benefícios sociais, apresentado pela CSN como uma nova etapa de valorização da autonomia e da responsabilidade da comunidade⁵⁴.

Em meados dos anos 1960 e 1970, a situação política habitacional que esteve em vigor durante o governo de Getúlio Vargas sofreu consideráveis alterações com o Plano Nacional de Habitação através da Lei nº 4.380. De forma resumida, a lei criou uma contribuição compulsória – o salário-habitação – a ser pago por todas as empresas em funcionamento do país e essa contribuição seria calculada como um percentual sobre o montante da folha de pagamento pessoal. Dessa forma os trabalhadores passaram a ter dificuldades, que antes não havia, para adquirir estes e outros benefícios⁵⁵. De acordo com Silva, o processo de venda das casas mudou a geografia social da cidade, pois deslocou os trabalhadores menos qualificados, que não tinham condições financeiras de compra, para as periferias (SILVA, 2010, p.29).

Separar e classificar os habitantes da cidade de Volta Redonda segundo os critérios de hierarquia foi uma das estratégias de controle e de poder utilizadas pela empresa, pois dessa forma tudo estaria sob domínio da fábrica. Para Waldyr Bedê,

essa estratificação se fazia presente nos aspectos mais prosaicos do cotidiano da cidade: não somente na qualidade da moradia ou na sofisticação do tipo de urbanização do bairro em que se mora; como também nas relações sociais, no lazer e no entretenimento. Por exemplo, uma briga dentro de um dos clubes de empregados poderia refletir-se negativamente sobre o futuro profissional dos contedores (BEDÊ, 2004, p.63).

Ao longo do período que foi analisado, raça e classe pareciam conviver em completa harmonia graças ao discurso nacionalista do Estado e de que todos os funcionários da Companhia

⁵⁴Sobre isso, ver mais em: SILVA, Eduardo Ângelo da. “‘Arigós’ e ‘peões’ na Cidade do Aço: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda – RJ, 1970-1980)”, 2010. E em: SILVA, Leonardo Ângelo da. *Industrialização, Relações de Classe e Participação Política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

⁵⁵A construção desse argumento tem como base o trabalho de SILVA, Eduardo Ângelo. “‘Arigós’ e ‘peões’ na Cidade do Aço: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda – RJ, 1970-1980)”. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

formavam uma família siderúrgica, contudo, “mesmo essa década já revelava algumas fraturas e exaustões e à década de 1960 ficou reservada a ruptura desvelada: a criação do Clube Palmares” (SILVA, 2022, p.218).

O Clube Palmares e a presença feminina

Como mencionado anteriormente, a cidade de Volta Redonda foi planejada para seguir a hierarquia da CSN e cada área tinha uma determinada função. O lazer também fazia parte do projeto de Corrêa Lima e com isso, a Companhia passou a conceder terrenos aos clubes associativos de seus funcionários, se tornando uma política de vigilância da empresa. Mas, nem todos os funcionários foram contemplados com a mesma “boa ação” (aspas minhas).

De acordo com a Ata de Fundação, que se encontra no Centro de Documentação Edson Daniel João, o Clube Palmares foi criado no dia 31 de janeiro de 1965, em reunião realizada às dez horas da manhã e com término ao meio-dia e meia, no Guarani Esporte Clube. Dentre os presentes, estavam os três idealizadores e fundadores: João Estanislau Laureano, operário negro da CSN; Nazário Ernesto Dias, engenheiro negro da Companhia; e Maria da Glória Oliveira, mulher negra que foi professora e amiga de Nazário na época.

Em seguida, ainda na reunião de fundação, foi feita uma votação em que concorreram cinco possíveis nomes e suas respectivas cores, propostos pelos seus sócios: Clube Palmares – cores verde e branca; Clube Operário – cores preta e branca; Clube dos Fenianos – cor não mencionada; e Clube 17 de Julho – cor não mencionada. E, o nome “Clube Palmares” com suas cores verde e branca levou a maioria dos votos, foram quatorze votos no total. Na Certidão do Clube Palmares, ficou estabelecido que suas finalidades seriam: promover reuniões de caráter social, atléticas, educacionais e cívicas; difundir entre seus associados a prática dos desportos – em geral; e desenvolver o intercâmbio social, cultural e desportivo com sociedades com gêneros nacionais e estrangeiros.

Após a sua fundação, o Palmares teve em seu quadro de associados, não só trabalhadores negros, mas, também, os simpatizantes às suas causas. É comum associar o clube ao operariado negro da CSN por ter sido fundado por dois deles, mas, talvez, por trabalhadores negros, possamos imaginar que a composição deste espaço fosse além do chão de fábrica, visto que além de João e Nazário, contou com a presença da professora Maria da Glória na sua idealização.

Sob a direção do Sr. Lúcio Andrade, inicialmente, o intuito do clube era incluir o negro na sociedade volta-redondense, além de realizar outras atividades como ceder o espaço para a entrega formal de diplomas aos adolescentes e aos diplomados sócios do clube, um incentivo e apoio à formação acadêmica. A inclusão da população negra na sociedade brasileira, tal qual ela se

apresentava, era uma característica importante do movimento negro contemporâneo, principalmente no início do século XX.

Na década de 1970, auge da ditadura brasileira e dos movimentos civis norte-americanos, a nova geração de palmarinos sentiu-se motivada pelas visões e ideais antirracistas, politizadas e combativas. Passaram então a trabalhar com os jovens a conscientização de que deveriam estar inseridos em uma entidade negra e que atuasse também politicamente. Os princípios ideológicos e posições políticas deste período, para Petrônio Domingues, “estariam bastante ligados ao internacionalismo e às ideias da esquerda marxista, em que a solução para combater o racismo estaria na adoção de medidas concretas por parte do Estado brasileiro” (DOMINGUES, 2007).

O Clube Palmares, até o momento presente desta pesquisa, era a única referência de espaço associativo formado por negros e para pessoas negras da região do Vale do Paraíba. Então, acolhia pessoas não só de Volta Redonda e Barra Mansa, mas, também, de outras cidades. No final da década de 1980 devido a conflitos de ideais entre a antiga geração e os novos associados, os primeiros passaram a abandonar o clube e o mesmo começou a entrar em declínio até quase sucumbir completamente.

O Clube Palmares contou com uma forte presença feminina tanto na sua fundação quanto nos seus eventos. Dentre os idealizadores do espaço, havia uma professora negra, Maria da Glória; o Coral Palmares era formado majoritariamente por mulheres; e, havia também uma preocupação das sócio-fundadoras em se criar um espaço que atendesse principalmente mulheres negras com filhos, que, devido à discriminação, não tinham muitos lugares onde pudessem levar suas crianças.

Durante o período analisado, era muito comum que as mulheres e seus filhos frequentassem os clubes associativos como dependentes dos associados, incluindo o Clube Palmares. De acordo com a lista da Relação dos Associados Contribuintes do Clube Palmares, o número de sócios no total era de 370, na década de 1960. Nesta mesma listagem, o número de mulheres, no mesmo período, alcançou a marca de 20 contribuintes no total. Era uma quantia razoavelmente baixa se compararmos ao número expressivo de homens. Porém, através desta informação, chamamos a atenção para as mulheres que, aparentemente, tinham poder aquisitivo para contribuir financeiramente com o clube.

Apesar de contribuir financeiramente e participar ativamente dos eventos, não localizamos nenhuma mulher concorrendo nas chapas para constituir o Conselho Deliberativo do Clube Palmares. De acordo com a própria documentação, do ano de 1969, o objetivo principal da Assembleia Geral era julgar as decisões de todos os poderes do Clube e eleger os membros do Conselho Deliberativo e seus suplentes. A ausência de mulheres participando de determinadas decisões do Palmares.

Os dados referentes a este período específico da história do Brasil são escassos. Porém, há um movimento de mulheres negras que vem fazendo um trabalho de resgate destas informações, como a precursora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, Sueli Carneiro, que fez uma análise sobre como o movimento de mulheres está expondo a distância que separa negros e brancos, de modo geral, no mercado de trabalho. Antes de mais nada, é importante salientar que a filósofa não desconsidera

os ganhos obtidos pela luta feminista no mercado de trabalho, mas, as propostas universalistas da luta das mulheres não só mostram a sua fragilidade, como a impossibilidade de as reivindicações que daí advém, tornarem-se viáveis para enfrentar as especificidades do racismo brasileiro (CARNEIRO, 2003, p.120-121).

O tipo de opressão à qual a mulher branca sofria/sofre sempre foi diferente dos tipos de opressão vividos por mulheres negras e indígenas. São demandas que “não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso” (CARNEIRO, 2003, p.119). O conceito de paradigma interseccional de Kimberlé Crenshaw, é de 1980, mas, acredito que seja necessário utilizá-lo para conseguirmos entender como a opressão sempre atravessou as mulheres negras na sociedade. A defensora dos direitos civis norte-americanos, ao fazer críticas ao universalismo da Declaração dos Direitos Humanos apontou que neste documento, “a discriminação racial que se assemelhava à negação da cidadania plena, do tipo apartheid, foram enquadrados nos parâmetros prevalentes dos direitos humanos” (CRENSHAW, 2002, p.) e que por isso, haveria a necessidade de desenvolver outros tipos de análise que pudessem tratar das dimensões de gênero e raça. Homens e mulheres não vivenciam o racismo da mesma forma e o paradigma interseccional serve para expor violações de direitos que ficavam obscurecidas por não considerarem as vulnerabilidades da mulher, ou seja,

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram (CRENSHAW, 2002).

É de suma importância ressaltar que tanto o feminismo negro quanto a interseccionalidade se efetivaram no Brasil a partir dos 1980, quando houve um maior engajamento das mulheres negras nas lutas empreendidas pelo Movimento Negro e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, e entre as principais críticas que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo estão

o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão da raça e ao universalizar os valores da cultura ocidental para o conjunto das mulheres e, o distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história de resistências e lutas (GONZÁLEZ apud CARNEIRO, 2003).

Portanto, Maria da Glória e dona Eunice, ambas agiram em defesa das mulheres negras por acharem que era o certo a se fazer, prova de que mulheres negras já desafiavam o sujeito mulher determinado pelo feminismo por todos os lugares⁵⁶, incluindo o Clube Palmares. As mulheres do Clube Palmares da primeira geração do clube buscaram, além de ocupar cargos de liderança, outras formas de se posicionar na sociedade e isso inclui a sua participação no coral e nos concursos de beleza. Sobre este último, durante o período que está sendo trabalhado nesta pesquisa, houve um aumento no número de concursos de beleza e bailes de debutante realizados em Clubes Sociais Negros. Como observou Sonia Giacomini, “deixando de lado a questão moral, o que estaria em jogo era o lugar da mulher e, em particular, do corpo feminino no projeto de promoção ou dignificação dos negros” (GIACOMINI, 2006, p.127).

Para analisar a presença das mulheres negras nos concursos de beleza do Palmares, se faz necessário expor alguns conceitos a fim de problematizá-los, assim como o fez Giane Escobar (2017) em sua tese. De acordo com a pesquisadora, é imprescindível “problematizar os conceitos de identidade e representação, com vistas a entender como se deu a formação das complexas identidades das rainhas e das princesas negras” (ESCOBAR, 2017, p.97). Ela buscou refletir, através destes conceitos, as construções sociais da palavra negro/negra, “naturalizadas como algo ruim, obscuro, feio, permanentemente repetidas e representadas de forma estereotipada e estigmatizadas” (idem).

Por muito tempo a beleza almejada era a beleza branca, considerada pura e inocente, levando às mulheres negras a rejeitarem seus traços: cabelo, nariz, o próprio corpo. Mas, na contramão à este ideal, durante o I Congresso do Negro Brasileiro no Distrito Federal, os “concursos de beleza racial” foram defendidos e recomendados por pessoas como Guerreiro Ramos e Darcy Ribeiro⁵⁷. A partir de então, concursos de beleza deste tipo seriam comumente promovidos através de nomes que faziam menção explícita à cor, acionando a especificidade étnica,

⁵⁶Como exemplos, Giane Escobar citou Sojourner Truth, ex-escravizada que se tornou oradora e que escandalizou a sociedade branca estadunidense, em 1851, ao proferir o seu famoso discurso intitulado “Não sou eu uma mulher?”, na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio. Destacou, também, a intelectual negra Carolina Maria de Jesus, que em sua obra Quarto de Despejo: diário de uma favelada (1960) fala da sua experiência como mulher, negra, mãe solteira, pobre que viveu e sentiu intensamente a fome, que cuidou sozinha dos filhos sobrevivendo do lixo da cidade. ESCOBAR, Giane Vargas. “Para encher os olhos”: Identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no Jornal A Razão (1960-1980). Santa Maria, 2017.

⁵⁷Sobre isso, ver mais em: GIACOMINI, Sonia Maria. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – O Renascença Clube*. Belo Horizonte, 2006.

como: Boneca de Piche, Rainha das Mulatas, Rainha do Café⁵⁸ e *Miss Colored* (promovido no Clube Palmares).

É possível que os sócio-fundadores do Clube Palmares tenham aderido a esses eventos por dois motivos: 1) para incluir as mulheres de suas famílias – mãe, filhas, esposa, sogra; 2) para desmistificar estereótipos associados apenas às mulheres negras, além de trabalhar a autoestima das meninas desde cedo com os concursos de mini-rainha. No mesmo período, o Clube Náutico Recreativo Santa Cecília, espaço acusado de praticar atos discriminatórios contra a população negra de Volta Redonda⁵⁹, também organizavam concursos de beleza como o “Rainha da Imprensa”, em homenagem aos veículos informativos da cidade.

Considerações finais

Dentre as porpostas de análise deste artigo, como foi discorrido até aqui, está o projeto de exclusão, silenciamento e apagamento da população negra que se empreendeu no Brasil e, principalmente, na cidade de Volta Redonda em todos os âmbitos: social, cultural e econômico. Através da análise do jornal institucional – *O Lingote* – em específico, podemos chegar a uma conclusão de que, para a CSN e para a sociedade no geral que frequentava estes clubes-empresa, o lugar demarcado para os negros de Volta Redonda seria às margens da sociedade.

A criação do periódico em 1953 ia de encontro ao discurso e metodologia de Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho na época, e “deveria funcionar como um meio de comunicação oficial da CSN para com os seus trabalhadores, mostrando a empresa como mãe e evidenciando o Estado como agente do progresso” (SILVA, 2022). Mas, como podemos perceber, para ser parte da família, principalmente após o fim das políticas paternalistas na década de 1960, o operário tinha que cumprir alguns pré-requisitos, não bastava só ser funcionário da Companhia. O Clube Palmares, nesta época, era ativo e bastante conhecido, personalidades importantes do país passaram por lá como o campeão Olímpico de Atletismo Ademar Ferreira da Silva e o sociólogo Edson Carneiro e ainda assim, o espaço era invisibilizado pela empresa que um dia já foi considerada mãe de seus funcionários.

Para pensarmos na invisibilidade do Palmares, preciso ressaltar que, de acordo Sonia Giacomini, a realidade da segunda metade do século XX colocaria o negro pobre, inculto, de gosto vulgar e morador de favela em oposição ao negro não pobre, culto, de bom gosto, morador de bairros de classe média (GIACOMINI, 2006, p.40). Essa elite negra do século XX iria forjar um modo diferente de “ser negro” que não fosse necessariamente apegada as práticas africanas que

⁵⁸Idem.

⁵⁹João Laureano, um dos fundadores do Clube Palmares, alegou em entrevista no documentário “*Palmares: o povo negro pode dançar*” de Thompson Clímaco, que o referido clube impedia a entrada de pessoas negras nos seus eventos com determinada frequência. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H30nCL_AbjPo.

estavam totalmente desconectadas do seu momento histórico, ou seja, uma forma moderna, no caso em questão, de serem “pretos modernos”⁶⁰.

Rita Félix também expôs que é preciso considerar a existência de uma “elite negra” que encontrava resistência no convívio social com a elite branca urbana e se destacava ao galgar seu lugar na dita sociedade que direta e indiretamente negava a interação racial e social (BATISTA, 2015, p. 122-123). Em contribuição a este argumento levantado pela pesquisadora, Roger Bastide partiu do pressuposto de que o chamado “novo negro” seria aquele que ascendeu à classe média e investiu seus esforços para se distanciar da classe baixa, criando para si uma aura de “respeitabilidade” e “honorabilidade” (BASTIDE apud ABREU; XAVIER; MONTEIRO; BRASIL, 2018, p.285). Mas, estar em posição de prestígio não impedia a explicitação de atitudes racistas por parte das pessoas que frequentavam o Clube Náutico, apontado como o espaço que mais reproduziu atitudes discriminatórias.

O Clube Palmares, apesar de permeado por negritudes, buscou alcançar prestígio na cidade sendo composto por uma “elite negra” aos moldes do que foi discutido, promovendo eventos em que se usavam roupas estilo *Black Tie* ou *sport* fino, as mulheres com cabelos ornamentados em penteados da época, se assemelhando aos clubes vinculados à CSN, mesmo que esse não fosse o objetivo. Através da vestimenta e dos eventos sociais, eles expressaram a “dignidade negra”, do espírito que se pretendia fino, elevado e culto, contudo, sem mudar a cor.

Referências

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Fábio Salgado. *O Lazer em Volta Redonda – RJ: dos clubes sociorrecreativos vinculados à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) aos novos investimentos esportivos da prefeitura*. Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

ARAÚJO, Fábio Salgado. *A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e as Políticas Sociais de Lazer para os Trabalhadores: os Clubes Sociorrecreativos*. LICERE – Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, UERJ, 2015, p.1-35.

Ata da Fundação do Clube Palmares. Volta Redonda, 4 de abril de 1973. Centro de Documentação Edson Daniel João “Mister”. Volta Redonda, RJ.

⁶⁰O termo “elite negra” será usado sempre entre aspas para lembrar a particularidade da expressão. O grupo social objeto deste estudo, é uma parcela da população negra de São Paulo que recebeu esta denominação por se diferenciar da grande massa dos negros de São Paulo. O critério diferenciador não é exatamente o econômico, pois as pessoas deste grupo estiveram longe de serem os detentores dos meios de geração de riqueza da capital, a maioria trabalhava nos setores burocráticos, domésticos e de serviços. A “elite negra” tinha como principal critério diferenciador das massas, o papel intelectual e cultural desempenhado por seus membros que se engajaram em um projeto sócio-político diverso que pretendia galgar uma ascensão social. Será utilizada também as expressões, “elite de cor”, “escol negro” e “classe de cor”. Sobre isso, ver mais em: FERREIRA, Flávio. *Os “Pretos Modernos”, um estudo da “Elite Negra” Paulistana e sua atuação na década de 1920*. – UFS, Sergipe, PE, 2010.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. Clubes Sociais Negros na espacialidade de Juiz de Fora, MG. Fortaleza, 2015.

BEDÊ, Waldyr Amaral. *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1954)*. – Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.054, de 30 janeiro de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2054-4-marco-1940-412037-norma-pe.html>. Acesso em: 12/10/2023.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em Movimento*. Revista Estudos Avançados 17 (49), 2003, p.117-132. Certidão do Clube Palmares. Volta Redonda, 28 de abril de 1970. Centro de Documentação Edson Daniel João “Mister”. Volta Redonda, RJ.

Conselho Deliberativo, instruções para votação. Volta Redonda, 9 de novembro de 1969. Centro de Documentação Edson Daniel João “Mister”. Volta Redonda, RJ.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero*. Revista Estudos Feministas, 2002, p.171-188.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. São Paulo, 2007, p.100-122.

ESCOBAR, Giane Vargas. “Para encher os olhos”: Identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no Jornal *A Razão* (1960-1980). Santa Maria, 2017.

FERREIRA, Flávio. Os “Pretos Modernos”, um estudo da “Elite Negra” Paulistana e sua atuação na década de 1920. – UFS, Sergipe, PE, 2010, p.1-12.

GIACOMINI, Sonia Maria. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*. – Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

MOREIRA, Regina da Luz. *CSN – Um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro, Iarte, 2000.

PEIXOTO, Elane Ribeiro; PALAZZO, Pedro P.; DERNTL, Maria Fernanda; TREVISAN, Ricardo. *O Planejamento Urbano na Era Vargas e a Implantação da Companhia Siderúrgica Nacional: o Plano Regional para o Médio Paraíba Fluminense e o Projeto da Vila Operária da CSN de Atílio Corrêa Lima*. Brasília, 2014.

Relação dos Associados Contribuintes do Clube Palmares. Centro de Documentação Edson Daniel João “Mister”. Volta Redonda, RJ.

SILVA, Eduardo Ângelo da. “Arigós” e “peões” na “Cidade do Aço”: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010.

SILVA, Luara dos Santos. “O negro nunca foi estúpido, fraco, imoral ou ladrão”: Hemetério José dos Santos, identidade negra e as questões raciais no pós-abolição carioca (1888-1920). In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, Eric. *Cultura negra vol.2: trajetórias e lutas de intelectuais negros*. Niterói: Eduff, 2018.

SILVA, Leonardo Ângelo da. *Industrialização, Relações de Classe e Participação Política: da criação da CSN à Emancipação de Volta Redonda (1941-1954)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

ST 10: NOVAS ABORDAGENS EM HISTÓRIA ORAL: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

INFÂNCIA, GÊNERO E TRABALHO: NARRATIVAS ORAIS DAS JOVENS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM BARRAS-PIAUI ENTRE 1980-1990

Francisca Cibebe da Silva Gomes⁶¹

Resumo:

A presente pesquisa possui como objeto de estudo as trabalhadoras domésticas que trabalhavam entre 1980-1990 no município de Barras-Piauí com ênfase na sua infância. Tendo como objetivo geral analisar como essas mulheres foram interconectadas com questões de gênero, raça e classe nos espaços de trabalho e na vida pessoal, sobretudo como adentraram no trabalho informal. Os objetivos específicos foram: descrever seus contextos de atuação e analisar as motivações que levaram a adentrar e permanecer no mundo doméstico ainda na infância. A metodologia empregada no trabalho acadêmico foi a pesquisa bibliográfica a análise das entrevistas com quatro trabalhadoras barrenses. Com a pesquisa podemos perceber as dificuldades, limitações e os sofrimentos sentidos pelas mulheres que exerceram seu ofício do trabalho doméstico ainda muito jovens para ajudar seus familiares.

Palavras-chaves: Barras-Piauí; Trabalho Doméstico; Infância.

Introdução

As memórias sobre o trabalho doméstico em Barras-PI foram tecidas a partir de vivências que iniciam ainda na infância com a integração no mundo trabalhista. Essas meninas-mulheres começaram a deixar a escola e a brincadeira infantil para adentrar nos espaços domésticos de outras casas em busca de remuneração, mas também como uma forma de ajudar na manutenção do sustento de seus familiares. Afinal, todos precisavam contribuir com as despesas com ofícios aprendidos com os pais ou iniciados em ambientes externos; era na labuta diária que essas jovens se constituíram trabalhadoras domésticas.

A presente pesquisa possui como objeto de estudo essas memórias do serviço doméstico impelidas por quatro trabalhadoras acerca de suas experiências entre 1980 a 1990, período em que ambas adentraram no mundo do trabalho, ainda jovens e tendo que conciliar trabalho e estudo. Mas aquele também se constitui um espaço-temporal emergido de diversas complexidades como: a iniciação no emprego doméstico, as lembranças das primeiras “casas de família”, a relação com seus familiares, as motivações para o ingresso no trabalho, as opressões e imposições dentro e fora

⁶¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail:cs6445758@gmail.com.

do espaço doméstico, a sensação de desvalorização, o apadrinhamento, entre outras questões que foram expostas nesse intervalo de tempo.

Para tanto, o objeto geral foi analisar como essas mulheres foram interconectadas com questões de gênero, raça e classe nos espaços de trabalho e na vida pessoal, sobretudo como adentraram no trabalho informal. Os objetivos específicos foram descrever seus contextos de atuação e analisar as motivações que levaram a adentrar e permanecer no mundo doméstico ainda na infância.

A metodologia baseou-se inicialmente em um estudo bibliográfico sobre a relação entre o trabalho doméstico e as mulheres que adentravam nesse ambiente, que se debruçaram sobre essa relação entre espaço doméstico e as mulheres que adentram nesse âmbito em busca de remuneração. Para que fosse possível, se debruçar sobre as memórias dessas meninas-mulheres no trabalho doméstico no âmbito barrense, sobretudo a partir das suas histórias de vida, onde os processos históricos, sociais e econômicos de um determinado momento podem ser analisados a partir das experiências particulares de sujeitos que adentraram esse contexto e em razão de questões próprias desvelam suas motivações, problemas e construções identitárias. Onde as fontes orais se destacam por permitir uma análise aprofundada e sensível acerca das experiências dessas mulheres dentro de espaços de trabalho remunerado e propõem novos olhares sobre o mundo do trabalho que enfatizam os sujeitos dentro de seu ambiente de atuação a partir de suas memórias e experiências.

Como resultados finais, pode-se inferir que o trabalho doméstico se constituiu permeado por problemáticas relacionadas a relação entre gênero, raça e classe, bem como as condições socioeconômicas enfrentadas pelas jovens nas primeiras décadas de exercício trabalhista, mas também na conciliação com questões como a independência financeira, maternidade e sobrevivência de si mesmo e dos seus filhos. Os medos, incertezas e frustrações permearam esses contextos, mas também o papel do serviço como sendo único caminho para adentrar no mundo trabalhista distante de outras possibilidades que necessitavam de melhores condições de vida e estudos. Para elas, seria a principal opção porque não dispunham de meios para terem acesso a escolarização ou a manutenção de suas infâncias, sem contribuir com a manutenção do lar, ou o trabalho ou o estudo, ou o trabalho ou o lazer, nunca ambos juntos.

História Oral: Memória e História

Inicialmente, a memória pode ser entendida como algo individual, própria do sujeito, mas para Pollak (1992, p.5), ela também deve ser interpretada como um fenômeno que pode ser construído pelo intermédio social, coletivo, submetido a flutuações e mudanças constantes. No

entanto, pode apresentar pontos relativamente invariáveis. A memória é constituída por acontecimentos vividos pelos sujeitos ou experiências coletivos vividos por tabela que são incorporados pelo grupo através da sensação de pertencimento e da construção identitária. Conectados por personagens, lugares de memória, com vestígios datados ou não. Marcados ainda pela seletividade, nem tudo fica gravado, assim como também é um fenômeno construído consciente ou inconsciente através dessa seletividade. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (1992, p.5).

A memória também está estritamente ligada ao sentimento de identidade, ou seja, a imagem de si para si e para os demais sujeitos. Contribuindo com o fortalecimento do sentido de continuidade, manutenção, organização e coerência dentro do grupo e disputado em conflitos sociais e intergrupais. O que acaba levando a uma multiplicidade de temas que implicam em uma sensibilidade epistemológica aguçada que produz um discurso realmente sensível à diversidade de realidades e dos atos, no qual a história de vida se torna um instrumento privilegiado para averiguar as mudanças e transformações. Onde “[...] a única saída é admitir a pluralidade da história, das realidades, e, logo, das cronologias historicamente admissíveis” (1992, p.10).

Assumindo uma postura mais democratizada da história, propondo-se a devolver o poder de expressão ao povo, ao rural e aos sujeitos marginalizados, emergindo as vivências do cotidiano, a família, sexualidade, nascimento, trabalho e morte que vai resultar na formação identitária tendo como base inicial os aspectos subjetivos, o testemunho, a fonte oral, os mecanismos da memória com a interdisciplinaridade (TREBITCH, 1994, p.20). Considerando “[...] ela é um discurso dialógico em virtude do que dizem os entrevistados e a análise dessas falas pelo pesquisador. Isto é, o pesquisador sempre afirma algo em função do dizer do outro” (ALVES, 2016, p.6).

Para tanto, o trabalho doméstico dentro desse campo de pesquisa pode ser compreendido no sentido das histórias de vida, como uma categoria e não um adjetivo: grupo doméstico, trabalho doméstico. Incluindo ainda concepções como: a domesticidade, atividades, posições sociais, relações interpessoais e espaciais dentro do mundo trabalhista. Concebido como sendo realizado majoritariamente pelo público feminino que realizam as mais distintas experiências profissionais associadas ao espaço interno aos lares. O mundo da casa e não da rua, o íntimo, particular, pertencente à pessoa. Permitindo através da oralidade “[...] a reinvenção de novas organizações de trabalho, à medida que os sujeitos podem reelaborar suas concepções, abordagens e opiniões no processo interativo da entrevista” (2016, p.8).

O cenário é o espaço da residência constituída pelas relações familiares e/ou outros relacionamentos, e os sujeitos dessa história são as trabalhadoras domésticas (KOFES, 1994,

p.117). Nesse texto, encontra-se suas falas sobre a esfera privada dos serviços, suas tecitudes de relações e conflitos, os traumas e esperanças. A História Oral pode ser entendida como uma contra-história, aquela que opera no sentido revolucionário ao trazer novos sujeitos, métodos e objetivos para o trabalho historiográfico. Trazendo a história vista de baixo, história local e do comunitário, dos humildes, esquecidos e sepultados na história oficial (1994, p.19).

Foram entrevistadas ao todo quatro pessoas que aceitarem serem identificadas pelo nome original, mesmo após ter sido a opção do anonimato, dentre elas estavam: Maria Deusa de Sousa (56 anos), Joana Ferreira Bastos (47 anos), Isabel Alves da Silva (57 anos) e Eliane Alves de Oliveira (42 anos). Os casos que serão apresentados são frutos de entrevistas com mulheres que possuem 26, 10, 16 e 16 anos, respectivamente, de trabalho doméstico no município de Barras-PI. Para que fosse possível entrevistá-las foi necessário criar uma rede de contato a partir de uma delas, pois eram conhecidas entre si, fator que possibilitou a disponibilidade de contato para uma entrevista, assim como uma maior confiança na coleta de dados não ser algo que pudesse prejudicá-las.

As entrevistas tiveram como base um questionário com vinte perguntas subjetivas que foram utilizadas apenas para nortear o diálogo e criar uma aproximação maior entre pesquisador e entrevistado. Mas também foram necessários para dar maior possibilidade de cruzamento de dados, comparações, delimitação temporal, distanciamentos, entre outras questões que surgiram a partir das conversas que foram realizadas dentro das suas residências ou na casa da pesquisadora, porque foi uma escolha delas serem entrevistas em locais que não fosse a própria casa. As perguntas estavam relacionadas a infância das mulheres, o início da carreira, os problemas e violências sofridas no percurso, o contato com a família, casamentos, atribuições dentro das residências onde trabalhavam e suas próprias visões particulares sobre o significado do trabalho doméstico.

A delimitação temporal foi possível a partir da definição do tempo de trabalho de cada uma delas, sobretudo os anos iniciais de atuação, onde começaram ainda na infância ou adolescência a trabalhar em casa de família destacado nas narrativas orais. Como a maioria dos comentários que foram tecidos pelas entrevistas giravam em torno do período inicial, foi a partir desse fato que se delimitou o recorte entre 1980 a 1990, respectivamente, o período de início das atividades de Maria Deusa da Silva que iniciou as atividades com 14 anos, Isabel Alves da Silva (16 anos), Joana Ferreira Bastos (22 anos, mas trabalhava em outros serviços anteriormente) e Eliane Alves de Oliveira (16 anos). Ambas iniciaram a vida trabalhista precocemente ainda na infância na zona rural como quebradeiras de coco e em residências domésticas do campo, exceto Joana Bastos que sempre trabalhou na zona urbana.

O Trabalho nas Décadas de 1980/90 em Barras-PI: memórias da infância

As entrevistadas descreveram suas infâncias no Município de Barras-PI, na década de 1980 a 1990, como sendo de extrema pobreza e ainda muito jovens recorreram ao trabalho para ajudar os pais na criação dos irmãos, muitos números, precisavam da contribuição financeiras do mais velhos. Muitas começaram quebrando coco babaçu, que no final do século XX era um ganho vultoso na região e rendia lucro sobretudo aos ricos fazendeiros latifundiários e aos coronéis – donos das terras e do povo. Como descreve uma das trabalhadoras domésticas sobre sua vivência de trabalho na infância:

Era dos donos lá, dos padrões, por isso que dava muita confusão porque eles queriam que a gente seja os escravos deles. Nós queria, eles queria, nós era escravo deles. Nós quebrava o coco e eles não queria que nós tirasse pra fora. Ai quando nós começamos a tirar pra vender aqui na cidade que era mais caro, porque lá era assim eles queria que a gente vendesse o coco era só pra trocar por arroz e o feijão, né. As coisas de comida não poderia pegar, comprar, nem um centavo de dinheiro, ai quando nós começamos a tirar pra fora, começou as confusão (DEUSA, 2023).

Essa jovem vendia os seus “litros” de cocos arrecadados durante cada dia da semana na vendinha do proprietário onde moravam ou faziam trabalhos extras nas cozinhas das famílias mais abastardas que viviam no período. Mas que acabaram vindo para a cidade, quando foram expulsas de suas terras nos momentos de conflitos agrários que deram origens a grandes mobilizações coletivas e desmembramentos de terras para fins de redistribuição fundiária na década de 1990. Esses conflitos redefiniram a dinâmica da posse fundiária a sujeitos que nunca havia possuído terras e que viviam, muitas vezes, sob a tirania de patrões ricos e monopolistas dos recursos humanos e financeiros.

Na cidade, as trabalhadoras ainda meninas eram impelidas pelos pais ou por terceiros, geralmente indicados pelos parentes ou conhecidos, para adentrarem no serviço doméstico. Embora, sua própria noção de mundo, sobretudo da sua pobreza e as necessidades enfrentadas pesavam com mais força na sua decisão em deixar seus familiares em busca de trabalho na casa de pessoas que pretendiam “criá-las” como se fosse parte da família. Essas ainda se comprometiam com a possibilidade de ajudá-las nas despesas com alimentos, roupas, moradia e na frequência escolar. Nos relatos de uma das entrevistadas:

Foram atrás de mim, foi, souberam que tinham umas pessoas e eles estavam precisando. Ai quando foi um dia a noite eles chegaram ali em casa. Ele mais outra conhecida que a gente já conhecia lá do interior, né, que tinha uma casa lá vizinha que chegaram. Ai perguntaram se eu queria ir trabalhar e eu disse que ia pensar e no outro dia que eu dava a resposta. Ai eu fui conversar mais a mamãe e o papai. Ai eles disseram assim ainda se eu fosse tu eu ia, mas como é que nós vamos viver aqui sem ter serviço, sem ter nada, né. Ai eu vou, eu fui disse lá que eu ia e eu comecei. De lá pra cá até hoje trabalho de empregada doméstica (DEUSA, 2023).

Com essa possibilidade de uma vida melhor, muitas meninas saíam de suas casas, inclusive a trabalhadora em questão, viu uma oportunidade para contribuir com o sustento de sua família, em direção ao serviço doméstico remunerado ou “fazendo favores” aos parentes de seus filhos que tanto precisavam de uma menina para ajudar em casa. Para ter a oportunidade de morar na cidade e recorrerem aos benefícios dessa proximidade com o espaço urbano como escolas, lazeres, saúde e qualidade de vida. Para a entrevistada, o trabalho doméstico com 26 anos de exercício informal, a motivação para o ingresso na profissão teria sido:

Quando nós vínhamos do interior, não tinha de que eu trabalhava. Ai, eu, fui e comecei a trabalhar de doméstica até hoje eu trabalho. Comecei a trabalhar em uma casa porque não tinha mesmo serviço pro meu pai e ele não era aposentado. Foi obrigado eu ir trabalhar para mim ajudar ele. Se não eu não tinha o que comer e andar dentro de casa. Porque eu ficava pensando nós tudo dentro de casa, aí eu dizia que meu Deus como é que nós vamos passar aqui dentro dessa cidade sem ter. O papai não é aposentado, a mamãe não é, eu ia até para o interior mais ele, nós ia em festa, em festa de bicicleta vendendo laranja, vendendo as coisas em festa, naqueles tempos era uns sucos. Nós vendia os sucos com pão, na garrafinha de suco. Aí nós ia muito para o interior vender festa, as coisas em festa, eu mais o papai para poder fazer dinheirinho pra poder comprar as coisas no outro dia quando nós chegava, né. Ai quando eu comecei a trabalhar melhorou lá, porque eu deixei de ir pra festas mais ele. Ele parou de vender. Ai as vezes eu ajudava ele aqui dentro da cidade botando ponto de alguma coisa aqui na rua, ele levava e eu ia ajudar ele. Mas era desse jeito nossa convivência (DEUSA, 2023).

A senhora entrevistada morava na zona rural conhecida como Barro Preto, nas terras de um latifundiário que acabaram sendo palco de uma mobilização em prol da redistribuição fundiária para as pessoas que moravam no local e não possuíam direitos ao plantio, venda dos produtos que eles mesmos plantavam, tudo precisa passar pelas mãos do proprietário. Sua família acabou sendo expulsa da região, acabou encontrando-se sem trabalho e sem local para moradia. A fome, a pobreza e o abandono acabaram deixando seus familiares e ela mesma em uma situação complexa e a busca por remuneração seria a única opção para a sobrevivência. Eles tentavam sobreviver de diversas formas e uma oportunidade para o sustento da família foi o trabalho doméstico exercido pelas filhas.

A senhora Deusa ainda muito jovem, com 14 anos, viu-se impelida a ingressar no serviço doméstico, pois temia pela manutenção de seus pares. Porque não conseguiam emprego na cidade, eram oito irmãos, a maioria ainda pequenos, moravam em uma casa cedida por um amigo próximo, não possuíam um local próprio e recorriam a pequenas vendas de alimentos para sobreviver. O pouco que conseguiu era exclusivamente para sua família: “Às vezes, a coisa que me dava era os meus patrões que me davam, né. Comprava o calçado, a roupa, o que comer mesmo era de lá, mas

aí do meu dinheiro era só pra ajudar na minha casa porque eles não tinham serviço” (DEUSA, 2023). No entanto, o trabalho foi muito diferente do esperado:

Comecei com 14 anos a trabalhar. O trabalho no começo foi muito ruim porque a gente para habitar em uma casa é muito ruim. Eu pensava de sair, pensava de que eu fosse embora, mas não ia ajudar. Eu chorava muito a noite porque eu não queria me separar da minha mãe, eu era aquela coisa, nunca tinha me separado dela. Ai eu chorava muito. Ele morava na Floresta, e eles bem aqui na Boa Vista. Mais eu chorava. Na hora em que eu terminava o serviço, eu vinha lá pra casa. Ficava de noite, ai as vezes, eu vinha só na hora de dormir porque eu queria estar junto com ela. Porque eu não queria me separar dela, chorava bastante. Eu fazia tudo. Limpeza de tudo, de casa, o almoço, cuidava das crianças, lavava roupa, passava, tudo eu fazia. Lá eu morava em casa, na primeira casa em que eu trabalhei eu morava lá, dia e noite. Precisava trabalhar de noite, acho que eu parava umas 10 horas da noite. Enquanto os meninos não iam dormir, eu tava trabalhando. Conseguia nada, nunca estudei. Fiz até o primeiro ano. Porque eu não tinha vontade, eu tinha que trabalhar, trabalhava muito, quando dava a noite estava cansada. Ai eu não ia, me matriculava, eu ia dois dias, três dias, uma semana, e não ia mais, parava. Por conta do trabalho (DEUSA, 2023).

Iniciando os trabalhos na primeira casa em que trabalhou percebeu que a esperança em ter uma vida melhor parecia ainda mais distante, sobretudo pela grande quantidade de serviço que passou a desempenhar. Começa com o café da manhã, para isso acordava antes de todos, e precisava continuar seus afazeres na cozinha, com a limpeza do lar, mas também conciliava tudo com os cuidados com as crianças. Não havia horário fixo para o início e o término, ou seja, poderia dormir quando os filhos da patroa também iam dormir. Não tinham tempo para estudar e quando era pega estudando, os patrões reclamavam e chamavam atenção porque não podia exercer essa atividade dentro do horário de serviço. Essa realidade mostrou-se inversa à expectativa da jovem em pode estudar e trabalhar, já que a promessa feita pelos empregadores não correspondeu à uma realização real.

Para a trabalhadora que começou ainda criança no serviço doméstico, ser “criada pela família” empregadora significa atribuir o sentido da adesão a forma de vida dos padrões, enquanto para os empregadores, significa aceitar uma forma de vida estranha dentro de casa. Essas relações permitem que o sujeito se torne submisso, facilitando o controle, sem muita resistência. Onde a afetividade e intimidade estão presentes nos pagamentos extrassalariais, nas horas extras de trabalho, nos presentes ou objetos usados dados pela patroa em forma de “agrado” (TORRES; MENDES, 2022, p.215). Onde as primeiras oportunidades de trabalho eram herdadas das funções desempenhadas pela mãe nas casas de famílias (TEIXEIRA, 2021, p.37). Sobre esse período inicial de serviço, Dona Eliane relatou:

Eu alimpava casa, lavar roupa. Um tempo, teve uma temporada que eu não fazia comida, era só limpeza da casa e roupa. Dormia no serviço. Era bom, começava

sete horas da manhã até as quatro horas da tarde. Mas enquanto tem coisa pra fazer, a gente tem que fazer, né. Não tinha horário, podia ser cinco da manhã até as 10 da noite. Era assim, não tinha horário pra pessoa fazer trabalho. Quem trabalha assim mesmo de doméstica não tem horário pra parar não. Se tem hora pra começar, pra parar não tem (ELIANE, 2023).

O trabalho acaba ocupando todo o tempo disponível para as jovens, que finalizavam o dia extremamente cansadas. Sabendo que não tinha horário definidos e que o trabalho se encerrava apenas quando não tinha algo a mais para realizar. Terminando, muitas vezes, “querendo ir embora pra suas casas”, pois muitas vezes as frustrações e as explorações não podem mais ser aguentadas” (2022, p.215). Nesse sentido, o local de trabalho e a casa se tornam um âmbito unificado, imbricado pelo privado e público, onde a casa dos padrões é a sua residência ou se sentem despidas de lar. Marcando ainda mais as relações de apadrinhamento e exploração justificados pelo sentimento de pertencimento porque se consideram “como se fosse da família”, numa relação dificilmente reconhecida como sendo de trabalho ou exploração beirando a escravidão doméstica (2021, p.22). Sobre se sentir explorada, a trabalhadora Maria Deusa relatou sobre a segunda casa onde trabalhou ainda na adolescência:

Ah, já na segunda casa que eu trabalhei a mulher me disse muitas coisas feias que eu saí. Na hora nós brigamos bastante porque eu não aceitava ela disse as coisa comigo. Aí nós discutimos muito, aí nesse dia mesmo, depois da discussão eu fui embora. Eu trabalhava demais, fazia as coisas e não podia sai, não podia sair na porta da rua, né. Aí ela dizia que eu deixava de fazer as coisas pra mim tá na porta da rua. Aí esse negócio não era verdade, eu me zanguiei, foi pra cima dela, eu disse e perguntava o que tinha por fazer ainda lá que eu não podia sentar na porta da rua, um minuto, na calçada a noite. Aí ela queria que eu ficasse só cuidado dos filho dela. Que foi na segunda casa, na casa do Chico Talhede. Eu não tinha tempo para nada, só queria que eu tivesse tempo para os filho dela. Cuidava dos filhos dela, e depois da discussão, eu fui pra cima dela, eu quis bater nela mesma, aí me separaram. Depois de tudo, eu arrumei minhas coisas e fui embora. Cheguei em casa, no Santinho, até meu pai se admirou do que eu fui contar. Pois foi ela vem me disse as coisas, disse que eu não faço nada, as coisas estão tudo por fazer pra mim tá na porta da rua. Eu me zanguiei, foi pra riba dela mesma. Cheguei em casa de noite sozinha, lá no Santinho (DEUSA, 2023).

As relações entre patroas e trabalhadoras evidenciaram complexas e marcadas pela tentativa de impor a submissão através da posição em que a pessoa ocupava na relação. A empregadora pretendia reduzir os momentos de descanso e lazer da jovem que foi para sua casa para “ajudá-la” nos trabalhos domésticos. No entanto, acabou encontrando um posicionamento violento e impositivo que gerou revolta e conflito entre os sujeitos envolvidos. No entanto, algo a não ser deixado despercebido foi o uso do termo “dizer as coisas”, como sinônimo de humilhações, violências e xingamentos, ela preferiu não repetir o que foi dito e substituiu por outro termo mais brando que não revelasse muito do que de fato aconteceu. Esse silenciamento mostrou uma

tentativa de reconstruir suas memórias no sentido de retirar contextos e falas traumáticas e violentas.

Sobre a infância ter sido um período difícil, Isabel, relatou que algumas memórias, mas o que pode ser notado foi o sentimento de angústia e revolta por ter tido uma criança pobre:

A minha infância foi um sofrimento na minha vida. Comecei a quebrar coco e juntar rumas e rumas de coco para comprar o que comer, comprar roupa pra mim vestir. E meus pais não me dava nada. Porque eles não me davam roupa, eles não me dava um par de chinel, nem uma rede pra me comprar eu tinha que trabalhar pra comprar dos camelô. Eles nunca foram bom pra mim. Nas casas alheia, o pessoal vinha atrás de mim e eu ia trabalhar, ia cozinhar, fazer comida, cuidar de criança, lavar roupa, fazer tudo na casa. No mínimo uns quinze anos a dezesseis anos comecei isso nas casas alheias foi. Quando as vezes eu não tava em casa, quando eu chegava ela dizia assim: olha fulano veio atrás de tu pra tu trabalhar. Ai as vezes eu nem queria ir, tu não vai não, eu digo vou pra casa de fulano, mas eu às vezes não queria ir. Mas eu ia, eu ia porque eu sabia que eles não gostavam de mim porque eu ficava muito tempo lá, que eles não me davam nada. Eles não tinham mesmo, eles não eram aposentados pra me dar. Aí eu ia trabalhar e quando eu tava trabalhando eu me sentia até melhor, eu comprava minhas roupas, comprava o chinel, comprava meus shampoo, porque eles não me davam nada disso. Eu trabalhei no mínimo uns dez anos em todos os lugares, mas só não foi só numa casa (ISABEL, 2023).

Para a senhora entrevistada, a vida infantil foi um momento de sofrimentos e necessidades das mais básicas para sobrevivência. Faltava de tudo, sobretudo em uma família com oito filhos, todos precocemente precisavam ajudar nos cuidados domésticos, sobretudo as meninas, e ainda trabalhar na roça ou na colheita de coco babaçu, principal fonte de renda para os barrenses que viviam no campo na década de 1980 a 1990.

A pobreza e as dificuldades para cuidar dos filhos, fazia como que muitos pais acabassem impelindo uma pressão maior sobre as meninas para irem, muito cedo, trabalhar no serviço doméstico. Essa visão sobre incompletude das crianças gerou a percepção de dependência dos adultos, geral uma relação de poder/autoridade/controle entre adultos e os filhos. Revelando que a obediência deve ser incondicional e pacífica. A distinção de gênero, leva a diferenciação das profissões de trabalho, para meninos valoriza-se profissões mais manuais e meninas a prestação de serviços (BERNARDES, 1992, p.30).

Como foi possível notar, Dona Isabel sente muita tristeza e revolta ao lembrar desses momentos ruins que despiram sua infância da ludicidade, estudo e brincadeira; não era tempo para brincar, mas sim, para ajudar a família como adultos em miniatura. O trabalho na infância foi uma realidade partilhada por muitas crianças e ainda as camadas que habitam as periferias urbanas como sendo as mais permeadas pela construção de processos subjetivos opressores. O trabalho era visto como sendo necessário para a manutenção da família, muitas vezes sem poder de escolha, as crianças ao serem impelidas ao mundo do trabalho ainda na infância, embora esse sentimento de

“precisar ajudar” também seja algo partilha entre os jovens nessa fase da vida, sobretudo em camadas pobres e excluídas (1992, p.30). Essas questões também são reafirmadas nas falas da entrevistada descreve:

Agora no negócio das condições foi assim meio puxado porque nós não tinha condição, que dizer nós não tem condição. Só arrumava mesmo pra comer e era só pro serviço. Trabalhando mesmo, não tive a infância assim de andar brincando, passeando não, só trabalhando mesmo. Ajudava quando eu trabalhava eu ajudava porque eu trabalhava pra ajudar meu pai. Depois que eu tive essa menina aí foi que eu deixei de ajudar ele. Porque era eu e ela. Eu comecei a trabalhar quebrando coco, fazendo carvão, apanhando arroz, no coivarando, panhando feijão. Foi a minha infância que eu tive foi essa foi trabalhar todo tempo. Eu não fui criada pelos meus pais, foi pela minha vó. Minha mãe morreu eu tinha oito anos de idade, aí ficou meu pai e meu pai deu nós tudim e nós fomos criados pelos pais dele. Aí foi era o jeito de primeiro era assim, e foi o jeito botar nós pra trabalhar. Aí esquecer escola. Ela dizia que a gente tinha que trabalhar, que só o estudo não leva a gente pra lugar nenhum pra frente. A gente tinha que trabalhar, ajudar, pois só o estudo não leva a gente pra frente porque então eu vou pro colégio um dia e outro não, também não vou mais é de jeito nenhum. E aí pronto. Aí ninguém incentivo mais pra mim ir e eu fiquei mesmo só trabalhando (ELIANE, 2023).

Com a própria entrevista salientou, sua família dispunha do mínimo para sobreviver e a única forma de sobrevivência seria com a colaboração de todos. Precisava dedicar boa parte ou o dia todo ao serviço braçal na roça, e depois, nos cuidados com a casa. Deixando em segundo plano a escola, porque precisou fazer uma escolha: ou estudar, ou trabalhar para sobreviver. Levando-os a pensarem que deixaram de ser crianças devido às responsabilidades que assumiram e em razão de não mais se envolverem brincadeiras infantis acabam pensando, precocemente, que são adultos em razão de partilharem aspectos da vida adulta e não exercerem aquilo que consideram próprio das crianças, como: o acesso à escola, brincadeiras, etc. (1992, p.30).

As vulnerabilidades sociais e econômicas que assolam a população mais pobre acabam fazendo parte dessas experiências de trabalho doméstico ainda na infância. Muitas deixam os estudos para exercer o cuidado do lar na “casa dos outros”. Reforçados pelos laços de apadrinhamento, desejo de inserir os jovens no mundo do trabalho, que acaba facilitando a exploração, muitas vezes, análoga à escravidão (2022, p.215).

Embora nos casos em que não houve a “entrega”, as vulnerabilidades sociais, políticas e econômicas que levam essas mulheres a assumirem o trabalho remunerado nos ambientes domésticos, ainda são vetores majoritários na ligação que se faz entre essas condições de existência trabalhista e o possível vínculo com o mundo do ganho remunerado nas “casas de família”. Como funções naturalizadas femininas, isto é, aquelas funcionalidades que a maioria das mulheres exercem dentro das suas casas com suas famílias, e, portanto, são vistas como parte do trabalho assistencialista pessoal aos filhos, companheiros e a si mesmo, distante do capital, em um estágio

pré-capitalista, e que qualquer coisa que fizemos nesse âmbito é irrelevante para a transformação social (FEDERICI, 2021, p.70).

Essa necessidade em adentrar no serviço doméstico, evidenciava as próprias condições econômicas da população pobre barrense do período, marcada pelo analfabetismo presente entre as classes menos abastardas, trabalho infantil entre jovens e crianças, má remuneração do serviço doméstico desempenhado pelas adolescentes que vinham do ambiente rural para a cidade em busca de trabalho, essas questões interseccionadas pelo apadrinhamento que criava uma noção de pertencimento ao seio familiar empregador como uma tentativa de “criar” a menina que saía do campo em busca de emprego, com a promessa de que teria melhorias condições de desenvolvimento. No entanto, esse gesto de “solidariedade” acabava virando tirania:

Mesmo quando eu comecei a namorar eu já morava aqui em Barras. Aí quando era só uma vez e ainda ia pra porta do serviço que eu morava. Não podia sair não porque eles também não deixavam, meu pai. Era na porta da casa e tinha hora pra entrar, 10 horas já tinha que entrar pra dentro de casa porque no outro dia eu tinha que tá acordada cedo, né, pra tomar de conta dos meninos, fazer café, dá banho, era desse jeito. Eu me acordava era cinco horas da manhã todos os dias. Trabalhava, a mulher trabalhava no colégio e o homem trabalhava fora assim, no DR, ele trabalhava muito pra fora, ele só vinha em mês em mês. Aí só vivia eu, ela e os meninos com a menina. Ela saía cedo também se levantava e ai para o colégio e voltava só pra almoçar e voltava de novo, voltava pro colégio só voltava de tardezinha e pronto. Toda a minha responsabilidade era minha, sempre até hoje a responsável toda casa que trabalho é só minha. Não tinha tempo para nada, não tinha tempo de jeito nenhum pra estudar (DEUSA, 2023).

A entrevistada relata um momento vivendo quando estava namorando na adolescência, e ainda deixa especificado que precisava ser um encontro breve na porta da casa onde trabalhava, sendo vigiada pelos patrões, o período de duração seria até 10 horas. O motivo seria a necessidade em precisar descansar porque acordaria 5 horas da manhã para iniciar o serviço no outro dia. A patroa saía cedo e passava o dia todo no trabalho, cabendo à jovem trabalhadora doméstica cuidar da casa, das refeições, limpeza e das crianças, não sobrando tempo para quase nada, a responsabilidade seria toda na sua posição dentro do ambiente doméstico. As sociabilidades eram deixadas em segundo plano para que fosse possível o exercício de suas funções de forma exclusiva, essas memórias revelam não somente a sua jornada de trabalho, mas o caráter explorativo e subvalorizado a que essas jovens eram expostas no dia a dia.

Desse modo, acrescer a distinção entre mulheres “que trabalham” e mulheres que “são donas de casa”, essa diferença implica na concepção do trabalho doméstico como um não exercício trabalhista. Esse conceito foi chamado de “Trabalho oculto”, isto é, invisibilizado e negligenciado, mas que serve como mão de obra assalariada em aspectos físicos, emocionais, sexuais, dentro do espaço doméstico. Onde elas batalham dia após dia por um salário (ou subsalário). E também

assumem o cuidado com os filhos alheios, e nos anos seguintes a escolarização para que no final garanta que eles atuem da maneira como o capital espera, ou seja, alimentando o capital. Acentuando se formos negras ou recebermos auxílio social do governo, onde o Estado enxergar como “desajustados” os frutos dessas relações (2021, p.70).

Em verdade, o emprego assalariado não libertou as mulheres do serviço doméstico. Acrescentou mais esforço físico e psicológico com menos tempo e energia para lutar. Além do mais, trabalhar dentro e fora de casa, casadas ou solteiras, implicou no enrijecimento na reprodução de nossa força de trabalho, onde ser produtiva implica no acirramento da exploração. Essa divisão sexual trabalhista insistentemente eternizada em nossa sociedade implica perguntar: o que significa ser mulher? Mas a resposta ainda desembocar em questões sexistas e racistas, pois quem pode dizer quem somos? Tudo o que sabemos, até o momento, é que a medida em que nos fortalecemos para romper com a identidade dominante, mais a classe dominante impõe e naturaliza o poder sobre nós (2021, p.70).

Na passagem do escravismo para o sistema capitalista, houve a marginalização das atribuições trabalhistas femininas em relação a esfera pública em comparação com o ambiente privado. Como efeito, essa transição representou uma dicotomia entre o domínio social público e o doméstico (privativo). Este último marcado majoritariamente pela atuação das mulheres. Considerando que as trabalhadoras domésticas são, muitas vezes, sujeitas autônomas, sem remuneração, mas também, existe em grande proporção que a maioria do público feminino trabalho no espaço domiciliar, fazem em situações fora dos quadros de relações empregatícias capitalistas como “donas de casa”, “empregadas domésticas” ou “patroas em potenciais” (SAFFIOTTI, 1979, p.40).

No caso das trabalhadoras domésticas e seus membros familiares auferiram renda abaixo do necessário para a sua sobrevivência, produção e reprodução da força de trabalho. Impelidos pela má distribuição da renda nacional e o monopólio dos setores sociais mais privilegiados que também possuem maiores possibilidades de escolarização em comparação a grande contingência feminina que busca os serviços domésticos como forma de subsistência. Recorrendo, muitas vezes, as migrações para os grandes centros metropolitanos em busca de empregabilidade domésticas (1979, p.40).

Considerações finais

As memórias do trabalho doméstico em Barras-PI foram tecidas a partir de vivências que iniciam antes mesmo de adentrarem em lares distintos do seus, mas ainda no espaço rural, nas funções desempenhadas no campo, na labuta diária como quebradeiras de coco babaçu, na limpeza

e colheita de legumes nos espaços rurais, mas também na contribuição com os serviços domésticos prestados na sua própria casa, onde eram impelidas a contribuir com as necessidades da família, geralmente numerosa, e também ajudar seus familiares a sobreviverem dentro de um contexto de exclusão social, pobreza, analfabetismo e dificuldades para sobreviver. Muitas famílias não possuíam ainda seu espaço territorial, mas dependiam de outros locais dominados por outros donos e que exigiam pagamentos em troca da moradia, plantio e criação de animais.

Diante dessa situação, essas jovens vieram para o espaço urbano em busca de melhores condições de vida, assim como seus familiares, exceto Dona Joana (2023) que sempre viveu na cidade. Mas ambas tiveram uma infância difícil marcada pela pobreza e privações que as levaram a adentrarem precocemente, assim como sua permanência em razão da necessidade em precisar cuidar de suas filhas quando começaram a nascerem na década de 1990, foi um período difícil porque elas precisavam conciliar a vivência do trabalho com os cuidados com as crianças. Deixaram de ajudar suas famílias para cuidar de uma nova família que estava se formando, mas ainda partilhavam de dificuldades semelhantes.

Nesse contexto, questões de gênero, raça e classe foram vivenciadas dentro dos espaços de serviço, onde muitas delas precisavam enfrentar longas jornadas de trabalho, opressões, privações e baixa remuneração porque precisavam do dinheiro para sobreviver, mas também suprir as suas necessidades de independência financeira e sobrevivência. Foram meninas-mulheres que precisavam adentrar no espaço doméstico como trabalhadoras desde muito cedo, mas que acabam criando uma identidade de pertencimento ao espaço do trabalho não somente pela autonomia desenvolvida, mas pelo entendimento em que precisavam ser valorizadas em termos de serem vistas como um trabalho e também em direitos que garantissem melhores condições de vida.

Portanto, o trabalho doméstico em Barras-PI se constituiu permeado por diversas problemáticas, sobretudo pelo entendimento de como essas mulheres se sentiram em relação as funções e as formas de tratamento ofertados. Ser mais valorizadas foi a principal reclamação. Também em quais experiências dolorosas poderiam ser expressas, mas não foram em razão do medo e do receio em sofrerem algum tipo de punição. Essas questões poderão e deverão ser respondidas em trabalhos futuros porque trazem à tona questões de identidade social e trabalhistas, mas também porque são um retrato esmiuçado na oralidade das experiências de mulheres oprimidas e negligenciadas, vozes silenciadas de uma História rica em subjetividade e vivências trazidas a partir da História das Mentalidades, especificamente das trabalhadoras, meninas-mulheres, mães e mulheres no seio do espaço doméstico.

Referências

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. **Anais eletrônicos da IV Semana de História do Pontal/ III Encontro de Ensino de História**, Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal, Itaiutaba-MG, p.1-9, nov./dez. 2016. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>. Acessado em: 06 jan. 2024.

BERNARDES, Nara Maria Guazzelli. Vida cotidiana e subjetividade de meninas e meninos das camadas populares: meandros de opressão, exclusão e resistência. **Revista Psicologia: ciência e profissão**, v. 12, p. 24-34, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/sBhGTrDgsCZ5xqJKfjwTs5n/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. v.1, 1.ed, São Paulo: Boitempo, 2021.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, p.117-141, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1725>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SAFFIOTT, Heleith. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2039306>. Acesso em: 22 jul. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.1-10, 1992. Disponível em: <http://www.pgdf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acessado em: 05 jan. 2023.

TREBITCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da História Oral no discurso da História Contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História Oral e Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: FINEP/Diadorim, 1994, p.19-44. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9972>. Acessado em: 06 jan. 2023.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

TORRES, Iramara de Oliveira; MENDES, Brenda Maria Vieira. “Eu quero ir me embora pra minha casa”: migrações e experiências de trabalho doméstico no Maranhão (1980-1990). **Manduarisawa – Revista Discentes do Curso de História da UFAM**, v. 6, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/article/view/9086>. Acesso em: 19 jul. 2023.

Fontes

BASTOS, Joana Ferreira. **Entrevista [jul. 2023]**. Entrevistadora: Francisca Cibele da Silva Gomes. Barras, 2023. (20 minutos e 22 segundos).

SOUSA, Maria Deusa de. **Entrevista [jun. 2023]**. Entrevistadora: Francisca Cibeles da Silva Gomes. Barras, 2023. (42 minutos e 28 segundos).

SILVA, Isabel Alves da. **Entrevista [jul. 2023]**. Entrevistadora: Francisca Cibeles da Silva Gomes. Barras, 2023. (13 minutos e 06 segundos).

OLIVEIRA, Eliane Alves de. **Entrevista [jul. 2023]**. Entrevistadora: Francisca Cibeles da Silva Gomes. Barras, 2023. (22 minutos e 41 segundos).

MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE FERROVIÁRIOS NO CEARÁ (1957-1997)

Jaciara Azevedo Rodrigues⁶²

Resumo: O propósito deste estudo reside na análise das narrativas e lembranças dos trabalhadores ferroviários que operavam na linha férrea. Estes indivíduos desempenhavam suas funções de maneira vigorosa, enfrentando as adversidades naturais sem deixar de comparecer ao trabalho, portando em seus corpos os sinais visíveis das tarefas realizadas, enfatizando a priorização da produtividade. Embora as atividades desse grupo de ferroviários abrangessem um conjunto comum de tarefas, observam-se incidentes singulares inseridos em suas rotinas diárias, tais como a evidência das hierarquias de cargos e as sanções impostas no ambiente laboral. Estes aspectos, por sua vez, serão analisados nessa produção através da metodologia de História Oral.

Palavras-chave: histórias; memórias; cotidiano.

Introdução

Dumoulin (2017) destaca o papel fundamental do historiador, enfatizando a necessidade de assumir uma responsabilidade social ampla. O autor instiga a considerar o valor intrínseco de nossas produções para além do âmbito científico, especialmente em tempos de crises. Ao nos debruçarmos sobre nossas pesquisas, é crucial iluminar a contribuição e o impacto que extrapolam o círculo acadêmico, alcançando a sociedade em que vivemos. Sendo assim, para o autor, o historiador deve comprometer-se além do ambiente universitário, atendendo a demandas sociais prementes. Esse posicionamento nos conduz a uma compreensão ética e moral do trabalho do historiador. Assim, questões como o que fazemos, como fazemos, para que fazemos, para quem fazemos, devem ser pensados ao longo de todo processo da pesquisa em História.

Na tentativa de relacionar minha pesquisa com a História, ao tocarmos nesse conceito, posso ser ainda mais específica, trazendo aquela história que não contém no documento, a história presente no cotidiano dos ferroviários, aquela surgida através da oralidade, que, por muito tempo foi renegada diante da historiografia científica oficial. Contudo, atualmente encontramos uma brecha para se trabalhar com essas histórias. Assim, essa história que busco tratar nessa pesquisa, poderá ser pensada no plural, pois consegue ir para além de um só líder, um só sujeito, uma só verdade.

Nessa perspectiva, as subjetividades serão importantes elementos de serem analisados na tentativa de (re) construir suas histórias de lutas, para além de uma saudade, uma nostalgia, analisando conflitos e o outro lado dessas histórias que ainda não foi trazido à tona. A produção

⁶²Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Especialista em Estudos de História de Local pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestranda em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); E-mail: jaciara.azevedo2011@hotmail.com; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Teoria da História e Interdisciplinaridades (LAPETHI) da UFRJ.

dessas histórias envolve um olhar sensível à possibilidade de penetrar em outros vieses para além do documento. Não somente o documento traz histórias, as histórias também são faladas e transmitidas pela oralidade, sem perder o rigor científico, mas ao mesmo tempo tocando nas sensibilidades.

Assim, toda narrativa histórica que se busca explorar será construída a partir da utilização de fontes históricas. Entre elas, destacam-se as fontes orais, as quais concedem acesso às memórias dos ferroviários durante a pesquisa. Isso implica que, além de examinar os comportamentos desses trabalhadores, é essencial realizar uma análise detalhada desses elementos subjetivos presentes em seus relatos. Nessa perspectiva, é fundamental considerar o perigo de se imergir excessivamente na subjetividade, mantendo, portanto, a distância necessária em relação ao objeto de estudo.

O emprego da história oral tem sido fundamental para ilustrar como diversos indivíduos constroem suas formas de sobrevivência no dia a dia, influenciando não apenas seus territórios, mas também a própria identidade, moldando, assim, a configuração urbana. A maneira como os espaços são disputados, apropriados e simbolicamente significados reflete direções e padrões das mudanças sociais, encontrando nas cidades um foco primordial para reflexão.

Ao direcionar nosso olhar para os contextos urbanos, somos incentivados a explorar de que modo os grupos sociais, através de seus pensamentos e práticas, colaboram ativamente na construção de seus ambientes urbanos, mesmo diante das pressões históricas que enfrentam. Assim, os ferroviários desempenharam um papel dinâmico e ativo na formação e transformação dos espaços urbanos, mostrando como suas experiências e ações essenciais na tessitura da história urbana.

Hierarquização no trabalho ferroviário

Pode-se afirmar que o trabalho na ferrovia consolidava várias categorias e atividades realizadas pelos trabalhadores, desde os conservadores de linha até os engenheiros e superintendentes da RFFSA. Essa relação acontecia a partir do momento que uns davam as ordens e outros obedeciam. Por vezes, o mesmo que emitia a ordem para uma categoria, era o mesmo que estava submetido a uma outra categoria superior de trabalho. Com isso, Souza (2010) pontua que, embora fosse investido um certo domínio sobre os trabalhadores de sua turma, o poder exercido pelo feitor (auxiliar de supervisor) era restrito; era um poder circunscrito a um universo específico e sobre sujeitos determinados.

O conhecimento acerca dessa hierarquia foi percebido conforme a escuta das narrativas dos ferroviários. Conforme demonstrou Portelli (1997, p. 15), embora a subjetividade esteja relacionada a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, “visa aprofundá-los, em

essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma.” No entanto, o autor adverte que, apesar de estarmos lidando com memória individual, esta é “moldada de diversas formas pelo meio social”.

Tendo em vista esse modo de organização dos ferroviários, pode-se mencionar que o complexo estrutural da hierarquia está presente em suas memórias, em virtude de que esse sistema era a base para que o trabalho fosse concretizado. Embora a categoria formada por artífices de via permanente contasse com uma quantidade mais expressiva de trabalhadores, esses sujeitos estavam subordinados aos seus chefes que faziam o serviço de liderança dessas turmas.

De acordo com a pesquisa de Souza (2007, p. 68), “os fatores tinham a função específica de cuidar da ordem, garantir o ritmo do trabalho e controle das atividades, além de manter sob vigilância e fiscalização todos os trabalhadores, fazendo cumprir as determinações dos mestres de linha e as demandas do serviço ferroviário.”. O feitor ou auxiliar de supervisor, como era chamado, possuía essa incumbência de observar todas as atividades desempenhadas por sua turma, verificando se alguém estava com baixa produtividade de acordo com as metas diárias estabelecidas.

Ademais, o Plano de Cargos pontua a síntese da atribuição desses fatores: “supervisionar, fiscalizar e orientar, a nível de núcleo de infraestrutura, os trabalhos de conservação de via permanente, construção de novas linhas e desvios, renovação, manutenção e remodelação de trechos. Souza (2007) complementa que, na ótica da empresa, essa função se fazia fulcral nas relações de trabalho, uma vez que essa figura era o chefe imediato daqueles trabalhadores. Nesse sentido, Souza (2007, p. 68) afirma que “o feitor se constituía no instrumento patronal de exercício do poder e repressão direta da força de trabalho, aplicando punições àqueles supostamente insubordinados.”

O senhor Souza, que assumiu a função de feitor durante algumas décadas, relembra um pouco, de forma surpresa e “orgulhosa”, o tempo que dedicou nessa supervisão, “Acredita que esse pessoal me obedecia tudim?” (04 ago. 2022). De acordo com suas palavras, quando havia algum atrito que o trabalhador queria levar para o lado pessoal, o supervisor, também chamado de feitor, precisava promover algum tipo de penalidade conversando com o engenheiro chefe; tendo isso em vista, rememora “Não estava castigando”, deixando nítido que estava cumprindo ordens, e complementa: “E tem mais uma coisa, não poderia voltar atrás.” (04 ago. 2022). A empresa exigia isso dos seus supervisores. Logo, um perfil de autoridade como o do Senhor Souza, atendia os preceitos da RFFSA, que tanto considerava a produtividade.

Diante disso, Heller (1985) afirma que não estamos no espaço sem estarmos inseridos em uma referida estrutura, a vida social possui uma estrutura. Ainda conforme a autora, faz-se

necessário compreender seu funcionamento para instigar a reflexão acerca da atuação dos sujeitos dentro do seu cotidiano, tendo em vista que as disputas entre as categorias formam uma trama.

Para o senhor Souza, não é um esforço tão deliberado em sua mente. Ao construir o cenário de hierarquização entre os cargos, lembra da fala prepotente partindo de um dos engenheiros que cruzou ocasionalmente no seu trecho do trabalho. Outro aspecto que deixa os trabalhadores de via permanente com resistência para lembrar, é o fato de um algum colega de sua turma ser promovido a auxiliar de supervisor, e ao subir de nível, mudar até a forma de se dirigir aos seus colegas de turma, através de atitudes autoritárias. Esses e outros aspectos conflituosos envolvem as memórias do cotidiano ferroviário no Ceará.

Punições no trabalho ferroviário

O senhor Araújo até revela: “Já fui chamado atenção com palavras, mas meus pontos nunca foram cortados. Essa parte é uma que não tô alebrado.” (27 jan. 2022). O advérbio de negação “nunca” predominou na tentativa de trazer à tona detalhes das razões de penalidades. Um dos aspectos notórios foi que ao se reportar a si utilizaram essa palavra, mas, no momento dos colegas, recordavam.

Dessa forma, podemos pensar com Ricoeur ao considerar a memória como uma faculdade humana que sofre usos e abusos do esquecimento mediante impedimento e manipulação da memória, o verbo lembrar em par com o substantivo “lembrança” e o que esse verbo designa é o fato de que a memória é “exercitada” (RICOEUR, 2007, p. 71). Conforme esse pensamento, é importante considerar que a memória apreende de acordo com sua ambição, fazendo com que o esquecimento opere primeiramente na abordagem cognitiva.

Desse modo, “a maneira pela qual os grupos e indivíduos fazem frente à perda nos informa sempre sobre o jogo da memória e da identidade no interior da sociedade considerada, em particular quando se trata de heranças do passado” (CANDAU, 2018, p. 189) Por essa razão, partindo da premissa de que não é possível tudo ser guardado, é despertado em nós um sentimento de dispersão, de esfacelamento daquilo que é impossível captar em sua totalidade.

Essa reflexão ressalta a importância de compreendermos que a memória não é estática, mas sim um processo dinâmico e seletivo. O reconhecimento de que nem tudo pode ser preservado nos confronta com a fragmentação da memória e nos instiga a considerar como as lembranças são construídas e reinterpretadas ao longo do tempo. Entender essa dinâmica não só nos ajuda a compreender a complexidade da memória individual e coletiva, mas também nos convida a refletir sobre como as narrativas históricas são moldadas e as implicações disso na compreensão da identidade e da herança cultural de uma sociedade.

Com isso, Portelli (1997) defende que é na seleção e na ordem dos acontecimentos que se pode perceber os significados atribuídos à história narrada. Esta característica é um dos aspectos que “faz a história oral ser diferente”, pois revela mais sobre os significados do que sobre os eventos. Com isso, percebe-se uma seleção nas histórias ao adentrar em suas memórias, puxando mais para suas promoções do que para os momentos de punição sofridos no trabalho.

Dessa maneira, ao ocultar as lembranças acerca das punições, foi feita uma seleção da história que se queria produzir. O silêncio promovido no tocante às punições também é capaz de fornecer significações do período de trabalho dos ferroviários. Esse foi o caso do senhor Mendes, que, ao adentrar em suas vivências do trabalho, decidiu ocultar uma parte de suas lembranças, que, segundo ele, são traumáticas. Isso fica evidenciado na sua expressão de indiferença ao ser questionado sobre as penalidades aplicadas ao longo de sua trajetória na RFFSA. Diante disso, a história oral permite captar, no depoimento, as sensações, gestos e articulações dos modos de ser do sujeito, atuando como subsídio para melhor compreender o que está sendo narrado.

Rossi (2010) discute acerca do entrelaçamento de memória e esquecimento, afirmando que essa relação é muito profunda. Portelli (2016, p. 47) corrobora com o Rossi (2010) ao nos afirmar que a oposição entre memória e esquecimento é falsa, uma vez que o esquecimento é parte necessária da memória. Portelli (2016, p. 47) endossa a perspectiva de Rossi (2010), enfatizando que a suposta oposição entre memória e esquecimento é ilusória, pois o esquecimento é uma parte intrínseca da memória. Ele ressalta que o esquecimento não deve ser visto apenas como um déficit ou falha na memória, mas sim como uma parte integral do processo mnemônico. Nessa perspectiva, o esquecimento não é apenas uma lacuna ou fragilidade, mas uma face complementar da moeda da memória.

Paul Ricoeur (2010, p. 424) contribui para essa reflexão ao afirmar que, a princípio, o esquecimento é percebido como uma ameaça à confiabilidade da memória, sendo associado a danos, fraquezas ou lacunas. Contudo, ele destaca que, sob essa ótica, a própria memória se define como uma luta contra o esquecimento, um processo contínuo e dinâmico de preservação e reconstrução. O esquecimento é uma outra face da moeda. De início, e maciçamente, é como dano a confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento (RICOEUR, 2010, p. 424).

Nesse contexto, Ricoeur nos leva a entender que a memória, em sua essência, parece ser uma tentativa contínua de combater o esquecimento. É como se a memória se definisse, em uma primeira instância, como uma luta contra o próprio esquecimento, uma tentativa de preservar e resgatar o máximo possível de informações e experiências passadas. Essa visão sugere que o

esquecimento não é apenas uma ausência, mas algo que impacta profundamente a confiabilidade e a completude das lembranças. A memória, assim, surge como uma forma de resistência, uma batalha constante contra a perda e o desvanecimento das vivências pretéritas.

Essa discussão nos leva a considerar que o esquecimento não é simplesmente a ausência de memória, mas um componente intrínseco e necessário para a dinâmica da recordação. Ambos, memória e esquecimento, desempenham papéis interligados na construção e na compreensão da experiência humana ao longo do tempo.

Práticas cotidianas na via permanente

“Saudades e alívio”, assim enfatiza o trabalhador de via permanente aposentado da RFFSA, o senhor Mendes, quando convidado a resumir em uma frase suas décadas de serviço. Vale ressaltar que ele vem de uma geração de pai, avô e bisavô ferroviários. Ou seja, apesar do sangue ferroviário nas veias, enfatiza as angústias do seu cotidiano de trabalho para além da saudade, demonstrando o alívio frente a sua árdua trajetória. Ao demonstrar sentir de modo simultâneo saudades e alívio, torna-se um sujeito ativo no processo de reconstrução das suas lembranças, atribuindo significações paradoxais. Apesar do seu trabalho expressar o orgulho na formação do seu projeto de identidade, era um alívio ter se aposentado, pois o trabalho era pesado e havia muitos sacrifícios, como veremos adiante.

Dessa maneira, ao mencionar a sensação de "alívio", revela-se todo um período em que os trabalhadores ferroviários enfrentavam exigências físicas extenuantes, enquanto simboliza a dinâmica de suas relações com os supervisores, que nem sempre eram cordiais, envolvendo uma estrutura hierárquica rígida, episódios de punição e até mesmo greves. Além disso, a nostalgia, evidenciada no relato de senhor Mendes, não se dissipa, pois ele expressa gratidão por ter desempenhado o papel de ferroviário, apesar das tensões enfrentadas. Embora o sentimento de saudade não seja negligenciado nas lembranças desses trabalhadores, esta pesquisa revela uma faceta distinta ao abordar a história dos ferroviários, marcada por conflitos frequentes em seu dia a dia.

Sobre o ato de lembrar Bosi (1987, p. 66) defende que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas, refazer, reconstruir com imagens e ideias de hoje as experiências do passado”. Ao evocar memórias, nossa mente utiliza não apenas as lembranças originais, mas também nossa bagagem atual de ideias, perspectivas e emoções para reconfigurar essas experiências passadas.

Essa visão enfatiza que as memórias são dinâmicas e suscetíveis a mudanças ao longo do tempo. Elas não são reproduções estáticas dos eventos passados, mas sim uma composição que se mescla com nossa compreensão atual do mundo. Assim, nossas memórias podem ser influenciadas

por nossas crenças atuais, nossos valores e as mudanças que ocorreram desde o momento em que a experiência original aconteceu. Nesse sentido, o Senhor Mendes narra sua experiência atribuindo suas significações ao seu tempo de serviço. Logo, a forma como reconstrói suas vivências de trabalho recebe influências do modo como se enxerga hoje, apesar da aposentadoria, é possível sentir as consequências na saúde ocasionadas pelo trabalho pesado realizado durante muitos anos na RFFSA.

Assim, torna-se fundamental examinar os elementos que permeiam o dia a dia dos ferroviários, incluindo tanto os enredos, quanto os eventos traumáticos que se entrelaçam nas memórias desses indivíduos. Diante das narrativas, por vezes repletas de conflitos, que foram documentadas e analisadas, esta produção busca destacar fragmentos da rotina de trabalho desses sujeitos.

Por causa da manutenção dos trilhos abranger não apenas os centros urbanos, mas também os locais mais inóspitos, havia muitas vezes pontos de manutenção onde não havia residências próximas. Com isso, eram montados alojamentos de lona. Debaixo das barracas ocorriam muitas situações cômicas. Um cenário descontraído no momento do almoço eram as brincadeiras, apelidos eram trocados, sociabilidades eram construídas. Nesses momentos, era possível encontrar brechas que escapavam da rotina sistematizada do trabalho. A cantoria era uma dessas formas de divertimento no meio do trecho ferroviário. As letras que eram cantadas faziam parte das canções de reisados. Logo, o senhor Ribeiro rememora:

Os mais de idade eram mais sérios, os mais novos mais interativos. Teve uma vez que nós tava trabalhando dentro de um corte fechado, bem quente, na ponta de uma rua. Então um colega da gente, o Onofre, ele era muito inteligente, cantava umas músicas, principalmente de reisado e ele começava grapiando a linha: (pá, pá, pá). E na turma tinha a da muniçada, que eram os mais brincalhões, os mais novos. E então o Onofre começava: “quando eu vinha...” e nós completava em conjunto: “ei bumba” todo mundo, quando *dava fê* o corte lá em cima tava looooootado de gente para ver o que era. Uma truvuada danada. (14 ago. 2023)

A interação entre Onofre e o restante da equipe, através da música e da brincadeira, parece ter criado um ambiente de camaradagem e união entre os trabalhadores. O relato sugere que essa interação não só aliviava a tensão do ambiente de trabalho, mas também atraía a atenção de outros trabalhadores, criando um momento de união e entretenimento em meio ao árduo trabalho diário.

Desse modo, esse fragmento destaca como esses momentos de leveza e interação podem desempenhar um papel fundamental na dinâmica de um ambiente de trabalho, proporcionando não apenas um alívio do estresse, mas também a formação de laços e a promoção de um ambiente mais positivo e coeso entre os colegas. Assim, foi possível refletir que apesar do trabalho ser executado no sol ardente, havia animação para cantar.

Então, ao compartilhar esse pensamento com o senhor Ribeiro, foi respondido: “Para mim, naquele tempo o sol não era como o de hoje não”. Diante disso, apesar das mudanças climáticas com o passar dos anos, percebe-se uma ingenuidade por parte do narrador ao afirmar que as condições climáticas não chegavam a ser tão intensas como hoje. Em virtude da sua idade, por exemplo, hoje sair em um dia ensolarado na parte da tarde já não é algo tão vantajoso. Ademais, ao retornar para a análise das canções que eram cantadas no meio do trecho ferroviário, percebe-se que as práticas sociais revelam uma riqueza de experiências culturais, nas quais se constituem as pessoas. (PEREIRA et al, 2019, p. 186). Nesse contexto,

Percebemos um local familiar em que cultura, tradições e hábitos são cultivados, experimentados e compartilhados. Nesse território, as raízes prevalecem considerando histórias, músicas, danças e materialidades, que são elementos implícitos e significativos. Na busca desse viver junto, em comunidade, estabelecem-se a troca e a segurança, que atendem às necessidades afetivas e sociais, viabilizando a força pela vida. (PEREIRA et al, 2019, p. 187)

Diante disso, é perceptível que o se sentir vivo envolvia o universo das tradições. A cultura do reisado é algo praticado ainda hoje sobretudo nos grupos mais idosos. Logo, nas décadas de trabalho desses ferroviários, em alguns momentos, conseguiam tornar momentos exaustivos em algo descontraído, através de cantorias. Para Sodré (1999), a identidade de um sujeito ou de um grupo classifica sua ação em uma situação interativa, permitindo-lhe assim agir como ator social. Esses ferroviários são sujeitos sociais, protagonistas de suas lembranças de um tempo que constituiu grande parte de suas vidas.

Sodré sugere que eles desempenham um papel ativo na sociedade, influenciados por suas experiências e memórias, e capazes de impactar e serem impactados pelo contexto em que atuam. Ao serem considerados sujeitos sociais, os ferroviários não são apenas indivíduos que desempenham funções profissionais, mas são atores ativos que moldam e são moldados pelo ambiente em que vivem e trabalham. Suas lembranças desse período significativo em suas vidas não apenas refletem sua história pessoal, mas também contribuem para a compreensão mais ampla do papel dos trabalhadores ferroviários na sociedade e na construção da identidade coletiva.

Dessa forma, a visão proposta por Sodré ressalta a importância de considerar os ferroviários não apenas como trabalhadores, mas como agentes sociais ativos, cujas experiências e memórias são fundamentais para entender não só suas próprias vidas, mas também aspectos mais amplos da história e da dinâmica social em que estão inseridos.

Considerações finais

Certeau (1994) argumenta que mesmo as atividades tidas como simples e realizadas no dia a dia carregam elementos cruciais para a compreensão das ações cotidianas. Ele ressalta a importância dessas atividades, muitas vezes negligenciadas até mesmo na escrita da História. Isso se torna evidente na historiografia das cidades do interior do Ceará, que permanece centrada em figuras ilustres, dedicando-se à nomeação de bairros e ruas desses locais. Diante dessa lacuna, é pertinente questionar o lugar que deveria ser atribuído aos ferroviários tanto na sociedade, quanto na historiografia. Mais do que meros colaboradores da pesquisa, eles se revelam como protagonistas no processo de transformação histórica.

Assim, torna-se relevante trazer à tona as histórias dos ferroviários, pois suas práticas têm a capacidade de estruturar o que concebemos como rotina. Anteriormente excluído da narrativa oficial, o cotidiano passou a ser objeto de estudo, buscando registrar as vivências de grupos comuns. Conforme Matos (2002, p. 24) coloca, os estudos que envolvem as práticas cotidianas "recuperam sensações, descentralizam os sujeitos históricos e descobrem as histórias daqueles que foram silenciados, buscando integrar as experiências desses agentes que foram negados na narrativa histórica tradicional."

Dessa forma, esse enfoque histórico contribui para uma compreensão mais abrangente do passado, valorizando a diversidade de experiências e enriquecendo a visão histórica ao incluir os relatos daqueles que foram marginalizados ou negligenciados nas narrativas tradicionais. É inegável que ampliar o leque de vozes na história é essencial para uma compreensão mais completa do passado. Incorporar as narrativas de grupos marginalizados ou excluídos enriquece a visão histórica, oferecendo uma representação mais fiel da diversidade de experiências vividas ao longo do tempo.

Referências

- ARAÚJO, 80 anos, trabalhador de via permanente, Ceará. Entrevista concedida à autora, 27 jan. 2022.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2018.
- CAVIGNAC, Julie. Um mundo encantado: memória e oralidade no sertão do Seridó. In: *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*, v.1/Emília P. G., Marilda A. M., Rosa A. M. (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, 2009.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador:** da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte, 2017.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura:** história, cidade e trabalho. Bauru, São Paulo; EDUSC, 2002.

MENDES, 68 anos, trabalhador de via permanente aposentado da RFFSA, Ceará, 20 de mai. 2022.

PEREIRA, et. al. Os saberes das Festas de Reinado e Reisado. In: **Lazer, Práticas Sociais e Mediação Cultural**, p. 185. Christianne L. G., José A. O. D., Luciano P. S., (Org.). – Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**, São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo. (15) abril, 1997.

RFFSA, Plano de Cargos e Salários- PCS/ Rede Ferroviária Federal S.A. Superintendência de Pessoal, Rio de Janeiro, Rffsa, 1988. [impresso] Arquivo disponível para consulta no Museu Ferroviário do Ceará.

RIBEIRO, 64 anos, trabalhador de via permanente, Ceará. Entrevista concedida à autora, 14 ago. 2023.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento:** Seis ensaios da história das ideias. Tradução Nilson Moulin, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SODRÉ, M. **Claros e escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Mateus de Paiva, 85 anos, supervisor de via permanente aposentado da RFFSA, Ceará, entrevista cedida à Jaciara Azevedo em 04 de ago. 2022.

SOUZA, Robério Santos. Experiências de Trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: Trabalho, Solidariedade e conflitos (1892-1909). 2007. Dissertação (Mestrado em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2007.

A POLÍTICA ECONÔMICA DO SPI SOBRE O POSTO INDÍGENA DE NÍSIA BRASILEIRA (1954 a 1967)

Maria Luisa Soares Marcolino⁶³

Cláudia Cristina do Lago Borges⁶⁴

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a autonomia financeira e o investimento comercial do Posto Indígena Nísia Brasileira, durante o período de 1954 a 1967, quando o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) chegou ao fim. A pesquisa foi possível por meio do acervo documental do Arquivo do Museu do Índio do Rio de Janeiro, que possui diversos tipos de documentos sobre o povo Potiguara, que estava localizado na Baía da Traição, no estado da Paraíba. Por meio desses documentos, podem ser observados os efeitos das políticas expansionistas e do sistema de tutela do SPI sobre esses indivíduos.

Palavras-chaves: Serviço de Proteção aos Índios (SPI); Paraíba; Tutela; Indígena.

Introdução

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) se trata de um órgão público, criado em 1910, que fazia parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Através do decreto nº 8.072, o SPI objetivava prestar assistência aos povos indígenas do Brasil, e inserir os indígenas nômades e aldeados que, não mantivessem contato direto com a sociedade, no programa nacionalista. Esses objetivos eram fruto da situação do Brasil naquele momento, que recentemente tinha adentrado ao sistema republicano, mas ainda mantinha raízes intrínsecas na colonização, já que o sistema adotado pelo SPI era semelhante a catequização indígena do período colonial, a qual um povo era afastado de seus costumes, através da tutela e inseridos no modelo de vida do homem branco, já que historicamente esses povos são vistos como “selvagens”.

Entretanto, a criação do órgão também apresentou resistência em parte do setor econômico do governo e em outra da Igreja Católica. O primeiro citado via limitações na exploração das terras indígenas, já que essas impediam o avanço das lavouras no norte do país e da exploração de minas no centro-oeste. Sendo assim, em sua visão o governo sairia perdendo levando em conta esses dois investimentos lucrativos, que já estavam suprimindo a economia brasileira desde o século passado. Já para a Igreja, o Estado estaria substituindo a educação cristã e a catequização feita pelo clero, pela alfabetização realizada através do Posto Indígena, e estaria afastando a hegemonia da igreja, que já imperava a séculos nesse setor.

⁶³ Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba. Contato: mmallu-10@hotmail.com

⁶⁴ Prof. Dept.de História da Universidade Federal da Paraíba. Contato: claudialago.rn@gmail.com

Mas a tutela imposta pelo SPI, não estava apenas ligada à dependência dos povos indígenas do mesmo: também havia o “controle”. Por meio deste, o órgão também desempenhava ações políticas e econômicas nacionais, estando responsável por administrar a verba recebida pelo governo e aplicar a mesma na economia, saúde e educação local, além de usar as terras indígenas para desenvolvimento de trabalho agrícola por meio de plantação, que gerasse a sensibilidade dos indígenas e suprisse a verba investida pelo governo. Assim, como diz o SPI: “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível” (GARFIELD, 2000, p. 18).

O órgão atuou de forma intensa durante várias décadas, se destacando durante a Era Vargas, quando foi atrelado ao programa nacionalista de expansionismo territorial na região centro-oeste do país, que, além de inserir os indígenas a sociedade, também possuía fins lucrativos. Ao reassumir a Presidência da República, Vargas recebeu de seu antecessor, Eurico Dutra, um quadro de dificuldades econômicas, sobretudo com a retomada do processo inflacionário e o desequilíbrio financeiro no setor público. Assim, o projeto político de Vargas implicava, em um primeiro momento equilibrar as finanças públicas, para em seguida retomar o crescimento econômico.

O Posto Indígena Nísia Brasileira, estava localizado na Baía da Traição, no estado da Paraíba. Foi fundado em 1939, por Dr. Dustan Miranda, que era diretor do SPI e chefe da 4ª Inspeção Regional, que estava sediada em Pernambuco, e tinha o papel de repassar para os postos as verbas governamentais e administrar o dinheiro recebido, por meio dos recursos produzidos pelos potiguara da região. O órgão atuou na região até 1967, quando passou a se chamar Fundação Nacional do Índio (FUNAI), durante o Regime militar.

Diante do exposto a presente pesquisa tem por objetivo analisar a produção e os investimentos econômicos, além da situação econômica do posto Nísia Brasileira entre os anos de 1954-1967, através do acervo documental do Arquivo do Museu do Índio do Rio de Janeiro, que produziu uma gama de documentos sobre os povos potiguara da Paraíba.

Metodologia

Como forma metodológica e buscando um melhor entendimento financeiro do Posto Indígena Nísia Brasileira, pertencente a 4º Inspeção Regional e situado na Baía da Traição, no estado da Paraíba, foram feitas análises documentais, esses pertencentes ao acervo da Fundação Nacional Museu do Índio do Rio de Janeiro, que possui uma gama documentos. Mas, para o trabalho em questão, foram utilizados apenas os documentos referentes aos anos de 1954 a 1967. Totalizaram mais de 2.500 documentos, esses divididos entre as caixas 168, 169 e 170. Ademais, informações sobre os repasses financeiros, a geração de renda própria, relações comerciais,

transações bancárias e de produtos provenientes do trabalho feito pelos povos potiguaras da região, estão registrados nesse acervo.

Objetivando compreender o contexto geral da relação do Posto de Nísia Brasileira com o SPI, a pesquisa foi feita com base em: um levantamento bibliográfico, em que foram selecionadas produções acadêmicas, livros e teses para um suporte teórico referentes ao órgão em questão, e o recorte histórico trabalhado, com o intuito de entender as relações e ações do órgão com o Posto Indígena; uma pesquisa documental, no acervo supracitado, onde se foi elaborada uma listagem, leitura e discussão dos regimentos referentes ao SPI e o P.I. Nísia Brasileira; além da catalogação, leitura e análise da mesma, no intuito de identificar e classificar os documentos do acervo, onde foi encontrado: recibos, relatórios, processos, etc, referente ao posto, possibilidade de observar os impactos trazidos pelo SPI para economia potiguaras, entre os anos trabalhados.

Assim como a pesquisa feita no recorte temporal de 1945-1953, se buscou analisar documentos que envolvessem, os seguintes documentos: relatórios de atividades dos povos potiguaras; folhas de pagamentos mensais; recebimentos de verbas; movimento de renda do posto; documentos que demonstram relações comerciais e transações bancárias; e relatórios orçamentários, sendo esses os mais importantes entre as documentações citadas, que eram feitos anualmente ou semestralmente, identificando os gastos e requerendo orçamento para os meses posteriores. Além das fontes supracitadas, para melhor compreensão da pesquisa, no que diz respeito a parte econômica, que envolve o SPI e o P.I, foi utilizado o Decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, onde podemos observar o grau de influência do Estado sobre as práticas tradicionais potiguaras, quanto aos meios de sobrevivência e os impactos causados entre a população.

Análise dos dados: resultados e discussão

Com base na análise e pesquisa dos documentos econômicos do Posto Indígena Nísia Brasileira, contidos nas caixas 168, 169 e 170 e utilizando os métodos descritos acima, foram encontrados uma vastidão de documentos essenciais para a compreensão da construção e evolução da economia local, além de poder observar alguns retrocessos do P.I. em relação aos anos anteriores estudados.

A documentação de 1954, tem início com relatórios mensais dos primeiros meses do ano, detalhando a quantidade de indígenas da região, de animais (que diminuíram por estarem destruindo as plantações na região) e a produção e venda de alimentos como: milho, coco, farinha de mandioca e leite produzido pelos próprios animais do posto. Durante o mês de janeiro do ano em questão, Raimundo Dantas Carneiro, o responsável pela 4º I.R. a qual o posto fazia parte, foi fiscalizar as terras potiguaras.

Ao inspetor foi cobrado pelos indígenas da região, verba para compra de materiais de marcenaria para execução de algumas reformas do P.I. Esses materiais acabaram sendo pagos com o dinheiro (verba) do próprio P.I. Entretanto, no final daqueles meses, as chuvas inundaram o paul e levaram à perda de grande parte da plantação, que trouxe prejuízo para o P.I. Essa problemática poderia ter sido evitada com a drenagem do terreno, que vem sendo solicitada desde 1945, ou seja, quase 10 anos depois, e a mesma não saiu do papel. Diante do acontecido, teve que ser feito às pressas a plantação de mandioca, para poder lucrar em cima da farinha produzida com cereal e a pagar os trabalhadores da região. No mês de outubro, o inspetor da I.R voltou a visitar o posto, para observar como estava a situação da varíola na região, que vinha passando por um surto e reiterar doações em dinheiro para os mais necessitados no valor de Cr\$200,00 cruzeiros. Dessa vez, não foi declarado de onde saiu o dinheiro.

Após os documentos mais específicos, se tem as folhas de gastos do posto, nos meses de janeiro, março, maio, agosto não declararam renda, mas notificam pagamentos feitos a empregados do posto. Já em fevereiro, setembro, outubro e novembro, é exposto ganhos com a venda de coco e banana cultivados na região, e pagamentos de funcionários. Entretanto, em abril, junho, julho e dezembro as páginas se encontram em branco. Logo após, tem várias folhas e recibos de pagamentos e prestação de serviço. Assim como o documento de novembro de 1954, que discrimina um aumento de salário entre cem e duzentos cruzeiros, pelos serviços prestados ao posto. O aumento de salário foi em virtude do posto estar lucrando mais naquele período.

Além disso, encontramos uma gama de recibos de compra e venda, principalmente de materiais, assim como aumento de salário e prestação de serviço, além de salários ligados à enfermaria e à escola da região. Nesse período, também foi encontrada uma significativa quantidade de recibos de vendas de terras da região, que foram negociadas em 1953, mas o dinheiro recebido apenas em 1954. Enquanto, o gado da região foi vendido devido à seca, que traria prejuízos se a criação continuasse. Nesse mesmo ano, a mata da região pegou fogo e a população utilizou de seus resquícios para produzir carvão, que trouxe uma renda entre Cr\$30.000,00 a Cr\$40.000,00 mil cruzeiros, que foram utilizados em despesas do P.I, entre esses recursos que vinham faltando para auxiliar nas produções agrícolas, que resultou no plantio de 16 hectares de terras, que renderam Cr\$1.015,00 mil cruzeiros.

Em relação às demarcações das terras potiguara, foi dividida em duas partes. A primeira equivalente a Cr\$25.000,00 cruzeiros, e a segunda a Cr\$15.000,00 cruzeiros, totalizando valor Cr\$40.000,00 mil cruzeiros, que tiveram início em 1948, mas finalizadas apenas no início nos anos 50, e documentadas em 1954. Nas notas de recibo de pagamento e venda do ano de 1954, consta

que a movimentação do dinheiro foi feita pelo chefe da IR 4, Raimundo Dantas Carneiro. Os documentos eram assinados por José Brasileiro da Silva, o Agente do P.I durante aquele ano.

Em janeiro de 1954, foi enviado um novo telegrama solicitando orçamento para construção de uma fábrica de farinha na região, esse que é solicitado desde 1953, de acordo com a documentação já estudada. No telegrama, é apresentado os benefícios que a fábrica trará para região e para economia local. Pelo decreto número 5484 de 1928, os indígenas da região não pagariam impostos pelos produtos produzidos. Entretanto, a partir de abril de 1954, o agente fiscal do estado, Arestides Bezerra de Farias, passou a não aceitar o decreto, obrigando os indígenas a pagarem taxas sobre os seus produtos, com penalidade de apreensão dos mesmos, caso não seja pago. Esse fator gerou grande tumulto nas terras potiguara. Por fim, assim como os anos anteriores no ano de 1954, também foi feito um inventário de suas aquisições e pertences, que somaram um total de Cr\$84,407.00 cruzeiros.

Em 1955, foi feita uma espécie de memorial denunciando o descuido do SPI com as terras potiguara e como as mesmas estavam sendo deixadas de lado, no lugar de serem utilizadas e cuidadas. Sendo assim, foi feito um apelo à Câmara federal da Paraíba, solicitando a essa uma verba de CR\$3.500.000,00 (cruzeiros) para o ano de 1955. A ação foi encabeçada pelo vereador do PTB de Mamanguape, João Facundo Filho. Mesmo diante dessa conjuntura, o P.I. fez o cultivo de algumas raízes, com fins de manutenção alimentícia da população. No relatório econômico do mês de janeiro, foram solicitados 5 mil cruzeiros para se investir na plantação de banana. Já no mês de fevereiro se destaca que o posto só teve “rendas satisfatórias” durante a administração dos inspetores Tubal Viana e Corioloando Mendonça, e que a nova gestão não estava sabendo administrar o posto, destacando que o valor supracitado solicitado não foi suficiente.

No mês de março, o P.I passou por uma situação difícil, onde seus meios de gerar dinheiro foram afetados: os animais por doença (não especificada) e as plantações atingidas pelas fortes chuvas da região, que persistiram nos meses seguintes, agravando a situação. Em novembro de 1955, o chefe da I.R voltou a visitar o posto (hábito que antes não era relatado na documentação), e novamente foi solicitado dinheiro para ferramentas e dessa vez também para remédios, que foram concedidos.

Em 1955, tem uma grande quantidade de vendas de terras na região. Além disso, em outubro deste ano, funcionários do posto receberam novamente aumento em seus salários. Entretanto, no recebido não se é citado o cargo, impossibilitando a soma de quanto foi o aumento; também se é referido que esse aumento vem das rendas internas do posto. Em seguida temos os documentos de renda do posto, onde se destaca a fabricação de farinha de mandioca, plantio de

banana e venda de animais e derivados do mesmo, como principal fonte de renda do P.I naquele período.

Os relatos de aumento de salários nos recibos de pagamento continuam sendo notificados, os aumentos variam entre Cr\$400,00 e Cr\$2.000,00 cruzeiros. A maioria das páginas referentes aos movimentos do posto de 1955, se encontrando em branco, de acordo com a documentação, seria devido à perda da lavoura, que teve consequência direta em sua colheita e venda, assim afetando a economia local. No final de 1955, José Brasileiro da Silva, assumiu como responsável pelo posto e pela prestação do inventário de bens e móveis até aquele ano, chegando a uma soma de Cr\$73.357,00 cruzeiros, estando esse valor dividido entre poucos animais, móveis (em sua maioria de escritório) e maquinário para produção de alimentos com base na agricultura local. Já o inventário referente aos móveis pertencentes aos indígenas da região somaram Cr\$23.813,00 cruzeiros, sob fiscalização do inspetor auxiliar Sebastião Francisco da Silva.

A documentação referente ao ano de 1956, tem início com o mês de fevereiro, sem referências de valores recebidos do mês de janeiro; apenas gastos com pagamento de salário de funcionários locais. Entretanto, fevereiro iniciaria suas produções com um recebimento governamental de Cr\$2.000 cruzeiros, mas sem prestação do movimento econômico do posto durante o mês citado, destacando apenas o pagamento de alguns indígenas da região por prestação de serviço e adentrando o mês de março com um saldo de fevereiro de apenas Cr\$155,10 cruzeiros, sob fiscalização do auxiliar José Pepino. O ano em questão fechou seu inventário anual com Cr\$73.357,00 cruzeiros, ou seja, o mesmo de 1955, concluindo, que naquele ano o P.I. Nísia Brasileira, não teve nenhuma aquisição documentada, além do que já possuía.

Mas naquele ano houve uma incompatibilidade com as finanças destinadas ao pagamento do salário de funcionários do P.I.. O orçamento governamental para tal ação foi de Cr\$1.442,70 cruzeiros, e a folha de pagamentos somou Cr\$2.142,50 cruzeiros, ou seja, uma diferença de Cr\$699,80 cruzeiros. Entretanto, podemos notar a citação do aumento salarial de mais de vinte funcionários nas vias de recibos, mas não nas folhas de pagamento. Esses valores variavam de acordo com a função exercida, mas em sua maioria o aumento era de Cr\$400,00 cruzeiros e destinado a apenas alguns meses do ano.

Neste ano, as vendas de coco voltaram a se destacar, junto ao cultivo de batata doce, e terras arrendadas. Os maiores gastos foram feitos com medicamentos para o posto e material escolar para as escolas das aldeias. Durante esse período, o posto também prestava um auxílio financeiro de Cr\$450,00 cruzeiros para crianças com alguma condição de saúde incurável, e também arcava com os gastos de sepultamento de indígenas que viviam na comarca.

Chegando o ano de 1957, com um total de 1865 indígenas assistidos pelo P.I. em 22 aldeias. No mês de janeiro, foi feito o plantio de mandioca e coqueiros para produção com fins de gerar economia para o local. Já em fevereiro, se destacou a criação de animais com fins alimentícios; e a necessidade de uma casa de farinha passou a aumentar, visando uma maior produção. Em março foi feito o plantio de milho e feijão. E entre os meses que se seguiram até julho foi feita a limpeza de terreno e preparo do mesmo para plantio em grande quantidade com fins comerciais.

Em fevereiro de 1957, foi solicitado ao posto o envio de "produção de renda" para I.R após uma denúncia no ano anterior referente a desordens e falta de prestação de conta do P.I. Por fim, o ano de 1957 alcançou um engenho de rapadura e a construção de uma fábrica de farinha. Ainda podemos destacar um discreto retorno de criação de animais, para fins alimentícios. E, assim como no ano anterior, as folhas de pagamento se encontraram em branco, com destaque apenas para o pagamento de funcionários locais.

Entretanto, um documento de dezembro de 1957 faz referência que as famílias da região estavam passando fome, devido a uma epidemia de gripe asiática na região, sem demais comentários sobre o assunto, só de medicamentos esgotados e postos em seus limites solicitando um maior envio de remédios para região, onde mais de 1/3 da população indígena estava sendo acometida pela doença. Em fins de 1957, o posto passou da administração de José Brasileiro da Silva e voltou para Tubal Fialho Viana. O fechamento de seu inventário anual foi de Cr\$73.357,00 cruzeiros, ou seja, o mesmo dos anos anteriores. Entretanto, dessa vez ocorreu venda e compra tanto de animais, como de móveis e valores equivalentes, que ao final acabaram chegando na mesma soma.

Além disso, houve a solicitação de verba para restauração de uma escola (sem nome citado) na aldeia São Francisco. Metade do edifício havia desabado em julho de 1956, e até o momento se encontrava sem reparo. Também não se teve retorno de verba do governo para tal reforma. Há um documento que faz referência a um auxílio recebido pelo SPI para alimentação dos indígenas, mas não é citado o valor repassado, nem de quanto era dado a cada indígena.

Os telegramas dos anos estudados podem ser vistos como um meio de denúncia das irregularidades do Posto Nísia Brasileira. Entre essas, a falta de prestação da venda de gado. Também vale ressaltar que vários animais morreram acometidos por doenças, e não foi prestado abatimento do valor comercial dos mesmos no inventário de pertencentes do posto, onde também se encontram listados os animais.

O ano de 1958 tem início com uma visita de fiscalização do inspetor da I.R, devido à ausência de dados econômicos, nas folhas de movimento de renda do posto. Estavam presentes apenas relatos do que vinha acontecendo no posto. Em relatório do mês de maio se destaca, que

até o momento, não se tinha recebido nenhum repasse de verba e era necessário a mesma para concertos de alvenaria e, principalmente, seguir com o cultivo dos coqueiros na aldeia “forte”. Além disso, o P.I. estava com diversas urgências, entre essas a dragagem do rio.

De junho a dezembro, as folhas de relatórios mensais estavam totalmente em branco. A escassez de verba também acabou por afetar os medicamentos locais que, como um plano de fuga econômico, os médicos passaram a passar remédios de amostra grátis para a população. Já em relação às folhas de pagamento, estavam presentes apenas as dos meses de março, junho, outubro e maio, com destaque para essa última, que destaca que após o pagamento dos contratados naquele mês, somando Cr\$28,123,00 cruzeiros, ficou um saldo de Cr\$1.287,00 cruzeiros, transferidos para a folha de pagamento do mês seguinte, que teve em seus gastos Cr\$12.689,00 cruzeiros, destinados aos funcionários contratados do P.I. A responsabilidade do posto passou novamente de Tubal Fialho Viana para José Gabino de Faria, em junho de 1958.

Um documento em destaque, de 1959, intitulado “ficha individual”, foi redigido discriminando dados pessoais do trabalhador, sua função e salário base e quanto o mesmo recebeu nos últimos meses. Diante disso podemos observar um salto salarial da função de “aprendiz” para “trabalhador” sem cargo especificado (se encontrava desde 1951 contratado). A documentação do ano em questão foi escassa, e teve seu inventário anual somado em Cr\$73.537,00 cruzeiros. Em março de 1959, aconteceu uma cheia que acabou comprometendo a produção daquele período (não foi estipulado a perda em viés econômico).

Ainda em 1961, o supervisor do P.I. solicitou ao governador do estado da Paraíba, devido à crise financeira do posto, a vinda de 2 professores para trabalhar nas escolas das aldeias. Durante esse período, também foi feita a solicitação de ajuda econômica e social por parte do deputado Luiz Bronzeado. Diante dessa conjuntura, podemos observar que, em fins 1961, a crise financeira do posto se agravou, levando à necessidade de pedir ajuda ao governador do estado, Pedro Gondin. Essa crise vinha desde o mês de junho do ano em questão. O P.I. sofreu uma queda em sua produção agrícola: essa que era seu principal meio de sustento e viés econômico.

No ano de 1962 já se chegava a 2.262 indígenas assistidos pelo P.I. Em seus documentos se faz cobrança da construção de uma escola na Estiva Velha prometida pelo chefe da 4 I.R desde 1959, mas que até o ano em questão, nem teria sido iniciada ou recebido verbas. Em março daquele ano teve início o projeto de trabalhos no Vale do Sinimbu, visando melhorar o desenvolvimento econômico da região. Mesmo o SPI cobrando o desenvolvimento do P.I. podemos observar que ele não tem o mesmo desenvolvimento e em parte isso pode ser atribuído ao descaso orçamentário do órgão, a exemplo da casa de farinha. Uma das maiores produtoras de renda P.I. estava precisando passar por uma reforma, e além da necessidade de aumento do plantio de coco e agave,

ambas atividades que o próprio posto não consegue financiar, mas trariam renda local com os devidos investimentos do governo.

Depois de alguns anos sem modificação, o inventário de bens e móveis de 1962 apresentou aumento em seu valor de total de bens. Ou seja, novas aquisições foram feitas e nesse caso foram animais, totalizando Cr\$84.407,00 cruzeiros. Além disso, uma nova documentação foi gerada referente ao valor imobiliário atual de cada imóvel do posto, entre essas: casas, escolas, os dois prédios construídos, casa de farinha e enfermarias.

O ano de 1963, teve início com um grande prejuízo econômico para o P.I. Em março aconteceu uma grande cheia do rio Sinimbu, que atingiu o roçado de mandioca trazendo um prejuízo de doze milhões de cruzeiros (o assunto, não volta a ser falado na documentação, nem que medidas foram tomadas para sanar ou amenizar o problema). Em setembro, teve início o plano de trabalho no vale do Mamanguape, com indígenas da região trabalhando na mão de obra e recebendo Cr\$500,00 cruzeiros por dia trabalhado. O objetivo do pagamento era que esses utilizassem o pagamento na agricultura familiar, ao mesmo tempo que afastava os potiguaras do comércio de madeira e carvão, que não era rentável para o SPI. Além disso, se tem novamente a denúncia de falta de verbas para o desenvolvimento de culturas na região e criação de animais. As verbas sem um valor específico são solicitadas com o objetivo de gerar um fundo agropecuário.

Em meio a documentação de 1963, podemos destacar a concretização da relação do posto com o banco do Brasil, uma vez que o mesmo cita que qualquer órgão com relações com o ministério da agricultura deve ter suas despesas “recolhidas” pelo banco em questão, por meio do Fundo Federal agropecuário, sancionado através da lei delegada n. 8. Ademais, no mês de novembro, é citada a necessidade do envio de verba de Cr\$200.000,00 cruzeiros para compra de carteiras para escola Dr. Antônia Estigarribia e para a reforma de um galpão que desabou em decorrência das chuvas. Vale ressaltar que a necessidade de verba da escola é recorrente a vários meses e continua sem ser atendida, mesmo a instituição com risco de fechar suas portas. No mês seguinte foi enviado a verba de Cr\$400.000,00 cruzeiros (através do Banco do Brasil), destinada apenas às cadeiras da escola.

O movimento de renda do posto do mês de julho, de acordo com a prestação de contas, não foi utilizado para nenhum pagamento. Então, o referido dinheiro foi recolhido pelo Banco do Brasil da capital paraibana, João Pessoa, e as guias que compravam seu depósito enviadas pelos correios. Desde o ano de 1949, esse é o primeiro ano em que a relação possui relações econômicas com o banco em questão. Por fim, o inventário anual de bens e móveis do ano em questão somou um total de Cr\$63.507,00 cruzeiros, um pouco inferior em relação aos outros.

Em 1964, aconteceu uma epidemia de gripe entre os indígenas. O posto não possuía verba para transporte dos doentes para a capital, nem para trazer médicos para a região. Além disso, o ano é escasso no que diz respeito a documentos de cunho econômico, apenas com a presença de alguns recibos de prestação de serviço. Diante dos relatórios mensais, podemos observar que a produção de frutas e criação de animais foram proveitosas no ano em questão, além da implantação de uma cultura que vem se destacando na região, tanto em sua produção, como em seu comércio: as bananas.

A partir de setembro do 1965, um novo documento passou a ser gerado. Seria o “mapa de produção extrativa” do P.I., onde se era estipulado a quantidade de mudas plantadas, seu rendimento e o valor que a unidade era vendida no mercado. Aparentemente, o documento em questão foi gerado apenas para produção de cocos. Em meio a essa tentativa de reerguer sua economia, o posto continua solicitando ao SPI verba para reforma do galpão de quase 3 anos atrás; dessa vez, a verba solicitada é de Cr\$150.000,00 cruzeiros. Naquele ano, o arrendamento de terra somou o total de Cr\$87.500,00 cruzeiros, em 437.500m² de terras vendidas na região.

Além disso, temos a observação que o comércio de cachaça foi proibido a partir da administração de Cícero Cavalcanti (com a chegada dele, vários documentos irregulares foram colocados em ordem e os faltantes foram feitos), mesmo a bebida trazendo uma renda significativa para o posto. Em telegrama enviado à I.R., é notificado que os indígenas se encontravam em uma péssima situação financeira. Além disso, foi enviado um documento solicitando verbas orçamentárias para: reforma da casa de vários indígenas que moram na região do P.I; escolas; casa de farinha, entre outros imóveis do P.I, totalizando a necessidade Cr\$3.009.640 cruzeiros. Vale destacar que alguns imóveis já se encontram em risco de desabamento.

Em 1966, a documentação volta ser retomada pelo novo chefe do P.I., que faz um ajuste no orçamento pedido, dizendo que na verdade o valor necessário para todas as ações elencadas é de Cr\$9.300,000 cruzeiros. Vale destacar que, até 1966, sequer o orçamento anterior tinha sido liberado. Além disso, foi feita uma análise e descoberto que o inventário de bens do posto é o mesmo desde 1962, trazendo a necessidade de refazer o mesmo. Os animais do posto também passaram por uma avaliação e foi estipulado o valor comercial de cada um deles. Sendo assim, esses animais e seus respectivos valores foram somados ao inventário de bens e móveis do ano em questão, que totalizou em Cr\$1.473,380 milhões de cruzeiros. Os salários prestados nos documentos de 1966 vieram com cifrados em NCR\$, ou seja, novo cruzeiro. Entretanto, a moeda só entrou em vigor a partir de 1967, durante a ditadura militar, no governo de Costa e Silva, e ficou presente até 1970.

Considerado o ano mais precário, 1967 tem início com a coleta dos arrendamentos de terras vendidos, que até então não tinham sido pagos (cerca de 200 moradores ainda faltam pagar e não se tem posteriores pagamentos), enquanto as demais documentação se apresentam como “sem movimento”, inclusive do plantio de fruta, principal sustento da região (no ano em questão, nenhuma cultura foi produzida, por falta de investimentos governamentais, e vários indígenas estavam vivendo em estado de miserabilidade, e outros do pouco que ainda se era produzido nas casas de farinha). Em março, se faz a denúncia da falta de medicamentos e materiais escolares.

A “renda indígena” tinha relação com os pagamentos feitos e recebidos pelo Banco do Brasil. Uma prova que o ano em questão foi o de maior fracasso do posto, foi seu inventário de bens e imóveis adquiridos, que somou NCR\$4.451,90 cruzeiro novo, valor 100% inferior que os anos analisados. Esse é o último ano documentado do SPI, e em vias de documentação referente ao posto estudado, foi bastante escasso. Em seguida, foi criada a FUNAI. Entre a documentação, se tem apenas um documento fazendo referência à mesma, esse refere-se à impossibilidade do exército de atender às solicitações das demarcações da FUNAI na região, coisa que já tinha tido início com o SPI.

Considerações finais

No que diz respeito a última fase dessa pesquisa, podemos concluir que o recorte temporal de 1954-1967, ou seja, um intervalo de 13 anos, foi visto um constante retrocesso nas atividades econômicas locais. As relações comerciais, que antes estavam avançando, se estagnaram; as relações bancárias do órgão com o Banco do Brasil, mesmo este estando na posição de principal receptor de seus ganhos e verbas, é pouco citada nos documentos. O posto passou a se sustentar através da produção de farinha e venda de coco, limitando sua economia que antes era tão vasta e admirada pelo próprio SPI. Entretanto, podemos observar que isso foi resultado de uma má administração e constante troca de responsáveis pelo P.I. Nísia Brasileira, assim como a falta ou inexistência de recebimento de verba governamental, como supracitado em alguns anos trabalhados.

De acordo com uma documentação datada em 1965, a renda monetária para se autossustentar do P.I. Nísia Brasileira, trimestralmente variava entre duzentos e trezentos mil cruzeiros em valor líquido com a venda de cocos, que variava entre 25,00 a 35,00 cruzeiros a unidade; em estações como o verão chegava a 60,00 cruzeiros a unidade. Enquanto isso, o indígena que plantou ganhava de acordo com a quantidade de pés de cocos plantados e produzidos, principalmente se o alimento serviu para consumo e/ou venda, após os gastos com o preparo da colheita. Já em relação à renda com os arrendamentos da região, são poucas, além de que 80% desses não foram pagos: apenas se apossaram das terras e sem escritura. Em geral e diante disso, o

dinheiro gerado pelo próprio posto só custeava serviços básicos de medicação, transporte, alimentação, preparo para novas colheitas e enterros, não sendo suficiente para compra de equipamentos e reparo de imóveis.

Diante disso, também podemos observar, que o inspetor do P.I. era quem recebia o maior salário e apenas os funcionários do SPI tinham contratação fixa. Os demais eram indígenas locais contratados por um curto período de tempo para fazer diversas atividades, nada de cunho especializado. O pagamento de serviço dos indígenas não estava nas folhas de pagamento, apenas nos recibos de prestação de serviço. Estava presente na folha se fosse contratado a longo prazo. A verba de salários que sobrava era destinada para o mês seguinte, mas em nenhum momento aumentava o pagamento dos indígenas.

Além disso, os Potiguara eram tratados como “tutelados” pelo próprio documento. No ano 1956, podemos destacar uma denúncia do P.I a I.R 4 sobre a migração de brancos não pertencentes ao SPI para morar na região da Baía da Traição, que segundo os auxiliares do posto, passaram a ser “má influência” para os índios, fortalecendo a posição de rebeldes desses e fazendo com que não seguissem as normas do posto, nem efetuassem as atividades laborais. Em maio de 1962, as terras potiguara voltaram a ser invadidas, dessa vez por ligas camponesas, que queriam tomar a região em troca de 30,00 cruzeiros cada lote. Alguns indígenas se deixaram vender, enquanto outros bateram de frente, sendo necessário a intervenção do inspetor para que não saíssem feridos.

As áreas da saúde e dos cultivos locais foram mais negligenciadas, tanto pelo P.I. como pelas verbas governamentais. O SPI não possuía uma verba específica para agricultura; sendo assim, muitas vezes as terras pertencentes aos P.I não eram como um todo cuidadas e preparadas para cultivo. Vale destacar que, no ano de 1956, o posto estava passando por uma severa irregularidade, que ia desde desmatamento florestal, até invasão de outras civilizações em terras indígenas, que maltratavam os indígenas e queimavam suas casas e cultivos. Já em relação à saúde, sofreu bastante com os cortes de verbas, como já citado ao longo da análise, mas vale citar o surto de varíola em várias famílias, que passaram a viver em estado de calamidade, sem sequer uma renda mínima e trabalho para se sustentarem.

Por fim, podemos considerar que o P.I. Nísia Brasileira sofreu um grande retrocesso, em todos os sentidos, desde sua organização e produção, assim como comprometimento governamental com a entidade e todos esses fatores foram sentidos diretamente na economia local, trazendo a estagnação, diferente do recorte temporal de 1941-1945, durante o governo Vargas, onde planos eram traçados visando não apenas o sustento do posto, mas também o crescimento do mesmo. Com o fim do governo Vargas, vieram diferentes administrações que culminaram no

fim do SPI, e no surgimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 5 de dezembro de 1967, já como planejamento do governo ditatorial.

Referências

Decreto 8.072, de 20 de junho de 1910

Acervo do Fundo SNI/Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

BARCELLOS, Lusival. *Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba*. João Pessoa: EDUEPB, 2004.

FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 3), p 301-342.

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. *Acervo documental*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/component/content/article/11-institucional/427-o-museu-do-indio-e-seus-arquivos>.

GAMBINI, Roberto. *Espelho índio. A formação da alma brasileira*. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n° 39, p. 15-42. 2000.

JOFFILY, Irene. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

LIMA, A. C. S. *Um Grande Cerco da Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 155- 172.

PALITOT, E. M. *Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura*. 2005. 219 f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa: 2005, p. 43-44.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

STAUFFER, David Hall. *Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios*. Revista de História, São Paulo, v.18, n.37, p.73-96, mar. 1959. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107270/105782>>.

A PARTIR DO CAFÉ, PARA ALÉM DELE: ENTENDENDO A TRADIÇÃO CAFEIIRA DA SERRA DE BATURITÉ-CE A PARTIR DOS RELATOS DE VIDA DE SEUS SUJEITOS (1967-1990)

Leonardo Norberto de Moraes⁶⁵

Resumo: A Serra de Baturité, região que fica a cerca de 100 km de Fortaleza, no estado do Ceará, possui como uma de suas principais marcas uma cafeicultura formada a partir da assimilação de experiências históricas, práticas e costumes de seus diversos sujeitos envolvidos. Por ter sido uma atividade agrícola que foi desenvolvida de modo tradicional, acabaram sendo estabelecidas profundas ligações entre a terra, os trabalhadores e seus costumes, o que deu a essa cultura agrícola especificidades. Por meio da memória e das narrativas dos diversos sujeitos envolvidos na prática cafeicultora – apanhadeiras de café, feitores, trabalhadores de roçados e administradores de sítios – pretende-se compreender como a cafeicultura serrana interferia nas perspectivas de mundo de trabalho, mas também ia além, atingindo a dinâmica dos costumes e do cotidiano dos diversos atores sociais envolvidos.

Palavras-chaves: Cafeicultura; Trabalho; Tradição; Oralidades

A formação de uma tradição cafeeira a partir das experiências dos sujeitos

A Serra de Baturité é uma vasta extensão de terreno montuoso, [...] de clima saudável, e de solo produtivo.

A planta que aqui se tem dado melhor é a do café.

A cana, se toda é como a que se está aqui moendo à nossa vista, é má, de nós juntos, e precisa de ano e meio a dois anos para amadurecer.

A mandioca não dura mais de um ano a ano e meio na terra.

O milho nem sempre dá bem. O feijão, da mesma sorte. O arroz não dá, ou dá mal. A fruta não é da melhor: a laranja não é boa nem a banana.

[...]

Quando começaram a abrir sítios aqui, era para fazer roças de mandioca, e legumes; depois começaram a plantar cana, e se fizeram muitas engenhocas, que estão hoje caindo em ruína porque agora trata-se mais de café.⁶⁶

O relato acima foi extraído de um dos registros feitos por Freire Alemão em sua passagem pela Serra de Baturité, no Ceará, no ano de 1859. Como dito anteriormente, a região da Serra de Baturité fica a 100 km de Fortaleza e possui como forte influenciador de seu povoamento e organização a cafeicultura que chegou à região entre os anos de 1822 e 1824. O café, que fora trazido com um fim de mera experimentação, acabou se adaptando bem à região serrana e se tornando o principal gênero produzido durante a segunda metade do século XIX e parte do século

⁶⁵ Mestrando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará; (E-mail: leo-noberto98@hotmail.com)

⁶⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. Povoamento da Serra de Baturité. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldyr. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** - catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p. 344.

XX. Porém, mais que mobilizar rendas e lucros, a cafeicultura em sítios da Serra de Baturité ajudou a formar uma tradição que envolveu a ação direta dos sujeitos e suas experiências.

O trabalho com o café na região serrana possibilita-nos perceber a existência de uma tradição que não se reduz somente à forma como se desenvolveu seu cultivo. Essa tradição historicamente construída inicia-se em torno da cultura cafeeira, mas não se limita apenas a essa dimensão agroprodutora. Ela se fez presente em relações sociais e culturais dos trabalhadores e trabalhadoras do café, assim como em todos os sujeitos envolvidos, algo que iremos observar de maneira mais detalhada.

Uma característica essencial que podemos perceber como característica da tradição cafeeira serrana nascente é o plantio consorciado com o café, algo inclusive citado no trecho de Freire Alemão ao comparar o plantio do grão com outros gêneros agrícolas. Este modelo de cultivo, em que, em um mesmo espaço, existiam cafeeiros e outras espécies agrícolas de subsistência visando alimentação, se sedimentou dentro da tradição cafeeira serrana e foi se mantendo nos diferentes momentos da cafeicultura serrana.

Vinicius Barros Leal, em obra onde aborda o processo de ocupação da cidade de Baturité, coloca que “Nos sítios”, “plantavam-se cana, mandioca, algodão, feijão e milho.”, sendo que “Estas culturas dominavam todas as demais”. Havia ainda “Os engenhos para a fabricação de rapadura e do mel” que “foram montados em torno de 1740”. (LEAL, 1981. P. 85). Vemos que, com os primeiros movimentos de ocupação, trouxeram, principalmente dos sertões, modos de plantio para a subsistência, o que percebemos como uma ligação inicial com a terra.

Outra característica importante da tradição cafeeira serrana nascente foi o forte uso dos trabalhadores livres. Pedro Airton de Queiroz Lima evidenciou isso em sua dissertação, ao elucidar que, se nas regiões serranas pode ser observada a forte presença dessa categoria de trabalhador, em detrimento das grandes lavouras de café no Sudeste, onde a força de trabalho fora composta por mão-de-obra escravizada (LIMA, 2000. p. 140). Em sua pesquisa arquivística, onde foram analisados mais de 450 inventários, encontra-se recorrências de senhores do café serrano que possuíam trabalhadores em condição de escravidão. Contudo, o número de escravizados era pequeno se comparado a outras regiões da província. (LIMA, 2000. p. 139)

Acreditamos, partindo disso, que as relações com o trabalho desenvolvidas na cafeicultura serrana ajudaram de maneira objetiva a definir a formação dessa tradição, principalmente se levarmos em consideração que a mão-de-obra presente na agricultura do café na Serra de Baturité não era escravizada em sua maioria; eram camponeses que faziam migrações sazonais, era o sertanejo que subia a Serra.

A serra de Baturité entrou no mapa do capitalismo por meio de demandas exportadoras de seu café, e isso se refletiu nos investimentos feitos durante a segunda metade do século XIX. Visando aumentar a produção e facilitar o escoamento para os portos marítimos, se estabeleceu a construção da ambiciosa Estrada de Ferro de Baturité que iria escoar toda a produção de café das serras para o Porto do Mucuripe, em Fortaleza.

Entre os anos de 1846 até os primeiros anos do século XX, desenvolveu-se o que pode ser considerado o grande ciclo produtivo do café serrano. O historiador Raimundo Girão coloca que, em certos anos, os valores obtidos na exportação do café superaram as exportações de algodão, por exemplo. Depois de 1890, obteve-se uma paridade de valores até os fins do século XIX (GIRÃO, 2000. p. 380). Se levamos em consideração a proporção territorial do cultivo de café, limitada às regiões serranas, e o cultivo do algodão, praticado nas regiões sertanejas, entendemos como essa cafeicultura viveu um período áureo.

Esse período de alta produtividade, porém, acabou chegando ao seu fim. Esse primeiro esgotamento produtivo era o meio de sobrevivência de vários sítios que foram criados no seu entorno, e por isso o colapso desta economia para os grupos sociais que sobreviviam dessa atividade se fez duramente impactante. O memorialista Esperidião Queiroz Lima em seu livro, “Antiga Família do Sertão”, nos relata um pouco sobre o declínio produtivo ocorrido na virada do século XIX para o século XX. Ele coloca que “Decorridos cinquenta anos de belas floradas e grandes colheitas, a terra” ficou “exausta e corroída”, “tornando-se incapaz de manter o vigor produtivo das preciosas plantas.”⁶⁷.

Os solos estavam desgastados e sem capacidade de manter a produção que, em outros momentos, rendeu exportações. Barão de Studart justificou o esgotamento do solo pelo apego a “processos condenados” e “práticas rudimentares” (STUDART, 1928. p. 93-102). Porém, Lima observou que a derrocada da produção cafeeira se deu por fatores como o cultivo a pleno sol, com técnicas de desmatamento e queimadas que aumentavam o desgaste dos solos. Além disso, o fim de novas áreas cultiváveis para o café levou a uma brusca queda já nos primeiros anos do século XX (LIMA, 2000. p. 139).

A cafeicultura serrana, porém, não viu nesta crise o seu ponto final. Pelo contrário, foi neste momento de crise da produção cafeeira que foram buscadas novas formas de se praticar essa cultura, levando em consideração a pobreza dos solos, e também o fim das áreas cultiváveis. Retornando às memórias escritas por Esperidião Queiroz Lima, ele nos apresenta o que foi a “solução”: o sombreamento dos cafezais. Esperidião afirma que:

⁶⁷ LIMA, Esperidião de Queiroz. Antiga Família do Sertão. Rio de Janeiro: Agir, 1946, p. 225.

Quando já se julgava decretada a extinção, pelo esgotamento, da cultura cafeeira na Serra de Baturité, surgiu o remédio salvador: a arborização pelas ingazeiras, que fixando o azoto do ar e atapetando a terra de humosa camada de folhas decompostas, restituíram a seiva à terra e a vida aos velhos cafeeiros, que renovaram e re floriram.

Foi uma verdadeira ressurreição.

O roçado da gameleira, plantado em 1849, foi arborizado de ingazeiras em 1904, quando ameaçava perecer. Reviveceu. Foram replantadas as falhas. E presentemente (1945) ainda apresenta cerca de sessenta por cento de cafeeiros antigos, com noventa e seis anos de idade, vigorosos e produtivos.⁶⁸

O sombreamento com árvores como Camunzês e Ingazeiras foi apontado como a “ressurreição” dos cafezais. A título de explicação, a prática do sombreamento é definida como um sistema de produção de café onde se utiliza outras árvores para proteção dos cafezais de agentes externos como sol, geadas e chuvas. Esta forma de cultivo do café traz benefícios ecológicos para a terra pelo fato de não expor o solo ao desgaste, se compararmos o plantio a pleno sol. Porém, essa forma de plantio apresenta baixa produtividade (DALASTRA, 2014).

A prática do sombreamento dos cafezais, assim como o plantio consorciado com o café de gêneros de subsistência e frutíferos, além de as relações de trabalho dos sujeitos de café que desenvolveram práticas e costumes em torno da cafeicultura serrana e das experiências vividas, mesmo que com adaptabilidades ajudou na manutenção dessa atividade agrícola tradicional durante boa parte do século XX, até o momento das primeiras intervenções modernizadoras, nos anos 1960.

Em suas considerações finais, Lima (2000) coloca que o café acabou perdendo o espaço outrora ocupado dentro da cafeicultura cearense. Apesar de a cafeicultura ter sofrido esse declínio econômico, ela ainda mobilizava grupos sociais locais, fazendo-se “referência para os altos da Serra de Baturité” (LIMA, 2000. p. 156-157). De fato, mesmo com o fim do ciclo produtivo entre os anos de 1846 e 1922, a produção agrícola se manteve, e essa tradição cafeeira continuou em diversos aspectos dentro da esfera do trabalho e além de as relações econômicas, ou seja, nas relações sociais, no cotidiano e nos costumes destes sujeitos que se faziam como grupo e se adaptavam por meio das suas experiências, tradições e costumes.

A cultura cafeeira foi sendo formada e complexificada por meio das experiências dos sujeitos que a compunham e dos costumes que iam estabelecendo com o trabalho e as constantes adaptações que estes sofriam. Trata-se de uma relação que foi se construindo historicamente entre os sujeitos, a terra, o trabalho e os costumes, sendo cada um definidor e definido pelas dinâmicas e circunstâncias que foram sendo apresentadas.

⁶⁸ LIMA, Esperidião de Queiroz, 1946. *Ibidem*, p. 226-227

Algo importante de ser evidenciado é o fato de o trabalho com o café dentro da cultura serrana ter mobilizado trabalhadores e trabalhadoras de maneira contínua e constante. Por ser uma atividade portanto, quase que fixada no ciclo de trabalho de muitos dos sujeitos do café, a prática ajudava a definir muitos dos costumes por eles exercidos e muitas das práticas do cotidiano.

Esses, que consideramos serem os “sujeitos do café” – homens e mulheres que estavam envolvidos na agricultura de base tradicional em diversas etapas, produzindo, apanhando e participando dos vários momentos – desenvolviam seus costumes e suas práticas do cotidiano, pensando que muitas dessas práticas partiam do trabalho com o café e também iam além de a cafeicultura. A organização do tempo e dos ciclos, a cultura alimentar, as interações sociais, todos esses costumes ajudavam a construir a cultura dos trabalhadores.

Tais considerações chegam a nós por meio das oralidades e, antes de observarmos esses costumes, se faz interessante algumas considerações e percepções acerca desta metodologia tão utilizada, buscando levar em consideração algumas perspectivas e sensibilidades acerca dos diálogos estabelecidos e do processo de percepção de subjetividades presentes na escuta das histórias de vida.

A História Oral como meio de perceber experiências

Ao lidar com oralidades e com conversas com os sujeitos que serão nossas fontes e, ao mesmo tempo, direcionadores, percebemos como a palavra e seu potencial materializador das memórias e lembranças ocupam um papel central dentro da entrevista e da atenção do pesquisador que se aventura nesta opção. Contudo, antes de destacar a palavra externada nos relatos de vida ou nas perguntas direcionadas em seu aspecto mais objetivo, nos é essencial observar o sujeito que a expressa.

Acreditamos que na produção do discurso duas coisas devem ser levadas em consideração: a primeira é que, no ato da entrevista, de maneira consciente ou inconsciente, os sujeitos acabam por selecionar quais memórias são expostas a partir do uso da palavra. Pode haver acréscimos, exclusões, detalhamentos, repetições, mas que, em sua medida, expressam a escolha do narrador e além disso, aspectos de sua sensibilidade.

Além disso, consideramos que, para além de a palavra que é escolhida e dita, o corpo, as expressões e mesmo as sensibilidades demonstradas em diversos momentos dos diálogos podem nos ajudar a perceber aspectos da subjetividade do sujeito. O aumento ou diminuição do tom de voz; o uso ou a recorrência aos sentidos; o silêncio, o trêmulo da voz; o gesticulado e a linguagem corporal; e mesmo a entonação da voz em dados momentos do discurso, podem nos ajudar a perceber o que o sujeito considera mais importante ou mais relevante. Meihy e Holanda (2007),

nos ajudama perceber isso colocando que:

“[...] Convém lembrar que a palavra dita gravada não existe como fenômeno ou ação isolada. Muito do que é verbalizado ou integrado oralidade como gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais – que na maioria das vezes não tem registros verbais garantidos em gravações –, pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista oral. A consideração da entrevista além do que é registrado em palavras é um dos desafios da história oral. [...]”⁶⁹

As formas como o dito e o não dito vão se convergindo ou distanciando podem nos ajudar a entender não apenas o fato histórico oralizado, mas como, naquele momento, o sujeito lida com a experiência vivida que pode ser alterada, em outro momento. Destacamos esta perspectiva do “momento em que se narra”, porque é necessário perceber o oralizado não apenas como uma narração cronológica ou fatídica onde cada detalhe é evidenciado, mas sim uma dimensão onde sujeitos expõem sensibilidades e experiências vividas em um momento específico de sua vida, e que podem, com o decorrer do tempo e com a experimentação de outras vivências, ser modificada.

O sujeito que compartilha as suas vivências e experiências por meio da oralização de suas memórias evidencia várias percepções e sensibilidades obtidas no momento vivido e depois disso. As constantes ressignificações ao encarar e interpretar o vivido fazem com que o relato oral não siga uma lógica fechada, havendo a possibilidade de reinterpretações das experiências vividas; pois, mesmo sendo um fato contado de forma repetida, ele não é narrado da mesma maneira ou com a mesma interpretação. As ferramentas da memória, como o lembrar e o esquecer, acabam ajudando nessa constante construção.

A partir dessas análises, surge o desafio ao pesquisador não apenas de como perceber, mas de evidenciar o que vai além de o falado, pois entre o ato de entrevistar pessoalmente, interagindo com o sujeito, e apenas ouvir uma gravação de voz, se pode perder potenciais reações não orais que dão ao discurso conotação única. Além disso, entre o ouvir a voz gravada e transformar esse relato em história oral transcrita, outras alterações são feitas e certas sensibilidades devem ser destacadas nesses estágios.

Por mais que se busque manter marcas da oralidade com a preservação de repetições, a utilização de sinais de acentuação gráfica, ou sendo fiel a forma como a palavra é dita pelo sujeito, ao se preservar alguma coloquialidade, haverá uma “certa quantidade de invenção”, algo observado por Alessandro Portelli, que também evidencia as alterações de percepções entre “o

⁶⁹ MEIHY, José Carlos e HOLANDA, Fabíola. **História oral – como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 14.

que se ouve e o que se lê.” (PORTELLI, 1997. p. 27-28). A subjetividade da fonte e do sujeito que a compartilha, além de os desafios em perceber o que se ouve, o que se vê e o que se sente são atributos que não podem ser excluídos ou silenciados de forma instrumental visando produzir apenas uma fonte instrumental, e sobre isso, Portelli coloca que:

[...]. Abolindo estes, tornamos insípido o conteúdo emocional do discurso inclinado para a equanimidade e objetividade do documento escrito. Isto é mais verdadeiro quando informantes do povo estão envolvidos: eles podem ser pobres em vocabulário, mas sempre mais ricos em variações de matizes, volume e entonação que os moradores da classe média, os quais aprendem a imitar no discurso a monotonia da escrita.⁷⁰

Como dito anteriormente, para podermos dialogar bem com as oralidades, não podemos adotar a prática de se ater apenas ao fato perguntado, trabalhando como um seletor, onde o que parece em um primeiro momento ser útil ao pesquisador, é mantido, e o que não dialoga com suas propostas e hipóteses, é relegado. Por nos depararmos com o sujeito que fala e que possui suas subjetividades, perspectivas e experiências muito específicas, que acabam definindo seu relato como único, devemos ter especial atenção às subjetividades envolvidas e evidenciadas. A partir desta consideração, levantamos alguns pontos a serem pensados.

Um primeiro aspecto levado em consideração é a necessidade do pesquisador em história oral não se prender ou se fechar em sua objetividade, mas em como deve-se estar sensível na percepção e na condução dos rumos que os entrevistados nos apresentam, levando em consideração que, antes de tudo, lidamos com sujeitos que interpretam o vivido, e que é a partir do ato de fala e de interpretação desse que podemos visualizar uma faceta do passado.

Além disso, essa interpretação do passado sofre modificações na medida que os próprios sujeitos mudam, esquecem, rememoram, acrescentam ou excluem aspectos da sua memória interpretada, sendo as constantes relações com o presente, potenciais desencadeadores de ressignificações. Portelli nos coloca essa perspectiva, afirmando que “recordar e contar já é interpretar”, e que o fato de “excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho” seria uma distorção do “significado próprio dos fatos narrados.” (PORTELLI, 1996. p. 2).

No processo de construção da narrativa são feitas escolhas que colocam em visualização certas perspectivas, que podem ser justificadas de diversas formas. Porém, ao passo que caracterizações e definições são feitas, podemos perceber exclusões e silenciamentos que poderiam ser geradoras de problemáticas diversas que são praticadas. De fato, o imperativo da

⁷⁰ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, abr./1997, p. 13-49. p. 29.

escolha é usado por todos pesquisadores e é muito válido. Mas ao se tratar dos usos e abordagens com a dimensão da oralidade, deve-se estar atento a essas inclusões ou exclusões.

Ao lidar com sujeitos que são subjetivos e intérpretes de seu tempo, nos deparamos com peculiaridades e singularidades presentes em suas falas que devem ser colocadas em problemática por evidenciarem esses narradores como únicos, mesmo que inseridos em um recorte histórico que envolvem mais sujeitos que podem ter tido vivências semelhantes.

Quando lidamos com experiências coletivas, podemos observar nas falas dos envolvidos recorrências comuns que podem parecer repetitivas por apresentarem similaridades constantes, algo comum se levarmos em consideração que há o compartilhamento de uma mesma temporalidade e espaço, além de terem vivenciado um processo histórico em comum. Mas devemos considerar também que cada discurso se diferencia, pois, cada sujeito vai interpretando e condicionando uma experiência histórica coletiva a sua maneira. Esses aspectos podem nos ajudar a perceber por exemplo, as sensibilidades ou interpretações distintas que serão evidenciadas nas memórias de sujeitos que viveram em um mesmo momento.

As narrativas contam uma versão parcial de um fato histórico. No contato com um sujeito que narra suas memórias, encaramos uma visão do fato ocorrido, que foi apropriada pelo sujeito, experimentada, guardada como memória e depois evocada para a narrativa oral. Porém, temos que levar em consideração que a visão de um sujeito, por mais que seja profunda e evoque suas experiências, acaba sendo parcial e não totalizante, permitindo muitas vezes a inserção de outras narrativas, que podem trazer perspectivas diversas ao outrora falado. Ao falarmos da existência de várias narrativas, onde cada fala é única e repleta de potenciais interpretativos, destacamos um aspecto essencial da história oral, que é justamente a consideração da personalidade, mas a abordagem de pontos de vista e versões distintas na busca de melhores compreensões.

Esse aspecto torna a narrativa oral diferente e importante, por evocar a experiência única e ao mesmo tempo deixar rastros e portas abertas a outras falas e sensibilidades que podem estar presentes nas narrativas de outros sujeitos. Alessandro Portelli coloca esse atributo do “desaparecimento do narrador onisciente”, como algo que auxilia na anulação de uma história única e verdadeira em si mesma, trazendo ideia de evento que possui “capacidade de gerar múltiplas visões, múltiplos relatos e múltiplas interpretações”, e onde a fala do sujeito não passa de uma “interpretação do vivido” que é legítima, mas que parte justamente da subjetividade (PORTELLI, 1996. p. 6)

Sujeitos do Café: Modos de vida e costumes

Como dito anteriormente, a cafeicultura dos diversos sítios da Serra de Baturité foi desenvolvida a partir de várias interações entre os sujeitos do café, a terra a ser cultivada e a cultura trabalhadora que ia sendo desenvolvida e constantemente elaborada e reinventada. As relações construídas na cafeicultura iam muito além do que poderia ser mensurado apenas pelas dinâmicas do trabalho. Nisso, a junção de fatores envolvendo elementos de experiências anteriores, com adaptações e ressignificações que deram à cultura do café uma identidade definida que envolveu a atuação e a participação de sujeitos diversos.

As etapas de cultivo da cultura cafeeira na Serra de Baturité eram a limpeza de terrenos, poda dos cafezais, que não eram replantados anualmente, mas, sim, cuidados. Alguns relatos de trabalhadores e donos de sítios afirmam que ainda hoje existem pés de café com quase 100 anos. Havia também a retirada de galhos, plantios ocasionais de novos cafeeiros, cuidados com limpeza e adubação natural. Logo depois, vinha a apanha do café, momento central da cafeicultura por requerer sempre muita mão-de-obra. Após esse momento, vinham as etapas de beneficiamento, como a limpeza em terreiros e a venda para as torrefações.

Antes de serem trabalhadores, os sujeitos do café eram homens e mulheres buscando alternativas de sobrevivência e subsistência. Tomando essa perspectiva, podemos perceber que estavam inseridos na dinâmica do café sujeitos diversos: mulheres, que eram apanhadeiras de café e essenciais para a colheita no período que o grão se encontrava maduro; homens, que poderiam trabalhar como podadores dos matos, cuidadores da terra, mateiros, em outros momentos do ciclo do café serrano, assim como os feitores e donos de sítio. Além disso, crianças eram iniciadas na atividade cafeeira envolvidas na apanha das bagas de café que ficavam no chão.

Essas relações se misturavam e se confundiam dentro do jogo do cotidiano, tornando-se difícil distinguir o que era o trabalho e o que era o não-trabalho, algo discutido por Edward Thompson acerca dos trabalhadores ingleses na dinâmica pré-capitalista (THOMPSON, 1998. p. 52-53). A existência do “além-trabalho a partir do trabalho” nos faz perceber a complexidade da tradição cafeeira, e também o modo como essa atividade foi uma forma de sobrevivência para muitas famílias dos municípios de Pacoti, Guaramiranga e Mulungu.

Os diversos sítios presentes nesses municípios possuíam similaridades, mas também diferenças entre si, algo percebido nas falas dos homens e mulheres. Semelhanças, mas, também, discrepâncias, acabamos compreendendo a diversidade e a complexidade da cafeicultura serrana.

Aí todo mundo, quando começava a apanha no meio de junho, às vezes quando tinha muito café maduro, eles botavam logo pra ir apanhando né. Porque quando o café tá maduro, se ficar maduro demais, se não apanhar, ele cai todin no chão. Aí antes do café amadurecer pra cair eles botavam logo. Uma parte no mês de

maio e quando chegava o mês de junho a gente já tava apanhando. Era o dia 20 de maio a gente começava a apanhar e entrava o mês de junho apanhando.⁷¹

A fala acima foi retirada de uma entrevista feita com uma apanhadeira de café, no ano de 2019. Essa senhora trabalhou por cerca de 30 anos com atividades relacionadas a cafeicultura, principalmente no que envolvia a apanha do café. Podemos, a partir do trecho acima, entender um pouco sobre como se iniciava esse momento da apanha do café, que geralmente é entre os meses de junho e julho. Contudo, ela explicou-nos que era possível iniciá-la ainda em maio, para colher os grãos já maduros, algo comum quando a safra anual do café era boa.

Porém, não queremos focar nisso, mas, sim, na capacidade que a apanha de café possuía para mobilizar várias pessoas. Iniciando em maio ou em junho, o momento da apanha era visto como o auge da mobilização de pessoas para mão-de-obra. Voltando novamente para a fala de dona Branca, na qual é colocado que:

Pesquisador: Mas tinha muita gente que ia pegar café nessa época?

Dona Branca: Ai meu Deus... bichin, é porque agora não existe mais, Esse... Esse pessoal mais velho, óia. Era os Morais aculá, era a turma que morava... era os mais velhos. Tudo lá. Tudo trabalhando lá. Eram homens e mulheres.

Pesquisador: Era umas 20 a 30 pessoas?

Dona Branca: Ora era... conversa é essa! Era muito mais.

Pesquisador: E era?

Dona Branca: Era gente que... que eu num tô dizendo, que quando eles começavam a medir o café, que eles tinham um feitor no barreiro de prontidão... Quando começava a medir, começava a meio dia pra terminar de tarde porque era gente demais, homens e mulher, era todo mundo. Porque num tinha esse negócio não.⁷²

Como podemos ver na fala da apanhadeira, o trato com o café envolvia homens e mulheres nas mais diversas atividades. Em outros relatos, coloca-se que, a depender do sítio, poderia se observar entre 40 ou até mesmo 100 pessoas por dia trabalhando. Isso acontecia porque os sítios eram divididos em roçados que poderiam envolver várias pessoas. Havia, além de as apanhadeiras, mateiros, podadores e feitores, que geralmente eram homens, e se envolviam em outros estágios da cafeicultura.

Algo que nos chama atenção é a presença frequente das mulheres na apanha do café e em seus roçados. Muitas eram acompanhadas por seus filhos, que, inclusive, ajudavam no processo. Isso foi enfatizado pelos trabalhadores e trabalhadoras que destacavam como primeira lembrança da cafeicultura a ida aos roçados para apanhar o “balão” – termo usado para designar o café que

⁷¹ Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio no dia 21 de setembro de 2019. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

⁷² Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio no dia 21 de setembro de 2019. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

ficava pelo chão e que precisava ser apanhado após os grãos “de cima” dos cafezais terem sido recolhidos. Acerca dos desafios, Dona Branca nos fala que:

Dona Branca: E o sacrifício, ai meu Jesus de nazaré... pra descer, nós descia, eu descia... hoje, eu vivo doente, eu sinto doença... Eu dizia assim: Agora eu não tô sentindo nada não porque eu tô nova, mas deixe eu ficar velha. Nós, pra poder chegar, porque no barreiro, nós tirava um balaio deste tamanho, que pegava duas latas de [café]. Nós tirava na tampa! Limpo limpo, sem apoio, só pra ir deixar no barreiro.

Entrevistador: Um balaio cheio?

Dona Branca: Na cintura! Aqui daqui pra baixo óia, daqui pra baixo da cintura da gente, a gente ficava com as perna tudo dormente. Andava muito, com o balaio cheio, na cintura.⁷³

A fala de Dona Branca elucida bem os efeitos árduos de uma atividade que, definitivamente, não era simples. O trabalho com o café não era leve ou fácil, principalmente a apanha, que demandava mais tempo e agilidade. O balaio utilizado para processo era amarrado à cintura e não era pequeno, o que dificultava a movimentação. Além disso, os cafezais estavam localizados em altos de morros ou em baixas, o que tornava essa colheita mais desafiadora. Tal prática não era leve e romântico como algumas narrativas podem nos fazer pensar; pelo contrário, o café trouxe consigo marcas no corpo e na saúde das mulheres.

O trabalho feminino no café poderia ser muito mais desafiador que o masculino. As distinções de gênero podem fazer-nos pensar no trabalho como algo leve. Porém tal pensamento é falacioso, pois ambos lidam com desafios extenuantes e prejudiciais que vão desde arrancar bagas de café, até levá-las ladeira acima. Considerar tal trabalho leve é problemático; porém, algo que ajuda a construir essa perspectiva é o que podemos considerar como a divisão sexual do trabalho.

Podemos ver isso em um trabalho desenvolvido por pesquisadoras que buscam desenvolver uma análise sobre os perfis de trabalhadoras da cafeicultura no município de Poço Fundo, em Minas Gerais, onde coloca-se que são englobadas “as atividades domésticas, o cuidar dos filhos, idosos, hortas e animais de pequeno porte.” Mas que, além disso, “[...] também participam do trabalho agrícola, no roçado.”, que é visto erroneamente como um auxílio ao homem. O fato é que “a qualidade do esforço despendido pelo seu executor” são as mesmas, porém o “o sexo que o executa” é diferente. É por isso que se considera o trabalho feminino leve, “independentemente de ser exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde”. (VALE, A. R. do; AMARAL, J. D. F. do; RAIMUNDO, G, 2020. p. 39)

⁷³ Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio no dia 21 de setembro de 2019. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

Tal trabalho possuía importância para as famílias serranas pelo fato de muitas vezes ser a única alternativa de ganho monetário, principalmente às mulheres apanhadeiras de café, que eram chefes da família e utilizavam muitos dos seus ganhos para a manutenção de necessidades básicas de sobrevivência, que não era obtida por meio da terra. As funções sociais assumidas e a mobilização na dinâmica da tradição cafeeira serrana serviam para a sua própria sobrevivência, mas também para a sobrevivência familiar. Sejam filhos, irmãos, ou os próprios pais, alguns sujeitos tinham no dinheiro do café conquistado por essas mulheres, garantia básica de sobrevivência. Conversando com mais uma apanhadeira de café, dona Efigênia, entendemos um pouco sobre os impactos dos ganhos monetários:

Pegava um valor até bom né? [...] ah eu conseguia comprar roupa, calçado as vezes pras minhas irmã, pra minha mãe também, ela num trabalha quando nós era pequeno né, antes de eu me casar, aí eu comprava roupa pra minhas irmã, ainda hoje até elas fala, a minha mãe pegava o dinheiro sabe, era assim: todos os sábado eu recebia, aí entregava a ela, aí ela fazia o que queria, ninguém ia atrás não. [...] Aí ela levava pra Fortaleza. Juntava meu dinheiro, o meu e o da minhas irmã, ela levava, ia numa loja, comprava um bucado de roupa, de tecido, nós se vestia, era assim.⁷⁴

Como podemos perceber, os ganhos monetários com o café eram empregados naquilo que não poderia ser obtido por meio da agricultura: a compra de roupas, tecidos e outras coisas. Houve casos onde o dinheiro foi empregado na compra de gêneros alimentícios que complementavam a dieta alimentar, como biscoito ou sardinhas, ou na compra de condimentos e produtos para cozimento, como sal e óleo.

Alf Schwarz nos evidencia isso em seu artigo, no qual ele busca comparar e problematizar a lógica do desenvolvimento do Estado e a lógica camponesa, apontando este último modo como uma produção voltada para a segurança e para a manutenção da “produção necessária”, que é “constituída, essencialmente, pela parte da produção que serve ao autoconsumo” e também para “comprar bens indispensáveis para a satisfação das necessidades essenciais dos produtores rurais e de sua família” (SCHWARZ, 1990. P. 82).

Conclusão

A tradição cafeeira serrana que coexistiu anos a fio era uma tradição voltada para a subsistência. Parte do café colhido era vendido, mas outra parte servia para o consumo próprio dos moradores serranos. Além disso, gêneros alimentícios, além do café, eram cultivados para a

⁷⁴ Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas no dia 21 de setembro de 2019

alimentação dos trabalhadores e trabalhadoras, sem falar nos próprios ganhos monetários obtidos com a apanha do café ou em outras etapas, servindo essencialmente para comprar o que não era possível obter diretamente da terra.

Contudo, a partir da segunda metade da década de 1960, iniciou-se a implementação de políticas e intervenções de caráter modernizador na cafeicultura presente na Serra de Baturité. O Instituto Brasileiro do Café e alguns outros órgãos estatais da esfera executiva estadual começaram a interferir de maneira profunda toda a estrutura da cafeicultura serrana, passando por alterações e ressignificações sentidas por todos os atores sociais envolvidos.

Essas intervenções modernizadoras se desenvolveram em dois momentos. Primeiro, o “Programa de Erradicação dos Cafezais”, promovido pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) e organizado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), em que se buscou executar a erradicação de cafezais improdutivos para diversificar o uso de outras culturas julgadas como mais rentáveis na década de 1960. O segundo momento iniciou-se na década de 1970, quando foi empregado na cafeicultura de Baturité o Programa de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC), também promovido pelo IBC e de aplicação nacional. Esta intervenção, especificamente, buscou repensar as bases de desenvolvimento e manutenção da cultura cafeeira na Serra de Baturité, e redefini-la objetivando a inserção desta produção na lógica capitalista por meio do aumento produtivo e da modernização.

Essas modernizações financiadas e pensadas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) e a Secretaria de Agricultura acabou alcançando resultados frustrantes, principalmente por não levar em consideração as especificidades da região serrana e a existência dessa tradição cafeeira historicamente estabelecida. Algumas das práticas implementadas, como a retirada do sombreamento de cafezais e o uso de insumos químicos, além de a mudança de sementes, acabou afetando a produção de café.

Essas intervenções na cafeicultura serrana afetaram os diversos sítios de produção de café e os sujeitos envolvidos no trabalho anual com o gênero rubiáceo, fazendo com que houvesse vários processos de mudança e ressignificação do cotidiano, dos costumes dos sujeitos e, inclusive, em relação a própria cultura cafeeira, que, principalmente com a aprovação da lei que criou a Área de Proteção Ambiental – APA da Serra de Baturité, no ano de 1990, foi profundamente alterada.

Referências

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 296 p.

ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto. **Sol e Sombra: o Café do Maciço de Baturité Numa Perspectiva Ecológica e Socioeconômica.** 2009. 157 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Fortaleza-CE, 2009.

AMORIM, Mônica Alves. **A paisagem como instrumento de valorização de produtos de montanha: a experiência do café sombreado do maciço de Baturité, Ceará.** 2019. 100 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2019.

AMORIM, M. A.; ASSIS, R. L. DE. **A experiência de produção de café na Serra de Baturité – Ceará: aprendizado empírico e os reveses causados pelas políticas cafeeiras do Brasil.** Boletim de Geografia, v. 39, p. 459-476, e61711, 21 abr. 2022.

DALASTRA, Fernando Galant. **Sombreamento arbóreo na produção do café.** 2014. 29 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônômica) - Universidade Federal de Grandes Dourados, Dourados - MS, 2014.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 14. ed. atual. e aum. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará.** 2ª edição. Fortaleza: UFC, 2000.

LAFER, Celso. (1973). O convenio internacional do café. In: **Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo**, 68(2), 285-340.

LEAL, Vinícius Barros. **História de Baturité, época colonial.** [S.l.]: SECULT, 1980. p. 85.

LIMA, Pedro Airton de Queiroz. **À sombra das ingazeiras: o café na Serra de Baturité (1850-1900).** 168 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MARTINS, Ana Luiza. **História do Café.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 316 p.

MEIHY, José Carlos e HOLANDA, Fabíola. **História oral – como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____ e SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: História oral aplicada.** São Paulo: Contexto, 2020

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo.** Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1996, p.59-72.

_____. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, abr./1997, p. 13-49.

RIOS, Kênia Sousa. **Os usos da narrativa: Escrita e oralidade**. Fortaleza-CE: Imprensa Universitária, 2016. 92 p

SAES, Maria Sylvia Macchione; SOUZA M. C. M. de; OTANI, M. N. **Equívocos de Pacotes Tecnológicos: O Exemplo de Baturité**. Instituto de Economia Agrícola. 2002. Disponível: <http://www.iesa.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=261>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

SCHWARZ, Alf. **Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa**. Tempo soc., São Paulo, v.2, n.1, p.75-114, junho de 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i1.84788>. Acesso em 10 Dez. 2021

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 2. ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

SOUZA, Nidyane Costa de. **Avaliação da rentabilidade do café ecológico**, sob condições determinista e de risco: O caso da APA de Baturité. 2008. 131 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Mestrado Acadêmico em Economia Rural (MAER). Centro de Ciências Agrárias. Fortaleza-CE. 2008.

STUDART, Barão de. Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**, t. XLII. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1928. p. 93-102

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio: Zahar, 1981

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

VALE, A. R. do; AMARAL, J. D. F. do; RAIMUNDO, G. Traçando o perfil das mulheres da agricultura familiar produtora de café orgânico no município de Poço Fundo-MG. *Revista Campo-Território*, Uberlândia-MG, v. 15, n. 36 Jul., p. 36–55, 2020.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 420p.

ST 11: REGIMES AUTORITÁRIOS NO SÉCULO XX: MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA COMO ESTRATÉGIAS DE REPARAÇÃO

A FUSÃO DOS ESTADOS DA GUANABARA E DO RIO DE JANEIRO (1959-1975)

Antônio Daniel Correia de Araújo⁷⁵

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados parciais obtidos ao longo de três anos de pesquisa na pós-graduação. Visamos destacar a produção historiográfica acerca do empresariado carioca na fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara, além de mostrar os avanços processados com a nossa pesquisa nesta área. A pesquisa começa no ano de 1959 e estende-se até 1975, ano de início da fusão. Partimos do aporte teórico formulado pelo marxista sardo, Antônio Gramsci, em seus anos de cárcere (1926-1934) durante a ditadura fascista de Benito Mussolini. A partir das atas da diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias da Guanabara (CIRJ-FIEGA) destacamos a atuação política de fração de classe industrial, representada nas entidades, em prol da fusão dos dois estados.

Palavras-chaves: Fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara; empresariado; CIRJ-FIEGA.

Introdução

Em finais da década de 1950, com a mudança do Distrito Federal para o Planalto Central, a cidade do Rio de Janeiro passava por um impasse político, a saber: o território viraria uma cidade-estado, o estado da Guanabara, ou seria incorporada ao estado do Rio de Janeiro e passaria a ser a capital do estado, com isso, desbancando Niterói. A querela envolveu tanto a sociedade política restrita quanto a sociedade civil⁷⁶. Os aparelhos privados de hegemonia⁷⁷ em estudo, o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) e a Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIDF), no ano de 1959, optaram por defender a fusão entre a cidade do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro, proposta que foi derrotada politicamente. Com a criação do estado da Guanabara e passado este primeiro momento, pode o CIRJ e a Federação das Indústrias da Guanabara (FIEGA, antiga FIDF) ao longo do ano de 1960 empreender verdadeira campanha política em prol da fusão dos dois estados.

⁷⁵ Bacharel e licenciado em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social pela mesma Universidade, membro do Grupo de Estudos René Dreifuss coordenado por Elaine Bortone, Renato Lemos e Vicente Gil.

⁷⁶ Grosso modo, a sociedade política restrita seria o espaço de atuação política dos dirigentes do país, portanto, o corpo de deputados, vereadores, seus assessores e etc. Já a sociedade civil seria o espaço de atuação política das entidades e órgãos privados e públicos.

⁷⁷ Em nossa acepção, os aparelhos privados de hegemonia seriam órgãos e entidades que podem ou não ser formadas a partir de membros da sociedade política e civil, sua função é dar direcionamento aos interesses imediatos e de longo de uma classe.

A historiografia da década de 1960 e 1970 tendeu a enxergar a burguesia industrial que se consolidava naquele período com aversão à política, sendo a sua ação pontual. Com a publicação da tese de doutoramento de René Dreifuss, *1964 A Conquista do Estado* (1981) a ação política do empresariado passou a ser contestada, sendo vista como articulada com objetivos e passos específicos a serem seguidos. Outras pesquisas do mesmo período também iriam contestar a apatia que os estudiosos incumbiam no empresariado industrial brasileiro para a década de 1950, como a de Ianni (1975).

Consolidou-se uma linha de pesquisa baseada no aporte teórico formulado por Antônio Gramsci, que busca entender a ação empresarial a partir das entidades de classe e pela atuação política de seus associados. No Brasil, autores como o já citado Dreifuss, Sônia Regina de Mendonça, Álvaro Bianchi, Elaine Bortone, Renato Lemos, Vicente Gil, dentre outros, têm trabalhado com a noção de intelectual orgânico para entender a ação e motivação política de parte da fração de classe industrial.

O intelectual orgânico seria o responsável por organizar a ação política empresarial de acordo, ou apesar, da classe. Entendida a necessidade de ação, partiriam para os mais diversos tipos de atividades que necessitem de seus esforços em prol de assim conseguirem seus objetivos políticos e econômicos (BIANCHI, 2008).

Durante a década de 1960, a fração de classe industrial representada politicamente no CIRJ e na FIEGA identificou através dos estudos técnicos feitos no ano de 1959 que eles obteriam mais ganhos políticos e econômicos com a fusão. Tendo isto em vista, levaram a cabo uma campanha política em prol da fusão ao longo de 1960 até meados de 1975, quando enfim ela acontece. Neste trabalho buscamos apresentar e demonstrar como esta campanha foi construída. Assim sendo, surgem algumas questões que ainda não foram respondidas com satisfação pela historiografia: onde os estudos técnicos provenientes da fusão foram divulgados e aproveitados? Por que a fusão no ano de 1959 não foi para frente? Como eles se propunham a resolver o problema do esvaziamento econômico e industrial? Qual seria a noção técnica dos empresários?

O presente artigo se divide em duas partes. Na primeira, apresentaremos a bibliografia que já trabalhou com a temática da fusão com os industriais do CIRJ e da FIEGA; na segunda, exporemos os resultados obtidos indicando os pontos de avanços em relação ao estado da arte.

A fusão e os empresários, o que a historiografia já disse

Muitos autores trataram da questão parlamentar no que tange à fusão. Contudo, poucos autores se debruçaram sobre atuação empresarial antes, durante e após a fusão. O trabalho mais robusto é o do geógrafo e professor da Universidade Federal Fluminense, Hélio de Araújo

Evangelista, em sua tese de doutoramento cujo nome é *A fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara segundo a perspectiva da geografia* (1998). No entanto, o primeiro estudo que pensou em incorporar a visão do empresariado foi o de Ana Maria Brasileiro, *A Fusão: Análise de uma Política Pública* (1979). Temos também o trabalho de Bruno Lobato, que estudou a ideologia contida nos estudos encomendados pela FIEGA e pelo CIRJ para os anos de 1959 e 1969, em seu trabalho de conclusão de curso de história, *A fusão da Guanabara e do Rio de Janeiro como um projeto da burguesia do complexo FIEGA/CIRJ* (2022). Por fim, o trabalho de Marieta de Moraes Ferreira, intitulado *A Fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política* que consta no livro *A democratização do Brasil: atores e contextos* (2006), pontua que, no ano de 1975, os empresários do novo estado estariam envolvidos em um novo projeto de identidade para o estado. Contudo, a autora não avança no argumento.

A historiografia e outras ciências sociais e aplicadas vem destacando os problemas que enfrentava a cidade do Rio de Janeiro durante as décadas de 1950 e 1960 e, invariavelmente, acabam por atestar ou se contrapor aos argumentos de fração da classe empresarial que estava representada no CIRJ e na FIEGA. Ao termo, estes argumentos constituir-se-iam em prol da fusão. É o caso da urbanista Ester Limonad em sua tese de doutoramento *Os lugares da urbanização: O caso do Interior Fluminense* (1996), na qual a autora se contrapõe ao argumento empresarial de que ocorreria no estado do Rio de Janeiro um processo de esvaziamento industrial e econômico para a década de 1970. A autora aponta ainda a descentralização de renda por município produzida pela fusão, com o intuito de provar a falsidade do argumento.

O historiador Edgard Carone em livro comemorativo do CIRJ, encomendado pela própria entidade, cujo título é *O Centro Industrial do Rio de Janeiro (1827-1977)* (1977), aponta que a entidade durante a maior parte de sua existência procurou atuar politicamente nas áreas de tributação e impostos, tanto na exportação, quanto na circulação interna das mercadorias. Sobre a atuação do empresariado carioca ao longo da década de 1950 até o ano de lançamento do livro, o autor sustenta que sua atuação não pode ser considerada política, apesar de “podermos dizer que a classe empresarial não tem participação política, mas age com intuito político” (CARONE, 1977, p. 156.).

Para Hélio Evangelista, a atuação política em prol da fusão do CIRJ e da FIEGA seria pontual, restrita aos anos entre 1959 e 1969, com um espasmo no ano de 1967. Ao estudar o processo de participação empresarial durante as tentativas de fusão, percebeu o autor que as reclamações dos industriais incidiam contra o Imposto sobre Vendas e Consignações durante a década de 1950; já na década seguinte atacaria o Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Estes, em seus devidos momentos, consequentemente 1959 e 1969, representariam aspectos centrais para a união entre os dois estados.

Outro aspecto que merece destaque é o esvaziamento econômico e industrial da cidade do Rio de Janeiro. As reclamações dos industriais acerca desse fenômeno datam desde a década de 1920, quando São Paulo se torna o carro chefe da industrialização. No discurso empresarial carioca, do CIRJ e da FIEGA, o motivo da perda de hegemonia, durante o processo de fusão, residiria na alta carga tributária que a cidade-estado herdara de quando ainda era Distrito Federal. A separação da cidade com o interior fluminense, atrelada aos impostos, constituiria, para o empresariado representado nos aparelhos privados de hegemonia em estudo, um dos principais motivos da desarticulação regional econômica, comercial e industrial. Dito de outra forma, haveria dinheiro na cidade do Rio de Janeiro que não poderia ser reinvestido em infraestrutura nas cidades satélites que faziam fronteira. Estas por sua vez acabavam servindo como cidades-dormitório, já que não teriam capacidade de oferecer trabalho fixo e lazer (EVANGELISTA, 1998, p. 99 e 100).

A análise que Ana Maria Brasileiro faz acerca da fusão relega aos empresários do CIRJ e da FIEGA aspecto secundário em termos de importância. Em seu estudo, a autora faz um apontamento de sua atuação política somente para o momento posterior a fusão, 1975 em diante, quando busca avaliar o quão bem é recebida a fusão nesse meio.

Por fim, Bruno Lobato percebeu que os trabalhos encomendados pela FIEGA e pelo CIRJ, para o ano de 1969, defendiam um conjunto de interesses que visava o aumento do parque industrial carioca juntamente com outros ganhos e benefícios sociais. Dentre os estudos analisados encontra-se o de segurança do estado, escrito pelo tenente-coronel Alair Pitta, que tinha por finalidade trazer “benefícios econômicos e sociais e, com isso, favorecer a distensão social, esvaziando os discursos de oposição ao regime militar, que o tenente-coronel chama de demagógicos, e, portanto, a fusão contribuiria para a segurança nacional” (LOBATO, 2022, p. 96).

O conjunto de visões sobre a atuação política empresarial durante o processo de fusão, portanto, ainda não foi encarado como uma campanha política. Nossa intenção no próximo tópico é mostrar os caminhos percorridos durante a campanha pelos industriais cariocas, visando responder os questionamentos que apareceram na introdução.

A campanha política dos industriais cariocas pela fusão

A campanha política em prol da fusão de fração da classe industrial representada no CIRJ e na FIEGA tem seu início no ano de 1959, véspera da mudança da capital. Acerca do porquê de a fusão não ter sido implementada neste ano diversas respostas já foram dadas. A explicação usual da historiografia diz da incapacidade de o empresariado fazer política. Hélio Evangelista, em sua tese, destaca a posição da classe que entendia que não houve nenhuma consulta à população e, principalmente, às classes produtoras quanto aos destinos que a cidade do Rio de Janeiro poderia

vir a ter. Com isso, não teria sido levado em consideração problemas de ordens administrativas e econômicas (EVANGELISTA, 1988, p. 107).

Em nossa pesquisa, pudemos perceber outros motivos do porquê da campanha que se iniciava no ano de 1959 não ter avançado. Em primeiro lugar, o Centro Industrial do Rio de Janeiro passava por uma reestruturação em sua organização. Esta ampliação buscava aumentar o número de pessoas associadas, logo aumentando a quantidade de recursos disponíveis na entidade. Esta atividade começa no ano de 1958 e se estende até junho de 1961. A reforma é importante, pois ela disporia os diretores associados de acordo com suas qualidades técnicas. Assim sendo, durante este período, diversos grupos de estudos, comissões e outros tipos de disposição dos membros internos foram experimentados para melhor entrosamento dos diretores com os interesses da fração da classe ali representada.

Em segundo lugar, ao longo da existência do CIRJ e da FIEGA a sua diretoria teria sido sempre a mesma. Contudo, entre 1959 e 1960 devido ao clima de ameaça comunista e de golpe de estado que os empresários cariocas sentiam, resolveram separar a diretorias das duas entidades. O ano de 1959 é também o ano de criação e implementação do Conselho Superior das Classes Produtoras entidade que atuaria como,

Grupo de intervenção política, especialmente diante de questões críticas da conjuntura, como a defesa da participação do capital estrangeiro na economia nacional, a resistência à reforma agrária, a oposição à existência da Petrobrás e a denúncia da infiltração comunista no governo federal (LEMOS, 2022, p. 9).

Separada a diretoria das duas entidades, CIRJ e FIEGA, e estando os diretores do CIRJ e todo o seu aparato técnico envolvidos diretamente na criação do CONCLAP e na manutenção do Centro, é exposto na ata do dia 23 de julho os motivos de não ter ido para frente os assuntos referentes à fusão no ano de 1959.

Passa-se, ainda uma vez, a examinar a proposta de realização de um estudo sobre a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Distrito Federal. Informa o Sr. secretário geral que a matéria se encontra em ponto morto, eis que o Centro, ao qual a Federação transferiu a iniciativa da realização do trabalho, resolveu aguardar a instalação do CONCLAP para que esse novo organismo se encarregasse do assunto. Entretanto, como o CONCLAP não se instalou ainda, já decorreu quase um mês, sem que providência alguma fosse tomada. O Sr. presidente, então, sugere e é aprovado que se oficie aos sindicatos solicitando ajuda financeira para a realização desse estudo (Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 23 de julho de 1959, p. 2).

A fusão não teria ido para frente no ano de 1959 porque o CIRJ estaria aguardando a instalação do CONCLAP e por causa de sua reestruturação interna. No entanto, sua causa só

começava: em 1960, o CIRJ resolve mudar sua forma de atuar em prol da fusão. Em ata do dia 08 de março, o associado Jorge Mattos alerta que todos os esforços da entidade deveriam estar voltados para a construção do prestígio que se daria através da promoção e participação de debates e estudos sobre a fusão e seus aspectos técnicos (Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 08 de março de 1960, p. 2 e 3).

Com o golpe empresarial militar de 1964, o empresariado carioca representado no CIRJ e na FIEGA pôde se dispor a resolver outros assuntos que teriam a ver com fusão. Sua atuação política ocorreria em diversas frentes. Para a resolução do problema do esvaziamento econômico e industrial trazemos à tona o problema da construção civil e o fomento da Semana da Iniciativa Privada.

A indústria da construção civil na cidade do Rio Janeiro atuaria nas remoções de favelas de áreas de interesses econômicos e industriais, junto ao governo federal e estadual, desde a década de 1950 e se estenderia até o final da década de 1970. Em 1965 foi constatada na cidade do Rio de Janeiro uma queda de 50% nas áreas licenciadas para a construção de imóveis (MENDONÇA, 1980, p. 149). A criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço conjuntamente com a criação do Banco Nacional de Habitação, após o golpe empresarial-militar de 1964, dentre outros órgãos de arrecadação e financiamento, possibilitaram a implementação de diversos projetos de desenvolvimento além de dinamizar e impulsionar a geração de empregos e minimizar os males da luta de classes (MENDONÇA, 1980, p. 151 até 153).

Em 1966, o associado Haroldo da Graça Couto informava em reunião do CIRJ que em São Paulo fora firmado um contrato entre a Federação das Indústrias de São Paulo e o Banco Nacional de Habitação para atuar na construção de casas do programa, e que seria possível ao Centro e a Federação conseguir algo parecido (Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1966, p. 1 e 2). Em 1967, o convênio era firmado com uma quantia de investimento estipulada em 60 milhões de cruzeiros (Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1967, p. 5 e 6). No dia 16 de março daquele ano entrava em vigor a Coordenação Industrial para o Plano Habitacional da Guanabara, uma comissão público-privada que teria por finalidade resolver problemas técnicos em diversas áreas. Tinha à testa o diretor do Centro e da Federação Mário Leão Ludolf.

Por fim, no dia 06 de junho de 1968, o diretor da Coordenação de Habitação da Guanabara Augusto Villas Boas comparece em reunião da diretoria do CIRJ. Nesta, os industriais criticam a forma de planejamento adotada pelo programa, que seria para a construção e compra de casas. A mudança de diretriz que propunham os industriais era a de que essas casas deveriam ser alugadas; o problema de favelas perto das fábricas, sobretudo na localidade de Manginhos e adjacências,

deveriam ter prioridade, ao que responde Villas Boas, dizendo que o problema já teria sido encaminhado para a Coordenação de Habitação Federal (Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 06 de junho de 1968, p. 1 e 2).

A Semana da Iniciativa Privada, que teve como um dos principais formuladores o associado Jorge Mattos, ainda no ano de 1964, não teria ocorrido no período devido ao clima de instabilidade política e golpe. Em 1967, a Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara aprovaria um projeto do deputado estadual Mac Dowell Leite de Castro que instituía a Semana da Atividade Privada em todo o estado da Guanabara entre os dias 22 e 29 de julho (Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, 30 de março de 1967, p. 1). Junto do telegrama de congratulações ao deputado é pedido a alteração do nome.

As apresentações que os empresários do CIRJ e da FIEGA fariam na Semana da Iniciativa Privada são uma mistura entre reivindicações contidas no estudo sobre a fusão do ano de 1959, junto a novas reclamações que surgiriam com a criação do estado da Guanabara,

a) revisão da legislação estadual de inflamáveis, que é considerada contendo exigências absurdas e excessos de burocracia; b) revisão do sistema de cobrança de taxas de água e despejos industriais, tendo em vista que as atuais são exorbitantes; c) salário-educação de adultos revogação dos dispositivos que somente são exigidos na Guanabara (encargos); d) condições de desenvolvimento da construção civil, com eliminação da burocracia descabida e legislação obsoleta definição de construção nas encostas, reformulação do Código de Obras do Estado e problemas de carga e descarga nas obras; e) regulamentação para o funcionamento de pedreiras; f) melhoria das condições de tráfego, em função da execução de obras nas vias públicas, com coordenação dos vários setores, através das administrações regionais; g) revisão da legislação estadual sobre o ICM; h) revisão na legislação estadual sobre o imposto de serviços; i) apoio à reivindicação da indústria carioca, por parte do Governo do Estado, junto ao Governo Federal, para que a União financie empresas nos gastos com a mudança de ciclagem em seus equipamentos e maquinaria; j) criação de uma Comissão do Plano Diretor da Cidade, integrada também com representantes das classes produtoras, extinguindo-se em consequência as CEPES; k) eliminação do Imposto Predial para a indústria. É acolhida, na oportunidade, uma sugestão do Secretário Geral no sentido de se incluir um item exigindo a criação de uma comissão do plano diretor da cidade, com consequente extinção das CEPES criadas no atual Governo e que, a seu ver, representa uma dispersão de esforços e de atividades no setor das obras que a cidade requer. O plano diretor da cidade é aliás, velha aspiração dos representantes da indústria da construção, notadamente o Dr. Haroldo da Graça Couto, que não só apoia a sugestão como lembra que o representante da indústria na CEPES até hoje não foi empossado, o que dá uma idéia das precárias condições de funcionamento desses órgãos (Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias da Guanabara, 20 de julho de 1967, p. 2 e 3).

Outra forma de atuação política para a divulgação dos estudos da fusão ocorre no ano de 1969. Em janeiro daquele ano, o governador do estado da Guanabara Negrão de Lima anunciava no *Jornal do Brasil* a Comissão para o Ano 2.000,

O futuro do Rio nos próximos 30 anos será planejado pela Comissão do Ano 2.000, criada ontem por decreto do Governador Negrão de Lima e que equacionará os problemas industriais, sociais urbanísticos e viários da cidade até o século XXI. A Comissão será permanente e terá representantes das Secretarias de Economia, Saúde, Educação, Obras Públicas e Serviços Sociais, da Universidade do Estado da Guanabara, da Copeg, da Federação das Indústrias e do Instituto de Arquitetos (*Jornal do Brasil*, 4 de janeiro de 1969. 1º Cad. “Negrão cria Comissão do Ano 2.000 para planejar o Rio até o próximo século.”).

Através da Ata da Diretoria do Centro, descobrimos que os empresários estavam envolvidos na Comissão. O associado Haroldo Graça Couto, que era conselheiro na comissão público-privada, acusava que nas reuniões da Comissão para o Ano 2.000 não se estava debatendo o assunto da fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 08 de maio de 1969, p. 1 e 2). Entre maio e dezembro daquele ano, os empresários compilariam seus estudos acerca da fusão e os enviariam para a Junta Militar que então assumia o comando da ditadura empresarial-militar. No dia 4 de dezembro, o diretor e o presidente das entidades, Jorge Mattos e Mário Leão, encontravam-se em Brasília para a entrega dos estudos compilados. Na mesma reunião, voltava a aparecer o assunto da Comissão para o Ano 2.000, só que desta vez era informado que os temas referentes à integração do turismo nos dois estados iriam compor um trabalho referente a Comissão (Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1969, p. 4).

Outros meios de divulgação foram tentados. Em 1971, teve início um circuito de debates denominado Painel, que faria parte do Plano de Integração Econômica entre os dois estados. Esse circuito duraria um pouco mais de um mês e abordaria diversos temas Apesar da reclamação do associado Andor Bokor, “dizendo que assistiu a parte dos debates do 2º Painel. Todavia, em nenhum momento foram feitas referências à fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, assunto de que se ocupou, exaustivamente, esta Casa” (Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1971, p. 2), os assuntos vinham sendo debatidos. No dia de 11 março, era debatido no 4º Painel a criação de uma Zona Industrial e Comercial do Estado da Guanabara (ZICEG). A criação de uma região puramente industrial na Guanabara é aspiração antiga da fração de classe industrial representada no CIRJ e na FIEGA. Hélio de Araújo Evangelista, em sua tese, já nos disse que os empresários cariocas almejavam a refuncionalização do limite territorial e político para a expansão do parque industrial guanabarino. Este se dirigiria

inicialmente em direção a Santa Cruz, isto é, à revelia dos industriais. Queriam estes que o crescimento fosse em direção à Avenida Brasil, em direção à São Paulo.

Na reunião dia 18 de novembro, o CIRJ encontrava-se insatisfeito com a integração metropolitana e econômica que não crescia em direção ao Grande Rio.

trocando pontos-de-vista e chegando, ambos, à conclusão de que essa integração metropolitana, que se deseja fazer, não corresponde exatamente ao que almeja a indústria, porque isso consistiria em aumentar a cabeça de um corpo já débil, pois a Guanabara ficaria com pouca área industrial, porquanto a maior parte seria ocupada pela própria cidade. A necessidade real é de uma área mais extensa, a fim de justificar uma cabeça maior para o corpo do Rio de Janeiro. A tese sustentada é de que essa integração seria o primeiro passo para a fusão do Estado do Rio/Guanabara, mas a situação, na realidade, parece ser mais uma questão política, nesse caso (Ata da diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1971, p. 4).

Diversas outras iniciativas contra o esvaziamento industrial e econômico foram tentadas. Os estudos da fusão de 1959 e 1969 embasariam a ação empresarial durante as respectivas décadas que se seguiram. Foram eles difundidos em áreas de interesses econômicos, políticos, sociais e legais da fração da classe industrial representada no CIRJ e na FIEGA.

Maria José Trevisan, em seu livro sobre os industriais da FIESP durante o governo de Juscelino Kubitschek (1986), percebeu que o discurso técnico da entidade colocava a política como local do irracional e do ganho próprio. Em nosso trabalho, pudemos perceber que o discurso empresarial durante a campanha em benefício da fusão dos estados se apresenta como o local do racional e lógico contrastando com discurso político que é tido como a pior escolha. Assim sendo, as casas do programa de remoções de favela deveriam ser alugadas e não vendidas; o crescimento industrial que o governo do estado visava implementar em Santa Cruz deveria ocorrer em sentido oposto.

Longe de esgotarmos todas as possibilidades, apontamos nesses exemplos que sua ação era movimentação política, indo contra, portanto, a tese sustentada por Carone. Diferentemente do que entende Hélio de Araújo Evangelista, buscamos demonstrar que ação política em prol da fusão não foi esporádica, mas, sim, uma campanha onde os resultados dos estudos e a solução dos problemas identificados eram buscadas a partir da lógica da integração econômica entre os dois estados, pensando o fortalecimento da empresa privada através de diversos tipos de iniciativas junto ao governo do estado e federal. A campanha encontraria seu fim em 1975, com o início da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Referências

ABREU, A. A. (Org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 163-203. p, 166.

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política.** São Paulo: Alameda 2008.

BRASILEIRO, Ana Maria. **A Fusão: Análise de uma Política Pública.** Brasília: IPEA/IPLAN, 1979.

CARONE, Edgard. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro (1827-1977).** Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

DREIFUSS. René, **Armand. 1964: A Conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

EVANGELISTA, Hélio de Araujo. **A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro segundo uma perspectiva geográfica.** Tese de Doutorado em Geografia. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil.** 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEMOS. Renato Luís do Couto e. CONCLAP: estágio superior da militância político-empresarial no Brasil (1956-1964). **História e Luta de Classes**, ano 17, edição número, 33. março de 2022, p, 91-105.

LIMONAD, Ester. **Os lugares da urbanização: O caso do interior Fluminense.** Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em urbanismo, estruturas ambientais e urbanas. USP. São Paulo, 1996.

LOBATO, Bruno Farias. **A fusão da Guanabara e do Antigo Estado do Rio de Janeiro como um projeto da burguesia do complexo FIEGA/CIRJ: 1975.** Monografia de conclusão de graduação em História do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2022. p, 94

MENDONÇA, Lycia de. A Política Habitacional a Partir de 1964. **Revista de Ciência Política** (141-161). Rio de Janeiro, 1980.

TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5: a FIESP e o desenvolvimentismo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MEMÓRIAS DO ARAGUAIA: DE COLABORACIONISTAS A ANISTIADOS POLÍTICOS

Maristela Costa Almeida da Silva⁷⁸

Resumo: No Brasil do século XXI, ainda é difícil falarmos sobre memória e sobre a nossa história recente. A última ditadura do país, que durou 21 anos, deixou um legado de mortos, desaparecidos e anistiados políticos. Em 1972, a região ao sul do Pará, conhecida como Bico do Papagaio, foi tomada pela maior movimentação das Forças Armadas brasileiras desde a Segunda Guerra Mundial, trazendo para o conflito não só guerrilheiros, mas também camponeses e indígenas, como os *surui-aikewara*. Por muito tempo, após o término das ações repressivas, vigorou um clima de terror e silenciamento dentro o grupo, que só seria quebrado quase 40 anos depois, no ano de 2013, durante uma edição das Caravanas de Anistia empreendidas pelo Governo Federal. Através da análise do teor testemunhal e do processo de rememoração do grupo propusemos uma discussão em torno do conceito de justiça de transição.

Palavras-Chave: memória, justiça de transição, Guerrilha do Araguaia e história indígena

Introdução

As violências cometidas pelo Estado brasileiro contra os povos originários é uma ferida histórica nos marcos fundantes do nosso país. Os crimes cometidos em nome de um determinado projeto nacional não é, portanto, uma característica específica de um governo de direita ou de esquerda. As sevícias perpetradas contra os habitantes originais do nosso território nacional não são ônus de apenas alguns governos, mas do Estado sob o qual estruturamos e implementamos esses mesmos governos. Sendo assim, uma das primeiras questões que se impuseram na redação desse trabalho foi pensar a marca qualificadora do Regime Militar em relação aos povos indígenas. Pode-se dizer que a “[...] ditadura militar instrumentalizou uma inversão histórica, onde os indígenas passaram a ser vistos como inimigos internos”⁷⁹.

Os militares e os povos indígenas apresentam um histórico de relacionamento complexo no que diz respeito a história nacional. Afinal, o grande nome do indigenismo brasileiro, Marechal Cândido Rondon, era um militar de carreira. Cumprindo a função da mão armada do Estado, as Forças Militares desempenharam papel fundamental no desentrelaçamento aos grandes projetos da economia nacional. Durante a Ditadura Militar de 1964, e os diversos planos e iniciativas de integração nacional, não seria diferente. A Amazônia, com toda a sua riqueza biológica e cultural, foi um desses territórios em disputa a ser povoado, explorado e desenvolvido pela sociedade nacional. Novamente, as Forças Militares garantiram, quando não protagonizaram, a persecução

⁷⁸ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo-Campus Guarulhos e membra do Grupo de Estudos e Pesquisa “Neoliberalismos e Capitalismo” (NELCA)

⁷⁹ MAGALHÃES, Alez Bruno Feitoza. *Suruí-Aikewara: das reinvenções ditatoriais da lógica colonial aos limites da justiça de transição*. **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, n.25, ago. 2022. P. 92

desses objetivos em detrimento dos interesses dos povos indígenas. Como os territórios habitados pelos povos indígenas eram vistos como “vazios estratégicos”, os indivíduos que ali viviam foram identificados como um perigo à ordem e ao progresso nacionais.

O reconhecimento oficial, recente, da violação dos direitos indígenas pelo Estado brasileiro aponta para o caminho de uma justiça transicional. No entanto, os moldes nos quais a justiça transicional se desenvolve atualmente é, no mínimo, deficitária para lidar com as experiências vividas pelos povos originários. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, trouxe para o conhecimento do público que mais de 8 mil indígenas teriam sido mortos em decorrência da ação estatal. São vários os episódios, a serem melhor investigados, em que os povos indígenas foram diretamente impactados pela sanha militarista em combater o inimigo interno e promover o desenvolvimento nacional, bem como garantir a soberania do território. Como vemos no trecho a seguir:

A repressão da Guerrilha do Araguaia não atingiu apenas guerrilheiros, mas também camponeses e indígenas daquela região, como é o caso do povo indígena Aikewara. Entre 1972 e 1974, no íterim do movimento armado, esse povo teve seu território tradicional invadido e ocupado pelas forças repressoras da ditadura militar, quando foram mantidos em subserviência, explorados em trabalho escravo, forçados a abandonar suas famílias, cultura e modo de vida, num contexto de eminentes maus-tratos, humilhações, violência e penúria.⁸⁰

No período da Guerrilha do Araguaia, o povo indígena Aikewara se encontrava reduzido a cerca de 40 indígenas, devido às epidemias de gripe e sarampo que os atingiram (principalmente a partir da década de 1960), e pelos contatos conflituosos com outros povos indígenas, garimpeiros, castanheiros e grileiros. Os Aikewara estavam presentes no território onde ocorreram os confrontos entre os militantes do PCdoB, então guerrilheiros, com os agentes do governo militar. Porém, não sabiam da existência do conflito.

Desde o processo de colonização do Brasil, a questão indígena tem sido marcada por relações complexas de dominação. Estas, podem ser entendidas como mecanismos de legitimação e/ou lógica colonial, como o projeto de catequização/cristianização dos indígenas, exploração do trabalho e expropriação de terras. São lógicas gerais que, na prática, foram traduzidas pelo Estado e seus agentes em ações como barganha, o domínio, a conquista, o extermínio, a vulnerabilidade, a subalternização, a opressão, a segregação, o silenciamento, entre outras violências. Dessa maneira, encarar as narrativas testemunhais do povo indígena Aikewara instrumentalizadas em processos da Comissão de Anistia podem ajudar a pensar categorias ou formas de subsunção colonial-ditatorial.

⁸⁰ Apud, p. 94.

Os *suruí-aikewara*, um povo entre o colaboracionismo e a vitimização

Entre os anos de 2010 e 2014 ocorria no Brasil um movimento amplo de fortalecimento das iniciativas em prol da justiça de transição. A decisão da Comissão de Anistia que deferiu o pedido protocolado pelos representantes da etnia *Suruí-Aikewara* responde, portanto, a uma conjuntura de resoluções jurídicas de políticas de reparação. Cabe então, neste primeiro capítulo, realizarmos uma apresentação retrospectiva das iniciativas vigentes ou não, no âmbito nacional e internacional, que baliza os debates a respeito das políticas de reparação e transição.

Cabe fazermos um parêntese nesse ponto do texto, pois é necessário igualmente apresentarmos quem são esses indivíduos. A primeira menção a etnia por parte da sociedade nacional é atribuída ao Frei Antônio Salas, por volta do ano de 1923, chamando-os de *sororós*. Na década de 1950, Frei Gil Gomes Leitão apresenta a denominação de *suruí*, que é a mais conhecida até hoje. O termo *aikewara* é formulado por Iara Ferraz, após os estudos que realizou quando de sua ampla estadia com os indígenas. Representantes da etnia *suruí-aikewara*, os 16 indivíduos que entraram com o pedido de reparação, habitam a Terra Indígena Sororó, situada no sudeste do Pará, no município de São João do Araguaia, a cerca de 100 quilômetros da cidade de Marabá, o maior centro urbano da região.

As primeiras menções a etnia *suruí-aikewara*, datam da década de 1920, nos relatos de Frei Antonio Salas na revista *Cayapós e Carajás*. Da mesma forma, os relatos colhidos por Roque de Barros Laraia, entre os moradores da região, confirmam essa informação sobre a existência dos indígenas naquele território. A partir da 2ª Guerra Mundial, e a corrida pela borracha, os contatos dos indígenas com a sociedade nacional se intensificaram.

O primeiro esforço deliberado e organizado de contato foi em 1952, por iniciativa do dominicano Frei Gil Gomes Leitão. Presentes foram deixados nas proximidades da aldeia, por homens vindos de Xambioá. Os *aikewara* retribuíram com adornos plumários e frutas da região, causando pânico a alguns moradores da região. Foi só no ano seguinte que Frei Gil alcançaria a aldeia e encontraria ali pouco mais de 100 pessoas o aguardando. Em 1960, os indígenas finalmente deixaram Frei Gil aproximar-se mais e pernoitar em suas casas. Vemos, portanto, que na ocasião das ações de repressão a Guerrilha do Araguaia, a maior parte de seus integrantes tinha vaga lembrança e experiência de relação com a sociedade nacional.

A área onde se encontram os *suruí* situa-se ao sul do Pará, município de São João do Araguaia, entre os rios Gameleira e Sororó (muito utilizados para a confecção tradicional de cerâmica da etnia), numa região próxima à Serra das Andorinhas. As aldeias, por sua vez, ficam localizadas em terras firmes de mata tropical, às margens de um afluente do Rio Sororozinho, o

Grotão dos Caboclos. Atualmente, a etnia encontra-se distribuída em 2 aldeias: Sororó, localizada a 2 km da BR-153, na porção oriental da TI Sororó, e *Itahy*, formada em 2003, junto ao rio Gameleira, no limite sudeste, a 1,5km da rodovia e com cerca de 40 pessoas, em sua maioria não indígenas incorporados ao grupo por relacionamentos interétnicos. A Rodovia BR-153, por sua vez, é a antiga OP-2, construída pelo Batalhão de Engenharia do Exército, no final de 1972, para facilitar o deslocamento de tropas e mantimentos em decorrência das ações de repressão à guerrilha.

No ano de 1981, a estrada foi sendo ampliada, atendendo a interesses políticos regionais capitaneados pelo major Sebastião Moura, o major Curió, cortando a porção oriental da TI Sororó e incorporando pequenos grupos de trabalhadores rurais em suas margens. Desde a sua ampliação, a estrada vem sendo vetor de movimentação de cargas pesadas e grupos de madeireiros, muitos ilegais, pela região. As margens da rodovia, que corta o território original da etnia *aikewara*, tem sido reduto então de práticas criminosas e que afetam diretamente a vida dos indígenas.

As aldeias ou moradias atuais se localizam em três pontos distintos da área indígena: a primeira no local conhecido como “casa Velha”, distante 10 km da OP-2; a segunda, num lugar chamado “Queimada”, a 2 km da rodovia; e por fim, uma casa junto ao povoado de São Raimundo, mencionado várias vezes durante os testemunhos que compõem o processo de anistia, à beira da mesma estrada (nesse local, encontra-se apenas uma família).

O caso da Guerrilha do Araguaia

Nos primeiros anos pós-golpe de 1964, com vistas a organizar a resistência nacional contra o Regime Militar, o PCdoB opta pela via armada da guerrilha rural. Segundo o relato de um dos líderes do movimento, João Amazonas, em depoimento à Câmara dos Deputados no ano de 1996, os primeiros militantes chegaram à região escolhida por volta de 1967. A região escolhida para implantação do movimento guerrilheiro é a porção conhecida como Bico do Papagaio, situada no sul do Pará.

Vários fatores motivaram a opção por esse território, dentre eles: a posição encravada na fronteira entre três estados da federação; a povoação parca da região de mata fechada; condição precária da população local, composta por posseiros e pequenos agricultores rurais, carentes de serviços estatais e permeados por um histórico de conflitos fundiários. Compondo parte da Amazônia, a região também foi alvo das ações integracionistas e desenvolvimentistas aplicadas pelo governo federal. Sob esse pretexto, grandes levadas de homens e mulheres foram enviados para os sertões despovoados do Brasil.

Nas primeiras ações repressivas do ano de 1972 foi utilizado o quadro tático da Guerra Revolucionária em ambiente de selva, abarcando operações de contraguerrilha, ocupações de

pontos estratégicos, suprimento da tropa pelo ar, operações psicológicas, sobretudo, entre moradores da região, além das famosas Ações Cívico Sociais (ACISO). As últimas concentraram-se nas áreas de saúde, educação e assistência social, mediante a instalação de postos de vacinação, farmácia, etc. A construção de rodovias e outras obras de acesso e infraestrutura também contribuíram para a construção da boa imagem das Forças Armadas.

Conforme as informações do Relatório Arroyo, a segunda campanha do exército teve início em setembro de 1972. Neste período o Exército difundiu a prática de recrutamento de “bate-paus” ou guias locais para se embrenhar pela mata e localizar os pontos de moradia e suprimento dos guerrilheiros. Os guias conduziam os militares pelas matas da região do Araguaia, sendo que alguns desses camponeses recebiam vantagens pecuniárias e terras para cooperar com as Forças Armadas. Entre novembro de 1972 e outubro de 1973 vigeu, então, um período de trégua, quando a maior parte do contingente do Exército retirou-se da área.

Nesta fase de trégua, as forças repressivas decidiram investir num esforço amplo de inteligência, a chamada Operação Sucuri. Essa operação organizaria os preparativos da terceira e última investida de contra insurgência, que seria lançada no final de 1973. Nesse ínterim, o Exército ordenou a construção de quartéis em Marabá, Imperatriz, Itaituba, Altamira e Humaitá, bem como buscou recrutar mateiros em vários lugares.

Ao final desta terceira operação, as Forças Armadas já possuíam um mapa bem detalhado de toda a região e, inclusive, um arquivo com anotações sobre os moradores do local e das redondezas. Dentre essa documentação, havia dados que incluíam o possível relacionamento com os militantes do PCdoB e o tipo de apoio prestado, além da identificação de boa parte dos integrantes da organização. Encerrada esse período de trégua, a terceira campanha iniciou-se no dia 7 de outubro de 1973.

A etapa seguinte, tida como a mais ofensiva, foi batizada como Operação Marajoara e mobilizou, além do efetivo já presente no local, de 250 a 750 militares treinados para o combate direto com os guerrilheiros na floresta. Curioso notar que nesse momento, a própria Presidência da República, ocupada pelo general Médici, assumiu diretamente o controle sobre as operações repressivas. A ordem, então não era fazer prisioneiros, mas aniquilar (leia-se matar) o perigo subversivo. Com a mesma truculência, as forças repressivas voltaram-se para a população, inclusive, contra os povos indígenas.

A respeito da letalidade das ações empreendidas na região é importante notar que os únicos sobreviventes diretamente envolvidos na Guerrilha foram aqueles que foram capturados ou fugiram da região logo nos primeiros meses de repressão. Além disso, é sintomático que, dentre muitas das pessoas que foram incluídas entre os mortos e desaparecidos pelas forças repressivas

sejam camponeses, trabalhadores rurais. Em suma, pessoas que nada ou pouco tinham de consciência política do que se desenrolava em Brasília naquele momento.

Dessa maneira, quando interrogados sobre a presença de “terroristas”, subversivos e comunistas na região não sabiam o que responder para os soldados. A população local, incluindo trabalhadores rurais e indígenas, foram pegos de surpresa e não compreendiam o motivo daquelas pessoas fardadas procurarem com tanto afincamento e truculência por aqueles pelos quais eles tinham tanto apreço, que não eram vistos, portanto, como “terroristas”. Afinal, os guerrilheiros haviam optado por primeiro implantar os serviços sociais mais urgentes na região, para depois se concentrarem na propaganda política. Em meio a convivência de camaradagem e auxílio mútuo com a população local, os guerrilheiros iam pouco a pouco explicando a razão de sua luta e as benesses de um país mais livre e democrático.

Após 1975 e o desmantelamento completo da resistência armada na região, foi realizada uma espécie de operação limpeza, que durou até meados de 1978, com a finalidade de eliminar focos de militância remanescentes. Essa limpeza se deu também em relação aos vestígios de documentos e corpos, causando uma revitimização continuada e prolongada às vítimas, familiares e amigos de mortos e desaparecidos políticos. O jornalista Hugo Studart expõe que as Forças Armadas deram a ordem aos membros do Centro de Informações da Segurança da Aeronáutica (CISA) para atear fogo em toda a documentação operacional referente a Terceira Campanha, a Operação Marajoara, a mais violenta. No Centro de Informações do Exército (CIE), a mesma ordem teria sido emanada. Por esses e outros motivos é tão urgente que se faça cumprir as decisões judiciais em prol da abertura total dos arquivos desses órgãos militares.

Concomitante a essa ação direta na região, na imprensa e na mídia disponível à sociedade civil, a repressão também passava aparentemente despercebida. O primeiro pronunciamento do governo federal sobre a guerrilha se deu somente no ano de 1975, ou seja, após o seu desmantelamento, numa mensagem do então Presidente General Ernesto Geisel. Por esses e outros motivos, durante um longo tempo, os fatos ocorridos na Guerrilha do Araguaia permaneceram desconhecidos da sociedade brasileira. Iniciativas de entidades da sociedade civil, pesquisadores, e de algumas instituições estatais, começaram a surgir a fim de elucidar os eventos.

A pesquisa documental e bibliográfica realizada nos arquivos disponibilizados pelas Forças Armadas revelam que são esparsas as menções ao envolvimento dos *aikewara* com a repressão à guerrilha. É provável que, os militares tendo noção das ilegalidades e violências que estavam sendo cometidas contra os indígenas da região, quisessem escamotear a coação dos mesmos como guias de sua empreitada. No acervo da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, foram localizadas apenas duas portarias que se referem ao Posto Indígena Sororó: a de sua

criação (n. 040/N, de 20.12.71) e a de seu controle operacional (n. 130/N de 06.9.73), vinculado à Base Avançada de Pucuruí (que se ocupava da atração dos Parakanã), mas subordinado de fato à então 2ª. Delegacia Regional da agência tutelar, em Belém. Ou seja, nada que ligassem as ações de repressão das Forças Militares ao auxílio dos servidores da Funai, muito menos dos indígenas. Os testemunhos colhidos por Calheiros e Ferraz, no entanto, dão conta da mediação de funcionários do órgão indigenista para facilitar a “adesão” dos *aikewara* às pretensões do Exército.

Os artigos de jornais, por sua vez, só mencionariam os *surui* quando da realização de uma caravana oficial composta por familiares dos desaparecidos políticos em busca de restos mortais dos seus entes, informação que foi ratificada no depoimento dos indígenas. Quanto à literatura sobre a guerrilha do Araguaia, a despeito do desenvolvimento louvável conquistado pela área de estudos, apesar do pouco acesso às fontes, poucos são os autores que ao menos mencionam o envolvimento dos *surui*.

Os depoimentos que são o alvo desta pesquisa de mestrado consistem numa prova testemunhal legítima relacionada à violência de Estado praticada não só em seu território, como em toda a região do Bico do Papagaio. As ações da guerrilha e da repressão, posteriormente, desenvolveram-se no centro do território tradicional da etnia, uma presença histórica subestimada pelos guerrilheiros e coagida pelos militares. Enquanto a presença dos missionários dominicanos na região, em especial a relação do Frei Gil Gomes Leitão com os indígenas, impediu o envolvimento antecipado do grupo com as questões políticas que rondavam o seu território, a atuação da Funai visou facilitar a atuação impositiva dos indígenas como guias das forças repressivas e, ao mesmo tempo, sendo prisioneiros e vítimas do Exército. Não podemos nos esquecer que aqueles que não entraram na mata com os militares ficaram presos na aldeia, em situação análoga a de campos de guerra.

Mecanismos jurídicos da Memória

As mudanças de regime político ocorridas em países que passaram por regimes autoritários, segundo a visão de autores como O'Donnell e Schmitter⁸¹, passam por duas fases distintas. Num primeiro momento temos a transição de fato, ou seja, quando um governo em situação dá lugar a um novo grupo ou grupos que irá exercer o poder de governar sobre determinado território e população. Esse movimento, no entanto, não ocorre de maneira homogênea em todos os lugares: a sua classificação irá depender do fator que consistiu no estopim da mudança, bem como no tipo de relacionamento estabelecido entre aqueles que estavam no poder e os que estavam submetidos.

⁸¹ O'DONNELL, Guillermo. Transição democrática e políticas sociais. Revista de Administração Pública, v. 21, n. 4, p. 9 a 16-9 a 16, 1987.

Na América Latina, por exemplo, a maior parte das transições se deu de maneira gradual e processual, num esforço de conformação da ordem que estava por surgir nas estruturas criadas pelo governo anterior.

Posterior a esse primeiro momento de ruptura, se é que se pode chamá-lo assim, ocorre o momento mais crítico para a justiça transicional plena. Chega o momento em que os novos grupos em exercício no poder irão definir e defender o novo projeto político para o país. Cabe ressaltar que a democracia, nos moldes liberais do Ocidente, é apenas um dos desfechos possíveis para esse processo. No caso do Brasil, além de sermos marcados por uma transição política lenta, processual e concedida, possuímos a característica de sermos um país adepto da cordialidade, do costume de se reconciliar com o passado ao invés de responsabilizar aqueles que erraram com seus concidadãos. A Lei de Anistia de 1979, promulgada ainda durante a vigência da Ditadura Civil-Militar, responde a uma tradição histórica do Brasil em anistiar agentes estatais, sobretudo militares, que se excederam no cumprimento de suas atividades oficiais.

O grande marco jurídico da anistia em solo brasileiro remete a Lei nº 6.683 promulgada no ano de 1979. Naquele ano, o último dos militares a assumir a Presidência do Brasil, João Batista Figueiredo, promulgava a legislação que abriria o caminho para a reabertura lenta e gradual. Graças à lei, exilados e banidos voltaram para o Brasil, clandestinos deixaram de se esconder da polícia, réus tiveram os processos nos tribunais militares anulados, presos foram libertados de presídios e delegacias. Ainda que as movimentações da sociedade civil organizada pressionassem pela pauta de anistia desde o começo da década de 1970, pelo menos, é somente a partir de uma iniciativa organizada e concedida pelos grupos de dentro do governo vigente que o cenário político começa a se distender.

O debate sobre a justiça de transição no Brasil fatalmente nos conduz ao chamado “dever de punir” e a responsabilização dos agentes estatais responsáveis pelas violências demonstradas nos Relatórios das Comissões da Verdade. O primeiro fator a se levar em conta é a inexistência de capacidade punitiva não só nas instâncias de reparação nacionais, como nos próprios organismos internacionais e regionais que tendem a pautar o debate. Portanto, enquanto não houver uma mudança de prerrogativas nesses organismos não há que se falar em dever de punir, mas no máximo de investigação dos fatos.

A primeira tentativa da sociedade civil de se investigar e documentar os crimes e exceções cometidos pela repressão militar no país se deu com a elaboração do livro *Brasil: Nunca Mais*, entre 1979 e 1985, sob orientação de Don Paulo Evaristo Arns. A iniciativa ainda hoje é tida como uma das referências documentais que serviram de base para outras elucidações posteriores. No documento constam 444 torturadores elencados pela Arquidiocese de São Paulo.

Ao final da década de 1980, além do esforço conjunto de amplos setores da sociedade civil, inclusive, movimentos sociais e indígena, em prol da redação de uma nova Constituição Federal, ocorriam as primeiras ações de familiares de mortos e desaparecidos políticos a fim de resgatar não só seus corpos, mas a memória e a verdade do que teria ocorrido durante os anos de repressão política. A Constituição de 1988, aclamada por Aloysio Nunes como a Constituição Cidadã, logrou uma ampla participação popular em sua elaboração, consolidando assim a presença de direitos e garantias fundamentais voltados para as populações historicamente vulnerabilizadas no Brasil. Além disso, o texto constitucional de 1988 previa expressamente o compromisso do Estado brasileiro, recém redemocratizado, com a reparação das vítimas e familiares que sofreram com as ações do Regime Militar entre os anos de 1961 e 1985.

No ano de 2011, o Supremo Tribunal Federal julgava a ADPF 153 que iria discutir a receitação do texto da Lei de Anistia no texto constitucional de 1988. Naquele contexto, as classes populares se uniram mais uma vez em torno das grandes pautas políticas que ainda seguiam pendentes no país. Não foi isto o que se viu, infelizmente, no julgamento da constitucionalidade da Lei de Anistia pelo Supremo Tribunal Federal. O plenário do STF não estava lotado, a praça dos três poderes estava vazia e a grande mídia nacional sentiu-se confortável para refrear a discussão o mais que pôde e, após o resultado desfavorável ao acolhimento da ação, para enaltecer a decisão do STF.

As discussões em torno da validade da Lei de Anistia no presente arcabouço jurídico e constitucional no Brasil seguem vivas até hoje. Há aqueles que defendem a sua revogação por completo, visto que compreendem a referida lei como um símbolo de uma justiça de transição de esquecimento. De acordo com esse grupo, a Lei de Anistia brasileira seria uma aberração jurídica por permitir a anistia de vítimas e algozes. No entanto, também há vozes que defendem uma reinterpretação intercultural, responsável e madura da lei de anistia, por entendê-la muito mais no sentido de um mecanismo de justiça de transição de memória. Segundo essa visão, portanto, a Lei de Anistia de 1979 não teria anistiado os militares que promoveram tortura, sequestro e assassinatos durante o Regime Militar, muito menos permitido um apagamento dos feitos ocorridos naqueles anos.

Avançando no tempo, no ano de 2002, no apagar das luzes do governo FHC, tivemos mais um passo importante no arcabouço jurídico da transição democrática brasileira. Por meio da Lei nº 10559 de 2002, foi criada a Comissão de Anistia. Em exercício desde meados do ano de 2001, o grupo composto por representantes da sociedade civil (incluindo familiares de perseguidos políticos), acadêmicos e representantes das Forças Armadas brasileiras, seria oficializado como órgão de apreciação e análise dos pedidos de anistia protocolados perante o Ministério da Justiça.

Fragilizada desde o advento do Governo Temer, no ano de 2023, os trabalhos são retomados sob a presidência da antropóloga, e ex-conselheira da própria Comissão, Eneá de Stutz e Almeida. Além de novos pedidos a serem analisados, a Comissão pretende retomar o julgamento de pedidos que se encontravam paralisados ou que foram indeferidos de maneira ilegal.

O Caso Brasileiro

Todos os cenários de transição política em sociedades pós-conflito ou regime autoritário pressupõe um equilíbrio sutil entre continuidades e descontinuidades que são eleitas. No caso do Brasil, na opinião de Ruti Teitel, o que ocorreu foi como uma “revolução de veludo”²⁴ no contexto latino-americano, já que se elegeu a continuidade do sistema legal antigo em prol da segurança política da transição civil-democrática. A continuidade da revisão dos marcos transicionais, contudo, exige uma maturidade civil e política para o qual o nosso país talvez ainda não esteja preparado.

Para os estudiosos do tema da justiça transicional que os mecanismos da justiça de transição adquirem contornos específicos a depender do contexto nacional no qual são mobilizados. As experiências do Cone Sul, incluindo-se o Brasil apresentam casos *sui generis* para pensarmos a aplicação prática das políticas públicas de reparação e memória em sociedades de pós-conflito. Em relação a realidade brasileira, MacArthur diz:

Realizar justiça transicional em Estados como o Brasil, em que esta pode ser considerada tardia, ainda não consolidada, significa confrontar-se de forma intensa com este paradigma. No caso brasileiro, essa realidade, aliada à consolidação progressiva de uma estrutura democrático-constitucional mais favorável, tem inspirado o questionamento dos mecanismos e instrumentos transicionais bem como a busca continuada por justiça.⁸²

No caso brasileiro, porém, embora alguns atores e instituições teimem em proteger o legado do regime autoritário, a partir do ano de 2007, uma série de iniciativas e respostas por parte da sociedade civil mostraram a existência de um clamor pelo debate do tema. Ainda que a intenção por parte das Forças Armadas, e seus mantenedores, tenha sido silenciar e neutralizar a ameaça “subversiva”, as vozes dissonantes continuam se fazendo ouvir, questionando a narrativa oficial e cobrando investigações não só para os sobreviventes e familiares dos mortos e desaparecidos políticos, como também em nome de toda a sociedade brasileira e do Estado democrático de direito.

⁸² MCARTHUR, Fabiana Godinho. Justiça de Transição: o caso brasileiro. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Revista anistia política e justiça de transição, n. 7, 2012.p. 80

As reparações econômicas, eixo norteador da justiça transicional no Brasil, por mais que à primeira vista pareçam medida insatisfatória frente ao período a qual se referem, constitui um mecanismo eficaz. As indenizações, em prestação única ou continuada, promoveram em diversos níveis a retomada de discussões sobre a responsabilização dos torturadores e de atividades reflexivas acerca do legado autoritário no Brasil. Nesses campos dos órgãos de reparação, faz-se urgente a elaboração de novas modalidades de reparação, mais adequadas à realidade e o modo de vida dos grupos “minoritários e “vulneráveis”. Os processos de reparação voltados a esses grupos devem promover ações de emancipação e não de reprodução dos modelos coloniais de subsunção e subalternização.

A proposição de superação das lógicas coloniais e autoritárias pregressas não deve imiscuir-se de tensionar determinadas estruturas semânticas, jurídicas e políticas da sociedade que transiciona. O universo da justiça transicional deve ser alvo de uma expansão, não só terminológica, e pautar-se de modo a ser inclusivo com os corpos e vidas que comumente não foram privilegiados até então. As violações de Direitos Humanos dos povos indígenas estão ligadas com questões territoriais. A ideia de justiça étnico-coletiva (JEC) pode se mostrar espelho importante para situar os quadros jus transicionais, ainda mais se estiver associada com perspectiva racializada.

Depois da guerrilha, um outro conflito

Uma experiência de trauma dificilmente se encerra com o término das ações de violência direta. A experiência de trauma em situações de conflito civil e político deixam marcas que as vítimas carregam para a vida inteira, assim como os perpetradores. No Brasil, a questão torna-se ainda mais difícil pois nunca tivemos uma justiça de transição que lidasse abertamente com essa memória. Vivemos num país que recalcou a sua experiência nacional e coletiva do passado recente. E, diferente do que muitos políticos do campo conservador insistem em falar, a herança autoritária no Brasil não acabou em 1985 com o governo civil de José Sarney. Para muitos brasileiros e brasileiras, o clima de tensão, medo e censura perduram até os dias atuais.

O historiador Romualdo Pessoa Campos Filho, em seu trabalho sobre os camponeses da região do Bico do Papagaio, refere-se diretamente às consequências sobre as populações indígenas decorrentes das ações estatais no território:

O contato com diversas tribos indígenas, a tentativa de “civilizá-los” e os impactos que isso causará terão consequências danosas para essas populações, principalmente a partir da década de 1970, muito embora algumas medidas tenham sido positivas⁸³.

⁸³ FILHO, Romualdo P.C. Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra. A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia da Segurança Nacional (1975-2000). São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

Nos depoimentos de muitos camponeses, por ocasião das Audiências Públicas das Caravanas de Anistia, revelaram que a presença das Forças Militares na região se perpetuou por décadas a fio, após a pulverização da Guerrilha. Segundo alguns autores, o principal representante dessa faceta autoritária do Estado teria sido o conhecido Major Curió. Isso explica em parte o porquê de vários desses personagens, vitimados pela repressão ao movimento guerrilheiro, terem optado por ficar em silêncio durante décadas. Ao mesmo tempo, esse silêncio, no caso dos indígenas, foi visto como um posicionamento velado de conivência com as ações das Forças Armadas. Acrescente a todo esse cenário, a demarcação, ainda que insatisfatória, da Terra Indígena Sororó que ocorreu ao final da década de 1970, logo após a finalização das ações militares na região.

O Caso Suruí-Aikewara

Em meio à onda de medidas e esforços de cunho reparatório, de busca pela memória e verdade, no ano de 2010 os primeiros representantes da etnia *aikewara* entraram com seus respectivos pedidos de anistia política. Apenas 1 desses processos estava em tramitação desde 2003, e mais 4 foram impetrados após essa primeira leva, no ano de 2013. Verificamos que apenas 2 dos requerimentos foram indeferidos, tratando-se de casos de companheiras dos indivíduos que à época da repressão à Guerrilha foram convocados para auxiliar o Exército. O restante dos pedidos, totalizando 14, foram deferidos e tiveram como resultados práticos o pedido de desculpas oficial, em nome do Estado brasileiro, proferido pelo então Presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão; além da concessão de medida reparatória de cunho financeiro em prestação única no valor de aproximadamente R\$100.000,00 para cada um dos contemplados na condição de anistiado político.

Os documentos em que focamos nossa análise foram os registros dos depoimentos dos indígenas, colhidos no ano de 2013, por ocasião da Caravana de Anistia realizada na cidade de Marabá-PA. Além disso, analisamos também o parecer da relatoria proferida pela Comissão de Anistia afim de pautar a sua decisão sobre o pedido. Sabemos, contudo, que todo depoimento ou todo documento exige uma recontextualização para ser significativo. Os documentos nada revelam por si mesmos; revelam de acordo com a lógica dos agentes que os usam. A construção de verdades leva a focar a análise de agentes que se mobilizam ao redor dos documentos, que confrontam discursos, que constroem versões sobre esse passado, que legitimam seus testemunhos e que conquistam espaços²⁸.

O pedido inicial impetrado pelos *aikewara* contemplou apenas a reparação econômica e a condição de anistiado político. Para esse fim o procedimento é relativamente simples: basta o envio de uma solicitação encaminhada diretamente ao Presidente da Comissão de Anistia, sem a

necessidade de pagamento de custas e da presença obrigatória de um advogado legalmente constituído nos autos, ainda que no caso analisado a defesa técnica tenha se feito presente desde o início dos requerimentos. Nesse pedido deve constar para além de uma exposição da vida prévia do requerente quando da vigência das ações repressivas, uma série de documentos que auxiliem na comprovação dos fatos reivindicados. Os processos são formulados de forma individual, ainda que no caso dos indígenas as consequências das ações repressivas tenham se dado numa esfera eminentemente coletiva, salvo em casos de morte do anistiando.

O contexto de concessão da anistia política aos *aikewara* permeia-se de fatores herdeiros da virada hermenêutica ocorrida em 2007, sobre a interpretação do conceito de anistia. Neste ano, a Comissão de Anistia empreendeu uma verdadeira disputa pela significação a respeito do ato de anistia, instituindo os pedidos de desculpas oficiais em nome do Estado brasileiro às vítimas perseguidas pela ditadura. Se o conceito de anistia significava, até então, um perdão concedido aos indivíduos que resistiram ao regime autoritário, enquadrados na Doutrina de Segurança Nacional, a partir dessa ressignificação é o cidadão perseguido quem deve perdoar o Estado brasileiro pelos atos perpetrados por meio de seus agentes. A declaração de anistiado político torna-se um ato oficial de reconhecimento do direito de resistência da sociedade contra o autoritarismo e a opressão. Da mesma forma, os anos imediatamente posteriores a 2007/2008 (posse da nova Presidência e ampliação do corpo de Conselheiros) foram momentos de retomada do debate acerca da interpretação e da amplitude da anistia.

É necessário, portanto, que o Estado brasileiro e a sociedade civil organizada vão além do mero reconhecimento oficial das violações. Cabe lembrar que dentre as recomendações feitas pelo Relatório da CNV, em 2014, está o pedido de desculpas oficial do Estado brasileiro direcionado a todos os povos indígenas que foram violentados pelo Regime Ditatorial. Dentre as 12 ações recomendadas pelo documento, está a formação de uma Comissão Nacional da Verdade Indígena para apurar de maneira sistemática as violências cometidas contra mais de 8 mil indígenas no Brasil.

Na direção da construção de uma justiça de transição eficaz e adequada aos povos indígenas está, portanto, a questão territorial posta de maneira inquestionável⁷³. Faz parte das recomendações da CNV a demarcação de territórios indígenas como parte intrínseca e necessária do processo reparatório. A questão territorial é ainda mais relevante quando consideramos a atual situação dos direitos humanos dos povos indígenas no Brasil presente. Todos os documentos recentes que abordam a violência contra os povos originários, dão destaque aos crimes relacionados à disputa de terra, aos conflitos no campo envolvendo povos tradicionais e latifundiários.

Referências Bibliográficas

CAMPOS FILHO, R. P. Araguaia, depois da guerrilha, outra guerra – a luta pela terra no sul do Pará, impregnada pela Ideologia da Segurança Nacional (1975-2000). São Paulo: Fundação Maurício Grabois/ Editora Anita Garibaldi, 2014.

MAGALHÃES, Alez Bruno Feitoza. Suruí-Aikewara: das reinvenções ditatoriais da lógica colonial aos limites da justiça de transição. *Revista Transversos*. Rio de Janeiro, n.25, ago. 2022.

MCARTHUR, Fabiana Godinho. Justiça de Transição: o caso brasileiro. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Revista anistia política e justiça de transição, n. 7, 2012.

O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in) efetividade da lei na América Latina. *Novos Estudos*, v. 51, p. 37-61, 1998.

O QUE DEFENDIA O FASCISMO DIAS ANTES DA MARCHA SOBRE ROMA? ANÁLISE DO *DISCURSO DE NÁPOLES*, DE BENITO MUSSOLINI

Sergio Schargel⁸⁴

Resumo:

Muito se diz que a Marcha Sobre Roma teria sido um golpe de Estado. Na realidade, porém, a despeito de suas pretensões nitidamente golpistas, Benito Mussolini chegou ao poder através das vias legais do parlamentarismo italiano. Ante a questão sobre quais características apareciam no Fascismo quando da Marcha, a intenção deste artigo é analisar o *Discurso de Nápoles*, declarado dois dias antes da Marcha, visando apontar algumas de suas principais características e sua relação com os períodos anteriores e posteriores do Fascismo. A análise inédita permitirá ampliar o estado da arte nos estudos sobre o Fascismo, ao mostrar algumas reconstruções de seus traços. Para isso, o artigo lançará mão de uma base teórica com material de Gianni Fresu e Robert Paxton, além de uma estratégia de análise de conteúdo, com apoio na plataforma *Wordclouds*.

Palavras-chave: Fascismo; Discurso de Nápoles; Marcha sobre Roma; ciclo liberal do Fascismo.

Introdução

*“nada via, entre ele e as ações mais heróicas, senão a
falta de oportunidade”* (STENDHAL, 2010, p. 92).

Robert Paxton (1998), entendendo o fascismo como um conceito elástico necessário para entender um movimento de massas inédito que surgiu no século XX, compreende sua ascensão através de cinco etapas: 1) a criação dos movimentos; 2) enraizamento, quando um movimento se torna um partido e passa a ter influência; 3) a chegada ao poder; 4) o exercício do poder; e 5) entropia ou radicalização. De acordo com Paxton (1998), o Fascismo italiano seria um exemplo de fascismo que caminhou à entropia, enquanto o Nazismo um exemplo de radicalização. O autor destaca que grande parte dos movimentos morre ainda no primeiro estágio, sem conseguir se tornar um partido.

Para além de etapas genéricas de fascismos, o Fascismo italiano⁸⁵ teve ele próprio alguns ciclos. Corroborando com os argumentos de que fascismos se reconstroem, como qualquer conceito político, pode-se pensar em uma divisão que, ainda que um tanto arbitrária, compreende alguns dos ciclos do Fascismo de Mussolini. Em seus mais de 20 anos de existência o próprio

⁸⁴ Professor da Universidade Federal de São João del Rei. Doutorando em História pela UFRJ. Mestre em [Letras pela PUC-Rio](#), mestre em Ciência Política pela Unirio. Venceu o Prêmio Abralic de melhor dissertação do biênio 2020-2021. Sua pesquisa e produção artística são focadas na relação entre literatura e política, tangenciando temas como teoria política, literatura política, fascismo, antissemitismo e a obra de [Sylvia Serafim Thibau](#). Contato: sergioschargel_maia@hotmail.com / sergioschargel@gmail.com.

⁸⁵ Será empregado minúscula quando se trata do fascismo como conceito genérico, maiúscula quando se fala sobre o movimento de Mussolini.

Fascismo alterou-se ciclicamente, conforme migrava através dos estágios propostos por Paxton. Em diálogo com esses estágios, este trabalho propõe a divisão de materiais sobre o Fascismo sobre cinco ciclos próprios de sua versão italiana. 1) ciclo progressista (1915-1921), no qual o Fascismo ainda possuía traços de sua origem socialista; 2) ciclo liberal (1921-1926), a partir do qual o Fascismo, para poder ascender ao poder, se liga a uma coligação conservadora-liberal e aplica medidas liberalizantes na economia (a despeito de traços paradoxais de retórica antiliberal; 3) o ciclo autoritário/corporativista (1926-1932), marcado pelo *Discurso sobre Matteotti*, no início de 1925, a efeméride sobre a qual tem início o Fascismo como uma ditadura; 4) o ciclo imperial (1932-1943) que marca a tentativa de Mussolini em legitimar intelectualmente o seu regime e expandi-lo; 5) e, por fim, o ciclo nazifascista, quando a Itália é invadida e o Nazismo e o Fascismo se tornam, de fato, um.

A proposta deste artigo é, levando em consideração essa divisão, discutir, analisar e traduzir um material marcante do ciclo liberal: o *Discurso de Nápoles*. Último discurso proferido antes da Marcha Sobre Roma, antecede a ascensão de Mussolini ao poder e explicita suas pretensões autoritárias. Ao fim, o artigo trará a primeira tradução para o português do discurso.

Prenúncios de uma ameaça golpista

É bastante clara a divisão entre o terceiro e quarto estágios do Fascismo: a ascensão ao Executivo e o exercício do poder. O terceiro estágio ocorre em 1922, com o convite feito pelo chefe de Estado após a Marcha sobre Roma. O quarto, após o período de 1924 e 1926, com a crise criada pelo assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti, que por pouco não acabou com o Fascismo em seu terceiro estágio, mas acabou por ter efeito contrário e impulsioná-lo. No terceiro, Mussolini chega ao poder, apesar de uma demonstração de força autoritária, de forma legal. No quarto estágio, realiza de fato uma ruptura e dá início ao terceiro ciclo do Fascismo: o ciclo corporativista e abertamente autoritário.

Giovanni Giolitti, longo primeiro-ministro liberal da Itália, ajudou tanto quanto o Rei Vitor Emanuel na ascensão de Mussolini, ao dissolver o Parlamento em 1921 na intenção de enfraquecer o quórum socialista (FRESU, 2017, p. 61). Isto porque os socialistas haviam se dividido entre o Partido Socialista da Itália (PSI) e o Partido Comunista da Itália (PCI). O efeito foi perverso: Giolitti não apenas falhou em sua intenção, como favoreceu a ascensão do Partido Nacional Fascista (PNF). Nas eleições de 1921, o Partido Nacional Fascista colocou apenas cerca de 5% de deputados no Parlamento e foi eleito fazendo parte da coligação de liberais e conservadores de Giolitti. Ainda assim, o movimento e o partido cresciam em velocidade inédita, controlando grande parte da região norte do Vale do Pó, além de apoio de alguns setores estratégicos como a polícia

(PACHUKANIS, 2020, p. 36-38). Entre maio e dezembro de 1920 o movimento, ainda como Fasci di Combattimento, migrou de 30 mil para 150 mil membros e de 100 grupos locais para 8 mil (PACHUKANIS, 2020, p. 38); em 1922 de cerca de 8% da população italiana já era filiada ao PNF (BRAY, 2019, p. 264). Em paralelo, também crescia o seu autoritarismo, com ascensão da violência Squadristi.

Contudo, ao contrário do que se crê no senso comum, a Marcha sobre Roma não foi um golpe em si. Mussolini não rompeu com as instituições subitamente, mas utilizou a pressão de sua marcha de 30 mil homens para enfraquecer a credibilidade do governo liberal. O chefe de Estado, temendo uma guerra civil e uma alternativa à esquerda, achou por menor dos males tornar Mussolini chefe de governo, o entregando o Executivo Federal (FRESU, 2017, p. 62-65).

Mussolini, a essa altura, já havia suavizado o seu discurso social, migrado à direita e abandonado a retórica anticlerical e antimonarquista. Neste primeiro momento, além do já discutido caráter liberal, Mussolini afirmou defesa da Constituição e da liberdade de imprensa, mas, pensando em sua autosssegurança, não dissolveu os Squadristi (PACHUKANIS, 2020, p. 41). Manteve alternativas para caso fosse preciso usar a força — como o seria, alguns anos mais tarde —, o que surpreendeu a elite conservadora-liberal (PACHUKANIS, 2020, p. 41). Esta, todavia, não se afastou completamente, pois “o fascismo italiano convenceu muitos líderes liberais europeus de que o novo regime estava realizando interessantes reformas sociais, capazes de fornecer uma alternativa moderadamente revolucionária à ameaça comunista” (ECO, 2018, p. 30-31). Para manter uma aparência de legalidade, transformou os Squadristi em órgão público.

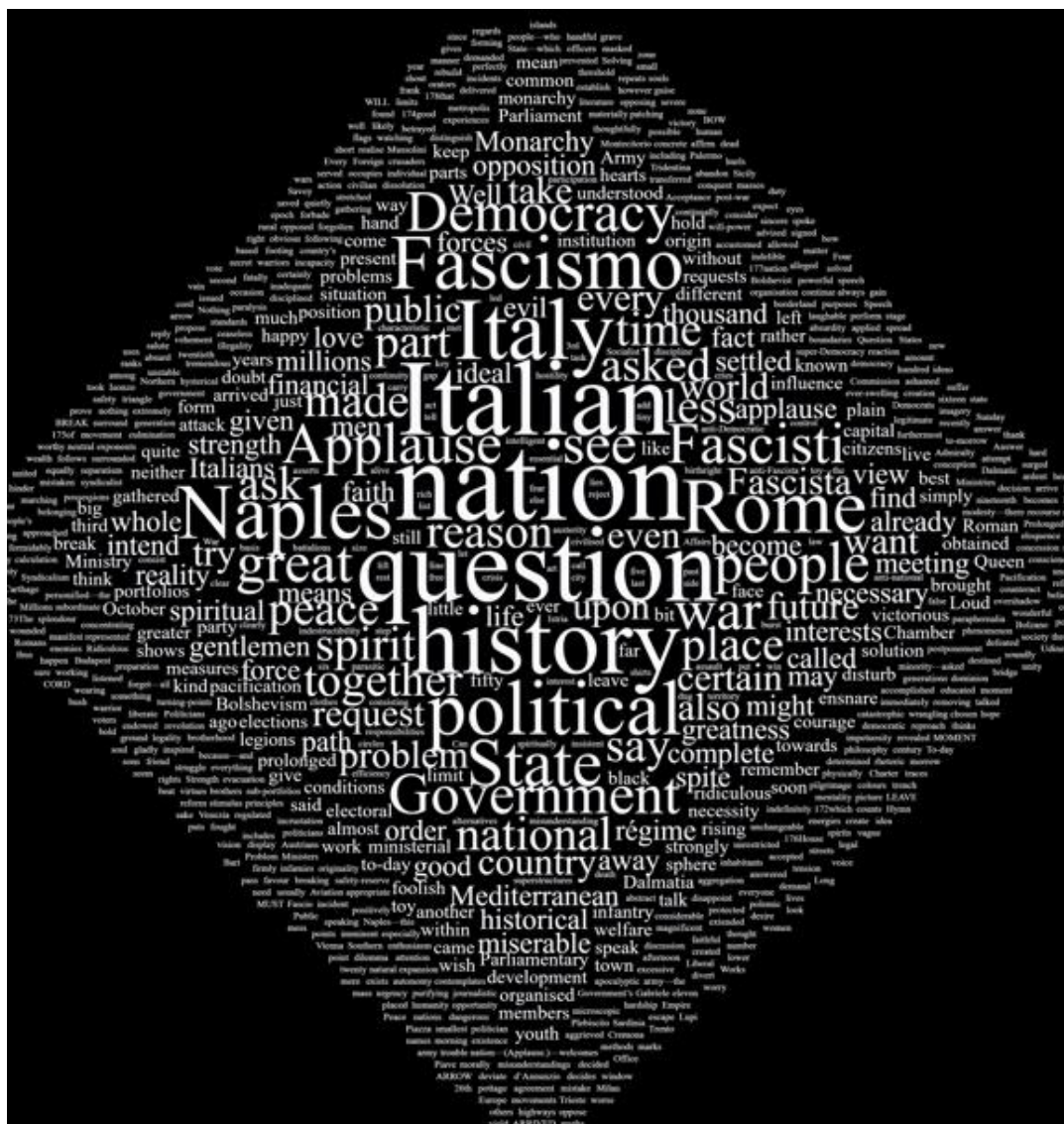
A fragilização do *establishment* liberal, em parte por sua imagem associada à Guerra, levou o eleitorado a buscar alternativas. Isso registra, na prática, um crescimento tanto do PSI quanto do PNF (PACHUKANIS, 2020, p. 36). Entretanto, o *establishment* ainda possuía poder mais do que suficiente para influenciar na escolha entre essas duas alternativas. E o Fascismo, com sua guinada para o liberalismo, se mostrava como a opção menos danosa, ainda mais porque greves, protestos e revoltas proletárias varreram a Itália durante todo o ano de 1920, no chamado Biênio Vermelho (PACHUKANIS, 2020, p. 37-38). Confirma-se, assim, ao menos no ponto italiano, o que Paxton (1998) falou sobre as elites conservadoras-liberais como ponto de inflexão necessário para o fascismo migrar para o terceiro e quarto estágio, algo que Pachukanis já havia percebido na década de 1920:

Está claro que, em tal situação, a burguesia industrial está pronta para fazer um acordo com qualquer um que lhe convenha, apenas para estabelecer a “ordem” [...] Nesse momento, os fascistas começam não apenas a investir contra as cooperativas socialistas e transformá-las em suas próprias cooperativas fascistas, não apenas investem contra as organizações operárias, mas ainda criam seus próprios sindicatos nacionais (PACHUKANIS, 2020, p. 35-36, 38).

Entre vários discursos possíveis para analisar da época, escolheu-se aplicar um método de análise de conteúdo sobre o discurso dado em Nápoles, apenas dois dias antes da Marcha sobre Roma, pela proximidade temporal (e mesmo espacial, dado que Nápoles está a uma província abaixo de Roma) com um marco temporal do Fascismo.

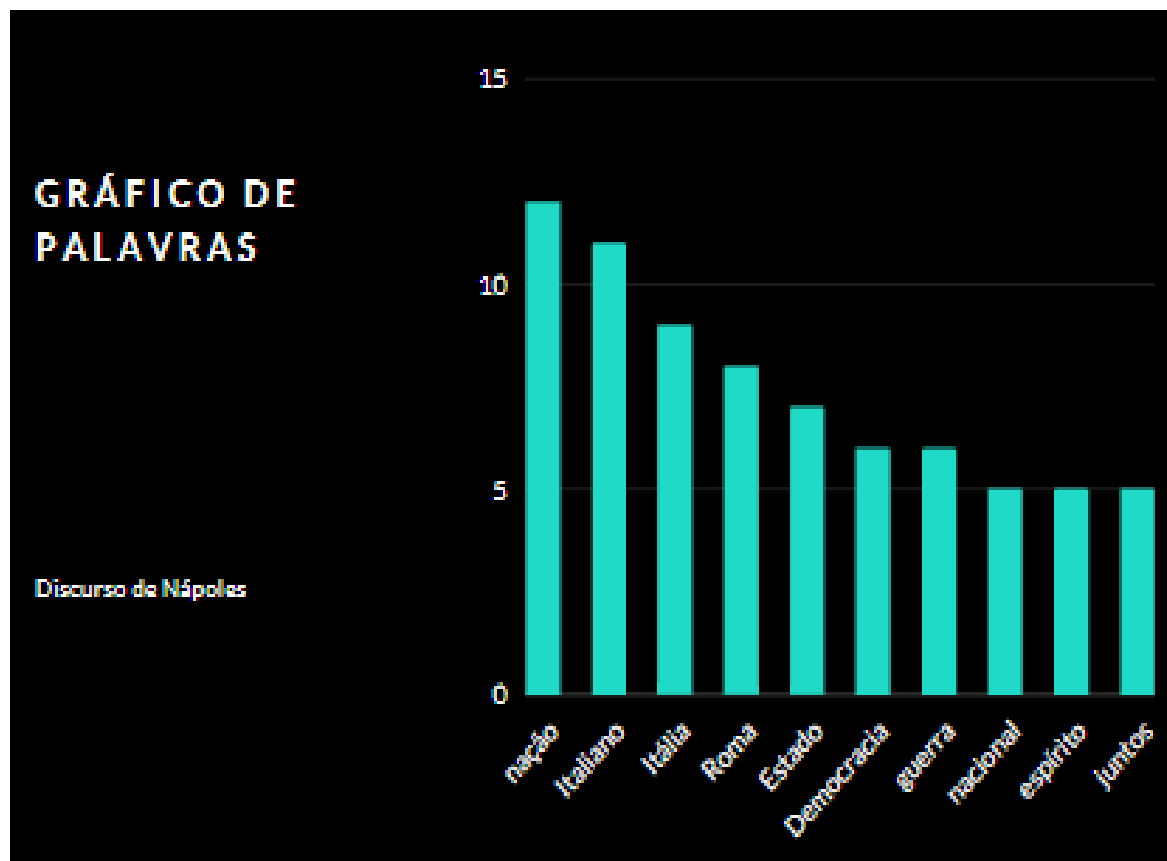
O discurso é, na prática, uma chamada à ação. Mais incisivo do que nos programas e ou na doutrina, Mussolini (2020, tradução nossa) convoca os Fascistas para “o momento em que a flecha deve abandonar o arco, ou a corda irá quebrar”. Uma metáfora pouco sutil à ameaça de ruptura democrática que propunha. Segundo o livro que compila este discurso, *Mussolini as revealed in his political speeches*, Mussolini o concede travestido como um guerreiro pronto à guerra, conjurando o imaginário bélico tão associado ao Fascismo. O *Duce* — um epíteto que não por coincidência também foi deslocado para nacionalistas como D’Annunzio e Giuseppe Garibaldi — vestiu-se com as cores de Roma e proferiu este discurso para 50 mil pessoas que ecoavam “Para Roma!” em uníssono.

Figura 1: Nuvem de palavras sobre os termos que mais aparecem no *Discurso de Nápoles*.



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no *Discurso de Nápoles* e utilizando o *software* WordClouds.

Figura 2 - Palavras mais relevantes e quantidade de vezes em que aparecem no discurso.



Fonte: Elaborado pelo autor, através da plataforma WordClouds e baseado no *Discurso de Náples*.

Com falsa humildade, inicia desculpando-se por ser deficiente na arte da retórica. A suposta falha tem razão em ser convocada: concede uma roupagem de moderação à proposta nada moderada que vem a seguir, para a oratória apocalíptica que aponta uma necessidade última. É como se Mussolini (2020) respondesse a um chamado divino: ele se vende não como o melhor homem àquele objetivo, mas como o homem disponível. E para isso, lança mão de palavras como “amor” e “fraternidade”, unindo Fascistas de todo o país através de uma ideia de urgência e amizade. Da mesma forma, utiliza imagens bélicas da Guerra para ressaltar irmandade através do nacionalismo, ao mesmo tempo em que culpa a democracia e o pacifismo pelo resultado insatisfatório e, mantendo seu traço de antipolítica, rotula a política romana como infame. Um fetiche que não é exclusivo de Mussolini, pois, como lembra Eco (2018, p. 51), para o fascismo “não há luta pela vida, mas antes ‘vida para a luta’. Logo, o pacifismo é conluio com o inimigo, o pacifismo é mau porque a vida é uma guerra permanente”.

Em uma passagem que adianta um ponto que se fará presente na sua doutrina de 1932, Mussolini (2020) levanta o seu movimento como o fenômeno político mais original do pós-Guerra em todo o mundo, o que não deixa de ser real. De fato o Fascismo foi a maior invenção política do século XX, um método novo distinto de tudo o que havia sido criado antes (PAXTON, 2007,

p. 46). E voltando para o seu caráter messiânico, volta à falsa modéstia de desculpar-se por não ser a melhor pessoa possível para o que diz ser um momento “extremamente grave” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa), mas a melhor pessoa disponível. Para isso, afirma, o Fascismo precisa se apropriar e se tornar o Estado e, em um maniqueísmo autoritário e infantil, ainda que não sem seu tom ameaçador, declara que faz o mal a quem pratica o mal. Transparece esse desejo a quantidade de vezes em que “Estado” é mencionado, totalizando sete.

Aliás, o maniqueísmo autoritário não aparece apenas na posição que se coloca de mensageiro do apocalipse, responsável por avisar — e salvar — a nação e o Estado da decadência. Tanto mais, se repete pela divisão simples que cria da realidade política, diminuindo todo o complexo cenário da época em uma luta entre “as forças nacionais e as antinacionais” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa), exigindo que o Executivo abandone uma presumida posição neutra. A nação, desta forma, estaria refém dessas formas antinacionais. E caberia ao Fascismo agir para derrotá-las, daí a sensação de urgência e inevitabilidade presente em todo o discurso. Na prática, portanto, a essência dos programas de 1919 e 1921 (e da doutrina de 1932, posteriormente) reside no mesmo argumento, por mais que alguns pontos se difiram: a visão de uma nação refém de uma elite afeminada, que a degenera, e cabe apenas ao Fascismo resgatá-la.

Um ponto interessante é que, mesmo a apenas dois dias antes da Marcha sobre Roma, Mussolini (2020) revela ressentimento com o Executivo. Lembra de ter pedido que Fascistas fossem nomeados a pastas estratégicas: Relações Exteriores, Guerra, Almirantado, Trabalho e Obras Públicas, ele próprio supostamente sem tomar parte direta nisso, justificando por seu papel tanto como jornalista quanto como agitador. Mas que a força do Fascismo foi subestimada, com propostas de ministérios menores. Um insulto à visão teleológica do Fascismo como inevitabilidade Histórica (algo que o próprio Mussolini diz, ao argumentar que o Fascismo tem uma visão histórica, oposta a uma visão política ou parlamentar): “Nós, fascistas, não pretendemos chegar ao governo pela janela; não temos a intenção de desistir do nosso direito espiritual de liderança por restos de ministérios miseráveis” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa). “História” é, inclusive, um dos termos que mais aparece no seu discurso, atrás de “nação” e equivalentes. Em suma, se antes o ofereceram pouco, agora era chegada a hora de perseguir o tudo, o que indica o messianismo de Mussolini. Igualmente o indica o destaque que o livro faz logo a seguir, ressaltando que esta passagem foi aplaudida em alto e prolongado som.

As ameaças à democracia, na passagem em seguida, ficam ainda mais virulentas e assertivas. Não obstante, todo o discurso pode ser lido como uma grande ameaça à democracia, que aparece, junto de “guerra”, como um dos vocábulos mais utilizados. Mussolini (2020) passa a falar em força. Em disputa de forças. Retornando o seu ressentimento, afirma que se o ignoraram por

subestimarem sua força, é hora de mostrá-la. E a intimidação fica mais clara, pois salienta que — em uma referência tipicamente reacionária a um passado mitificado — assim como as legiões romanas, os Fascistas estão prontos para utilizar o “recurso à força”, se necessário, com a qual “nós venceremos” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa). Abandona-se, nesta passagem, qualquer pretensão de verniz democrático que se mantinha até então. A mensagem é evidente: caso o Fascismo não consiga o que quer, irá recorrer à violência contra o que identifica como “incrustação parasitária do passado, que não pode se prolongar no presente, pois significaria a morte do futuro” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa). Este fragmento pode parecer solto a priori, mas não o é. Fica mais evidente no que talvez seja seu material mais rico, a *Doutrina*, o que Mussolini quer dizer com parasitas do passado: o comunismo e o liberalismo. Um parasita de duas cabeças (uma imagem que não à toa o Integralismo também lança mão), que Mussolini (2006, p. 249) identifica como doutrinas do século XIX, decadentes, condenadas ao desaparecimento, ao passo em que o Fascismo responderia pelo futuro. Vale lembrar, porém, que em 1922 o Fascismo trabalhava dentro de uma lógica economicamente liberal, o que pode sugerir que, por mais que a ideologia antiliberal estivesse paradoxalmente presente, ela não poderia se manifestar tão abertamente quanto em 1932.

O antimonarquismo e o republicanismo dos primeiros momentos também desapareceram por completo. Ciente da necessidade de apoio de Vitor Emanuel, Mussolini (2020) passa a exaltar a monarquia como guardiã das tradições da nação sendo, portanto, essencial para a saúde desta. Manifesta, todavia, seu desejo de retirar o que entende por forças que acorrentam a monarquia e a impedem de desempenhar corretamente o seu papel. A mesma figura corruptora invisível que se manifesta em todos os seus materiais, seja a doutrina, os programas, ou os discursos, sempre corrompendo a nação, o Estado, as tradições. Relembra que a monarquia não se opôs à Guerra e, com uma ameaça velada, pergunta se ela teria agora motivos para se opor ao Fascismo, quando este não pretende atacá-la, mas “libertá-la de toda a superestrutura que ofusca sua posição histórica e limita a expansão do nosso espírito nacional” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa).

Revela, logo após, as forças que identifica como corruptoras tanto da nação, quanto da monarquia, esta segunda uma tradição da primeira: o Parlamento, o comunismo e a democracia. Mais para frente, na *Doutrina*, Mussolini iria explicitamente adicionar o liberalismo, e mesmo a maçonaria neste caldo. Mas por enquanto, dado a proximidade com a Marcha sobre Roma, os alvos são a democracia e o Parlamento em particular. Argumenta que ambos estariam colocando uma faca sobre o pescoço da monarquia, impedindo que a instituição exerça suas funções. O Parlamento não seria mais do que um “brinquedo do povo” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa), ao passo que a democracia é descartável no século XX, pois, ainda que ela tenha sido útil no passado, pode

ser que modelos melhores surjam e estes não devem ser rejeitados apenas por serem antidemocráticos.

Na prática, a nação é o centro ao redor do qual orbitam instituições como a monarquia e o exército. O que dialoga com a centralidade do nacionalismo para o Fascismo, a partir do qual partem o belicismo e o autoritarismo. Mussolini (2020) é transparente ao defender que o seu movimento se baseia em uma paixão religiosa pelos ideias nacionalistas, que assume uma centralidade mágica. Uma vez mais incorre ao imaginário reacionário do Império Romano para reforçar a sua defesa da nação como dotada de alma, de esferas espirituais corporificadas nas tradições de um povo. O WordClouds identifica “nação” — além de “Itália” e “Italiano” logo após — como o termo que aparece com mais frequência, indicando a manutenção da centralidade desta ideia através das reconstruções do Fascismo:

É fé e amor ardente [...] Nosso ideal é a nação. Nosso ideal é a grandeza da nação, e a isso subordinamos todo o resto. Para nós a nação tem alma e não consiste apenas em território. Existiram nações enormes em território e que não deixaram traços na História da humanidade ainda assim. Não é só o tamanho que conta, porque, por outro lado, houve estados minúsculos e microscópicos que deixaram marcas indelévels na História da Arte e da Filosofia. A grandeza de uma nação reside na agregação de todas essas virtudes e todas essas condições. Uma nação é grande quando sua força espiritual é transferida para a realidade. Roma foi grande quando, de sua pequena democracia rural, aos poucos, sua influência se espalhou por toda a Itália. Então ela conheceu os guerreiros de Cartago e lutou contra eles. Foi uma das primeiras guerras da História. Pouco a pouco ela estendeu o seu domínio até os limites do mundo conhecido. O Império Romano é uma criação do espírito, e foi o espírito que inspirou as legiões romanas a lutar (Aplausos) (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa).

O discurso não se faria completo sem um aceno duplo: ao anticomunismo e ao proletariado. Intensificando o processo que começou no programa do PNF e vai crescer na doutrina, Mussolini (2020) reforça o sindicalismo como ferramenta de proteção à nação, ao mesmo tempo em que propõe sutilmente as noções do que virá posteriormente a se tornar o corporativismo e sua conciliação de classes. Em outras palavras, há aqui os primórdios da ideia que desenvolverá sobre substituição da luta de classes pela ideia de luta de nações, rejeitando a ideia de ditadura do proletariado e o que chama de “mitos do tipo inferior de literatura socialista” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa). Mas, ciente da importância do apoio do proletariado, elogia as virtudes dessa classe e destaca sua importância à nação.

Vale apontar uma curiosa passagem, logo depois da exaltação ao proletariado, na qual Mussolini demonstra uma de suas características que, ao menos até agora, passara despercebida: o machismo. Ao comparar suas preocupações com as disputas políticas, nega que o Fascismo seria como “mulheres histéricas” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa, preocupadas com um possível

futuro catastrófico. E, em uma simplificação absurda, proclama que os problemas financeiros são facilmente resolvíveis: basta um homem forte disposto a dizer não. Não para os pedidos de financiamento dos diversos pedidos do que percebe, paranoicamente, como forças ocultas e a quem cabe a eliminação (MUSSOLINI, 2020).

Para concluir, uma tabela sintetizando algumas das principais características identificadas no *Discurso de Nápoles*:

Tabela 1 - Características identificadas no *Discurso de Nápoles*

Discurso de Nápoles (1922) Segundo ciclo (1921-1924): Fascismo liberal. Terceiro estágio: a chegada ao poder.	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Autoritarismo</i>	Messianismo: não é a melhor pessoa, mas a pessoa disponível, o único capaz O Fascismo como o Estado, “Porque nós desejamos nos tornar o Estado!” Maniqueísmo Ressentimento, “restos de ministérios miseráveis” Messianismo: Fascismo como inevitabilidade Disputa de forças Ameaça à democracia Culpa a democracia e o pacifismo pelo resultado insatisfatório da Guerra Anticomunismo Belicismo: Utiliza imagens da Guerra para ressaltar irmandade através do nacionalismo
<i>Corporativismo</i>	Substituição da luta de classes por luta de nações
<i>Machismo</i>	Figura do homem forte, masculinista, capaz de colocar limites Imagem de mulheres histéricas
<i>Nacionalismo</i>	A nação como grande sol Monarquia e exército como instituições para salvaguardá-la Nação como personificação das tradições de um povo
<i>Reacionarismo</i>	Antipolítica Nação degenerada, dominada por forças antinacionais A monarquia como refém das forças corruptoras Conspiracionismo paranoico (nação tomada por forças ocultas)

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no *Discurso de Nápoles*.

Este segundo ciclo do Fascismo — e o primeiro no poder — é caracterizado por uma série de concessões às elites liberais e conservadoras. Mussolini colocou o economista liberal Alberto de' Stefani no Ministério da Fazenda, e iniciou seu governo concentrando-se inicialmente em realizar políticas de livre-comércio, redução de impostos, privatizações e cortes de gastos e empregos públicos (SINGER *et al*, 2020). A guinada de fato ao corporativismo e ao peso em um Estado grande, voltado para o desenvolvimento nacional, ocorreu apenas depois do golpe em 1926 e intensificado com a Grande Depressão. Mas esse é um tema para outro trabalho.

Considerações finais

Por meio de análise de conteúdo, e apoiado por alguns *softwares*, este trabalho tentou resumir e discutir os principais elementos que aparecem no *Discurso de Nápoles*, proferido nas vésperas de uma efeméride essencial para o Fascismo. Por mais que limitado no escopo de um artigo, a intenção foi apontar como este movimento evoluiu e mudou suas características ao longo dos anos. O Fascismo proferido no *Discurso* possui proximidades e diferenças em relação ao Fascismo como apareceria na década de 1930, por exemplo, ou em 1940 com sua fusão com o Nazismo.

A tradução inédita do *Discurso*, presente no apêndice, forma um diálogo fundamental à compreensão de um fenômeno que, ainda que encontre bastante fortuna crítica, sempre possui flancos para cobrir e compreender. Uma compreensão que se mostra imprescindível, inclusive, à análise de movimentos de extrema-direita contemporâneos, sejam eles fascistas ou não, independente do termo que se convencie chamá-los. Se a História ensina algo sobre esses movimentos, é que eles se devoram antropofagicamente, devorando por simbiose características de antecessores, ao mesmo tempo em que adicionam novos pontos.

Referências

- BRAY, Mark. *Antifa: o manual antifascista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- ECO, Umberto. *O Fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre Fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.
- MUSSOLINI, Benito. *My autobiography: with “The political and social doctrine of Fascism”*. New York: Dover Publications, 2006.
- MUSSOLINI, Benito. *Mussolini as revealed in is political speeches*. 2020. Disponível em: https://www.gutenberg.org/files/62754/62754-h/62754-h.htm#Page_xxi. Acesso em: 16 set. 2021.
- PACHUKANIS, Evguiéni. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- PAXTON, Robert. The five stages of fascism. *The Journal of Modern History*. Chicago: Chicago University Press, vol. 70, n. 01, p. 01-23, 1998. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/235001>. Acesso em 06 nov. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1086/235001>.
- STENDHAL. *O vermelho e o negro*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

ST 12: NARRAR O VIVIDO, ESCREVER A HISTÓRIA: POSSIBILIDADES PARA A HISTORIOGRAFIA A PARTIR DA LITERATURA DO TESTEMUNHO

“ZAMIR, VIAGEM AO MUNDO DA PAZ”: RELATO DE VIAGEM DE AFONSO SCHMIDT

Eulália da Costa Guarinello⁸⁶

Resumo

O trabalho visa analisar a obra “Zamir, viagem ao mundo da paz” de Afonso Schmidt, publicada em 1956, na qual o autor descreve sua viagem à URSS no ano de 1954, revelando práticas da militância comunista e sua percepção da realidade soviética. O contexto das visitas ao mundo socialista, incentivadas pela União Soviética, é explorado, destacando o papel destas na disseminação do ideário comunista internacionalmente. A análise da obra também considera as diretrizes estéticas do realismo socialista. Pretende-se observar o quadro representativo construído por Schmidt, tendo em vista seu engajamento na militância comunista, bem como a incorporação de elementos da Literatura Comunista na elaboração da obra.

Palavras-chave: Afonso Schmidt; relato de viagem; realismo socialista.

Introdução

A incorporação da literatura pela historiografia, como notável fonte histórica, não é novidade. No Brasil, estudos nesse sentido ganharam força através da História Cultural, principalmente a partir dos anos 1990, período de ascensão desse movimento historiográfico e momento em que a historicidade presente em obras literárias passou a ser cada vez mais considerada, o que contribuiu para um rebuscamento significativo da produção de conhecimento histórico no país. Assim, ao pensar em possíveis encontros entre a História e a Literatura, é imprescindível a ampliação do conceito de fonte histórica – de forma a abranger obras literárias – tendo em vista que ambas, tanto a história quanto a literatura, constituem uma forma de representação, dentro de suas particularidades, compartilhando mecanismos de compreensão da experiência humana em diferentes contextos e épocas.

No que diz respeito ao universo das representações e de possíveis interpretações do passado, a literatura desempenha um papel crucial, pois ilustra o contexto de sua escrita e está diretamente relacionada a eventos e transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e intelectuais. Além disso, ocupa lugar de destaque na construção e na preservação das identidades individuais e coletivas, ao moldar narrativas e memórias de um povo, contribuindo para a formação de uma consciência histórica compartilhada. Pode, inclusive, ser uma forma de crítica e

⁸⁶ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

questionamento de interpretações históricas estabelecidas, abordando eventos passados de maneira a desafiar narrativas dominantes e oferecer novas perspectivas.

No que concerne a análise de fontes históricas, interessa investigar sua produção considerando a forma de construção, bem como as intenções do produtor, seu lugar social e as relações de poder que perpassam o processo e o produto final. Isto pois, de acordo com Chartier (1990), documentos consistem em representações do real e, portanto, estão atrelados a segmentos próprios da historicidade que os envolve, indissociáveis do contexto e das intenções de sua produção. Para tanto, contextualizar o tempo com que se trabalha é indispensável, assim como analisar os interesses sociais e a construção dos discursos presentes no documento.

Ademais, alguns aspectos específicos devem ser considerados no processo analítico de obras literárias, tendo em vista o tripé autor-público-obra, tal qual delimitado por Antonio Candido (2006). Isto é, em primeiro lugar, partimos do entendimento da literatura como um sistema vivo, ativo, heterogêneo, no qual as obras agem umas sobre as outras e incidem sobre os leitores. No caso do autor, este deve ser compreendido como alguém que realiza uma função social, correspondendo – ou não – a expectativas do público e ocupando determinado lugar dentro de um grupo específico. O público, por fim, se configura a partir da existência dos meios de comunicação e expressão, sendo que o processo de escrita e produção literária é marcado pela manifestação alheia: fator crucial e determinante para a plena consciência da obra pelo autor, que somente se realiza a partir do retorno e da exposição ao público (CANDIDO, 2006, p. 83).

Em suma, a relevância da incorporação de expressões literárias à historiografia pode ser compreendida ao pensarmos nesta como uma forma de representação histórica e social, testemunha de determinado contexto, que registra e expressa questões, anseios, fenômenos, práticas e inquietações, a partir de um olhar preciso e subjetivo da realidade. Não só, a literatura também possui enorme relevância na proposição do novo, na construção de utopias, na reflexão de projeções e prospecções que traduzem determinado viés ou perspectiva.

A partir destas configurações, voltamos nosso olhar para a figura de Afonso Schmidt e a análise de suas contribuições no âmbito literário: nascido no ano de 1889, no distrito de Cubatão, São Paulo, Schmidt foi militante, poeta, jornalista e escritor. Dentre sua vasta produção no universo das letras, que nos fornece riquíssimo material historiográfico, a obra “Zamir, viagem ao mundo paz” (1956) ocupa lugar de destaque ao ilustrar alguns fenômenos políticos que marcaram o século XX, cruciais para a formação dos movimentos sociais e da intelectualidade brasileira. Esta representação, produzida por um sujeito que vivenciou, explorou e contribuiu para a construção de processos de grande magnitude, possibilita a identificação de emblemáticos personagens e

personalidades, permeando conflitos e eventos históricos de grande relevância para o estudo da história política do Brasil.

Publicada em 1956 pela editora Brasiliense, “Zamir, viagem ao mundo da paz” consiste em uma coletânea de pequenas crônicas nas quais Afonso Schmidt relata sua viagem à União Soviética, no final do ano de 1954, quando foi convidado a participar do Conselho Mundial da Paz, constituindo uma importante fonte a respeito de práticas da militância comunista em meados do século XX, bem como sobre a percepção particular de Schmidt da realidade soviética.

Aqui, é importante notar que o contexto desta viagem faz parte de um cenário no qual atores de diferentes áreas, classes e formações visitaram o mundo socialista, a partir de financiamentos do governo soviético, juntamente aos partidos comunistas espalhados mundo afora – engajados em investir na formação política de militantes comunistas e simpatizantes. Assim, intelectuais, escritores, artistas, operários, sindicalistas e líderes partidários percorreram países da URSS, com o intuito de conhecer, experienciar e testemunhar os feitos concretos da revolução bolchevique.

No quadro brasileiro, as viagens ao mundo socialista tiveram início ainda nos anos 1920, contudo, a década de 1950 marca o período de maior produção de relatos a respeito dessas visitas, com obras de grande relevância literária e historiográfica, tais como: “O Mundo da Paz” (1951) de Jorge Amado, “Uma jovem brasileira na URSS” (1953) de Zuleika Alambert, “Cortina de Ferro” (1956) de Marques Rebêlo, “Caminhos da Terra” (1959) de Eneida de Moraes, entre outros. Ainda, é importante notar que as relações diplomáticas entre Brasil e URSS estavam rompidas desde 1947 e que, neste mesmo ano, o PCB foi colocado na ilegalidade pelo Tribunal Superior Eleitoral – sendo forçado a atuar de modo clandestino até 1985. Nesse sentido, chamamos atenção para o fato de que o cenário nacional não era favorável a qualquer forma de articulação comunista, promovendo diversas políticas de repressão e censura ao movimento e seus integrantes. De toda forma, tais viagens puderam acontecer a partir de incentivos da União Soviética, que investiu significativamente na execução dessas experiências, como estratégia para propagar e reforçar suas bases mundo afora:

Os diversos Congressos pela Paz promovidos no final da década de 1940 e início de 1950, normalmente estabelecidos em países do Leste Europeu, foram a porta de entrada para que, de lá, muitos brasileiros fossem estimulados a estender viagem para a Rússia, sendo convidados de instituições soviéticas e tendo todas as suas despesas pagas (TÔRRES, 2019, p. 84).

Assim, além de difundir o ideário, essas visitas eram uma forma de fortalecer os laços entre a URSS e os movimentos comunistas e simpatizantes de outros países, visando criar uma rede de apoio internacional aos interesses soviéticos.

Na esteira dessas reflexões, é necessário considerar certas diretrizes estéticas e formais da chamada Literatura Comunista do período, a partir do conceito de Cultura Política, isto é, do conjunto de valores, tradições, práticas, e representações políticas partilhadas por determinado grupo, expressando uma identidade coletiva e fornecendo interpretações comuns do passado, agindo, também, como inspiração para projetos direcionados ao futuro (RIDENTI, 2014). Para tanto, o “realismo socialista” aparece de modo elementar, como diretriz e tendência adotada pelos comunistas no âmbito da literatura e das artes em geral. A vertente é definida a partir da construção de representações objetivas e factuais, com cenários, personagens e eventos elaborados por meio de interpretações que buscam aproximar-se do “real”. Ademais, tais narrativas são voltadas para o cotidiano e para a cultura de trabalhadores, retratados a partir de um olhar idealizado – enfocando, assim, aspectos como a honestidade e a dignidade da classe proletária. Isto posto, seguimos com Tôrres (2018) no entendimento de que esses relatos de viagens ao mundo socialista possuem um caráter autobiográfico, tendo em vista que apresentam, em sua totalidade, observações e perspectivas sobre os lugares visitados, a partir de comparações com suas próprias realidades.

Assim, tais representações partem de combinações entre elementos ficcionais, factuais e, sobretudo, políticos e ideológicos. Evidenciando o fato de que o incentivo para a realização destas viagens e produção destes relatos, além de fazer parte de um processo de formação da militância, objetivava a disseminação de propaganda comunista, que seria veiculada por meio destes livros e manuais, abordando, positivamente, aspectos do cotidiano e da organização soviética, como saúde, educação, economia, trabalho, cultura, arte e política em geral.

Zamir, viagem ao mundo da paz

Ao voltarmos nosso olhar para as especificidades de “Zamir: viagem ao mundo da paz”, vemos que a descrição detalhada do itinerário percorrido por Schmidt, quando convidado a participar do Conselho Mundial da Paz, em Estocolmo e do II Congresso dos Escritores Soviéticos, em Moscou, ilustra elementos da interpretação do autor frente à realidade soviética. Destacando, justamente, qualidades dos países visitados, tais como: o alto nível de educação da população, o incentivo à cultura e a valorização dos escritores e da literatura. É importante notar, também, que a construção desse relato muito se assemelha a de outros autores filiados ao PCB no período.

Em “Zamir”, o tom da narrativa não apresenta nenhuma indicação de crítica frente ao ideário comunista, representado a partir da realidade soviética. Pelo contrário, a instauração do comunismo aparece como o único caminho possível para atingir a paz mundial, com claros exemplos de organização efetiva nas mais diversas esferas políticas, sociais e culturais. Isto é, ainda

no prefácio o autor inicia a narrativa apontando para a escolha do título da obra, que significa “pela paz”:

Perguntando a meus botões que título deva dar a este relato em que procuro transmitir as impressões colhidas nessa viagem inesquecível, saltou-me da memória uma expressão que no mundo socialista aparece por toda parte, como a mais elevada e sentida aspiração de seus filhos, *Za Mir!* [...] colhi-a como uma flor na alma generosa do povo soviético. Essa expressão desejo-o com todas as veras de minha alma, passará a representar no apagado mundo de minhas letras, uma entidade benéfica para os homens e para as nações. [...] voz que na terra dos zimbórios verdes em forma de bulbos quer dizer: pela paz (SCHMIDT, 1956, p. 7).

Ainda nos capítulos iniciais, o autor relata seu encantamento com a Suécia, onde aterrissa para participar do Conselho Mundial da Paz. Chegando no hotel em que ficaria hospedado e onde estava reunido o secretariado do Conselho, encontrou diversos colegas e importantes personalidades comunistas de todo o mundo, destaque para o poeta cubano Nicolás Guillén, o romancista equatoriano Adalberto Ortiz e o escritor brasileiro Marques Rebêlo, por quem Schmidt tem grande apreço e que o acompanhou por toda a viagem.

O autor descreve, também, todo o cenário que compõe as instalações do hotel e de seu quarto, que divide com o Dr. Otávio de Freitas Júnior, apontando para as sensações de conforto e aconchego: “As camas não são pobres nem ricas, os colchões não são de molas, mas o viajante sente-se bem, como se estivesse em sua casa” (Ibidem, p. 15). Assim, a narrativa prossegue com detalhadas descrições, sempre positivas, da arquitetura, das paisagens urbanas, do funcionamento do trânsito e do transporte público, das semelhanças nas vestes utilizadas por homens e mulheres, do comércio local, enfim, das condições gerais do funcionamento da vida:

Nesse país há um belo equilíbrio entre salário e custo de vida. Segundo me informaram o governo não interfere em salários, horários e locações. A Bolsa do Trabalho e os empregadores resolvem tudo. [...] Na rua, toda gente parece de classe média. Homens e mulheres vestem-se com decência e ostentam agasalhos de preços. Os mais pobres moram em casas coletivas, gozando de todos os confortos. Não há mendigos nem desocupados. Os jornais não registram roubos nem facadas (Ibidem, p. 22).

Já no capítulo de número cinco, intitulado “Zamir”, vemos a primeira ocorrência de elementos de cunho religioso na obra, que aparecem no momento em que o autor destaca a presença de pastores e lideranças religiosas no evento, enfatizando o discurso de um representante da URSS, que dirige a palavra às instituições de diferentes crenças, em um chamado pela paz mundial. Aqui, é interessante notar como Schmidt relaciona a dimensão espiritual com a busca pela paz. Ao destacar a mensagem voltada a todas as organizações religiosas e crenças do mundo, reconhece o potencial dessas instituições em contribuir com a promoção da harmonia e da estabilidade em âmbito internacional.

Nesse sentido, desenvolve a narrativa pincelando elementos religiosos, indicando tal dimensão como intrinsecamente ligada à defesa da paz e sugerindo, por meio dos valores compartilhados e da influência moral das diferentes crenças, possibilidades para alcançar um objetivo comum: a paz duradoura para toda a humanidade. Essa abordagem é muito central na obra e no pensamento de Schmidt, tendo em vista o engajamento do autor na busca por um mundo mais pacífico, utilizando a fé como um meio catalisador para a cooperação e entendimento mútuo entre diferentes comunidades.

Em um momento de confraternização após o Congresso, Schmidt e outros representantes brasileiros foram agraciados com um banquete oferecido pela delegação chinesa. Na ocasião, receberam convite para prosseguir em viagem e conhecer algumas regiões do mundo socialista: “Por seu intermédio, a China Popular, a Tcheco-Eslováquia, a Bulgária e a Romênia convidavam intelectuais brasileiros a visitá-las” (Ibidem, p. 43). Muito honrado, o autor aceita a proposta e, com a companhia de Marques Rebêlo, parte para uma aventura em direção à República Popular da Tcheco-Eslováquia.

Assim, inicia-se a segunda etapa da viagem, repleta de descobertas e imersões culturais. Durante aproximadamente um mês, o autor teve a oportunidade de explorar diversas cidades, mergulhando nos costumes, tradições e nuances da realidade socialista. Ao adentrar diferentes localidades, Schmidt se encantou com a arquitetura, a gastronomia e os aspectos culturais e organizacionais, testemunhando a vida cotidiana, os valores e a riqueza histórica do povo tcheco.

No sétimo capítulo, “Visita aos Amigos”, o autor relata suas primeiras impressões ao chegar em Praga, onde foi recebido por uma funcionária do governo. Chamando atenção para os muitos retratos de Lênin e Stálin que encontra pelas ruas, assim como para diversas bandeiras vermelhas espalhadas pela cidade, com ilustrações de foices e martelos, Schmidt prossegue a narrativa com detalhadas descrições, comentando sobre as praças, ruas e edifícios que encontra pelo caminho. Fala, também, sobre sua visita guiada ao Ministério da Cultura, destacando o bom funcionamento da instituição e a hospitalidade com a qual é recebido. Ainda, relata um fato que o impressiona: a primorosa conservação das igrejas, que contam com expressiva presença de fiéis aos domingos. Nesse sentido, entendemos que a indicação de práticas religiosas e o destaque para o cuidado com as igrejas, comparando com o período anterior à instauração da URSS, partem de esforços para construir uma narrativa na qual o cristianismo e as religiões em geral não são necessariamente condenáveis dentro do socialismo – contrapondo a ideia de que cristãos seriam perseguidos no regime.

O décimo capítulo marca o momento em que o autor e seus colegas vão embora de Praga, com roteiro para visitar regiões da Boêmia, Morávia e Eslováquia. Ao adentrar paisagens do interior, Schmidt discorre sobre suas impressões a respeito do funcionamento da vida no campo:

De longe, vemos as paredes caiadas e os telhados vermelhos das fazendas estatais onde o camponês dispõe de tudo o que necessita: residências confortáveis, serviços de saúde, escola, armazém de gêneros pelo preço único do país, calçados, tecidos e roupas feitas, cozinha coletiva que fornece refeições aos que não têm tempo de preparar os pitêus, biblioteca, quadras de esporte, piscina, teatro, cinema, grupos de teatro, de música, de ballet e de marionetes. Nessas fazendas, vastas como municípios, o camponês goza do mesmo conforto e distrações dos seus companheiros operários das cidades. Por isso, o homem do campo está preso à terra; sob nenhum pretexto, bota a trouxa às costas e abandona o seu torrão (Ibidem, p. 68).

Assim, enfatiza a vastidão e os recursos abundantes das fazendas, destacando o fato de que o estilo de vida do camponês não difere muito daquele dos trabalhadores das cidades, com semelhanças entre o conforto e as distrações disponíveis, tanto para camponeses quanto para operários nas áreas urbanas. Apesar dessas semelhanças, nota-se, também, que o homem do campo permanece profundamente ligado à terra em que vive e trabalha – com ênfase para a forte conexão emocional e prática que tem com seu pedaço de terra, sugerindo a manutenção de uma identidade que transcende possíveis comodidades e entretenimentos oferecidos em outros lugares.

Por conseguinte, visita regiões da Boêmia onde conhece castelos transformados em habitação para escritores e suas famílias. Nesse momento, Schmidt se debruça sobre elementos da cultura e história da Tcheco-Eslováquia, interessado em compreender os fatos e eventos que culminaram na instauração do regime socialista. Assim, discorre brevemente sobre a atuação de parte dos latifundiários tchecos na Segunda Guerra Mundial, que alistaram-se aos nazistas visando manter seus privilégios. Fala, também, sobre uma parcela de nobres que ‘se portou com decência’ ao participar das lutas de libertação, e que, com a vitória soviética, vendeu suas propriedades para o governo: “Comem e bebem, conscienciosamente, os seus milhões. Os descendentes já começam a trabalhar com o povo, por uma pátria melhor” (Ibidem p. 113), indicando, assim, a ocorrência de claros processos de transformação nas estruturas políticas, a partir do dismantelamento da desigualdade e das hierarquias sociais.

Ainda nos ambientes dos castelos, o autor participa de amplas conversas com literatos e intelectuais tchecos que, instigados com a presença de Schmidt e Rebêlo, pedem relatos da vida e condições de trabalho dos escritores no Brasil. Assim, em conferência improvisada, Schmidt fala sobre algumas de suas principais referências no cenário da literatura nacional: Aluísio de Azevedo, Lima Barreto e Machado de Assis, apontando para as difíceis condições imputadas aos homens das

letras no país, que muitas vezes se veem obrigados a trabalhar na imprensa a fim de complementar a renda:

Falei-lhes de Lima Barreto, que, tendo produzido obras duradouras, de profundo cunho social, sofreu todas as humilhações [...] Contei-lhes que os nossos escritores pobres, tradicionalmente, trabalham na imprensa. Aluísio de Azevedo escreveu: – Nós nos dizemos jornalistas porque no Brasil o nosso mister não tem ainda qualificação. Somos forçados a tomar de empréstimo à imprensa um título de apresentação. Na verdade, nada temos de jornalista: fazemos romances e contos e lá de vez em quando um folhetim (Ibidem, p. 119).

A partir da colocação acima, é interessante notar o caráter autobiográfico da construção representativa de Schmidt, que aponta para expressiva atuação de escritores brasileiros na imprensa, dedicados ao trabalho jornalístico como um meio para suprir necessidades financeiras, a despeito de seus anseios em produzir literatura. Fato este que não observa na realidade socialista da Tcheco-Eslováquia, tendo em vista os investimentos direcionados ao âmbito da produção editorial e cultural como um todo. Ali, diferentemente do Brasil, é possível perceber uma multiplicidade de efeitos positivos gerados a partir do fomento à cultura escrita. Contudo, o autor não deixa de saudar o engajamento revolucionário dos escritores brasileiros que, mesmo com tantas dificuldades, seguem produzindo obras de grande expressividade.

Caminhando para o fim da narrativa, os três últimos capítulos e o epílogo são reservados para relatos sobre experiências em Moscou, que marcam a terceira parte da viagem. No vigésimo capítulo, o autor expressa suas impressões ao chegar na cidade, seguindo com detalhadas descrições das paisagens que encontra. Contudo, os comentários, que até então indicavam ambientes acolhedores e aconchegantes, mas simples, adquirem um tom mais requintado, destacando construções luxuosas, edifícios de muitos andares, carros elegantes, decorações suntuosas e ruas com modernos sistemas de iluminação.

À vista disto, observamos o intuito de representar Moscou a partir de suas inovações e acelerado desenvolvimento, como uma cidade cosmopolita, chegando a compará-la com Paris: “Moscou é diferente. Cada prédio é uma joia no veludo cinzento da noite. [...] A iluminação é tão clara que parece dia. As avenidas são largas, com amplos passeios, formigantes de povo” (Ibidem, p. 132) – demonstrando um reduto de modernidade, progresso e sofisticação. Ainda, o autor discorre detalhadamente a respeito da gastronomia local e dos banquetes oferecidos pela União dos Escritores Soviéticos, indicando, nesse mesmo sentido, grande fartura e abundância de alimentos.

Por conseguinte, Schmidt fala sobre as sessões do II Congresso dos Escritores Soviéticos, instalado no dia 14 de dezembro no salão São Jorge, do Kremlin. Ali, rodeado por mais de dois mil escritores de todo o mundo, o autor acompanhou, com grande entusiasmo, discursos proferidos

por grandes personalidades das letras soviéticas. Nesse mesmo capítulo, transcreve um informe do Partido Comunista a respeito das diretrizes e deveres dos escritores revolucionários, indicando ter encontrado um novo horizonte literário nessas palavras.

Na esteira dessas reflexões, Schmidt discorre sobre a relevância do realismo socialista no âmbito das artes em geral, tal como apresentado no I Congresso dos Escritores Soviéticos, em 1934. Indicando que o método, amplamente desenvolvido no decorrer dos vinte anos que separam a primeira e a segunda edição do congresso, tem sido aplicado e reproduzido por escritores de diferentes localidades e direcionamentos ideológicos:

O método do realismo socialista é hoje estudado e começa a ser aplicado por escritores de todos os países, por todos aqueles que estão forjando a grande literatura de nossa época. A prosa, a poesia, o drama, o cinema, a literatura infantil, a crítica, as traduções traçaram um quadro completo do desenvolvimento da literatura soviética (Ibidem, p. 151).

Dessa forma, enfatiza o papel dos escritores na criação de formas de arte autênticas, politicamente engajadas e alinhadas aos ideais comunistas. Isto é, a própria obra de Schmidt parte de um lugar no qual o autor se coloca como um agente de mudanças, responsável por impulsionar e promover valores, ideias e avanços. Como um participante ativo na construção e na consolidação de uma “modernidade” espelhada nas conquistas soviéticas e elaborada a partir da luta revolucionária e da emancipação popular.

Em sequência, já no epílogo, Schmidt encerra a obra narrando um jantar oferecido aos escritores, jornalistas e convidados que participaram do Congresso. Aqui, vemos novamente o deslumbramento do autor frente aos ambientes que encontra em Moscou, destacando beleza nunca antes vista: “Conheço o Domo de Milão, a nave de Notre Dame de Paris, a sala dourada da Prefeitura de Estocolmo, mas posso assegurar que ainda não vi nem verei jamais um recinto tão vasto, tão belo, tão prodigiosamente iluminado” (Ibidem, p. 169). Finalmente, o livro é encerrado com uma singela homenagem do governo soviético aos escritores ali presentes, momento em que Schmidt é nominalmente citado, o que o emociona grandemente.

Considerações finais

Ao analisar a obra de Schmidt, vemos como o comunismo aparece profundamente atrelado à busca pela Paz, tendo em vista a representação concreta da harmonia social, efetivada a partir das instituições socialistas. Escrito no pós-Guerra e em plena Guerra Fria, o relato de Schmidt transpõe anseios utópicos para uma realidade concreta, exposta de maneira encomiástica e avessa a críticas. É um retrato explícito da polarização ideológica dos anos 50: com “Zamir”, Schmidt, bem como outros intelectuais que permaneceram fiéis ao Partido Comunista, instala-se em um nicho mais

restrito, mais sectário e, portanto, menos universal. Assim, o autor aponta para a ideia de que a paz não é apenas um resultado desejado, mas o princípio orientador na construção do comunismo e de um mundo mais justo. Isto é, a busca pela Paz é entendida como um elemento abrangente e estrutural, capaz de fornecer bases sólidas para a construção de uma realidade socialista duradoura.

A delimitação de tais aspectos subjetivos oferece grandes contribuições a respeito das motivações subjacentes do próprio Schmidt dentro da militância política, indicando como diferentes sentimentos e valores influíram em suas construções representativas, tanto no âmbito conceitual quanto nas dimensões estéticas. Nesse sentido, a obra de Schmidt, figura intimamente ligada à militância comunista, reverbera seu ideal revolucionário, sem apresentar nenhuma crítica negativa. Essa visão idealizada e mesmo romântica reflete um pensamento que também está presente em parte das contribuições do autor contribuições na imprensa e em seus romances e poesias que abordam a temática social, alguns escritos na mesma época da viagem, o que nos leva a crer que essa visita ao mundo socialista reforçou o sentimento de comprometimento com a luta social, defendido por ele no decorrer de toda a vida.

É importante frisar, por fim, a construção desse relato como uma fonte de memória, mas também de propaganda política. O que implica concebê-la, dentre outras possibilidades, como um discurso sobre si que mescla tanto elementos de experiências que foram vividas, imaginadas ou compartilhadas, quanto um conjunto de atribuições, de sentido construído em momentos anteriores e posteriores ao que foi vivido pelo autor, tendo em vista, justamente, esse limite tênue entre o vivido e o narrado, e refletindo, também, essa percepção do autor sobre função social e política da arte, e sobre a relevância de engajamento social por parte da classe artística. Dentro desse contexto, a produção literária de Schmidt ganha ainda mais relevância, tendo em vista a indissociabilidade entre sua obra e convicções políticas, bem como seu engajamento nas lutas populares.

Referências

Referências bibliográficas

- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 9 ed., 2006.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- FURTADO, Marlí Tereza; SANTOS, Alinnie. Graciliano Ramos, Dalcídio Jurandir e Eneida: Camaradas em Viagem ao Mundo Socialista. **Revista Moara**, Belém, v. 35, p. 195-209, 2011.
- RIDENTI, Marcelo. Cultura e comunistas no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 28, p. 295-300, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. O Partido Comunista e os intelectuais. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 15, p. 79-91, set. 1999.

SCHMIDT, Afonso. **Zamir, viagem ao mundo da Paz**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

SILVA, Teresinha V. Z. ; VIEIRA, Denise Adélia. O Comunismo nas Letras Brasileiras: a década de 1930. **Língua e Literatura (USP)**, v. 30, p. 312-334, 2012.

TÔRRES, Raquel Mundim. **Transpondo a Cortina de Ferro: relatos de viagem de brasileiros à União Soviética na Guerra Fria (1951 - 1963)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

IDENTIDADE NACIONAL E TRAUMA: A LITERATURA WOOLFIANA COMO QUESTIONAMENTO DO SER NA MODERNIDADE

Gabriela Monteiro da Costa⁸⁷

Resumo: A formação de uma identidade nacional ao longo dos séculos XVIII e XIX, na Inglaterra, foi possibilitada, entre outros fatores, pela popularização dos livros e do romance como gênero literário, e permeada pela compreensão da história como progresso, pela consolidação da burguesia, assim como pelo avanço imperialista em outras regiões do globo. Entretanto, a partir do intenso processo de transformação social possibilitado pela modernidade, culminando no evento ruptura que foi a Primeira Guerra, essa identidade passou a ser questionada. A literatura das décadas de 1920 e 1930, amplamente modernista, trabalhou esse questionamento e apresentou novas possibilidades. Neste sentido, esse artigo tem por objetivo analisar, através do conceito de memória cultural, cunhado por Aleida Assmann, a transformação dessa identidade a partir do trauma causado pela Primeira Guerra, em especial, na obra da escritora inglesa, Virginia Woolf.

Palavras-chave: Virginia Woolf; modernidade; identidade; nacionalismo.

Introdução

A transição do século XIX para o XX foi um processo marcante para o mundo contemporâneo ocidental por diversos motivos. Entre eles, podemos mencionar - talvez a principal dessas razões - o desenrolar de um conflito bélico em escala mundial que teve como palco um território que vivenciava um tempo considerável de paz em suas fronteiras (HOBSBAWM, 1995, p. 30). De fato, a Primeira Guerra (1914-1918) foi um evento de ruptura por excelência, porém, quando visto pela perspectiva da média duração histórica, podemos identificá-lo como um componente em um processo de transformação mais amplo; processo este que mostrava seus primeiros sinais ainda na última parte do século XIX.

As intensas transformações urbanas e científicas, o avanço imperialista europeu sobre outros territórios, a aceleração do tempo, o desenvolvimento de movimentos socialistas e trabalhistas, uma profunda mudança na situação política e social das mulheres, entre outros fatores, fizeram parte desse processo de transição entre séculos, culminando no desencadear do conflito que pôs fim ao longo século XIX e inaugurou o breve século XX.

Em termos culturais, muitas foram as realizações que surgiram naquele momento. Nas artes plásticas, movimentos como o cubismo, impressionismo, futurismo etc., povoaram as galerias e os novos cenários de produção cultural. De igual forma, a literatura produziu um significativo corpus em diferentes movimentos aglomerados sob a bandeira do modernismo, além de povoaram revistas e diversos periódicos, assim como o campo editorial, principalmente ao longo da primeira metade

⁸⁷ Doutoranda em História Social no PPGH-UFRJ, bolsista CNPq, compõe o grupo de pesquisa ESCRITHAS (Estudos Críticos, Teóricos e Historiográficos sobre as Américas). E-mail: monteirogabriela@id.uff.br.

do século XX⁸⁸. Alguns desses títulos, como *Em busca do tempo perdido* (1914), de Marcel Proust, *Ulysses* (1922), de James Joyce, *Terra Devastada* (1922), de T.S. Eliot e *Mrs. Dalloway* (1925), de Virginia Woolf, são obras consagradas no cânone literário ocidental⁸⁹.

Em linhas gerais, grande parte das temáticas mencionadas anteriormente se fazem presentes nessas obras ícones do modernismo europeu. Entretanto, naquelas escritas e publicadas após a Primeira Guerra, temáticas como trauma, violência e crise identitária são recorrentes e constantes. Em *Mrs. Dalloway*, por exemplo, acompanhamos dois personagens centrais no romance, Clarissa Dalloway – que dá nome a obra – e Septimus Smith – seu duplo. Enquanto a primeira personagem pertence a alta burguesia e transita nas esferas de poder da sociedade londrina, Septimus é um homem comum que, após voltar do *front*, se vê atormentado por surtos psicóticos traumáticos e, além disso, é submetido ao poder violento e tirânico dos médicos psiquiatras. Ambos, porém, são tragados constantemente pelas suas memórias e, através delas, passam por uma série de questionamentos sobre suas próprias identidades.

Uma terceira personagem também deve ser mencionada: a cidade de Londres. Woolf insere em sua narrativa um espaço urbano moderno, povoado por uma multidão de desconhecidos que transita em automóveis e ônibus motorizados – novidade naquele período –, submetida a um regime de tempo acelerado, mas que alimenta memórias recentes do período da guerra; memórias de destruição e violência em oposição a um mundo de modernidade. A cidade é retratada como uma espécie de campo minado das recordações; neste lugar, os sons do funcionamento de um motor de carro ou o badalar dos sinos da igreja podem levar seus cidadãos a um momento de crise traumática alimentada pelas memórias.

Veremos, entretanto, que com o avançar dos anos, quando um novo conflito começava a se desenhar no horizonte de expectativa⁹⁰ europeu, a literatura produzida por Woolf – não apenas os romances, mas também os ensaios – reapresentou a questão identitária; mantiveram-se a violência e os traumas como temas primordiais, mas a problematização das identidades passou para a esfera do nacionalismo. Obras como *Os Anos* (1937), *Três Guinéus* (1938) e *Entre os Atos* (1941), colocaram em xeque a construção de uma identidade britânica, relacionando-a com a construção

⁸⁸ Vale destacar que embora nosso objeto esteja restrito a primeira metade do século XX, o filósofo Marshall Berman, compartilhando a leitura de Walter Benjamin, identifica o início do modernismo, como um movimento literário, ainda na segunda metade do século XIX com a produção poética de Charles Baudelaire (BERMAN, 2007, p. 160).

⁸⁹ Não será objetivo do presente trabalho questionar os rótulos em vigor no mundo das letras, embora sua utilização problemática (que reflete as desigualdades econômicas e políticas) não passe despercebida. Um trabalho de referência sobre essa questão é o livro de Pascale Casanova, *A república mundial das letras*, publicado no Brasil em 2002, pela editora Estação Liberdade.

⁹⁰ Ao longo do artigo mobilizarei dois conceitos de Reinhard Koselleck – *espaço de experiência e horizonte de expectativa* – para pensar a relação de Woolf com o seu tempo histórico (KOSELLECK, 2006, p. 305-327).

da memória de uma nação imperial e com um tipo de masculinidade que se realiza na violência promovida pelo nacionalismo bélico.

Sendo assim, este artigo tem por objetivo analisar, através do conceito de memória cultural, utilizado por Aleida Assmann (2011, p. 15-27), a produção literária da década de 1930 na Inglaterra - em especial a obra woolfiana – tendo como eixo central justamente o questionamento da identidade britânica e sua mutação, relacionando-o com fatores como trauma e violência, tópicos centrais do período conhecido como o entreguerras.

Segundo Assmann, existem diferentes tipos de memória. A memória de aprendizagem é aquela ligada ao processo de absorção de um determinado conhecimento ou informação; a memória comunicativa é aquela em que a lembrança é passada de forma oral e, normalmente, “liga três gerações consecutivas” (2011, p. 17); já a memória experiencial é aquela baseada em uma vivência, como por exemplo a Shoah ou a escravidão. A memória cultural, entretanto, é capaz de superar gerações e épocas, e é através dela que as pessoas se vinculam a uma ideia de nação, região ou particularidade cultural. De acordo com Assmann, para se manter viva, a memória cultural depende das ações políticas e midiáticas; esse processo “traz consigo o risco da deformação, da redução e da instrumentalização da recordação” (2011, p. 19).

De fato, a memória, fonte inconfiável por natureza, é mobilizada de acordo com as circunstâncias do presente, por agentes inseridos em determinado campo político, social e econômico, sob diferentes instâncias relacionais de poder. A memória cultural, por sua vez, funciona sob o mesmo padrão.

Esse tipo de memória não dá prosseguimento sozinha a si mesma, sempre precisa ser renegociada, estabelecida e mediada uma vez mais, readquirida. Indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais (ASSMANN, 2011, p. 23-24).

Desta forma, a hipótese apresentada aqui neste artigo é a de que Woolf, ao identificar no horizonte de expectativa britânico a inevitabilidade de um novo conflito, passou a investigar e problematizar, através de suas obras, a construção de uma identidade nacional. A partir dessa empreitada, dessa tentativa de compreender e dar forma a esse momento de instabilidade nacional, seus romances e seu ensaio passariam a compor o processo de mutação dessa identidade, fazendo parte da memória cultural britânica, em uma perspectiva ampliada. Como Assmann aponta que a memória cultural necessita de meios para se manter viva, entendemos a produção literária como parte desse processo memorialístico, mas de nenhuma forma estático; de fato, a literatura, vista na longa e/ou média duração, é uma fonte apropriada para analisarmos o processo de transformação

de determinado fenômeno, sem descuidarmos dos recortes sociais e políticos de seu meio de produção e autoria. Antes, porém, de nos debruçarmos diretamente sobre as obras em questão, faz-se necessário entendermos as forças políticas em disputa durante o contexto que se apresentava naquele momento e o posicionamento de Woolf frente aquela realidade.

Woolf, intelectualidade e militância política

Virginia Woolf (1882-1941), uma das principais vozes do modernismo anglo-saxão, foi, além de testemunha, fruto desse processo de transição entre séculos e mentalidades. Oriunda de uma família da burguesia intelectual britânica, sua infância e juventude foi marcada pela rigidez vitoriana destinada às mulheres de sua classe. Entretanto, uma profunda mudança foi sentida anos mais tarde, iniciando um novo momento para a geração mais jovem da família.

Embora a casa familiar, enquanto chefiada pelo pai - Leslie Stephen⁹¹-, fosse um lugar de encontro entre intelectuais e artistas, foi com a morte deste que os irmãos Stephen estabeleceram um grupo próprio de pensadores, no qual trocas intelectuais e artísticas eram realizadas entre aqueles pertencentes a essa nova geração. Thoby Stephen, irmão de Virginia, e ex-aluno de Cambridge, é comumente creditado como o iniciador desses encontros no bairro de Bloomsbury. Foi a partir dessas reuniões, em que se debatiam filosofia, política, artes e literatura, e que eram frequentadas por colegas de Cambridge e outros intelectuais dessa mesma geração, que surgiu o grupo de Bloomsbury. Entre esses frequentadores estava Leonard Woolf, futuro marido de Virginia.

Esta, desde a morte do pai, passou a trabalhar como crítica literária em periódicos especializados; foi em 1905 que Woolf estreou no *Times Literary Supplement*, onde permaneceu até a guerra (BRADBURY, 1989, p. 201). Durante este período, construiu uma significativa carreira no campo das letras, tornando-se a principal ensaísta desse periódico. Em 1915, a escritora publicou seu primeiro romance, *A viagem*, na editora⁹² de seu irmão mais velho, Gerald Duckworth, ainda seguindo um padrão de romance clássico, característico do século anterior. Alguns anos depois, em 1917, fundou juntamente com seu marido uma editora chamada Hogarth Press voltada, primordialmente, para a publicação de novos autores e textos inovadores. Foi como editora e principal escritora da Press – como era chamado o empreendimento – que Woolf ousou na sua forma de escrever.

⁹¹ Leslie Stephen (1832-1904) foi um importante intelectual do período, responsável por editar o *Dictionary of National Biography*. Julia Stephen (1846-1895), a mãe, foi uma modelo pré-rafaelita e reconhecida filantropa.

⁹² A editora chamava-se, inicialmente, *Gerald Duckworth and Company*. Alguns anos depois passou a se chamar *Duckworth Books*.

Paralelamente a essa jornada editorial, os Woolf eram profundamente ligados as questões políticas e socialmente atuantes. Leonard, assim como muitos jovens britânicos, serviu a Coroa no exterior. Essa experiência, vivenciada pelo jovem Woolf no Ceilão, transformou-o em um notável anti-imperialista e militante do pacifismo quando do seu retorno, situação cada vez mais comum nessa esfera social (HOBSBAWM, 2017, p. 294); posição também compartilhada por Virginia, que apesar de fazer parte da burguesia londrina, se distanciava de seus pares sociais tendo em vista sua posição política mais à esquerda. Leonard Woolf foi, também, filiado ao Partido Trabalhista e atuou como consultor do partido, assim como editor chefe no periódico socialista *The Political Quarterly*. Virginia, apesar de não ter sido formalmente filiada ao partido, era uma figura chave na Guilda das Mulheres, promovendo encontros, debates e oficinas para as esposas de operários.

No campo geral, ao longo da década de 1930, o quadro político europeu foi se agravando. Em 1931, o Japão invadiu a Manchúria. Em 1935, a Alemanha rompeu com a Liga das Nações e com os tratados de paz. Em 1937, foi a vez de a Itália invadir a Etiópia e do Japão a China. Em 1938, a Alemanha invadiu e anexou a Áustria. Nesse mesmo ano a Alemanha reclamou seu domínio sobre a Tchecoslováquia (HOBSBAWM, 1995, p. 147-148).

Praticando então uma política de apaziguamento, a Inglaterra e a França estabeleceram um acordo com a Alemanha, conhecido como o acordo de Munique. Esse pacto consistia em delegar o território em questão, de cultura germânica na Tchecoslováquia, ao domínio alemão, desde que essa fosse sua última reivindicação. Hitler, entretanto, não respeitou os termos estabelecidos. No ano seguinte, 1939, a Alemanha de Hitler invadiu a Polônia, crise “mais uma vez resultante de mais exigências territoriais alemãs”, o que “paralisou a Europa. Disso veio a guerra europeia de 1939-1941, que se tornou a Segunda Guerra Mundial” (HOBSBAWM, 1995, p. 148).

Enquanto isso, Woolf produzia e publicava em constante diálogo com os acontecimentos. Ainda em 1933, a autora trabalhava na obra *Os Anos*, embora se referisse a ela como *Os Pargiters*; sua ideia inicial consistia em escrever uma espécie de romance-ensaio, onde a narrativa ficcional seria intercalada com comentários políticos. Segundo o biógrafo de Woolf, Hebert Marder,

a parte “romance” consistia de cinco excertos de uma imaginária crônica familiar, e cada episódio era seguido de um ensaio explanatório. As cenas fictícias, segundo ela, transmitiriam a realidade vivida, permitindo que os leitores se esquecessem de si e se transformassem momentaneamente nas suas próprias bisavós. Os ensaios forneciam comentários sociais e informações quanto ao meio. Finalmente, ao considerar que essa forma compósita era pouco maleável, Virginia acabaria dividindo seu romance-ensaio em dois livros à parte, mas de outubro a dezembro ela escreveu 60 mil palavras, o equivalente a um pequeno volume, a maior parte das quais aproveitou nas versões posteriores (2011, p. 188).

Nesta obra acompanhamos a desintegração de uma tradicional família burguesa londrina – Os Pargiters – no processo de transição entre os séculos XIX e XX. Embora temas já mencionados anteriormente – como a modernização do espaço urbano, a mudança de status das mulheres etc. – sejam abordados nessa obra, é a crise de uma identidade britânica calcada no imperialismo que é constantemente questionada ao longo do romance. Outro ponto que deve ser mencionado é o recorte temporal e social utilizado por Woolf. A autora partiu de sua própria experiência familiar, portanto, de suas lembranças para explorar uma construção de memória e identidade nacional. Não sem motivo, Woolf arquiteta sua obra na média duração histórica – entre os anos 1880 e 1937; a autora utilizou da ficção histórica para dar forma a uma crise que se desenvolvia no presente, localizando suas raízes no passado.

Após publicar *Os Anos*, em 1937, a autora revisou, ampliou e reutilizou o material já existente publicando, no ano seguinte, seu ensaio sobre patriarcado e guerra no qual defende sua posição como pacifista; a obra foi intitulada *Três Guinéus*. Foi durante este período que seu sobrinho, Julian Bell – também escritor – morreu na Guerra Civil Espanhola; além disso, Leonard Woolf abandonou a defesa do pacifismo e passou a seguir a opinião majoritária do Partido Trabalhista, que seria enfrentar o fascismo. Em *Três Guinéus*, Woolf explora a relação entre a identidade britânica, masculinidade e violência. Segundo a autora, a cultura inglesa - calcada no autoritarismo patriarcal - só poderia gerar uma sociedade bélica.

Entre os Atos, por sua vez, foi escrito quando a Segunda Guerra já se desenrolava; foi publicado postumamente, em 1941. Nesta obra, Woolf realizou um duplo movimento temporal: o enredo, que se realiza durante algumas horas de um único dia, contém em si a apresentação de uma peça que abarca a história da Inglaterra na longuíssima duração. A encenação da peça, executada por moradores de uma pequena cidade tipicamente inglesa, deságua no questionamento da identidade da plateia, ancorada em uma longa tradição britânica constantemente evocada ao longo da obra.

Veremos, portanto, de forma mais detalhada, que Woolf utiliza da literatura para questionar uma identidade que estava fincada na memória cultural britânica. Esta identidade tinha por base características patriarcais, imperiais e nacionalistas; entretanto, através dos traumas gerados pela violência da guerra e da estrutura social vigente – como gênero e classe -, essa identidade passou a ser problematizada e novas possibilidades apontadas.

Nacionalismo, identidade e violência

Quais as origens, entretanto, dessa identidade nacional? Mapeá-la seria um trabalho de investigação que extrapolaria os limites do presente artigo. Para nossos objetivos, porém, vale uma

breve incursão na ideia de nacionalismo, concepção tão cara naquele momento, estimulada tanto pela dominação imperial como pela Primeira Guerra Mundial.

Benedict Anderson define nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (2008, p. 32). Ao discorrer sobre esses adjetivos – imaginada, limitada e soberana –, o autor confere uma ideia mais complexa à definição oferecida; estabelece parâmetros de fronteiras, relembra seu surgimento jurídico e o sentimento de fraternidade compartilhado entre seus cidadãos. Segundo o autor, foi esse sentimento que “tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas”(ANDERSON, 2008, p. 34).

Entre os motivos⁹³ que Anderson apresenta como essenciais para a construção da ideia de nação e nacionalismo e que dialogam diretamente com o conceito de Assmann, apresentado anteriormente, são a estruturação e a popularização do gênero romance no século XVIII, assim como do jornal como meio de comunicação em massa. Ambos foram essenciais para materializar o conceito de “simultaneidade” e revelar que uma nova forma de apreender o mundo estava em vigor. Com os romances e a partir de seus enredos, o público leitor pode perceber a coexistência de personagens em um espaço-tempo limitado e simultâneo. Da mesma forma, o ato solitário de ler o jornal era conscientemente praticado por milhões de pessoas - “cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida”(ANDERSON, 2008, p. 68) – simultaneamente.

Portanto, de acordo com Anderson, a tríade transformação econômica, avanços sociais e científicos e o desenvolvimento de meios de comunicação foram responsáveis pela busca “de uma nova maneira de unir significativamente a fraternidade, o poder e o tempo” (2008, p. 69-70). O surgimento e o crescimento de um mercado editorial, nesse sentido, foi o fator que “permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas” (ANDERSON, 2008, p. 69-70).

Vemos aqui a convergência entre Assmann e Anderson. Enquanto para a primeira a existência de uma memória cultural, na qual os indivíduos de uma nação ou região possam se conectar e compartilhar, passa pelo suporte midiático, para o segundo, a própria existência do nacionalismo, portanto, de uma identidade comum a milhares de desconhecidos, também é

⁹³ As principais razões mencionadas por Anderson para além das citadas no texto são: o declínio da língua latina e o fortalecimento das línguas locais e, portanto, das identidades; as transformações estruturais causadas pelas Grandes Navegações e pela Reforma; e o declínio dos reinos dinásticos.

construída e alimentada por dispositivos culturais. Não por acaso, a literatura – poderosa ferramenta de comunicação - foi explorada pelos dois autores⁹⁴.

Assmann já havia pontuado uma mudança de mentalidade a partir das obras de Shakespeare – a passagem do homem feudal para o indivíduo identificado com uma ideia de nação -, assim como a importância dos românticos, em especial Wordsworth, para a construção de uma identidade nacional sustentada pelos valores burgueses. Em ambos os casos, a crítica analisa a mobilização da memória através dessas produções literárias. Enquanto no caso shakespeariano, a memória foi evocada com o objetivo de construção política da nação, no caso romântico, a memória foi mobilizada a partir da esfera particular/pessoal para a construção de uma identidade “padrão”, um tipo nacional.

Através da obra de Wordsworth, Assmann destaca que a constituição do indivíduo burguês está intrinsecamente vinculada à produção de obras romanescas que criam esse vínculo pessoal através da evocação da memória de sujeitos típicos dessa classe. Ao longo, principalmente, dos séculos XVIII e XIX, os romances burgueses, além de alimentarem a simultaneidade destacada por Anderson, fixaram um tipo de literatura sustentada por uma memória coletiva, uma memória de classe e, de forma cíclica, deram forma a uma identidade nacional. Alguns autores que produziram sob essa perspectiva são Daniel Defoe – com *Robinson Crusoe* e *Moll Flanders* - e Charles Dickens – com *David Copperfield* e *Grandes Expectativas*, dois reconhecidos romancistas ingleses desse período.

Dessa forma, a identidade nacional britânica chegou ao final do século XIX sustentada pelo imaginário burguês, assim como pela política de afirmação econômica e territorial, que encontrou sua expressão máxima no imperialismo; somado, certamente, com a consolidação da língua e, principalmente, da literatura como forma de coesão cultural que, como apontou Hobsbawm, foi um processo levado a cabo no período final do XIX com a ampliação da oferta da educação básica (HOBSBAWM, 2017, p. 234-235).

A identidade questionada: uma mudança de perspectiva

Como já mencionado, muitas e profundas foram as transformações que afetaram o mundo ocidental na passagem do XIX para o XX. Em especial, a eclosão da Primeira Guerra, em 1914, causou um momento de inflexão para os cidadãos europeus. Era a ruína do mundo dito civilizado e em constante progresso. Esse rompimento das expectativas nacionais, no caso inglês, abriu espaço para o questionamento da concepção vigente de mundo e, consequentemente, das identidades que constituíam aquela nação. Os costumes vitorianos começaram a cair em desuso, o anti-imperialismo ganhou terreno entre os intelectuais, as divisões sociais por classe e títulos

⁹⁴ No caso de Anderson, acrescenta-se impressos de forma geral.

tornavam-se cada vez mais fluídas e as mulheres, dia após dia, ocupavam mais espaços políticos, sociais e econômicos. Portanto, aquela identidade burguesa – imperialista e patriarcal - sustentada e alimentada pela cultura vitoriana não encontrava mais uma base sólida na qual pudesse se manter; as rachaduras eram notáveis e entre essas brechas brotavam novas possibilidades de ser.

A literatura, certamente, numa tentativa de apreender e alimentar essas mudanças incorporava em si as temáticas de um mundo moderno e em reconstrução. Reconstrução que incluía as identidades afetadas pela experiência na modernidade, as identidades afetadas pela violência, assim como, pelos traumas adquiridos no período beligerante. Neste sentido, Marcio Seligmann-Silva, ao pensar o lugar ocupado pela literatura durante esse período afirma que,

a literatura está na vanguarda da linguagem: ela nos ensina a jogar com o simbólico, com as suas fraquezas e artimanhas. Ela é marcada pelo ‘real’ – e busca caminhos que levem a ele, procura estabelecer vasos comunicantes com ele. Ela nos fala da vida e da morte que está no seu centro (...), do visível e da sua moldura que não percebemos no nosso estado de vigília e de constante *angst* – diante do pavor do contato com as catástrofes externas e internas (2002, p. 145).

Apesar do historiador e crítico literário tratar prioritariamente, em seu artigo *Literatura e Trauma* (2002, p. 135-153), sobre a literatura testemunhal do pós-segunda guerra, existem algumas reflexões no seu texto que podem nos ajudar a pensar a questão da crise de identidade e do nacionalismo na literatura a partir das décadas de 1920 e 1930. Inicialmente, Seligmann-Silva localiza em Baudelaire, através da leitura de Walter Benjamin, os primeiros traços de um mundo em transformação, um mundo moderno, atravessado, porém, pelo “princípio do choque” (2002, p. 144). Essa ideia de choque corresponde não apenas a essa percepção de uma profunda transformação, mas também, ao “desencontro” com o real. A literatura, portanto, começava a tratar das experiências de desagregação com o mundo material.

É, contudo, através da obra de Kafka, já no século seguinte, que Seligmann-Silva nota a ideia de trauma. “O espetáculo da catástrofe a que se resume a vida (moderna) é apresentado como se fosse um evento banal. (...) Sua obra apresenta o ‘trauma’ do indivíduo alienado moderno que porta em si a marca do choque” (SELIGMANN-SILVA, 2002, p. 146). As experiências de choque, vivenciadas em meados do XIX, deram lugar ao trauma. Em *A metamorfose*, publicado em 1915, temos um nítido exemplo desse trauma: o processo de transformação do protagonista de homem para inseto - depois do abalo inicial - resulta em um apagamento de sua identidade e memória individual, familiar e/ou social. Deve se destacar, porém, que foi após a Primeira Guerra que muito se desenvolveu no campo da psicanálise sobre a questão do trauma. Este passa de uma experiência que acontece internamente no indivíduo para ser uma experiência adquirida externamente. E é, a

partir desse contexto que Seligmann-Silva recorre a uma definição de Freud, de 1920, em que o médico define trauma “como uma fixação psíquica na situação de ruptura” (2002, p. 138).

Um clássico exemplo literário dessa fixação na ruptura é o romance, já mencionado, da própria Woolf, *Mrs. Dalloway*. Septimus Smith, o veterano de guerra traumatizado, é, a todo momento, assaltado pelas memórias do conflito, o que gera uma espécie de desassociação entre o eu do pré e do pós-guerra; esta situação leva-o a optar pelo suicídio. Apesar da leitura pessimista e trágica apresentada por Woolf em *Mrs. Dalloway*, a autora leva a discussão sobre o trauma causado pela guerra e sua relação com a crise de identidade para outros caminhos, como veremos no romance *Entre os Atos*.

Nesta obra, os cidadãos de uma pequena vila inglesa, sob a direção da srta. La Trobe, apresentam um pequeno espetáculo teatral com o objetivo de arrecadar fundos para a igreja local. A apresentação ocorre em um dia de junho de 1939, portanto, alguns meses antes do início da Segunda Guerra Mundial. O tema: a história da Inglaterra na longa duração até o dia presente. Lembremos que este último romance fora escrito em um contexto de intensa movimentação política, como o fim da política de apaziguamento e a entrada da Inglaterra na conflito. Partindo dessa perspectiva, podemos ver como Woolf mobiliza características e reações de seus personagens enquanto estes assistem à encenação da peça.

Quando os atores fizeram a transição da era elizabetana para a vitoriana, um dos personagens faz o seguinte comentário.

- Século XIX. – O coronel Mayhew não discutiu o direito do autor de saltar duzentos anos em menos de 15 minutos, embora a escolha das cenas o deixasse atônito.
- Por que deixar de fora nosso Exército britânico? O que é a História sem o Exército, hein? – ponderou. Inclinando a cabeça, a sra. Mayhew protestou que, afinal, não se podia exigir demais. Além disso, era provável que houvesse uma grande cena final em conjunto, em torno da bandeira inglesa. Enquanto isso, tinham a paisagem para contemplar. E ficaram olhando a paisagem. (WOOLF, 2014, p. 120)

O coronel Mayhew, como está evidente em seu título, é um personagem que serviu à Coroa e permaneceu fiel a essa identidade nacional fincada no nacionalismo imperialista. Seu duplo é apresentado na metalinguagem teatral elaborada por Woolf logo a seguir.

E mais uma vez emergiu dos arbustos uma figura volumosa e simbólica. Era Budge, o taverneiro; mas tão bem disfarçado que mesmo os frequentadores habituais de sua casa, que bebiam com ele todas as noites não conseguiram reconhecê-lo; e entre os moradores da aldeia correu um murmúrio de discussões sobre sua identidade. Envergava uma longa capa negra impermeável, lustrosa; parecia feita do material das estátuas de Parliament Square; o capacete sugeria

que era um policial; uma fila de medalhas atravessava seu peito; na mão direita segurava o bastão de comissário (emprestado pelo sr. Willert, do Tribunal). (...) Budge estendeu o bastão e recitou:

(...)

- Nevoeiro ou bom tempo, cumpro meu dever (prosseguiu Budge). Em Piccadilly Circus; no Hyde Park Corner, dirigindo o tráfego do império de Sua Majestade. O xá da Pérsia; o sultão do Marrocos; ou talvez seja Sua Majestade em pessoa; ou turista da Agência Cook; homens negros, brancos, marujos, soldados, atravessando o oceano para proclamar o império, todos obedecem à lei do meu bastão.

(Agitou-o solenemente da direita para a esquerda.)

- Mas meu trabalho não termina aqui. Tomo sob minha proteção e orientação a pureza e a segurança de todos os súditos de Sua Majestade; em todos os recantos de seus domínios; insisto em que obedçam às leis de Deus e dos homens (WOOLF, 2014, p. 122-123).

A srta. La Trobe, *alter ego* da própria Woolf, ao escrever o roteiro da peça, mobiliza ideias e conceitos nacionais que ainda estavam em circulação na década de 1930; conceitos esses baseados na dominação imperialista, de aspecto político e cultural. Os representantes dessas ideias, presentes na plateia, tem sua certeza identitária abalada quando o enredo avança para o último bloco chamado “época atual”. Entre os atos, Woolf segue,

Todos estavam com os nervos à flor da pele. Sentados ali, expostos. O aparelho tiquetaqueando. Nada de música. Ouviam-se buzinas de carros na estrada. E o farfalhar das ramagens. Eles, ali, não pertenciam a nada; não eram vitorianos, nem eram eles mesmos. Estavam suspensos como num limbo, sem existência verdadeira. Tique, tique, tique, fazia o aparelho.

(...)

- Por que ela nos faz esperar tanto? – Perguntou irritado o coronel Mayhew. – Não precisam vestir fantasias para representar o tempo presente.

(...)

- Olhem, olhem! – gritou em voz alta.

Era uma escada. E aquilo (um pano grosseiramente pintado) era uma parede. E aquilo mais, um homem com um cesto às costas. O sr. Page, o repórter, anotou, molhando o lápis na língua: “Com os meios limitados de que dispunha, a srta. La Trobe mostrou à plateia a Civilização (uma parede) em ruínas; reconstruída (veja-se o homem com o cesto às costas) com esforço humano; veja-se também a mulher que alcança os tijolos. Qualquer tolo poderia entender o sentido disso tudo. Agora surge um homem preto com uma peruca em carapinha; e um homem cor de café com um turbante prateado; presumivelmente representam a Liga de...”

Aplausos retumbantes saudaram esse tributo a “nós mesmos” (WOOLF, 2014, p. 134-137).

Após esse momento, a música se modifica, assume um ritmo acelerado, pegando a plateia de surpresa para o ato final.

- Vejam! Estão saindo dos arbustos num bando desordenado. Crianças? Moleques... Demônios. Segurando o quê? Latas? Candelabros? Velhas jarras? Meu Deus, o espelho giratório da casa paroquial! E o espelho de mão que eu

emprestei a ela. Era da minha mãe. E está rachado. Qual é a intenção, afinal? Alguma coisa luminosa que refletisse a nós mesmos! Nós mesmos! Nós mesmos! Lá vinham eles, saltando, contorcendo-se, girando, dançando, rápidos como relâmpagos. Os espelhos que traziam flagraram o velho Bart... Agora, a sra. Manresa. Aqui, um nariz... Ali, uma saia... Depois, apenas um par de calças... Agora, quem sabe, um rosto... Nós mesmos? Que coisa cruel. Flagrar-nos assim como somos, antes de termos tempo de assumir... E apenas fragmentos... É isso, que nos apresenta tão distorcidos e nos irrita e parece tão desleal (WOOLF, 2014, p. 138).

Woolf utiliza da linguagem teatral, tal como Shakespeare, para, através da performance pública, expor as contradições que cimentavam a identidade britânica. Revertendo a perspectiva, ao final da apresentação a autora coloca o público – não apenas o público fictício, mas também o público leitor – em confronto com sua própria concepção identitária. Esta, representada no palco como relacionada ao patriarcado e ao imperialismo, foi alimentada pela memória nacional permeada pela violência, e, agora, fragmentada pela guerra e suas consequências, abre caminho para uma infinidade de possibilidades.

Embora o público ficcional de Woolf ainda pudesse se identificar com a identidade vitoriana, é possível observar, ao longo do curto romance, um número significativo de personagens que fugiam dessa identidade burguesa britânica consagrada no XIX e apresentavam um caráter “desviante”. Dessa forma, podemos ver que, enquanto na década de 1920, a guerra e suas consequências traumáticas possibilitaram a abordagem da questão da identidade de forma mais individualizada, a partir da década de 1930, com a expectativa de um novo conflito no horizonte, a questão da crise identitária passou para o debate nacional. Como se Woolf propusesse para análise a formação de uma identidade fincada na dominação e violência, e suas consequências, e, em seguida, apresentasse novas possibilidades de ser.

Com esse trecho, assim como com os anteriores, podemos observar que Woolf mobiliza a ficção para trabalhar a memória e, através dela, a identidade. Começando com *Mrs. Dalloway*, vimos como os traumas do período bélico foram incorporados na narrativa, abrindo caminho para o questionamento da identidade pessoal. Já, com *Entre os Atos*, foi possível analisarmos, não apenas o questionamento definitivo de uma identidade criada e alimentada ao longo do século XIX, como, também, a afirmação de novas possibilidades de acordo com o espírito da modernidade no período do entreguerras.

Considerações finais

Vemos, através da literatura woolfiana, que o trauma da Primeira Guerra, abriu o caminho para o questionamento de uma identidade individual, onde as memórias pessoais e familiares seriam

acionadas por choques de violência(s), um processo característico da sociedade moderna. Entretanto, com o desenrolar dos acontecimentos e com a possibilidade de um novo conflito, esse questionamento avançou sobre a questão nacional. Aquela identidade consolidada no século anterior, e fincada nas ideias de progresso, expansão e dominação, após a Primeira Guerra, sofre uma fragmentação, estilhaçasse em muitas possibilidades.

Essa fragmentação, lida por Marshall Berman como a terceira fase do processo de modernização, gera um público que fala “linguagens incomensuravelmente confidenciais; a ideia de modernidade (...) perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas” (BERMAN, 2007, p. 26). A literatura, por sua vez, é um caminho através no qual podemos observar uma tentativa de dar corpo e forma a esse processo de fragmentação. Como mencionado, essa cena cultural identificada como modernismo, agregou diversas possibilidades artísticas, cada qual contendo uma ideia de modernidade possível. O projeto literário woolfiano foi uma delas.

Ao dedicar suas últimas obras à investigação dessa transformação identitária, Virginia Woolf realizou um movimento plural: primeiramente, afirmou o rompimento cultural entre séculos, a fissura entre valores e perspectivas; em segundo lugar, localizou o trauma proveniente da Primeira Guerra nesse processo; em terceiro lugar, através da literatura, apresentou uma possibilidade de se pensar a identidade nacional fora da tríade burguesa-patriarcal-imperialista; e, por fim, alimentou a memória cultural britânica introduzindo novas possibilidades identitárias, já presentes na cena social contemporânea.

Como parte da produção cultural de uma nação, a obra literária aponta questões e pautas do tempo presente, movimenta estruturas e contribui, a longo prazo, para a construção da memória cultural. Esta, um espaço de disputa de poder, modifica-se de acordo com as demandas do tempo presente, ganha camadas, adquire contornos e profundidade. A literatura desse período, como parte da construção da memória, “foi em grande parte uma literatura marcada pelo seu presente traumático” (SELIGMANN-SILVA, 2002, p. 148). Portanto, a obra woolfiana analisada aqui é, além de tudo, um exercício de construção da memória - e identidade - permeada pelo trauma do pós-guerra e pela expectativa de novas perspectivas e possibilidades.

Referências

Referências bibliográficas

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, A. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural.** Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRADBURY, M. **O mundo moderno: dez grandes escritores.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CASANOVA, P. **A República Mundial das Letras.** São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

HOBBSBAWM, E. **Era das Extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A era dos impérios (1875-1914).** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

MARDER, H. **Virginia Woolf: a medida da vida.** São Paulo: Cosac Naify, 2011.

SELIGMANN-SILVA, M. **Literatura e trauma.** In: Pro-Posições. Vol. 13, n. 3 (39) – set./dez. 2002.

WOOLF, V. **Os anos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. **Entre os atos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

_____. **O sol e o peixe: prosas poéticas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. **Três Guinéus.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DO ENTRE-LUGAR EM *O ENIGMA DA CHEGADA*, DE V.S. NAIPAUL

Lucas Sampaio Costa Souza⁹⁵

Resumo: A partir do diálogo com as provocações do simpósio temático “Narrar o vivido, escrever a história”, busquei explorar minha hipótese de trabalho sobre como o romance *O enigma da chegada*, de V.S. Naipaul (1994), encena uma dada relação entre sujeito e História. A ideia foi mostrar como o aspecto autobiográfico desta narrativa híbrida, uma tendência entre ficções contemporâneas desde os anos 1980, se articula com a exploração do tema da diferença cultural na encenação de uma consciência histórica do entre-lugar. Ao final, tentei ainda avançar em outro desdobramento desta ideia central, ou seja, que os excursos sobre a longa duração do tempo histórico faz com que uma das características peculiares da consciência histórica do entre-lugar encenada no romance seja o entendimento transitório do narrador sobre si e sobre questões que se aglutinam em torno do tema do colonialismo.

Palavras-chave: historicidade, entre-lugar, pacto ambíguo, transitoriedade.

O diálogo com a provocação do simpósio temático “Narrar o vivido, escrever a história” também foi uma oportunidade de apresentar e discutir meu objeto de pesquisa do doutorado, cuja construção remonta ao que venho estudando desde o fim da graduação, quando a tentativa de aliar as discussões da Teoria Pós-colonial e o debate sobre ficção e história ganhou sua primeira forma. Como parte dos esforços para pensar a historicidade do transitório na ficção *Americanah*, de Chimamanda Ngozi Adichie (2014), esbocei algumas comparações entre este romance, principal fonte da pesquisa do mestrado, e outras narrativas contemporâneas que também tematizam o trânsito entre diferentes tradições culturais. Entre essas narrativas, estava *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994).

Embora tenha sido possível explorar as ambiguidades entre autora e protagonista em *Americanah*, eu havia partido de um interesse mais amplo sobre o tipo de apropriação realizada sobre o passado e seu impacto no presente. Foi ao longo da pesquisa e a partir das comparações que pude notar que, além do tema, no caso de *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994), as duas narrativas também tinham em comum certo ângulo de observação sobre a História, figurado a partir da transformação dos protagonistas ao longo do arco narrativo. Neste sentido, a investigação sobre *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994) que farei a partir de 2024 trata efetivamente da encenação de uma dada relação entre sujeito e História, sendo a principal hipótese a de que, a partir

⁹⁵ Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e aprovado para cursar o doutorado em História a partir de Março de 2024.

souzasampaiolucas@gmail.com

do aspecto autobiográfico, cada vez mais comum entre ficções contemporâneas desde os anos 1980, e da exploração da diferença cultural, *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994) encenaria um sujeito subalterno que se forma no trânsito entre Terceiro Mundo e Ocidente, alternando-se entre diferentes conceitos de cultura.

Em “Algumas maneiras de falar de si”, onde Reinaldo Laddaga (2013, p. 33-60) investiga a tendência de personagens cada vez mais parecidas com seus autores e autoras, uma das respostas aventadas ao que poderia motivar a frequência com que criaturas textuais híbridas chegaram a aparecer entre nós (LADDAGA, 2013, p. 47) é uma assertiva de W.G. Sebald, em entrevista à James Wood, sobre algumas transformações do mundo e da literatura. Para Sebald, vivemos em um mundo sem certezas, onde já não há “padrões de correção que todos aceitam” (WOOD, 2008, p. 4 apud. LADDAGA, 2013, p. 48). O argumento de Laddaga (2013) diz respeito às narrativas híbridas, uma tendência da literatura contemporânea que se define pela mistura entre os gêneros e pela indefinição. Nos termos do gramático Philippe Lejeune (2014), em *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*, trata-se de um pacto ambíguo entre quem escreve e quem lê. Segundo Lejeune (2014, p. 29), “são narrativas em que a pessoa que lê tem razões para suspeitar, a partir das semelhanças que acredita ver, que haja identidade entre autor e personagem.”

Nascido em 1932, em Trinidad, onde seus avós indianos se estabeleceram, ao fim do século XIX, na condição de trabalhadores rurais, V.S. Naipaul é reconhecidamente um mestre da mistura entre ficção e não-ficção, sendo *O enigma da chegada* (1994) um dos motivos. Por narrativas como essa, em 2001, Naipaul recebeu o reconhecimento da Academia Sueca por, sem se afetar pelas modas literárias, ter forjado gêneros já existentes em um estilo próprio, no qual distinções usuais entre ficção e não ficção são de importância secundária. De fato, a consciência histórica do entre-lugar que vemos em cena em *O enigma* (NAIPAUL, 1994)⁹⁶ é inseparável da biografia de Naipaul pois, embora seja classificado desde a capa como um romance, e não como um relato de experiência do tipo que compõe a literatura de testemunho, tem na historicidade do autor uma de suas principais matérias-primas.

O narrador em primeira pessoa, também protagonista do “romance em cinco partes”, é alguém que, vinte anos antes, quando ainda era um jovem aspirante a escritor, saiu de Trinidad para morar na Inglaterra. O momento da partida do jovem escritor acontece nos anos 1950, década mais recuada no tempo que o arco narrativo do romance alcança, enquanto o presente narrativo se confunde com o momento de publicação do livro, os anos 1980. Nitidamente, trata-se de um escritor muito parecido com o próprio Naipaul - que também nos anos 1950 chegou à Inglaterra

⁹⁶ Eventualmente, *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994) será referido assim ao longo do texto.

aos dezoito anos a fim de se tornar escritor.

Com este recurso a uma narrativa em primeira pessoa repleta de nuances entre o autor e narrador, que também é o protagonista, é como se estivéssemos acompanhando a percepção sobre o próprio lugar na História de um escritor do Terceiro Mundo no Ocidente, que divaga sobre suas experiências de vida entre essas diferentes tradições históricas e culturais, como ser um estrangeiro no “coração do Império” (NAIPAUL, 1994, p. 128), vindo de uma “antiga sociedade colonial” onde era como se “todos carregássemos dentro de nós os efeitos dos acidentes sofridos por nossos ancestrais, como se de certo modo fôssemos programados antes de nascer, já tivéssemos nossa vida esboçada de antemão” (NAIPAUL, 1994, p. 68 e 79).

Do mesmo modo que Naipaul (1994) tem a própria biografia como matéria-prima para *O enigma*, também o romance pode ser visto como a resposta de um agente particular à sua historicidade, a sua condição histórica inescapável⁹⁷. Naipaul é um contemporâneo do mundo em transformação e sem certezas ao qual se referiu Laddaga (2013, p. 48) fazendo coro a Sebald, de modo que a explicação de Laddaga para o fato do narrador de *O enigma* (NAIPAUL, 1994) ser tão parecido com o próprio autor poderia ser suficiente. Mas na medida em que esta relação de parença tematiza o trânsito entre Terceiro Mundo e Ocidente, este mundo sem certezas e sem padrões de correção só pode nos remeter ao divórcio entre as palavras e as coisas, ao problema entre linguagem e verdade que fundamentou a crítica pós-colonial à validade universal da cultura e da epistemologia ocidentais (GANDHI, 1998, p. 26).

Se há uma contribuição indiscutível do pensamento pós-colonial nesta abertura discursiva, esta contribuição é a pergunta sobre quem pode falar, sobre quem é e quem pode ser o sujeito do conhecimento, o sujeito da cultura, sendo estes questionamentos o que nos ocorre diante da constatação de Sebald a respeito do “curso da história” que tirou nossas certezas. Se o mundo em profunda transformação ao qual o escritor se refere é o mesmo no qual a transparência autodiagnosticada do Ocidente foi criticada, evidenciando a provisoriedade de qualquer ponto de vista, não parece demais estabelecer alguma relação entre este mundo e as recentes transformações filosóficas e sociais das quais V.S. Naipaul é um contemporâneo. As nuances entre narrador em primeira pessoa, protagonista e autor são fundamentais para criar uma imagem individual e pessoal da História, mas elas não teriam o mesmo efeito não fosse a exploração da diferença cultural.

⁹⁷ Para Felipe Charbel (2017, p. 59-60), esta é a compreensão da forma presente no ensaio de Gyorg Lukács sobre o romance histórico: a literatura constrói a sua própria evolução respondendo à História e lançando a ela novos desafios, que são da ordem da interpretação do tempo e se sedimentam como forma literária. A forma, nesse sentido, é uma resposta produzida por um agente particular — o escritor —, ao enfrentar a sua própria historicidade, a sua condição histórica inescapável.

Como já comentado, no romance de V.S. Naipaul (1994), o narrador em primeira pessoa é alguém que, vinte anos antes, quando ainda era um jovem aspirante a escritor, migrou de Trinidad para morar na Inglaterra. Ele conta que havia comprado um bloco e um lápis porque estava viajando para se tornar um escritor, e era preciso começar. Porém, explica o narrador do romance de Naipaul (1994, p. 106), “não anotava muitas coisas que mereciam registro, muitas das coisas que, alguns anos depois, julgaria muito mais importantes do que as coisas que de fato anotei. No diário,” continua o narrador, “não falei da grande despedida de minha família no aeroporto de Trinidad, uma casinha de madeira com um jardinzinho à margem da pista de decolagem asfaltada.” Ao longo do arco narrativo, a passagem do tempo e o deslocamento são fundamentais à percepção de que ele não registrou aquela despedida, “a última das grandes comemorações hindus ou asiáticas de que participei – despedidas [...] que faziam as pessoas faltar ao trabalho, perder um dia de salário e andar uma longa distância para se despedir. [...]” - porque, enquanto jovem aspirante a escritor, sua ideia sobre ser um escritor estava vinculada à Inglaterra, ao lugar para onde acreditava que precisava ir, como se apenas fosse possível ser um escritor lá, no outro lugar.

O que nos parece em jogo nesta passagem é uma consciência histórica que só se tornou possível no contexto teórico e social em que se acredita ter surgido uma perspectiva particular ao Terceiro Mundo sobre a História - uma perspectiva que desafia o discurso colonialista e cuja ênfase está na vantagem do hibridismo cultural em um mundo descolonizado, onde não haveria mais enunciados privilegiados sobre a realidade.

Em “O entrelugar do discurso latino americano”, por exemplo, publicado originalmente em 1971, Silviano Santiago (2019) chama a atenção para a ruptura que a ideia de mestiço significou para as noções de unidade e pureza europeias, ideias estas que perdem seu sinal de superioridade cultural, segundo o autor, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma. Pouco mais de uma década após a publicação de Santiago, a hoje clássica provocação de Gayatri Spivak (2010) [1985], *Pode o subalterno falar?*, lançou o questionamento sobre quem é e quem pode ser o sujeito da cultura e do conhecimento ao interpelar o “heliocentrismo” de intelectuais ocidentais, mas também a essencialização do sujeito subalterno nos trabalhos dos Estudos Subalternos. O enigma da chegada, por sua vez, foi publicado originalmente em 1987.

Não sem considerar as críticas da historiografia ao estruturalismo que informa o texto de Silviano Santiago (2019), destaca-se a emergência do ponto de vista teórico do Terceiro Mundo que, em 1990, também Edward Said (1990, 69-98) viria a reivindicar como *topos* na introdução de “Yeats and decolonization”. “Se essa não é uma maneira convencional de interpretar Yeats para aqueles que o conhecem como um poeta modernista irlandês e europeu de elevada estatura bem mais que eu”, escreve Said (1990, p. 70), “então eu só posso dizer que para mim, e tenho certeza

que para muitos outros no Terceiro Mundo, ele parece pertencer naturalmente a outro domínio cultural, que eu devo caracterizar agora.”

O fato de Naipaul ter usado massivamente a própria vida como matéria prima de sua escrita literária é ideia recorrente na fortuna crítica sobre sua obra. A relação mantida com o passado colonial, a ambição de se tornar um escritor e a condição de imigrante do Terceiro Mundo no Ocidente estão entre os temas da vida de Naipaul que, em sua obra, ganharam a forma híbrida descrita por J.M. Coetzee (2011, p. 333-334) como um modo de composição literária, aperfeiçoado ao longo dos anos, em que a reportagem histórica e a análise social fluem entrando e saindo de uma ficção de colorido autobiográfico e de memórias de viagem.

Fawzia Mustafa (1995), autor de *V.S. Naipaul*, comentando sobre a contribuição da obra de Naipaul para o entendimento e a criação da história literária do final do século XX, também destaca a interseção entre a experiência de Naipaul entre culturas e a imagem fragmentada de sujeito que surge de sua obra. Neste sentido, Mustafa (1995, p. 159) defende que parte do que se encontra em *O enigma* (NAIPAUL, 1994) é o “registro da negociação que o narrador mantém ao longo da vida com a dialética entre a primeira e a terceira pessoa de seu sujeito escritor, onde irrupções de ansiedades pós-coloniais revelaram que sua busca por um sujeito unificado era imaginária.”

Diante dessa ambiguidade extensiva tanto a vida quanto a obra de Naipaul, *wounder and wounded* foi como James Wood (2008) se referiu ao escritor de Trinidad que terminou a vida declarando-se inglês⁹⁸. Em perspectiva com o aspecto da biografia de Naipaul em maior evidência atualmente, que “desdenha do país de onde veio” e “fonte de um ódio fascinado no mundo literário e nos estudos pós-coloniais” - “*The Wounder*” -, o ensaio de Wood (2008) trata do outro Naipaul. “*The wounded*” Naipaul, escreve Wood (2008), é o escritor que “retorna obsessivamente à luta, à vergonha e à empobrecida fragilidade do início da vida em Trinidad; à incomum jornada que ele fez da margem colonial do império britânico ao seu centro metropolitano; e à precariedade, como ele vê, de sua longa vida na Inglaterra”⁹⁹.

Para George Packer (2008), a ambiguidade também é a chave da biografia de V.S. Naipaul escrita por Patrick French. Por um lado, Packer resume a biografia como um tributo magnífico à

⁹⁸ Algumas traduções possíveis para “*wounder and wounded*” seriam algoz e vítima, perpetrador e ferido, mas nenhuma manteria o sentido de ambiguidade, que tanto nos interessa, passada pela repetição do radical no original. Por isso, preferimos manter o original, explicitando ao máximo a que cada termo se refere.

⁹⁹ No original, as duas citações de James Wood (2008) acima aparecem como “source of fascinated hatred in the literary world and postcolonial academic studies” e “The Wounded Naipaul is the writer who returns obsessively to the struggle, shame, and impoverished fragility of his early life in Trinidad; to the unlikely journey he made from the colonial rim of the British Empire to its metropolitan center; and to the precariousness, as he sees it, of his long life in England.”

dolorosa e inusual luta pela qual o neto de trabalhadores rurais indianos, nascido na pequena ilha colonizada de Trinidad, fez de si o maior romancista inglês dos últimos cinquenta anos; por outro lado, a biografia também seria “um retrato do artista como um monstro”. Talvez por isso, a imagem do modo peculiar de consciência histórica ao qual Naipaul deu forma em *O enigma* (NAIPAUL, 1994) possa nos oferecer um retrato mais complexo da relação entre nativo e margem no momento em que toda uma gama de teorias críticas contemporâneas sugere, segundo Homi Bhabha (2010, p. 240), que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história [sic] - subjugação, dominação, diáspora, deslocamento - que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e pensamento.

O tema de Homi Bhabha (1998, p. 239-245) é a “A sobrevivência da cultura”, onde chama atenção à “convicção crescente de que a experiência afetiva da marginalidade social - como ela emerge em formas culturais não-canônicas - transforma nossas estratégias críticas” e “nos força a encarar o conceito de cultura exteriormente aos objetos de arte” (BHABHA, 1998, p. 240). Em se tratando desta concepção de cultura como estratégia de sobrevivência, o teórico defende ser crucial distinguir a semelhança dos símbolos através de experiências culturais diversas e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas sociais de valor específicos. Mais do que a viabilidade de uma teoria capaz de alcançar tantas nuances, importa assinalar a hipertrofia dos sistemas de valor diante da qual a perspectiva pós-colonial adotaria um “reconhecimento das fronteiras culturas e políticas mais complexas”, isto é, um “lugar híbrido do valor cultural”.

Este lugar híbrido é o que parece estar em cena quando o narrador de *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994), um escritor viajante, percebe quais situações considerava, no início de sua carreira, serem dignas de nota e quais não. A passagem do tempo é figurada a partir da revisão do seu julgamento sobre o que era mais importante. O acúmulo de experiência dos vinte anos como imigrante na Inglaterra fez com que a memória familiar viesse à tona quando, já com uma carreira estabelecida, se põe a pensar sobre aquela trajetória. Em última instância, a transformação do ponto de vista do narrador sobre o que escrever é a transformação da relação entre sujeito e cultura, cuja pureza e unidade foi significativamente alterada na segunda metade do século XX.

Ao bloco e ao lápis, alegoria do registro e do importante em outros tempos, sobrepõe-se aquela versão do pretérito que a maioria de nós leva em nossas mentes e utiliza na realização de tarefas diárias nas quais somos compelidos, como explica White (2018, p. 16), a julgar situações, resolver problemas, tomar decisões e responder às suas consequências. É isto que vemos o narrador e protagonista de *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994) fazer, de modo a formar uma “paisagem

interior”¹⁰⁰ não da escravidão, mas de uma consciência histórica do entre-lugar. Em outras palavras, trata-se de uma consciência histórica formada no trânsito entre Terceiro Mundo e Ocidente e em muito tributária de um passado “composto por todas aquelas memórias, ilusões, porções de informações errantes, atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo convocam das melhores maneiras possíveis” (WHITE, 2018, p. 16).

Das nuances entre autor e narrador, associadas à transformação do ponto de vista do narrador sobre o que significa ser escritor, surge essa imagem de uma consciência histórica do entre-lugar. No lugar da ideia unitária e pura de cultura, segundo a qual o ocidente tem valor de original, o narrador de *O enigma* (NAIPAUL, 1994) parece formado por uma noção híbrida de cultura em que diferentes tradições culturais se imbricam. Enquanto isso, aquela ideia única tanto se associava à concepção de escritor nutrida pelo narrador, uma visão épica do mundo e da trajetória individual, quanto o impedia de perceber qualquer valor em muitas das coisas que pouco tempo depois, e ainda mais após vinte anos, ele julga muito mais importantes do que as coisas que lhe interessavam à época.

Na escrita da dissertação, quando comparava o narrador do romance de Naipaul com Ifemelu, protagonista de *Americanah* (ADICHIE, 2014) e seus amigos “*third-worlders*”, tentei avançar sobre o ângulo transitório acerca da História que a transformação dos protagonistas resta por encenar. Por um lado, notei que o narrador de Naipaul (1994), assim como os jovens nigerianos de Adichie (2014), viviam entre dois mundos porque a maneira como experimentavam o tempo estava condicionada pelo que afirmou Silviano Santiago (2019, p. 15) sobre o sucesso do colonialismo em se apropriar do espaço sociocultural e inscrevê-lo, pela conversão, no contexto da civilização ocidental.

Como explica o escritor, em dado momento, a América transforma-se em cópia, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original. De forma parecida, a África enquanto tal só existiria, segundo Joseph-Achille Mbembe (2013, p. 170), a partir do texto que a constrói como ficção do outro, ou seja, a partir de uma biblioteca colonial que se imiscui e se insinua por todo lado até mesmo no discurso que a pretende refutar, explica o autor, a ponto de se tornar em matéria de identidade, tradição ou autenticidade, se não impossível, ao menos difícil, distinguir o original de sua cópia e de seu simulacro.

No entanto, na medida em que considerei a transformação das personagens ao longo do romance, acreditando estar em curso a formação de um eu, esta noção unitária da cultura revelou-

¹⁰⁰ Em “Vidas estranhas: a literatura do reconhecimento”, Homi Bhabha (1998, p. 38) se refere a uma “paisagem interior” da memória da escravidão ao analisar o romance *Amada*, de Toni Morrison, nos termos de “um projeto ético e estético” de “ver a interioridade a partir do exterior”.

se apenas uma parte do todo. Pois se é no tempo que existimos, que nos tornamos ou deixamos de ser quem somos, aquelas personagens nos mostram que atualmente este trânsito constitutivo pode abrigar não apenas o impacto do colonialismo que Edward Said (2007) identificou ter acontecido sobre o ser do colonizado, mas também a cultura produzida pela descolonização.

Agora, para a análise d'*O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994), a noção de transitoriedade permanece, mas com importância renovada entre as hipóteses de trabalho que gostaria de avançar. Se antes esta transitoriedade estava associada ao deslocamento e ao desenraizamento, agora ela também diz respeito ao caráter transitório do tempo e da História. Lembrando Michel de Montaigne, o que encontramos em cena no romance de Naipaul é menos o homem do que a passagem, ou melhor, uma pessoa, mesmo que de ficção, na incessante tarefa de lidar com sua passagem e forjar alguma estabilidade para si diante da entropia do tempo.

Neste sentido, à já comentada semelhança entre o arco do protagonista com a experiência do autor, associam-se ainda uma narrativa digressiva e os excursos sobre a longa duração do tempo histórico com que somos recebidos em “O jardim de Jack”, primeira das cinco partes do romance. Dessa forma, no diálogo que procuramos estabelecer com o passado a partir de *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994), a urgência das situações que se aglutinam em torno do tema do colonialismo é percebida de maneira pouco usual para um colonizado, ou seja, como parte da transitoriedade de nosso singular coletivo.

“Era isso que eu via com meu olho literário, ou com a ajuda da literatura”, declara o narrador. “Um estranho nestas paragens, com a insegurança de um forasteiro, e no entanto conhecendo o idioma e história do idioma e de sua literatura, eu era capaz de ver um tipo especial de passado no que me cercava; com uma parte de minha consciência podia admitir a fantasia.” Por “isso” ele se refere ao fato de ver em Jack, o vizinho da nova casa no interior, “um remanescente de um campesinato antigo, como as borboletas entre as explosões de Salisbury Plain, que sobrevivera de algum modo à Revolução Industrial, ao abandono das aldeias, às estradas de ferro, à criação das grandes propriedades” (NAIPAUL, 1994, p. 22).

Existe, para ele, uma “sensação de antiguidade” ali, um achado feliz da solidão em que passava tantas tardes e que “ao mesmo tempo diminuía e enobrecia as atividades dos homens de agora” (NAIPAUL, 1994, p. 24). E ao recobrar o momento em que esta paisagem a qual tinha se afeito também passa a ser transformada, ele lamenta de maneira exemplar quanto ao modo peculiar de consciência histórica formado no entre-lugar:

Como era triste perder a sensação de amplitude e espaço! Aquilo me doía. Porém eu já me acostumara com a ideia de que as coisas mudaram; já me habituara à ideia de decadência. (Sempre convivera com esta ideia. Era como que minha maldição: desde menino, em Trinidad, tinha a sensação de que havia nascido num mundo

que já vivera dias melhores.) Já me acostumara com a ideia da morte, a ideia - inconcebível para um jovem, impossível de penetrar em seu coração - de que o tempo que nos cabe na terra, o tempo de nossa existência, é curto. Estas ideias, de um mundo em decadência, um mundo sujeito a mudanças constantes, e da pouca duração da vida humana, faziam com que muitas coisas se tornassem suportáveis (NAIPAUL, 1994, p. 27).

Entre as provocações do simpósio temático, estava a pergunta sobre qual endereço comum podemos esboçar para a história e as narrativas baseadas no vivido, ambas narrativas acerca do passado mas que possuem suas formas próprias de se relacionar com as noções de memória, eventos, lugares, o tempo. A esse respeito, vale destacar o texto como instrumento comum à história e essas outras narrativas sobre o passado, mobilizado por um agente particular que enfrenta sua condição histórica inescapável. No caso da historiografia, esta resposta encontra-se mais ou menos condicionada pelos protocolos intersubjetivos que regulam o conhecimento historiográfico, mas nem por isso ela deixa de estar sujeita a sedimentação das estruturas históricas, como a acomodação maciça de pessoas do Terceiro Mundo no Ocidente e sua consequente perturbação do cálculo de saber e poder. Em grande medida, investigar a relação entre ficção e história, bem como a interpelação mais franca da história com outros usos da linguagem que o campo sugere, diz respeito ao processo que nos levou a perceber que a história não é capaz de lidar com toda demanda existente pelo passado e que tampouco essas demandas são sempre as mesmas.

Referências

Referências bibliográficas

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- CHARBEL, F. A ficção histórica e as transformações do romance contemporâneo. **As formas do romance. Estudos sobre a historicidade da literatura**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2017.
- COETZEE, J.M. V.S. Naipaul, Meia vida. Em: **Mecanismos internos: ensaios sobre literatura** (2000-2005). São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 324-346.
- LADDAGA, R. Algumas maneiras de falar de si mesmo. Em: **Estética de laboratório**. São Paulo: Martins Fontes, 2013, P. 33-60.
- LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico: de Rousseau a Internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2013.
- MUSTAFA, F. **V.S. Naipaul**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- NAIPAUL, V. S. **O enigma da chegada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PACKER, George. A life split in two. Nova Iorque: **The New York Times**, 2008.

SAID, Edward. Yeats and decolonization. Em: EAGLETON, Terry; JAMESON, Frederic; SAID, Edward. **Nationalism, colonialism and literature**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992, p. 69-98.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. Em: *Uma literatura nos trópicos*. Recife: Cepe, 2019.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WHITE, H. O passado prático. **Artcultura**, v. 20, n. 37, p. 9–19, 2018.

WOOD, James. Wounder and wounded. Em: **The New Yorker**. Disponível em:
<https://www.newyorker.com/magazine/2008/12/01/wounder-and-wounded>. Acesso em: 16
out.
2023.

AUTOFICÇÃO, LITERATURA DE TESTEMUNHO, PÓS-MEMÓRIA E HISTÓRIA – O PAPEL DA IMAGINAÇÃO NA LITERATURA E NA ELABORAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Tatiana Rodrigues Gama Russo¹⁰¹

Resumo: Em seu compromisso social, a autoficção e a literatura de testemunho mantêm similaridades. O que diferenciaria estes dois gêneros literários é o pacto de verdade estabelecido pela presença da *ficção*. No entanto, as perguntas que devemos nos fazer são: a presença da ficção equaliza a autoficção com a mentira, desconsiderando-se, então, o seu potencial de dar conta dos eventos ou da História através da literatura e; mais ainda, seria possível falar de uma literatura de testemunho sem a presença da imaginação e da ficção? O objetivo deste texto, portanto, é discutir o status da imaginação na literatura de testemunho para, em seguida, discutir o pacto oximórico da autoficção na criação de condições de representação da memória, em especial, da pós-memória.

Palavras-chave: Literaturas do eu, pós-memória, imaginação, ficção

Literatura de Testemunho e Autoficção

De uma forma geral, a literatura de testemunho pode ser entendida como “[...] uma forma de recriação de mundos baseados em experiências memorialísticas de sujeitos que testemunharam, de alguma forma, um evento histórico” (MACIEL, 2016, p. 75). Este é um gênero literário que é geralmente pensado no contexto do século XX, visto que é usualmente vinculado ao testemunho específico de acontecimentos que mantêm uma relação com a ideia de trauma. Por esse motivo, estamos tratando de uma literatura cujo cerne está na descrição (ou rememoração) de uma experiência em que o evento histórico é criador, possivelmente, de um outro tempo, ao menos na perspectiva do indivíduo. Ainda assim, este relato, mesmo que baseado em eventos reais, não é “realista”; o texto, antes, depreende do leitor uma postura anti-essencialista, já que a cena traumática é reorganizada e reinscrita na memória (SELIGMANN-SILVA, 1998, p. 10).

Mesmo que essa não deva ser uma leitura que fazemos esperando encontrar o real¹⁰², o pacto de leitura¹⁰³ que se inscreve com relação à literatura de testemunho continua operando como

¹⁰¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: tatiana.gamarusso@gmail.com

¹⁰² Real aqui sendo entendido também como uma construção dividida de conteúdo e significado entre todos nós que habitamos um determinado espaço, isto é, não estamos tratando necessariamente de algo inacessível ou que leve à noção de resto (FARIA, 2021, p. 21). É, ao invés disso, a realidade, que é tripartida e compartilhada, construída a partir desse real supracitado, mas também imaginária e simbólica (2021, p.9).

¹⁰³ De acordo com Philippe Lejeune, nas escritas do eu, temos o que o autor chama de pactos de leitura diferentes, em especial, o pacto de verdade que é estabelecido entre leitor e autor no texto autobiográfico; com a relação de igualdade entre autor, narrador e personagem (o eu-abaixo assinado) o pacto empreendido entre ambos é que o texto se compromete com a verdade factual dos acontecimentos, diferentemente de um romance (mesmo que biográfico ou autobiográfico) em que o pacto estabelecido é aquele concernente a ficção (que é importante frisar, tem relação sempre ao romance). Os fatos narrados, então, são parte de uma história inventada que pode ou não ter base na realidade, mas que definitivamente não são comprometidos com a realidade factual e nem há uma correlação entre autor, narrador e personagem, necessariamente. Para mais: LEJEUNE, P. **O Pacto Autobiográfico: De Rousseau À Internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

um pacto de verdade, assim como o pacto autobiográfico. Isto é, aquilo que o autor/a narra tem relação direta com a realidade (tal qual ele ou ela lembra), mesmo que ficcionalizado em alguma medida. E esse relato é ficcionalizado porque, sendo algo que se constrói *a posteriori* (e, geralmente a partir de uma memória traumática), o testemunho necessita da ficção como maneira de dar forma à história contada. Aqui, então, ficção não é entendida como a criação de uma história inventada, mas como *fictio*, isto é, aquilo que dá forma. Colocado de outra forma, o testemunho ganha corpo a partir de uma elaboração (ficcional) de fragmentos e lembranças que acabam por se tornar uma narrativa que, se não plenamente coerente, ao menos permite que o sujeito faça sentido da experiência. Isso, de certa maneira, se coaduna, inclusive com os estudos dos campos de memória:

O estudo da memória não é o estudo do passado tal como *aconteceu* nem um registrado destinado a recuperar a *verdade* do passado. Mesmo as memórias que não correspondem à verdade histórica e factual – ou lhe correspondem parcialmente – podem estar repletas de significado cultural e político e carregadas de valor afetivo. E é precisamente pelo *significado* que potenciam que se convertem num objeto de estudo autônomo. E é também precisamente devido ao valor *afetivo* que carregam que o campo de estudos de, e o da memória da violência em particular, é um campo de zonas cinzentas, de silêncios, de contradições e contestações, e também violências. (GANITO e PERALTA, 2013, p. 201, grifos das autoras)

Tais como os textos antropológicos, que são eles mesmos interpretações, o testemunho também o é, mas em primeira mão, o que, em certa medida, parece contraintuitivo. Mas se a etnografia (no caso da antropologia) é uma maneira de “tentar formular a base na qual se imagina [...] estar-se situado” (GEERTZ, 1989, p. 10), a literatura de testemunho é uma maneira de tentar formular o evento no qual o indivíduo está ou esteve inserido. Ou seja, é precisamente a maneira como atribuímos significado a essa memória, a esse testemunho, como o indivíduo faz o evento parte de sua vida e de um mundo maior do ele ou ela. Ambas, tanto a literatura de testemunho quanto a etnografia, são ficções no sentido original de *fictio*, “[...] ‘algo construído’, ‘algo modelado’ [...] não que sejam falsas, não fatuais ou apenas experimentos de pensamento” (1989, p. 11), mas sim, que são textos que passam por uma interpretação prévia, empreendida pelo seu autor, na tentativa de dar nexos à experiência. No caso da literatura, esta é também uma maneira de criar vinculações entre mundos, entre o eu e o evento, entre o antes e o depois.

A autoficção, por sua vez, também mantém uma relação com a história, mas tem uma relação bem diferente com a ficção. Se é por meio dela (autoficção) que histórias individuais se inscrevem na História (essa narrativa do tempo que compreendemos como o passado) (FAEDRICH, 2022, p. 13), essa inscrição é feita por meio da ficção em agregada a “realidade”. Essas seriam narrativas em que, tal como a literatura de testemunho, ao narrar o si, o autor narra também a História; enquanto se fabricam, esses autores fabricam também e relatam “[...] estratégias de sobrevivência, tentativas e experiências de fuga, [e] a descrição de refúgios” (2022, p. 15).

Portanto, embora elas tenham compromissos sociais parecidos – ambas são uma forma de trazer à luz a elaboração da violência, em especial aquela perpetrada no século XX –, elas são marcadas por pactos de leitura diferentes.

O pacto da autoficção é um pacto oximórico, em uma literatura que trabalha no limiar de outros gêneros – autobiográfico, narrativas de memórias, de testemunho – imiscuídos ou, ao menos, interligados, à ficcionalidade (2022, p.16). Por este motivo, a presença da ficção – como invenção – é um dado desse gênero, o que não significa que ela seja uma presença detectável e marcada. A ideia é justamente que a forma trabalhe sempre no limiar entre o que é e o que não é ficção, de maneira a borrar esse limite. Essa é uma narrativa de fronteira, ambígua e indeterminada. Diante disto, não é de se espantar que essa seja uma escrita do eu que mantém uma relação intrínseca com a ideia de identidade. As autoficções podem ou não ter a ver com eventos e memórias traumáticas, mas não necessariamente. O que essa forma sempre busca, de certa maneira, é trabalhar essa identidade que, mesmo precária ainda reincide em alguma estabilidade.

Em ambas, no entanto, permanecem as seguintes questões: qual o status da imaginação na construção dessas narrativas (e, conseqüentemente, seu valor analítico para nós) e, principalmente, qual o papel da memória? Na literatura de testemunho essa relação parece óbvia, embora extremamente complexa, conquanto na literatura autoficcional tendemos a compreender uma memória de si que, embora tenha laços com o presente e o passado histórico, é subjetiva. Mas, e se a busca pela identidade (ou subjetividade) não perpassa apenas a experiência dos eventos entendidos como a História em si, e passe, também pela memória desses eventos e, portanto, pela imaginação deles? Nesse sentido, falamos, talvez, sobre pós-memória e da maneira como a História se torna uma ferramenta construção de determinadas subjetividades.

O acesso ao evento e a imaginação

Se a literatura de testemunho pode ser definida como uma “recriação de mundos”, é razoável presumir que não tenhamos como falar dela sem aceder às ideias de imaginação e de ficção. À última, já se emprestou uma definição da antropologia, mostrando que é possível falar de ficção sem falar de invenção. Mas, tal qual a ficção, a imaginação é um conceito plástico e polissêmico, geralmente associado à noção de mentira, ou invenção. Por essa razão, é provável que o valor analítico dos dois conceitos se perca quando estudamos a literatura de testemunho ou a escrita autobiográfica. Contudo, como sequer seria viável ter algum tipo de acesso ao evento e à violência sem a imaginação? E, sem ambas, talvez não seja exequível compreender essa violência, atribuir-lhe significado ou torná-la cognoscível e, a partir daí, representá-la.

Há uma certa incomensurabilidade entre a experiência de morte (traumática) e as palavras, da qual surge “a peculiaridade das escritas com alto teor de testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 9). De acordo com Seligmann-Silva:

O teor de irrealidade é sabidamente característico quando se trata da percepção da memória do trauma. Mas, para o sobrevivente, esta “irrealidade” da cena encriptada *desconstrói o próprio teor de realidade do restante do mundo.* (2010, p. 9, grifos do próprio autor)

É dessa desconstrução que vem a necessidade da recriação de mundo, e há, portanto, um valor analítico tanto da imaginação quanto da ficção na maneira como essa representação se forma, e, por conseguinte, em como a violência é recordada, esquecida e transmitida social e comunalmente, e individualmente. Seria preciso recriar um mundo, primeiramente, porque não é possível viver no evento em sua totalidade e, porque,

O testemunho funciona para ele [sobrevivente] como uma ponte para fora da sobrevida e de entrada (volta) na vida. Neste testemunho, misturam-se fragmentos, como que estilhaços (metonímias) do seu passado traumático, a uma narrativa instável e normalmente imprecisa, mas que permite criar o referido “volume” e, portanto, um novo local fértil para a vida. (2010, p. 11)

Em segundo lugar, é preciso recriar um mundo porque também é preciso inventar linguagem para dar conta do evento. Palavras como “baixas de guerra” ou “danos colaterais” não existiam antes da Primeira Guerra Mundial e hoje, é a partir desses eufemismos para a morte que moldamos o nosso entendimento dos conflitos armados e as posições que alguns de seus atores ocupam nesse mundo. Há um duplo movimento, em certo sentido: tanto esses testemunhos informam a cultura, quando a cultura informa esses testemunhos. O que nós sabemos da guerra, como no exemplo anterior, é sempre mediado pelo conhecimento e por nossos sentimentos pessoais em relação aos conflitos (WINTER, 2017, p. 1); nós precisamos de lentes para elaborar estes eventos, mesmo que estejamos presentes.

Há o que chamamos de enquadramento; a violência, mesmo que nova em sua natureza, é enquadrada também por narrativas anteriores e posteriores, e é partir dessas narrativas que fazemos sentido do que aconteceu (e, por que não, como historiadores, do passado). A elaboração não perpassa apenas a experiência pessoal do evento, mas o que é apreendido desse evento *a posteriori* também. Mesmo as testemunhas morais, aquelas cujos testemunhos são uma contação de histórias de tipo especial, em que estas pessoas são vistas como portadoras de uma memória coletiva do mal radical e daqueles que foram destruídos ou desfigurados por esse mal (WINTER, 2007, p. 467), fazem uso tanto da imaginação quanto da ficção.

Estas testemunhas falam¹⁰⁴ em tribunais (e aqui podemos pensar julgamentos como teatros da memória, um lugar onde essas memórias são performadas, se tornam presente¹⁰⁵), mas estas testemunhas também falam de outras maneiras: elas dão entrevistas, elas escrevem memórias, autobiografias, e algumas se tornam figuras públicas de formas variadas. Esse testemunho em si, contudo, depende da recriação de um mundo, esse mundo do mal radical e da memória que precisa da ficção para fornecer forma, e da imaginação para apreender as possibilidades de elaboração desse mundo. A imaginação, neste sentido, é uma necessidade para dar conta do que talvez não fosse possível antes, daquilo para o qual não havia enquadramento prévio, e para o qual, então, é precisar criar – mesmo que seja partir de elementos do que era conhecido previamente, dos enquadramentos anteriores – um enquadramento novo; algo como um novo limite para a violência.

Fazer e trazer a luz a memória desses eventos depreende o uso da imaginação e da ficção na sua conotação linguística, especialmente, se estamos falando de narrativas orais ou escritas, na medida em que é preciso recriar e dar forma a esse mundo passado. Nesta forma de dar conta da memória e da experiência subjetiva, em especial, na autobiografia e na literatura de testemunho, há um pacto de verdade que não exclui nem uma nem outra. O pacto de verdade, mesmo como o pensado por Lejeune (2014) não exclui a ficção, porque não a pensa, em si, como mentira, mas em relação à ficção romanesca; não é a presença de uma realidade inventada, de um mundo inventado, mas de um mundo elaborado, onde a ficção é a maneira de dar sentido (e de inserir essa narrativa na narrativa maior do eu) e não invenção. Mas, mesmo a autoficção, não é inexoravelmente a afirmação da pura invenção ou da mentira, bem como a literatura de testemunho e a autobiografia não são as únicas maneiras de dar conta da memória de violência e nem da memória ou da pós-memória, de forma geral.

Memória, pós-memória e autoficção

Se a memória, no sentido que aqui colocado, é primeiro individual e subjetiva e que, reelaborada, reverbera no coletivo social e histórico¹⁰⁶, a pós-memória é, de certa maneira, uma

¹⁰⁴ E aqui, estamos falando de testemunho também como peso de justiça e memória, no sentido jurídico de que aquele testemunho tem como objetivo tornar legível um acontecimento e estabelecer culpabilidades.

¹⁰⁵ De acordo com Shoshana Felman, há uma relação oculta entre traumas e julgamentos, e o século XX, em particular traria à tona essa relação visto que, com as novas tecnologias de morte em massa que permitiram violações sem precedentes do corpo humano, houve o inédito e repetido uso de instrumentos jurídicos para enfrentar as heranças traumáticas e as ofensas coletivas deixadas por esses eventos. Então, de certa maneira, os julgamentos deixam de ser simples litígio ou uma simples controvérsia jurídica – eles se tornam “verdadeiros teatros da justiça”. Alguns julgamentos, então (no caso de sua obra, o Julgamento de Nuremberg e o de O.J. Simpson, por exemplo), são eventos jurídicos críticos, porque dramatizam e encadeiam não apenas uma “crise emblemática” do direito, mas também (ainda que não de forma consciente) a crise cultural, uma crise de legitimidade e verdade; o trauma, de certa maneira, é repetido e reencenado no tribunal, o que significa que o que está em jogo ali (de forma consciente ou não) é aquela memória e o seu papel na cultura (FELMAN, 2014, ps. 23-25).

¹⁰⁶ A memória, de uma forma geral, é uma temática extremamente complexa sobre a qual, para os propósitos deste texto não há necessidade de alongar-se. No entanto, é preciso fazer a ressalva que, de forma alguma a memória é

dessas reverberações. A despeito do prefixo “pós”, esta não é um processo que se siga a memória e nem é idêntica à memória; esse termo denota, antes, um atraso temporal mais do que uma localização nos eventos e suas consequências. A pós-memória também é uma estrutura, não um movimento, ou um método ou ideia, mas sim, uma estrutura de transmissão inter e transgeracional de conhecimento e experiência do trauma, e é também uma consequência dessa recordação, dessa memória. De acordo com Marianne Hirsch,

A pós-memória, [...] não é, estritamente, uma posição de identidade e sim, uma estrutura geracional de transmissão integrada a múltiplas formas de mediação, desde as privadas e íntimas, a imagens, mitos e histórias compartilhadas e públicas. Assim, delimitei uma distinção entre uma pós-memória estritamente familiar e uma mais ampla, do tipo “afiliativo”¹⁰⁷. (HIRSCH, 2021, p. 12, tradução livre)

No caso da pós-memória familiar, estamos falando de uma memória que tem efeitos da subjetividade do indivíduo porque ela é transmitida de forma direta. Essa memória não está relacionada com o indivíduo que viveu o trauma e depois o recorda, mas como aqueles que cresceram ouvindo (ou não ouvindo, porque o silêncio também é parte da memória) esse trauma – é uma memória de herança, que herdada, se torna parte das identidades construídas nos sujeitos. Por esse motivo, que W. G. Sebald¹⁰⁸ pode falar que tem o a chama de memória de “segunda geração”, ou que Annie Ernaux¹⁰⁹ descreva como a guerra que ela não viveu afetou a sua geração,

sempre individual; há uma variedade e uma multiplicidade de formas e tipos de memória. Neste contexto específico, em que se trata de literaturas do eu – literatura de testemunho e autoficção – dá-se conta apenas na memória nesta modulação, que inserida em um contexto social, se transforma. De maneira alguma estas são equivalentes, mas mantém uma relação e, é neste sentido que se pretende explorar a temática e delimitar a utilização do termo memória a literatura de testemunho e o termo pós-memória (que não se limita a, mas que está sendo pensado a partir da) à literatura autoficcional.

¹⁰⁷ La posmemoria, siempre he sostenido, no es estrictamente una posición de identidad sino una estructura generacional de transmisión integrada en múltiples formas de mediación, desde las privadas e íntimas, a imágenes, mitos e historias compartidas y públicas. Así, he delineado una distinción entre una posmemoria estrictamente “familiar” y una más amplia, de tipo “afiliativo”. (HIRSCH, 2021, p. 12)

¹⁰⁸ W.G. Sebald foi um escritor de língua alemã, conhecido pelo seu trabalho memorialístico nos seus romances. Nascido em 1944, ele chega ao mundo quase no final da Segunda Guerra Mundial, mas escreve sobre o evento mais traumático dela: o Holocausto (sem necessariamente fazer uso dessa palavra). Tanto em *Anéis de Saturno* quanto *Austerlitz*, o autor acaba fazendo um mapa de memórias e lugares, o que teria o levado a fazer esse comentário. No último dos romances, inclusive, sobre a pós-memória, toda a trama gira em torno do personagem Austerlitz, que, décadas depois de ter sido enviado à Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, dedica-se a uma pesquisa incansável, consultando arquivos, visitando ruínas, dialogando com outros pesquisadores sobre o tempo do conflito. Durante suas viagens, o personagem sente, muitas vezes, que está em locais onde já esteve, mesmo que não consiga ativar nenhuma memória concreta. Na verdade, o que a representação no deixar entrever é que a subjetividade desse homem pertence, simultaneamente, ao presente e ao passado, em um labirinto que sustenta o universo fantasmagórico construído no livro. Em ambos os casos, esses romances constroem um mapa das sombras que os eventos passados fazem incidir sobre a “segunda geração” e como essa geração tenta fazer sentido delas.

¹⁰⁹ Annie Ernaux é uma escritora francesa, conhecida pela escrita autobiográfica. Em *Os anos*, um dos romances autobiográficos/autoficcionais da autora, em que a narrativa acontece em primeira pessoa, sem que ela nunca se identifique, uma boa parte da primeira metade do livro é dedicada às conversas que, durante a infância, ela ouviu sobre uma guerra que ela não viveu. Em outras partes, ela relata como a vivência da guerra afeta, justamente, a maneira como a geração anterior interage com a sua.

ou que Christopher Isherwood¹¹⁰ descreva as fantasias que elaborou sobre o front e os soldados da Primeira Guerra Mundial, já que ele era uma criança a época do conflito. É por isso também que podemos falar de gerações de pós-memória, porque temos, no século XX, eventos de tal magnitude que, em determinado ponto, todos são sobreviventes destes eventos ainda que de perspectivas diferentes.

Certamente, nos exemplos citados, temos experiências díspares que, ainda assim, são decorrentes dos mesmos eventos. A pós-memória descreve, então, a relação que a geração posterior a aqueles que testemunharam o trauma cultural e coletivo e com as experiências daqueles que vieram antes de si; são experiências que eles “lembram” através de histórias, imagens e comportamentos dentre os quais eles cresceram e se tornaram adultos. É por isso que essas “lembranças” têm peso formativo na sua subjetividade pessoal e geracional. Se a literatura de testemunho e a autobiografia são maneiras *sui generis* de dar conta da memória proveniente da experiência direta – ainda que mediadas pela imaginação e pela ficção – a autoficção pode ser uma das maneiras de dar conta dessa memória de segunda geração ou pós-memória, além daquela que é proveniente da experiência direta.

A autoficção é diferente do romance biográfico e do romance autobiográfico; em ambas as definições desses gêneros, a definição de ficção que temos é aquela equivalente a invenção, o contrário do que não é verdade¹¹¹. À diferença de ambos, a distinção entre “verdade” e ficção na autoficção não é tão clara e nem tão evidente, e por isso o pacto de leitura seria oximórico. Esse pacto é assim chamado porque este é um gênero que embaralha as categorias de autobiografia e ficção, de maneira paradoxal – começando pela própria nomeação da categoria, concatenada a partir da junção de duas formas de escrita que, em princípio deveriam se excluir. Então a fronteira entre ficção romanesca e autobiografia é tênue; o que a torna diferente dos gêneros citados

¹¹⁰ Christopher Isherwood foi um escritor britânico, naturalizado estadunidense e cuja obra mais famosa é *Adeus a Berlim*, que deu origem à adaptação musical *Cabaret*. Conhecido pela sua escrita autobiográfica, o autor é mais explícito com relação às fantasias que criou da Primeira Guerra Mundial tanto em seus diários quanto em suas primeiras obras, a exemplo de *Lions and Shadows: An Education in the Twenties*. Neste romance, às menções à masculinidade adquirida pelo sofrimento no conflito e à morte na guerra não inúmeras, bem como é detalhada à que os corpos de meninos e jovens adultos eram disciplinados de maneira a corresponder ao ideal que se faz do soldado na guerra. O romance mostra muito bem não apenas como é crescer, ser jovem nesse momento do entreguerras, mas, também, como o tempo todo esses jovens vivem na iminência da falha (por não terem servido na Primeira Guerra) e de uma preparação do si para a morte como soldado.

¹¹¹ O gênero do romance biográfico explora uma narrativa romanceada a respeito de alguém, fundindo elementos da pesquisa biográfica e da verdade histórica submetidos à escrita autoral, que pode adicionar detalhes, diálogos, drama e humor ao enredo, trazendo a aparência do romance. Assim como a biografia e a autobiografia, também possui um pacto de leitura e esse pacto é o romanesco; aceitamos que algo ali pode ser verdade (tal como entendemos essa palavra no senso comum), mas estamos falando de uma história que é, antes de tudo, ficção, no sentido de invenção. No caso do romance autobiográfico, É uma forma de romance que usa técnicas de autoficção, mas em que a mescla – e, portanto, a separação – entre elementos autobiográficos e fictícios é aparente.

anteriormente. A única coisa da qual depende a autoficção em certo sentido, é a exclusão da possibilidade de não identidade.

Isto se dá de que modo: aquele personagem, seja principal, narrador, protagonista, ele ou ela são *alguém*. Há uma identidade em jogo ali. Essa identidade na maior parte das vezes pode ser aquela do autor, mas a sua identificação não é imediata como na equação proposta por Lejeune (2014). O eu-abaixo assinado não é necessariamente subvertido, mas certamente não é claro; é na maior parte das vezes fragmentado através do texto, ou mesmo silenciado. É um limiar entre o que pode ser o eu e o que pode não ser o eu; mas há uma identidade em jogo e isso é importante justamente porque a autoficção parece ter sido uma dessas maneiras através das quais essa segunda geração tentou desenvolver e precisar a sua própria identidade justamente no limiar entre a experiência de outros a sua própria experiência, construindo uma identidade a partir desse contato. De acordo com Hirsch,

A pós memória caracterizaria a experiência daqueles que cresceram dominados por narrativas que precederam seus nascimentos, cujas próprias histórias são desalojadas por histórias da geração anterior que são formadas por acontecimentos traumáticos que não podem ser entendidos ou recriados. (HIRSCH, 2021: 48; tradução livre)¹¹²

A autoficção, então, se a admitimos como uma forma de lidar com essa pós-memória, ou como um gênero possível dela, não é um relato da experiência direta ou um testemunho do resultado da violência direta; mas antes, de uma subjetividade (e de uma identidade) que são moldados pela memória desses eventos. Neste sentido, tanto a imaginação quanto a ficção tomam outros significados e valores analíticos. Através de narrativas, performances, práticas corporais e símbolos, “[...] a imaginação infunde os espaços da violência com significado e valor comunicativo, de acordo com códigos culturais pré-existentes, mas permitindo a gestação de novas constelações de significado. O caos torna-se produtivo: a violência reintegrável” (GANITO e PERALTA, 2013, p. 187). No caso da autoficção, a reintegração parece se dar não apenas no âmbito cultural, mas também subjetivo e identitário – é preciso imaginar essa memória como parte de si, como parte de quem eu sou, e é preciso uma identidade porque, no caos do breve século XX, por mais precária que ela seja ela ainda é uma demarcação ou um marco (FAEDRICH, 2022, p. 38).

É preciso, então, delinear, fazer uma crítica dessa identidade, a luz daquilo que a constitui; fazer uma colcha de remendos com o que é vivido e com o que é herdado. Assim como a autoficção a identidade é um exercício constante de fronteira entre o que é o eu e o que não é o eu; no caso dessa forma literária é um exercício constante entre o que é ficção e o que não é ficção e um

¹¹² “La posmemoria caracteriza la experiencia de aquellos que han crecido dominados por narrativas que precedieron a su nacimiento, cuyas propias historias son desalojadas por las historias de la generación anterior formada por acontecimientos traumáticos que no pueden ser entendidos ni recreados.” (HIRSCH, 2021, p. 48)

trabalho nessa fronteira. Além disso, temos também o abrigo do eu dentre identidades grupais maiores (a pós-memória afiliativa) – a identidade do judeu, que em algum momento perpassa a *Shoah*, a identidade do homem e da mulher homossexuais que também perpassa o mesmo evento, a identidade masculina de homens que se tornam adultos no entreguerras europeu, a identidade feminina de mulheres que passam a integrar uma nova parte do mercado de mão-de-obra no entreguerras, das viúvas das guerras, das crianças que crescem ouvindo sobre a morte de seus irmãos mais velhos, etc.

Esse “eu” tem de ser elaborado dentro dessas identidades coletivas que são marcadas e demarcadas pela violência e cujas fronteiras são tão tênues quanto as da autoficção. Aqui, os *status* da ficção e da imaginação se invertem na medida que a ficção é parte da imaginação do que foi; não é uma questão de recriar e dar sentido, é que aqui a imaginação dá forma, e a ficção é a apreensão dessa memória. A imaginação, na autoficção, assim como na literatura de testemunho permite o acesso a memória, mas no sentido de enquadrar essa memória no eu e no mundo, reintegrar a história e o eu, e a ficção age no sentido de apreender, tornar cognoscível essa memória, não de dar forma, mas de transformar em linguagem aquilo que não é plenamente conhecido. Qual o movimento efetuado em *Maus*¹¹³, por exemplo, se não tornar cognoscível a violência do Holocausto e reintegrá-la ao seio familiar e ao eu do autor?

Ao imaginar os campos, as diásporas, as pessoas, os outros, a família, a partir de objetos de memória, e a partir do que Spiegelman ouviu, o autor reintegra a violência anterior e atual à sua própria identidade. É a ficção que torna cognoscível para ele como essa memória é parte de si e como é parte da história; o trabalho de fronteira é desenvolvido e a imaginação dá forma a tudo isso. Nesse sentido também a História deixa de ser meramente eventual porque a sua reintegração à identidade e à subjetividade dos indivíduos e grupos, seja através da autoficção, que foi um dos objetos de exposição aqui, ou seja através de outros tipos de arte, mostra a reverberação desses eventos na vivência e na experiência das pessoas, muito além do seu início e bem depois do seu final.

Referências

Referências Bibliográficas

ERNEAUX, A. **Os anos**. São Paulo: Fósforo, 2021.

FAEDRICH, A. **Teorias da Autoficção**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

¹¹³ Em *Maus*: a história de um sobrevivente, Art Spiegelman produz um retrato de seu pai e sua família, em forma de Graphic Novel, entrevistando-o acerca da experiência deles como judeus poloneses e, no caso de seu pai, como sobrevivente do Holocausto. A história foi serializada entre 1980 e 1991, e hoje conta uma nova edição intitulada *Metamaus*, em que o próprio Spiegelman dialoga sobre os temas que mais levantaram perguntas acerca da obra.

FELMAN, S. **O inconsciente jurídico: Julgamentos e Traumas no século XX**. São Paulo: EDIPRO, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

HIRSCH, M. **Marcos familiares: Fotografia, Narrativa y Posmemoria**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2021 (Edição do Kindle).

ISHERWOOD, C. **Adeus a Berlim**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

ISHERWOOD, C. **Lions and Shadows: An Education in the Twenties**. Nova Iorque: Farrar, Strauss and Giroux, 2015.

LEJEUNE, P. **O Pacto Autobiográfico: De Rousseau À Internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MACIEL, C. P. R. *Literatura de testemunho: leituras comparadas de Primo Levi, Anne Frank, Immaculée Ilibagiza e Michel Laub*. In: **Opiniões**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 74-80, 2016. DOI: 10.11606/issn.2525-8133.opiniao.2016.124618. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/opiniao/article/view/124618>. Acesso em: 5 dez. 2023.

PERALTA, E.; GANITO, T. *Memória e Violência*. In: GRAEBIN et al. (Org.), **Memória Social: questões teóricas e metodológicas**. Canoas: Unilasalle, 2013.

SEBALD, W. G. **Austerlitz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEBALD, W.G. **Anéis de Saturno: uma peregrinação inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SELIGMANN-SILVA, M. *Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção*. In: **Letras**, [S. l.], n. 16, p. 9-37, 1998. DOI: 10.5902/2176148511482. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11482>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local do testemunho*. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 03-20, 2010. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>. Acesso em: 6 dez. 2023.

SPIEGELMAN, A. **Maus: a história de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WINTER, J. (Ed.). *War Beyond Words. The Cambridge History of the First World War: Volume 3, Civil Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

WINTER, J. *The “moral witness” and the two world wars*. In: *Ethnologie française*, 3, v. 37, 2007, p. 467-474. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-ethnologie-francaise-2007-3-page-467.htm>. Acesso em: 6 dez. 2023.

ST 13: “A ALEGORIA DO PATRIMÔNIO”: MEMÓRIA, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

PAISAGENS DA DIÁSPORA: COMPREENDENDO A COMUNIDADE ZOROASTRIANA ATRAVÉS DO ESPAÇO

Iasmin Castro de Souza¹¹⁴

Resumo: Dos inúmeros materiais frutos das interações humanas estudadas pela História, a paisagem, articulada a sua interdisciplinaridade, é uma possibilidade de análise da memória e identidade de comunidades. O presente artigo se trata de um recorte de proposta de estudo da comunidade zoroastriana na Inglaterra e nos Estados Unidos, no período contemporâneo. Os objetivos envolvem a compreensão do fenômeno da identidade a partir da presença material da comunidade zoroastriana em ambos países, tomando como fontes as imagens dos prédios das instituições zoroastrianas e o número de instituições nos dois contextos. A discussão é articulada a partir do referencial de lugar de memória de Pierre Nora (1993) e do conceito de paisagem cultural, debatido por James S. Duncan (1990).

Palavras-chaves: Paisagem; Zoroastrismo; Diáspora.

Introdução

O presente artigo é parte de uma proposta metodológica de pesquisa, vinculado aos estudos de comunidades religiosas na Diáspora. A princípio o projeto se trata de um estudo sobre a identidade da comunidade zoroastriana nos Estados Unidos e na Inglaterra, tendo como base a História Oral (com a aplicação de questionários e entrevistas) e o estudo da Paisagem. Ambas perspectivas são vinculadas a pesquisa de campo para obtenção das fontes. De forma específica, será trabalhado aqui como recorte com a perspectiva da Paisagem para o estudo das identidades, ou melhor, uma proposta metodológica e os primeiros caminhos de uma possível análise.

Trazendo uma rápida compreensão do objeto de estudo, a mencionada comunidade zoroastriana é formada por adeptos a religião chamada Zoroastrismo, proveniente de regiões do Oriente Médio, que, ao passar por processos diáspóricos desde o século VII e.c., se espalha por diversas regiões do mundo. Em um primeiro momento, os adeptos se estabelecem fortemente no leste do subcontinente indiano, formando hoje no país indiano a comunidade zoroastriana com maior concentração demográfica. No período contemporâneo, observamos as ondas migracionais em direção ao Ocidente, trazendo adeptos ao Zoroastrismo principalmente para os Estados Unidos e para a Inglaterra.

A chegada dos primeiros adeptos e a organização da religião nos dois países anglófonos se constituem em contextos não só espaciais diferentes. Os primeiros números significativos de

¹¹⁴ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pesquisa financiada pela CNPq. É também pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos Orientais Azimute (UFRJ). E-mail: iasmincastrodesouza@gmail.com

zoroastrianos na Inglaterra aparecem no início do século XIX, já nos Estados Unidos, só no início do século XX. Além disso, a origem desses adeptos é diversa. Pela forte relação colonial e imperialista, a imigração para a Inglaterra é marcada pela majoritária presença indiana, enquanto nos Estados Unidos essa origem é mais equilibrada, entre iranianos, leste-africanos e indianos (HINNELLS, 2005).

Os processos históricos de constituição das comunidades são alvos para a presente pesquisa, tendo como base um olhar para a organização da religião no período atual. Para isso, serão levantados alguns pontos importantes, entre eles, o número de instituições e associações zoroastrianas nos dois países, e as fachadas dos prédios que abrigam essas entidades. É importante ressaltar que o trabalho ainda se trata de uma proposta, com o intuito final de realização de um trabalho de campo para obtenção das fontes e, assim, aplica-las na prática de forma direta. Dessa forma, parte das imagens que serão expostas aqui já são resultados de uma primeira pesquisa de campo na Inglaterra (em 2019), enquanto outras, as pertencentes ao contexto estadunidense, se tratam de imagens retiradas da internet, já que a pesquisa de campo no país ainda não foi realizada. Contudo, o debate ainda apresenta sua relevância, pois procura organizar uma metodologia que será posta em prática de forma mais profunda no futuro.

Para que a análise desses materiais seja realizada, além da incorporação do estudo teórico sobre migrações e diásporas, é necessário um embasamento que abranja as questões ligadas ao espaço e ao mundo material. Dessa forma, a interdisciplinaridade da Geografia para a História produziu grandes contribuições com essa finalidade, entre elas o conceito de Paisagem Cultural, explorado pela Geografia Humanista e pela Nova Geografia Cultural (RIBEIRO, 2007). A perspectiva das formações e leituras das paisagens como produtos das interações sociais, fortemente atreladas as relações humanas de poder servem como direcionamento para as análises. A ideia de ler a cidade como um texto, de James S. Duncan (1990) é enriquecedora no sentido da valorização da simbologia e subjetividade da paisagem. Dessa forma, entendemos sua rica composição, aberta a múltiplas interpretações que afetam e são afetadas pelos sujeitos que a compõem (DUNCAN, 1990).

Atrelando o espaço à identidade, prática que compõem os objetivos principais da pesquisa mais ampla, a discussão sobre os lugares de memória (*les lieux de mémoire*) apresentada por Pierre Nora (1993) contribuem para a análise dos materiais. Na perspectiva de Nora (1993) formas de expressões culturais, como um edifício, um monumento, um texto, um símbolo, podem desempenhar um papel significativo na construção e manutenção da memória de uma sociedade ou de uma comunidade. Assim, a memória relaciona-se com a identidade de um grupo e de um indivíduo por ser fenômeno essencial na atividade de se reconhecer e pertencer. A memória está

presente na construção de símbolos e de um passado que legitimam determinado pertencimento (NORA, 1993). Veremos a seguir, como essas discussões se aplicam ao contexto zoroastriano na diáspora.

O contexto britânico

A Inglaterra é o primeiro país do Ocidente, que se tem registros, a construir relações comerciais com zoroastrianos na Índia. Como consequência, é na Inglaterra que se forma a primeira instituição zoroastriana no Ocidente, sendo esta também a primeira organização de uma religião sul-asiática no país (HINNELLS, 2005).

Como mencionado na introdução, o fluxo migratório significativo de zoroastrianos para a Inglaterra é datado do início do século XIX, formado por principalmente adeptos da Índia, denominados como Parsis. Entre os maiores alvos dessas primeiras migrações, estavam empresários e estudantes, majoritariamente homens que vinham com a intenção de trabalhar ou estudar e, tempo depois, retornar para seu país de origem. A comunidade se intensifica demograficamente, quando esses sujeitos optam por não retornarem e trazerem suas famílias para a Inglaterra (HINNELLS, 2005).

Em 1861, diante dessa presença de adeptos ao Zoroastrismo na Inglaterra, é formalizado a criação da *Zoroastrian Trust Funds of Europe* (ZTFE), que na época foi nomeada como *Religious Fund of the Zarathustrians of Europe*. Com o tempo e com as mudanças de presidentes, a instituição sofre alterações no seu nome, nos seus objetivos principais, e nas suas sedes. Atualmente, a ZTFE se localiza no prédio da *Zoroastrian Centre*, no distrito de Harrow, na Grande Londres (HINNELLS, 1996).

Além da ZTFE, outra instituição ganha destaque no contexto inglês. Em 1980 a *World Zoroastrian Organization* (WZO) é criada como um projeto mais internacionalista de comunicação entre comunidades zoroastrianas do mundo todo. Ela é localizada atualmente no distrito de Feltham, na Grande Londres (HINNELLS, 1996).

A ZTFE e a WZO são hoje as duas instituições zoroastrianas localizadas na Inglaterra. É interessante notarmos que esses dois espaços são constituídos por prédios administrativos que buscam auxiliar adeptos e suas famílias no país, assim como organizar e divulgar eventos relacionados a religião. Esses prédios não podem ser denominados como templos, como é o caso que ocorre em países no Oriente (Índia, Irã, Paquistão, entre outros), onde existem os chamados Templos do Fogo, que são locais específicos para a prática religiosa. Esses locais possuem uma estrutura preparada para que certas cerimônias utilizando o fogo e a água sejam realizadas. Além disso, no Zoroastrismo existe uma hierarquia de templos que são classificados a partir do tipo de

fogo que é presente no local. O fogo, sendo um elemento sagrado para os zoroastrianos, também possui sua hierarquia. Dessa forma, constituir um Templo do Fogo no Ocidente acarretaria uma organização e administração complexa, desde a contratação de sacerdotes para trabalharem no templo, até o transporte de uma chama de fogo de um templo do Oriente.

Entretanto, isso não impede que nas instituições do Ocidente sejam construídas salas que representam o interior de um Templo do Fogo. Nessas salas, algumas práticas mais simples podem ser realizadas, com a presença de um sacerdote. Na imagem abaixo vemos a Sala de Orações presente no prédio da *Zoroastrian Centre*. O sacerdote Ervad¹¹⁵ Yazad T. Bhadha realiza uma pequena amostra da prática de acendimento do fogo. Yazad utiliza os *sudreh* e o *keusti* (roupa de baixo zoroastriana formada por uma espécie de “camiseta” branca de algodão e amarrada por um cordão também branco) por baixo das vestes brancas, assim como o *padan* cobrindo sua boca e o *topi* em sua cabeça.

Imagem 1. Sala de Orações, ZTFE



Fonte: Iasmin Castro de Souza, 2019.

No caso da ZTFE, a Sala de Orações foi construída anos após a instalação da instituição no atual prédio, pois somente na segunda década do século XXI se obteve fundos para manter a contratação de um sacerdote responsável pelo local. Ao contrário da Sala de Orações, o prédio da *Zoroastrian Centre* não foi construído para abrigar especificamente a instituição. Em 2000 o prédio

¹¹⁵ Ervad é uma denominação sacerdotal iniciante no Zoroastrismo. Mobed e Dastur são títulos hierarquicamente superiores.

que anteriormente funcionava como um cinema, foi comprado para a instalação da ZTFE. Percebemos suas características na Imagem 02.

Imagem 2. O prédio da *Zoroastrian Centre*



Fonte: Iasmin Castro de Souza, 2019.

O fato do prédio ter sido comprado para a instituição mostra que suas características arquitetônicas seguiam o projeto inicial anterior do prédio, que era abrigar um cinema. Tanto o externo, quanto a área interna remetem a essa função. Na área externa a grande mudança é a instalação dos letreiros “*Zoroastrian Centre*” na horizontal e vertical, que permitem a fácil identificação do prédio. De modo geral, a arquitetura do prédio na paisagem do bairro segue o padrão de construção britânico, se caracterizando como um prédio com linhas que remetem ao cinema, mas que com indicações dos letreiros à ZTFE.

Imagem 03 – Prédio da *World Zoroastrian Organization*



Fonte: *Friends of Feltham Green*, website (disponível em: <https://www.felthamgreen.org/freddie-mercury/wzo/>).

O prédio da WZO não é muito diferente. Comprado em 2018, o espaço no distrito de Feltham passa a abrigar a instituição. Sua arquitetura também segue o padrão britânico do bairro e identifica-se a WZO apenas por uma pequena placa próxima ao prédio. Entretanto, um fato interessante ocorre em 2020. Um pequeno trecho da rua que se localiza a instituição passa a se chamar oficialmente como *Freddie Mercury Close*, em homenagem ao famoso vocalista da banda britânica Queen. A homenagem naquele local se justifica pelo fato da família de Freddie ter morado em Feltham, ao migrarem de Zanzibar para Inglaterra. A família do cantor é de origem zoroastriana, logo, com a presença da WZO naquela rua, o trecho somente do quarteirão passa a ser nomeado em homenagem ao talvez zoroastriano mais conhecido do mundo.

As duas instituições zoroastrianas inglesas possuem esse traço em comum. Ambas promoveram a compra de um prédio já construído no estilo britânico para abrigarem as devidas instituições religiosas. Dessa forma, a instituição se assenta no espaço e na paisagem através do rótulo estético Ocidental. O uso de símbolos e de padrões estéticos ligados ao Zoroastrismo no Oriente parece ser mais utilizado no interior desses prédios. Para quem caminha pelas ruas, se depara com uma paisagem urbana no estilo britânico. Para quem adentra os prédios, se depara com o visual da religião zoroastriana.

O contexto estadunidense

Não é novidade que os Estados Unidos é um país que chama atenção para as ondas migracionais no mundo todo. O ideal de vida norte americano propagado principalmente no período contemporâneo através da indústria cultural, contribui também para a formação de um imaginário do país como a terra das oportunidades e de uma vida melhor. Zoroastrianos, das suas mais diversas origens nacionais, também atenderam a migração para o país desde o início do século XX.

De acordo com John Hinnells (2005), um grande número chega após 1960, sendo em grande parte homens que viajavam por contatos comerciais, e estudantes buscando maiores especializações. Diferente da Inglaterra, nos Estados Unidos a presença iraniana é mais acentuada. Formada tanto por refugiados (principalmente no início da década de 80 com a implementação da República Islâmica do Irã), quanto por estudantes iranianos favorecidos pelo boom do petróleo na década de 60, a comunidade iraniana zoroastriana se estabelece fortemente no estado da Califórnia (HINNELLS, 2005).

Em território norte americano, em 1987, é criada uma federação zoroastriana com o objetivo de promover um canal de comunicação e conexão entre as associações zoroastrianas no Canadá e nos Estados Unidos, já que em ambos os países, as extensões territoriais são de grande proporção, se compararmos com o caso da Inglaterra. A iniciativa então passa ser chamada de *Federation of Zoroastrians Associations of North America* (FEZANA). Atualmente ela conta com 16 associações membros e 12 grupos correspondentes nos Estados Unidos (no Canadá são 4 e 2 respectivamente).

A partir dessa informação já é possível notar uma configuração diferente do que observamos na Inglaterra. Apesar do território estadunidense ser de fato maior, ele conta com 28 entidades zoroastrianas, somente associadas a FEZANA, sendo possível o número ser maior se cogitarmos instituições não-associadas à Federação. Mas podemos considerar suficiente a justificativa da maior extensão territorial nos Estados Unidos para o maior número de instituições no país? A resposta pode ir além. John Hinnells (2005) descreve a comunidade inglesa como sendo mais velha (na questão etária e geracional) do que a estadunidense, o que ocasiona perspectivas mais tradicionais na Inglaterra e mais ligadas à uma “liderança” indiana, fato que ainda corresponde a uma maior presença de imigrantes indianos no país europeu do que no americano. Essa predominância de um tradicionalismo e proximidade ao regime indiano pode ocasionar na organização da comunidade na diáspora em que, no contexto inglês, se escolha a concentração de instituições em um menor número.

Nas imagens abaixo vemos uma seleção de três prédios, localizados respectivamente nos estados de Nova Iorque, Califórnia e Texas. Os três prédios são denominados pela comunidade

como *dar-e-merh* ou *atash kadeh*, que são classificações de templos de ordem simples. Isso significa que apesar de conter funções administrativas, o prédio também abriga funções religiosas significativas para que essa denominação seja utilizada pela comunidade.

O prédio da primeira imagem, em Nova Iorque, abriga duas instituições: a *Zoroastrian Association of Greater New York* (ZAGNY) e a *Iranian Zoroastrian Association* (IZA). Ele foi inaugurado em 2016 e foi construído exclusivamente para ser um espaço destinado a religião zoroastriana. De fato, essa é uma característica presente nos três prédios das imagens. Todos foram planejados para abrigarem uma ou mais associações zoroastrianas. Dessa forma, as características das fachadas puderam ser personalizadas para essa finalidade.

Imagem 4. *Dar-e Merh* em Nova Iorque



Fonte: FEZANA, website (disponível em: <https://fezana.org/inauguration-arbab-rustam-guiv-dar-e-mehr-new-york/>).

Imagem 5. Prédio da *California Zoroastrian Center* (CZC – Orange County), Califórnia



Fonte: Google Maps, 2023. California Zoroastrian Center.

Imagem 06 – Prédio da Zoroastrian Association of Houston (ZAH), Texas



Fonte: IMD Houston, website (disponível em:
<https://imdhouston.org/2019/03/zoroastrian-temple-atash-kadeh-to-open-doors-in-houston/>).

Algumas características importantes podem ser notadas nas imagens, como as colunas brancas com ornamentos na parte de cima, o uso de arcos e formas retangulares nas entradas, ornamentos florais, e a figura do *faravahar* na faixa de cima de todos os prédios. O *faravahar* é um importante símbolo da cultura iraniana e zoroastriana, adotado pelos adeptos e utilizados como referência em inúmeros objetos materiais e ocasiões. Nos exemplos dos prédios nos Estados

Unidos, o símbolo se encontra amplamente representado no lado externo (junto ou não dos escritos “bons pensamentos, boas palavras, boas ações), enquanto nos casos ingleses, o símbolo aparecia somente no interior dos prédios.

Além do *faravahar*, todas as outras características arquitetônicas dos prédios são inspiradas na cultura iraniana, principalmente nas construções que encontramos na cidade de Persépolis, no Irã. A referência não é ao acaso, já que o Zoroastrismo se desenvolveu na antiguidade em regiões que hoje correspondem ao Irã e obteve seu importante status como religião do império com as dinastias persas Aquemênida e Sassânida (KREYENBROEK, 2013).

A forte relação com o passado persa é exaltada na arquitetura dos prédios das instituições zoroastrianas nos Estados Unidos. Entretanto, ela não é somente relacionada pelos imigrantes iranianos, mas também por aqueles vindos da Índia, do Paquistão, do leste-africano, entre outros. Isso se dá principalmente pelo fato do Zoroastrismo ser uma religião étnica, em que não há conversão (tradicionalmente) e em que as crenças e práticas são passadas de geração em geração. Como exemplo, no contexto indiano, John Hinnells (2005) explica que muitos zoroastrianos no país não se identificam como indianos, mas sim como persas e verdadeiros herdeiros da cultura persa¹¹⁶. Essa identificação é apresentada com um certo orgulho da construção do passado persa como glorioso, em que a extensão dos impérios persas e suas conquistas no passado, assimilados ao caráter imperial do Zoroastrismo no período, se tornam fatores legitimadores da defesa dessa identidade.

O passado persa e cultura iraniana podem ser utilizados então como fator identitário por toda comunidade zoroastriana. Trazendo a perspectiva de Pierre Nora (1993), os prédios das instituições zoroastrianas podem ser lidos como locais de memória, no sentido em que contribuem para a constituição ou manutenção da memória de uma comunidade, carregando símbolos que auxiliam nesse processo. Nesse caso, se tratando de uma memória em que o Zoroastrismo é altamente relacionado ao passado persa e que seus adeptos no período contemporâneo se tornam herdeiros desse passado glorioso. Assim, lugares de memória acarretam diretamente nos sentidos de identidade da comunidade, principalmente se pensarmos no caso da diáspora.

Pontos finais

Se no contexto dos Estados Unidos, podemos fazer a leitura das imagens dos referidos prédios como locais de memória, que apresentam seus símbolos referente a uma ligação com o passado persa e à cultura iraniana, como ler as imagens dos prédios no contexto inglês, ou como pensá-las como lugares de memória. Certamente, sua aproximação com a estética de um templo

¹¹⁶ A própria denominação *parsi* aos zoroastrianos indianos significa persas.

zoroastriano é mais forte no interior do edifício, onde ao entrar, os adeptos se deparam com os mesmos símbolos que são expostos nas fachadas externas dos prédios estadunidenses. Logo, na experiência do adepto dentro do local, os artifícios visuais podem ser parecidos.

O grande ponto que se diferem são as fachadas externas, acarretadas principalmente pelo fato dos prédios estadunidenses utilizados como exemplo, terem sido construídos para as instituições, e no caso inglês, os locais terem sido comprados e mantidos sua arquitetura local. Dessa forma, as fachadas externas nos permitem observar a paisagem cultural desses espaços, ou seja, a paisagem que é construída a partir das interações humanas. A paisagem que representa a existência e permanência de uma comunidade no contexto diaspórico, seja ela de forma muito aparente visualmente ou discretamente. Seja ela carregando os símbolos que representam sua origem étnica ou adotando e se inserindo na estética predominante da cultura local. Essa adoção da cultura local também pode ser vista com uma estratégia de melhor assimilação e acomodação da comunidade na diáspora, em que os elementos da identidade zoroastriana não precisam ser externalizados, mas somente exaltados para o público interno, para os adeptos que frequentam esses espaços.

Fica claro aqui que a pesquisa necessita de muitas outras investigações a serem aprofundadas, dada seu caráter inicial atual. Pensar o processo de formação de cada associação específica e pontos como a disposição financeira de cada comunidade para a compra/construção dos seus devidos prédios, ou então problematizar essa diferença numérica da quantidade de instituições nos dois países para além da justificativa da dimensão territorial. A pesquisa em campo também se torna necessária para avaliarmos a paisagem dessas instituições nas ruas e bairros em que elas se encontram, refletindo também nas organizações das cidades e nas concentrações de imigrantes em determinados bairros.

Referências

Referências bibliográficas

DUNCAN, James S. **The city as a text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom.** Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

HINNELLS, John R. **Zoroastrians in Britain.** Oxônia: Clarendon Press, 1996

HINNELLS, John R. **The Zoroastrian diaspora: Religion and Migration.** Oxônia: Oxford Press, 2005.

KREYENBROEK, Philip G. Zoroastrianism as an imperial religion. STEWART, S. (org). **The everlasting flame: Zoroastrianism in History and Imagination.** Londres: Tauris and Co Ltd, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo. (10). Dez, 1993.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ST 16: HISTÓRIA DA INTELLECTUALIDADE, DAS REPRESENTAÇÕES E DAS FORMAS ARTÍSTICAS E LITERÁRIAS

O ROMANCE DE FORMAÇÃO NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

Felipe José Souza Fernandes da Silva¹¹⁷

Resumo: No presente trabalho procuramos desenvolver uma leitura de *Dom Casmurro*, romance de Machado de Assis publicado em 1900, enquanto parte integrante da tradição do Romance de Formação, ou Bildungsroman, assimilando e parodiando elementos desse gênero literário. A partir de uma passagem do início do romance, na qual o protagonista Bento Santiago discute o motivo da escrita de suas memórias, e das interpretações de Abel Barros Baptista e Luiz Costa Lima, analisamos a trajetória do enredo como um percurso de formação descaracterizado, no qual o herói perde de vista seu objetivo original, revisitar o passado e “atar as duas pontas da vida”, passando a se concentrar em provar a suposta traição de Capitu.

No segundo capítulo de *Dom Casmurro*, romance escrito por Machado de Assis e publicado em 1900, o protagonista Bento Santiago apresenta ao leitor a casa em que vive no Engenho Novo, uma reprodução da antiga casa de infância na Rua de Mata-Cavalos, que teria desaparecido. A reconstrução, segundo ele, foi uma tentativa de “atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência” (ASSIS, 1900, p. 2), que teria falhado porque faltava a ele mesmo, “e essa lacuna é tudo” (ASSIS, 1900, p. 2). Os bustos de imperadores romanos pintados nas paredes, que foram reproduzidos a fim de manter a fidelidade à casa original, então põem-se a falar com Santiago, e lhe sugerem a ideia de escrever sobre o passado, como forma de solucionar o problema. No entanto, no capítulo CXLIV, descobrimos que a casa da Rua de Mata-Cavalos não simplesmente desapareceu. Após a morte de sua mãe, Bentinho retorna à casa de infância para uma visita de inspeção, durante a qual alega ter percebido que “toda a casa me desconheceu” e que “tudo me era estranho e adverso” (ASSIS, 1900, p. 125). Por esse motivo, ele permite que a casa seja demolida.

Há, portanto, discrepâncias, não apenas entre o que se diz sobre o destino da casa original, mas entre os efeitos que cada uma das casas provoca em Bento Santiago. No presente ensaio, buscarei desenvolver a importância das duas casas enquanto símbolos construídos por uma

¹¹⁷ Mestrando em História pelo PPGHIS/UFRJ, bolsista CAPES

E-mail para contato: felipejosouza85@gmail.com

subjetividade em dois momentos distintos de um processo de formação, de acordo com a hipótese, a ser trabalhada em minha dissertação de mestrado, de que *Dom Casmurro*, tal qual *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, é um romance que assimila e parodia elementos do gênero literário do romance de formação, também chamado de Bildungsroman.

Primeiramente, façamos um breve resumo do enredo do romance em questão. Trata-se da história de Bento Santiago, detentor da alcunha que dá nome ao livro. Já em idade avançada, o advogado e membro da elite do Rio de Janeiro do século XIX decide escrever sua história a fim de atar as duas pontas da vida, e a partir daí acompanhamos sua trajetória desde a infância, marcada pela indecisão entre dois pólos principais. De um lado, respeitar a promessa que sua mãe fez a Deus, segundo a qual seria enviado ao seminário para se tornar padre. De outro, continuar seu romance com a vizinha Capitu, com quem se casaria. Bentinho acaba ingressando no seminário, onde conhece seu melhor amigo Escobar, enquanto Capitu permanece em Mata-cavalos e se aproxima de D. Glória para convencê-la a desistir da promessa. Com o passar do tempo, a matriarca decide deixar que o filho deixe o seminário, torne-se bacharel em Direito, e se case com Capitu. Contudo, depois de casados, Santiago desenvolve ciúmes crescentes contra Capitu e Escobar, suspeitando que os dois o estavam traindo. Quando o amigo morre e ele percebe a tristeza da esposa, a certeza se consolida definitivamente. Convencido de que seu filho Ezequiel se parece com o falecido melhor amigo, Santiago decide primeiramente comprar veneno e se suicidar, mas depois tem a ideia de envenenar o filho, desistindo no último momento. Ele então confronta Capitu, que nega a hipótese de traição, e então os dois decidem que iriam à Europa, mas a esposa e o filho ficariam por lá, e Santiago retornaria ao Brasil, mantendo as aparências na esfera pública dizendo que a visitava quando podia, sem o fazer. Ezequiel chega ainda a visitar o pai uma vez, antes de falecer numa expedição a Jerusalém, e Capitu morre no exterior.

Abel Barros Baptista, no artigo intitulado *Um desejo tão particular e todos os fantasmas na mesma sala*, se dedica de maneira extensa à questão das casas. Segundo ele, é importante notarmos que, seguindo a lógica do capítulo II, a escrita do livro “Dom Casmurro” por Bentinho se dá ficcionalmente, e surge das circunstâncias de monotonia, velhice e recolhimento que caracterizavam sua vida quando do momento da decisão de escrever. Além disso, o que lemos estaria sujeito às contingências da própria escrita, como exemplificado em especial pela escolha do título: “Também não achei melhor título para minha narração” (ASSIS, 1900, p. 1), e pelo capítulo XCVII, no qual se dá uma perceptível mudança de tom. O referido capítulo trata da saída de Bentinho do seminário, e o que se segue é a vida adulta, o casamento com Capitu e seu declínio. O que é curioso sobre esse capítulo é que, apesar de decorridos cerca de dois terços do livro, o narrador comenta que “Aqui devia ser o meio do livro, mas a inexperiência fez-me ir atrás da pena,

e chego quase ao fim do papel, com o melhor da narração por dizer. Agora não há mais que levá-la a grandes pernadas, capítulo sobre capítulo, pouca emenda, pouca reflexão, tudo em resumo.” (ASSIS, 1900, p. 90).

Tal desequilíbrio é surpreendente. Quando se discute Dom Casmurro, em geral fala-se do casamento de Bento e Capitu, e da suposta traição ou não com o melhor amigo Escobar. É no mínimo curioso que o espaço reservado para esse período da vida do casal seja tão pequeno quando comparado à infância e adolescência dos dois, e o drama pessoal de Bentinho, dividido entre a promessa de sua mãe de enviá-lo ao seminário, e o amor e a mão de Capitu. Mais surpreendente no entanto, apesar de menos perceptível de maneira geral, é a mudança na maneira de escrever que se dá no último terço do livro, quando a narrativa passa a se orientar mais intensamente no sentido de apresentar provas contra Capitu.

É tentador, terminada a leitura, retornar ao início do livro e tentar encontrar nos primeiros dois terços o livro do último terço, assim como o Bento Santiago do fim do livro se indaga sobre a possibilidade da Capitu adulta estar prefigurada na Capitu da infância. Na verdade, sendo conhecido de antemão o maior conflito do livro, muitos leitores se propõem a investigar o caso mesmo numa primeira leitura. Contudo, estabelecendo a contingência da escrita enquanto característica do desenrolar da narração, Baptista oferece um contraponto a essa percepção. Até aquele ponto, o livro se desenvolve de maneira descompromissada, recheada de anedotas e digressões, sem que haja um fim na direção do qual deve se guiar. Porém, sendo fruto de contingências de escrita, “pode ocasionar, numa viragem inesperada, a necessidade de um livro que depende por inteiro de atingir um fim determinado.” (BAPTISTA, 2022, p. 6). Antes de avançarmos nessa questão, é importante delimitarmos quem é o Bento Santiago que conhecemos até o momento da transformação da viragem inesperada.

Luiz Costa Lima, em *Sob a face de um bruxo*, caracteriza Bentinho como alguém que não tem vontade própria, dividido principalmente entre a dependência das vontades de sua mãe e de Capitu, e atribui a isso a incapacidade do protagonista de representar e representar *a si mesmo* publicamente. *Dom Casmurro*, assim como *Memórias Póstumas* e *Quincas Borba*, desenrola-se em um mundo social no qual o jogo da representação e o bom conhecimento de suas regras são a base, no que se refere à vida da elite. Tal representação converte-se, na maioria das vezes, em fingimento, manutenção de aparências, participação em um convívio social que exige normalidade e sucesso, e não tolera fracassos e escândalos.

Desde criança, Bento Santiago é protegido da necessidade de agir por conta própria por sua mãe, D. Glória, como evidenciado pela determinação do seminário como futuro a ser seguido pelo filho, ao passo que Capitu, segundo Costa Lima, “(...) tem de tirar Bentinho do seminário para

que ela possa sair dos vestidos de chitas e dos sapatos acalcanhados. Vista numa escala anterior àquela em que Virgília e Sofia já acham instaladas, sua luta é mais intensa, mais amplo o espaço social a percorrer.” (COSTA LIMA, 2009, p. 38). Além da posição social inicial, existe ainda outra diferença significativa entre Capitu e as personagens femininas de *Memórias Póstumas e Quincas Borba*: o fato de que “(...) sua existência é tematizada, desde o início, pela aprendizagem da dissimulação, ao passo que Virgília e Sofia já são encontradas em idade adulta” (COSTA LIMA, 2009, p. 38). Ela, portanto, aprende a representar a si mesma perante a família de Bentinho, e é a partir da iniciativa de Capitu que a matriarca D. Glória cede pouco a pouco até que enfim decide que o filho pode sair do seminário.

Seria Bentinho, então, virtuoso por ser incapaz de mentir? A essa questão Costa Lima responde associando essa característica do protagonista de *Dom Casmurro* a uma chave temática presente também em *Brás Cubas* e *Rubião*: a loucura.

Enquanto para o homem de sociedade, o que se diz apenas deve fingir o que é, esmerando-se nas formas do parecer, para Rubião o parecer inexistente. Rubião não sabe representar porque é incapaz de fingir. Bentinho, também incapacitado para o domínio do parecer, tampouco representa, mas não porque não o saiba e sim porque não o pode. Opõem-se assim a loucura por exclusão dominante e loucura por inclusão excessiva. O louco machadiano ou é um excluído da linguagem da "razão" ou o excessivamente nela incluído. Para o primeiro, a saída é a megalomania; para o segundo, o processo judicial, a chicana sem a consciência de fazê-la. (COSTA LIMA, 2009, p. 40)

Incluído no domínio da linguagem, mas incapaz de representar. Bentinho se forma enquanto alguém que depende da vontade dos outros enquanto fator determinante de seu destino, uma forma particular de loucura que encontrará suas mais devastadoras consequências na vida adulta.

Retornemos agora ao momento da viragem apontada por Baptista. Caso não conheçamos de antemão o que vem a seguir no romance, a história parece se desenrolar na direção de uma vida adulta na qual Bento e Capitu poderão finalmente ficar juntos, depois de tanto tempo tentando escapar da promessa feita por D. Glória. É importante ressaltar, porém, as duas dimensões de Santiago à qual temos acesso: o que escreve no presente do livro, e o que vivencia os acontecimentos no passado. Assim como em *Memórias Póstumas*, a narração e a escrita do livro são tematizadas enquanto parte da ficção, sendo o principal fator de diferença entre a autoria de *Brás Cubas* e Bento Santiago o fato de que aquele já faleceu, enquanto este ainda vive em condições que serão reveladas ao fim da história. A narrativa que acompanhamos é tudo o que antecede o momento da escrita.

Sendo assim, o protagonista de *Dom Casmurro* não apenas ainda vive, como a escrita do livro que dá nome ao romance serve um propósito em sua trajetória, explicitamente delimitado no

capítulo II. Trata-se do mesmo objetivo que a reconstrução da casa no Engenho Novo falhou em cumprir: atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. O ponto da viragem é justamente aquele no qual a adolescência dá lugar à vida adulta, e à ascensão e queda do casamento com Capitu, e assim o que se segue representa, para Bentinho, a ruptura entre sua vida presente e o passado que quer restaurar. O que Baptista nos convida a refletir é que, até esse ponto, podemos e provavelmente encontraremos indícios de que o livro do último terço já se encontra prefigurado nos primeiros dois, mas tal característica é parte da maestria narrativa de Machado de Assis e do personagem que criou para viver e narrar a história, que resulta em uma ambiguidade proposital e absoluta. Procurando na primeira parte a confirmação da índole de Capitu, ou os artifícios ardilosos de Santiago, ignoramos que *Dom Casmurro*

(...) passa a abrigar dois livros em quase perfeita relação de antagonismo: o primeiro incompatível com a orientação para um fim determinado, o segundo dependendo por inteiro de chegar a um fim determinado. Porém, une-os um laço paradoxal: o livro que não pode admitir um fim determinado sem se desfigurar, precisamente porque tem desenvolvimento imprevisível, pode ocasionar, numa viragem inesperada, a necessidade de um livro que depende por inteiro de atingir um fim determinado. Assim, num sentido muito particular apenas possível na ficção do livro no processo de se escrever, o livro permanece o mesmo ainda quando se torna incompatível consigo próprio. (BAPTISTA, 2022, p. 6)

Há, então, um processo de “truncagem” da história, que conforme aponta Baptista está tematicamente associado a uma passagem específica na qual os sonhos interrompidos de uma noite em especial servem de paralelo à estrutura narrativa da vida de Bentinho. Trata-se do capítulo LXIII, “Metades de um sonho”, no qual Santiago começa a delinear o que Baptista nomeia “teoria do ofício do homem”. Numa certa noite no seminário, o protagonista tem um sonho que se encerra subitamente no momento em que Capitu estava prestes a beijá-lo. Após despertar, ele tenta obstinadamente pegar no sono e retornar àquele sonho, sem sucesso. No capítulo seguinte, “Uma ideia e um escrúpulo”, o Bento Santiago do “presente” associa esse fracasso ao que experimentou na reconstrução da casa de Mata-cavalos, e enuncia que “ (...) um dos ofícios do homem é fechar e apertar muito os olhos, e ver se continua pela noite velha o sonho truncado na noite moça.” (ASSIS, 1900, p. 63). Ao indagar da Noite o porquê dos sonhos se esgarçarem tão facilmente, e da dificuldade de recuperá-los, a resposta é a seguinte:

(...) declarou-me que os sonhos já não pertencem à sua jurisdição. Quando eles moravam na ilha que Luciano lhes deu, onde ela tinha o seu palácio, e donde os fazia sair com as suas caras de vária feição, dar-me-ia explicações possíveis. Mas os tempos mudaram tudo. Os sonhos antigos foram aposentados, e os modernos moram no cérebro da pessoa. Estes, ainda que quisessem imitar os outros, não poderiam fazê-lo; a ilha dos sonhos, como a dos amores, como todas as ilhas de

todos os mares, são agora objeto da ambição e da rivalidade da Europa e dos Estados Unidos. (ASSIS, 1900, p. 63)

Tal ofício do homem, numa generalização formulada a partir de dois casos particulares da experiência de Bentinho, constitui um arco temático presente não apenas na narração mas na própria estrutura da narrativa, com a mudança de tom no último terço. O esforço de atar as duas pontas da vida é, de certa forma, mais uma tentativa de continuar o sonho truncado e, reconhecendo a truncagem, Santiago ao mesmo tempo compreende seu caráter de finalidade e se esforça no sentido de anulá-lo, e o meio de fazê-lo se encontra na fantasia e na representação de si. Para Baptista, “a truncagem, entre o acidente e a deliberação, é o fundamento de uma teoria do ofício humano, com eficácia tanto descritiva como performativa; abre caminho à imaginação retrospectiva e à possibilidade de construção de sonhos e fantasias, a partir da matéria do passado.” (BAPTISTA, 2022, p. 18). Será que para Bentinho, incapaz de representar e, principalmente, representar a si mesmo, seria possível tal empreendimento?

Com essas questões em mente, gostaria então de me aventurar no objetivo original deste ensaio, investigar as formas de assimilação e de paródia do romance de formação em *Dom Casmurro*. A escolha pelas passagens de duplo retorno à casa de infância me pareceram bons pontos de partida por uma série de fatores.

Primeiramente, elas anunciam o propósito da escrita do livro por Santiago: a busca da conexão entre as duas pontas da vida. Acredito que existe, nesse ato de escrita e em sua motivação, uma combinação de dois temas característicos do romance de formação: a auto reflexão e a transformação da vida em discurso. O primeiro é parte integrante do processo de *Bildung* individual, por meio da qual os heróis desse gênero literário consideram as etapas de seu desenvolvimento até então e, partindo de uma postura autocrítica, tornam-se capazes de definir o caminho para a formação de si. O segundo, por sua vez, está presente no romance paradigmático do gênero, *Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister*, de Goethe, pela atuação da Sociedade da Torre, um grupo de associados que se propõem a guiar seus iniciados no processo de formação, e que ao final do romance entregam ao herói o pergaminho que narra e dá fim a tal processo.

A escrita das memórias em *Dom Casmurro* assimila esses dois motivos, dando a Santiago a ideia de refletir sobre a própria vida e dar a ela forma pela escrita. O elemento paródico se manifesta no fato de que a reflexão surge como opção apenas quando o não conhecimento de si, consequência do processo de educação que fez com que se tornasse alguém sem vontade própria, o transforma em intruso na própria casa de infância. Quando a casa não o reconhece, segundo afirma Baptista, está posta a Bento a pergunta de quem é ele, à qual não consegue responder. A reconstrução, num esforço de recobrar o controle sobre aquele espaço, explicita ainda mais esse

desconhecimento, pois fica claro que falta a ele mesmo, “e esta lacuna é tudo” (ASSIS, 1900, p. 2). A escrita então se torna opção, e cabe a ele próprio a função de princípio organizador exercida pela Sociedade da Torre. No entanto, enquanto no romance de Goethe a escrita do processo de formação é realizada por um agente externo e, principalmente, que guia o herói em seu caminho, aqui temos um herói que deve escrever a si mesmo, e que até aquele momento havia sido guiado pelos outros.

Põe-se em movimento, então, o já mencionado objetivo de atar as duas pontas da vida, e nisso encontrar a si mesmo. O processo se dá de maneira descompromissada até o momento da viragem, quando exatamente no intervalo entre as referidas duas pontas, o que Santiago encontra não é a resposta que deveria ter sido capaz de dar à casa, mas a transformação de sua vida num processo judicial contra Capitu. Ao desvencilhar-se das vontades de sua mãe, a subjetividade de Bentinho passa a ser guiada por Capitu. Quando se vê ameaçado pela possibilidade da perda de Capitu, ele se orienta no único objetivo de prová-la culpada, e perde a si mesmo de vista no processo. A conclusão do livro não se remete ao objetivo inicial, fazendo ao invés disso um questionamento sobre a existência da suposta índole dissimulada da Capitu adulta já na Capitu dos tempos de infância.

O caráter de dependência da relação de Santiago com Capitu, por sua vez, pode ser relacionado com outro motivo característico do romance de formação: o casamento, e sua conexão com os temas de liberdade e felicidade. Casar-se, na tradição iniciada por *Os Anos de Aprendizagem*, significa alcançar a maturidade, o ponto final da narrativa da vida tematizada pelo gênero. Trata-se do momento em que o herói conclui seu processo de formação, e sua juventude se encerra junto com o romance. Nesse processo, também se cristaliza a prevalência da felicidade sobre a liberdade. Ambas são partes integrantes do *Bildungsroman* na medida em que os heróis devem escolher entre uma e outra. Em *Os Anos de Aprendizagem*, a escolha de Wilhelm pela felicidade em detrimento da liberdade se manifesta na sua escolha em seguir a orientação da Sociedade da Torre no sentido de uma formação harmônica, tornando-se verdadeiramente feliz. Do contrário, desfrutaria da liberdade de agir bem como entendesse no mundo, mas sem a certeza de um caminho que o levaria ao seu objetivo de *Bildung*.

Santiago, por sua vez, casa-se, mas não tem aí o fim de seu processo de formação. Como vimos, a narrativa não se resume à sua juventude, mas o acompanha até a velhice, e somente nesse ponto é que surge a preocupação de refletir sobre o passado. O casamento, de certa forma, é apenas o início do segundo livro identificado por Baptista, que convive com o primeiro no conjunto de *Dom Casmurro*. Além disso, tendo sua vontade atrelada à de Capitu, no momento em que surge a possibilidade de que ela o esteja traindo, todos os seus esforços se concentram em prová-la culpada.

A felicidade, consequência do casamento, é dominada pela suspeita e pela loucura, e a liberdade não aparece como alternativa pois, mesmo distante de Capitu, a vida de Bentinho se resume à sua relação com ela. O relato de sua vida tem como ponto de chegada o veredito culpado de Capitu. Assim, mesmo supostamente “livre” do casamento, seus pensamentos ainda são reféns de Capitu: “Agora, por que é que nenhuma dessas caprichosas me fez esquecer a primeira amada do meu coração? Talvez porque nenhuma tinha os olhos de ressaca, nem os de cigana oblíqua e dissimulada.” (ASSIS, 1900, p. 127).

A relação de Santiago com Capitu e, além dela, Escobar e os outros personagens do romance, configuram ainda outro elemento do Bildungsroman: a sociabilidade como condição para a formação. Sim, a autorreflexão e a transformação da vida em forma são vitais para o processo de *Bildung*, mas tudo isso se dá a partir do contato com o mundo, e no diálogo com outras pessoas. Em *Os Anos de Aprendizagem*, cada um dos personagens que integram o círculo de conhecidos de Wilhelm tem alguma significância para suas reflexões, e contribuem na sua formação oferecendo possibilidades de caminhos a seguir, a partir dos quais ele se torna capaz de construir o seu próprio.

Em *Dom Casmurro*, no entanto, a sociabilidade de Santiago parece alternar entre vontades externas a serem respeitadas, obstáculos a serem superados, e a ausência de qualquer significado. Como já vimos, as vontades do protagonista se alinham hora às de sua mãe, hora às de Capitu, e assim se mantém até os momentos de ruptura do casamento, quando pode finalmente seguir Capitu sem que a promessa do seminário os atrapalhe. O mesmo poderíamos dizer da influência de José Dias sobre ele, ainda que em escala menor. O agregado da casa de Mata-cavalos é responsável pelas primeiras suspeitas de Bento para com Capitu, e é também quem cunha a expressão que caracteriza os olhos dela: “A gente do Pádua não é de todo má. Capitu, apesar daqueles olhos que o Diabo lhe deu... Você já reparou nos olhos dela? São assim de cigana oblíqua e dissimulada. Pois, apesar deles, poderia passar, se não fosse a vaidade e a adulação.” (ASSIS, 1900, p. 24). Digo que ele influencia Bentinho em escala menor devido ao fato de Santiago ainda se opor à resistência de José Dias em aceitar Capitu, mesmo que motivado mais por Capitu do que por si mesmo. De qualquer maneira, a semente plantada pelo agregado crescerá lentamente no coração de Santiago, mesmo depois que José Dias se junta à causa do amor dos dois jovens. A maioria dos outros personagens estão, de uma forma ou de outra, ligados a essa disputa pelo destino de Bento, oferecendo obstáculos a um ou outro caminho. Os que não estão envolvidos parecem desfrutar da indiferença do protagonista.

Todavia, existem duas figuras que parecem fugir a esse padrão: Escobar, melhor amigo de Santiago e depois alvo de seus ciúmes, e um personagem pouco lembrado do romance, o vizinho Manduca, com quem o protagonista troca cartas discutindo questões referentes à Guerra da

Crimeia. Antes das suspeitas mancharem a imagem de Escobar aos olhos de Bento, a amizade dos dois é verdadeira. Os dois convivem de maneira muito próxima no seminário, compartilham histórias, segredos e opiniões. Bento o admira profundamente no jeito de se portar e de falar, gosta de sua companhia e até mesmo se atreve a contrariar uma ordem direta de Capitu quando conta ao amigo que não poderia se tornar padre pois era seu destino casar-se com a vizinha, quando esta o havia advertido antes: “(...) você não tem direito de contar um segredo que não é só seu, mas também meu, e eu não lhe dou licença de dizer nada a pessoa nenhuma.” (ASSIS, 1900, p. 64). Por mais que o Santiago pós-*viragem* se esforce em apontar as atitudes suspeitas de Capitu e Escobar juntos, e apesar de inevitavelmente nos sentirmos impelidos a encontrar tais momentos no livro pré-*viragem*, a verdade é que Capitu demora muito a aceitar Escobar, e a tornar-se amiga dele, o que ocorre apenas no capítulo XCVIII, durante os cinco anos que se passaram entre a saída do seminário e o retorno à narração. Ela inclusive preferia que José Dias fosse o principal aliado do casal, mas o agregado repugnava a Bento, “por um resto de respeito de criança” (ASSIS, 1900, p. 91).

O caso de Manduca, por sua vez, tem um início peculiar no caminhar do romance. O leitor fica sabendo de Manduca pela primeira vez quando ele havia acabado de falecer, e seu pai comunica a morte a Santiago, convidando-o a ver o filho. O protagonista hesita, mas vai, e no relato conta ao leitor sobre como o amigo padecia de lepra. Aqui ocorrem duas passagens curiosas, que parecem comprovar tudo o que vimos até agora sobre o caráter de Bentinho. Quando lhe é perguntado se comparecerá ao enterro, ele diz que não sabe, e que fará o que sua mãe achar melhor. Chegando em casa, impactado pela visão de Manduca morto, seu alívio chega quando ele pensa em Capitu, e diz: “Amai, rapazes! e, principalmente, amai moças lindas e graciosas; elas dão remédio ao mal, aroma ao infecto, trocam a morte pela vida...” (ASSIS, 1900, p. 80). Depois, quando indaga sua mãe sobre a possibilidade de ir ao velório, recebe uma resposta negativa tanto dela quanto de prima Justina. Apesar de aceitar o veredito de sua mãe, Bento sai amuado, e narra então suas polêmicas discussões com Manduca sobre a guerra, ao fim das quais conclui que, apesar de não se considerar um amigo tão próximo de Manduca, sente-se consolado por ter-lhe proporcionado alguns momentos de felicidade. Chamo atenção a esse caso pois, tal qual o de Escobar, é um dos poucos momentos em que Bento apresenta uma relação genuína com outra pessoa e, apesar de inevitavelmente depender da presença de Capitu e de sua mãe para lidar com os fatos, vemos que em seu interior existe algum grau de vontade própria e de independência no estabelecimento dessas amizades.

Entretanto, o que impera é, em última instância, a relação de Bento com Capitu. Ela dá o tom de todo o livro, e todo o significado da vida de Santiago parece convergir na direção da suposta

traição, independentemente de ser verdade ou não. Por esse motivo, quando questionado sobre quem é, o protagonista de *Dom Casmurro* não tem como responder. Impelido pela nova casa, cópia exata da que foi demolida em Mata-cavalos, a revisitar suas memórias, ele é incapaz de preencher a lacuna de si mesmo. E a razão para isso não é por não ter vivido, por não ter construído uma identidade, por não ter uma história pessoal ou vontade própria, mas sim por ter se desenvolvido enquanto pessoa de tal forma que todas essas coisas se tornam irrelevantes, ao fim e ao cabo, frente à necessidade de provar a infidelidade de Capitu. De uma busca de si mesmo, a narrativa de Santiago se transmuta no exame da índole dela, ao fim do qual conclui dizendo que

(...) uma coisa fica, e é a suma das sumas, ou o resto dos restos, a saber, que a minha primeira amiga e o meu maior amigo, tão extremos ambos e tão queridos também, quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me... A terra lhes seja leve! Vamos à História dos Subúrbios. (ASSIS, 1900, P. 128)

E assim, Santiago abandona seu romance, voltando-se à ideia que teve antes de tudo isso, que nada tem a ver com ele mesmo: escrever uma História dos Subúrbios. Propusemo-nos a uma leitura de *Dom Casmurro* como um romance de formação, mas um processo de *Bildung* é impossível. Temos, sim, o relato de uma vida, de aprendizado, de sociabilidade, e outros elementos que em vista da extensão do ensaio investigamos brevemente, mas esse relato se altera profundamente a ponto de se descaracterizar, e levar a si mesmo na direção de outra coisa. Aí está o caráter paródico que propomos para este *Bildungsroman*. Tal qual o sonho truncado na noite moça, a formação de Santiago enquanto pessoa se interrompe e jamais é recuperada. E se os sonhos não estão mais sob a jurisdição da noite, como no capítulo LXIV, a história e o destino de Bento à tempos passaram à jurisdição dos olhos de ressaca de Capitu.

Referências

Referências bibliográfica

ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. In: **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/13_7101e1a36cda79f6c97341757dcc4d04>

BAPTISTA, Abel Barros. Um desejo tão particular e todos os fantasmas na mesma sala. **Revista Investigações**, Recife, v. 35, n. 1, p. 1 - 33, 2022.

COSTA LIMA, Luiz. Sob a face de um bruxo. **Revista Eletrônica de Estudos Literários-REEL**, n. 05, 2009.

SUBJETIVANDO A INFÂNCIA E O SER CRIANÇA: A LITERATURA PEDAGÓGICA COMO UM *TOPOS* NOS DEBATES INTELECTUAIS ACERCA DA FORMAÇÃO DO HOMEM

Fernanda Monteiro¹¹⁸

Palavras-chave: Rousseau; criança; John Locke; Montaigne; pedagogia.

O presente trabalho compõe parte da pesquisa de mestrado que desenvolvo no Programa de Pós-graduação em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da prof.a dr.a Luiza Larangeira da Silva Mello, cujo principal objeto de estudo é *Emílio ou Da Educação* (1762), tratado filosófico sobre educação no qual Jean-Jacques Rousseau apresenta críticas ao sistema educativo existente na França, ao mesmo tempo que propõe um projeto pedagógico que visa a formação de um homem que preserva parte de sua natureza em meio à sociedade civil degenerada.

Pretende-se aqui apresentar como a individualização do *ser criança* e a subjetivação da *infância* foram essenciais para a construção do sistema educativo rousseauiano em *Emílio*, no qual Rousseau propõe e narra a formação de um homem absoluto (independente, livre e cidadão). Somado a isso, buscamos analisar como essa obra de estilo híbrido se inseriu nos debates da tradição intelectual europeia sobre a pedagogia e formação humana, dando destaque às produções intelectuais-pedagógicas de John Locke e Michel de Montaigne, sendo estas: *Alguns pensamentos sobre a educação* (1693), tratado que o filósofo inglês desenvolveu a partir de reflexões acerca da educação e formação de um *gentleman*; *Do Pedantismo* (1580) e *Da Educação Das Crianças* (1580), ensaios escritos por Montaigne, sendo o último dedicado a um *enfant de maison*.

Ao longo de sua vida, Rousseau publicou diversos escritos, construindo sua reputação a partir de suas proposições filosóficas, teorias acerca da História e da política. Até 1761, os principais escritos do genebrino eram o *Discurso sobre as Ciências e as Artes* (1750), o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755) e a *Nova Heloísa* (1761). No ano seguinte, seguindo uma determinada tendência da teoria política, o contratualismo,¹¹⁹ Rousseau tem sua obra *Do*

¹¹⁸ Mestranda em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/PPGHIS). Graduada em História pela mesma universidade. Bolsista CAPES. E-mail: fernanda.moonteiro@gmail.com

¹¹⁹ Ainda que a forma como Jean-Jacques Rousseau apresentou suas proposições no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* tenha sido, sem dúvidas, inovadora, especialmente por reivindicar uma nova concepção da história, os temas que o filósofo abordou nesses escritos – desigualdade entre os homens, direito natural, natureza humana e o mundo civil – faziam parte de um conjunto de assuntos que vinham sendo debatidos desde o século seiscentos, não à toa a questão feita pela Academia de Dijon sinaliza isso. Assim, Rousseau, em seu segundo discurso,

contrato social (1762) publicada quase simultaneamente com outro escrito de sua autoria: *Emílio ou Da Educação* (1762).¹²⁰

A proposição de um novo modelo educativo compõe parte das produções filosóficas rousseauianas que tentaram compreender a verdade da natureza humana, seus processos históricos e o atual estado civil de seu tempo e espaço. Desde o seu primeiro discurso, o genebrino expôs seu interesse pela análise da sociedade civil atual, defendendo que esta detinha homens viciosos (ROUSSEAU, 1999, p. 13) e que as aparências a dominavam, percepção que viria a ser apresentada e desenvolvida em escritos seguintes como é o caso do seu segundo discurso. Nele, Rousseau explora com mais ênfase a questão da natureza humana, a fim de responder à questão proposta pela Academia de Dijon: qual a origem da desigualdade entre os homens e se é autorizada pela lei natural.

Para construir sua resposta, o filósofo parte de uma análise fundamentada em raciocínios hipotéticos e condicionais, ou seja, descartando todos os fatos (ROUSSEAU, 1999, p. 161, buscando compreender qual era a condição primária (JASMIN, 1998, p. 47) do homem e como foi se dando a sucessão de acontecimentos que levaram ao estágio de desigualdade. Nessa interpretação do processo histórico, o genebrino desenvolve a tese de que o homem, no estado natural, adquire somente as habilidades e necessidades requeridas para a sua sobrevivência física.

Assim, a condição primária humana consistia em um estágio no qual nossa espécie vivia de acordo com as disposições naturais, preocupando-se apenas com a autoconservação. Contudo, permanecendo no raciocínio rousseauiano, conforme novos desafios emergiam ao acaso às atividades naturais do homem, este iniciava o desenvolvimento da razão. E, uma vez iniciada a racionalidade para extinguir os obstáculos que se colocavam no “caminho” da autoconservação, a humanidade passou a desenvolver a *perfectibilidade*, faculdade que aprimorava o seu engenho (JASMIN, 1998, p. 201), habilitando o homem a obter avanços mais rápidos e que resultaram na domesticação da espécie.

Embora esse processo de transformação da condição humana não tenha ocorrido de modo consciente pela humanidade, Rousseau condenou moralmente os resultados da degeneração da natureza humana. Segundo ele, a domesticação do homem fez com que as suas “verdadeiras necessidades” (JASMIN, 1998, p. 209) fossem degeneradas em outras que não diziam respeito às disposições naturais, fazendo-o confundir o *ser* e o *parecer*.

em *Do Contrato Social* e também em *Emílio ou da Educação*, dialogou com as principais figuras que haviam discutido teoricamente sobre essas temáticas, como, Hugo Grotius, Thomas Hobbes, John Locke, Samuel Von Pufendorf e Fénelon.

¹²⁰ *Do Contrato Social*, impresso na Holanda, foi publicado em abril e *Emílio ou Da Educação*, impresso na França, foi publicado em maio (GALLO, 2012, p. 218).

Com a degeneração, o mundo civil colocou o homem em uma espécie de servidão aos outros e dependente da opinião alheia para prover sua própria existência, tendo sua liberdade e disposições interiores transformadas em vícios. Nesse sentido, a perda dos direitos naturais é também uma questão que a pedagogia rousseauiana almeja lidar com essa desnaturação social inevitável, ao tentar reter determinada liberdade ao sujeito por meio de um aprendizado em contato direto com a natureza.

Publicado um mês após *Do Contrato Social*, *Emílio ou Da Educação* é um tratado filosófico sobre educação. Nele, Rousseau apresenta críticas ao sistema educativo existente e propõe um modelo de educação que visa a formação do que ele entende ser um homem livre, verdadeiro cidadão, uno e absoluto. Para apresentar o seu projeto, o escritor lança mão de uma “ficção metodológica” (MONZANI, 1993, p. 16) na qual cria um aluno ideal, Emílio – que possui nome homônimo ao título do livro –, que vai aprendendo diversas habilidades e lições a partir da mobilização das circunstâncias e da experiência feitas por seu preceptor, que é o próprio Rousseau.

O aprendizado por meio da experiência do aluno com o mundo, ou seja, ancorado em valores que podem ser aprendidos diretamente pela relação do aluno com o seu entorno, sem que sejam prescritos por uma autoridade, faz parte do ideal educativo defendido pelo genebrino que crê que esta é forma mais natural possível em meio à sociedade civil.

A obra é dividida em cinco livros, nos quais são narradas as etapas sequenciais da educação que Emílio recebe desde o nascimento até seu casamento com Sofia. Embora o autor afirme no início de seu livro que ele é uma “Coletânea de reflexões e de observações, sem ordem e quase sem sequência, foi iniciada para agradar a uma boa mãe que sabe pensar.” (ROUSSEAU, 2014, p. 3), ao longo de sua narrativa, Rousseau cria condições específicas que assegurem o desenvolvimento de suas teses, além de apresentar classificações etárias conceitualizadas por ele.

Em sua ficção, o filósofo “escolhe” Emílio como aluno por conta de determinadas características físicas e sociais específicas que o pupilo possui: ele é um órfão rico, vigoroso e sadio, condição particular importante para o autor que argumenta que ter uma criança doente tornaria sua prática pedagógica impossível de ser realizada: “Não quero um aluno sempre inútil para si mesmo e para os outros, preocupado unicamente com a sua própria conservação e cujo corpo atrapalhe a educação da alma” (ROUSSEAU, 2014, p. 34). Rousseau aponta que a escolha rigorosa tanto do educador quanto do educando se deu porque sua narrativa tinha como objetivo principal propor, precisamente, um modelo ideal de sistema educativo (ROUSSEAU, 2014, p. 33).

Emílio é uma ficção metodológica que mescla os gêneros tratadista e romanescos, embora Rousseau a tenha classificado somente como um tratado de educação, que se faz presente na obra por seu caráter filosófico-prescritivo, visto que o autor pretende recomendar praticamente técnicas

e procedimentos pedagógicos a serem colocados em prática. Nesse sentido, Rousseau apresenta uma produção intelectual-pedagógica com forma semelhante a outros filósofos, como J. Locke, Montaigne e I. Comenius que também escreveram tratados sobre a educação e cuidado de crianças.

O estilo tratadista de Rousseau em *Emílio ou Da Educação* foi intencionalmente utilizado para desenvolver críticas à educação vigente e ao estado em que a sociedade civil se encontrava, ao mesmo tempo em que realizava proposições de construção de um novo sistema. A pedagogia que fundamenta a educação de Emílio, valorização das experiências individuais e particulares na formação humana, que faz com os ensinamentos acompanhem o desenvolvimento natural do aluno e não o contrário, é um exemplo das propostas realizadas na obra.

É importante atentar-se para o cálculo preciso que o filósofo genebrino fez na criação de seu trabalho que, para ele, é um dos mais importantes que produziu (ROUSSEAU, 1995, p. 474). Aliás, Rousseau utilizava-se de apologias à sua escrita como recurso retórico que tornava sua escrita ainda mais persuasiva para aqueles que não se atentavam para a articulação narrativa do filósofo, que era muito bem pensada e delineada. Um exemplo desta prática está no prefácio de *Emílio*:

Hesitei muito tempo antes de publicá-la e não raro ela me fez perceber, durante o trabalho, que não basta ter escrito algumas brochuras para saber compor um livro. Depois de vãos esforços para melhorá-la, creio que devo entregá-la tal como está, julgando que é importante chamar a atenção do público para este ponto e que, mesmo que minhas ideias fossem más, se fizesse com que outras boas ideias nascessem em outras pessoas, não teria perdido todo o meu tempo. (ROUSSEAU, 2014, p. 3).

Michel Launay, na introdução de *Emílio ou Da Educação*, versa brevemente acerca da escrita rousseauiana e, além de ressaltar como esta era resultado de uma arte aperfeiçoada pelo genebrino, chama a atenção para forma como a sugestão por meio das palavras, a energia das ações e dos silêncios, não é somente uma particularidade de Rousseau como também foi teorizada pelo por ele para criticar “os educadores que acreditam agir sobre as crianças com filas de palavras” (LAUNAY, 2014, p. 19).

O sistema pedagógico de Rousseau, por objetivar a formação integral de um homem livre da completa desnaturação, pôs a *infância* como etapa fundamental do processo formativo segundo a marcha da natureza (ROUSSEAU, 2014, p. 4) e o *ser criança* como protagonista deste percurso. O *ser criança*, embora não fosse um sujeito completo, foi tido pelo genebrino como um ser necessário para o homem totalizado, que, jamais se tornaria capaz de cuidar de si, ser livre, justo e cidadão, se não pudesse desfrutar da autonomia e liberdade desde a sua tenra infância.

O sistema educativo rousseauiano

O sistema educativo desenvolvido por Rousseau em *Emílio ou Da Educação* propõe reflexões e metodologias que, de modo geral, têm por objetivo “remediar” o impacto da realidade social viciosa na formação do aluno, realidade que o autor considera ser nociva à natureza humana. Nesse sentido, o autor recomenda, em seu tratado, uma educação sensível que contribuiria para a inserção da criança no mundo dos adultos, que, por sua vez, implicaria a mediação entre as paixões individuais e o mundo social.

Essa educação deve fundamentar-se na relação da criança com a experiência, conduzida por um preceptor que, ao invés de oferecer-lhe apenas lições por meio da verbalização, permite que o seu aluno as descubra por si mesmo e as internalize por meio da interação com o seu entorno. Esse preceptor, além de devolver à sociedade um cidadão, preocupa-se essencialmente com a formação integral de um homem.

Para cumprir com esse objetivo de generalização, Jean-Jacques Rousseau cria um aluno hipotético, Emílio, e coloca-se como preceptor deste, sendo em sua ficção metodológica um preceptor jovem. Para ele, é de suma importância que o preceptor de uma criança seja alguém novo. O autor chega a afirmar que gostaria que o preceptor fosse uma criança, para ser companheira de seu aluno. A justificativa de seu pensamento baseia-se em sua crença de que não “há muitas coisas em comum entre a infância e a maturidade que se possa formar um apego muito sólido a tal distância” (ROUSSEAU, 2014, p. 30).

Além disso, para o desenvolvimento de seu sistema, o genebrino impõe como única condição o dever de obediência de Emílio somente a seu preceptor;¹²¹ e, junto a isso, os dois deveriam ser inseparáveis, possuindo um “apego verdadeiro” (ROUSSEAU, 2014, p. 33), fazendo com que um ame o outro e tendo como objeto comum o “destino de suas vidas”, a fim de que se tornem queridos.

Colocando-se não como um mero professor, ou seja, como aquele que ensina um saber, Rousseau define que ele será um *gouverneur*¹²² de seu aluno, no sentido de que se trata menos de *dirigir* o aluno na marcha natural do que *instruí-lo*. É preciso, portanto, não dizer a seu aluno como se deve viver, mas mostrá-lo como: “não deve dar preceitos, e sim fazer com que eles sejam encontrados” (ROUSSEAU, 2014, p. 31). Assim, ao colocar-se como servente das regras da

¹²¹ Essa ideia é apresentada pelo genebrino em seu *Projeto para a educação do Senhor Sainte-Marie*, mas a obediência dos filhos do Senhor Sainte-Marie a Rousseau não seria exclusiva, tendo de ser destinada a ele e ao pai das crianças. Além disso, em *Emílio*, o genebrino pontua que o ideal para uma boa educação seria que o pai fosse o preceptor de seu próprio filho, pois o zelo que ele teria nessa função de instruir sua prole supriria o talento (ROUSSEAU, 2014, p. 26).

¹²² Nesta passagem em que o escritor distingue *gouverneur* de *precepteur*, posicionando sua perspectiva pedagógica, é o único momento em que ele usa o termo “preceptor”. Ao longo do livro, Jean-Jacques Rousseau permanece utilizando *gouverneur* para referir-se ao responsável pela educação de Emílio. Contudo, seguindo a tradução brasileira utilizada no presente trabalho, que optou por traduzir *gouverneur* por preceptor, mantivemos o uso do último termo.

natureza, o preceptor instrui seu aluno às lições ensinadas por ela através das experiências individuais, feito possibilitado pela mediação que o preceptor faz entre seu discípulo e as circunstâncias que lhe farão ter suas experiências.

O sistema educativo rousseauiano privilegia a *autonomia* e a *liberdade* de Emílio, desde seu nascimento. Como considera Rousseau:

Conservai a criança unicamente na dependência das coisas e tereis seguido a ordem da natureza no progresso de sua educação. Nunca ofereçais a suas vontades indiscretas senão obstáculos físicos ou punições que nasçam das próprias ações, de que se lembrem quando oportuno; sem lhe proibir de agir mal, basta que seja impedida. Só a *experiência* e a *impotência* devem ser lei para a criança. Nada conceda a seus desejos porque ela o pede, mas porque precisa [necessidade natural]. Que ela não saiba o que é obediência quando age, nem o que é *dominação* quando agem por ela. Que sinta de igual modo a sua *liberdade* em suas próprias ações e nas vossas. Supri a força que lhe falta exatamente na medida em que tem necessidade dela para ser livre, e não imperiosa; que, recebendo vossos serviços com uma espécie de humilhação, ela aspire ao momento em que poderá dispensá-los e será a honra de *servir a si mesma*. (ROUSSEAU, 2014, p. 83, grifo meu)

Nessa passagem, é perceptível que a liberdade é necessária para a promoção de experiências, uma vez que é por meio delas que a natureza educa e desenvolve o homem-devir. Junto a isso, é preciso que o aluno tenha sua autonomia preservada, a fim de que ele não aprenda o que é a dominação e a servidão – causas dos vícios na sociedade civil. Assim, a liberdade e a autonomia são fundamentais para a formação humana não desnaturada, tendo em vista que o exercício de ambas coloca a criança diante de situações em que sua sensibilidade internaliza os limites pela própria resistência da natureza. Enquanto os ensinamentos falados pressupõem uma racionalidade que ainda não existe nessa criança inocente.

A *impotência* da criança, ou seja, a sua carência de força integral, desempenha um papel importante na liberdade vivida e sentida pelo infante. Isso porque o reconhecimento de suas limitações, que, por sua vez, só pode emergir quando o pupilo possui autonomia para realizar suas ações, segue o desenvolvimento da natureza que resulta tanto na harmonia entre os desejos do indivíduo e a sua força quanto no desejo de não depender de ninguém. Em outras palavras, é precisamente por ter essa impotência que a criança aprenderá, com as experiências, a ter equilíbrio de suas potências e vontades.

Assim, para desenvolver seu sistema educativo, Jean-Jacques Rousseau lança mão da *educação negativa* (ROUSSEAU, 2014, p. 97) no início do processo formativo de seu aluno. Essa não objetiva a instrução de virtudes e verdade – ensino moral –,¹²³ mas sim “proteger o coração contra

¹²³ No caso, esse tipo de ensino diz respeito ao aprendizado acerca do *bem* e do *mal* – que, segundo Rousseau, não são percebidos naturalmente pelas crianças, uma vez que os pupilos não possuem a faculdade da razão. Assim, ensinar o que é a verdade e o que é “comportar-se corretamente” antes que a criança possa, de fato, ter compreensão sobre essas

o vício e o espírito contra o erro” (ROUSSEAU, 2014, p. 450) por meio das experiências sensoriais, fortalecendo o corpo, suas forças e órgãos. Assim, a inocência da criança deve ser preservada até que ela tenha atingido o estágio da razão. Inocência essa que, para Rousseau, é conservada com a negação do ensino moral até que seu aluno tenha desenvolvido as faculdades mentais que o levam a racionalizar.¹²⁴

Indo na direção contrária ao modelo educativo voltado para a preparação do aluno para uma função profissional a ser desempenhada ao longo da vida e para “jogo social” diante do olhar dos outros, Rousseau chama a atenção do leitor para a *ordem* que realmente importa: a natural. Nela, sendo “os homens todos iguais, sua vocação comum é a condição de homem, e quem quer que seja bem educado para tal condição não pode preencher mal as outras relacionadas com ela” (ROUSSEAU, 2014, p. 14-15).

Com isso, para o preceptor de Emílio, dedicado ao estudo da condição humana, não lhe importa tanto qual função seu aluno ocupará no futuro, contanto que ele tenha aprendido que o verdadeiro ofício é *viver*: “Pouco me importa que destinem meu aluno à espada, à Igreja ou à barra [...] Ao sair de minhas mãos, concordo que não será nem magistrado, nem soldado, nem padre; será homem, em primeiro lugar.” (ROUSSEAU, 2014, p. 15).

Apresentado em uma ficção metodológica, o sistema educativo rousseauiano se origina em uma idealidade criada pelo filósofo, a fim de que este sistema absorva bem a diversidade das experiências propostas e realizadas. Assim, o genebrino se preocupa em estabelecer muito bem os primeiros passos do processo formativo – condições do aluno, do preceptor, do local –, ou seja, sem essas condições o sistema não se sustenta. Logo, embora só possa ser verificado pela lógica e não empiricamente, o sistema educativo rousseauiano é hipotético, verossímil logicamente e sistemático.

Individualização do ser criança e a subjetivação da infância

Nas páginas iniciais do Livro I, Rousseau afirma que uma criança “torna-se mais preciosa com o avançar da idade” (ROUSSEAU, 2014, p. 25), e, por esse motivo, deve-se pensar no futuro dela,

coisas, faria com que o infante agisse de acordo com as expectativas sociais e não pela bondade e inocência que a natureza preserva. Rousseau afirma que somente na idade da razão o aluno: “[...] encontra um real interesse em ser bom, em fazer o bem longe dos olhares dos homens e sem ser forçado pelas leis, em ser justo sozinho perante Deus, em cumprir o seu dever, mesmo à custa de sua vida...” (ROUSSEAU, 2014, p. 450).

¹²⁴ Acerca dessa “antecipação” das lições morais e o exercício prematuro da razão, o autor de *Emílio* faz uma comparação dessas práticas com o episódio de tentação de Adão e Eva no Paraíso: “Repeti-lo-ei se cessar: adiai, se possível, uma boa instrução, por medo de apresentar uma que seja má. Nesta terra, de que a natureza teria feito o primeiro paraíso do homem, temei exercer o papel do tentador, querendo dar à inocência o conhecimento do bem e do mal.” (ROUSSEAU, 2014, p. 101).

zelando pela conservação de parte do estado natural. O filósofo, portanto, partilha de uma visão comum de seu tempo: a preciosidade do ser humano é pautada na sua totalidade física intelectual, que, por sua vez, é alcançada na fase adulta.

O ser que ainda não tem sua estatura e força potencializadas não é um ser totalizado, ou seja, existem faltas em sua formação, e, por esse motivo, ele não é completamente útil para si e para com os outros. Desse modo, uma criança, com membros, robustez e espírito em formação, não é tão valiosa para o mundo, o que não significa que ela não possua valor na marcha natural humana, tendo, na verdade, um papel crucial na formação integral do homem não-desnaturado. Ela encontra-se no que nomeamos neste trabalho de *entre-lugar* no devir do homem idealizado por Rousseau.

Emílio aprendeu a viver porque, antes disso, o seu *ser criança* aprendeu a existir no mundo; aprendeu a pensar por que, antes disso, desenvolveu seus sentidos; aprendeu a suportar os males da vida porque, antes disso, experimentou as dores físicas na sua infância (ROUSSEAU, 2014, p. 25). Caso o processo de aprendizado fosse invertido, ele tornar-se-ia um homem distante de sua natureza, infeliz, vicioso e servil. Ou, se já nascesse com um corpo forte e grande, seria um “homem-criança” (ROUSSEAU, 2014, p. 47), sem saber existir – com falta do conhecimento de seus sentidos, de suas possibilidades motoras e necessidades –, não conseguindo prover-se – por não conhecer os sentidos, não sabe como poderia satisfazer suas necessidades. Assim, ele viveria o contrário da ordem e progresso da natureza humana.

É preciso, portanto, que o educador se atente para essa inversão, fugindo dela e evitando que os erros educativos recaiam sobre o pupilo, a fim de que esses não o persigam pelo resto de sua vida (ROUSSEAU, 2014, p. 67), sendo a causa de sua infelicidade e servidão:

A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu lugar na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. Determinar para cada qual o seu lugar e ali fixá-lo, ordenar as paixões humanas conforme a constituição do homem, é tudo o que podemos fazer pelo seu bem-estar. (ROUSSEAU, 2014, p. 74)¹²⁵

Dessa forma, antes de viver as experiências totalizantes, destinadas pela natureza aos homens adultos, o homem-devir necessita desfrutar parcialmente daquilo que um dia lhe será integral, como, por exemplo, a liberdade: “As crianças, até mesmo no estado de natureza, só gozam de uma liberdade imperfeita, semelhante àquela de que gozam os homens no estado civil” (ROUSSEAU,

¹²⁵ Ibidem. p. 74.

2014, p. 82). É interessante notar que a comparação que Rousseau faz se dá a partir da dependência existente entre esses momentos diferentes, mas que notavelmente não são iguais.

A criança naturalmente, por considerável tempo, necessita do auxílio de outrem para que governe o seu caminho, daí a relevância do preceptor em sua vida, mas essa sua dependência é passageira, pois, conforme ela se desenvolve, vai tornando-se ainda mais independente e dona de si. Por outro lado, a dependência mútua na ordem civil é o verdadeiro problema, tendo em vista que se dá pelos vícios e produz como efeito a desigualdade entre os homens, pois os coloca em disputa de poderes.

O sistema educativo rousseauiano privilegia a autonomia e a liberdade de Emílio, desde seu nascimento. Como considera Rousseau, a liberdade é necessária para a promoção de experiências, uma vez que é por meio delas que a natureza educa e desenvolve o homem-devir. Junto a isso, é preciso que o aluno tenha sua autonomia preservada, a fim de que ele não aprenda o que é a dominação e a servidão – causas dos vícios na sociedade civil. Assim, a liberdade e a autonomia são fundamentais para a formação humana não desnaturada, tendo em vista que o exercício de ambas coloca a criança diante de situações em que sua sensibilidade internaliza os limites pela própria resistência da natureza. Enquanto os ensinamentos falados pressupõem uma racionalidade que ainda não existe nessa criança inocente.

Ambiente intelectual no qual se insere: a literatura sobre educação

Dominick LaCapra, em *Rethinking Intellectual History and Reading Texts* (1983) – texto que tornou-se um clássico nos estudos teóricos e metodológicos acerca da história intelectual recente –, indicou alguns tipos de contexto que o historiador das ideias pode atentar-se em suas investigações, sendo estes: as intenções do autor durante a escrita de seu texto – a relação autor-texto; as motivações que o levaram a escrever – ou seja, as relações que podem ser estabelecidas entre a vida do autor e do texto; a sociedade – o autor e sua relação com o mundo social, debatendo com determinada tradição, os impactos sociais que sua produção provocou ao longo tempo; as relações entre a cultura e o texto – como as ideias presentes no escrito circulam nos espaços culturais; a relação do texto com o corpus textual de um autor; e, por fim, a relação entre tipos de discursos e textos – formas características de discurso, estruturação, linguagem e, possivelmente, de mobilização de conceitos.

Seguindo nessa perspectiva teórica de LaCapra, julgamos ser de extrema importância pensar o *Emílio ou Da Educação* a partir destes contextos indicados pelo historiador, objetivando compreender como Rousseau se inseriu nos diálogos existentes na tradição intelectual europeia sobre a educação e formação humana, como se deu a circulação de suas ideias pedagógicas na

sociedade setecentista e quais foram suas contribuições nos estudos emergentes acerca da educação das crianças.

Não é atípico que nos voltemos para o passado atribuindo a determinadas figuras o feito de apresentarem ideias inéditas, de modo que pareça que elas foram capazes de realizar tal atividade sozinhas, sem possuírem influência de trabalhos prévios. Ou, quando partimos do pressuposto de que essas relações existem, acabamos nos equivocando, considerando que um autor posterior tinha a intenção de referir-se a um escritor anterior, apenas por identificarmos que o primeiro utilizou argumentos ou conceitos similares de uma figura passada. Quentin Skinner, em *Significado e interpretação na História das Ideias*, explica que essa interpretação equivocada se dá pela falta de análise das condições necessárias que levariam um autor remeter-se a outro:

Tal conjunto de condições deveria incluir, pelo menos, as seguintes: (I) que se sabe que B estudou as obras de A; (II) que B não poderia encontrar as doutrinas relevantes em outro autor que senão A; e que (III) B não poderia ter concebido estas doutrinas relevantes de forma independente. (ROUSSEAU, 2014, p. 383)

Por este motivo, teremos como ponto de partida as críticas e concordâncias que Jean-Jacques Rousseau fez no *Emílio*, tanto as direcionadas para uma figura específica quanto as destinadas a grupos gerais – como, professores, colégios, médicos e religiosos. Daremos destaque a três produções contribuíram para o desenvolvimento das reflexões e proposições pedagógicas rousseauianas sobre a *educação, infância e ser criança*, e com as quais ele dialoga direta e indiretamente, sendo elas: *Alguns pensamentos sobre a educação*, de John Locke; *Do Pedantismo Da Educação Das Crianças*, ensaios escritos por Michel de Montaigne.

Além de ser citado para fortalecer a argumentação de Rousseau, o tratado de Locke é mobilizado pelo genebrino como alvo de críticas no que diz respeito a determinadas recomendações pedagógicas do filósofo inglês. Já o ensaio de Montaigne aparece no *Projeto para a educação do Senhor Sainte-Marie* (1740), quando Rousseau demonstra apreço por uma pedagogia baseada na experiência, aspecto imprescindível para compreender a natureza do projeto pedagógico rousseauiano em *Emílio*. Visando explorar um pouco mais das reflexões de Montaigne sobre a educação, incluímos neste trabalho o exame do ensaio *Do Pedantismo*.

Muitos estudiosos da educação apontam que a modernidade foi “inundada” pelo *sentimento da infância*, o interesse nas crianças, pelo exame e classificação das fases de vida do ser humano (ARIÈS, 1981), que foram de suma importância para a construção social realizada no Ocidente até os dias atuais. No entanto, esse acontecimento não se deu como um fenômeno unicamente moderno, tendo sido, na verdade, uma amplificação de pensamentos que se intensificaram durante a Idade Média, não deixando, claro, de ter características singulares que serão explicadas a seguir.

Se formos tentar expandir superficialmente as temáticas *educação, criança e infância*, como se fossem “ideais universais” (SKINNER, 2017), poderíamos retroceder à Antiguidade, onde já podemos localizar a produção tratados de educação e de cuidados com crianças, sugerindo que as preocupações dos antigos foram partilhadas similarmente pelos setentistas, o que não é verdade. Embora esses temas tenham sido pensados e refletidos durante um intervalo espaço-temporal significativo, o modo como isso se deu foi particular. Não à toa que a ideia de *paideia*, enquanto um processo formativo integral do homem, não corresponde nem com o que os medievais e modernos compreendiam como educação e muito menos com a formação integral humana proposta por Rousseau.

O livro de Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família* (1960), tornou-se um marco nas pesquisas realizadas sobre o *ser criança* no passado. Nele, o historiador se propôs a analisar o sentimento de infância, a partir do estudo de iconografias datadas na Idade Média (1981, p. 52), e pontuou que este se desenvolveu, antes de tudo, no seio familiar, que, por sua vez, passava por transformações comportamentais e sentimentais.

Essas transformações, segundo Ariès, podem ser percebidas na mudança do modo como as crianças eram representadas imagetivamente. Até determinado momento na Idade Média, elas eram retratadas de duas formas: como “pequenos adultos” – dando a entender que este estado etário era valorizado, à época – e como almas nuas de figuras santas, como a Virgem Maria, e pessoas leigas, simbolizando a “alma bem-aventurada” (ARIÈS, 1981, p. 15) e a inocência que remetia ao batismo dos pequenos. Aos poucos, as crianças passam a ser representadas por si mesmas – ou seja, sendo diferenciadas dos adultos –, tendo os retratados de crianças, vivas e mortas, tornaram-se frequentes, especialmente junto à família – que, segundo Ariès, é um sentimento que é desenvolvido simultaneamente ao da infância, graças ao recolhimento familiar para o espaço privado (1981, p. 15).

Somada às análises iconográficas, Ariès menciona a possível influência de alguns escritos na mudança das mentalidades acerca da infância, como a versão francesa do *O Grande Proprietário de Todas as Coisas* (1240),¹²⁶ escrito pelo franciscano Bartholomeus Anglicus, que trata de assuntos diversos, tendo dedicado um livro às divisões da vida humana; e o tratado *De Confessione Mollicei* (1706),¹²⁷ produzido pelo teólogo e chanceler da Universidade de Paris, Jean Gerson, entre finais

¹²⁶ A obra foi escrita originalmente em latim, tendo o título *De Proprietatibus Rerum*, e, por isso, a datação corresponde à primeira publicação.

¹²⁷ Embora tenha sido escrita no século XV, a data de publicação mais remota encontrada foi a impressa no século XVIII.

do século XIV e início do XV, no qual o moralista apresentou um “interesse inédito pela infância” (ARIÈS, 1981, p. 112).

Permanecendo na perspectiva de Ariès, esse escrito de Jean Gerson é um marco na germinação processual da ideia de *inocência infantil*, constituída fundamentalmente sobre discursos moralistas do que poderia ou não ser feito e falado nos grupos etários. Assim, em seu tratado, o chanceler da Universidade de Paris recomendava intervenções em determinadas condutas corporais de crianças, configurando um novo tipo de comportamento com os pequenos, preservando-os do perigo da sexualidade prematura: utilizar somente palavras castas em conversas com as crianças e proibindo-as de receberem toques e beijos tanto de adultos quanto de crianças.

Pouco a pouco, a disciplina de “vigilância constante” da decência e pudor foi sendo disseminada nos espaços escolares, com intensidades diferentes, contribuindo para a difusão de novas ideias sobre a criança, tornando-as institucionalizadas e universalizadas. Ariès destaca que no século XVII se dá um grande movimento perceptível em toda a parte: a noção de inocência infantil tornara-se um lugar comum, tanto na literatura moral e pedagógica quanto nas práticas e iconografia religiosa (1981, p. 116). Com isso, junto aos tratados de civilidade, manuais familiares à época, emergiram “livros de etiqueta que se dirigiam principalmente às crianças” (ARIÈS, 1981, p. 117) e uma literatura pedagógica destinada aos educadores e pais. O historiador pontua que “Por mais que essas obras se referissem a Quintiliano, a Plutarco e a Erasmo, eram uma novidade” (1981, p. 117). Acrescendo aos apontamentos de Philippe Ariès, Michel Soëtard, em *Jean-Jacques Rousseau* (2010), salienta que no século XVIII:

Todo mundo opinava sobre o tema: filósofos como Helvétius, para quem tudo depende da educação, trate-se do homem ou do Estado (ver *De l'esprit* [Do Espírito] publicada em 1758); sábios e utopistas como o abade de Saint-Pierre, autor de *Projet pour perfectionner l'éducation* [Projeto para aperfeiçoar a educação]; até os poetas colocavam em trovas, as máximas da educação. A mesma época, vê florescer uma infinidade de manuais que se propõe a iniciar a criança, desde a mais tenra idade, no método experimental. (SOËTARD, 2010, p. 12-13, grifo do autor)

É nesse contexto de intensificação da literatura pedagógica que Rousseau produz *Emílio ou Da Educação*, caracterizando sua obra como diferente das demais por três motivos principais: o genebrino não pretendia versar sobre as práticas educativas vigentes sem propor uma que fosse melhor; diferente de outros escritos que colocavam a utilidade pública acima da formação do homens, Rousseau tomaria a última como a utilidade primária (ROUSSEAU, 2014, p. 4); e ele, não vendo as coisas como os outros homens, quis pautar seu percurso pedagógico a partir das condições de aprendizado da criança:

Pouco falarei da importância de uma boa educação; tampouco me deterei provando que a educação hoje corrente é má; mil outros o fizeram antes de mim, e não me agrada encher um livro com coisas que todos sabem. Observei apenas que, há infinitos tempos, todos protestam contra a prática estabelecida, sem que ninguém se preocupe em propor outra melhor [...] Não se *conhece* a infância; no caminho das falsas ideias que se têm, quanto mais se anda, mais se fica perdido. Os mais sábios prendem-se ao que aos homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender. Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é *antes* de ser homem. Eis o estudo a que mais me apliquei, para que, mesmo que meu método fosse quimérico e falso, sempre se pudessem aproveitar minhas observações. Posso ter visto muito mal o que se deve fazer, mas acredito ter visto bem o *sujeito* sobre o qual se deve agir. (ROUSSEAU, 2014, p. 4, grifo nosso)

Ainda em seu prefácio, denunciando a pouca atenção dada às crianças – suas reais particulares –, Jean-Jacques Rousseau lembra de uma obra de John Locke que antecedeu o *Emílio: Alguns pensamentos sobre a educação*. Esse tratado de Locke foi produto de reflexões que o inglês desenvolveu após ter escrito uma série de instruções acerca da educação de crianças, endereçada à família Clarke, composta por Edward Clarke, membro do parlamento inglês e amigo de John Locke, Mary Jepp, parente do filósofo, e seus filhos. Nove anos após seu casamento, o casal, em 1684, pede que Locke lhes escrevesse, orientando-os na criação de seus pequeninos. O rascunho deste manuscrito intitulado de “Of Education”, que foi a gênese de *Alguns Pensamentos Sobre a Educação*, perdeu-se nos correios e não chegou aos Clarke, tendo sido recuperado posteriormente e guardado na Harvard College Library (OLIVEIRA e GHIGGI, 1999, p. 152).

Locke foi uma das figuras filosóficas que se propôs a analisar a natureza humana, a partir de uma combinação do racionalismo com o empirismo (JASMIN, 1998, p. 45), a fim de descobrir a lei da natureza e julgar o afastamento ou proximidade da sociedade com a condição primária. Defensor notável do uso da razão e da experiência para a produção de conhecimento, o filósofo inglês acreditava que as nossas ideias possuíam origem na experiência.

À vista disso, a perspectiva lockeana acerca da educação era de que esta era importante para a formação do homem¹²⁸ porque o estabelecimento de hábitos, exercícios de disciplina do corpo e espírito, na vida das crianças, nascidas na condição da ignorância (LOCKE, 2019, p. 157), levariam-nas ao uso da razão, e, conseqüentemente, ao estágio de adultez ideal – detentoras de saberes, capazes de raciocinar corretamente e sendo independentes (LOCKE, 1999, p. 153). Assim, se formaria um homem independente (autogovernado) e útil à sociedade. A boa educação, portanto, seria precisamente uma ferramenta que, como um fármaco, ajudaria levar as crianças – nascidas em estado irracional – formação completa do corpo e do espírito:

¹²⁸ “Homem”, neste tratado de Locke, indica o sexo masculino. O filósofo inglês tem a pretensão de formar um *gentleman* (LOCKE, 1999, p. 156)

Eu confesso, há alguns homens cujas constituições de corpo e mente são tão vigorosas e bem formadas pela natureza que não necessitam muita assistência de outros mas, pela força de seu gênio natural, são carregados de seus berços ao que é excelente; e pelo privilégio de suas constituições felizes são capazes de fazer maravilhas. Mas exemplos desse tipo de homens são poucos, e penso poder afirmar que de todos os homens que encontramos, nove a cada dez são o que são, bons ou maus, úteis ou não, por sua educação. (LOCKE, 1999, p. 154)

Michel de Montaigne em *Ensaaios* (1580), coleção de ensaios escritos entre os anos de 1573 e 1580, dedicou alguns capítulos para suas reflexões pedagógicas, como “Do pedantismo”, “Da educação das crianças”, “Da Afeição dos pais pelos filhos”, “Dos livros” (II, 10), “Da semelhança dos filhos com os pais” (II, 37). Dentre essas produções citadas, como foi indicado no início, foram escolhidas “Do Pedantismo” e “Da Educação das Crianças”.

No primeiro, o filósofo renascentista, reflete acerca da importância do desenvolvimento do exercício de julgamento individual e da formação pautada na experiência no mundo, posicionando-se contra o ensino passivo e memorizador. Já no segundo ensaio, Montaigne, apresenta uma série de preceitos pedagógicos destinados à educação de um *gentil homme*, mais especificamente ao filho de Diane de Foix. Condessa de Gurson (MONTAIGNE, 2005, p. 31).

Em *Da Educação das Crianças*, observamos que a pedagogia montaigniana defendia uma educação da alma da criança com doçura e liberdade (2005, p. 32), valorizando o desenvolvimento de hábitos e privilegiando a experiência particular do aluno no mundo. O ensaísta também discorreu acerca da importância da formação do julgamento individual e livre, habilidade que julgava ser necessária para um homem de sua posição social. Assim, ao mesmo tempo em que apresentou uma concepção do *ser criança* como um espírito singular e que deve viver um processo de aprendizagem que respeite essa condição – ou seja, não é ainda um ser adulto e completo –, Montaigne apresenta uma perspectiva pedagógica na qual as crianças devem aprender o que elas devem fazer ao serem homens.

O que talvez tenha sido tão marcante e particular no que Jean-Jacques Rousseau apresentou em *Emílio ou Da Educação*, foi a tentativa do autor de propor uma educação universalizante e o compartilhamento da perspectiva intelectual de seu tempo: um olhar moral diferente sobre a criança e a infância, como fizeram intelectuais que o antecederam, tais como Plutarco, Erasmo de Rotterdam, Montaigne e Locke.

A ausência do direcionamento do seu tratado para um grupo social – aristocracia, burguesia ou a população pobre –, sem dúvida, contribuiu para a disseminação de suas ideias como conceitos e proposições universais, particularmente a subjetivação do *ser criança* e da *infância*; e a valorização das experiências do homem-devir no mundo desde o seu nascimento. Essas características da maneira pela qual Rousseau apresentou suas proposições foram de suma importância para o seu

destaque nas disputas de projetos pedagógicos que se davam nos ambientes intelectuais entre meados dos setecentos e início do século XIX.

Mas, ainda que o sistema educativo rousseauiano tenha comprovado a sua verossimilhança, ele apresentou também uma ideia de infância que possui limitações. Os limites da experimentação e vivência dessa infância e processo formativo podem ser analisados nas condições impostas pelo preceptor na escolha de seu aluno hipotético-ideal: um ser do sexo masculino, sem deficiências físicas e intelectuais, com condição financeira alta (rico) e de boa saúde.

Ainda que Rousseau não tenha buscado provar a aplicabilidade de suas recomendações tratadistas com um aluno e preceptor reais, é importante refletir acerca do tipo de pessoa para quem as suas proposições pedagógicas foram pensadas, especialmente tendo em vista que parte das ideias, valores e conceitos apresentados em *Emílio ou Da Educação* foram importantes para as práticas educativas do século XIX e, de certa forma, continuam sendo nos dias atuais.

Referências

Referências bibliográficas

LACAPRA, Dominick. **Rethinking intellectual history: texts, contexts, language**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

LOCKE, John. **Alguns pensamentos acerca da educação**. Tradução: Madalena Requixa. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2019.

LOCKE, John. Alguns pensamentos acerca da educação. **Cadernos de Educação**. Fae/UFPEL, Pelotas (13): 147 – 171, ago./dez. 1999.

MONTAIGNE, Michel de. **Da educação das crianças**. In: A educação das crianças. Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MONTAIGNE, Michel de. **Do Pedantismo**. In: A educação das crianças. Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou Da Educação**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Projeto para a educação do senhor de Sainte-Marie. **Perspectiva**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 104–131, 1988. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10779>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399. jan./abr. 2017. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, cap. 4, p. 57 - 89.

SOËTARD, Michel. **Jean-Jacques Rousseau**. Trad. Verone Lane Rodrigues de oliveira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

DESCOLONIZANDO O SABER: A LITERATURA E O SEU POTENCIAL DESCOLONIZADOR.

Gabriela Barros Vasconcelos¹²⁹

Pedro Cunha de Lira¹³⁰

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar os eixos centrais que orientam o Projeto Prodocência *Descolonizando o Conhecimento: contribuições epistemológicas para um novo olhar sobre a história*, expondo suas motivações na busca por uma construção democrática do conhecimento e que abrace diferentes perspectivas epistemológicas, a fim de construir um mundo plural. Além de apresentar as plataformas que publicizam os debates descolonizadores suscitados pelo projeto, o artigo promove o debate sobre o conceito de descolonização na esfera literária e, também, a formação do cânone literário brasileiro dotado de códigos sociais responsáveis pelo silenciamento de vozes, corpos e saberes que não se enquadram nos moldes eurocêtricos, analisados pelos bolsistas.

Palavras-chave: Projeto Prodocência; Descolonização do Conhecimento; Novas Epistemologias; Literatura.

A gênese do Projeto Prodocência

O Projeto Prodocência *Descolonizando o Conhecimento: contribuições epistemológicas para um novo olhar sobre a história* nasce de uma inquietação provocada pela ausência de contato dos estudantes do Ensino Básico e da sociedade em geral com as narrativas filosóficas, historiográficas e literárias de sujeitos pertencentes a grupos que são constantemente considerados passivos e que têm as suas epistemologias invisibilizadas pela narrativa historiográfica ocidental. Apesar da existência de leis que teoricamente garantem a presença do ensino de História da África e História indígena nas escolas, como as leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, o que se vê na prática é que nas poucas vezes em que esse conteúdo é apresentado, o mesmo é pautado em perspectivas eurocêtricas e em um olhar colonizado, o que contribui para a manutenção de narrativas que inferiorizam e silenciam esses grupos, colocando-os à margem de seus próprios processos históricos.

¹²⁹ Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: gb62270@gmail.com. Bolsista do projeto Prodocência *Descolonizando o conhecimento: Contribuições epistemológicas para um novo olhar sobre a História*, coordenado pela professora adjunta Alessandra Seixlack, de História da América.

¹³⁰ Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: pedrocunha.universidade@gmail.com. Bolsista do projeto Prodocência *Descolonizando o conhecimento: Contribuições epistemológicas para um novo olhar sobre a História*, coordenado pela professora adjunta Alessandra Seixlack, de História da América.

Nesse sentido, o principal objetivo do projeto é romper com a compreensão universalista do conhecimento ocidental, promovendo a descolonização do conhecimento. Para isso, é necessário romper também com os muros criados ao redor da produção científica da Academia e aproximar a universidade do Ensino Básico e da sociedade, suscitando debates que possam auxiliar na incorporação de novas abordagens historiográficas à prática docente (não só no Ensino Superior, mas também no Ensino Fundamental e Médio) e à nossa própria existência.

Pensando em termos do Ensino Básico, a ausência de conteúdos pautados nas histórias, culturas e produções de conhecimento indígenas e africanos, por exemplo, é bastante latente quando se trata da rede pública, principalmente no contexto da pandemia, momento em que a educação pública esteve mais abandonada e sucateada. A inexistência de um suporte pedagógico e tecnológico aos estudantes de baixa renda que frequentam a Educação Básica favoreceu o aumento de índices como a evasão escolar e a queda do rendimento de ensino e aprendizagem. Sendo assim, o projeto surge com a proposta de inserção destes debates no Colégio Estadual Hilário Ribeiro, localizado no município de Niterói, com o auxílio da professora de Língua Portuguesa da instituição, Rachel Jogaib Salciarini Sales.

Além da atuação no Colégio Estadual Hilário Ribeiro, nosso projeto também tem como objetivo impulsionar os debates sobre temáticas muito importantes para o Ensino de História dentro e fora da Graduação, como a descolonização do conhecimento, a colonialidade, a cosmo-história, a interculturalidade etc. Ademais, uma das premissas do nosso projeto é a História Pública, cujos princípios nos permitem atingir um número maior de pessoas, principalmente fora da Academia. Acreditamos não ser coerente trabalhar com epistemologias ofuscadas e silenciadas e as manter presas na redoma que é a universidade. Com base neste objetivo, buscamos tornar o projeto acessível para um público mais amplo e levar até ele o conhecimento sobre outras culturas e epistemologias. Materiais como filmes, livros, jogos e música que tenham uma premissa descolonizadora nos ajudam a quebrar o estigma que ainda perdura da superioridade irrefutável do protagonismo narrativo ocidental.

O Projeto Prodocência e suas plataformas

O Projeto Prodocência *Descolonizando o Conhecimento* atua até o momento em duas plataformas: o Instagram (@descolonizadoconhecimentouerj) e o site (www.descolonizadoconhecimentouerj.com). Ambas permitem transpor os limites do cenário acadêmico, que repetidas vezes assume um ostracismo em relação às demais camadas da sociedade e à produção de saberes. Nosso objetivo é alcançar maior visibilidade e exercer um dos pilares norteadores da História Pública: a produção de conhecimento democrático, interdisciplinar,

inclusivo e dialógico.

Popularizado no mundo acadêmico ao longo da última década, o conceito de história pública foi criado a partir das inflexões geradas pelos debates em torno da dicotomia acadêmico (profissional)/público. Aqui o historiador é visto como o principal produtor dos conhecimentos históricos produzidos pela academia, obtendo a responsabilidade de conduzi-los a um público consumidor localizado na base da hierarquia da produção do conhecimento. O público-alvo funcionaria como uma espécie de “audiência” (Eles), caracterizado pela passividade e pelo consumismo, enquanto o historiador (Nós), dotado de profissionalismo e das ferramentas necessárias ao fazer historiográfico, geraria o “produto” da história pública, tornando este processo completamente unidirecional. É inegável que tal processo tende a dar enfoque na história pública como uma especialidade profissional ancorada na diplomação, certificação e controle de qualidade profissional (FRISCH, 2016).

Todavia esta concepção de história pública acaba por limitar seus horizontes à medida que impõe um regime de via de mão única onde o diálogo entre Nós e Eles é suprimido, produzindo narrativas unilaterais que não conversam com o coletivo. Acarretando, consequentemente, na prevalência de discursos homogeneizantes e ocidentais. Com isso, tornar a história pública verdadeiramente democrática e inclusiva exigiria uma maior dialogicidade entre o Nós (historiadores) e o Eles (coletivo), a fim de construir coletivamente outras representações do passado e evidenciar os usos da história no presente. Abrindo caminho para o que podemos chamar de interculturalidade¹³¹ e subvertendo o caráter europeizante e desigual das relações sociais e acadêmicas. Conforme salientado por Valdei Lopes:

[...] O ensino de história não pode ser resumido à ideia de transposição de um saber disciplinar para o espaço escolar, também a relação com a demanda e produção social de histórias não será atendida apenas pelas práticas de divulgação científica, embora elas sejam fundamentais, mas deve partir do reconhecimento dos diversos sujeitos e suas produções locais e epistemologias, surgindo daí mais a imagem de uma circulação do que a de uma difusão para auditórios cada vez mais amplo. (LOPES, 2017, p. 209)

Seguindo os princípios norteadores da História Pública, no Instagram o projeto tem a proposta de divulgação de notícias relacionadas às mais variadas experiências de descolonização: música, culinária, literatura, cinematografia, eventos, palestras, exposições etc. O Instagram também proporciona uma maior interação com o público externo à universidade, sanando dúvidas

¹³¹ “[...] A interculturalidade também pode se referir ao projeto alternativo de caráter ético, ontológico, epistêmico e político, alinhado ao surgimento de sociedades democráticas que proponham alternativas ao caráter monocultural e ocidentalizante imperante na maior parte dos países da América Latina.” (SEIXLACK, 2023, P. 1)

sobre como contribuir com o projeto e como transpor a colonialidade do ser e do saber. Além disso, esta rede social assume um importante papel como guia de todos os processos e atualizações que acontecem no site. Por ser um veículo de informação mais direto e imediato, encontramos a possibilidade de divulgar as regras de funcionamento de cada seção que constitui o site do projeto.

O site, por sua vez, é a plataforma onde o projeto se desenvolve de um modo mais detalhado e aprofundado. Todas as seções do site são voltadas à experiência da descolonização e funcionam de modo colaborativo. Pode-se dividir o site em duas seções principais, ambas com ISSN: *Abecedário da Descolonização* e *Experiências de Descolonização dos Corpos e Saberes*. Como o nosso objetivo é transformar a produção de conhecimento em um terreno verdadeiramente inclusivo, dialógico e emancipador, as seções estão abertas às contribuições do público em geral, sem restrições de formação superior ou títulos acadêmicos. Consideramos que a dicotomia profissional acadêmico/produtor e público/consumidor contribui para o silenciamento de epistemologias e sujeitos que são essenciais para o processo de descolonização do conhecimento.

O *Abecedário da Descolonização*, inspirado no Abecedário de Gilles Deleuze, tem por objetivo a produção de verbetes que trazem como eixo central conceitos ligados à prática da descolonização do conhecimento. Diferentemente de uma Enciclopédia, associada à ilusão de totalidade ou integralidade, o *Abecedário da Descolonização* pretende ser uma obra em permanente construção, reunindo as infinitas reflexões teóricas dos intelectuais comprometidos com a crítica à colonialidade dos corpos e saberes. Até o momento, já temos alguns verbetes publicados em nosso site, como: *Cosmopolítica/Cosmohistória; Heterogeneidade sociocultural; Amefricanidade; Ancestralidade indígena; Interculturalidade; Perspectivismo ameríndio; Saberes indígenas e etc.*

Experiências de Descolonização dos Corpos e Saberes consiste em um espaço dedicado à publicação de materiais em formato escrito e audiovisual relacionados à temática da descolonização. Para fins de organização, classificamos as submissões avaliadas de acordo com as seguintes seções: Artigos, Resenhas, Ensaios, Materiais Didáticos, Podcasts, Entrevistas e Vídeos. Nesta primeira etapa do projeto, produzimos algumas resenhas relacionadas à divulgação de obras literárias com protagonismo indígena e africano, como o livro intitulado *Ler e escrever*, de Vidiadhar Naipaul. É sobre essa resenha que falaremos a partir de agora.

Vozes afro-brasileiras e sua invisibilidade no cânone literário.

Ao refletir sobre resistência que as vozes femininas na literatura negra sofrem para ocupar um espaço de legitimidade no cânone literário brasileiro, dotada de um corpus literário específico, Conceição Evaristo (2009) reflete que este embargo tem um caráter que rememora ao colonialismo,

onde a produção literária foi hegemonicamente marcada pela escrita de homens brancos que objetificavam os que não se enquadravam nestes padrões (negros e indígenas).

A sociedade brasileira, atualmente, segundo a autora, não encontra dificuldades ao dar a uma importância legitimada aos processos de resistência culturais de matrizes afro-brasileiras. Produtos culturais (danças, músicas, culinária); oralidades (contos, folclore, ditados); esfera religiosa (trama do sincretismo entre as religiões de matriz africanas ao catolicismo foi resultado de resistência ao colonialismo), “onde as divindades africanas transvestidas de imagem cristã traz memórias de uma fé ancestral”, revelam um caráter parcial de uma sociedade que detém para si os mecanismos de legitimação de um grupo social ou indivíduos privilegiados na produção de conhecimento conjugada invisibilidade ou escolha arbitrária de produções epistêmicas oriundas de sujeitos distante do eixo das convenções ocidentais.

A produção ficcional que constitui o cânone literário brasileiro, que é uma rica fonte de pesquisa ao campo da história para se entender melhor uma sociedade de determinado tempo, local, costumes, valores de uma época, tem sua origem no Brasil colônia. O ato de fazer literatura é escrever, portanto, sob imperiosa força de influências que compõem a sociedade em que o autor(a) está inserido(a): “Mais difícil, se não impossível, idealizar o negro escravizado” (EVARISTO, 2009, apud. GOMES, 1988). Neste sentido, pode-se inferir que, em grande medida, a Literatura nacional estava e está sob influências das estruturas sociais e convenções inerentes à temporalidade de sua escrita.

Ao tratar sobre o conceito de subjetividade na escrita da mulher negra, Conceição Evaristo definiu como: “um ponto de vista próprio que vai inventando, criando quando escreve, ela não se desvencilhar do corpo-mulher-negra em vivência - vive experiências que outro não experimenta” (EVARISTO, 2009, p.18). Nesse sentido, conclui-se que há uma lógica de subjetividade no processo criativo, mas uma subjetividade que não é exclusiva à voz negra feminina que reclama por seu espaço de legitimidade enquanto Literatura. Essa subjetividade na escrita se faz presente também no cânone literário nacional, responsável majoritariamente pela configuração e manutenção do imaginário social sobre a construção do outro: negros e indígenas enquanto escórias da sociedade. Assim, todo tipo de construção identitária que rompesse com os moldes ocidentais de ser e estar no mundo, deveria ser alvo de exclusão, invisibilidade e segregação.

Ainda segundo a autora, esse enfrentamento, entre atores subalternos que buscam por uma voz e reconhecimento na sociedade e o corpus de uma literatura canônica ocidental, dá-se em uma arena chamada “embate político-linguístico” (2009, p.23), composta de colonos versus colonizados, em que em grande medida é responsável pela construção do outro a partir de uma noção dominadora, objetificante, degradante, passiva e, até mesmo, animalesca.

A formação deste cânone, composta por seus célebres autores, têm suas raízes que se alcançam as memórias de um passado colonial, que, por sua vez, reverberam até a produção literária da contemporaneidade, ou melhor, a composição literária sob o regime democrático no Brasil. Essa gênese literária de um corpus ocidental e eurocêntrico, segundo Evaristo, legitima a invisibilidade da voz negra e seu protagonismo na literatura:

Observando a pouca presença de personagens negros na literatura brasileira, em relação à imensa gama de personagens brancos, com seus papéis de protagonistas da história, Cuti, iniciador de Cadernos negros e fundador do grupo Quilombhoje de São Paulo, afirma que a literatura brasileira é abusivamente branca, “em seu propósito de invisibilizar e estereotipar o negro e o mestiço” (CUTI, 2002, p. 32). Uma pesquisa recente de Regina Dalcastagnè constata que “a personagem do romance brasileiro contemporâneo é branca” (DALCASTAGNE, 2008, p. 87-110), a partir do resultado da análise de 258 romances publicados entre 1993 e 2008, por três grandes editoras brasileiras. As afirmativas de Cuti e de Dalcastagnè podem ser certificadas em vários momentos da literatura brasileira que, em consonância com o discurso político, religioso, educacional, medicinal e outros, traz, em seu bojo, uma gama de estereótipos de negro. (EVARISTO, 2009, p.19)

Em sua análise da formação literária brasileira ao longo da história, autores e obras como **O guarani** (1857), **Iracema** (1865), **O tronco do ipê** (1964), de José de Alencar; **São Bernardo** (1934), de Graciliano Ramos; **A grande arte** (1990), de Rubens Fonseca; **A escrava Isaura** (1875), de Bernardo Guimarães; **Os tambores de São Luiz** (1981), de Josué Montello, entre outros, baseados em uma política intrínseca de conceber o negro como um sujeito incapaz, destituído de linguagem própria, animalesco, tendo seus corpos objetificados e submissos a discursos eugênicos (EVARISTO, 2009, p. 20-24), passam a ter sua hegemonia literária questionada e abalada, à medida que vozes afro-brasileiras ganham protagonismo:

Entretanto, com bem menos visibilidade, existe, no interior mesmo da literatura brasileira, uma gama de produções que vêm se afirmando, aos poucos, como um discurso diferenciado ao compor personagens negras e seus enredos. Discurso que subverte não só o sistema literário brasileiro, mas também contesta a história brasileira que prima em ignorar eventos relativos à trajetória dos africanos e seus descendentes no Brasil. (EVARISTO, 2009, p. 24)

Nesse sentido, ao trazer à cena a temática da valorização de uma literatura negra e indígena como recurso no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, contrastando com a formação da literatura nacional no seio de uma elite branca eurocêntrica, buscando-se espaços para amplificação dessas vozes outrora silenciadas, o filósofo e linguista búlgaro Tzvetan Todorov (2008) vem a ser um indispensável autor para a reflexão de que o processo de trabalhar literatura em sala de aula não deve ser exercida como o mero cumprimento curricular, muito menos uma análise fria e impessoal da sociedade que a obra ficcional se ambientaliza. No sentido contrário, o

autor concebe a Literatura como um “ato social”. Em outras palavras, é ver a obra ficcional para além de seu recurso pedagógico em sala de aula, mas dotada de potencialidade para tensionar os dilemas da configuração social atual onde os discentes estão inseridos. São valores, resistências, saberes, ancestralidades e epistemologias que o(a) autor(a), mesmo preso(a) em outra temporalidade, se faz contemporâneo(a) em nossa contemporaneidade, concretizada através do processo de uma leitura introspectiva dada entre os discentes e a obra literária.

Conjugada às potencialidades inerentes ao ensino literário em sala de aula, também emerge a oportunidade de contato com uma etnicidade presente na escrita de autores(as) negros(as), que é proporciona o leitor(a) ter contato com diferentes momentos da história, diferentes classes sociais, diferentes vivências e diferentes olhares sobre a realidade, abrindo espaço para uma simetria discursiva literária:

Pode-se dizer que um sentimento positivo de etnicidade atravessa a textualidade afro-brasileira. Personagens são descritos sem a intenção de esconder uma identidade negra e, muitas vezes, são apresentados a partir de uma valorização da pele, dos traços físicos, das heranças culturais oriundas de povos africanos e da inserção/exclusão que os afrodescendentes sofrem na sociedade brasileira. Esses processos de construção de personagens e enredos destoam dos modos estereotipados ou da invisibilidade com que negros e mestiços são tratados pela literatura brasileira, em geral. (EVARISTO, 2009, p. 19-20)

O perigo de uma história única, de Chimamanda Ngozi Adichie, e Ler e escrever, de Vidiadhar Naipaul, como literatura descolonizadora do saber.

Quando pensamos nas potencialidades da desconstrução da mentalidade colonizadora, cuja principal característica é a predominância da cosmovisão do violentador e a negação das multiplicidades, logo nos vem à tona o poder simbólico presente em cada expressão cultural produzida por diferentes povos e etnias. Sejam elas expressas através da arte ou do universo simbólico que compõem a cosmovisão de determinado povo, a subjetividade de cada um se faz presente como uma potencial força subversiva da lógica colonial.

Nesse sentido, ao enquadrarmos a literatura e suas expressões nesta mesma linha de pensamento, podemos ter noção de sua dimensão decolonial à medida que esta nos possibilita transitar entre mundos diversos que fogem das leis epistemológicas ocidentais, transmitindo seus saberes e experiências coloniais por meio da escrita. É por intermédio dela que dois intelectuais, como Chimamanda Ngozi (1977), em seu livro **O perigo de uma história única** (2019), e Vidiadhar Naipaul (1932 - 1018), em **Ler e escrever** (2022), constroem duras críticas aos efeitos contemporâneos da colonização e as vias pelas quais se pode desconstruí-las.

Situados em espaço geográfico e temporal distintos (Nigéria e Trindade e Tobago), ambos os escritores retratam, de modo biográfico, uma das facetas da colonialidade do saber: a colonialidade do imaginário, seguida da lógica de hierarquização da cultura do “outro” como inferior à lógica ocidental.

Ser colônia do Império Britânico e viver sob seu domínio significava que todos os aspectos de sua vida estavam sujeitos à lógica de importação da Coroa inglesa: modos alimentares; comportamentos; organização espacial e social; leis; e educação. Nas escolas, por exemplo, o ensino da língua inglesa buscava promover a imersão dos colonizados e tornar efetiva a empreitada do projeto colonizador, com estabelecimento de novas convenções sociais, novos materiais didáticos e leitura dos clássicos da literatura que compõem o cânone do ocidente, predominantemente homens brancos. Afetados pela colonização do imaginário de maneira precoce, Vidiadhar Naipaul e Chimamanda Ngozi buscam trazer à memória em qual instante de suas vidas houve o despertar da incompatibilidade de realidades entre sua educação imaginativa colonial, isto é, o que estava presente nos livros que liam (comportamentos, modos de se vestir, clima e etc.), e o desejo de serem escritores que transitam entre a representatividade de seus povos, dialogando com a ancestralidade e a busca pela construção de suas identidades.

O perigo de uma história única, de Chimamanda Adichie, e **Ler e escrever**, de Vidiadhar Naipaul, não consistem em um apelo superficial de discurso anticolonialista que propõem um rechaço ingênuo ao cânone da literatura ocidental, negando a relevância da Europa para seus respectivos continentes. Pelo contrário, há, na verdade, uma proposta de leitura e escrita crítica da sociedade nas quais estão inseridos, junto da percepção da ausência de neutralidade no campo das palavras, nunca desassociada da potencialidade que a ancestralidade tem em construir identidades; afinal, desligado de sua ancestralidade, não há motivo para ser, estar e viver no mundo. Ao realizarem essa tarefa, os autores buscam a inserção dos negros e indianos na disputa pelo poder da narrativa, a literatura. Colocam-se, também, como narradores dotados de protagonismo, como sujeitos históricos pertencentes a uma cultura, dotados de memórias, ancestralidade e saberes, que dialogam com a realidade em que estão inseridos.

Considerações finais

A história ocidental, em seu afã universalista, pretendeu integrar e subordinar as demais narrativas à sua própria concepção de tempo, de passado e de verdade. Dessa forma, os Outros - indígenas, africanos e seus descendentes, por exemplo - foram inferiorizados, objetificados e silenciados por aqueles que se consideravam detentores do direito de definir realidades, estabelecer identidades e nomear histórias.

Acreditamos que a reformulação do fazer historiográfico, e do papel do historiador, no processo de construção das narrativas históricas seja de suma importância para a subversão do paradigma vigente. A partir do exercício de curadoria, o historiador estaria encarregado de manusear as ferramentas necessárias de modo a tornar a história uma experiência socialmente distribuída, fugindo das represálias de uma narrativa unilateral e abrindo caminho para a construção de narrativas plurais. Trazendo a tona vozes marginalizadas dentro do cânone acadêmico, muitas vezes silenciadas por não se encaixarem nos métodos de pesquisa objetivistas e “neutros” pregados pelas ações limitadoras do paradigma ocidental.

Como forma de desconstruir a hegemonia do cronotopo histórico ocidental, que legitima a perpetuação das relações coloniais, o Projeto Prodocência *Descolonizando o Conhecimento* propõe um olhar pautado pelo perspectivismo histórico, que reconheça as múltiplas narrativas históricas em seu caráter complexo e multifacetado. Acreditamos que o valor do historiador no mundo atual reside na construção de uma consciência histórica empática que, em diálogo com os conceitos de cosmo-história, cosmopolítica e pluriverso, permita que os Outros tenham voz e sejam o que desejam ser.

Consideramos que, ao transbordar o âmbito acadêmico, esse novo olhar sobre a História levará à criação de espaços de descolonização dos saberes e corpos, comprometidos com a produção de um conhecimento emancipatório alternativo, que traga aqueles que se situam à margem para falar no centro. Possibilitará igualmente combater um sistema colonialista e racista.

A obra literária, por sua vez, deve ser vista para além de uma fonte histórica submetida à pesquisa que busca compreender uma sociedade e suas configurações sociais em determinado tempo e espaço. Como demonstrado, há um campo de disputa ideológica na Literatura, internacional e nacional, marcada por autores de uma cultura hegemônica branca e ocidental, responsáveis em grande medida pela construção de um imaginário social excludente e gerador de epistemicídio. Portanto, fomentar a leitura e debate de autores negros(as) e indígena é legitimar a ocupação destes em espaço de prestígio no universo literário, colocando sob questionamento os pilares do cânone literário, afirmando suas cosmovisões, identidades, fornecendo novas visões de mundo e da sociedade, ao proporcionar diferentes visões sobre a realidade e contato com novos saberes.

O Projeto *Descolonizando o Conhecimento* pretende ser um espaço colaborativo de construção de saberes. Portanto, estimulamos a participação de todos aqueles comprometidos com a criação de um mundo onde caibam muitos mundos.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 1 ed., 2019.

ARAUJO, Valdei Lopes de. O direito à história: o (a) historiador (a) como curador (a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, p. 191-216, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, p. 57-69, 2016.

NAIPAUL, V. S. **Ler e escrever**. Editora Âyiné, 2 ed., 2020.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. "Interculturalidade". In: **Abecedário da Descolonização**. Vol.1 2023. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de História. Disponível em: <https://www.descolonizandoconhecimentouerj.com/in%C3%ADcio/revista-on-line-abced%C3%A1rio-da-descoloniza%C3%A7%C3%A3o/arquivo/i-j-k-l>

TODOROV, Tzvetan. **A Literatura em Perigo**. Bertrand Brasil, 13 ed., 2008.

REPRESENTAÇÕES DO ORIENTE NO DISCURSO DE ALBERTO FRANCO NOGUEIRA, MINISTRO DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS

Gustavo Souza de Deus¹³²

Resumo: Durante o Estado Novo português, as representações do Oriente desempenharam um papel significativo na construção de identidades coletivas oficiais, na justificação do colonialismo e na propaganda do regime. Este trabalho tem como objetivo explorar as diferentes maneiras pelas quais o ministro Alberto Franco Nogueira retratava o Oriente e como essas representações diferiam da política colonial portuguesa que ele próprio chegou a coordenar. Se em seus discursos públicos, o diplomata defendeu uma noção romantizada do Japão como legitimadora do Estado Novo português. Entretanto, seus registros particulares mostram uma visão diferente e um choque cultural marcante. Este trabalho espera evidenciar esta rejeição, no contexto de um debate teórico sobre o orientalismo.

Palavras-chave: Colonialismo; Populismo; Portugal.

Decerto: tudo isto [o cotidiano imperial] é envolto no mistério tão ao sabor dos orientais e rodeado de um cerimonial meticuloso, com o fim de aumentar o prestígio e suscitar a mística (NOGUEIRA, 2019, p. 129).

Monólitos

No primeiro parágrafo da obra *East-West Literary Imagination – Cultural Exchanges from Yeats to Morrison*, Yashinobu Hakutani, professor da Universidade de Kent, iniciou um diálogo com o orientalismo de Edward Said (HAKUTANI, 2017, p. 3). Para o autor, seu objeto de pesquisa naquela obra permitia uma perspectiva contrastante com a conclusão saidiana de dominação intelectual dos autores ocidentais sobre as culturas asiáticas, na medida em que o transcendentalismo norte-americano teria sido, segundo Hakutani, um diálogo com as religiões, filosofias e literaturas do extremo oriente. Neste sentido, haveria uma diferença fundamental entre as tradições epistemológicas majoritariamente europeias, analisadas por Said, e o círculo de escritores de New England, de finais do século XIX (Emerson, Thoreau, Margaret Fuller, Bronson Alcott, etc.), que são estudadas na obra.

O diálogo entre ambos pode ser resumido a duas representações distintas da apreensão, interpretação e explicação de temas asiáticos por pensadores europeus e norte-americanos. Entre as perspectivas que inspiram a obra *Orientalismo* estão os escritos de Frantz Fanon, que abordam a superioridade como fundamentação do pensamento colonial e da compreensão do negro pelo branco: “O sentimento de inferioridade do colonizado é correlativo ao sentimento europeu de

¹³² Doutorando pelo PPGHIS-UFRJ. Bolsista pela CAPES. <gustavo.sdeus@hotmail.com>.

superioridade. Tenhamos a coragem de dizê-lo de forma direta: É o racista que cria seu inferior” (FANON, 2008, p. 69). Esta afirmação de Fanon recupera uma lógica escrita por Jean-Paul Sartre: “O judeu é quem outro homem considera um judeu: esta é a simples verdade de onde devemos começar... É o anti-semita quem cria o Judeu” (SARTRE, 1995, p. 69). Esta relação assimétrica entre o eu das perspectivas ocidentais e seus outros engendraria, por necessidade epistêmica, a subordinação como método de compreensão.

Na mesma lógica destas considerações, Said confere centralidade à hierarquização quase automática com que as perspectivas ocidentais entendem seus orientes. Para ele, este exercício seria ontológico para a construção de uma imagem do orientalista sobre si mesmo; a filtragem da realidade, da cultura, da política, do outro, por “lentes metafísicas, basicamente desumanizadas: são semíticas, européias, orientais, ocidentais, arianas, e assim por diante” (SAID, 2007, p. 364). Ademais, estas lentes seriam multifocais e onipresentes, por conta do que o autor considera ser a plasticidade do orientalismo, cuja constância “depende dessa posição de superioridade flexível, que põe o ocidental em toda uma série de possíveis relações com o Oriente sem jamais lhe tirar o relativo domínio” (SAID, 2007, p. 34). A própria capacidade epistemológica de classificação já bastaria para tornar o agente que atribui sentido hierarquicamente acima do objeto de suas definições. Mas o domínio científico vai além de uma consequência lógica; ele impossibilita variações e a essência última da humanidade que é a liberdade, ontologia definitiva do ser. O orientalismo seria, portanto, uma amarra ideológica que restringe a experiência do indivíduo, independente do lugar que ocupe. O colonizador é fadado à oposição ao colonizado, que, por ser subalterno, é incapaz de constituir um diálogo com seu superior.

É neste sentido que a obra de Hakutani apresenta uma ponderação: para ele, o clima intelectual de New England, na década de 1880, era dominado pelo diálogo dos transcendentalistas com autores asiáticos (HAKUTANI, 2017, p. 3). Sua hipótese é que, diferente das literaturas europeias, a norte-americana tornou-se uma “hibridização” de diferentes tradições intelectuais, distanciando-se, portanto, da lógica orientalista descrita por Said (HAKUTANI, 2017, p. 3). Esta hibridização, como conceituada por Hakutani, retém a instrumentalidade das meta-narrativas como chave de análise. Por sua vez, o hibridismo de Homi Babha, cujas formas culturais complexas e mutáveis surgem da relação entre colonizadores e colonizados, é também isto: um espaço ambivalente onde as categorias tradicionais de identidade, *inter alia*, as meta-narrativas, se tornam instáveis e contestadas, embora o autor pondere que:

[S]e a unitária (e essencialista) referência a raça, nação ou tradição cultural é fundamental para preservar a presença de autoridade como um efeito mimético imediato, tal essencialismo deve exceder-se na articulação de identidades diferenciadoras e discriminatórias. [...] O hibridismo é o sinal

da produtividade do poder colonial, de sua força e fixidez; ele é um nome para a reversão estratégica do processo de dominação através da desautorização (ou seja, a produção de identidades discriminatórias que asseguram a “pura” e original identidade de autoridade (BHABHA, 1995, p. 34).

O que Homi Babha quer dizer é que as formas híbridas não são externas à lógica do poder dos Impérios. Ademais, nem mesmo o estilhaçar das análises, o abalo dos quadros de referência que conferem estabilidade aos sujeitos sociais, poderia significar o esmaecimento das colonialidades; fato que Babha entende ser ignorado pelos pós-estruturalistas ocidentais (BHABHA, 1995, p. 34). Yashinobu Hakutani, contudo, vai além. A relativização do orientalismo ocidental não se dá apenas pela existência de escolas norte-americanas que dialogaram de modos distintos com a filosofia chinesa, mas também porque a percepção de superioridade das sociedades industriais e científicas também teria sido matizada por questões outras que o racismo ou a origem geográfica de uma população.

Analisando as imagens construídas pelos escritores do transcendentalismo sobre o paganismo espanhol, Hakutani conclui que seu entusiasmo para com a indústria fez com que a primazia do espiritual sobre o materialismo fosse retratada como “irracional e primitiva”, mesmo que identificada em um povo europeu (HAKUTANI, 2017, p. 201). O vocabulário utilizado para a descrição destas sociedades tinha decerto influência da formação cristã dos escritores em questão, mas pertencia a um repertório mais amplo e mais secular, cuja síntese maior havia sido escrita por Augusto Comte e pelo positivismo. A tradição deste modo de representação aparece com um propósito similar, *inter alia*, no segundo volume da *História Geral das Civilizações*, cujos tomos foram publicados ao longo da década de 1950, em paralelo ao exercício diplomático de Franco Nogueira. No livro dedicado a Roma e sua relação com outros povos europeus, a classificação cultural quanto à maturidade é notória.

A [civilização] dos gauleses, ao contrário, não teve a possibilidade cronológica para se realizar. Nascera em uma época pouco propícia à sua maturidade. Considerada no seu conjunto, só existiu em estado de promessa. Acabava apenas de nascer em certos setores quando, pela conquista, foi asfixiada por uma civilização cuja superioridade incontestável não era apenas militar e que, embora estrangeira, suplantou-a mui rapidamente, sem encontrar qualquer resistência séria – cultural, entenda-se – em todos os territórios onde começava a impor-se (AYMARD et AYBOYER, 1964, p. 58).

A apresentação dos romanos como civilização madura ganha nitidez quando comparada com uma sociedade infantilizada, em um jogo de cognatos que se completam e justificam um ao outro. Tal é a lógica da dominação de Sartre, Fanon, Babha e Said, mas cuja aplicação não se deu

apenas entre europeu e não-europeu. Neste sentido, o texto de Boaventura de Sousa Santos, *Entre Próspero e Calíban*, também descreve a fluidez das categorias de colonizador e colonizado como plasticidades do cotidiano e das relações sociais, ao notar que Portugal, em cuja meta-narrativa se galardoava o papel de civilizador, também era descrito como povo atrasado por outros europeus (SANTOS, 2003, pp. 24-29). Neste e em outros casos, a ontologia das identidades se manifesta como incontida por regras definitivas e cuja complexidade impede que seja tratada como absolutos monolíticos.

Tóquio Diário

Por seus registros do início da atividade diplomática, Franco Nogueira não cumpriria o papel explícito de um orientalista, tendo em vista que não demonstrava uma pretensão cientificista e hierárquica ao debruçar-se sobre um estereótipo asiático místico. Pelo contrário. Em seus textos públicos, ele próprio foi um entusiasta do misticismo entrevisto no que se lhe apresentava como a meticulosidade racional da sociedade japonesa. A essencialização unitária do Japão, representada em seus textos de caráter público, era, de fato, um espelho oriental que refletia a identidade portuguesa, mas não por oposição, como seria de se esperar, e sim pelo que se tornaria uma busca sintomática por legitimação.

Em seus textos profissionais, o tradicionalismo japonês que buscavam os olhos do diplomata e o conservadorismo da elite imperial não eram constatações inéditas, mas tinham o objetivo eventual de se mostrarem superiores à frivolidade norte-americana. Ao representar a cultura japonesa nestes termos, Franco Nogueira planejava limitar a percepção de um mundo feito à imagem e semelhança do liberalismo de Washington ou do comunismo de Moscou. O Japão ritualista, místico e tradicional era um bálsamo necessário aos mandarins do Estado Novo, porque representava a possibilidade da preservação de uma ordem antiga em meio ao abalo dos quadros da modernidade. A manutenção da Casa de Yamato, a casa real mais antiga do mundo, e o apego popular à figura do imperador refletiam as esperanças de que a liquidez cada vez mais onipresente na sociedade portuguesa não fosse inescapável e, em última instância, houvesse futuro para os antigos privilégios do salazarismo.

A relação entre as elites de sociedades asiáticas e as de Portugal é tão clara em Franco Nogueira quanto seu próprio casamento, com Vera Wang, filha de Otília Machado Duarte e Wang Shuyao, diplomata da China nacionalista. Alberto e Vera se conheceram no Japão, onde ela permanecia na condição de refugiada por conta da guerra civil no país de seu pai. Sobre a experiência do diplomata em Tóquio, o professor Manuel de Lucena escreveu que, apesar de profissionalmente “morna”, “o marcou – abrindo-o à Ásia – nos planos político e cultural”

(LUCENA, 2015, 158). A etapa nipônica teria sido, portanto, ainda mais contundente na formação pessoal e no imaginário do indivíduo que em questões puramente diplomáticas. Por isso, a partir de seu diário pessoal, ela pode ser considerada um momento definidor para muito da visão de mundo e da defesa do Estado Novo e do colonialismo português que Franco Nogueira construiu em suas obras posteriores.

A grande barreira que desune oriente e ocidente aparece cedo em seu diário da estadia em Tóquio. Logo em janeiro de 1946, o diplomata fez o registro de um encontro com um velho austríaco que estava hospedado no mesmo hotel:

- E depois, meu caro senhor, no Extremo Oriente há outros padrões de moral, mesmo os ocidentais os adquirem. Em última análise, tudo redundando sempre em pouca vergonha, ou se trate de negócio ou sentimento. O senhor para cá veio, o senhor verá! – E eu vi logo a seguir. Quando subi ao meu quarto, a sós no elevador com um sueco, este esclareceu-me sem reboço: - Aquele velho austríaco com quem o senhor esteve falando, agora vende a filha novinha aos americanos a troco de latas e presunto e cigarros. O desalmado! (NOGUEIRA, 2019, p. 28)

Este senhor austríaco é um transeunte nos relatos de Franco Nogueira e aparece pelo menos duas vezes, em situações extremamente reveladoras da visão do escritor sobre o Japão. Aqui, seu comentário aparenta causar no português a repulsa. Esta anotação, feita após tão pouco tempo de chegada na Ásia, pode revelar uma primeira inclinação à procura dos sentidos por conta própria. Mas esta, caso tenha existido, não parece ter durado. Em entrada no dia 4 de fevereiro, Franco Nogueira anotou o comentário de um francês que identifica como J.D.:

Quer que lhe fale franco, mas franco, como prevenção para os anos que vai aqui viver? Pois ouça: isto para o ocidental residir é difícil. Estímulo para os estrangeiros não há, e a nossa vida psicológica vai definhando a pouco e pouco. Nós aqui gastamos energias, não se sabe aparentemente porquê, e sentimo-nos sempre esgotados mesmo sem fazer esforço de monta e tornamo-nos irritados, nervosos. É preciso grande autodomínio para não perdermos a cabeça, sobretudo nas actuais condições de vida no Oriente misturada à vida de ocupação. E é preciso saúde, muita saúde, porque o clima é áspero. Claro: só se aperceberá disto tudo ao cabo de certo tempo, um ano no mínimo. E mais do que tudo, calma, muita calma, e uma paciência inesgotável! (NOGUEIRA, 2019, p. 68 e 69)

Desta vez, 24 dias após o encontro com o velho austríaco, não houve um comentário reprovador como resposta ao alerta das intempéries que aguardavam um ocidental no oriente. Pelo contrário, Franco Nogueira escreveu que “pela primeira vez tenho a sensação nítida e presente, quase física, de que o Oriente e o Ocidente são dois mundos tão à parte e tão distantes que os murmúrios de um não ressoam no outro” (NOGUEIRA, 2019, pp. 68 e 69). A distância agora

percebida pelo autor denotava saudades de Portugal, da Europa e do Ocidente. Dois dias depois, houve outro apontamento neste sentido.

Faz um mês que estou no Japão, a bem dizer enclausurado neste hotel. Começo a sentir duas realidades: eu e, para além de mim, todo o Japão, com a sua colônia estrangeira, os seus ocupantes e, acima de tudo, o seu povo e as suas paisagens para mim desconhecidas. Mas todo este mundo me parece tão alheio e vário que ao seu contacto tenho uma sensação de isolamento maior do que se estivesse fisicamente só (NOGUEIRA, 2019, p. 69).

As semelhanças entre este trecho, escrito em 1946, e as observações de Teodoro, protagonista da obra *O Mandarim*, publicada em 1880 por Eça de Queiroz, ele próprio também um diplomata.

Então invadiu-me a alma uma melancolia, que o silêncio daquelas alturas, envolvendo Pequim, tornava de um vago mais desolado: era como uma saudade de mim mesmo, um longo pesar de me sentir ali isolado, absorvido naquele mundo duro e bárbaro; lembrei-me, com os olhos umedecidos, da minha aldeia do Minho, do seu adro assombreado de carvalheiras, a venda com um ramo de louro à porta, o alpendre do ferrador, e os ribeiros tão frescos quando verdejavam os linhos (QUEIROZ, 1999, p. 75).

Enquanto indivíduo, o contato com a sociedade japonesa fazia com que Franco Nogueira estivesse só; reação que condenava sua futura adoção pública e institucional de uma retórica luso-tropical, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros. Suas primeiras desventuras em Tóquio contrastam ainda com sua consideração dos Estados Unidos como país, povo e cultura inaptos ao trato com povos asiáticos e africanos. Há, portanto, um nítido afrontamento entre o homem e a pessoa pública. Entretanto, um trecho seguinte é ainda mais revelador do impacto que seu primeiro contato com o Japão teve em sua hermenêutica.

[H]á particulares em que me acho ligado à comunidade de estrangeiros. É que todos estamos no Japão, que é casa estranha e terreno alheio. Todos estamos deslocados, fora do nosso clima; e nisso está o fulcro da convergência. Sobretudo pelo que toca àqueles dos estrangeiros que são europeus. Há entre mim e eles, apesar de tudo, um maior e mais sensível eflúvio de compreensão e solidariedade: se por fás ou por nefas aqui viemos parar, o certo é que temos uma única raiz. Somos da mesma raça e estivemos nos países uns dos outros; andamos nas mesmas cidades e comemos nos mesmos restaurantes. Falamos línguas diversas e estamos calhados em hábitos e gostos à parte, mas desabrochamos para a vida à sombra duma só matriz: a Europa. Velha e relha de muitas idades, esta oferece, para além das suas diversificações, um cadinho comum a todos

os seus e marca-os dum contraste facilmente discernível e sem parceiro
(NOGUEIRA, 2019, p. 69 e 70).

O Japão de Franco Nogueira havia se tornado um terreno alheio, uma humanidade a parte do que lhe parecia dever ser a Europa. Sua rejeição ao diálogo com os elementos da cultura nipônica pode tratar-se de saudade, por estar no começo de uma viagem a tão longe de casa. Entretanto, é evidente que o contraste com o outro o havia tornado um europeu. Neste sentido, há uma afirmação clara de orientalismo; um espelho que fundamenta a própria ontologia do sujeito social. Acima de tudo, Franco Nogueira descobriu-se um ocidental por conta da convivência com diferenças, que não chegaram a ser avaliadas por sua própria lógica, mas ponderadas pela lógica do estrangeiro. O narrador não parte do pressuposto de que, do outro lado da barreira lingüística, havia indivíduos no Japão com os quais poderia socializar. Mas a sentença monolítica do orientalismo funcionara outra vez como garantidora de que os estereótipos se confirmariam perante os olhos inquisitivos de um português, ainda que diplomata de carreira e acadêmico de formação. Esta qualidade silenciadora de diálogos seria descrita pelo próprio Edward Said:

[Q]uando um europeu ou um americano estuda o Oriente, não pode haver negação das principais circunstâncias de sua realidade: ele se aproxima do Oriente primeiro como um europeu ou um americano, em segundo lugar como um indivíduo (SAID, 2007, p. 39).

Esta era precisamente a confissão de Franco Nogueira. Enquanto representante da elite política do Estado Novo e um diplomata proeminente desde sua formação, seu próprio texto privado o contradiz. As primeiras semanas em que esteve no Japão, ao lado de homens e mulheres reais, inspira duas análises paralelas. De um lado estava a estrutura consciente, para a qual a sociedade japonesa, enquanto oriente da sociedade portuguesa, deveria servir de elemento justificador do antiamericanismo, do autoritarismo e da vocação colonial. De outro, o indivíduo Franco Nogueira teve uma experiência descompassada dos mitos freyreanos que futuramente procuraria construir; uma evidência dos limites das meta-narrativas enquanto referencial e concessão de sentido aos atores sociais.

Gilberto Freyre enaltecia a plasticidade cultural do português como elemento definidor do seu colonialismo. Esta interpretação sociológica teria tanta importância para Lisboa no pós-Guerra a ponto de o Estado Novo se encarregar do patrocínio de parte das obras do escritor brasileiro, que se tornou uma espécie de mentor intelectual da diplomacia lusitana. Entretanto, há uma notória diferença entre sua explicação do mundo e as percepções que teve Franco Nogueira nos anos 1940 no Japão. Apesar de sua solidariedade pouco tímida ao regime nipônico que havia sido derrotado, o diplomata português tinha poucas reservas na sua crença de que era diferente dos asiáticos, por

uma questão que teria sido impressa em sua essência pela antiguidade dos seus quadros de referência.

Escandinavos de olho azul e pêlo loiro, educados de maneiras e desportivos nos costumes; germanos entroncados, meticulosos de corpo e mente; latinos ociosos, pelintras e palradores sempre, e ainda galhardos e bravos como nos bons tempos; eslavos desalinhados, com a lábia do urbano e a rudeza do montanhês – todos aqui pressentimos a bitola colectiva do torrão europeu, arado por séculos de misérias e glórias, e quase com orgulho e arreganho reivindicamo-lo contra o amarelo. Não se trata, está bem de ver, de desdém ou prejuízo rático: é atavismo milenário e marca geográfica que une para além da vontade individual (NOGUEIRA, 2019, p. 70).

Este trecho é fulcral na compreensão de como grande parte dos servidores do Estado Novo português interpretavam a cultura e as sociedades. Há também uma constatação da importância da História, e seu revisionismo, como metafísica fundamental na construção dos totalitarismos e da colonialidade hierarquizante que marcava o discurso de Franco Nogueira. Para ele, da historicidade advinham os “atavismos milenares” que separavam a humanidade em blocos simplificadores, um discurso político que vigora e sustenta os populismos do século XXI.

Referências

Referências bibliográficas

- AYMARD, André et AUBOYER, Jeannine. Roma e seu Império. In. CROUZET, Maurice. **História Geral das Civilizações**. Tomo II. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1956.
- BHABHA, Homi K.. Signs taken for wonders. In. ASHCROFT, Bill. GRIFFITHS, Gareth et TIFFIN, Helen (Eds.). **The Post-Colonial Studies Reader**. Nova York: Routledge, 1995.
- NOGUEIRA, Franco. **Tóquio Diário, 1946**. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- FANON, Frantz. **Black skin, White masks**. Londres: Pluto, 2008.
- FERREIRA, Leonildo Paulo. *O reencontro da filha e do pai que Salazar e Mao separaram*. **Diário de Notícias**. 22/08/2020. Disponível em: <<<https://www.dn.pt/mundo/o-reencontro-da-filha-e-do-pai-que-salazar-e-mao-separaram-11227845.html>>>.
- HAKUTANI, Yoshinobu. **East-West Literary Imagination: Cultural exchanges from Yeats to Morrison**. Columbia: University of Missouri Press, 2017.
- LUCENA, Manuel de. **Os lugares-tenente de Salazar**. Lisboa: Alétheia Editores, 2015.

Eça de Queiroz. **O mandarim**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, Pós-colonialismo e interidentidade**. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 66, Julho 2003, p. 24-29. Acessível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prospero_e_caliban.pdf>>.

SARTRE, Jean-Paul. **Anti-semite and Jew**. Nova York: Schocken Books, 1995.

ALCAZAR LYRIQUE: TRANSFORMAÇÕES NA VIDA NOTURNA E TEATRAL DO RIO DE JANEIRO DE FINAIS DO SÉCULO XIX

Julia Lanza¹³³

Resumo: O Alcazar Lyrique foi um café-cantante que funcionou no Rio de Janeiro entre 1859 e 1880, com repertório e elenco hegemonicamente franceses, dando ênfase às peças ligeiras que começavam a ganhar o público fluminense. Apesar das tentativas anteriores sem sucesso na cidade, esse modelo de diversão, popular em Paris desde finais do século XVIII, atraiu uma plateia diversificada logo nas primeiras noites. Inicialmente, foi administrado por Adolphe Hubert. Após encerrar suas atividades por conta de dívidas, reabre dois anos depois, sob administração de Joseph Arnaud, estabelecendo-se como um polo de diversão noturna no Rio de Janeiro. Este trabalho propõe uma análise preliminar sobre o Alcazar Lyrique, sinalizando seu papel na transformação da vida noturna e teatral fluminense da segunda metade do século XIX.

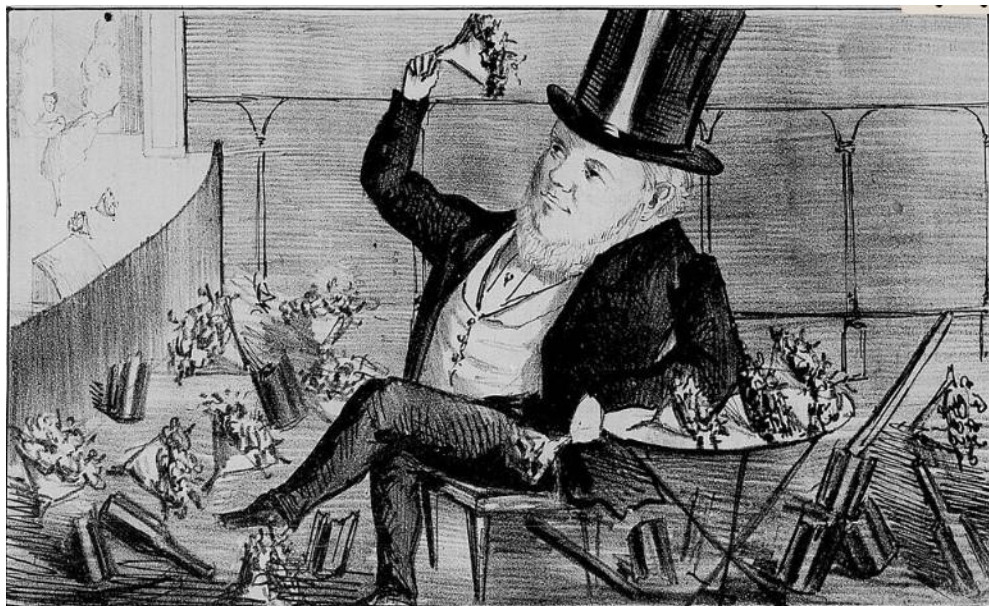
Palavras-chave: teatro ligeiro; Rio de Janeiro; século XIX.

O Alcazar

Em fevereiro de 1859, no Rio de Janeiro, sem grandes alardes na imprensa, um pequeno estabelecimento foi inaugurado bem próximo à já famosa Rua do Ouvidor: o café-cantante Alcazar Lyrique. Administrado por Adolphe Hubert e Carlos Roussin, a nova casa de espetáculos oferecia um bufê, aberto durante todo o dia, e espetáculos variados todas as noites. Às vezes, promovia bailes que adentravam a madrugada e eram gratuitos para as mulheres.

O modelo de divertimento de café-cantante ou café-concerto não era uma novidade para o público fluminense. Nele, a plateia sentava-se ao redor de pequenas mesas, consumia do bar (ou buffet), enquanto se desenrolavam as apresentações em um pequeno palco. Apesar de já serem uma das principais diversões em Paris daquele momento, no Brasil, as poucas tentativas semelhantes não tinham gerado muitos frutos.

¹³³ Doutoranda do PPGHIS/UFRJ, bolsista CAPES.



Desenho mostrando o interior do Alcazar. *Bazar Volante*, 18/3/1866.

A abertura do Alcazar, todavia, foi diferente. Criado provavelmente como uma possibilidade de negócio e um espaço de sociabilidade da comunidade francesa no Rio de Janeiro, logo atrai um público mais abrangente. Isso porque era um dos poucos locais de diversão noturna na cidade, que ficava aberto até tarde da noite e ainda promovia espetáculos a preços acessíveis.

Durante todo o seu período de existência, o Alcazar foi administrado por franceses (ainda que indivíduos diferentes tenham assumido essa função), tinha um elenco composto apenas por artistas franceses, um repertório hegemonicamente francês - com números de canto e dança, além de representação de peças ligeiras¹³⁴ - e possuía, como já mencionado, um buffet que ficava aberto o dia todo, inclusive servindo às pessoas durante as apresentações. Além disso, o ingresso para os espetáculos sempre custou mil réis e a plateia era diversificada, ainda que fosse o lugar preferido dos “jovens moços”, segundo os jornais.

Não obstante, algumas mudanças são observáveis ao longo do tempo. Inicialmente, só existia um único tipo de ingresso (normalmente, os teatros possuíam preços diferenciados dependendo do lugar escolhido – galerias, camarotes, entradas gerais, stalles etc.) e havia um foco maior em anunciar o buffet e em marcar o estabelecimento como um lugar de espetáculos variados - sem informar os nomes das atrizes ou atores, sem dizer quem eram os autores e compositores das peças e, inclusive, frequentemente propondo outros divertimentos que não eram representações, como bailes mascarados ou sorteios.

¹³⁴ As peças do gênero leveiro, de origem europeia, eram espetáculos musicados, cômicos e alegres, compostos por números de canto e dança, efeitos visuais e cenas dramáticas. Os literatos do período consideravam-nas “menores”, desprovidas de valor literário. No entanto, no Brasil, tornaram-se muito populares.

Com o passar do tempo, o buffet e o interesse em variar as apresentações todas as noites perdem espaço. Os bailes passam a ocorrer apenas nos dias de carnaval – como era de praxe nos teatros do Rio – e surgem três tipos de bilhetes, com as galerias e stalles custando o dobro da entrada comum. Há um foco maior em divulgar a companhia que ocupa o espaço como “troupe parisienne” e cada vez mais os artistas são anunciados como estrelas de algum teatro de Paris, culminando com a contratação de Marie Aimée Tronchon, que se torna a principal diva e atração do Alcazar. Por último, cada vez mais há uma aposta em colocar em cena operetas de Offenbach, que estavam, praticamente no mesmo momento, arrebatando o público parisiense. Isso, por sua vez, termina por transformar o Alcazar em uma referência na representação das peças musicadas por esse compositor, que passam a ser assim divulgadas – ou seja, ter autoria e a ser um importante motivo pelo qual às pessoas se dirigiam a essa casa de espetáculos. Algumas delas, inclusive, tornam-se a única atração da noite, como é o caso de *Orphée aux enfers*, que estreia em fevereiro de 1865 e se firma como uma das peças mais reprisadas nos palcos brasileiros.

Nesse ponto, é válido destacar as novidades que as operetas, criadas por Offenbach, traziam para as produções dramáticas - no Brasil, na França e em diferentes partes do mundo. Utilizando-se da ironia e da paródia, recheadas por inúmeros quadros de canto e dança – em que o canção figurava como elemento fundamental –, esse gênero de espetáculos caçoava dos ideais românticos e da moralidade burguesa defendidos nas peças consideradas “sérias” e de “alto valor literário”. Mais do que isso, como mostra Aline Pinto (2014, p.64), conferiam grande destaque às personagens femininas, que moldavam e eram moldadas pela atuação das atrizes. Nessa operação, estas convertiam-se em grandes divas, as estrelas da noite. Tinha início, então, aquilo que Neyde Veneziano chama de “sistema vedete”: o processo de construção de carreiras artísticas de mulheres que, através de músicas, representações brejeiras e diálogo com a plateia, tornavam-se, desde finais do século XIX até a segunda metade do século XX, as principais atrações das peças musicadas no Brasil (VENEZIANO, 2011, p.61).

É interessante notar que tudo isso não deixava de ser uma forma de reforçar estereótipos e papéis de gênero. Por um lado, a atuação insinuante das mulheres (mesmo que atuação!) poderia ser vista como imoral enquanto o olhar interessado do homem, mesmo que casado, não era digno de reprovação. Mais do que isso, suas masculinidades eram fortalecidas a partir do desejo que dirigiam às figuras femininas que se encontravam em cena. Junto com isso, empresários e ensaiadores das companhias, hegemonicamente do sexo masculino, também ganhavam dinheiro em cima da exploração de suas contratadas.

Paralelamente, as atrizes, ao performar de maneira sensual, traziam, ainda que sem o uso da palavra, outras propostas de sexualidade e relação com o próprio corpo, mostrando a capacidade

que a dança tem de “mutabilidade de significados e de questionamento dos papéis definidos para cada sexo, propondo novas formas de viver e de se relacionar”, como enfatiza Karla Carloni (2020, p. 82). Junto com isso, elas se colocavam em uma posição de dominância, corrompendo as lógicas da opressão de gênero. Não só porque eram ativas na dinâmica do flerte, mas também porque, ao se apropriarem da objetificação de seus corpos, passavam também a poder, se não ditar as regras, pelo menos impor o ritmo do jogo. Por conta disso, podiam também ser admiradas pelas mulheres de modo geral. Uma publicação à pedidos no *Jornal do Commercio* é sintomática: nela, um homem pede ao diretor e gerente do Alcazar o favor de ceder uma de suas melhores dançarinas (Mlle. Julia) a fim de dar algumas lições de canção a jovens alunas que admiraram seu talento no último baile no Hotel Brisson (JORNAL DO COMMERCIO, 18/10/1863).

Desse modo, a figura das artistas, naquele momento, era frequentemente associada à degradação moral, pois afastava a mulher do ideal “de esposa, mãe e cuidadora do lar” defendido por médicos, pedagogos e juristas.¹³⁵ Ao mesmo tempo, reforça o argumento presente em estudos das últimas décadas que vêm demonstrando que tais pontos de vista não eram compartilhados por todos.¹³⁶

Assim, ainda que fossem julgadas pelo mundo letrado, principalmente por buscarem seduzir a plateia, explorando suas belezas físicas e insinuações de duplo sentido, as atrizes alcazalinhas ganhavam presentes de seus admiradores, destaque nos jornais e traziam verdadeira fortuna para o estabelecimento - e, conseqüentemente, para si mesmas. Nesse sentido, personificavam importantes tensões sociais de finais do século XIX, relacionadas a diferentes perspectivas e propostas quanto à moralidade e sexualidade feminina.

Paralelo a tudo isso e não por acaso, o Alcazar se populariza cada vez mais, tanto por atrair um público numeroso e variado, quanto por se tornar paulatinamente mais conhecido. Embora todas as pesquisas sobre o estabelecimento insistam que as senhoras não o frequentassem (as prostitutas certamente o faziam), a companhia começa a fazer espetáculos, às vezes em outros teatros (como o Lyrico Fluminense), direcionados para “às famílias”, mas com a mesma programação das outras noites (JORNAL DO COMMERCIO, 01/11/1863). Os jornais e a bibliografia também mostram como o repertório do Alcazar toma toda a cidade do Rio de Janeiro, divulgado pelos realejos, libretos, partituras, sendo assoviado pelas ruas e mesmo tocado no piano por sinhozinhos (MENCARELLI, 2003, p.22). O Hotel Brisson anuncia, algumas vezes, bailes da Sociedade Brasileira cujo principal atrativo é a orquestra do Alcazar (JORNAL DO COMMERCIO, 2/02/1863). Vasques, importante ator cômico do Teatro Ginásio, frequentado

¹³⁵ Ver, por exemplo: MACEDO JUNIOR, 1869; VIVEIROS DE CASTRO, 1934 [1ª edição 1894]; ROSA, 1896.

¹³⁶ Ver, por exemplo: SOIHET, 2000; SCHETTINI, 2002; ABREU, 2004;

por um público letrado, escreve dois intermédios sobre o Alcazar que são reprisados inúmeras vezes (VASQUES, 1866; VASQUES, 1889).

Por volta de 1864 até 1968 é a fase áurea do estabelecimento. Nos jornais, o número de menções ao Alcazar cresce consideravelmente e não se restringem à citação de qual será o seu repertório da noite. Fala-se mais sobre seus bastidores, seu elenco, causos que ocorrem nas suas salas etc. As representações que ocorrem em seu palco tornam-se alvo da incipiente crítica teatral e da inspeção policial mais acirrada. Em 1866, o *Almanaque Laemmert*, pela primeira vez, cataloga o estabelecimento. Em 1867, a coluna “L’Alcazar em robe de chambre” passa a figurar no periódico *Ba ta clan* com matérias dedicadas às atrizes dessa casa de espetáculos.

Depois de 1866, o Alcazar perde um pouco de espaço na noite fluminense, que passa a contar com mais casas de espetáculos do que em 1859, mas ele dura até 1880, resistindo ainda dois anos após a morte de Joseph Arnaud (ocorrida em 1878), que o havia dirigido por 24 anos.

O que importa destacar é que ao longo de sua trajetória, o Alcazar parece ter se distanciado de um modelo de “café-cantante” e, aos poucos, se tornado um teatro, ainda que com pequenas proporções. Isso porque as representações se tornam o principal atrativo e o próprio foco do estabelecimento passa a ser mais as peças, especialmente operetas. Além disso, a imprensa passa a usar os termos “teatro” ou “teatrinho” para se referir ao Alcazar, que também começa a se vender como “Theatre Français”, possuindo, a partir de 1863, uma cortina de boca de cena representando uma vista da Baía do Rio de Janeiro, pintada por M. João Caetano Ribeiro (JORNAL DO COMMERCIO, 03/10/1863). Em crônica de 1865, o periódico Bazar Volante é taxativo ao afirmar que o café chantant “tomara as proporções de teatro” no tempo de Halbleib e Jenny, artistas que tinha se destacado em seus palcos anos antes (BAZAR VOLANTE, 12/11/1865).

Esse deslocamento parece ter sido fundamental para trazer para o teatro no Rio de Janeiro um público que, antes, não era adepto desse tipo de divertimento. Público esse que se interessava principalmente pelas peças de Offenbach. Isso, por sua vez, torna pouco a pouco as peças ligeiras como o principal gênero dramático representado nos teatros do Rio de Janeiro, a despeito das críticas dos jornais e de literatos do período, que consideravam-nas “pretexto para chirinolas e cenografias”. (COELHO NETO, “Fagulhas”, *Gazeta de Notícias*, 10/02/1898). Segundo Larissa Neves, inclusive, trata-se do marco inicial da criação de uma poderosa tradição teatral no país que adentra o século XX: é reinventada e subvertida pelo “Teatro Moderno”, reapropriada pelo teatro político dos anos 1960 e influência, inclusive, a televisão e os musicais mais atuais – esses também inspirados nos modelos norte-americanos.

Junto com isso, também fica evidente como na Rua da Valla, onde ficava o Alcazar, vão se instalando novos negócios que, ao anunciarem sua abertura, usam essa casa de espetáculos como ponto de referência.



Jornal do Commercio, 11/07/1863.



Jornal do Commercio, 12/12/1863.

Em 1865, o *Le café des phocéens* é categórico ao afirmar que a Rua da Valla se embeleza todos os dias com novos estabelecimentos devido ao Alcazar, que atrai todo o público do Rio (JORNAL DO COMMERCIO, 26/02/1865).

Além disso, crônicas e publicações a pedidos dos periódicos insistem em marcar a importância do Alcazar no rompimento da monotonia da cidade. O fato de o estabelecimento ficar aberto até altas horas, fazendo muito barulho, também é destacado, mesmo que com tom de crítica. Isso deixa evidente, por sua vez, a importância dessa casa de espetáculos na criação de uma vida noturna no centro da cidade e ao redor dos teatros.

Essas transformações operadas, não só, mas principalmente pelo Alcazar- alargamento do público dos teatros, enraizamento dos gêneros ligeiros e criação de uma vida noturna ao redor dos teatros – certamente modificam o papel social do teatro no Rio de Janeiro de finais do século XIX. A questão que se coloca é: que papel seria esse?

O papel social do teatro

Jean-Claude Yon, articula os conceitos de “teatromania”, dramatocracia e “sociedade do espetáculo” para pensar o papel social do teatro em Paris no “longo século XIX”, isto é, de 1879 a 1915.

Para este autor, até 1789, vivia-se ali uma “teatromania”, já que os teatros eram locais muito frequentados pela população. A Revolução Francesa, entretanto, ao converter os espectadores em cidadãos, transformou de forma inexorável e irreversível a relação das pessoas com o mundo em que viviam, inclusive com o universo teatral. Assim, mesmo em períodos não democráticos, o teatro em Paris tornou-se o coração da vida pública: um dos poucos locais frequentado por indivíduos com origens e interesses distintos - que se reuniam ali para viver emoções comuns e expressar e debater opiniões - e que impulsionava as ideias veiculadas no seu interior, intervindo no debate público, desde seus aspectos mais fúteis até aqueles mais importantes (YON, 2012, p. 7-8).

Assim, a despeito da censura, atores e autores sabiam perfeitamente transmitir suas mensagens aos espectadores, que também exerciam sua liberdade de julgamento acerca do que presenciavam. Paralelamente, os poderes públicos, mesmo nos momentos de maior enfrentamento e reação, consideravam o teatro como uma válvula de escape, um espaço onde a contestação era tolerada, desde que não se estendesse para além do edifício teatral, ainda que essa contenção fosse ilusória.

Dessa forma, há uma impregnação do teatro na sociedade francesa que se torna tão forte que deixa de ser necessário ir a um espetáculo para possuir uma cultura teatral, assim como não precisamos, hoje, ver um jogo de futebol ou assistir a um filme *blockbuster* para tomar parte de uma conversa sobre esses assuntos. Tem-se início, então, uma “dramatocracia” – expressão apropriada por Yon do relato de um viajante americano em Paris em 1838.

Em Paris, o fim da “dramatocracia”, para Yon, é um processo lento e relacionado à massificação da cultura, que cria uma “sociedade do espetáculo” em um sentido distinto daquele desenvolvido por Guy Debord (1967). Nesse movimento, o teatro perde a sua centralidade na vida cultural, social e política da cidade e, mais do que isso, a produção do entretenimento ganha uma escala e uma dimensão industrial, convertendo os espectadores em consumidores.

Levando-se em consideração o estreito diálogo entre a produção cultural brasileira e francesa em finais do século XIX, em que o Alcazar Lyrique é o símbolo máximo, a apropriação desses conceitos para refletir sobre o papel social do teatro no Rio de Janeiro entre 1850 e 1880 apresenta-se como um caminho fértil.

No Brasil, o teatro de palco surge como a chegada da Família Real Portuguesa e a inauguração do Real Theatro de São João, em 1813. Até a década de 1850, era espaço frequentado principalmente pela elite. A partir de 1832, há um esforço por parte dos literatos de impor um ideal de nação a partir do teatro realista, que pressupunha o controle da imprensa, as representações promovidas no teatro Ginásio Dramático e a atuação do Conservatório Dramático, instituição que

tinha como principal função censurar aquilo que subiria em cena. O projeto, defendido por nomes de peso como Machado de Assis e José de Alencar, era que o teatro deveria ser uma “escola de costumes”, isto é, ter como principal função educar e moralizar a população brasileira de acordo com valores burgueses (SOUZA, 2002, p. 25). Tal proposta, no entanto, teve vida efêmera porque, segundo Silvia Cristina Martins de Souza, foi questionada pelos demais sujeitos ligados ao mundo do teatro (artistas, autores, técnicos, empresários e público), que defendiam outras ideias de teatro nacional.

A partir de 1880, principalmente, Antonio Mencarelli (2003) argumenta que se constrói, no Brasil, uma “indústria da cena”, conceito que dialoga com a ideia de “sociedade do espetáculo” de Yon, pois ele também observa uma “massificação da produção dramática” – um aumento da escala de produção e da transformação dessa atividade em negócio (e, consequentemente, do público em consumidor dos novos produtos).

E no período imediatamente anterior, isto é, entre a derrocada do projeto realista e a ascensão da “indústria da cena”? Certamente, é possível observar elementos que mais tarde vão constituir uma “sociedade do espetáculo”, mas definir o papel social do teatro entre 1860 e 1880 a partir do que se concretiza depois é demasiadamente teleológico. Nesse momento, outras formas de apropriação desses espaços estavam em disputa.

As complexidades de uma sociedade escravocrata, governada por um Imperador com amplos poderes, mas em que há partidos e eleições censitárias certamente afastam uma ideia de “dramatocracia”, em um primeiro momento. A existência do Conservatório Dramático, responsável por censurar as peças, e de uma inspeção policial também parecem criar um ambiente bastante controlado.

Na prática, todavia, o Alcazar – e depois outros teatros – era um espaço onde indivíduos de origens e interesses distintos se reuniam para viver emoções comuns e socializarem. Mais do que isso, ali, os empresários, artistas e espectadores expressavam suas opiniões com certa liberdade, pois havia bastante tolerância por parte das autoridades em relação à contestação da ordem estabelecida que ali se operava. As músicas, as personagens e as atrizes que passavam por seus palcos eram tema dos jornais e das conversas cotidianas.

Ainda que a política institucional não fosse o assunto prioritário, outras propostas de moralidade e sexualidade feminina, por exemplo, eram debatidas nesses locais, mesmo que indiretamente, seja através do comportamento ousado das atrizes, da força e liberdade das personagens femininas ou da presença marcante das cortesãs – nos palcos e nas plateias.

Em outras palavras, a diversidade do público, a liberdade de expressão (principalmente corporal), a participação na construção da opinião pública e o contágio social por aquilo que se

passava em cena indicam que o Alcazar – e os teatros que herdaram e desenvolveram seu modelo de representações - eram algo mais do que apenas espaços de divertimento, consumo e sociabilidade. Eram arenas de tensão, disputa e debate.

Portanto, o Alcazar Lyrique e sua evolução ao longo do tempo, desde sua inauguração discreta como café-concerto, em 1859, até o encerramento definitivo de suas atividades teatrais, em 1880, não é o reflexo das mudanças que se operavam na oferta de entretenimento na cidade do Rio de Janeiro, em processo de modernização. Essa casa de espetáculos foi fundamental na criação de uma vida noturna fluminense em torno dos teatros, redefinindo a própria concepção do que eram esses locais e proporcionando novas formas de sociabilidade e lazer que tinham uma capacidade ímpar de alimentar e redirecionar os embates entre os diversos pontos de vista sobre os temas mais sensíveis da época, como àqueles relacionadas à moralidade e sexualidade feminina.

Referências

Fontes

Peças:

VASQUES, Francisco Correa. **O sr. Anselmo apaixonado pelo Alcazar.** Typ. Popular de Azeredo Leite: Rio de Janeiro, 1863.

VASQUES, Francisco Correa. **D.Rosa assistindo no Alcazar a um spectacle extraordinaire avec Mlle Rissette.** Typ. Theatral de Pires Franco da Cunha: Porto, 1889.

Obras científicas e memorialísticas

MACEDO JUNIOR. João Alvares de Azevedo. **“Da prostituição no Rio de Janeiro e da sua influência sobre a saúde pública”.** Rio de Janeiro, Tip. Americana, 1869.

ROSA, Francisco Ferreira da. **O Lupanar:** estudo sobre o caftismo e a prostituição no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: s/n, 1896.

VIVEIROS DE CASTRO. **Atentados ao pudor.** 3ª ed, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1934 [1ª edição 1894].

Periódicos:

Bazar Volante, 1886.

Courrier du Brésil, 1859.

Correio Mercantil, 1859.

Gazeta de Notícias, 1898.

Jornal do Commercio, 1858, 1859; 1861, 1862, 1863, 1865.

Le Figaro-Chroniqueur, 1859

Almanak Laemmert, 1866.

Bibliografia

ABREU, Martha. "**Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos**": conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920), Tempo, vol. 8, núm. 16, 2004.

BRANDÃO, Tania. "Amores perdidos: o teatro brasileiro e a figura social dos atores". In: BRANDÃO, Tania; GUSMÃO, Henrique; ALEIXO, Valmir. **Teatro e sociedade: novas perspectivas da história social do teatro**. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2021.

CALIPPO, Daniella. **Teatro musicado francês no Rio de Janeiro Oitocentista**: sucesso, ruína, aplausos e críticas. Miscelânea, Assis, v. 31, p. 49-64, jan.-jun. 2022.

CALLIPO, Daniela M. "**As grandes estrelas do Alcazar Lyrique do rio de janeiro**: a edificação de um mito". História, Rio Grande, v. 8, n. 2, 31-46, 2017.

CARLONI, Karla. "A Melindrosa Desonrada: Imprensa, Dança e Transgressão da Mulher Carioca na Década de 1920". In: MAIA, Andrea Casa Nova. **Recortes do feminino**: Cristais de memória e história das mulheres nos arquivos do tempo. Rio de Janeiro: editora Telha, 2020.

GALANTE DE SOUSA, José. O teatro no Brasil, vol. I. Rio de Janeiro: INL, 1960.

MAGALDI, Sábato. **Panorama do teatro brasileiro**. Rio de Janeiro: SNT, s/d.

MARZANO, Andréa. **Cidade em cena**: o ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892). Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008.

MENCARELLI, Fernando Antônio. A voz e a partitura: teatro musical, indústria e diversidade cultural no Rio de Janeiro (1868-1908). **Tese (Doutorado em História)**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000294474> (acesso agosto de 2016).

MENEZES, L. M. **(Re)inventando a noite**: o Alcazar Lyrique e a Cocotte Comédiénne no Rio de Janeiro oitocentista. Revista Rio de Janeiro, v. 20-2, p. 73-91, 2007.

MENEZES, L. M.. Ventos franceses nas noites cariocas: a cocotte comédienne e o Alcazar Lyrique no Rio de Janeiro imperial. **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO**, v. 24, p. 17-37, 2017.

NEVES, Larissa de Oliveira. "Ode ao teatro musicado nacional em quatro etapas, um prólogo e um epílogo". Urdimento – **Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 2, n. 41, set. 2021.

PINTO, Aline Santos. Aimée como Eurídice em Orphée aux enfers: atriz e personagem no teatro musicado (Rio de Janeiro, 1865-1868). **Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas)** - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

SCHETTINI, C. "Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas grandes sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX". In: CUNHA, M.C.P. **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de história social da cultura. Campinas: Unicamp; Cecult, 2002.

SOIHET, Rachel. "A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro da virada dos séculos XIX e XX". In: **Diálogos Latinoamericanos**,

núm. 2, 2000, pp. 92-114, Aarhus Universitet, Dinamarca, disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200208> (Março de 2016).

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. **As noites do Ginásio**: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868). Campinas: Unicamp/Cecult, 2002.

PRADO, Decio de Almeida. **História Concisa do Teatro Brasileiro** (1570-1908). São Paulo: Edusp, 1999.

YON, Jean-Claude. **Théâtromanie, dramatocratie, société de spectacle**. Une analyse alternative de l'histoire des spectacles. In : *Dix-huitième siècle*, n°49, 2017, p. 351-363.

YON, Jean-Claude. **Une histoire du théâtre à Paris de la Révolution à la Grande Guerre**. Paris : Aubier, 2012, 437p.

HISTÓRIA E TEATRO: AS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS NO REAL THEATRO DE SÃO JOÃO (RIO DE JANEIRO, 1813 - 1824)

Millene Pinheiro da Costa¹³⁷

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a importância do Real Theatro de São João, inaugurado em 1813 no Largo do Rossio, para a vida política e social do Rio de Janeiro oitocentista. Trazendo exemplos de eventos e comemorações que ocorreram nesse espaço cênico buscamos ressaltar as formas representativas presentes nesses festejos. Logo, o trabalho busca enfatizar a relação entre cultura e política e sua relevância para os estudos que investigam o início do século XIX na capital imperial.

Palavras-chave: Teatro; Política; Rio de Janeiro; Representação.

Introdução

Muitos são os estudos que se debruçaram sobre o período joanino no Brasil, sobretudo acerca dos impactos que a transferência da Corte portuguesa para este lado do Atlântico gerou na cidade do Rio de Janeiro, então capital da colônia e, posteriormente, nova sede do Império português. Nesse sentido, o presente trabalho colabora com a historiografia citada trazendo como foco de análise um *locus* ainda pouco explorado: o Real Theatro de São João.

Sendo assim a escolha do recorte cronológico se deu entre a inauguração deste teatro em 1813, e a data do primeiro grande incêndio sofrido por essa casa de espetáculos, em 1824.¹³⁸ Sendo um dos teatros mais antigos construídos no Rio de Janeiro, esse local foi um importante espaço de sociabilidade para as elites, recebendo constantemente a própria família real como parte de sua plateia. Todavia, muito além de um local de difusão cultural, no qual óperas e peças se mesclavam nos dias de apresentação, esse teatro foi muito importante para a política do período em questão.

Sendo assim, a partir da análise dos festejos que ocorreram dentro desse espaço, buscamos focar nossa análise na relação direta, e quase inseparável, entre cultura e política no momento demarcado, focalizando nossos olhares para as formas de representações políticas que se mesclavam em diversos gêneros durante as comemorações e festejos que ocorreram no referido teatro. Portando, através dos exemplos, ressaltaremos a importância do Real Theatro de São João para a vida social, cultural, mas sobretudo política no início do oitocentos nessa cidade que, hospedando toda uma corte despatriada, passou por um momento de mudanças intensas.

Ato I – Um teatro para o Rei

¹³⁷ Mestranda em História com financiamento da Capes no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa de Relações de Poder Linguagens e História Intelectual. Vinculada ao NEPHS – Núcleo de Pesquisa em História Política e Social, orientada pela Professora Doutora Adriana Barreto de Souza. Email: millenecosta18@gmail.com.

¹³⁸ O Real Theatro de São João sofreu três grandes incêndios ao longo de sua história. Após o primeiro incêndio, ocorrido em março de 1824, o teatro foi reconstruído e ganhou o nome de Imperial Theatro São Pedro de Alcântara, em homenagem ao imperador D. Pedro I.

A mudança da família real portuguesa para o Brasil modificou toda a história e estrutura do mundo luso-brasileiro. Esse evento, cheio de reviravoltas e contratempos, não teve precedentes na história das monarquias europeias e, resultou em uma quase inversão nas relações entre a metrópole e a colônia (SCHULTZ, 2008, p. 15). Sendo assim, para se adequar ao status de nova sede do Império de Portugal, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro passou por inúmeras mudanças econômicas, administrativas, culturais e políticas.

Essas mudanças, encabeçadas pela Coroa, tinham como objetivo principal a tentativa de transformar esta cidade, ainda cheia de aspectos coloniais, em cidade Corte. Logo, um novo aparato administrativo foi criado, além de uma nova força policial, a Intendência Geral da Polícia, para que a moral e “bem comum” fossem mantidos (SCHULTZ, 2008, p. 160). Além disso, os aspectos físicos e arquitetônicos da cidade deveriam ser alterados, sendo uma ótima exemplificação a proibição das gelosias, tipo de janela que, de acordo com a Coroa, perpetuava a insalubridade nas residências cariocas (MALERBA, 2018, p. 153).

No mais, sendo um período de turbulências políticas, uma vez que o momento era delicado e de guerra na Europa, a monarquia portuguesa necessitava que seu poder fosse constantemente reforçado e, quando possível, estivesse visível a olho nu. Logo, para o historiador Sergio Barra, existiu nesse momento a construção de “marcos físicos do poder”, ou seja, espaços que pudessem refletir em sua arquitetura e função a força, magnificência e o poder monárquicos (2008, p. 116). Nesse sentido, o Real Theatro de São João pode ser considerado um desses espaços, uma vez que a iniciativa para sua construção está diretamente ligada a este contexto político-social.

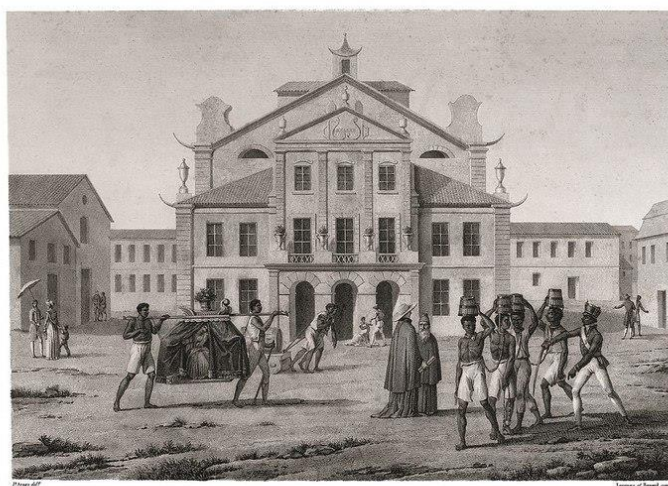
Na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, as Casas de Ópera existiam desde o século XVIII, sendo a mais recente construída a mando do Marquês do Lavradio, e nomeada como Ópera Nova, uma vez que substituíra outra casa mais antiga que havia sofrido um incêndio. Em 1808, D. João renomeou a Ópera Nova como Teatro Real, e depois novamente para Teatro Régio, subvencionando sua reforma para que estivesse à altura da corte que agora habitava a cidade. Essa casa de música foi um dos principais locais de festejos até 1813, tendo o príncipe comemorado seu aniversário de quarenta e quatro anos nela, o que mostra o apreço por esse estabelecimento artístico (MEIRELLES, 2013, p. 132-133).

Porém, ainda que a Ópera Nova fosse um local de muita relevância, o espaço era pequeno para receber toda a corte. Através do Decreto de 28 de maio de 1810, o futuro Rei exigiu que fosse erguido na cidade um “(...) Theatro decente, e proporcionado a população, e ao maior grau de elevação e grandeza em que hoje se acha pela minha residência nela...”.¹³⁹ O terreno para a

¹³⁹ Para ver o documento na íntegra, buscar por: Coleção de Leis do Brasil de 1810. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, p. 112.

construção do novo empreendimento foi doado por Fernando José Almeida, situado no então Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes.

Somente em 12 de outubro de 1813 o teatro abriu suas cortinas, no mesmo dia do aniversário do príncipe Pedro, futuro imperador do Brasil. A noite de estreia contou com a encenação da peça *O Juramento dos Numes*, de Gastão da Câmara Coutinho, e foi narrada no principal periódico do período, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, como uma noite decorosa que contou com a presença da família real.¹⁴⁰ Desde então, esse teatro se tornou um importante espaço de sociabilidade, sobretudo para as classes mais abastadas dessa sociedade, visto que era necessário comprar os bilhetes para assistir aos espetáculos, além de existirem camarotes alugados.



VUE DE LA SALLE DE SPECTACLE SUR LA PLACE DO ROCIO, À RIO DE JANEIRO.



Imagem 1) ARAGO, Jacques. Vista da Sala de Espetáculos na praça do Rocio, no Rio de Janeiro. Atlas Freycinet, 1820.

Sendo assim, no palco do Real Theatro de São João ocorreram óperas, bailes e encenações de peças que constantemente foram narrados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* e também, a partir de 1821, pelo *Diário do Rio de Janeiro*. As edições desses dois periódicos relatavam as peças e demais composições representadas, traziam descrições da recepção do público, além de informações sobre as companhias de teatro que se apresentavam. Logo, o teatro fez parte da rotina de divertimentos públicos para aqueles que podiam pagar pelas entradas.

Todavia, não foi apenas na difusão cultural e na sociabilidade que o Real Theatro de São João ganhou destaque para a sociedade. Sendo um espaço constantemente frequentado pelos habitantes da Corte, esse teatro foi um importante espaço político para o período, no qual diversas comemorações de momentos importantes para a Coroa portuguesa aconteceram ao longo de sua

¹⁴⁰ A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o principal veículo de circulação na imprensa, fazendo uma grande propaganda política do governo joanino, visto que a liberdade de circulação de periódicos só ocorreu em 1821. Para ver o documento citado, buscar por: *Gazeta do Rio*. 16 de Outubro de 1813. Edição 00083, p. 3-4.

estadia na cidade. Passaremos agora para uma análise das possíveis relações entre esse teatro e a política do período.

ATO II – Teatro e política na cidade imperial

Para analisarmos a relação entre o teatro e a política, é preciso compreender que esse espaço ganhou cada vez mais relevância a partir do ano de 1817. No meio dessa onda de mudanças que invadiu a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, foi neste ano que, em Pernambuco, uma revolução atrapalhou os planos comemorativos da Coroa, que já estava se planejando para a aclamação de D. João como Rei de Portugal, Brasil e Algarves, após o falecimento de Dona Maria. No entanto, a monarquia teve que deixar de lado o cerimonial para voltar seus olhos ao que estava acontecendo nas outras províncias.

O clima era de instabilidade e insatisfação em Pernambuco, uma vez que houve aumento nos impostos para custear as mudanças que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro (NEVES, 2011, p. 85). O estopim do movimento se deu em 6 de março de 1817, quando o Governador Caetano Pinto, que já estava sendo criticado pelos revoltosos, decretou a prisão de militares, acusados de organizarem assembleias e jantares onde se proclamavam “princípios sediciosos”. De acordo com Lucia Bastos, após um dos acusados reagir à prisão e ferir seu comandante, levando-o a morte, o caos se instaurou nas ruas, sobretudo contra os Portugueses, gerando até mesmo a fuga do então governador para o Rio de Janeiro (2011, p. 84-85).

A coroa não deixou passar em branco a revolta, reprimindo rapidamente o movimento de Dezesete. A violência física foi muito utilizada, sobretudo contra aqueles que faziam parte de classes inferiores, mas não foi somente por ela que a monarquia portuguesa fez exibição de seu poder. Segundo o antropólogo Georges Balandier, é necessário estar atento para a “*teatralização*” do mundo nas relações de poder, na qual “[...] o grande ator político comanda o real através do imaginário.” (1982, p. 6). Nessa lógica, o antropólogo alegou que

Ele (o poder) não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele (o poder) só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. (BALANDIER, 1982, p. 7)

Nesse sentido, com as notícias da derrocada da revolução de Dezesete, o Rio de Janeiro caíra em festa. Na *Gazeta* do dia 16 de junho, a edição afirmou que o povo da Capital recebeu as notícias com muita alegria, ajuntando-se no Largo do Paço, contando com a presença do próprio D. João.¹⁴¹ Mesmo com as comemorações na cidade, os festejos tinham o seu fim no teatro real, com iluminações colocadas espontaneamente pelos súditos, cantorias do hino nacional e

¹⁴¹ Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro. Edição 00048. 16 de junho de 1817, p. 2.

homenagens à monarquia com gritos incontroláveis.¹⁴² A mesma edição do periódico mostrou que as celebrações prosseguiram no domingo, dia 15 de junho, e também pela segunda-feira, dia 16 de junho, com repiques de sinos, salvas e, claro, as idas ao Real Theatro de S. João.

A partir de então, o Real Theatro foi palco de variadas comemorações políticas. O próprio aniversário do monarca, antes comemorado rotineiramente no Paço Real, passou a ser, a partir de 1818, comemorado todos os anos no teatro, até o retorno de D. João para Portugal. Em momentos importantes para a dinastia dos Bragança como o do anúncio do casamento de D. Pedro I com a princesa Leopoldina, ou até mesmo a aclamação de D. João VI como Rei, o teatro iluminava-se à noite, fazendo parte da própria cultura política da época. De acordo com os diários escritos por Maria Graham, viajante inglesa que viveu no Rio de Janeiro no início do século XIX, em ocasiões que eram de interesse público, o dia sempre se findava no Real Theatro de S. João, o que reafirma a importância e o costume da utilização desse espaço.¹⁴³

A partir de então, uma série de formas representativas foram sendo utilizadas durante as apresentações, colaborando com o objetivo principal das comemorações políticas, ou seja, com o próprio reforço da monarquia. Através desses eventos, interessava para a Coroa a manutenção de seu poder, uma vez que, desde 1808, enfrentavam momentos de instabilidade política. O movimento revolucionário pernambucano de 1817 colaborou para que o foco desse reforço se desse cada vez mais através dos simbolismos utilizados facilmente nos elementos culturais do período.

Nesse sentido, é possível analisar como ocorreram esses festejos dentro do Real Theatro a partir dos periódicos anteriormente citados. Primeiramente, é interessante notar como rotineiramente o retrato do Rei ou de representantes da família real foi manipulado dentro do teatro. Na edição de 23 de agosto de 1817 da Gazeta, em meio as comemorações pelo casamento de D. Pedro, o redator relata que no teatro, “[...] que estava todo iluminado, logo que se levantou o pano, e os espectadores tiveram a satisfação de ver os Retratos d’ELREI Nosso Senhor, da Nossa Augusta Soberana, e de S. A. Real, o Príncipe Real, se cantou o hino nacional seguido de frequentes Vivas ...”.¹⁴⁴

Segundo a inglesa Maria Graham, seria um velho costume português a apresentação de retratos do monarca em sua ausência em ocasiões cerimoniais.¹⁴⁵ O historiador Francisco Falcon afirmou que a etimologia da palavra representação é derivada do latim, e significa: reapresentar,

¹⁴² Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro. Edição 00048. 16 de junho de 1817, p. 2.

¹⁴³ A edição analisada e utilizada do Diário de Maria Graham é: GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Garnier, 2021, p. 299.

¹⁴⁴ Ver: Gazeta do Rio de Janeiro. Edição 00068. 23 de agosto de 1817. Há alterações realizadas na ortografia para um melhor entendimento do público leitor.

¹⁴⁵ Ver: GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Garnier, 2021, p. 299.

apresentar de novo, fazer presente algo ausente (2000, p.45). Nesse sentido, o retrato do Rei assume a própria importância do Rei, gerando a mesma aclamação que a figura física do monarca produzia, servindo como uma lembrança de quem verdadeiramente seguir e aclamar.

Além disso, entre as apresentações, a leitura de chamados “versos alusivos” foi muito comum. Esses versos, proclamados por artistas ou mesmo participantes da plateia, faziam referências ao acontecimento que estava sendo comemorado naquela noite. Ainda utilizando como exemplo as comemorações pela derrocada do movimento de 1817, a edição de 18 de junho trouxe um exemplo de versinhos: “Pelo melhor do Reis, o Pai da Pátria, quem há de recusar o sangue, e a vida.”.¹⁴⁶ Sendo assim, os versos tinham como objetivo a demonstração pública de apoio à monarquia.

Ademais, o hino nacional também foi frequentemente entoado dentro do Real Theatro. Na mesma edição do dia de 23 de agosto de 1817 da *Gazeta*, citada anteriormente, após a aparição do retrato do rei há o início do hino.¹⁴⁷ Já nas comemorações pela derrocada do movimento pernambucano, segundo a *Gazeta* trouxe, “[...] Em um dos intervalos, tornou o povo a pedir o hino, que foi cantado universalmente”.¹⁴⁸ É possível notar a presença do hino como representação da própria nação portuguesa. Da mesma maneira que o hino de um país pode, na atualidade, unir patriotas, no início do século XIX ele unia portugueses dos dois lados do Atlântico.

No mais, em uma sociedade de corte no qual havia ainda muitos iletrados, os quadros e pinturas históricos tinham caráter educativo para os súditos. É por isso que um dos meios representativos mais interessantes já apresentados no Real Theatro de São João vem a ser um pano de boca,¹⁴⁹ subvencionado pelo próprio Rei e exposto no dia 13 de maio de 1818, na primeira comemoração do aniversário de D. João realizada neste espaço. Intitulado como “Cenário para o Bailado Histórico”, a pintura foi realizada por Jean-Baptiste Debret, pintor francês que embarcou no Brasil com a Missão Artística Francesa.

Ainda que não seja possível analisar a pintura original, que não sobreviveu aos mais de duzentos anos, é possível observar a representação feita por Debret na prancha 39 de sua *Viagem Pitoresca e Histórica*. A pintura traz a cena uma mistura de personagens da mitologia grega com personagens da monarquia portuguesa, algo muito comum nas representações teatrais, elogios dramáticos e orações desse momento (MALERBA, 2028, p. 124). De acordo com o artista Debret, a cena pintada se passava em uma abóboda celeste, onde os deuses honravam esse episódio

¹⁴⁶ Ver: Gazeta do Rio de Janeiro. Edição 00049. 18 de junho de 1817.

¹⁴⁷ Ver: Gazeta do Rio de Janeiro. Edição 00068. 23 de agosto de 1817.

¹⁴⁸ Ver: Gazeta do Rio de Janeiro. Edição 00049. 18 de junho de 1817. Há alterações realizadas na ortografia para um melhor entendimento do público leitor.

¹⁴⁹ O pano de boca era uma espécie de pintura que separava o palco da plateia nos teatros.

histórico (DEBRET, 1989, apud MALERBA, 2018, p. 125).



Imagem 2) DEBRET, Jean-Baptist, Cenário para o Bailado Histórico. Viagem Pitoresca e Histórica, 1882.

A apresentação deste pano de boca, segundo o redator da *Gazeta*, faria alusão aos três últimos grandes acontecimentos na história da monarquia portuguesa, ou seja: a aclamação de D. João VI como rei, o casamento de D. Pedro e o próprio aniversário do monarca. De acordo com a mesma edição, após a aparição do quadro, “[...] levantou-se todo o imenso concurso, e rompeu-se em altos vivas a Sua Majestade, e Real Família. Cheios de entusiasmo, acompanharam o hino nacional com respeito, e submissão.”¹⁵⁰ Logo, o quadro teria gerado reações positivas da plateia, que demonstrava o apoio requerido pela monarquia.

Sendo assim, o espaço do Teatro se tornava ambiente privilegiado para a manifestação política. Todavia, nem sempre essas manifestações foram apenas com intuito de apoiar a Coroa. Em 1820, os ares na cidade Corte começavam a mudar já que em Portugal, iniciou-se a Rebelião do Porto, tendo duas bandeiras principais: o retorno de D. João VI para Portugal e a instauração de uma monarquia constitucional. Nesse contexto, as novas ideias políticas chegaram facilmente no Rio de Janeiro, sobretudo pelo fato de ser uma cidade portuária, através de panfletos políticos, folhetos e periódicos.

Foi no meio desse burburinho que a Coroa precisou se posicionar. Através de um Decreto publicado em 18 de fevereiro de 1821, a monarquia declarou a reafirmação da autoridade real para as decisões em Portugal, recusando a natureza deliberativa das Cortes que se preparavam para a construção de uma Constituição; além de ter recusado o retorno do Rei a Portugal e afirmado a partida do Príncipe Pedro.

Diante dos fatos, em 26 de fevereiro de 1821 eclodiu um movimento que teve como palco

¹⁵⁰ Ver: *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*. 15 de maio de 1818. Edição 00038. Há edições ortográficas para melhor compreensão do leitor.

a Praça do Rossio, onde estava localizado o Real Theatro. Segundo Lucia Bastos, o movimento contou com a presença de grupos anteriormente excluídos das discussões políticas, como burocratas subalterno, comerciantes e artesãos; além da Divisão Auxiliadora Portuguesa (2003, p. 249-250). A multidão que se formou no Rossio, em frente ao Real Theatro, exigia o juramento à Constituição que estava sendo preparada em Lisboa e que, no Brasil, fossem seguidas as suas bases. Além disso, enquanto a Constituição não ficasse pronta, foi exigido também o juramento à Constituição Espanhola, vista com um exemplo para o movimento constitucionalista.

Em meio as exigências, o príncipe D. Pedro entrou em cena apresentando a todos o novo decreto real, no qual a Coroa decidia jurar as bases da nova Constituição. De acordo com Kirsten Schultz, o povo, não satisfeito, entregou ao príncipe uma lista de nomes destinados a compor o novo governo. Após retornar do palácio em São Cristóvão, D. Pedro teria voltado ao Rossio e lido, da varanda do Real Theatro, o decreto com os nomes escolhidos para o gabinete real (2008, p. 355).

Esse momento foi narrado na *Gazeta* do dia 28 de fevereiro de 1821, ressaltando a ação do jovem príncipe Pedro e para a imensa felicidade dos que estavam na praça após a leitura do decreto. Segundo o redator: “É impossível explicar os transportes de prazer, e a satisfação, com que todos se abraçavam, dando-se mútuos parabéns, e não podendo conter o alvoroço, em que nadavam seus corações.”¹⁵¹ Além disso, como de costume, o dia terminou em festejos no próprio teatro, contando com a presença da família real, além de uma iluminação elegante, e um “[...] imenso número de pessoas em grande gala, e rivalizando a riqueza com o bom gosto”.¹⁵²

A escolha do espaço do Real Theatro para a leitura do decreto, assim como a escolha da praça como local para que as pessoas pudessem se manifestar perpassa pelos simbolismos que esse local foi adquirindo ao longo dos anos enquanto espaço político. Segundo o historiador Marco Morel, sendo um lugar privilegiado para os debates justamente pela sociabilidade dentro dele, o “[...] Teatro ocupa, na Corte brasileira, uma dimensão comparável à do Agora grego. Quer dizer, um lugar de expressão de vontades dos cidadãos que se consideram como os donos da cidade.” (2016, p. 274).

Conclusão

A partir da análise aqui realizada, é possível observar como o Real Theatro de São João, inaugurado ainda em 1813, fez parte do contexto social e político do governo Joanino no Brasil. Sendo este um período de acontecimentos políticos muito marcantes para a construção de nossa

¹⁵¹ Ver: *Gazeta do Rio de Janeiro*. 28 de fevereiro de 1821. Edição 00017. Há edições ortográficas para melhor compreensão do leitor.

¹⁵² Ver: *Gazeta do Rio de Janeiro*. 28 de fevereiro de 1821. Edição 00017. Há edições ortográficas para melhor compreensão do leitor.

história nacional, é interessante buscar novos olhares para esses eventos já muito explorados pela historiografia. O Teatro, para além de um espaço cultural, onde peças eram encenadas, óperas cantadas e bailes realizados, também foi importante para a difusão do projeto político monárquico do governo de D. João VI. Reestabelecer a Corte no Rio não foi tarefa fácil, e o ambiente do Real Theatro foi amplamente utilizado pela família real para as trocas culturais e políticas com seus súditos.

Sendo assim, a partir dos exemplos aqui expostos, podemos compreender de que maneira a monarquia lusa utilizou continuamente do mundo simbólico e cultural para o reforço de seu poder político. Manter a estabilidade somente pela força, como afirmou Balandier, não foi o suficiente, sendo importante construir laços simbólicos de respeito e devoção. Assim, o Teatro se tornou espaço privilegiado para essas manifestações políticas simbólicas que auxiliaram na manutenção dessa corte nos trópicos. Nas festividades cívicas, como os aniversários, mas sobretudo nos momentos marcantes da política nesse período, o teatro se fez presente.

Nesse sentido, é interessante notar como no contexto aqui analisado política e cultura se mesclam, sendo indissociáveis uma da outra. Ao voltarmos nossos olhares para uma análise conjunta desses dois campos históricos, ou seja, da Política e da Cultura, podemos corroborar para um olhar ampliado dos momentos significativos de nossa História. Logo, as atuações políticas podem ocorrer para além das instituições tradicionais, com a participação da população, seja para apoiar o modelo vigente, ou contestá-lo.

Referências

Referências Bibliográficas

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARRA, Sérgio. **Entre a Corte e a Cidade: O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2008.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Garnier, 2021.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2018.

MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Representações: contribuições para um debate interdisciplinar**. São Paulo: Papirus, 2000.

MEIRELLES, Juliana Gesueli. **Política e cultura no governo de D. João VI (1792-1821)**. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, Campinas, 2013.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840)**. Jundiaí/São Paulo: Paco Imperial, 2016.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais:** a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes tropical:** Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Alberto da Costa (coord.). **Crise colonial e independência:** 1808-1830. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

AS MEMÓRIAS DE JOÃO SILVÉRIO TREVISAN EM *PAI, PAI* (2017)

Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves¹⁵³

Resumo: Este artigo expõe e analisa os principais pontos da obra autobiográfica *Pai, Pai* (2017) que dizem respeito aos elementos da vida de seu autor, o escritor e ativista João Silvério Trevisan, que colaboraram para a sua formação política e ideológica. No texto, observa-se que, ao mobilizar a relação com seu pai como fio condutor de sua narrativa, Trevisan oferece ao leitor um testemunho que respalda e justifica seu rechaço pelo autoritarismo e seu ideal libertário, força motriz de seu ativismo.

Palavras-chave: João Silvério Trevisan; *Pai, Pai*; Movimento Homossexual Brasileiro.

Introdução

Nascido em 1944 na cidade de Ribeirão Bonito em São Paulo, João Silvério Trevisan, além de escritor, carreira pela qual construiu uma premiada trajetória, foi um dos pioneiros do chamado Movimento Homossexual Brasileiro, participando na fundação de duas importantes iniciativas: o grupo *Somos*, primeiro grupo de militância homossexual no Brasil, e o jornal *Lampião da Esquina*, um periódico de forte teor político e considerado pela historiografia como o primeiro grande jornal direcionado ao público homossexual no país.

Neste artigo, discutirei uma obra recentemente lançada pelo escritor e ativista, o livro *Pai, Pai*, publicado em 2017. Este é o primeiro volume de uma anunciada trilogia autobiográfica de Trevisan cujo segundo volume, *Meu Irmão, Eu Mesmo*, foi publicado em 2023. Essas obras são memórias em que o autor compartilha sua subjetividade e sua trajetória de vida em um exercício constante de autoanálise, levantando pontos que auxiliam a quem vise a compreensão de suas ideias políticas.

Ainda, com o objetivo de evidenciar os pontos expostos neste texto, mobilizo informações obtidas a partir da análise de outras fontes documentais do autor, o livro *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* e a sua entrevista concedida ao Memorial da Resistência de São Paulo.

A seguir, destaco os pontos que melhor expõem os impactos e as passagens de vida que, de algum modo, possam ter ecoado na formação política de Trevisan. Inclusive, trago trechos da obra para fazer deste artigo, também, uma apresentação do potencial documental do livro.

¹⁵³ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ), bolsista CAPES e membro do Núcleo de História Oral e Memória do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO/UFRJ).

Pai, Pai

Em *Pai, Pai*, Trevisan mobiliza suas memórias acerca da infância e da juventude em um período que vai desde seu nascimento em 1944 até o início da década de 1980. Como fio condutor da narrativa, o autor evoca a figura de seu pai, descrito por Trevisan como um homem autoritário que não demonstrava afeto a seus filhos:

Tudo que meu pai me deu foi um espermatozoide.

[...]

Quando bebê, não tenho condições de supor os eventuais carinhos que o homem tornado meu pai possa ter me oferecido. Mas, a partir da eclosão da consciência, minha memória não registra um único gesto de afeto que meu corpo tenha recebido da mão paterna, nem alguma graça da sua palavra. Não lembro de meu pai jamais ter me dirigido a palavra, exceto para me dar ordens, me censurar ou me xingar. De criança, eu examinava aquele homem à distância e tentava encontrar algum elo para além do acaso de ter me proporcionado o início da vida, e pouco mais. Não sem perplexidade, eu me sentia gerado por um estranho. (TREVISAN, 2017, p. 7)

Trevisan descreve sua infância como um período marcado por sofrimento e traumas adquiridos pela violência física e psicológica que ele, seus irmãos e sua mãe sofriam do pai. A experiência de ser filho de um pai autoritário deu a Trevisan concepções que ecoaram na sua visão política e, de forma mais ampla, nas ações que tomou ao longo da vida. Esta é uma análise construída pelo próprio autor como resultado de anos de terapia e de estudo de psicanálise.

Crescer uma criança “maricas”, como posto por Trevisan em *Pai, Pai*, foi um grande desafio. Em uma passagem, o autor conta sobre uma experiência traumática e violenta:

Eu teria entre oito e nove anos quando fui convidado a pescar com meus tios e primos, no rio Jacaré-Guaçu, um afluente do Tietê, próximo a Ribeirão Bonito. [...] Pelo clima de risadinhas e olhares de esguelha, farejei algum perigo. Não que fosse novidade. Com minha insegurança, eu farejava sempre, como maneira de ficar alerta e me precaver. Mas desta vez parecia uma armadilha, e não deu tempo de pensar em fugir. Fui agarrado pelo grupo e, sem mais, jogado no meio do rio Jacaré. Eu, que não sabia nadar, me debatia aterrorizado, engolindo água e tentando voltar para a margem. Só descobri o motivo da brincadeira quando entrevi o grupo, na margem, rindo e gritando que era para eu “aprender a ser homem”. [...] Quando consegui me estabilizar para fora da correnteza, assustado e ofegante, o grupo ainda ria da brincadeira divertida com o menino maricas. (TREVISAN, 2017, p. 54)

Em um outro episódio, dessa vez envolvendo seu pai, Trevisan conta:

No fim do dia, até o começo da noite, nosso bar se enchia de homens que chegavam do serviço na roça e vinham trocar conversa fiada, enquanto tomavam sua pinguinha. Claro que meu pai incentivava esse movimento benfazejo. Entre aquela homarada barulhenta, nem sempre o ambiente era propício a um menino tímido como eu. Pensando em passar despercebido, certa noite contornei por

trás do balcão do botequim e fui direto até a geladeira velha e fedida, onde tinha deixado um resto de guaraná na garrafinha caçula. Não sei se houve ou não um silêncio, quando se percebeu que a caça se aproximava da armadilha. A verdade é que destampeei a garrafa e, tão logo a virei na boca, senti o gosto do engodo que me tinha sido preparado. Quase se engasgando, cuspi fora o líquido. Sim, era mijo, que alguém tinha substituído pelo resto do guaraná. [...] Enojado, sem sabor o que fazer, ouvi os homens explodirem em gargalhada. [...] Fui invadido por uma sensação sinistra ao ver meu pai, meu próprio pai, rindo em meio aos fregueses e me escarnecendo por que... o quê? Eu não entendia. Mas hoje imagino que eles riam do maricas punido. (TREVISAN, 2017, p. 56-57)

Sensível e mais efeminado comparado aos outros homens que o cercavam na pequena cidade de Ribeirão Bonito, no estado de São Paulo, Trevisan descreve a infância como seu primeiro exílio, por estar deslocado de seu “lugar no mundo” e imerso em um “universo estranho”:

A vida de moleque carecia de luminosidade. Certa sensação de estranhamento, que perpassou minha infância, vertia-se na vaga intuição de que meu pequeno mundo não cabia nos limites de uma cidadezinha do interior de São Paulo. Ribeirão Bonito, minha terra natal, determinava o espaço do meu exílio. Não que eu fosse um cosmopolita precoce. Apenas pressentia que aquela terra não comportava meus sonhos. A inadequação talvez resultasse das surras que meu pai me dava, sem que eu conseguisse sabor por quê. Havia em mim um misto de vergonha e secreta culpa, na suposição de merecer o castigo por fazer algo errado, talvez algum pecado desconhecido. A culpa sem causa determinava o estado do meu exílio sem cura. (TREVISAN, 2017, p. 28)

Seu pai, estereótipo do patriarca, representava em si mesmo a hostilidade do mundo que Trevisan cresceu, expondo os traços mais autoritários e machistas da masculinidade, características estas que, já adulto, Trevisan comprometeu-se a combater quando iniciou sua militância política. Na obra, o autor, inclusive, comenta a forma como seu pai – e os homens que o cercaram durante a infância – se tornou um modelo de antítese, de modo que o autor se construiu como homem a partir da negação da masculinidade performada por seu pai: “Sou homem, sim, mas não quero ser igual a vocês” (TREVISAN, 2017, p. 55), diz o autor.

É possível indicar que o contato com a autoridade paterna tenha sido a raiz para o rechaço de Trevisan às autoridades de modo geral. Esta ojeriza foi alimentada durante os muitos anos que o autor estudou em seminários para padres, em um período que vai de sua pré-adolescência ao início de sua juventude. No seminário, Trevisan viveu seu segundo exílio, lidando com a solidão de ser um jovem homossexual em um ambiente que sua homossexualidade não era bem-vista. O autoritarismo agora não era mais representado pelo pai, mas pelas autoridades eclesiais e pelos dogmas católicos:

Uma vez no seminário, descobri tarde demais que eu caíra numa armadilha igualmente cheia de adversidades, ao me ver preso em novo contexto de

opressão. Querendo escapar do ambiente massacrante da minha casa, deparei-me com um cotidiano controlado por regras severas. [...] Naquele seminário, estávamos longe de uma reclusão desordenada. Ao contrário, um dos problemas advinha do excesso de ordem e controle. Os superiores exerciam uma autoridade, agora em nome de Deus, que nem meu pai ousaria. (TREVISAN, 2017, p. 70)

Por mais que, em *Pai, Pai*, Trevisan reconheça que muito da sua bagagem filosófica e artística foi adquirida durante os anos que esteve no Seminário de São Carlos, um dos mais progressistas do período, o ambiente permeado por regras e proibições sufocava-o. Nas memórias compartilhadas, Trevisan relata as vezes que se permitiu burlar as normas, como quando despiu-se de culpa cristã e experimentava os sentimentos da sua sexualidade aflorados pela chegada da adolescência ou em quando ia escondido assistir a um filme de Hitchcock:

Certa vez, no circuito comercial da cidade de Aparecida foi anunciado o filme *Festim diabólico* (*The Rope*, 1948), obra de Hitchcock que eu nunca tinha visto. Pedi licença para ir. O reitor negou, pretextando que, se a comunidade não podia ir, não valia para um o que não valia para todos. Sem titubear, decidi o contrário: pulei o portão do colégio à noite e fui, clandestino, ao cinema – movido pela paixão por Hitchcock. Já então eu me recusava abertamente a fazer parte de um rebanho. Se os padres sabiam do meu interesse por cinema, eu não devia depender da comunidade para exercer meu direito de ser quem era. Confesso que fui corajoso. Mas compensou. Voltei exultante com o filme [...]. Aquele plano-sequência valera o risco de expulsão do seminário. (TREVISAN, 2017, p. 123)

Com a saída do seminário antes de se tornar padre, em uma ânsia de conhecer o mundo que por muito tempo foi dele negado, Trevisan iniciou, na segunda metade da década de 1960, sua carreira frustrada como cineasta. Seu longa *Orgia ou o homem que deu cria*, lançado em 1970 e descrito por Trevisan como uma resposta à violência paterna, foi censurado pela Ditadura, causando-lhe enorme revolta. Aqui, mais uma vez, Trevisan se via diante de uma expressão autoritária que tanto o revoltava:

Se *Orgia ou o homem que deu cria* foi um gesto de rebelião contra a autoridade paterna, ao ritualizar a morte do pai, a questão teve desdobramentos. A “autoridade paterna” contra-atacou através da interdição do filme, logo em seguida. Ao considerarem o filme “atentatório à moral e aos bons costumes”, os censores de Brasília perceberam o veneno instilado contra a “ordem paterna”, na qual se sabiam engajados. (TREVISAN, 2017, p. 147)

Neste período, o autor inclusive espantou-se com o autoritarismo no campo das esquerdas, opositor ao regime que havia censurado sua obra, como narrado em dois momentos do livro. Em um, o autor comenta sobre sua experiência com a Alemanha Oriental em uma visita que fez ao país, o descrevendo como demasiadamente militarizado (TREVISAN, 2017, p. 137). Em outro ponto, ele narra uma tentativa de ingressar em um grupo de estudo da obra *O Capital* de Karl Marx. No primeiro encontro, ao questionar sobre um ponto do livro, recebeu uma investida do colega de grupo que afirmava que Karl Marx não se discutia. Trevisan comparou essa situação com as

experiências que havia tido dentro de sua família e no seminário. Marx tornava-se alguém inquestionável, o que evoca em Trevisan o incomodo arquétipo de seu pai. Para o autor, este era um vício patriarcal da esquerda do período. Ainda, era de grande incomodo para Trevisan a maneira como a teoria marxista transformava-se em um dogma, tal qual as inquestionáveis percepções católicas que o inquietou durante sua estadia no seminário:

Cada vez mais focado nas ramificações da opressão paterna, eu recusava sectarismos, viessem de onde viessem. Se a opção conservadora da direita me repugnava como forma de opressão, tão evidente no dogmatismo cristão, a esquerda foi meu último bastião de enfrentamento do autoritarismo – ainda mais danoso porque disfarçado sob a máscara da verdade e da justiça. (TREVISAN, 2017, p. 136).

Estas experiências de vida colaboraram para que Trevisan simpatizasse com o anarquismo, embora também, no campo socialista, identificasse com o maoísmo. Como um artista de tendências anárquicas, descontente com as esquerdas nacionais e abalado pela censura de sua obra pelo opressivo governo ditatorial, Trevisan se exilou, desta vez de fato, em 1973. Após uma passagem por diversos países latino-americanos, ele se estabeleceu em Berkley, um polo progressista no estado estadunidense da Califórnia. A cidade era um epicentro de esquerda nos Estados Unidos, sendo palco de expressivas mobilizações estudantis e marcada pela contracultura que se expandia no cenário político do período. Lá, Trevisan teve contato mais íntimo com estas ideias, das quais o feminismo e o movimento de liberação homossexual o que mais lhe impactaram:

Feminismo, direitos homossexuais, lutas antirracistas, consciência ambiental, direitos civis e até mudança de hábitos alimentares, tudo isso fervilhava no caldeirão político e cultural de Berkeley. [...] Compartilhei experiências e absorvi tantos conceitos novos que eu parecia, de fato, ter chegado a um outro planeta. Em toda a cidade respirava-se uma intensa consciência social e política. [...] Por toda parte comentavam-se as ações dos guerrilheiros urbanos então atuantes, além dos Black Panthers [...]. As muitas variedades de *radical politics* não impediam o convívio entre hippies, pacifistas, socialistas, trotskistas, anarquistas, feministas, ativistas antirracistas, homossexuais militantes ou meros devassos libertários. Todos compartilhavam o mesmo fervente caldeirão da contracultura. (...) a *gay community* (...) discutia nas ruas os artigos do jornal mensal *Gay Sunshine* e comentava, não sem certa ironia, as primeiras tentativas frustradas de Harvey Milk na cena política de San Francisco.

[...]

Abençoo esse período de aprendizado e maravilhamento. Berkeley me ungiu do espírito de rebelião necessário àquele momento. O exílio concreto vivido na Califórnia me permitiu assumir o Grande Exílio de estar no mundo e proporcionou um movimento decisivo de libertação em direção a mim mesmo, quando acolhi de vez minha homossexualidade. (TREVISAN, 2017, p. 164)

Ao retornar ao Brasil em 1976, assumidamente homossexual, Trevisan buscou iniciativas para reproduzir no país as mobilizações políticas da chamada “nova esquerda” que o encantaram no exílio. Porém, suas tentativas foram frustradas. Tentando desenvolver sua carreira como escritor, seus textos de teor homoerótico eram recusados e censurados por veículos ligados ao campo progressista e, em uma tentativa de criar um grupo homossexual no país, foi recebido com a resistência dos participantes que não se aceitavam como homossexuais e, mobilizados por ideias socialistas mais tradicionais, não reconheciam a luta homossexual como uma luta política válida, necessária e prioritária.

Ao voltar para o Brasil, em 1976, minha consciência ainda buscava se agarrar a destroços de esperança, tentando equacionar as percepções de uma vida à beira do insuportável. Na contramão das minhas expectativas, o Brasil que reencontrei não me oferecia caminhos. A ditadura continuava irredutível. Em comparação à situação que me fizera partir, nada tinha melhorado. [...] Desejoso de iniciar carreira literária, eu não conseguia editora para meu primeiro livro de contos, que trouxera quase pronto. A indústria cinematográfica continuava inacessível para um cara como eu [...]. Meus antigos amigos e amigas pareciam, em boa parte, artigos de brechó, presos a um passado que pouca novidade me oferecia. Para vários deles, eu voltara americanizado, com estranhas inquietações feministas, ecológicas, antirracistas. Buscando minorar minha solidão quase sem conserto, o pior aconteceu quando convidei pessoas para criar um inédito grupo de ativismo pelos direitos homossexuais, ainda em 1976. Em três reuniões de estudantes e profissionais liberais que consegui juntar, jorrava uma culpa doentia disfarçada sob o alinhamento político com grupos de esquerda. Eles participavam da resistência contra a ditadura, aspirando a uma vaga sociedade socialista, e consideravam prioridade a organização do proletariado. Todo o resto lhes parecia perigoso desvio que ameaçava a unidade dessa “luta maior”. (TREVISAN, 2017, p. 169-170)

A forma como Trevisan constrói essa narrativa do exílio leva o leitor a compreender que retornar ao Brasil era, para ele, retornar a seu pai, não apenas no sentido literal, mas no sentido amplo do autoritarismo, da ortodoxia e do patriarcalismo que a figura paterna representava e que permanecia viva em inúmeros locais da vida política e social do Brasil do período.

Considerações finais

Tanto os elementos testemunhais compartilhados por João Silvério Trevisan¹⁵⁴, quanto importantes obras da historiografia sobre a História do Movimento Homossexual Brasileiro, como *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2022), de James N. Green, e *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT* (2021), de Renan Quinalha, evidenciam o norteammento libertário do pensamento e da ação política de Trevisan ao longo de sua

¹⁵⁴ Além do livro aqui analisado, *Pai, Pai* (2017), as já citadas obras *Meu Irmão, Eu Mesmo* (2023) e *Devassos no Paraíso* (2018) e a entrevista cedida por Trevisan ao Memorial da Resistência de São Paulo.

atuação nos anos iniciais da construção do movimento no Brasil, que vai da segunda metade da década de 1970 à primeira metade da década 1980.

Ao trazer trechos de *Pai, Pai*, busquei resgatar nas memórias de Trevisan elementos que pudessem fazer com que compreendamos de maneira mais clara as experiências que teve em vida que puderam, direta ou indiretamente, colaborar para a construção da sua politização e das suas escolhas ideológicas enquanto ativista.

O primeiro elemento é, talvez, o mais essencial: a conturbada relação com seu pai. Os ônus do autoritarismo foram sentidos por Trevisan desde muito cedo, representados pelo modo intransigente pelo qual o pai se posicionava como patriarca de sua família. Por conta de seu pai, desde a infância, Trevisan já identificava a maneira como autoritarismo e masculinidade, nos padrões performáticos tradicionais, mantinham uma estreita relação. Um dos resultados desta construção crítica foi um texto, chamado *Por uma Política Menor: bichas e lésbicas inauguram a utopia* (1980), que escreveu ao jornal *Lampião da Esquina* em que, ao criticar o autoritarismo da esquerda, expunha a sua tendência patriarcal:

Nossa política é patriarcal, [...] estruturada sobre o culto ao Herói, ao Líder, ao Santo, à Normalidade - contrapondo-se ao que seria então a Mentira, o Demônio, o Bandido, o Dissidente. Em nossa práxis, o patriarcado precisa ser mais freqüentemente apontado como componente básico tanto de nossas culturas quanto de nosso “militantismo socialista”. (TREVISAN, 1980, p. 9-10)

O autoritarismo paterno exercido a partir da completa ausência de carinho, segundo Trevisan, pode indicar também a maneira como em sua visão política libertária, Trevisan sempre prezou pelo afeto como uma característica central para o movimento homossexual que ajudava a desenvolver no Brasil, como exposto por ele em *Devassos no Paraíso*: “Estimulávamos as manifestações de ternura e fraternidade entre nós” (TREVISAN, 2018, p. 318). Trevisan careceu do toque paterno e não é equivocado pensar que o tato, posteriormente, por ele foi defendido como uma maneira de autodescoberta e, por extensão, ativismo político:

[...] vivi uma experiência singular dentro do núcleo de estudos do Somos. [...] Decidimos nos reunir com a única finalidade de ficar pelados, para nos tocarmos indiscriminadamente uns aos outros e assim revelar as carnes que nossas relações ativistas teimavam em camuflar. (TREVISAN, 2018, p. 326)

Em *Pai, Pai*, a infância é o primeiro “exílio” de Trevisan, que se sente imerso em um universo como um *outsider*. Seu pai era a materialização deste mundo, uma representação de uma cultura machista e homofóbica tão cara a tradição nacional e evidente, sobretudo, em uma provinciana cidade paulista da década de 1940 e 1950. Os episódios expostos em que Trevisan foi lançado a um rio por seus tios e primos e que caiu em uma “pegadinha” elaborada pelos fregueses

do bar de seu pai são exemplos disso. Nota-se a presença masculina em ambos os acontecimentos, evidenciando a danosa performance do masculino que, já ativista, Trevisan combateu.

Seu segundo “exílio” foi durante o seminário, fase em que o autoritarismo que permeava a doutrina católica ganhou contornos cada vez mais homofóbicos, uma vez que, ao rechaçar a livre expressão de sexualidade, sufocou Trevisan, que, adolescente, experimentava novas feições de sua orientação sexual. Entretanto, este exílio marcou um momento de construção política especial para ele. Apesar da ainda rígida doutrina, seu seminário havia passado por mudanças significativas das práticas educacionais eclesásticas, o que abriu espaço para o contato mais próximo de Trevisan com a filosofia e com as artes. Este espaço propiciou a ele a obtenção de ferramentas políticas que posteriormente foram essenciais a sua luta no Movimento Homossexual Brasileiro, entre elas um certo espírito de liderança e de agência. Se, durante a infância, Trevisan era passivo às opressões que o cercavam, na adolescência, o autor abandonou seu posto de apenas vítima e pôs-se a subverter as ordens impostas.

O momento-chave para o refinamento político do autor foi no seu terceiro exílio, este de fato, em Berkeley, nos Estados Unidos. Já munido de um arcabouço anárquico e maoísta, Trevisan obteve contato com expressões políticas diferentes daquelas que foi apresentado no Brasil. Forte crítico da esquerda do período, mas, a despeito disto, pertencente a este campo político, Trevisan encontrou nos movimentos sociais de Berkeley uma saída, à esquerda, aos dilemas políticos que o cercavam. A chamada “Nova Esquerda”, representou para ele um caminho libertário de combate às diversas opressões que o inquietavam, com destaque ao machismo e à homofobia. Fascinado pelo movimento homossexual estadunidense, Trevisan acumula consigo ensinamentos que foram, na medida do possível, reproduzidos no Brasil a partir do seu retorno ao país em 1976.

Confessional e intenso, *Pai, Pai*, mais do que testemunho e exercício autobiográfico, é uma arqueologia por trás de um indivíduo que marcou a história política e o movimento LGBTQIA+ brasileiro.

Referências

GREEN, James N. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: 1978-1981. Disponível em:
<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em 19 fev. 2022.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Meu Irmão, Eu Mesmo**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2023.

_____. **Devassos no Paraíso**: A Homossexualidade no Brasil da Colônia à Atualidade. 4. ed.
rev. atual. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

_____. **Pai, Pai**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2017.

_____. Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar.

Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Desirée
Azevedo em 06/10/2016.

ST 17: HISTÓRIA DO CRIME, DA POLÍCIA E DA JUSTIÇA CRIMINAL

A PRIMEIRA TURMA DE MULHERES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Camila de Oliveira Farias¹⁵⁵

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a entrada da primeira turma de mulheres na Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 1982, observando o contexto histórico que antecedeu a decisão da criação da turma e a especificidade do corpo feminino inserido em uma instituição de homens. Pretende avaliar também as continuidades, manutenções e rupturas na escolha pela carreira militar, do final do século XX até a atualidade, bem como as estratégias de sobrevivência e resistência relacionadas a trajetória de vida de soldados mulheres, no Rio de Janeiro. Parte-se da ideia de que, historicamente, a escolha pela carreira policial militar está relacionada a busca por estabilidade e ascensão profissional e econômica, e está associada a pessoas pretas e pardas, das camadas mais pobres da população.

Palavras-chave: mulheres policiais; primeira turma.

O presente trabalho tem como objeto de estudo a primeira turma de mulheres ingressantes na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Pretende-se observar as relações sociais que se estabeleceram entre elas, a instituição e a comunidade, ao longo dos anos, e suas estratégias de vida, partindo do pressuposto que historicamente, a escolha pela carreira policial militar relaciona-se a busca por uma estabilidade profissional e econômica e está associada as camadas mais pobres da população (MUNIZ, 1999).

Durante a pesquisa de Mestrado, intitulada “Jovens Policiais Militares do Rio de Janeiro - Um estudo qualitativo sobre a trajetória de vida de soldados PM”, foi possível identificar, na atualidade, um perfil socioeconômico, incluindo o percurso educacional, profissional e pessoal anterior ao ingresso na Corporação e os projetos de vida desses jovens. Além de avaliar as motivações e expectativas de vida e como tais fatores contribuem para opção pela carreira policial militar.

O objetivo do atual projeto de Doutorado é observar, historicamente, as continuidades, manutenções e rupturas na escolha pela carreira militar, bem como as estratégias de sobrevivência e resistência relacionadas a trajetória de vida, articulando gênero, raça e classe social.

O método utilizado para a pesquisa compreenderá estudo de bibliografia referente ao tema; análise das fontes: Boletins Internos da Polícia Militar e sistema/ arquivos de pessoal da PMERJ; consultas em jornais e fotografias que retratam a época; aplicação de questionário e

¹⁵⁵ Doutoranda em História Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Contato: camila.rte99@gmail.com

entrevista qualitativa semiestruturada com policiais mulheres que vivenciaram diferentes formas de ingresso e permanência na Corporação; e a articulação entre a bibliografia lida e os conteúdos analisados.

Do recrutamento forçado às diferentes formas de prestação de concurso, são os jovens negros que ingressam, expressivamente, nas bases das fileiras das organizações militares, no Rio de Janeiro, desde sua gênese. Ao considerar as mulheres policiais, é possível afirmar que esse padrão se mantém?

Conforme aponta Carneiro et al. (2015):

Os trabalhos sobre Polícia centram-se em uma aparente contradição: a ação do Estado se faz por meio de agentes que guardam uma enorme semelhança com a clientela preferencial de sua ação; policiais são recrutados no mesmo universo de pobreza que caracteriza seu público-alvo, e não é raro encontrá-los na outra ponta da ação repressiva, como infratores. (CARNEIRO et al., 2015, p. 8)

O nascimento das instituições policiais modernas relaciona-se à ascensão das ideias liberais, na Europa Ocidental, no século XVII, a partir da concepção de segurança como responsabilidade do Estado. No Brasil, com influência colonizadora, a criação de instituições policiais se deu no século XIX, visando regulamentar a intervenção fiscalizadora e administrativa que até o momento era desenvolvida por grupos descentralizados.

Em 1808, D. João VI fundou a Intendência Geral de Polícia, com ênfase em questões administrativas e judiciais, como: investigação e punição de criminosos, vigilância e obras públicas. Não houve, na ocasião, interesse em estruturar a prevenção e punição de crimes comuns. O objetivo principal era, naquele momento, analisar o comportamento do povo e preservá-lo do contato com ideias liberais oriundas da Revolução Francesa (MINAYO et al., 2008).

O poder conferido ao intendente para o controle da população, acabou gerando arbitrariedade direcionada à população pobre e escravizada. A ênfase punitiva destinada às classes negras e pobres é uma herança cultural observada até os dias atuais, e corresponde a uma direção institucional estrutural, que não é específica das instituições policiais, correspondendo a um ordenamento social mais amplo (KANT DE LIMA, 2003).

Em 1809, fundou-se a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, com base no Exército, com objetivo de manter a ordem e punir criminosos. Trata-se da origem da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, apesar desta ter sido extinta em 1831 por três meses, e reformulada posteriormente como Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Apenas em 1920, este Corpo passou a se chamar Polícia Militar. (BRETAS, 1997)

Em 1831, o Corpo de Guardas foi estruturado e submetido ao Ministério da Justiça, com

as seguintes funções: patrulhamento, prisões, revistas e autorização, e responsabilização de eventos. O recrutamento era formalmente voluntário e não havia castigos corporais, ao contrário do Exército. Inclusive, praças indisciplinadas eram transferidos para o Exército como forma de castigo, pois lá havia um disciplinamento mais rigoroso e um salário menor. Desde essa época, há registros de ascensão ao oficialato por mérito ou indicação, apesar da maioria dos cargos de comando ser restrito às elites militares. (MINAYO et al., 2008)

Apesar disso, Bretas (1998), em sua pesquisa documental, observou que vagas ociosas eram comuns e que havia uma resistência ao ingresso na instituição policial, o que gerou inclusive recrutamento de estrangeiros. Estes chegaram a compor 20% do Corpo de Guardas. Houve recrutamento forçado, observado a partir de pedidos de solicitações de baixas, dispensas e de atestados de deserções.

Os comandos tentavam minimizar a quebra de contratos, que normalmente variavam de um a três anos, com punições cada vez mais duras. Diante desse quadro, a violência contra a população e as punições internas eram cada vez mais expressivas.

O efetivo policial era composto de homens jovens, encontrados nas ruas, com pouca instrução, da mesma camada que deveriam controlar, incluindo até escravizados fugidos em busca de proteção. Minayo et al (2008) apontam estratégias desenvolvidas para minar a solidariedade de classes e mencionam a realidade inglesa.

Nesse caso, todo o empenho se destinava a afastar o policial de seu grupo de origem, controlando seus locais de moradia, exercendo vigilância sobre suas namoradas, proibindo sua frequência em bares e reprimindo a contratação de dívidas. Mesmos assim, a corporação britânica sempre teve que enfrentar muitas demissões e resistências por motivos de solidariedade de classe, conforme assinalam os autores citados. No Brasil, observamos tanto a solidariedade de classe como a sua negação, exigindo frequentemente que as chefias lhes relembrem suas origens. (MINAYO et al., 2008, p. 50)

Muniz (1999) analisa que a origem social das praças – setores populares já associados ao caos e a desordem desde o início do século XVIII – contribuiu para o investimento em militarização da tropa desde este período. O desleixo e as deserções trouxeram a necessidade de promover um processo de introjeção de ideais disciplinadores na tropa, visando “afastar os agentes da lei do universo de onde saíram e que deveriam passar a policiar” (MUNIZ, 1999, p. 56).

Este parecia o modo mais apropriado de reduzir as influências contestatórias e as oportunidades de corrupção, garantindo assim o controle sobre esses homens. Cumpria ainda uma dupla exigência, pois ao mesmo tempo em que policiavam com mais rigor e disciplina a sociedade, eram policiados de forma eficaz pelo Estado.

Arelados à questão da classe social e racial, a juventude também carrega um status de desordeira e rebelde, e frequentemente é vista com desconfiança pelo Poder Público, que valida políticas de controle em proporção maior que políticas de proteção aos jovens. O caráter contestador e potencializador de transformações sociais reatualiza o discurso de necessidade do militarismo, visto como único recurso capaz de controlar, ainda com dificuldades, os ânimos destes jovens cheios de potência.

Conforme aponta Muniz (1999), “na cultura policial das ruas uma das fantasias expressas é a de que ser policial é, em alguma medida, permanecer “sempre jovem” e, por isso mesmo, “mostrar-se um [homem] forte”, potente, viril diante dos desafios enfrentados. (MUNIZ, 1999, p. 191)

Também desde muito cedo, as contradições sociais, a sobrecarga e a má reputação permearam a imagem da corporação. O uso de métodos envolvendo dor física estruturou a lógica cultural da instituição, assim como a hostilidade contra a população.

A dicotomia entre ordem pela lei e a arbitrariedade na prática está no centro da estruturação da Corporação, criada como meio coercitivo do Estado, atendendo assim necessidades de uma sociedade escravocrata, ancorada pela ameaça e pela dominação física e moral (MINAYO et al, 2008).

A responsabilidade pela segurança interna e pela manutenção da ordem foi reforçada por todas as Constituições brasileiras do século XX, apesar de mudanças institucionais realizadas ao longo deste período, e apesar de a Constituição de 1988, em termos formais, legais e jurídicos se diferir ideologicamente das anteriores. Tais mudanças, entretanto, tiveram pouco impacto na relação entre polícia e população, assim como na questão dos baixos salários e do controle da criminalidade (MINAYO et al, 2008).

A Constituição de 1988 menciona em seu artigo 144, capítulo III, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e deve ser exercida objetivando preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através das polícias militares e dos bombeiros militares. Subordina-os aos Governadores dos Estados, e determina aos policiais militares a responsabilidade com a manutenção da ordem e a polícia ostensiva, sendo esta última relacionada à prevenção pela presença e identificação do policial uniformizado e armado em um território, o que, em tese, inibe ou reduz a ação criminosa.

O trabalho pretende observar as especificidades da relação do Estado e sociedade com as mulheres “soldadas” policiais e contribuir para análise dessa contradição, observando estratégias, trajetórias, rupturas com norma vigente e permanências de processos de criminalização e vulnerabilidade (JANCZURA, 2012) que não se esgotam pelo uso da farda.

O termo “soldada”, nesse caso, é uma provocação pelo fato de não haver palavra no feminino para a maioria das patentes (soldado, cabo, sargento, tenente, major, coronel). A única patente que possui equivalente no feminino é capitã, mas ainda assim, é comum que as mulheres sejam tratadas por capitão. O convencional é usar a forma de tratamento no masculino, acrescentando ao final a abreviação de feminino: soldado fem, cabo fem, sargento fem e assim por diante.

O soldado tem um sentido de representação de força, repressão e coerção presente nas ruas e esquinas. São aqueles que encaram o conflito, a violência e fazem o “trabalho sujo”. Já a soldada mulher acaba sendo destinada a outras funções, administrativas, de cuidado, organização, se afastando um pouco do que é atribuído e esperado do soldado homem. Assim como o termo “fem” acrescentado ao final, ela acaba sendo vista como um apêndice, um complemento ao trabalho masculino e não como uma profissional de segurança pública completa, capaz de desempenhar todas as funções exigidas de um policial.

O ingresso das mulheres na Corporação foi possível no ano de 1982, com a primeira turma de praças, e no ano seguinte com a primeira turma de oficiais. Musumeci (2005) analisa que a entrada das mulheres não fez parte de uma demanda da sociedade civil e também não acompanhou uma reforma estrutural da instituição, o que traz uma série de questões sobre as motivações oficiais para a abertura de vagas para mulheres.

Algumas pistas indicam que havia uma necessidade de criar uma nova imagem institucional, na abertura democrática, sem de fato romper com a estrutura, e as mulheres cumpririam essa função de aparente “humanização” institucional.

*Ladrões que se cuidem,
porque PM feminina está
nas ruas segunda-feira*

Fonte: Jornal do Brasil (25/09/1982)

**Mulheres da PM vão à rua
com elegância e bom humor**

Fonte: Jornal do Brasil (26/08/1985)

Com o ingresso, essas mulheres começaram a vivenciar as mesmas questões históricas, que já afetam os homens policiais há décadas: carga horária extensa, stress, adoecimento, vitimização em serviço, entre outros fatores, que os levam a repensar a permanência na instituição. Já a tentativa de afastá-las de suas origens, também é observada através do processo de

diferenciação entre mundo civil e mundo militar, vivenciado desde a formação, conforme mencionado anteriormente.

Conforme nos lembra Maia (2020), “Michelle Perrot uma vez escreveu que no teatro da memória as mulheres eram sombras tênues.” (2020, p.15) E tal reflexão pode ser aplicada ao pensarmos no mundo do trabalho como um todo e, sobretudo, em um “mundo do trabalho militarizado”, onde a memória e a lembrança apontam para massas de homens fardados em marcha, exercendo suas funções repressivas com violência e bravura, atributos associados ao masculino.

Soares e Musumeci (2005) ressaltam a necessidade de tornar visível a presença da mulher na Polícia Militar, além de elucidar as funções que elas foram convocadas a exercer e as que, de fato, exerceram ao longo dos últimos 40 anos. E ainda, contextualizar historicamente, o momento de entrada dessas mulheres e o objetivo de trazer uma “humanização” para tropa, na abertura democrática, sem a preocupação de mexer nas rígidas estruturas institucionais.

Ou seja, para as autoras, a entrada das mulheres na Corporação pretendeu ser uma mudança estética, imagética para a população, pois os postos de trabalho destinados a elas incluíam: aeroportos, rodoviárias, pontos turísticos e trânsito. Lugares de visibilidade, projeção externa e contato direto com a população.

Polícia feminina sai à rua pela 1ª vez para controlar o trânsito

Um quadro diferente modificou ontem de manhã a Avenida Rio Branco: em frente às Ruas Ouvidor e Sete de Setembro um arito mais suave, um gesticular de braços mais delicados, mas com a mesma rigidez nas advertências, chamaram a atenção dos motoristas e pedestres. Pela primeira vez, as policiais femininas foram à rua controlar o trânsito. A experiência do 5º BPM, muito bem recebida por motoristas e motoqueiros, vai continuar até o final da semana, quando será feita a avaliação do trabalho.

Em vez dos tradicionais bate-bute o asfalto nessas duas esquinas foi calçado por leves escarpins (sapato de salto pequeno). A maioria dos motoristas lançou olhares curiosos. Nenhum chegou a passar cantadas; ao contrário, o que as PMs ouviram foram gritos repetidos de “é isso aí”, “mulher no trânsito é que vai organizar essa loucura”.

Fonte: Jornal do Brasil (25/01/1984)

Por outro lado, mesmo estando destinadas a lugares visíveis, elas seguem até hoje em uma posição de invisibilidade na história de corporações militares e auxiliares. As homenagens, as medalhas, os nomes de sala, os bustos e as estátuas seguem referenciando homens de altas patentes,

enquanto as mulheres seguem na sombra da história. Assim, o campo dos monumentos históricos militares segue espelhando narcisicamente os responsáveis pela manutenção da história única deles e para eles. Conforme afirma Choay (2017),

...embora a figura que contemplamos no espelho do patrimônio histórico seja o reflexo de objetos reais, nem por isso é menos ilusória. A forma indiscriminada com que foram reunidos eliminou todas as diferenças, heterogeneidades e fraturas. (CHOAY, 2017, p. 248).

Ao pensar no debate sobre inclusão de diferentes atores no desenvolvimento da instituição Polícia Militar, podemos recorrer à provocação mencionada por Tilly (1994), vinda de um velho historiador americano. Adaptando para essa pesquisa: Agora que eu sei que as mulheres compõem a Polícia Militar, “que diferença isso faz?” (TILLY, 1994, p.1).

Tal questionamento ocorre pelo fato de a instituição Polícia Militar, criada em 1809, com forte influência colonizadora, ter desde então, direcionado sua ênfase punitiva às classes negras e pobres, tendo tal traço como herança cultural observada até os dias atuais.

Também desde muito cedo, as contradições sociais, a sobrecarga e a má reputação permearam a imagem da Corporação. O uso de métodos envolvendo dor física estruturou a lógica cultural da instituição, assim como a hostilidade contra a população.

A partir desse panorama, pode-se supor que a presença feminina pouco impactou a organização, e que um esforço de escuta de vozes plurais ainda estaria circunscrito em uma realidade extremamente rígida e desigual. Entretanto, a própria autora Tilly (1994) responde sua provocação apontando caminhos para um estudo de momentos históricos aparentemente “encerrados”. Segundo ela,

Isto não é um apelo para integrar a história das mulheres a uma outra história, o que poderia significar apenas acrescentar materiais sobre mulheres e gênero sem analisar suas implicações, mas é um apelo para escrever uma história analítica das mulheres e para vincular seus problemas àqueles das outras histórias. (TILLY, 1994, p.1)

Para além de construir apêndices sobre as mulheres na história da Polícia, existem possibilidades de observá-las construindo, interagindo e influenciando a história, não só em uma perspectiva institucional, como pessoal, política, cultural e social.

Da mesma forma, que homens diversos foram desenvolvendo estratégias e formas diversas para lidar com a realidade imposta, cabe analisar em que medida as mulheres, submetidas além da hierarquia militar, a hierarquia de gênero, desenvolveram suas formas de permanência, adaptação e ruptura com a lógica institucional.

Sendo assim, a presente pesquisa tem interesse primordial pelos episódios possíveis de

solidariedade de gênero, classe e de raça. As “diferenças internas” (BRETAS, 1997, P. 13) que podem não ter alterado o resultado da ação policial como um todo, mas que nos apresentam outras camadas, relacionadas a prática, a ética e aos valores das mulheres policiais.

Do arquétipo da combatente Maria Quitéria (1792 – 1853) a cuidadora Ana Néri (1814-1880), por exemplo, é possível pensar na relação e influências das mulheres no militarismo ao longo da história. Assim como perceber a associação entre trabalho doméstico e precarizado anterior ao ingresso de mulheres na Polícia Militar, nos anos 80 e 90 (GOMES, 2017), despertando, assim, interesse por questões sobre mobilidade social, acesso educacional e possibilidades de ser a principal provedora da família, a partir do ingresso na instituição.

O debate proposto por Savage (2011) também contribui para esse estudo, ao pensarmos no espaço como parte da construção de grupos particulares que constituem uma classe. Tais espaços são forjados pela agência daquelas que o habitam e estão em disputa constante. Não se trata da história do espaço em si, e sim, da história das pessoas em um determinado espaço.

O argumento do autor sobre o espaço se divide em duas ideias, definidas pelo próprio como contraditórias, embora complementares:

Primeiro, lugares particulares podem se tornar habitats para certos grupos sociais de modo que estes lugares se tornam integralmente ligados em seus “habitus”, seus estilos de vida, e, desse modo, podem ser a base sobre a qual sua identidade coletiva é formada. Segundo, a formação de classe pode ocorrer quando classes sociais estendem-se através do espaço construindo redes que ligam membros da classe mesmo quando eles estão espacialmente dispersos. (SAVAGE, 2011, p. 8)

Seria o espaço da Polícia Militar, contraditoriamente, capaz de influenciar a construção de solidariedades entre trabalhadoras e delas com a sociedade? Independente da resposta, estudos sobre modo de vida de mulheres e a criação de suas redes, em diferentes espaços ocupacionais e sociais são necessários, como reivindicação de existências, resistências e sobrevivências, ainda invisibilizadas na história.

Referências

Referências bibliográficas

BRETAS, M.L. **Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. A polícia carioca no Império. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CARNEIRO, D. F.; BRETAS, M. L., ROSEMBERG, A. **História, violência e criminalidade. Reflexões temáticas e narrativas regionais.** In: CARNEIRO, D. F.; BRETAS, M. L., ROSEMBERG, A. (Orgs.). Uberlândia: EDUFU, 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2011.

GOMES, M. M. A. **A “raça” da mulher negra na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Especialização em Políticas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? in **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012 13.

KANT DE LIMA, R. Direito civil, estado de direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, 2003.

MAIA, A. C. N. **Recortes do feminino: cristais de memória e história de mulheres nos arquivos do tempo**. / Andréa Casa Nova Maia (org.). — Rio de Janeiro: Telha, 2020.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. **Missão Prevenir e Proteger – Condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

MUNIZ, J. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

SAVAGE, Mike. Espaços, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 5, 2011.

SOARES, Barbara; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais – presença feminina da Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, 1994.

A POLÍCIA NA DÉCADA DE 1940: OS ESCRITOS DE EPITÁCIO TIMBAÚBA NO DIÁRIO CARIOCA

Gabriela Fernandes Petrungaro¹⁵⁶

Resumo: A sociedade brasileira do século XX experienciou as mais diversas transformações, dentre estas pode-se incluir a disseminação de ideias positivistas e deterministas, principalmente entre as instituições de segurança, que se utilizavam destas teorias para patologizar os comportamentos e características fenotípicas dos criminosos. É nesse contexto que Epitácio Timbaúba da Silva surge; um ex-membro da corporação policial civil brasileira, que redige textos críticos, em sua coluna periódica no jornal Diário Carioca, acerca das atuações policiais, e questiona a eficiência dos departamentos dessa instituição. Este artigo busca, então, compreender o comportamento e a configuração dos agentes de segurança do período mediante a análise das colunas periódicas de Epitácio Timbaúba da Silva.

Palavras-chave: Crime; Diário Carioca; Epitácio Timbaúba; Polícia.

Epitácio Timbaúba da Silva esteve presente em diversos momentos célebres de sua época, desempenhando quase sempre um papel essencial como perito e chefe da mais importante organização investigativa do período: o Gabinete de Pesquisas Científicas (G.P.S). Por isso, quando trocou a perícia pela escrita, levou consigo toda a experiência acumulada em anos de trabalho policial. Foi no conhecido jornal ‘Diário Carioca’ que Epitácio traçou sua jornada como escritor investigativo, discorrendo sobre os mais variados temas como; a corrupção dentro das Instituições policiais, a destreza dos bandidos frente aos avanços tecnológicos empregados pela polícia técnica, a falta de segurança dentro das prisões, e a fiscalização improdutiva aplicada aos jogos ilegais.

No que diz respeito a metodologia utilizada pelo presente artigo, vale destacar que a utilização dessa documentação se fez possível a partir da disponibilização para consulta pública dos arquivos jornalísticos presentes na Biblioteca Nacional através da repartição denominada ‘Hemeroteca Digital’. As informações aqui dispostas foram encontradas por meio da busca da palavra “Timbaúba” dentro dos exemplares disponíveis do Diário Carioca, obtendo uma grande sequência de ocorrências por décadas. Estas foram analisadas minuciosamente e a partir das reportagens foi possível realizar a reflexão de diversas questões presentes no período.

A jornada em busca do nome de Epitácio Timbaúba pelos jornais disponíveis se inicia com uma ocorrência de 1930, quando Epitácio é apresentado como Segundo Tenente farmacêutico, ocupando um cargo em uma Fábrica de Pólvora (DISPENSAS, 1930, p.5). Além de ter sido promovido a Primeiro Tenente (ACTOS, 1931, p.6) um ano depois, ele ainda participou como integrante da congregação de farmacêuticos, tendo sido também escolhido pelo Sindicato dos

¹⁵⁶Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. E-mail: petrungaro889@gmail.com

Químicos, junto ao Ministério do Trabalho, como delegado-eleitor (FACULDADE, 1932, p.3), sendo associado à sua função de químico industrial (PARA, 1933, p.2). Sua jornada profissional em ascensão não poderia ser mais bem compreendida do que a partir da sua proeminente carreira acadêmica. Com um diploma da Escola Superior de Agricultura, Epitácio teve uma trajetória considerada “brilhante”, o que o levou a receber uma viagem à Europa e uma medalha de ouro por mérito, se dedicando a cursos de aperfeiçoamento de química, ministrados pela Missão Militar Francesa (PARA, 1933, p.2). Após essa breve introdução sobre a vida de Timbaúba, é possível compreender como seu caminho o levou a uma indicação para ocupar o cargo de diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas da Polícia Civil, tendo sido nomeado pelo chefe do Governo Provisório (PARA, 1933, p. 2).

Institucionalizado em 1933, pelo decreto nº22.332, o Gabinete de Pesquisas Científicas (G.P.S.) é apresentado à população por uma reportagem no Diário Carioca, sendo referenciado como um “melhoramento na Polícia Civil” (MELHORAMENTOS, 1933, p.3). Esse novo órgão governamental era uma segmentação da Diretoria Geral de Investigações (DGI), e, de acordo com a matéria, era aparelhado “para pesquisas de todo o gênero, concernentes á investigações criminais e judiciais.”, regido pelo químico Dr. Epitácio Timbaúba (MELHORAMENTOS, 1933, p.3).

Em meio a muita expectativa da população quanto a inauguração do Gabinete de Pesquisas Científicas, foi publicada uma matéria sobre a eficiência de Epitácio enquanto dirigente dessa organização. Nela afirmava-se que embora criado apenas há 3 meses, o Gabinete “vem tendo um desenvolvimento extraordinário e uma atuação decisiva em nosso meio policial justificando assim brilhantemente a sua criação que veio incontestavelmente preencher uma lacuna.” (O MOVIMENTO, 1933, p.12).

O avanço das descobertas periciais e dos conhecimentos científicos se destaca ao longo de toda trajetória de Epitácio, muitas vezes sendo o primeiro de seus companheiros a testar novas técnicas, ou aplicar métodos usados no exterior. Em um dos casos que trabalhou, Epitácio realizou um laudo pericial cujo confirmava a existência de impressões digitais na cena de um crime, e conseguiu as comparar com as dos empregados da casa e as do morto, concluindo que a nenhum destes pertencia, sendo este um procedimento extremamente meticuloso (CONTINUA, 1933, p.16). Outra representação de sua qualificação foi o caso em que um delegado auxiliar solicitou ao dr. Epitácio um exame gráfico de uma assinatura, para confirmar se a grafia de dois documentos coincidia como sendo da mesma pessoa (PARA, 1934, p.5). Já em outro episódio, Epitácio se utiliza dos serviços de um fotógrafo que o acompanhava na cena do crime, demonstrando como a perícia criminal já se utiliza de mecanismos modernos para averiguar posteriormente as evidências presentes no local (UM CRIME, 1934, p.5).

A notoriedade de Epitácio foi crescendo, e no segundo ano de existência do G.P.S o Diário Carioca construiu uma elogiosa reportagem enaltecendo a competência dessa instituição e de seu diretor: “Outro facto preponderante da sua eficiencia e utilidade é estar à frente do referido departamento tecnico e scientifico o dr. Timbauba da Silva, inegavelmente um grande conhecedor dos segredos policiaes e um dos nossos maiores chimicos.” (O GABINETE, 1935, p.3). Ainda que com recursos limitados, Epitácio foi responsável por lavrar mais de 8 mil laudos, informação que o periódico louva como uma grande conquista da organização, mas pertencente principalmente a quem foi capaz de liderar a instituição ao nível de excelência (O GABINETE, 1935, p.3). Timbaúba aparece nestas reportagens como o grande responsável por conferir ao departamento pericial a autoridade necessária para ser considerado uma força policial legítima, admirado e requerido pela Polícia em casos complexos.

Parte dessa autoridade conferida ao Gabinete de Pesquisas Científicas se dava a partir do uso teorias eugenistas e racialistas que patologizavam o comportamento e as características fenotípicas dos indivíduos, se utilizando destas especificidades para imputar a culpa em um suposto criminoso. Para compreender a repercussão dessas ideias no exercício da atividade pericial por parte de Timbaúba, vale destacar um caso em especial, o assassinato de um sargento (COMO, 1935, p.16). Ao ser encontrada a causa do crime, foi redigido pelo Diário Carioca uma detalhada reportagem cobrindo quase por completo a última página do jornal, discorrendo sobre a descoberta (COMO, 1935, p.16). O redator coloca como culpado pelo crime o lugar onde aconteceu: Santa Cruz. Este discurso tem como fundamento um pensamento determinista, no qual afirma que; “os dados que lemos em os quaes apparecem as frequentes scenas de sangue, ocorridas em Santa Cruz e que revelam o espirito sanguinario de certa classe de gente rustica daquella pacata jurisdicção policial” (COMO, 1935, p.16). Na tentativa de embasar essa declaração, a matéria se utiliza do argumento de autoridade dos autores “tratadistas da criminologia”, que compreendem como causa geradora desse referido fenômeno o “trato constante do homem do campo, com animaes irracionaes e a sua alimentação quando forte em carnes bestializa os instinetos formando caracteres insensíveis á dôr do seu semelhante.” (COMO, 1935, p.16). Esse silogismo considera uma forte possibilidade que o assassino do sargento esteja enquadrado nessa “psychologia dos criminosos locais” (COMO, 1935, p.16). O chefe do Gabinete de Pesquisas Científicas ratifica essa especulação ao comunicar ao jornal que não desprezava a opinião dos tratadistas, e mediante as investigações científicas procedidas no local do crime “concluiu que os autores do mysterioso assassinio deviam estar perfeitamente enquadrados nessa classe de criminosos, dado o aspecto de selvageria de que se revestiu a morte[...]” (COMO, 1935, p.16).

Muito antes de se tornar redator, Epitácio já ocupava, quase em toda tiragem, pelo menos uma parte das páginas do jornal do Diário Carioca, nem que fosse apenas uma pequena nota. Foi sendo cultivada entre ambos uma relação reciprocamente benéfica e favorável, sendo possível observar esse relacionamento através de diversas matérias publicadas, dentre elas, uma que logo o seu título chama atenção: “Como o chefe do Gabinete de Pesquisas Científicas louva a iniciativa do “Diário Carioca” (COMO, 1935, p.16). Nesta reportagem, Timbaúba é convidado para realizar o exame de uma cena de crime e o Diário Carioca o acompanha. Suas ações para com o periódico são descritas como gentis, tendo fornecido valiosas informações sobre o caso, enquanto isso, o perito faz considerações sobre a importância da diligência feita no local pelo Diário Carioca, que confirmou o seu prévio diagnóstico (COMO, 1935, p.16). A reportagem promove um espaço onde Timbaúba, primeiramente, ratifica a importância da análise minuciosa das evidências e do local do crime, destacando a má gestão dos recursos periciais no que se refere ao correto reconhecimento da cena, e depois, explicita e ordena as técnicas as quais considerada como imprescindíveis para a análise forense, e o modo o qual devem ser aplicados (COMO, 1935, p.16). E finaliza evocando a sua premissa mais particular, que é repetida continuamente ao longo de sua trajetória, a qual, baseada em sua profunda confiança na ciência e nos procedimentos periciais, afirma que os crimes irresolúveis são diretamente proporcionais a investigações inadequadas, isto é; “Interditem-se completamente os locais de crime, requisitem-se imediatamente o exame pericial, procedam-se incontinentemente a todas as diligências de ordem técnica e os crimes misteriosos desaparecerão como que por encanto.” (COMO, 1935, p.16).

Ainda sobre a relação entre Epitácio e o Diário Carioca, o jornal abre espaço para Timbaúba responder as críticas de um leitor ao seu trabalho (QUAL, 1935, p.16), realizando uma entrevista, a qual se inicia com a seguinte declaração: “O dr. Timbaúba é um grande amigo do DIÁRIO CARIOCA, fazendo-nos captivante recepção” (QUAL, 1935, p.16). Por isso, no que concerne a relação construída entre o diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas e o referido jornal, pode-se observar não apenas uma troca polida e respeitosa, mas um relacionamento mutuamente benéfico. Afinal, não era um vínculo unilateral, no qual apenas Epitácio fornecia informações valiosas sobre os casos ao Diário Carioca, este era capaz de validar a análise técnica de Timbaúba frente a sociedade da época, respaldando essa autoridade mesmo diante de tamanhos questionamentos.

Sobre a história do ‘Diário Carioca’ vale destacar alguns pontos; era um jornal personalista, comprometido com o pensamento de seu proprietário Macedo Soares, que exercia quase sempre um papel de oposição para com aquele que estivesse no poder (JUNQUEIRA, 2011, p.11). E mesmo não sendo considerado um “grande jornal” no que concerne à volume de páginas e quantidade de tiragens, os esforços para elevar a sua disseminação enquanto periódico foram

atingidos na década de 1950 (JUNQUEIRA, 2011, p.9), época que Timbaúba inicia sua carreira como redator. Esse periódico foi responsável por introduzir grande parte das inovações técnicas na imprensa brasileira ao longo dos anos de 1950, as quais, posteriormente, foram adotadas pela concorrência (JUNQUEIRA, 2011, p.13). Esse jornal foi responsável por introduzir o primeiro manual de redação surgido no Brasil, acabando com a desordem estilística vigente até então (JUNQUEIRA, 2011, p.13). Em verdade, o Diário Carioca foi o primeiro jornal brasileiro a realizar uma revolução editorial, expulsando da redação artifícios estilísticos que estavam em voga desde o século XIX, que obrigavam os jornalistas a escrever com uma linguagem rebuscada e demasiada culta, o que tornava as reportagens arrastadas e dificultosas (JUNQUEIRA, 2011, p.14).

Quando em 1940 o Gabinete de Pesquisas Científicas é extinto, Eptácio Timbaúba se aposenta das ruas e troca as práticas periciais pela máquina de escrever, se tornando parte integrante do corpo de redatores do Diário Carioca. Timbaúba inicia seu trabalho no jornal com uma coluna periódica intitulada “Boletim do Crime”, a ele ficava encarregado a discussão sobre os crimes e a polícia. Nessa coluna ele abordava temas como as ações e atitudes da polícia, e as características defasadas e ineficientes da força policial, quase sempre dando sua opinião de forma bastante crítica, mas também experiente, já que se utilizava de sua vivência policial para respaldar seus discursos.

Em sua primeira aparição como escritor, Timbaúba buscou definir o que seria “a criminalidade”, trazendo ideias de diversos pensadores tanto da sociologia como da filosofia e da economia, mas termina concluindo que é inegável que o homem possui inclinação para praticar a violência e exercer a brutalidade (TIMBAÚBA, 1946d, p.8). O autor afirma que esse processo se inicia logo na infância, porque quando o ambiente que rodeia a criança é violento, desperta nela o “gosto pelo crime” (TIMBAÚBA, 1946d, p.8). A única solução que Eptácio encontra para essa situação é a educação, ele acredita que o combate ao crime se faz pela educação e pela prevenção: “A educação é o maior inimigo da criminalidade, assim como a ignorância é seu maior sustentáculo.” (TIMBAÚBA, 1946d, p.8). O jornalista prevê que esse processo de prevenção cabe primordialmente à autoridade policial, pois sua função consiste em dificultar a execução do crime pela fiscalização constante, impedindo a aquisição e porte de armas, e por meio da vigilância dos pontos onde o crime é mais fácil de ser cometido, também pela “perseguição aos meios que conduzem à criminalidade, como álcool, o jogo, o meretrício, os entorpecentes, pela campanha contra a vadiagem e à falsa mendicância.” (TIMBAÚBA, 1946d, p.8). Essa reportagem traz uma boa prévia daquilo que iria se tornar a coluna de Timbaúba. A partir de uma leitura mais minuciosa é possível inferir as inclinações do autor sobre as noções de criminalidade e os motivos que levam um indivíduo a se tornar um infrator da lei, assim como sua percepção sobre as atribuições que competem à polícia e o exercício de suas funções.

A prática da investigação policial havia se tornado, no início do século XX, uma verdadeira ciência (PATRASSO, 2015, p.102). Ela possuía métodos e procedimentos técnicos, que junto de elementos interdisciplinares, como a antropologia, química e medicina-legal, tornariam a sociedade capaz de se aparelhar para lutar contra os criminosos, não precisando mais recorrer ao “faro policial”, mas à ciência, que forneceria bases teóricas e práticas para reconhecer e levar delinquentes à justiça (PATRASSO, 2015, p.102). As modalidades do Darwinismo social e os racismos científicos, foram estimulados e legitimados pelas ideias de evolução e progresso (FERLA, 2009, p.34). Nas cidades, a miséria, que estava anteriormente distante e dispersa na ruralidade, se concentrava com a presença do “alcoólatra, a prostituta, o indigente, uma infinidade de tipos humanos decadentes... feios, sujos e malvados.” (FERLA, 2009, p.35). Essas “classes perigosas” eram assim consideradas porque portavam ameaças de natureza; criminal, sanitária e política. O meio em que viviam poderia originar uma epidemia, o crime ou a rebeldia social (FERLA, 2009, p.35). Algumas teses foram propostas com a intenção de reverter a decadência e degeneração destas camadas a partir da prévia identificação de um indivíduo “antissocial” no meio do povo (FERLA, 2009, p.36).

Em uma de suas reportagens, Eptácio transparece a influência destas teorias nas suas percepções sobre os problemas da sociedade brasileira. Nesta matéria, ele chama a atenção do Departamento Federal de Segurança Pública sobre a falta de repressão dos “maus costumes” (TIMBAÚBA, 1946a, p.12). O Chefe de polícia havia determinado a prisão de indivíduos considerados suspeitos de vadiagem, pois as famílias estavam sendo obrigadas a passar pelo “dissabor, que vem sofrendo há muito de ter em pé, ao seu lado, ombro a ombro, pessoas que atingem o grau mais baixo da degradação...” (TIMBAÚBA, 1946a, p.12). No entanto, um dos impeditivos para efetuar a prisão por vadiagem era que a maior parte dos “elementos suspeitos” era constituída por antigas “domésticas” e operárias, ou seja, todas portadoras de carteiras de trabalho (TIMBAÚBA, 1946a, p.12). E mediante a legislação trabalhista, a carteira profissional provava a profissão, ainda que seu portador de fato não a tivesse (TIMBAÚBA, 1946a, p.12).

Se os corpos considerados “antissociais” ou “anômalos” podiam ser corpos de potenciais criminosos, era função da medicina legal e da criminologia identificá-los em meio à multidão e destiná-los ao tratamento adequado (FERLA, 2009, p.42). Essa estratégia de controle social deveria ser aceita porque tinha a finalidade de prevenir os crimes e defender a sociedade (FERLA, 2009, p.42). Por isso, Eptácio sugere que para impedir os pedidos de “habeas-corpus” solicitado pelas pessoas detidas que apresentavam carteira de trabalho, era necessário constatar pericialmente se a carteira estava devidamente anotada, e caso estivesse, deveria ser realizado mais uma investigação a fim de apurar a autenticidade dos lançamentos feitos (TIMBAÚBA, 1946a, p.12).

Esse processo extremamente trabalhoso tinha o objetivo impedir que os transeuntes dividissem o mesmo espaço com esses citados, “indivíduos anômalos”, mas mais do que isso, essa narrativa apresenta um pensamento bastante consolidado no inconsciente coletivo da época acerca da associação entre a não realização de um ofício e a indolência, o crime, o vício e o tumulto. Seja no interior das prisões ou das fábricas, a medicina legal conferia cientificidade à valorização do trabalho, noção que estava infiltrada na ideologia e política do Governo Vargas na década de 1930 (FERLA, 2009, p.243). Essa retórica de enaltecimento do trabalho tinha a finalidade de fornecer suporte ideológico ao reordenamento do mercado de trabalho, o qual estava sob a direção do Estado (FERLA, 2009, p.243). Essa reestruturação atendia as demandas da modernização capitalista e a “disciplinarização da mão-de-obra” (FERLA, 2009, p.243). A valorização exacerbada do exercício de um ofício se torna necessária a medida em que se observa as condições específicas as quais o Brasil se encontrava, a principal delas que merece destaque é o fato do sistema escravocrata ter sido tão duradouro (FERLA, 2009, p.243). O que durante alguns séculos associou o trabalho à inferioridade e estigmatizou aquele que “sujava suas mãos”, levando o governo a despendar uma força maior para superar essa percepção (FERLA, 2009, p.243).

Ao passo que esse estereótipo acerca do trabalho precisava esmorecer, deveria ser reforçado uma percepção negativa sobre a categoria “desocupado” (FERLA, 2009, p.243). Ou seja, se o trabalho deveria ser visto como uma “terapia” ou uma “regeneração”, o não-trabalho deveria ser considerado um ato “antissocial” (FERLA, 2009, p.243). Por isso, tanto a figura do “menor” quanto a do “vadio” eram tidas como “pré-delinquentes por excelência”, pois era na ociosidade que se encontravam todos os vícios, cujo era considerado como a raiz dos crimes (FERLA, 2009, p.243). O vadio era então “intrinsecamente perigoso”, e deveria ser submetido à disciplinarização através do trabalho (FERLA, 2009, p.243).

Dando prosseguimento a esse entendimento, Epitácio redige uma outra coluna com a influência deste mesmo assunto, na qual ele apresenta a cidade do Rio de Janeiro como um depósito de mendigos maltrapilhos e desocupados (TIMBAÚBA, 1946b, p.12). O autor afirma que há um enorme conjunto de indivíduos que ficam “sentados às calçadas, exibindo aos que passam suas misérias físicas, algumas bem repugnantes.”, e também mulheres com crianças no colo que pedem esmola e quando não são atendidas “investem com palavras de baixo calão” (TIMBAÚBA, 1946b, p.12). Tudo isso forma um cenário que fere os “fóros de cidade civilizada e policiada” e degrada a imagem da cidade perante os turistas (TIMBAÚBA, 1946b, p.12). A existência insistente desses indivíduos, de acordo com a publicação, representava uma “ultrage á moral publica, como se, porventura, a cidade maravilhosa não tivesse policiamento.” (TIMBAÚBA, 1946b, p.12). Timbaúba argumentava que permitir a vadiagem seria ignorar a mendicância e consentir com o

ultraje à moral pública, o que daria margem ao crime, o qual se originava no meio dos vadios, mendigos e delinquentes (TIMBAÚBA, 1946b, p.12). Logo, conclui a reportagem com a frase “É melhor prevenir que remediar!”, remetendo a ideia sobre controle dos corpos, por meio da justificativa pueril de prevenção social (TIMBAÚBA, 1946b, p.12).

Outra classe também bastante estudada por essas vertentes científicas são os “menores”. As teorias deterministas afirmavam que era possível reconhecer na criança o futuro criminoso, e que era na infância ou na puberdade que se revelavam as primeiras tendências para atitudes “antissociais”, as quais iam se concretizando progressivamente sob a influência do ambiente que experienciavam (FERLA, 2009, p.264). Os discursos positivistas associavam a criança ao homem selvagem, primitivo, onde cada um representava estágios anteriores da evolução do homem adulto branco europeu (FERLA, 2009, p.264). A hereditariedade que levava ao comportamento criminoso significava “a não superação patológica de algum momento anterior da marcha evolutiva” (FERLA, 2009, p.264). Cesare Lombroso, médico italiano pioneiro na organização e consolidação do pensamento criminológico, relacionava o comportamento infantil ao de um “criminoso nato” (PATRASSO, 2015, p.37), pois, as crianças possuíam atitudes como; “a cólera, a vingança, o ciúme, a mentira, a falta de senso moral e de afeição [...], a preguiça e a ociosidade [...], o uso de gírias, a vaidade, o alcoolismo e o jogo [...], a predisposição à obscenidade, a imitação.” (FERLA, 2009, p.264).

Um caso descrito por Eptácio Timbaúba em sua coluna periódica retrata de forma clara as ideias apresentadas anteriormente. Uma briga entre duas crianças vizinhas resultou na morte de um dos respectivos progenitores, o que o autor considera como não sendo um episódio de polícia, mas sim um problema sociológico (TIMBAÚBA, 1946c, p.8). De acordo com o jornalista, a principal questão que merece atenção nesse incidente é a da proteção à criança, que abandonada pelos pais – que se mostram incapazes de dirigi-la – e desprezada pelo governo – que não a protege realmente –, ela se cria em um ambiente impróprio a sua formação espiritual, tendo contato com os vícios, a mendicância, a malandragem e consequentemente o crime (TIMBAÚBA, 1946c, p.8). Com isso, a criança torna-se um produto do meio “Habitando-se, desde logo, ao uso de um palavreado improprio e ao emprego de uma linguagem cheia de “gíria” e que não condiz com a nossa cultura e fóros de povo civilizado a criança, lançada á rua pela displicencia criminosa dos pais...” (TIMBAÚBA, 1946c, p.8). Eptácio complementa a reportagem afirmando que um estudo analítico da vida pregressa dos criminosos profissionais demonstra que eles tiveram uma infância abandonada e foi a partir daí que adquiriram os “primeiros ensinamentos experimentais que os lançariam, futuramente, na senda do crime.” (TIMBAÚBA, 1946c, p.8).

A solução proposta pelo jornalista é que os menores fossem redirecionados para um ambiente saudável que anulasse o “veneno que ele absorveu na sargeta das ruas, é transformá-lo moralmente de molde que possa ele amanhã ser um cidadão útil à sociedade, a família e ao país.” (TIMBAÚBA, 1946c, p.8). Afinal, “cada menor retirado da agitação das ruas e da promiscuidade dos morros será mais um golpe desferido contra o crime.” (TIMBAÚBA, 1946c, p.8).

Todavia, existia um grande abismo entre os projetos propostos pelos pensadores positivistas e deterministas, e sua aplicação real no exercício policial nas ruas. No início do século XX, a extinção do trabalho escravo e a entrada de numerosos imigrantes europeus levou a uma modificação da dinâmica social até então vigente (BRETAS, 2018, p.96). A sociedade estava se diversificando, e, também seus vícios, a polícia, então, precisava desenvolver o exercício de identificação, com objetivo de conseguir lidar com as novas classes que emergiam (BRETAS, 2018, p.157). Tornou-se necessário a elaboração de um sistema de procedimentos que ofereciam ao policial uma margem de “interferência com a mínima expectativa de atritos.” (BRETAS, 2018, p.157). Isto é, com certos grupos sociais, como prostitutas e vadios, a polícia detinha uma capacidade de ação quase ilimitada de violência (BRETAS, 2018, p.157). No entanto, com outros grupos era necessário desenvolver um método de negociação que permitisse não comprometer a ordem, mas também não entrar em conflito com os envolvidos. A partir disso, o policial torna-se “intérprete da lei”, realizando “acertos e admitindo exceções.”: “nenhuma lei era igual para todos; e o policial era o juiz.” (BRETAS, 2018, p.158).

Ainda que o policial tenha sido ensinado a valorizar o comportamento legal, ele reserva para si um repertório de “opções fora da legalidade”, que utiliza conforme sua percepção dos acontecimentos (BRETAS, 2018, p.16). A escolha por qual procedimento seguir se faz por meio de um “conhecimento organizacional” – não ministrado nas escolas –, que “qualifica a cidadania dos envolvidos, através de valores atribuídos a cor, idade, sexo, nível socioeconômico etc.” (BRETAS, 2018, p.16). Assim, a polícia constrói uma hierarquia social, onde distribui as possibilidades de recurso e as punições (BRETAS, 2018, p.156). Mesmo dentro da própria criminalidade existe essa classificação, cuja confere tratamentos distintos para diferentes crimes, de forma não prevista na lei (BRETAS, 2018, p.156).

Na medida em que a polícia lida com manifestações públicas, ela também interfere em uma enorme variedade de “pequenos e grandes dramas individuais” (BRETAS, 2018, p.106). A administração informal da justiça realizada pela polícia se estabelece enquanto práticas reconhecidas, origina-se um código informal de processo penal que “dispensa advogados e juízes” (BRETAS, 2018, p.161). O modo como certas classes são tratadas a partir da execução desse sistema informal é reflexo dos preconceitos presentes na sociedade; “Ser negro, pobre ou mulher

pode constituir agravante nessas leis não escritas [...]” (BRETAS, 2018, p.161). No entanto, ao conhecer esse código, o cidadão se torna capaz de empregar essas regras e enfatizar pontos os quais funcionem a seu favor (BRETAS, 2018, p.162).

É necessário compreender que as identidades policiais se constroem concomitantemente às relações entre a polícia e os cidadãos. O autor Egon Bittner afirma que, no que diz respeito ao aspecto da manutenção da paz, não há dentro da polícia um comportamento regrado para reagir às situações, então cabe a cada policial lidar com os chamados de acordo com suas percepções, podendo interferir ou não (2017, p.18). Bittner compreende a polícia como uma resposta rápida e urgente a uma situação, a ponta do Estado, que age naquilo que a sociedade ainda não sabe lidar (2017, p.18). Mediante isso, o autor afirma que grande parte desses problemas sociais são bastante complexos e sérios, o que pressupõe habilidades específicas de julgamento e conhecimento para lidar com eles, requisitos os quais não são priorizados no recrutamento e treinamento dos policiais (2017, p.17). Por não existir um código de normas que regule essas ações, na maioria das vezes, os policiais escolhem agir ou não, ponderando suas próprias perspectivas (BITTNER, 2017, p.19). No entanto, devido a constância dessas ocorrências eles acabam por desenvolver rotinas baseadas em suposições e objetivos já cristalizados (BITTNER, 2017, p.19).

O autor Marcos Bretas, então, ratifica a existência de uma cultura policial que foi desenvolvida de forma irrestrita através das experiências cotidianas desses agentes de segurança ao longo da história. Assim, ao progredir sem o acompanhamento da elaboração de controle ou limitação da capacidade de ação, abriu-se um precedente para arbitrariedade do uso do poder. Isto significa que, é na atividade cotidiana dos policiais que se encontra a origem de seus saberes, cuja maioria permanece ainda informal, destoando-se do treinamento (BRETAS, 1997). Uma das formas de pensar o desenvolvimento das polícias ao longo do século XX é pela via da profissionalização de sua atividade, e uma das características dessa especialização é a posse de um saber próprio e particular, o que permite com que apenas os seus semelhantes possam avaliar o seu trabalho (BRETAS, 2013, p.164). Eptácio Timbaúba da Silva é, afinal, este “igual” que está tentando analisar e refletir sobre a configuração da polícia e suas atitudes mediante os novos problemas sociais, a partir de sua coluna periódica no Diário Carioca. Seu objetivo é chamar atenção do público leitor e dos agentes de segurança sobre as questões latentes na sociedade, sendo uma voz ativa e crítica do que considera ser a forma correta da polícia agir.

Considerações finais

A presente pesquisa foi construída com a finalidade de abordar quatro pontos principais acerca do tema proposto. O primeiro deles foi a apresentação da vida acadêmica e profissional de Eptácio

Timbaúba antes de seu ingresso como parte do corpo editorial do Diário Carioca. Este segmento foi organizado para demonstrar em que medida as experiências vivenciadas por Timbaúba em sua atuação enquanto perito criminal e Chefe do Gabinete de Pesquisas Científicas acabaram por influenciar os temas escolhidos pelo autor para dissertar em sua coluna periódica, e a forma que os descrevia.

O segundo ponto teve o objetivo de apresentar a relação anterior desenvolvida entre Epitácio e o Diário Carioca, e as especificidades contidas no veículo o qual estas reportagens estavam sendo publicadas. Ao ocupar o cargo de diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas, Timbaúba e o Diário Carioca desenvolveram uma relação mutuamente benéfica. Enquanto o dirigente fornecia informações e entrevistas exclusivas para o jornal, este era quase sempre cordial em suas publicações sobre Epitácio, além de ceder espaço para que ele respondesse as críticas a seu respeito. Por isso, o ingresso de Epitácio no corpo editorial deste jornal não está tão distante de sua vivência pessoal. Ademais, esse periódico liderou o processo de modernização da imprensa do período, sendo o primeiro a incorporar técnicas editoriais estrangeiras e a redigir um manual de redação no Brasil. Possuía um estilo próprio e característico que permitia a atuação versátil e audaz dos jornalistas, como Epitácio Timbaúba, que tratava de temas bastante delicados de forma ácida, crítica e questionadora.

No terceiro ponto foram discutidos os temas abordados pela coluna periódica de Timbaúba, com o objetivo de compreender o exercício policial mediante as novas questões sociais do período analisado. Em sua coluna Epitácio discorreu sobre o conceito de criminalidade, sobre questões referentes a segurança dos moradores da cidade, a falta de policiamento adequado, a miséria social evidente nas ruas que atrapalhava o “progresso”, o não exercício correto da força policial, a não realização de ações adequadas por parte das Instituições policiais, o problema da mendicância, vadiagem, das “classes perigosas”, da infecção dos jovens a partir de ambiente depravados e a importância da identificação prévia de indivíduos anômalos. As críticas elaboradas por ele, no que se refere às instituições policiais e os problemas da sociedade da época, apresentam um caráter único, fomentado por sua vivência prévia dentro da corporação policial.

Por último, apresentou-se alguns conceitos e percepções acerca da configuração policial que eram de extrema importância para a análise das fontes documentais propostas. Assim, discorreu-se acerca dos comportamentos exercidos pela polícia, e os códigos informais criados para lidar com os indivíduos suspeitos e outros membros da sociedade em transformação. Todas as reportagens foram examinadas à luz das análises de Marcos Bretas e Egon Bittner acerca da figura do policial e de sua relação com a sociedade. Ambas as teses foram exploradas e articuladas com as notícias do período em questão. A partir da investigação das fontes da imprensa da época, foi possível

encontrar certas similaridades entre os tópicos abordados por Epiácio Timbaúba em sua coluna e a temática policial tratada pela historiografia posterior.

Nesse sentido, o presente artigo buscou, através do uso de fontes jornalísticas, analisar os problemas presentes na sociedade em transformação e a forma de atuação policial mediante essas novas questões. Tendo como fio condutor as críticas e declarações de Epiácio Timbaúba da Silva, um ex-policial, perito e diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas, que ao ter transitado tanto no meio policial como no ambiente jornalístico apresentava em sua coluna periódica no *Diário Carioca* um discurso influenciado pelas teorias positivistas e deterministas.

Referências

Fontes

Dispensas, designações e transferências de oficiais, nas juntas de alistamento militar. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro, 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093092_02/430>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Faculdade de Pharmacia e Odontologia do Districto Federal. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 de janeiro, 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/6998>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

O movimento do Gabinete de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 de outubro, 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/12331>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Continua envolto em mysterio o crime da Rua Humaytá. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 de novembro, 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/12840>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Para o Dr. Timbaúba providenciar. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 de abril, 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/14501>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Um Crime Envolto em Mysterio: na Perola da Guanabara. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 5 de agosto, 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/15852>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

O Gabinete de Pesquisas Scientificas Commemora, Hoje, Seu Segundo Anno de Proficua Existencia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 de junho, 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/19879>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Como o chefe do Gabinete de Pesquisas Scientificas louva a iniciativa do “Diario Carioca”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 de agosto, 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/20676>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Qual o Local Exacto em que Teria Sido Sacrificado o Director da Metralha. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 de setembro, 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/21076>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

TIMBAÚBA, Eptácio. Contra os maus costumes. Boletim do Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro: 10 de abr. de 1946a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/24224>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

TIMBAÚBA, Eptácio. Boletim do Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro: 27 de fev. de 1946b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/23772>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

TIMBAÚBA, Eptácio. Boletim do Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro: 20 de jan. de 1946c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/23318>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

Melhoramentos na Polícia Civil. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 de junho, 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/11098>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

TIMBAÚBA, Eptácio. O Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 de jan. de 1946d. Boletim do Crime. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/23178>. Acesso em: 9 de jun. 2023.

Actos do chefe do Governo. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 18 de agosto, 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/5865>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Para a Constituinte. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 31 de maio, 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/10833>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Referências Bibliográficas

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

_____. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo social: Revista de Sociologia**, São Paulo, USP, v.9, n°1, p.79-94, maio, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000100005>>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

_____; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Vol. 14, n° 26, jan./jul., p. 162-173, 2013. Disponível em: <<https://revistatopoi.org/site/topoi26/>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009.

JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

PATRASSO, André Luís de Almeida. **A Escola da Polícia do Rio de Janeiro: ciência, identificação e educação profissional (1912-1918)**. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

ST 18: HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS: QUESTÕES DE PESQUISA E ENSINO

EM BUSCA POR JUSTIÇA: OS CONFLITOS NA TERRA INDÍGENA CAITITU EM LÁBREA - AMAZONAS (1985)

Francisco Silva Thiberio¹⁵⁷

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo descrever como ocorreram os conflitos na Terra Indígena do Caititu, destacando o papel central desempenhado pelos Apurinã na busca pela demarcação de suas terras. Utilizando uma metodologia de análise de dados qualitativos, as fontes de informação consideradas incluem relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Polícia Militar do Amazonas e de jornais alternativos. Através desta pesquisa, foi possível identificar que havia um grande interesse por parte de membros da elite econômica de Lábrea nas terras dos Apurinã, devido à presença de áreas produtivas, especialmente para a extração de castanha e outros recursos naturais. Durante esses conflitos, houve a ocorrência de assassinatos de indígenas Apurinã e da missionária Cleusa, que desempenhava o papel de coordenadora do CIMI Norte I.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos; Vingança, Terra Indígena; missionária Cleusa.

APRESENTAÇÃO

Lábrea é um município brasileiro localizado no estado do Amazonas. Sua origem remonta ao auge da extração da borracha no final do século XIX, quando foi fundado em 1887 por Antônio Rodrigues Pereira Labre, um explorador, advogado e político maranhense conhecido como Coronel Labre na época do Amazonas imperial. No entanto, a formação da vila que mais tarde se tornaria a cidade de Lábrea ocorreu em 1871, antes de sua emancipação.

O nome da cidade é uma homenagem ao seu fundador, que, na época, apropriou-se das terras habitadas pelos indígenas Apurinã e Paumary para estabelecer a vila. Ao longo do século, Lábrea se desenvolveu e se tornou a maior cidade da região do médio Purus, situada às margens direita.

Para Hélio Rodrigues da Rocha (2018), a cidade de Lábrea foi estabelecida graças aos esforços do explorador Antônio Rodrigues Pereira Labre. Sua fundação seguiu os padrões europeus, influenciada pelas observações que o explorador realizava em suas viagens fora do Brasil. Conforme aponta o autor, “podemos entender que a fundação de Lábrea nasceu de uma necessidade de glória pessoal apoiada pela ideia colonialista que tinha o seu cerne nos discursos dos presidentes, dos militares e políticos” (ROCHA, 2018, p.89).

¹⁵⁷ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Amazônia, da Universidade Federal de Rondônia UNIR.
E-mail: thiberiosilva3991@gmail.com

O Coronel Labre desempenhou o papel de primeiro administrador da cidade e tinha a intenção de promover a criação de gado nas proximidades de Lábrea já em 1875. Conforme a análise de Rocha (2018, p.36), “o coronel Labre solicitou ao governo provincial um empréstimo para abrir fazendas de gado nos campos dos rios Passiá e Pussiari”, e essa solicitação foi aprovada pelo governo provincial da época, sob a gestão de Domingos Monteiro Peixoto (1872-1875).

Essa informação é significativa ao se considerar que as atividades pecuaristas na cidade datam de um período anterior aos projetos de desenvolvimento da segunda metade do século XX, especialmente antes da construção da rodovia BR-230, conhecida como Transamazônica. Mostra que a pecuária já desempenhava um papel importante na região de Lábrea muito antes das grandes iniciativas de infraestrutura na Amazônia.

No final do século XX, especialmente na década de 1980, a cidade de Lábrea foi palco de uma série de disputas intensas relacionadas à apropriação de terras e recursos naturais. Esses conflitos culminaram em confrontos violentos e tragédias, incluindo o assassinato da esposa do cacique Agostinho e de seu filho, bem como o assassinato da missionária Cleusa Carolina Rody Coelho. O objetivo deste artigo é detalhar como ocorreram os conflitos na Terra Indígena do Caititu, com ênfase no papel central desempenhado pelos Apurinã na busca pela demarcação de suas terras. No entanto, para compreender as dinâmicas complexas que ocorreram na região, é crucial contextualizar esses conflitos em torno dos recursos naturais da terra indígena.

DISPUTA PELOS PRODUTOS NATURAIS NA TI CAITITU

A partir da década de 1970 a economia de Lábrea passou por mudanças significativas. Além da criação de gado por parte dos comerciantes, a extração de castanha e a pesca emergiram como as principais atividades entre os seringueiros. Esse período testemunhou “a substituição da velha empresa seringalista, hoje decadente, pela nova empresa capitalista, calcada fundamentalmente na pecuária”, como observado por Martins (1978, p. 21).

Após a chegada da rodovia BR-230 em 1972, os comerciantes da cidade direcionaram seus investimentos para a construção de fazendas destinadas à criação de gado e à exploração de madeira. A ideia era derrubar árvores e comercializá-las, transformando a terra em grandes fazendas. Esse processo de desmatamento geralmente começava com “a abertura oficial ou clandestina de estradas que permitem a expansão humana e a ocupação irregular de terras à exploração predatória de madeiras nobres”, como destacado por Ferreira e Almeida (2005, p. 158).

É comum que áreas ricas em recursos naturais estejam sob a posse de etnias indígenas, e no caso específico de Lábrea, os Apurinã estavam entre os povos nativos que buscavam a garantia de suas terras. “Na região onde vivia o povo Apurinã possuía uma grande área de castanhal que

despertava interesse de grupos econômicos e políticos regionais, além de comerciantes e fazendeiros” (BRIGHENTI; HECK, 2021, p. 99). Nesse contexto, os indígenas estavam se opondo aos avanços das políticas de desenvolvimento que foram intensificadas durante a Ditadura Militar (1964-1985), e eles contavam com o apoio *sobretudo da Igreja Católica, “por meio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), começaram a encontrar-se e a discutir seus problemas em grandes assembléias indígenas”* (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 240). Entretanto, alguns ativistas religiosos, assim como os indígenas, acabaram perdendo suas vidas na defesa dessa causa e na busca pela demarcação de terras.

No caso de Lábrea, destaca-se o assassinato da esposa e do filho do cacique Agostinho Mulato dos Santos, pertencente à etnia Apurinã, na aldeia Japiim, às margens do rio Pacιά, afluente do rio Purus. Além disso, o assassinato da Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho em 1985 é um exemplo desses trágicos eventos. Esses casos ilustram as profundas tensões e desafios enfrentados pelos povos indígenas na região e a coragem daqueles que se dedicaram à causa indígena.

CONFLITOS DE VINGANÇA

Antes de abordar as questões centrais discutidas neste estudo, é relevante mencionar um incidente que ocorreu em 1981. Trata-se de um conflito de vingança envolvendo os índios Apurinã e um policial militar da delegacia de Lábrea, no estado do Amazonas. As primeiras informações sobre esses acontecimentos foram divulgadas no jornal “O Liberal do Pará” em um artigo intitulado “*Dois crianças mortas durante conflitos entre índios e PM*” publicado em 23 de junho de 1981, uma terça-feira. O artigo noticiou um crime que ocorreu no sábado, dia 20 do mesmo mês, durante a noite.

As informações chegaram a Belém no dia 22 de junho de 1981, antes mesmo de serem recebidas em Manaus. Essas informações foram captadas pelo radioamador Pedro de Oliveira Pinto, com prefixo PX-8-D-0596. Ele recebeu um QTC (mensagem de urgência) de seu colega radioamador PX-8-B-0746, da cidade de Lábrea, enquanto este tentava estabelecer uma conexão com outro radioamador em São Paulo, na tentativa de informar a imprensa nacional.

Posteriormente, os jornais de Manaus foram acionados e rapidamente confirmaram os detalhes do incidente com a Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), expondo a magnitude do ocorrido. As informações publicadas no jornal relataram que um cabo da Polícia Militar, Antônio Lopes de Almeida, disparou sua arma e, de forma fatal, atingiu um Apurinã chamado Félix, que era filho do tuxaua Agostino Mulato dos Santos da aldeia Japiim, o mesmo líder indígena cuja esposa e outro filho foram mortos quatro anos depois, em 1985.

O incidente ocorreu durante uma festa junina que estava sendo realizada na residência de um não indígena chamado Raimundo Fernandes, que era morador do bairro da Fonte, naquela cidade. Em um trecho da reportagem, o jornal descreve os eventos relacionados a esse trágico incidente.

Segundo o delegado da Funai em Manaus, Kazuto Kawamoto, a Polícia Militar foi chamada a intervir numa briga numa festa junina na casa do lavrador Raimundo Fernandes localizada no bairro da Fonte, em Lábrea. No meio da Confusão os policiais sacaram das armas, tendo o Cabo PM Lopes ferido mortalmente o índio Félix, menor de idade, filho do tuxaua Agostinho, da aldeia Caititu, que fica às proximidades da cidade. O assassinato do índio revoltou os indígenas que foram até a residência do policial onde assassinaram a pauladas a filha do militar, deixando também feridos com gravidade a mulher do cabo e mais um filho do casal. Em seguida os indígenas, se dirigiram para a Delegacia de Polícia Local a procura de outros PM para vingar a morte do filho do tuxaua. Não encontraram ninguém, porque os policiais haviam fugido, e praticamente ocuparam a cidade que pediu reforço policial para a cidade de Humaitá, maior próxima de Lábrea, no Rio Madeira, e para a capital de Rondônia, Porto Velho (O LIBERAL, 1981, p. 01).

Esse conflito entre os Apurinã e o policial evoca casos de atos de vingança praticados pelos indígenas, que têm sido estudados por pesquisadores interessados em compreender a cosmologia desse povo. De acordo com Francisco Apurinã (2019), os atos de vingança estão enraizados no mito de criação dos Apurinã e são tratados na história de Tsura, o deus que criou os alimentos e as frutas, marcando o início da saga dos Apurinã. Nesse mito, Tsura e seus irmãos vingam a morte de sua mãe, estabelecendo um padrão de vingança como parte essencial da história do povo Apurinã.

Conforme o trecho da notícia do jornal previamente mencionado, os indígenas envolvidos no conflito, possivelmente influenciados pelo consumo de bebidas alcoólicas, ficaram revoltados quando um soldado da Polícia Militar matou o filho do tuxaua. De acordo com a perspectiva de Juliana Schiel (2004, p. 80), a vingança tem diferentes intensidades dependendo da proximidade do falecido, e ela afirma que “a morte de um filho, um pai, por exemplo, parecem demandar, até porque os sentimentos são muito presentes, do que a de um avô distante no tempo”. Nesse caso específico, o morto era alguém muito próximo e era filho de um tuxaua, o que pode ter exacerbado ainda mais a revolta entre os indígenas.

A vingança entre os Apurinã é estudada por Juliana Schiel (2004) sob a perspectiva dos atos guerreiros, relacionando as tentativas de reparar ofensas e os conflitos dentro da etnia às práticas da guerra. No entanto, Rogério Link discorda dessa relação feita pela autora. Segundo o autor, “Os conflitos familiares e as vinganças não podem ser colocados no mesmo balaio da guerra, embora possam ser desencadeadores do último” (LINK, 2016, p. 219).

Na análise discutida aqui, os Apurinã buscavam reparar a morte do filho do tuxaua, mas, como não encontraram o soldado responsável, acabaram matando a filha dele. Dessa forma, pode ser entendido como um ato de vingança. Nas argumentações de Link (2016), a vingança é considerada o antídoto da comunidade Apurinã contra a emergência de um poder coercitivo. Sendo a vingança um instrumento que evita o surgimento do poder coercitivo, ela também pode ser uma busca por justiça, reparação de ofensas e pode construir ou romper relações de parentesco.

No episódio destacado, a vingança foi realizada com a morte da filha do policial. No entanto, no caso das mortes que ocorreram em 1985, não é possível considerá-las como prática de vingança. Isso ocorre porque o assassino da mulher e do filho do tuxaua Agostinho e da Irmã Cleusa não foi morto pelos apurinã. Pelo contrário, ele faleceu devido a pneumonia. Havendo ainda suspeita que Podivem foi envenenado por pessoas envolvidas nas disputas pelos recursos naturais e interesses na terra indígena do Caititu.

POVO INDÍGENA APURINÃ DA TERRA INDÍGENA DO CAITITU

No contexto da década de 1980, os Apurinã do Médio Purus enfrentavam desafios significativos, incluindo a apropriação ilegal de seu território e a exploração descontrolada de madeira, juntamente com a prática da pecuária. É importante ressaltar que, naquele período, a maior parte das terras que compõem atualmente a Resex Médio Purus (criada em 2008) era supostamente “pertencente” a dois grandes latifundiários: a empresa Madeira Nacional S.A (Manasa) e o político empresário labreense Mustafa Said. Muitos indígenas, inclusive, eram trabalhadores desses “proprietários”, enfrentando condições que o jornal do Comércio comparou à escravidão.

O Jornal do Comércio, em uma matéria intitulada “*Documentos provam descaso*” datada de 5 de maio de 1985, resume a conduta da empresa Manasa e destaca a falta de consideração por parte do órgão indigenista em relação aos indígenas Apurinã de Lábrea. O jornal ressalta que a empresa,

conseguiu, de forma ilusória, transformar grande partes dos indígenas em mão de obra para a empresa, que em suas propagandas, prometia que as comunidades ‘iriam morar em casas de zinco e com sanitário’. Foram centenas de índios que abandonaram suas aldeias e passaram a viver ‘de forma cativa’ dentro da própria empresa. [...], os Apurinã eram obrigados a consumir enlatado vendidos pela própria Manasa o que significa que não chegavam a tocar no salário e continuam sempre em dívidas. [...] Houve casos, inúmeros, de indígenas que conseguiram fugir e, para não serem ‘pegos’ escondiam-se em Lábrea (J COMERCIO, 1985, p. 03)

Os indígenas que conseguiram escapar do trabalho forçado e não remunerado acabaram migrando para o local que hoje é a Terra Indígena Caititu, no município de Lábrea, unindo-se a outros indígenas que já habitavam a região. O jornal ainda destaca que “a irmã Cleusa Carolina,

atuava junto a estes indígenas, e não se cansou de fazer denúncias contra exploração praticada contra os eles” (1985, p. 03). A missionária denunciava os abusos cometidos pelos grandes latifundiários e comerciantes de Lábrea, incluindo o ex-prefeito José Falcão Filho, que era acusado de intimidar os índios com o objetivo de se apropriar do castanhal.

Um relatório confidencial sobre a “*Questão Indígena*”, com informações do Ministério da Aeronáutica de 1984¹⁵⁸, apurou que em 1981, os Apurinã, apoiados por sacerdotes da Igreja Católica local e liderados por Agostinho Mulato dos Santos, reivindicavam a transformação da área de CAITTU em reserva indígena, o que não era aceito pela 8ª DR/FUNAI/PVH, devido à proximidade da área em relação ao centro da cidade, apenas 2 km. Essa ação ocorreu após o levantamento realizado pela antropóloga e servidora da Funai, Ana Maria da Paixão, encarregada da delimitação das áreas indígenas no Sudeste e Sudoeste do Estado do Amazonas. Assim, surgiu a possibilidade da transformação da área do Rio Pacia em reserva indígena. Com essas informações, os indígenas passaram a proteger seu território e impediam os não índios de colherem castanha.

Em conclusão, o relatório do Ministério da Aeronáutica considerou que:

A solução dos problemas entre os índios e brancos não apenas na área do rio PACIÁ, mas em todo o Sudoeste amazônico parece depender em grande parte, de uma atuação mais efetiva da FUNAI, ou seja, a implantação de uma Ajudância naquela área, conforme sugestão do próprio Delegado da 8ª DR/FUNAI. Por outro lado, é forçoso reconhecer a existência de interferência política, por via do Dep. Fed. (PDS/AM) JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE, na defesa das reivindicações dos seringalistas, já que um dos seringais (SAO CLEMENTE) pertence ao ex-Prefeito de LÁBREA pelo PDS/AM, JOSÉ FALCÃO FILHO” (M. AERONAUTICA, 1984, p.10).

A disputa pela terra, nesse cenário, envolveu diversos atores sociais, incluindo não apenas os povos indígenas, mas também atores políticos de Lábrea. Com base nos dados do relatório analisado, foi possível considerar que houve interferência política e falta de recursos econômicos no órgão indigenista para prestar assistência aos Apurinã e às demais etnias.

Para resumir, a luta dos Apurinã de Lábrea pela demarcação de suas terras teve um marco em 19 de julho de 1985, quando a Funai emitiu a Portaria nº 1887/E, designando a formação de um Grupo de Trabalho para realizar o levantamento histórico antropológico da TI Caititu. Os resultados desse trabalho foram compilados no primeiro memorial descritivo da Terra Indígena, elaborado pelo antropólogo João Dal Poz Neto, que estimou uma área de aproximadamente 332.050 hectares. Após a confirmação das habitações imemoriais dos indígenas, o GT recomendou

¹⁵⁸ Ministério da Aeronáutica informação nº 001/85/D2.2/ CISA-BR. PB nº 228/17/AC/84, de 20 julho de 1984

a demarcação urgente da Área Indígena Caititu, juntamente com o reassentamento dos posseiros (DAL POZ, 1985).

Apoena Meirelles informou por meio do Parecer nº. 086/1986, com base no Processo /FUNAI/BSB/3446/85, que a Área Indígena Caititu tinha 59 ocupantes não índios, dos quais 22 possuíam título de domínio, um era arrendatário, e 36 eram posseiros não titulados. Os dados foram levantados por técnicos da Funai e do Incra, e o valor das benfeitorias alcançou, em março de 1985, a quantia de Cr\$ 245.806.076 (duzentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e seis mil e setenta e seis cruzeiros). Meirelles também destacou que os recursos para a demarcação e regularização dessa área estavam garantidos pelo Projeto de Proteção de Meio Ambiente e as Comunidades Indígenas (PMACI).

Em 6 de agosto de 1986, por meio do decreto nº 93.072, o Governo federal declarou a ocupação da terra pelos indígenas Apurinã, localizadas no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, denominada Área Indígena Caititu. Finalmente, o Decreto nº 282, de 29 de outubro de 1991, determinou a homologação da demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) da área indígena Caititu. A área foi caracterizada como de ocupação tradicional e permanente indígena, com uma superfície de 308.062,6156 ha. e um perímetro de 398.809,67 m. O mapa abaixo mostra a localização e delimitação dessa Terra Indígena.

Figura 1 Mapa da localização precisa da Terra Indígena Caititu.

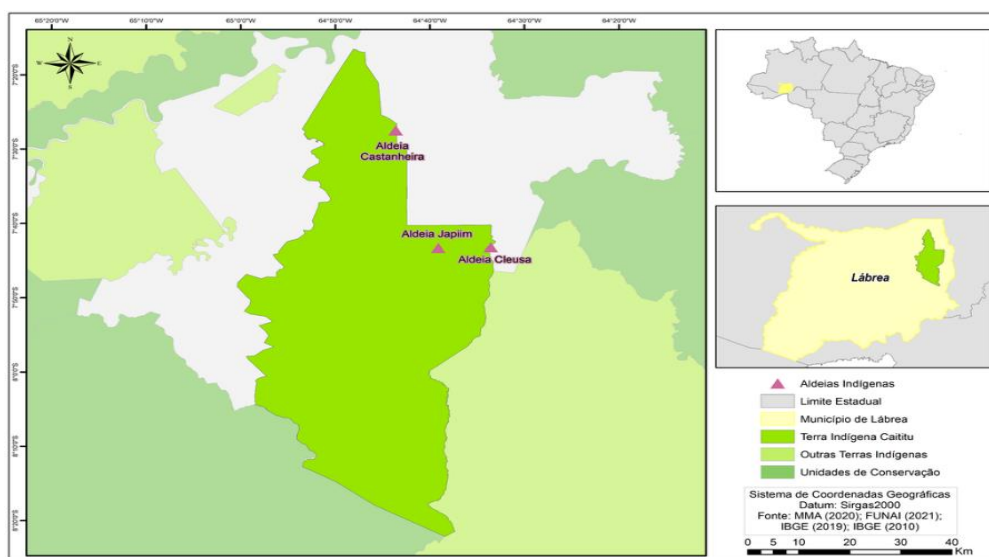


.FONTE: Google Maps

Na Terra Indígena Caititu, habitam os povos Apurinã, Jamamadi e Paumari, compreendendo uma população de 1.022 habitantes. É relevante ressaltar que os processos demarcatórios dessa Terra Indígena só foram iniciados após os assassinatos da esposa e do filho

do cacique Agostinho, bem como da missionária Cleusa, ambos em 1985. Na figura (02) se observa a aldeia indígena Japiim no rio Pacia, onde ocorreram os assassinatos da esposa e do filho do cacique Agostino Mulato dos Santos, local para onde se dirigiu a missionaria quando soube da notícia do crime.

Figura 2 Mapa da Terra Indígena Caititu, e suas comunidade



FONTE: Kamila Craveira/Greenpeace Brasil. Disponível em: < <https://amazonia.org.br>>

OS CONFLITOS NA TERRA INDÍGENA CAITITU EM 1985.

As disputas econômicas e a exploração dos recursos naturais eram conflitos que envolviam comerciantes e antigos seringalistas interessados nas terras dos Apurinã. Nesse contexto de confrontos, alguns indígenas agiram politicamente, aliando-se a fazendeiros e exploradores na tentativa de obter vantagens da situação. Um exemplo é Raimundo Falcão de Souza, popularmente conhecido como “Raimundo Podevem”, que, de acordo com testemunhas, esteve diretamente envolvido nos assassinatos de Maria e Arnaldo ambos da etnia Apurinã, bem como da missionária Cleusa R. Coelho no rio Pacia, próximo à aldeia Japiim.

Raimundo Podevem, serviu na polícia militar do Amazonas e recebeu treinamento anti-guerrilha em Manaus. Segundo o jornalista Gontran Veiga Jardim (1985), ele estava a serviço dos exploradores de castanha e foi responsável não apenas pelo assassinato da irmã Cleusa, mas também pelas mortes dos indígenas Maria e Arnaldo, esposa e filho do cacique Agostinho, da aldeia do Japiim no Igarapé Pacia. No entanto, é difícil determinar se a comunidade Apurinã reconhecia Raimundo como indígena, pois ele estava politicamente aliado aos exploradores. Atuando na

polícia militar, Raimundo pode ter perdido os laços com o grupo Apurinã, tornando-se opositor da causa indígena.

O CIMI apurou que os assassinatos da mulher e do filho do cacique Agostinho aconteceu depois que o líder chamou a atenção do ex militar por levar, juntamente com Edivar Apurinã o não índio Damásio, para coletar castanha na reserva Caititu sem anuência do chefe do Posto Indígenas, nem das lideranças comunitárias.

Nesse incidente envolvendo Podivem, Edivar e Damasio, o tuxaua reteve a parte da castanha que caberia a Damasio e liberou a parte que cabia aos índios Raimundo e Edivar. O tuxaua Agostinho ainda disse a Podivem que ele poderia voltar outras vezes, mas não acompanhado de branco nem de Edivar, pois este já teria ameaçado de morte Agostinho.

No entanto, Raimundo Podivem foi pela segunda vez, acompanhado de Edivar e de Lindomar. Segundo o CIMI (1985) estando ausentes o tuxaua e outros homens que estavam no castanhal, ele matou primeiro o filho e depois a mulher do Tuxaua, na manhã do dia 25 de abril. Após a matança, Raimundo ainda voltou à balsa do rio Pacιά, no km 30 da estrada Lábrea - Humaitá. De lá, subiu novamente no dia 28, foi nessa ida que ele encontrou Irmã Cleusa.

Segundo o relatório da Irmã Paz de Las Dolores Gallego Urbano (1985), os boatos sobre o assassinato dos indígenas chegaram a Lábrea em 26 de abril de 1985. No dia seguinte, um dos filhos do tuxaua Agostinho chegou à Casa das Irmãs para dar a notícia de que sua mãe (Maria) e seu irmão (Arnaldo) haviam sido mortos. Preocupado com a gravidade da situação, Agostinho enviou seu genro, Raimundo Paulo da Silva, para fornecer mais informações à irmã Cleusa sobre os acontecimentos. O relato continua afirmando que:

Irmã Cleusa ciente dos acontecimentos, parte de carro em companhia de Raimundo Paulo até o rio Pacιά, no km 30, subindo, depois o rio em motor de rabeta até a Aldeia 'Apuí Velho'. [...] Passaram a noite na aldeia verificando os fatos e tentando acalmar os ânimos. No domingo, dia 28, vinham os dois descendo o rio quando, pelo meio dia, encontraram-se frente a frente com Raimundo do Podevem. [...] a irmã chamou Raimundo do Podevem para tentar dialogar com ele. Este também parou. Raimundo Paulo reparou que PODEVEM estava com a mão na espingarda e, apavorado precipitadamente atirou sem acerta o alvo. O outro respondeu a Raimundo Paulo que ficou levemente ferido em uma perna. Cleusa pediu para ele se atirar n'água e fugir, pois, tinha família. Assim o fez, ficando escondido dentro d'água atrás de um galho. De lá ouviu um disparo, não sabendo a quem se dirigira, a seguiu, escultou a Ir. Cleusa Chamando PODEVEM, que não respondeu. houve um silencio até que este perguntou à Ir. Cleusa pelo Raimundo Paulo. Conversaram mais um pouco, mas não deu para entender o que diziam. A seguiu escutou o motor subindo. Foi então que Raimundo Paulo passou uns 15 minutos chamando a Irmã, sem obter resposta. Adentrou-se na mata, tinha a perna adormecida pelo tiro e lá passou a noite. Só foi chegar em Lábrea, segunda-feira, dia 29, [...] os padres e as irmãs ficaram sabendo, pela única testemunha e, conseqüentemente, pela única versão, parte dos fatos acontecidos" (URBANO, 1985, p. 02).

Esse relatório foi escrito com base no testemunho de Raimundo Paulo da Silva. Ele relatou os acontecimentos quando acompanhava Cleusa durante sua ida à aldeia Japiim, na tentativa de apaziguar a situação. Assustado, o acompanhante da missionária atirou em Podevem, mas não acertou. Este revidou e atingiu Raimundo Paulo na perna. Ele relatou que caiu na água e ficou ouvindo de longe, sem entender ao certo a interação entre a Irmã e o assassino. O silêncio descrito por Paulo talvez tenha sido após o momento da morte de Cleusa, na tarde do dia 28 de abril de 1985, descendo o Rio Pacia.

Depois que a Prelazia foi informada dos acontecimentos, a Irmã Josefina Casagrande e Frei Jesus Moraza Ruiz iniciaram as tentativas de encontrar a missionária. Eles pediram ajuda à Polícia Militar de Lábrea e à 8ª Delegacia Regional da Funai, sediada em Porto Velho-RO. No entanto, encontraram muita resistência para obter apoio, principalmente com transporte para ir até o rio Pacia. Após outras tentativas de encontrar a religiosa, “[...] o sargento da PM, pressionado pela equipe de resgate e de alguns populares, entrou em contato com o Comando em Manaus, para dizer-lhe que visto a Funai não ter tomado as providências, ele estava se dirigindo com a equipe do Frei Jesus e mais quatro soldados” (URBANO, 1985, p. 06). Foi nessa busca que o corpo de Cleusa foi encontrado no dia 04 de maio.

Ainda segundo Urbano (1985), na perícia, o médico da cidade de Lábrea, Robson Moss, atestou que estavam quase todas as costelas foram quebradas, o crânio fraturado e o braço partido, sendo que este último apresentava sinais claros de golpes com algum objeto cortante, indícios, estes, de uma violência brutal. Com esses dados, podemos inferir que o tiro ouvido por Raimundo Paulo não foi na Irmã Cleusa, pois esta foi assassinada com fortes pancadas e cortes em seu corpo. As investigações sobre a matança continuaram, o CIMI Norte I e a Prelazia de Lábrea procuraram saber se havia mais pessoas envolvidas nas mortes.

Mesmo sendo Raimundo Podevem a figura diretamente envolvida nos assassinatos dos indígenas e da missionária, é importante considerar que os grandes proprietários de terras no município de Lábrea tinham interesse na morte da Irmã, pois ela defendia a posse da terra aos indígenas. Na época, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) suspeitava de três proprietários de terra e um comerciante local. Uma reportagem do Jornal do Comércio, intitulada “*Latifundiário é acusado de mandar matar freira*”, de 15 de maio de 1985, informa, no entanto, que

A Prelazia de Lábrea juntamente com o Cimi Norte 1, em documento divulgado á imprensa, afirmam que Anísio Rafael ‘com inegáveis interesses dentro da área indígena, é um dos suspeitos de co-autoria da matança, fornecendo armas, e munição’. O relato cita ainda, de forma textual, o comerciante Pedro Tabosa, ‘que julgando-se injustiçado por se sentir impedido de retirar castanha da área indígena,

teria sugerido e incentivado a Anísio Rafael o fornecimento das armas assassinas'. [...] o comerciante Damásio, 'que além de fornecer canoa, motor e combustível ao assassino, acompanhou-o em duas viagens que antecederam ao crime e depois fugiu' (J COMERCIO, 1985, p.04)

Essa matéria foi baseada em informações do relatório do CIMI Norte I e menciona três indivíduos envolvidos: Podevem, Anísio Rafael e Pedro Tabosa. Esses “proprietários” agiam para induzir a população local a acreditar que as mortes eram resultado de conflitos internos entre os próprios índios Apurinã, culpabilizando todo o grupo. Dessa forma, os latifundiários tiravam vantagem da tragédia para quebrar a resistência dos indígenas na luta e defesa de sua terra e riquezas naturais, intimidar e desestimular qualquer trabalho em prol dos Apurinã, além de estimular o ódio aos índios por parte da população local, utilizando Raimundo Podevem para ocultar as verdadeiras causas dos crimes.

A já mencionada missionária Paz de Las Dolores Gallego Urbano falou sobre a morte de Cleusa e defendeu que “os índios não teriam feito nada com ela, isso eu posso afirmar, eles tinham grande carinho por ela e diziam sempre: ‘Cleusa é nossa’. Não foram os índios que a mataram” (A CRÍTICA, 1985, p. 03). Portanto, não seria correto culpar todos os Apurinã pelo homicídio da defensora dos pobres.

EM BUSCA DA JUSTIÇA

Os crimes cometidos contra Maria e Arnaldo, bem como contra Cleusa, como mencionado anteriormente, foram atribuídos apenas a Raimundo Podevem. Isso é confirmado no relatório encaminhado à Secretaria de Segurança do Estado do Amazonas (SSP/AM), produzido pelo Departamento de Polícia do Interior (DPI) em 23 de agosto de 1985. No documento, o delegado da Polícia Militar de Lábrea, Guimarães Rodrigues de Carvalho, afirma que está “comprovado ter sido o silvícola RAIMUNDO FALCÃO DE SOUZA, vulgo ‘RAIMUNDO PODEVEM’, o autor do crime, bem como das mortes da mulher e filho do Tuxaua Agostinho Mulato dos Santos, verificadas anteriormente ao assassinato da Irma” (DPI, 1985, p. 03).

Após os assassinatos, Podevem ficou foragido na floresta por vários dias, mas acabou precisando de ajuda médica. O indígena confessou ter assassinado as três pessoas. No entanto, missionários e membros do CIMI desconfiam que Podevem tenha sofrido pressão dos comerciantes, dos quais era próximo, para não citar os verdadeiros mandantes do crime

O relatório ainda revelou que alguns dias após ter conversado com o médico, Podevem “deu entrada no Hospital de Lábrea acometido de pneumonia e sem condições de falar, vindo a falecer uma semana depois sem que pudesse ser ouvido pela autoridade policial a respeito dos crimes que cometeu” (DPI, 1985, p. 04). No entanto, tanto a Prelazia de Lábrea quanto o CIMI

Norte I acreditam que o indígena tenha sido envenenado para evitar que revelasse quem o incentivara a cometer os crimes. Dessa forma, não haveria um culpado identificado, e ninguém foi preso ou punido pela lei.

A suspeita de que Raimundo Podevem tenha sido morto pelos comerciantes e latifundiários de Lábrea interessados na terra indígena, ou até mesmo que tenha morrido de pneumonia, diferencia o episódio dos atos de vingança, uma vez que não se comprovou a interferência dos Apurinã na morte de Podevem. Portanto, não se sabe se houve ou não a intervenção do tuxaua ou de seus parentes para vingar as mortes da esposa e do filho. A prática da vingança, neste caso, foi quebrada.

No entanto, diante da falha da justiça humana, os injustiçados recorreram à justiça divina. No caso da Irmã Cleusa, houve uma tentativa por parte da Catedral de Vitória - ES de transformar a apoiadora da causa indígena, dos pobres e doentes em santa. Na década de 1990, foi solicitada a abertura do processo de canonização a pedido da superiora geral Madre Rosa Lopez, e um ano depois a Santa Sé autorizou a abertura do processo.

Em 2016, o processo foi retomado para adequá-lo às novas orientações da Santa Sé de Roma. O histórico do processo de canonização está ativo, mas é importante destacar que, para ser considerada santa, a Irmã Cleusa precisa ter um milagre comprovado pela Igreja Católica ou ser considerada mártir. Em outras palavras, é mais um obstáculo que a missionária terá de enfrentar para ser santificada. Contudo, para os indígenas moradores da TI Caititu, a missionária foi crucial no processo de luta pela demarcação daquela área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, tornou-se evidente que os Apurinã desempenharam um papel central na busca por seus direitos à terra, contando com o apoio do CIMI, além dos próprios indígenas que estavam na linha de frente, conduzindo sua própria história. A luta pela terra colocou os Apurinã em conflito com grileiros, políticos e até mesmo um juiz, todos interessados nos recursos naturais da atual Reserva Caititu. Durante todo o processo, os indígenas enfrentaram ameaças, práticas autoritárias e tentativas de expulsão, mas não se renderam, alcançando, assim, a demarcação de suas terras. Destaco, nesse sentido, a atuação fundamental do cacique Agostinho dos Santos, que, mesmo enfrentando a perda de membros de sua família, manteve o foco na conquista da terra.

A luta em prol da causa indígena resultou na perda de muitas vidas, assim como os índios já vinham sofrendo antes mesmo de receberem o apoio de setores da Igreja Católica e de outros ativistas ambientais. O assassinato da Irmã Cleusa não é um caso isolado, mas é necessário

considerar que, no processo de demarcação da Terra Indígena Caititu, a missionária desempenhou um papel crucial na organização da comunidade, que, após sua morte, viu sua terra ser demarcada. A busca por justiça divina continua, e a população de Lábrea espera que Irmã Cleusa seja canonizada, para que sua luta não seja esquecida.

As disputas que resultaram em conflitos e mortes entre indígenas e não indígenas em Lábrea ultrapassaram a simples colheita de castanhas e a exploração de recursos naturais. Na verdade, o cerne desses conflitos era o interesse pela terra. Os latifundiários de Lábrea não estavam dispostos a ceder espaço para aqueles que não tinham os recursos econômicos necessários para transformar a área em grandes fazendas. Assim, a narrativa de que o crime ocorreu devido a conflitos entre os Apurinã pela colheita da castanha servia como uma cortina de fumaça para ocultar os verdadeiros interessados na Terra Indígena do Caititu e nos recursos naturais que ela abrigava.

Referências

FONTES

ARQUIVO NACIONAL. (Confidencial). *Questão Indígena* - Invasão de Seringal por Índios Apurinã, município de Lábrea/Am. Ministério da Aeronáutica INFORMACAO Nº 00 1 /85/D2.2/CISA-BR. PB N9 228/17/AC/84, de 20 JUL 84. Referência: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_85048597_d0001de0001. 13 páginas.

ARQUIVO NACIONAL. (Confidencial). *Reserva Indígena Caititu* - índios Apurinãs - Lábrea/AM. Secretaria de Estado de Segurança (SSP/AM). Departamento de Polícia do Interior. DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 126. Referência: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_85005819_d0001de0001. 08 páginas.

ARQUIVO NACIONAL. (Confidencial). *Reserva Indígena Caititu* - índios apurinã Lábrea-AM. 1985. Referência: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_85005486_d0001de0001. 27 páginas.

CIMI. Dossiê Irmã Cleusa: a luta dos Apurinã da AI Caititu. ACERVO SOCIOAMBIENTAL. Dossiê. Referência: APD00029. Pastoral Indigenista. Brasília-DF, 1986, p. 154.

CIMI. BASES PARA O DIÁLOGO ENTRE A IGREJA MISSIONARIA E O ESTADO: Demarcação e garantia de territórios e o fim da violência: exigências para uma nova política indigenista. In: ARQUIVO NACIONAL. DSI - Ministério do Interior MINTER. *Dossiê Indigenismo*, 1986. Referência: br_dfanbsb_2m_0_0_0147_v_09_d0001 de0001. 379 páginas.

CIMI. IV Assembleia Geral do Concelho Indigenista Missionário (CIMI). *Relatório*. Cuiabá-MT, realizado entre 22 e 26 de julho, 1981.

DAL POZ, João. Relatório de reestudo da Área Indígena Caitetu. ACERVO SOCIOAMBIENTAL. Relatório de Pesquisa. Referência: APD00038. USP: São Paulo, 1985, p. 88.

URBANO, Paz de Las Dolores Gallego. *Vida por vida*: Dossiê sobre a morte de Irmã Cleusa e índios Apurinã. CIMI Norte I, 1985.

MEIRELLES, José Apoena Soares de [et al]. Parecer n. 086 sobre Área Indígena Caititu. ACERVO SOCIOAMBIENTAL. Parecer. Referência: APD00113. Brasília-DF, 1986, p. 04.

Jornal A crítica. *Terra é motivo de conflitos*. 05 de maio de 1985

Jornal do Comercio na reportagem, *Documentos provavam descaso*. 05 de maio de 1985, p.03.

Jornal do Comércio, intitulada, “*Latifundiário é acusado de mandar matar freira*”. 15 de maio 1985.

Jornal do Comércio. “*Latifundiário é acusado de mandar matar freira*”, 15 de maio 1985.

Jornal O Liberal - PA. “*Duas crianças mortas durante conflitos entre índios e PM*”. 23 de junho de 1981

MEGESK, Leila. *Cleusa Rody Coelho*: a irmã que pode se tornar a primeira santa capixaba. 01/10/2019. Disponível em: < <https://www.agazeta.com.br/capixapedia/cleusa-rody-coelho-a-irma-que-pode-se-tornar-a-1-santa-capixaba-1019>>. Acesso em: 02/04/2023.

Prelazia de Lábrea. *Na reserva apurinã, margeando o caititu*. Disponível em: < <https://prelaziadelabrea.com.br/na-reserva-apurina-margeando-o-caititu> >. Acesso em: 02/04/2023.

Referências bibliográficas

APURINÃ, Francisco. **Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos: os “limites” da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas**. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BRIGHENTI, Clovis Antônio; HECK, Egon Dionísio (org.). **O movimento indígena no Brasil: da Tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2021.

CANUTO, Luzia. Na trilha da memória: a história go sindicalista João Canuto de Oliveira. In: ALMEIDA, Rogério; SACRAMENTO, Elias (Org). **Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! vivos na luta pela terra!** Santarém, PA: Ed. dos Autores, 2022.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**. São Paulo, 19 (53), 2005.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**. São Paulo, 19 (53), 2005.

LINK, Rogério Sávio. **Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX**. 2016. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – PPGH). Porto Alegre - RS, 2016.

MARTINS, Edilson. **Nossos Índios, Nossos Mortos: reportagens entrevistas e artigos**. Editora CODECRI: Rio de Janeiro. 1978.

ROCHA, Hélio Rodrigues da. **Coronel Labre**, 2ª edição. Editora Scienza: São Carlos, 2018.

SCHIEL, Juliana. **Tronco velho: histórias Apurinã**. 2004. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2004.

VEIGA JARDIM, Gontran. **O drama dos índios: os guerreiros já não contam mais (reportagens especiais e pesquisas)**. Companhia brasileira de artes gráfica: Rio de Janeiro, 1985.

O “NORTE PIONEIRO” DO PARANÁ E AS RELAÇÕES ENTRE REOCUPANTES E POPULAÇÕES INDÍGENAS: REFLEXÕES SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS ATRAVÉS DOS JORNAIS *CORREIO DA MANHÃ* (RJ), *DIÁRIO DA TARDE* (PR) E *O PAIZ* (RJ) (1908-1912)

Mateus Torelli Fidelis¹⁵⁹

Resumo: No final do século XIX e parte do XX, a região do Norte do Paraná passa por uma série de transformações, tornando-se alvo de diferentes agentes históricos (TOMAZI, 1997). A partir do processo de reocupação, surgiram diversos núcleos populacionais, como Jacarezinho (1900), Londrina (1934), Maringá (1947), entre outros. No entanto, o surgimento dessas cidades envolveu uma série de conflitos, principalmente devido às *frentes de colonização* (NOVAK, 2006; MOTA, 2009), considerando que antes da chegada de paulistas, mineiros e imigrantes, a região já era habitada por diferentes populações indígenas. O objetivo deste texto é demonstrar como os jornais *Correio da Manhã* (RJ), *Diário da Tarde* (PR) e *O Paiz* (RJ), extraídos da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, podem nos auxiliar na compreensão das *situações históricas* presentes na mesorregião conhecida como “Norte Pioneiro” do Paraná entre os anos de 1908-1912.

Palavras-chave: Norte Pioneiro do Paraná; Conflitos Sociais; Frentes de Colonização; Fronteira.

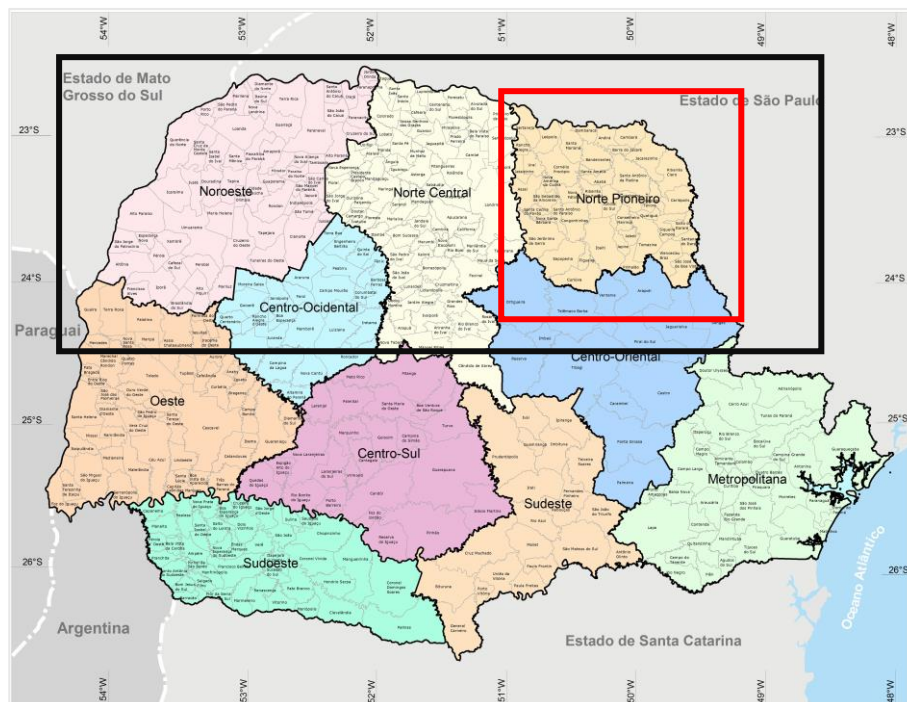
Introdução

A mesorregião “Norte Pioneiro” do Paraná, localizada no “Norte do Paraná” e no nordeste desse Estado (Figura 1), apresenta uma complexidade histórica notável, resultante de um processo que se desdobrou em diferentes tempos ou períodos. Partindo da perspectiva da historiografia tradicional (MUSSALAM, 1974; WACHOWICZ, 1987) concernente a esse espaço, a (re)ocupação da região tem seu início datado na metade do século XIX e alcança seu término por volta da década de 1950, abrangendo o período do século XX¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina e licenciado em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. E-mail: mateus.torelli12@hotmail.com

¹⁶⁰ Conforme o recorte estabelecido pelo Ruy C. Wachowicz, em 1950, “(...) a região já estava praticamente ocupada, não havendo necessidade de alongar este levantamento até meados da década de 1980 (...)”. (1987, p. 5)

Figura 1: Norte do Paraná (em destaque preto) e o “Norte Pioneiro” do Paraná (em destaque vermelho).



Fonte: Instituto Paranaense do Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 2010.

Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regiões%20Geográficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf

Referindo-se aos recortes políticos tradicionais da historiografia, o território em análise manifesta-se em distintos contextos históricos, a saber: Paraná Provincial, República Velha, Governo Provisório, Estado Novo etc. Contudo, a fim de facilitar a compreensão de nossa proposta investigativa, faz-se necessário estabelecer a seguinte categorização temporal: a 1ª fase (Figura 2) - designada como Norte Velho por conta do período político; e a 2ª fase - posterior à década de 1930.

Na perspectiva historiográfica, a (re)ocupação do território tem sua origem nas compras de terras após a promulgação da Lei de Terras de 1850. Nesse cenário, o território não se integra plenamente ao sistema capitalista, assumindo o papel de uma *frente de expansão* que opera como um sistema de excedente em relação à produção. Esse processo de (re)ocupação territorial ocorre gradualmente e de maneira expansiva, estendendo-se até o final do século XIX.

A Proclamação da República desencadeia a necessidade de estabelecer uma identidade regional (SZESZ, 1997), resultando no incentivo de políticas de “colonização” de áreas tidas como “vazias” e na expansão das vias férreas, o que confere uma nova dimensão ao espaço e intensifica a (re)ocupação de forma significativa. Como resultado desse contexto, nota-se a contratação de imigrantes italianos e japoneses para o trabalho nas fazendas, bem como o fluxo de migrantes nordestinos e a exploração da força de trabalho por meio de acordos contratuais. Sob uma perspectiva histórica e sociológica, esse período pode ser caracterizado como *colonato*, conforme destacado na obra *O Cativo da Terra* de autoria de José de Souza Martins (2010).

As cidades que se desenvolvem nesse contexto específico (1850-1930) estão situadas na porção leste da atual região denominada “Norte Pioneiro”, como: Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Cambará, Ribeirão Claro, Tomazina, Siqueira Campos (anteriormente conhecida como Colônia Mineira) e Carlópolis. A segunda fase do desenvolvimento desse território apresenta características distintas em relação à primeira fase - que foi marcada pela presença da República Velha, com poder local e a predominância do sistema latifundiário. Nela, uma nova configuração emerge: com a intervenção da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) e a influência de políticas externas (estrangeiras) no Norte do Paraná. Nessa nova fase, o desenvolvimento territorial se baseia no sistema de minifúndios e no setor imobiliário.

Consequentemente, outras cidades surgem nesse contexto, como Andirá, Bandeirantes, Cornélio Procopio, Santa Amélia, entre outras. Além destas, destacam-se grandes centros urbanos, como Londrina, Maringá e Arapongas, que estão relacionados à política de “Marcha ao Oeste” e ao “empreendimento colonizador”, com o intuito de preencher “lugares vazios” no território do Norte do Paraná. É importante observar que, na época abordada, não existiam as subdivisões geográficas e historiográficas surgidas na década de 1950, tais como o “Norte Velho” ou “Pioneiro”, o “Norte Novo” e o “Norte Novíssimo”. Naquele contexto, as cidades localizadas ao redor de Jacarezinho, mais ao leste, assim como Londrina, mais ao centro, eram consideradas como um todo, constituindo o que seria, até o momento, como “Norte do Paraná”.

No campo da historiografia, é possível identificar dois estudos sobre a colonização do nordeste do Paraná. O primeiro é conduzido na área de História Demográfica por Rene Mussalam, e o segundo, representando o paradigma da História Regional, é elaborado por Ruy C. Wachowicz.

Ambas as pesquisas têm como ponto de partida o centro da produção histórica da época, ou seja, são influenciadas pelas orientações e direcionamentos do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, localizada em Curitiba.

Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos é o título da dissertação de Rene Mussalam, defendida em 1974, que objetiva analisar a história dessa região do ponto de vista demográfico. Com base no pensamento geográfico e científico de Pierre Monbeig e Leo Waibel, a autora acredita – por meio da concepção de zona pioneira ou faixa pioneira – que “os movimentos ocupacionais do Norte do Paraná têm sido descritos (...) por todos os estudiosos das Ciências Humanas, como um processo ímpar na história do Brasil (...)” (1974, p. 16). Busca-se, neste sentido, dar todo o crédito ao fenômeno do “boom” ou “rush”, ou quando o preço das terras “crescem vertiginosamente” e as matas são derrubadas. Por isto, segundo Mussalam, “face a essa conceituação, constata-se que o Norte do Paraná é, realmente, uma zona pioneira (...)” (p. 16).

Para a autora, antes da chegada dos “colonizadores”, esse espaço estava “(...) praticamente despovoados e [com] densas matas virgens (...)” (p. 17). Além disto, considera como marco inicial a segunda metade do século XIX, com a chegada de fazendeiros mineiros e paulistas, que reocuparam as regiões de Tomazina, Colônia Mineira e, posteriormente, Jacarezinho.

Treze anos depois, Ruy C. Wachowicz publicou o livro *Norte Velho Norte Pioneiro* com o propósito de analisar a história do Norte Pioneiro do Paraná sob uma perspectiva diferente. Com base na História Regional, o autor explora as transformações ocorridas nesse território, incluindo as migrações, as ferrovias, as divergências entre paulistas, mineiros e nordestinos e a questão do café. De outro modo, a história aparece como algo mais complexo, envolvendo conflitos e interesses. Porém, o autor parte dos mesmos pressupostos como marco histórico para pensar a história da atividade humana nesse espaço.

Tanto o estudo de R. Mussalam, como de R. C. Wachowicz, (re)produzem, em parte, o que seria denominado posteriormente como discurso do “vazio demográfico” no campo científico e acadêmico. Ou seja, é um tipo de pesquisa que compreende a história partindo da ótica da figura do “pioneiro”, quer dizer, aquele que “venceu”, “conquistou”, “lutou” ou “desbravou” as florestas. Através desta percepção, altamente disseminada por acadêmicos e memorialistas da época, as populações cabocla-posseira, indígenas e pretas foram excluídas do processo formativo do Norte do Paraná, e, como no nosso caso, do Norte Pioneiro.

Desde 1987, poucos estudos no campo historiográfico se debruçaram sobre a presença das populações indígenas no nordeste do Paraná. A partir da década de 2010, é possível destacar alguns estudos (CARSTEN, 2012; FERNANDES, 2018) que rompem com o paradigma do vazio demográfico e a historiografia tradicional. Pesquisas estas que, partindo da interdisciplinaridade

entre História, Antropologia Social, Etno-História e Arqueologia, nos demonstra um outro olhar para além da definição de lugar do “pioneiro”, constituindo novos lugares, histórias e territórios. Nesse sentido, esse texto tem como objetivo demonstrar como as fontes jornalísticas podem servir de material para a análise da realidade deste período (início do século XX) e possibilitar novos questionamento sobre os impactos dos avanços colonizatórios, elucidando como eram as relações interétnicas entre os grupos-étnicos-linguísticos Kaingang e Guarani – residentes seculares desse espaço – e reocupantes – colonos de origem paulista ou mineira, grandes fazendeiros ou trabalhadores das fazendas, jagunços e bugreiros.

Kaingang, Guarani e reocupantes: os agentes sociais e suas situações históricas

Nas últimas décadas, as pesquisas sobre as histórias das populações indígenas na região conhecida como “Norte Pioneiro” do Paraná têm se destacado especialmente nos estudos conduzidos por Aluizio Carsten (2012) e Letícia Fernandes (2018).

Em contraposição ao discurso do vazio demográfico e à historiografia tradicional produzida sobre este espaço, a dissertação intitulada *Ocupação humana da bacia do rio das Cinzas: uma história de povos sem história*, de 2013, busca, por um lado, demonstrar a presença de diversas tradições indígenas nesse território antes da chegada dos não indígenas. Por outro lado, evidencia como essas culturas foram ocultadas ou silenciadas pela produção acadêmica e historiográfica. Para se ter uma ideia da diversidade e complexidade das presenças de grupos ou tradições indígenas na bacia do rio das Cinzas, Carsten (2012) destaca o seguinte:

A data mais recuada para a presença grupos agricultores na bacia do rio das Cinzas está ligada a indígenas ceramistas da Tradição Tupiguarani que alcançam 1343 ± 90 anos AP ou 707 d C. No entanto, como demonstrei no capítulo anterior, a bacia do rio das Cinzas não foi ocupada originalmente por grupos indígenas conhecidos pela história, isto é, que permanecem até o presente na região como os Guarani.

A ocupação da região foi realizada por populações de caçadores-coletores relacionadas à Tradição Umbu. Três sítios pesquisados na área foram datados pelo método do C-14, e a presença mais recente desses grupos apontada nessa pesquisa ocorreu por volta de 7170 ± 60 anos AP ou 5220 anos a C. No município de Sapopema a Tradição Umbu obteve 9190 ± 60 anos AP, equivalente há 7240 anos a C. Também é da bacia do rio das Cinzas a datação mais antiga do Estado do Paraná publicada até a conclusão dessa pesquisa. Com aproximadamente 9.630 anos AP, efetuada no município de Arapoti o sítio Abrigo-sob-rocha Tunas (PRWB 16). (2013, p. 95-96)

Já a pesquisa de Fernandes (2018), intitulada *Nossos guerreiros continuarão: etnografia sobre os Nhandewa de Yny Porã (Abatiá-PR)*, tem como objetivo realizar um estudo etnográfico junto aos Guarani Nhandewa da Terra Indígena Ywy Porã/Posto Velho. A autora aborda diversos aspectos,

como o cultural e o político. No âmbito político, o estudo demonstra a organização da comunidade, destacando a formação de jovens para sua inserção no meio político e jurídico, além das relações de aliança interaldeãs visando a garantia de seus direitos.

No que diz respeito aos conflitos entre colonos e Kaingang, a autora destaca brevemente o massacre ocorrido em 1911 nas localidades próximas às cidades de Santo Antônio da Platina e Jacarezinho. Embora esse não seja o foco principal de Fernandes (2018), pouco se sabe sobre os efeitos e as dimensões da frente de colonização em uma contextualização mais detalhada dos eventos e das tensões ocorridas no início do século XX neste espaço.

Em relação às frentes de colonização - ou no contexto da *situação histórica*¹⁶³ em que esta frente está inserida -, temos uma compreensão dos eventos em diferentes períodos e locais do território conhecido como Paraná. Destacam-se, como exemplo, as pesquisas dos historiadores Lucio Tadeu Mota (2009) e Éder Novak (2006). O primeiro, em seu livro sobre a história dos índios Kaingang no Paraná, destaca algumas táticas, estratégias e agenciamentos por parte dos Kaingang em um período que abrange os anos de 1769 até 1924. Já Novak (2006), em sua dissertação de mestrado, busca compreender as estratégias políticas adotadas pelos grupos indígenas e o papel dos políticos da Primeira República (com a criação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI), em diferentes setores, sobre a questão dos povos originários – considerados por uma parte da população como um empecilho ou entrave ao progresso econômico.

No entanto, ao retornarmos ao nosso recorte temporal e espacial, o chamado “Norte Pioneiro” do Paraná, percebemos uma lacuna sobre as consequências e embates travados referentes às disputas pela terra/territórios. Ao analisarmos a dissertação de Rene Mussalam (1974) sobre a “colonização” dessas terras e o aspecto metodológico da *frente pioneira* adotado pela autora, a impressão que se destaca é a de que a reocupação se efetivou e consolidou de maneira “espontânea” ou “pacífica”, sem indicar algum tipo de tensionamento, conflito social ou prejuízo aos diferentes agentes sociais. Sobre este aspecto metodológico de analisar a fronteira, José de Souza Martins (1996) observa que “Quando difundiram no Brasil a expressão ‘frente pioneira’, os geógrafos mal viam os índios no cenário construído por seu olhar dirigido” (1996, p. 28). Na apropriação desta concepção pela historiografia (exemplificada pelo trabalho da R. Mussalam), as populações

¹⁶³ O conceito de *situação histórica* origina-se da obra *O nosso governo: os Ticunas e o regime tutelar* do antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho (1988). Conforme Novak (2006) este conceito “(...) auxilia a formulação de teorias que criticam a desintegração cultural, a aculturação, assimilação, ou mesmo, a extinção das sociedades indígenas, e percebem as mudanças no contato índio/branco, como ações estratégicas enquanto sujeitos que formulam e estabelecem políticas próprias para o relacionamento com o outro (...)” (2006, p. 24). Um exemplo dessas ações estratégicas, é o caso das ações empreendidas pela liderança indígena dos Guarani da Barra Grande, Marcelino Jepiaju, em seu envolvimento direto com os políticos, jornais e a Capital Federal.

indígenas foram excluídas da análise dos avanços colonizatórios, dando a entender que os primeiros ocupantes foram os colonos e que estavam ocupando “lugares vazios”¹⁶⁴.

Refletindo sobre a imprensa em contraste com o período republicano, a historiadora Maria de Lourdes Eleutério destaca, no capítulo *A Imprensa a serviço do progresso* - presente no livro *História da Imprensa do Brasil* (2008), organizado pelas historiadoras Ana Luíza Martins e Tania Regina de Luca -, que a imprensa passou por diversas transformações. Conforme a autora:

Foram tempos de expansão da grande imprensa, com impressos de vários matizes políticos, muitos de expressão reivindicatória, periodicidade variada, segmentação enriquecida e pluralidade temática, sobretudo nos cenários urbanos que se modernizavam (...). (ELEUTÉRIO, 2008, p. 86)

No que diz respeito à importância da utilização da imprensa, abrangendo sua variedade, como jornais, periódicos, revistas, entre outros, como testemunho ou registro de uma determinada realidade em um período histórico, Martins & Luca (2008) argumentam que essa fonte é “(...) parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam (...)” (p.8). Assim, pode-se afirmar que a história do Brasil, em parte, é a história da imprensa, e vice-versa.

No nosso caso, os periódicos selecionados para a reflexão são impressos que passaram por um processo de digitalização e estão disponíveis no *website* da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro. O site conta com o sistema de busca *DocPro*, uma ferramenta que possibilita uma pesquisa mais precisa, utilizando palavras-chave¹⁶⁵ para explorar o conteúdo, assunto ou localidade desejados. Nas palavras de Eric Brasil e Leonardo Nascimento:

(...) a partir de 2006, a mudança de suporte, associada à tecnologia digital, implicaria transformações na imaginação histórica em uma ordem sem

¹⁶⁴ Sobre a concepção do *vazio demográfico*, ver o primeiro capítulo da obra *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Nele, Lucio Tadeu Mota demonstra como os geógrafos, sociólogos, historiadores e apologistas foram responsáveis pela criação de um “lugar vazio” antes da chegada dos reocupantes, sendo assim, excluindo toda a diversidade histórica e cultural das populações indígenas (Kaingang, Xetá e Guaraní) existentes no chamado Norte do Paraná. Além disso, esse pensamento se espalha por diferentes setores da sociedade, no exemplo do campo educacional, mais especificamente nos livros didáticos, como observado pelo autor. Ver: MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. 2 ed. rev. e ampl. – Maringá: Eduem, 2009; FRANCISCON, M. W; MARTINS, G. C. P. O indígena na ocupação do Norte do Paraná: o mito do vazio demográfico. *Revista Percurso – NEMO*, Maringá, PR, v. 10, n. 2, 2018; e TOMAZI, N. D. A Terra não está Vazia e a Mata não é Virgem. In: “*Norte do Paraná*”: História e Fantasmagorias. 1997. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

¹⁶⁵ Porém, é importante atentar que a pesquisa na Hemeroteca Digital da FBN pressupõe algumas problemáticas, como o exemplo dos três aspectos refletidos no artigo de Brasil & Nascimento (2020). Segundo os autores “(...) O primeiro é que a digitalização sempre pode comportar erros nos caracteres de documentos que não são nativamente digitais. Segundo, a linguagem tem a incrível capacidade de nos permitir falar das coisas sem que necessariamente mencionemos o nome delas. Por fim, e não menos grave, o horizonte de possibilidades daquilo que sabemos que vamos encontrar sempre pode ser surpreendido por algo que sequer imaginávamos que poderia ser encontrado” (2020, p. 204). Isto quer dizer que o/a historiador/a diante da tecnologia do impresso digital, deve tomar algumas precauções, bem como a adoção de novas estratégias para lidar com o mecanismo.

precedentes. Nesse ano, a BN iniciou o trabalho de digitalização de parte de seu acervo. O projeto, que englobaria livros, partituras, fotos, revistas e periódicos, daria origem à BN Digital. Segundo o site da instituição, os objetivos da digitalização seriam a difusão das coleções, “diversificando sua esfera social e enriquecendo as possibilidades de acesso e uso”, e a salvaguarda do acervo original. (BRASIL & NASCIMENTO, 2020, p. 2005)

Para aqueles que utilizam fontes jornalísticas para análise de um assunto de determinada época, a disponibilização e o fácil acesso das fontes digitalizadas permitem que os/as pesquisadores/as possam explorar documentos sem a necessidade de deslocamento para localidades distantes e custosas em termos de viagem. Ao mesmo tempo, a digitalização contribui para a manutenção dos documentos, preservando a situação do suporte.

Os periódicos levantados são pertencentes às diferentes regiões do Brasil, evidenciando, assim, a disseminação e relevância da informação ou notícia para determinadas localidades. Nosso recorte abrange o estado do Paraná (Curitiba) e a capital federal da época (Rio de Janeiro). Os jornais selecionados são o *Correio da Manhã* (RJ), *Diário da Tarde* (PR) e *O Paiz* (RJ). As informações extraídas desses jornais merecem uma análise mais aprofundada, contudo, elas nos auxiliam a compreender diversos fatores e acontecimentos na região em estudo. Através desses periódicos, abre-se um leque de possibilidades, permitindo a identificação das populações indígenas e onde elas estavam presentes; as relações de conflito entre reocupantes e grupos indígenas; suas situações históricas; os efeitos da frente de colonização; a linguagem (adjetivos) utilizada pelos jornais que reflete o imaginário vigente da sociedade; intervenções do Estado republicano para resolver os conflitos (como no caso da presença do Serviço de Proteção aos Índios – SPI); e os agenciamentos e estratégias empreendidos pelos Kaingang e Guarani para lidar com os avanços e invasões sobre suas terras (consideradas até então pelo governo como *terras devolutas*).

O *Diário da Tarde* (PR), em 8 de abril de 1908, traz uma notícia de um conflito entre os Kaingang e os reocupantes em um local conhecido como “Guabiroba”, próximo à cidade de Jacarezinho-PR. De acordo com o jornal, dois incidentes foram registrados: o primeiro ocorreu em 17 de março, quando os Kaingang realizaram uma “correria” ou “assalto” no povoado; o segundo, em 24 do mesmo mês, envolvendo o sequestro de uma criança dessa localidade. Posteriormente, os colonos se reuniram e formaram uma “caravana” para contra-atacar os indígenas que se encontravam na margem direita do rio das Cinzas.

Esta matéria, por sua vez, evidencia um contexto de *situação colonial*, com disputas por territórios e de um modo específico de articulação empreendido pelos agentes indígenas. Nesse sentido, é pertinente a consideração de Frantz Fanon, conforme apresentada por Lucio Tadeu Mota (2009), onde a situação colonial “(...) não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado

de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior” (FANON, 1968, p. 46 *apud* MOTA, 2009, p. 114).

No entanto, as articulações não estavam restritas apenas aos Kaingang. Os colonos, como forma de efetivar o avanço colonizatório, consideravam a dizimação dessas populações como uma solução imediata. Para isso, eram organizadas as “caravanas” ou “motins”, reunindo pessoas de diferentes localidades (como em Santo Antônio da Platina e Jacarezinho). Bem armados, munidos de carabinas, os colonos incursionavam atrás dos indígenas nas proximidades da margem direita do rio das Cinzas. Uma ocorrência desse tipo é notada na matéria do *Correio da Manhã* (RJ), no dia 13 de março de 1909, que relata uma representação feita por uma liderança Guarani ao Governo Federal, buscando uma intervenção imediata do Estado contra as barbáries perpetradas pelos reocupantes em suas “caravanas”.

Após um atrito entre um colono chamado Leopoldino Veado e dois Kaingang em algum lugar próximo à cidade de Santo Antônio da Platina, desencadeou-se uma revolta na população local. Várias pessoas se uniram e, inclusive, convidaram os Guarani da Barra Grande para participar da empreitada. Entretanto, os Guarani, liderados por Marcelino Rufino Jepiaju, recusaram o “convite”.

(...) conseguido arrastar-se até a casa [Leopoldino Veado após ter matado um Kaingang e ser ferido por outro] (...), exhalou o ultimo alento, *pedindo vingança*. Reunido o povo, encobertamente dirigido pelas autoridades locais, resolveu-se pedir aos indios guaranys que se fizessem em pé de guerra e marchassem contra a tribo (...) que devia ser *completamente exterminada*. A recusa foi imediata: os guaranys negaram-se a fazer jorrar o sangue de seus irmãos, embora seus inimigos. (CM, ed. 02797, 13/03/1909, p. 3)

A recusa feita pelos Guarani gerou alguns transtornos e revoltas por parte dos colonos. A população local reuniu-se e

(...) decretou também o extermínio da tribo dos guaranys, sob pretexto de se ter negado a praticar a atrocidade que lhe fora exigida, *mas na realidade para despojar-a das terras tão avidamente cubiçadas desde muito tempo*. É nestas tristíssimas condições que o supplicante [cacique Rufino Jepiaju] acaba de vir especialmente na presença de v. ex. pedir protecção e que se digne ordenar as precisas providencias para serem mantidas as posses de terras que os indios guaranys cultivam *ha mais de cem annos na Barra Grande* (...). (*Ibidem*)

Antes desse acontecimento, ocorreu uma tragédia envolvendo os reocupantes e os Kaingang. A caravana organizada pelas autoridades locais e Leopoldino Veado resultou na “(...) horrorosa carnificina. Mais de duzentas victimas! Toda a tribo (...) foi exterminada, não se poupando mesmo a vida de innocentes creancinhas e de pobres velhas” (*Ibidem*).

Através desses dois jornais, é possível observar a posição deles diante do conflito e notar como os Kaingang eram caracterizados. No *Diário da Tarde* (PR), encontram-se adjetivos como

bugres, índios ferozes, barbarismo e selvícolas, usados tanto para descrever sua “personalidade” quanto para interpretar suas “ações”. Já no *Correio da Manhã* (RJ), para caracterizar o estado dos Kaingang, utilizam os adjetivos de “*não civilizados*” e *selvagens*. Essas matérias nos levam a refletir sobre o imaginário social que permeava a sociedade, bem como as intenções por trás do uso excessivo de tantos adjetivos (pejorativos e genéricos) para definir os Kaingang. Com base no exemplo do estudo de Adalto Júnior (2017):

Os documentos que mencionam os ataques dos indígenas aos moradores geralmente o fazem depreciando os índios e suas ações, definindo-os com os adjetivos “bárbaros”, “sanguinários”, “traíçoeiros”, “sorrateiros”, etc. Estes eram adjetivos aos quais recorriam para se referir aos indígenas hostis, identificados no período como “índios bravos”. Índios bravos, por sua vez, era uma categoria administrativa utilizada pelos administradores de diversas províncias durante o século XIX para se referir aos povos indígenas hostis. Em contraposição aos “índios bravos” estavam os “índios mansos”. Estes mantinham uma relação amistosa com a província, fosse através de colônias e aldeamentos ou pelo simples fato de não apresentarem um comportamento hostil.¹⁶⁶ (FERREIRA JÚNIOR, 2017, p. 80)

Por outro lado, observa-se como o cacique Marcelino Jepiaju, juntamente com os Guarani da Barra Grande, buscavam, por meio de veículos de comunicação¹⁶⁷, articular e reivindicar direitos, proteção e melhorias para sua população. Além de denunciar o genocídio contra o povo Kaingang nas redondezas de Santo Antônio da Platina, Jacarezinho e Ourinhos (SP), o jornal *Correio da Manhã* (RJ) relatava o seguinte pedido feito (pelo cacique Jepiaju) ao ministro da Justiça:

Para completar estas medidas que solicitam [como instrumentos para a lavoura] do alto patriotismo de v. ex. os índios guaranys desejariam que lhes fossem concedidos direitos eguaes aos que a lei confere á colonização de colonos estrangeiros, de modo a poderem estabelecer-se definitivamente no territorio que ha longos annos occupam. (CM, ed. 02797, 13/03/1909, p. 3)

Se nos anos de 1908 e 1909 os conflitos envolviam a ação direta dos reocupantes, em 1911 e 1912 as perseguições contra os Kaingang e Guarani envolveram outros agentes históricos. Esse é o caso relatado nas páginas d’*O Paiz* (RJ) e *Diário da Tarde* (PR), evidenciando a presença de outros personagens, nesse caso, os “jagunços” e “bugreiros”. De maneira geral, essas pessoas eram

¹⁶⁶ Como contribuição para a discussão, o autor traz a ideia de animalidade indígena com base nos estudos da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e sobre o uso excessivo desses adjetivos através das reflexões cunhadas pelo Frantz Fanon acerca do colonialismo na África. “(...) Frantz Fanon também notou que a linguagem utilizada pelo colonizador para referir-se aos colonizados é marcada pelo excessivo uso de adjetivos geralmente utilizados para se fazer referência ao mundo animal: “a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. [...] O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário” (FANON, 1968, p. 31 *apud* FERREIRA JÚNIOR, 2017, p. 80).

¹⁶⁷ Os outros jornais apontam outros meios, como as visitas pessoais feitas pelo cacique Marcelino Jepiaju à capital federal, em busca de garantias para os índios Guarani da Barra Grande. Essas visitas foram registradas no *Diário da Tarde* (PR), ed. 00642, 29/05/1901, p. 2 e *Gazeta de Notícias* (RJ), ed. A00105, 15/05/1906, p. 1. Estes jornais podem ser acessados através do seguinte link: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

contratadas por empresas colonizadoras ou grandes fazendeiros (latifundiários) da região. O objetivo era, de forma violenta, expropriar as populações indígenas de seus territórios, resultando em sua dispersão ou em conflitos que, muitas vezes, resultavam em mortes. Sobre os jagunços¹⁶⁸ (ou “limpa trilhos”) e seus contratantes, Tomazi (1997) aponta que:

O que se sabe é que a CTNP/CMNP, como também outras companhias, colonizadoras, possuíam uma “guarda particular” bem como utilizavam-se de “jagunços”, também chamados de “limpa trilhos” ou “quebra milho” para remover e sanear as terras compradas. (TOMAZI, 1997, p.225)

Sobre os bugreiros, Éder Novak em sua dissertação, destaca que:

Guarnições militares para expulsar os índios, as armas de fogo dos próprios colonos e os *bugreiros profissionalizados* – pessoas capacitadas em matar índios – levaram à frente as lutas e o avanço da colonização. Conforme Darcy Ribeiro, nos primeiros anos do século XX, todos os governos estaduais e municipais das zonas que tinham índios hostis, tanto o de Santa Catarina como o do Paraná, *destinavam verbas orçamentárias especiais para estipendiar bugreiros*. (NOVAK, 2006, p. 52)

Em 24 de julho de 1911, o jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, publicou um inquérito realizado pelas autoridades do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) sobre a tentativa de massacre aos Kaingang em Santo Antônio da Platina. De acordo com os registros:

Ficou apurado que quatorze indivíduos armados se dirigiram, de Santo Antônio da Platina, às matas onde vivem os índios “coroados”, com o propósito deliberado de massacrá-los, tendo a sinistra expedição se demorado cinco dias nas suas correrias, dando descargas contra os infelizes selvícolas.

(...) devido á falta de alimento, deixaram de prosseguir nos seus perversos intuitos.

Em plena matta virgem foi encontrado o cadaver insepulto de uma índia em adiantado estado de putrefacção.

Affirmam algumas testemunhas que se trata de uma índia que morrera de typho-malaria, moléstia reinante nos referidos rios. Mas não é de duvidar que seria *uma vítima dos terríveis ‘bugreiros’*, ora processados.

(...) Os pretensos “civilizados” esbulham-os das suas terras, empregando a bala e elles [os Kaingang] (...), legitimamente, [revidam] empregando a flecha. Tal é a antiga lucta, da qual têm resultado não poucas victimas de ambos os lados.

Os “coroados” não cedem e os sertanejos, teimosos e máos, insistem em perseguir os pobres filhos das selvas que são os mais victimados pela crueldade dos seus agressores. (OP, ed. 09787, 24/07/1911, p. 6)

¹⁶⁸ Vale ressaltar que a ação dos “jagunços” não se limitava apenas aos grupos indígenas, se estendendo às populações caboclo-posseiras, ou seja, toda população que representava um entrave ou empecilho ao desenvolvimento agrícola da propriedade privada do fazendeiro ou às companhias colonizadoras. Segundo Tomazi (1997) “Quanto aos caboclos, muitas foram as formas de expulsá-los. Uma das mais conhecidas foi utilizando uma polícia particular para não dizer “jagunços”, mais conhecidos como “limpa-trilhos” ou “quebra-milho” que se utilizavam de todos os meios para expulsar os caboclos e posseiros que, porventura estivessem nas terras da CTNP (...)”. (1997, p. 270)

Já no ano de 1912, ocorreu a tentativa de expulsão dos Guarani do Pinhalzinho, situados nas cercanias da cidade de Tomazina. Nesse incidente, não foi reconhecida a ação dos bugreiros, porém, há o envolvimento da população local e dos jagunços, que foram contratados tanto para expropriar os Guarani de seu território quanto para expulsar o dirigente (João Barbosa Paraná) do SPI daquela localidade. Conforme a publicação do *Diário da Tarde* em 23 de janeiro:

Do povoado “Barra Grande” onde é negociante, chegou hoje á esta Villa com sua exma. esposa, o estimado moço Ananias Costa, nos informando das dificuldades porque passou no lugar “Sapé” por um grupo de dez caboclos bellicosamente armados e a espéra de mais 30 homens que estavam se preparando para, armados e reunidos, expulsarem o tenente João Barbosa Paraná do aldeamento dos indios de “Pinhalzinho” distante apenas uma e meia leguas do povoado “Sapé”.

(...) nos informou mais que antes de hontem aquelles facinoras deram uma descarga de mais de 60 tiros proximo ao aldeamento dos indios e continuam ameaçando a vida do tenente Paraná e promettendo destruir em engenho de canna e mais bemfeitorias construidas para os indios e atacarem estes, e, tudo pelo motivo de uma denuncia que, em virtude de instrucções superiores, tenente Barbosa deu conta Emygdio Leite que, de ha muito vem com capangagens perturbando a vida pacata daquelles pobres selvicolas, praticando furtos, ameaçando espancal-os, e apoderando-se dos campos de agricultura destinado aos indios. (DT, ed. 04027, 23/01/1912, p. 1)

O recorte que trouxemos para nosso estudo se limita aos anos de 1908 e 1912, período em que podemos identificar, por meio dos jornais, os lugares e datas em que ocorreram os conflitos entre diferentes populações indígenas e reocupantes. Isso não significa que esses acontecimentos se limitaram exclusivamente a esse intervalo, podendo ter ocorrido outros embates que não foram relatados pelos jornais e que escapam à periodicidade estabelecida.

Através dos estudos de Mussalam (1974) e Wachowicz (1987), nota-se que, com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana em Ourinhos (SP) em 1908, houve um impulso no crescimento demográfico no início do século XX. Como resultado, nossas fontes apontam para diversos conflitos travados entre reocupantes e grupos indígenas – que já habitavam essa região há centenas de anos, conforme demonstra o estudo de Carsten (2012). No entanto, é relevante questionar como esses conflitos foram invisibilizados pelas pesquisas geográficas (MONBEIG, 1935; WAIBEL, 1955) e historiográficas (MUSSALAM, 1974; WACHOWICZ, 1987) e pelos memorialistas locais (AIMONE, 1975; FARIA, 2001; PUGAS, 2002), oficializando um discurso que nega a existência de populações indígenas enquanto sujeitos, atores e agentes históricos¹⁶⁹. Esse processo dissociou

¹⁶⁹ Alguns chegam a indicar a presença de populações indígenas (como no caso do Pierre Monbeig, Ruy Wachowicz e de alguns memorialistas), porém, pouco se sabe sobre suas atividades, relações com os reocupantes e sua situação histórica no contexto da frente de colonização (vale atentar que isso se deve ao contexto em que estavam inseridas as produções, os autores e seu lugar social). No geral, são vistos pelo olhar etnocêntrico, enxugando toda complexidade e diversidade histórica dos grupos-étnicos-linguísticos, e corroborando para uma perspectiva generalizante do ser.

os conflitos da formação territorial/social do nordeste do Paraná, reforçando a ideia de uma “colonização pacífica” e “espontânea”. Além disso, os relatos dos jornais incorporados no texto merecem maiores aprofundamentos e problematizações, possibilitando a criação de novos estudos e uma crítica mais fundamentada sobre a colonização da região chamada “Norte Pioneiro” do Paraná, envolvendo novos agentes sociais e constituindo diferentes territorialidades.

Referências

Referências bibliográficas

AIMONE, T. **Jacarezinho, seus pioneiros desbravadores e os que labutaram para o progresso desta terra.** Fund. Fac. Est. De Fil. Ciências e Letras de Jacarezinho. Jacarezinho-PR: Editora Gráfica Universitária, 1975.

BUGRES ferozes. **Diário da Tarde**, Curitiba, 08 abr. 1908, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=10158>

BRASIL, E; NASCIMENTO, L. F. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196–219, 1 jan. 2020.

CARSTEN, A. A. **Ocupação humana da bacia do rio das Cinzas: Uma história de povos sem história.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História – PPH, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L; DE LUCA, T. R.(Orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

FANON, F. **Os Condenados da Terra.** Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIA, A. A. **Alma da terra Cambará: portal de ouro do Norte Pioneiro.** Curitiba: Opta, 2001.

FERNANDES, L. **Nossos guerreiros continuarão: etnografia sobre os Nhandewa de Ywy Porã (Abatiá/PR).** Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná). Curitiba, 2018.

FERREIRA JÚNIOR, A. V. **Política indigenista e agência indígena na província de Mato Grosso – século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

FRANCISCON, M. W; MARTINS, G. C. P. O indígena na ocupação do Norte do Paraná: o mito do vazio demográfico. **Revista Percorso – NEMO**, Maringá, PR, v. 10, n. 2, 2018.

LEI Estadual nº 15.825/08. **Base Cartográfica: ITCG**, 2010. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regiões%20Geográficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf

MARTINS, A. L; DE LUCA, T. R. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, J. S. “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e frente pioneira”. **Tempo Social**, São Paulo, p. 25-70, 1996.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MASSACRE de índios. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1909, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=19207

MONBEIG, P. A zona pioneira do norte do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano I, n 3, 1935.

MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. 2º ed. Maringá: Eduem, 2009.

MUSSALAM, R. **Norte pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos**. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

NOVAK, É. S. **Tekohá e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná na Primeira República – 1889 a 1930**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2006.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. **O nosso governo: os Ticunas e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

PUGAS, A. L. **De Alambari a Cambará: um resgate histórico**. Cambará, PR: Iara, 2002.

SANTOS, E. L. **O Estado do Paraná**. Coletânea de Mapas Históricos do Instituto Água e Terra (IAT), 1924. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>

SZESZ, C. **A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)**. Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR.

TENTATIVA de massacre aos índios. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1911, p. 6. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&hf=memoria.bn.br&pagfis=7671

THOMAZINA. **Diário da Tarde**, Curitiba, 23 jan. 1912, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=14991>

TOMAZI, N. D. **Norte do Paraná: história e fantasmagorias**. Tese (Doutorado em História)–

UFPR, Curitiba, 1997.

WACHOWICZ, R. C. **Norte velho, norte pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.

WAIBEL, L. **As zonas pioneiras do Brasil**. *Revista Brasileira de Geografia*, 17 (4), 1955. p. 389-422.

FRAGMENTOS PROCESSUAIS: NARRATIVAS DO RELATÓRIO FIGUEIREDO (1963-1967)

Talita Gama de Magalhães¹⁷⁰

Resumo: O presente trabalho problematiza as narrativas que compõem o corpo documental gerado por diferentes comissões parlamentares de inquérito (CPI) que buscavam irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios – SPI, a partir de 1964 e que posteriormente foi denominado Relatório Figueiredo. Ao evidenciarmos tais disputas que culminaram na extinção do SPI, procuramos situar o inquérito processual em um campo de interesses político, enquanto acaba por documentar a violência sistemática sobre os povos indígenas no Brasil.

Palavras-chave: Indigenismo, Relatório Figueiredo, SPI.

Em 10 de junho do ano de 1963, na cidade do Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes, no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), graves denúncias contra o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – órgão federal que prestava assistência às populações indígenas – foram levadas a cabo. A referida comissão apuraria as denúncias, com o fim de corrigir supostas irregularidades dentro da entidade. Na tarde daquela segunda feira, depoimentos importantes eram aguardados.

Desde o dia 25 de abril do mesmo ano, data em que se iniciou o trabalho da CPI na Câmara, funcionários do governo, figuras públicas e pessoas relacionadas diretamente à administração do SPI, foram convocadas a depor sobre o funcionamento dos postos indígenas e Inspetorias do órgão, espalhados pelo país. O requerimento da CPI foi solicitado pelo deputado federal por Mato Grosso, Édison Garcia (UDN), e, segundo ele, partiu de uma série de irregularidades, constatadas na gestão do SPI naquele estado. A denúncia foi acatada com base em seu depoimento e em documentos entregues por ele.

Édison Garcia acusava o SPI não somente de irregularidade administrativa, mas também de crimes contra os índios, lesão nas contas do Estado, bem como incitação dos indígenas contra fazendeiros e posseiros em terras arrendadas e fronteiriças, ou seja, degenerações que se referiam

¹⁷⁰ Aluna do Programa de Doutorado em História da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM.

ao ano de 1962. A lista foi extensa, e o depoimento de Garcia, prolixo. Segundo ele, 139 deputados acordaram seu requerimento a uma CPI que apurasse as irregularidades da administração do SPI. O inquérito foi aberto dando início às investigações, com ciclos de depoimentos prestados, a fim de compor o quadro de denúncias e acusações.

A CPI de 1963 seria apenas a primeira, dentre muitas investigações que se seguiram e perduraram até 1967, com a constituição de uma comissão solicitada pelo então ministro do Interior, Albuquerque Lima, que nomeou para liderá-la, o Procurador da República, Jáder de Figueiredo Corrêa. Encerrada em 1968, a comissão divulga o relatório final e obtém repercussão nacional e internacional. Esse processo investigativo acarretou a extinção do SPI como órgão indigenista e a posterior criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), com promessa de novo modelo indigenista. Depois da sua divulgação, o volume documental derivado desse inquérito que ficou conhecido como *Relatório Figueiredo*, foi supostamente perdido, ou propositalmente lançado no esquecimento, sendo apenas resgatado muito recentemente, em 2012, no âmbito da Comissão Nacional da Verdade.

Na busca pelo contexto de produção inicial do relatório, acabamos por encontrar questões muito específicas entre os envolvidos a quem se atribui esse momento de composição do inquérito, e do qual o SPI se tornou réu. São disputas da administração interna que revelam todo o cerne das investigações e suas ramificações, como também conflitos entre o diretor do SPI, um deputado federal e um funcionário do Serviço, chefe da 5ª Inspeção do Mato Grosso, personagens que estão paulatinamente atrelados na narrativa do Relatório Figueiredo e serão apresentados a seguir. Tais disputas são demonstradas no próprio corpo da fonte, entre cartas, depoimentos e outros documentos.

Fragmentos processuais: Narrativas do Relatório Figueiredo

O quadro político configurado durante a divulgação das denúncias contra o SPI foi favorável ao obscurecimento do processo. Em um contexto mais amplo, podemos entender seus desdobramentos como parte das estruturas concretas de uma hegemonia, desafiada por pressões alheias e no contexto da ditadura militar no Brasil, teve sua renovação (CHAUÍ, 1986). Dessa forma, as investigações e as vias legais em que estavam baseadas, foram direcionadas, não erradicando as práticas de violações apuradas, mas reorganizando as vias de dominação.

A esse respeito, Elena Guimarães sublinhou esses aspectos que circundam a divulgação e a repercussão do relatório. Os objetivos do inquérito não poderiam ser o de culpabilizar a política vigente no país (e aos grupos políticos associados ao Golpe de 64), mas provavelmente, sobre a conivência ante a corrupção de funcionários e dirigentes do SPI, sobretudo nos governos anteriores

à instauração da ditadura (Guimarães, 2015, p. 56). Isto é, era um processo mais amplo, porque buscava dinamizar o discurso de moralização dos órgãos públicos pela ditadura, em alinhamento à “nova” ideologia política militar brasileira.

No caso de inquéritos processuais que remetem às investigações de órgãos estatais, configura-se uma prática seguir protocolos para a efetuação das inquirições. É neste contexto que podemos situar o documento. O relatório Figueiredo é resultado de mais de cinco anos de investigações sobre irregularidades cometidas dentro de uma autarquia, e toda a burocracia gerada a partir disso deveria servir ao intuito de encontrar e corrigir as falhas do órgão. O que foi constatado pela comissão de inquérito parece ter ido bem além. Porém, a burocracia foi o braço do Estado nas investigações e foi por ele utilizada na resolução das muitas problemáticas colocadas a mostra com a comissão de inquérito.

Claude Lefort reiterou considerações de Karl Marx sobre a serventia da burocracia de Estado e a interpretou como instrumento de dominação na luta de classes, com função de afirmar a ordem burguesa e suas regras estipuladas, ou seja, como um “corpo especial na sociedade”, em que a burocracia assegura a estrutura social estabelecida (1979, p. 149). Da mesma forma, analisando a definição de burocracia em Karl Marx, Maurício Tragtenberg (2006, p.30) a define como uma alternativa mediadora entre interesses privados e gerais, uma medida utilizada pelas classes dominantes para manter a ordem na administração pública. Para além de teorias administrativas, a burocracia é descrita por esses autores como instrumento que mantém as ordens na sociedade dividida em classes. Embora haja especificações entre burocracia de partido e de Estado, por exemplo, em ambos os casos, a burocracia pode ser apropriada como braço de dominação.

Na prática, não se pode com certeza apontar todas as motivações políticas para a instituição das investigações que tomaram tão grandes proporções. Porém, há uma possível narrativa que se apresenta dentro dos documentos que compõem o relatório. Há personagens e posturas frequentes que parecem notáveis. Dentro do contexto de produção e divulgação desse documento, há também a dimensão de lutas por interesses e personagens que interagem e se movimentaram naquele momento, ao mesmo tempo que assumiram objetivos alheios.

Na busca pelo contexto de produção inicial do relatório, acabamos por encontrar questões muito específicas entre os envolvidos a quem se atribui esse momento de composição do inquérito, e do qual o SPI se tornou réu. São disputas da administração interna que revelam todo o cerne das investigações e suas ramificações, como também conflitos entre o diretor do SPI, um deputado federal e um funcionário do Serviço, chefe da 5ª Inspeção do Mato Grosso, personagens que estão paulatinamente atrelados na narrativa do Relatório Figueiredo e serão apresentados a seguir. Tais

disputas são demonstradas no próprio corpo da fonte, entre cartas, depoimentos e outros documentos.

Consideramos o contexto de produção do documento (1962/1963-1968), período que se estende do momento anterior ao golpe civil-militar de 1964, evidenciando que antes de 64, a ditadura já mostrava seus procedimentos e violências institucionais (SILVA, 2006). Também, o período de consolidação do relatório em 1968, até ser encontrado por esforços da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014).

Nos depoimentos da comissão de 63, podemos observar conflitos entre os denunciados e os inquisidores logo nas primeiras páginas do inquérito. A questão central estava em torno das disputas de arrendatários de terras no SPI com indígenas Kadiwéu. A comissão solicitada pelo deputado Edilson Garcia, já citado aqui, tinha como objetivo criticar a direção do Coronel Moacyr Coelho Ribeiro, que foi presidente do SPI entre os anos de 1961 e 1963, acusando-o de negligência no caso da “invasão das terras dos índios Kadiwéu, no município de Porto-Martinho, Estado do Mato Grosso”.¹⁷¹

O coronel havia levado a público algumas questões referentes a esse episódio em entrevistas à imprensa. O Deputado acusou-o de pronunciar-se como “um novo Rondon”, ou seja, afirmou que aquele estava contra os interesses de arrendatários e tinham base legal para ocupação da terra em incitar os indígenas à violência, sobretudo em um incidente em que um homem acabou morto (FIGUEIREDO, 1963, p.1019). O Coronel Moacyr Coelho respondeu as inquirições de Garcia, em carta dirigida ao ministro da agricultura. Em um primeiro momento, tratou de formular definições para “invasores de terras” e para esclarecer sobre os tipos de contratos de arrendamentos que o SPI fazia, definições que foram questionadas pelo deputado em seu requerimento. Assim, o Coronel Moacyr Ribeiro disse:

Parece que não convém a um Diretor que defenda o índio e que defenda os seus direitos.

Alega o sr. Edson Garcia, que eu teria dado notícias falsas, mas não diz quais são elas. Os meus pronunciamentos, quer antes, quer depois da CPI, constituem sempre resposta. Se são mais frequentes agora, é que estou sendo mais atacado agora.

(...) Para o Deputado Edson Garcia parece constituir ameaça a previsão de que os injustiçados possam, um dia, revoltar-se contra os seus opressores e usurpadores.

Não pode passar sem repulsa a leviandade da afirmativa de que “o SPI que planejou e executou massacres contra vizinhos indefesos, na procura de novas áreas para futuros e lucrativos novos arrendamentos...” (FIGUEIREDO, 1963, p.1019)

¹⁷¹A localização se refere ao atual estado do Mato Grosso do Sul, porém o desmembramento do estado só foi firmado em 1977, por decreto do então presidente Ernesto Geisel.

Era uma situação aparentemente atípica. Uma disputa de interesses privados, que tomou maiores proporções, ao ser levada ao Congresso pelo deputado Edilson Garcia. O Coronel Moacyr Ribeiro, estava na direção do SPI há pouco mais de dois anos, e as práticas de arrendamento vinha de muito tempo na história do SPI. Ademais, em um conflito entre indígenas e arrendatários, ou “intrusos”, como eram designados? Por que o coronel estava sendo responsabilizado?

Em carta endereçada ao ministro da agricultura, Moacyr Ribeiro se defende das acusações feitas pelo Frei da prelazia de Guajará Mirim:

(...) tal sacerdote teria feito sobre a minha administração no SPI acusações diversas como as de: hostilizar o clero católico impedindo o trabalho de seus Missionários, descuidar do socorro aos índios Pakaas-Novos, proteger Missionários estrangeiros, praticar desvios de verbas etc. Tais acusações, Senhor Ministro, além de absolutamente falsas – e provarei isso inclusive em juízo - fazem parte de um mesquinho “complot” de interessados que visa afastar-me da Direção do SPI, incompatibilizando-me com as autoridades superiores e com a opinião pública. (FIGUEIREDO, 1963, p. 1037)

Aparentemente, o Cel. Ribeiro tomava medidas em desagrado a muitas figuras proeminentes, figuras que não se detiveram ao levar a público essas divergências. É possível que ele não tenha sido o único diretor a contrariar as relações necessárias para a administração do Serviço, no entanto a postura tomada pelo diretor veremos mais à frente, parece ser a motivação do inquérito.

Em sua defesa, Ribeiro apresentou documentação que comprovasse sua conduta dentro do SPI. Dentre essa documentação, um ofício dirigido ao Ministro da Agricultura, sobre a sua avaliação do serviço indigenista, efetuou o período da sua investidura como presidente, bem como boletins internos e ordens de serviço que circularam durante sua administração. Esses boletins mostram ações e sinalizam o quadro que Moacyr Ribeiro tinha do Serviço quando o assumiu.

Em carta ao Ministro da Agricultura, de 23 de março de 1962, o diretor do SPI solicitava a atenção do seu superior às necessidades do órgão. No documento, Ribeiro Coelho denunciou que o índio assistido pelo SPI “vegeta em condições miseráveis”, com a conivência de funcionários desonestos. Entre outras coisas, o coronel fala do problema dos arrendamentos, que, legais ou não, eram “cada vez mais numerosos”, mencionando ainda que cada vez o índio tinha menos terras para viver. Nessa mesma ocasião, o diretor falou acerca dos índios Kadiwéus:

Em recente viagem àquela região deparei um quadro urgente e desolador; aos 61 arrendatários somam-se hoje, pelo menos, mais uns 60 intrusos; as rendas contratuais, embora estipuladas em bases ínfimas, não eram recolhidas ao Serviço

ou, se o eram, não existe nenhuma contabilização comprobatória que mereça fé; os encarregados de Postos – por mim destituídos, de imediato, e “in loco” – mancomunados com os fazendeiros arrendatários, com eles mantinham negócios de gado, dilapidavam a madeira aproveitável da Reserva e coagiam os índios para sujeitá-los à submissão: arrendatários há que, tendo arrendado 3.000 Hs, cercaram 8 e até 10 mil: outros, que não se deram ao trabalho a cercar as pastagens, criam gado em promiscuidade com o do S.P.I.. Nos dias presentes estamos marcando o rebanho existente no Pôsto Indígena Nalique onde seis de 1.000 rezes não tinham marca de ferro do S.P.I. (FIGUEIREDO, 1963, p. 1016 – 1018)

Esse conflito é o mesmo denunciado pelo deputado Edilson Garcia e gerou a CPI pela Câmara. Edilson Garcia afirmava que Ribeiro Coelho desfez contratos legais com o interesse de pactuar novos. Por sua vez, o diretor acusava Garcia de partir em defesa dos interesses dos latifundiários, e como veremos mais à frente, o deputado Garcia tinha de fato estreitas ligações com latifundiários da região.

Esse aspecto do inquérito evidencia os interesses no coração das investigações geradas a partir desse conflito. A contravenção da prerrogativa indígena é vista por esse ângulo como um apêndice. Enquanto se dilapidam recursos federais, o índio é violentado. É interessante nesse ponto a reflexão a respeito dessas violações. Ambos os lados buscavam interesses alheios. Mesmo que Moacyr Ribeiro pareça consternado com o “estado vegetativo”, sob o qual os indígenas vivem, não se detém sob essas violações, mas sim na busca por um maior controle sobre o que julga importante, ou seja: o gado, as terras etc.

Segundo Antônio Carlos Souza Lima, a proposição da prática tutelar é a raiz dessa questão:

O SPI, até então uma agência de interesse menor e pouco reativo, controlada pelo grupo associados a Cândido Rondon ou seguidores de ideais de base protecionista, passou a ser parte das barganhas políticas nas quais os cargos públicos são moeda de troca no jogo político partidário da federação. De meados da década de 1950 até sua extinção, a análise da documentação interna mostra uma tendência à crescente reposição de quadros que se fixavam e “privatizavam” regiões e relações com indígenas, utilizando-os em formas de trabalho servil, arrendando suas terras. É fácil ver por exemplo, a continuidade de pessoas das mesmas famílias na administração de certas regiões, atravessando longos períodos de tempo. (2015, p. 438)

Por essas disputas, por essas “reposições de quadros” das quais fala Souza Lima, a comissão de Jäder de Figueiredo foi gerada. Isto é, sob o fito do combate à corrupção interna que sustentava o SPI, as estruturas seriam renovadas e os interesses reafirmados.

Quando tomou posse da direção, sua noção do poder tutelar do SPI pode ser vista através dos boletins internos que circularam dentro de sua administração. Documentos apresentados por ele próprio para ilustrar a defesa e confirmar a fala sobre as tendências de sua gestão. Em um desses

boletins, depois de uma visita aos Postos do SPI, foi divulgado um planejamento a ser implantado que dispunha que “um trabalho bem ativo e bem aparelhado nos possibilitará assimilar o que resta de nossas populações aborígenes, em um prazo de 15 a 20 anos” (FIGUEIREDO, 1963, p. 1134). O planejamento em destaque na publicação foi uma idealização de Moacyr Ribeiro, que em sua concepção, visava o melhoramento da assistência do Serviço aos indígenas.

Dessa idealização, podemos destacar os seguintes apontamentos:

Meios de trabalho moderno e produtivos; Rede escolar completa e professorado qualificado, não diletantes semi-analfabetizados ou autodidatas improvisados; Cinco centros de aprendizado agrícola distribuídos, segundo as regiões geoeconômicas do país; Duas Escolas de aprendizado profissional, para moças e rapazes; Pessoal qualificado, em número suficiente, que permita à Direção e às Inspetorias realizar as funções de Fiscalização, Planejamento e o Controle de todas as atividades e em todos os pontos do território, onde o SPI tenha ou venha a ter Postos Indígenas... (IDEM)

Essa idealização foi estabelecida, como já vimos, desde a fundação do Serviço. No entanto, a precarização e a falta desses serviços, como Ribeiro pode constatar, possivelmente o levou a propor a efetivação do Serviço. Essa iniciativa deve explicar a nomeação conferida a ele pelo deputado Garcia de ter aspirações a ser de fato o “novo Rondon”. Porém, não são as intenções da iniciativa do Coronel Ribeiro que queremos destacar. Uma problemática maior se apresenta.

Nesse sentido, a idealização dos meios de controle do poder tutelar confere a violência simbólica a qual esses grupos étnicos estiveram submetidos. Quando existe a sugestão de “meios de trabalho modernos”, há a suposição de que o conceito de modernidade pode e deve ser aplicado ao outro, sem que seja levado em consideração a cultura e sequer a diversidade de concepções a respeito dos meios de trabalho e subsistência característico de cada etnia indígena, sem sequer considerar essa diversidade étnica. A mesma proposição é válida quando levamos em consideração a descaracterização cultural de um povo, ainda mais quando lhe é imperativo a frequência em uma escola de atividade profissional e igualmente em Centro de aprendizado agrícola. Concepções econômicas que, de modo algum, podem ser aplicados sem que se pudesse levar em conta toda imaterialidade do modo de vida característico dos povos indígenas.

O último aspecto de idealizações descrito na lista aponta ainda mais sobre as concepções de Moacyr Ribeiro e do indigenismo que se propunha para o SPI, ou seja, a ideia de “pessoal qualificado” para fazer a “fiscalização”, “planejamento” e “controle” de “todas as atividades”. O poder tutelar que de fato funcionou foi o que executou essas ações efetivamente. E essas ações excluem qualquer possibilidade de se compreender as experiências étnicas e toda heterogeneidade que compõe os povos originários no Brasil. Ao apresentar sua defesa contra seus acusadores,

Moacyr Ribeiro nos dá amostras do ideal civilizatório das administrações de caráter militar, atreladas ao indigenismo que, como vimos, sempre esteve articulada às práticas do SPI. Não obstante, seria muito mais duramente aplicada com o golpe civil-militar de 1964.

Outro nome aparece nesse quadro de inquirições. Fernando José Cruz foi um professor do quadro de pessoal do SPI, promovido a Chefe da 5ª Inspetoria na gestão de Moacyr Ribeiro (FIGUEIREDO, 1963, p.1182). Cruz esteve no centro das acusações sobre as invasões de terras no Mato Grosso do Sul. Sendo Chefe da Inspetoria, foi implicado como responsável nos conflitos entre arrendatários e indígenas, tendo invalidado os contratos de arrendamento irregulares na região e permitido o armamento dos índios para se protegerem em possíveis conflitos.

Em depoimento, Fernando Cruz expôs a situação dos arrendamentos de terras na Inspetoria de Campo Grande e das implicações que o fizeram afastar-se do cargo que ocupava na 5ª Inspetoria:

Fui afastado, atendendo primeiro à minha segurança de vida. Porque eu estava ameaçado de assassinato dentro de minha Inspetoria. Em segundo lugar porque era uma reivindicação dos senhores arrendatários a minha saída de lá. Eu estava criando embaraços sérios aos interesses dos arrendatários dentro da região. E eu representava o serviço e não os arrendatários (...). devo dizer a V. Ex^a que, no incidente havido na reserva dos índios Carués, entre índios e pessoas lá localizadas, morreu um cidadão que não conheci. A família desse cidadão culpava a mim e culpa a mim a responsabilidade pela morte dessa pessoa. Então, as ameaças eram constantes à minha pessoa, muito embora eu não estivesse lá (FIGUEIREDO, 1963, p. 433).

Inquirido sobre o uso de armas por parte dos indígenas, fornecidas essas pelo SPI, disse que:

Na oportunidade do incidente, os índios estavam armados com armas muito antigas, do tempo ainda da Comissão Rondon. Posteriormente, tomei conhecimento de que os fazendeiros iriam fazer uma represália aos índios na região. Então, providenciei dar aos índios condições para se defenderem, no caso de invadida a reserva (FIGUEIREDO, 1963, p. 433).

Questionado sobre a legalidade de seus atos, Fernando Cruz afirmou que havendo um indígena morto dentro da reserva, o clima de animosidade aumentou, e mesmo tendo denunciado às autoridades, nenhuma providência foi tomada. Os indígenas passaram a se esconder e, embrenhando-se na mata, procuravam se afastar dos Postos. Parecia desacreditarem das providências e da incapacidade da chefia de lhes conferir proteção. Foi então que Cruz comprou e entregou aos indígenas 11 revólveres e os ofereceu com a intenção, segundo ele, de oferecer segurança a eles, pois um índio havia sido morto nos conflitos. É interessante observar que é a

primeira vez que, em depoimento, é mencionado o fato de que um indígena também havia sido morto no conflito. Apenas a morte do não-índio foi frequentemente evocada para citar o acontecido. Nesse cenário, os deputados da comissão acusavam o SPI de incitar os índios a assegurarem os limites de suas terras, em um caso de demarcação que estava sendo julgado pela justiça de Mato Grosso do Sul. Enfim, Fernando Cruz era implicado diretamente no episódio, ao mesmo tempo que Edilson Garcia acusava o Cel. Moacyr Ribeiro de negligência, já que em entrevista à imprensa, declarou autossuficiência dos índios (FIGUEIREDO, 1963, p. 453).

Foi uma situação que gerou grande repercussão no estado do Mato Grosso do Sul. Uma disputa que figurava no âmbito judicial, resultou em mortes e na divulgação de que os indígenas estavam sendo armados pelo próprio SPI. A diretoria de Moacyr Ribeiro estava ameaçada antes mesmo de se instaurar a comissão de inquérito. A sua administração enfrentava também outras inquirições levadas ao ministro da agricultura, como já dito.

Fernando Cruz respondia ainda por outras acusações. Por exemplo, de ter articulado a ida de 10 indígenas à Brasília, para falar com o Presidente da República, em favor da continuidade de Moacyr Ribeiro no cargo de diretor do SPI. Fernando Cruz era acusado de pagar todas essas despesas com dinheiro do SPI, além de utilizar uma caminhoneta do Serviço no traslado dessas pessoas.

Conforme os depoimentos indicam, Cruz foi transferido para a 1ª Inspetoria, da qual estavam sob administração os postos do Amazonas e Roraima, transferência que ocorreu após pedir afastamento da 5ª Inspetoria. Em segundo depoimento, arguido de má condução também nessa inspetoria, foi questionado, sobretudo, quanto a venda ilegal de gado da Fazenda São Marcos, localizada em Rio Branco, para a cidade de Manaus. Ademais, as inquirições tratavam acerca da precariedade do funcionamento da Inspetoria, tanto quanto do não funcionamento de alguns postos.

Nesse contexto, Cruz afirmou que as distâncias nos postos do Amazonas são muitas vezes intransponíveis e, por esse motivo, o controle administrativo foi dificultado. Sobre as atividades exercidas na 1ª Inspetoria, Fernando Cruz declara:

A 1ª Inspetoria é considerada a mais rica do SPI na indústria extrativa da borracha, do caucho, do pau rosa, do curare. Há venda de madeiras de lei, e acredito, não tenho certeza, há informações, de que alguns postos pertencentes à nossa Inspetoria estão invadidos por particulares que estão explorando minério etc. V.Exa. há de convir que basta que eu chamo um desses elementos a fim de esclarecer junto à Inspetoria a sua posição para que seja pedida imediatamente a minha transferência como aconteceu em Campo Grande (FIGUEIREDO, 1963, p. 459).

Fernando Cruz depôs na CPI de 1963 e deu ao seu discurso contornos pelos quais se apresentou como um funcionário perseguido por sua administração de cunho indigenista. Sobre a instalação da comissão de inquérito na Câmara dos deputados, Cruz afirmou que o Edson Garcia defendia os 80 hectares de terras invadidas pelo sogro do deputado, dentro das terras do SPI. O conflito com os indígenas ocorreu após algumas terras serem oferecidas para usufruto de outros latifundiários, os quais acordaram com o depoente sobre a concessão de terras, mediante pagamento ao SPI. No entanto, nessa área que seria concedida, estava o indivíduo Primitivo do Couto, morto no conflito (FIGUEIREDO, 1963, p. 463). Esse foi o cerne da disputa apresentado pelo depoente. Em suma, a questão das terras invadidas corria em processo judiciário. Porém, era uma questão ainda sem solução. Cruz afirmou que foi ameaçado por Edilson Garcia com a comissão de inquérito, se não deixasse a questão das terras da reserva dos Kadiwéus de lado (FIGUEIREDO, 1963, p. 469). O próprio Edilson Garcia confirmou que seu sogro era “líder de toda essa classe de posseiros” da região, centro das disputas (FIGUEIREDO, 1963, p. 471).

Um depoimento que corrobora essas afirmações é o de Cido Meirelles, que se declarou ex funcionário do SPI e que, segundo depoimento, fazia favores esporádicos ao SPI por ser “estudioso do problema índio”, depois de ter sido demitido por “sem vergonhice e perseguição” do ministro da agricultura, após 28 anos como funcionário da instituição. Porém, ele não relatou em que se baseava suas afirmações. Meirelles não é um implicado nas acusações, mas foi chamado para depor acerca das administrações dos dois principais arguidos.

A respeito da administração de Fernando Cruz, afirma:

Quem fez retornar o trabalho e o amor ao índio foi Fernando Cruz era um líder devotado à causa do índio, embora para obter o que desejava em benefício do índio tumultuava imensamente a sua administração. Ele construiu um campo de aviação naquela região, que não possuía nenhum. Hoje, em Campo Grande, pode-se tomar um teco-teco e descer naquela região. Restaurou as casas de Tomé, verdadeira cidadezinha; restaurou as escolas de Buriti, iniciando a construção de casas de alvenaria. Fêz (sic.) cinco estações de rádio. Ele, de Campo Grande falava para o Interior. Instalou motor de luz em duas ou três aldeias. Sobretudo, o índio passou a ter assistência hospitalar, que nunca teve (...) (FIGUEIREDO, 1963, p. 422).

É importante que citemos esse depoimento. Meirelles foi um dos únicos que tiveram conhecimento dos acontecimentos em Mato Grosso do Sul, que não sendo funcionário do SPI, depôs sobre a administração dos envolvidos. É também um dos únicos que depuseram em favor de Fernando Cruz.

O nome de Fernando Cruz também foi relacionado a contextos dramáticos no depoimento de Tereza Delta, ex-vereadora de São Bernardo do Campo¹⁷², porém nem tão favoráveis. Tereza Delta prestou depoimento a CPI de 1963, em 30 de maio do mesmo ano. Entre outras coisas, falou sobre sua participação na indicação do coronel para diretor do SPI, ao presidente da República, a qual o fez, por ouvir do próprio Ribeiro, que era perseguido nas Forças Armadas e por isso desejava uma colocação em cargo civil. Também deu esclarecimentos à comissão a respeito da reunião sobre disputa de terras dos Kadiwéus, fato de que, segundo ela, havia sido convidada a participar por Fernando Cruz. Nesta reunião, “todas as facções políticas” acordaram consenso sobre a disputa de terras. Mesmo assim, mesmo após essa reunião, os conflitos não puderam ser evitados.

Em depoimento, Tereza Delta foi questionada acerca do episódio da ida dos indígenas de Campo Grande até Brasília, em favor da diretoria do SPI, a qual estava ameaçada pelas complicações da 5ª Inspeção e das animosidades do Diretor. O contato com Delta foi realizado porque seria pelo seu intermédio que eles teriam acesso ao presidente. Tereza Delta confirmou que mediou o acesso, por acreditar que Moacyr Ribeiro sofria uma perseguição política e buscava a sua saída da diretoria do SPI. A depoente também afirmou ser vítima de uma tentativa de coação pelo diretor, quando foi solicitado o seu depoimento na CPI, fato que lhe causara grande revolta, o que agora lhe fazia falar contra o diretor, denunciando o que sabia de irregularidades sobre a sua atuação no SPI.

A figura de Moacyr Cruz foi diretamente associada à Fernando Cruz, que agia em várias instâncias para mantê-lo no cargo de diretor. Fernando Cruz negou conhecer a ex-deputada (FIGUEIREDO, 1963, p. 477).

A representação desses debates evidenciou certo modo procedimental com que o tema foi tratado na CPI de 1963, relacionando a presença dos indígenas e etnias nessas páginas como um problema, uma questão a ser resolvida. Afinal, as divergências e acusações de lado a lado se davam dentro desse circuito. Ademais, a presença de falas divergentes ou dissonantes tampouco aparece, momento em que observamos como o trâmite de indicações e denúncias tiveram como alvo a política de cargos no órgão. Os indígenas e seus modos de vida localizamos indiretamente em meio ao tom excessivamente descritivo dessas audiências. Todavia, o campo é de tensões e de expressivas violências.

¹⁷² Tereza Delta foi figura política ativa em São Bernardo do Campo entre 1948 e 1951, sendo eleita, posteriormente, por duas vezes como Deputada estadual em São Paulo. In: <<http://www.camarasbc.sp.gov.br/tereza-delta>> Acesso em: 15/01/2024.

Tendo sido questionada sobre a saída de Fernando Cruz da chefia da 5ª Inspetoria, Tereza Delta falou sobre um episódio dramático que, segundo ela, ocasionou a transferência dele à 1ª Inspetoria, no Amazonas:

Sei que o Inspetor Fernando Cruz saiu de Campo Grande devido ao que ele fez com os índios. Matou um rapaz, lá; tirou os olhos, a orelha, decepou o corpo. E ele chorando, com um revólver na mão disse ao Sr. Josias Macedo, que ia deixar uma carta por escrito contando tudo o que havia acontecido no SPI e que ia depois suicidar-se. O Josias Macedo contou a mim e ao Dr. Nelson que estava presente. Foi quando o Josias Macedo foi procurar o ex-Governador de Manaus, parece que o Deputado Mestrinho, pedindo a ele que pedisse ao Ministro a volta de Fernando a Manaus. Isto contado por Josias Macedo. Então, o sr. Fernando Cruz não se suicidou (FIGUEIREDO, 1963, p. 414).

No que tange ao debate interno da comissão, observamos outro contorno relacionado ao personagem de Fernando Cruz. Isto é, um sujeito com temperamento fora de controle, impulsivo e com tendências corruptas. Personagem a quem fora confiado um importante cargo, responsável por uma inspetoria a qual ele havia mergulhado no caos. Agindo em conivência com o Diretor, Moacyr Ribeiro, ambos em benefício próprio, usando do patrimônio indígena para arcar com despesas pessoais e de cunho político.

O resultado da CPI da Câmara terminou como o esperado. Foi divulgado pelo Projeto de Resolução de nº 65, de 1964. Concluiu-se sobre o diretor Moacyr Ribeiro:

As irregularidades praticadas pelo Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro, ex diretor daquele serviço atingiram a todos os ângulos da administração. A repartição foi sacudida por uma verdadeira onda de desmandos sendo que até os crimes de morte e delitos contra a Fazenda Nacional e contra o Patrimônio Indígena, tiveram curso livre e destacado (FIGUEIREDO, 1964, p. 9).

As conclusões da comissão de inquérito não somente confirmaram as irregularidades que buscavam desde o início, como também concluíram que a atuação de Moacyr Ribeiro foi o ápice da corrupção e do desmantelamento do SPI. Sobre Fernando Cruz, declara que o mesmo:

Articulou e instruiu os índios para um atentado sangrento. Os índios, a quem cabe ao SPI, cuidar com dignidade, por imperativo de sua finalidade, foram moldados como criminosos, e, sob instruções do Sr. José Fernando da Cruz atacaram residências de posseiros, localizadas em zona cujo direito de propriedade continua discutível. (FIGUEIREDO, 1963, p. 477).

Foi nesse contexto que, após a resolução da CPI da Câmara, o ministro Albuquerque Lima solicitou uma nova comissão, presidida por Jäder de Figueiredo. Embora a jurisdição da comissão

tenha sido ampliada, Fernando Cruz e Moacyr Ribeiro compareceram para depoimentos no decorrer de 1967.

No relatório final de 1968, o nome de Moacyr Ribeiro foi arrolado como acusado de 46 crimes cometidos durante sua gestão como diretor do Serviço. Um fato sobre o destino de Fernando Cruz é que teve seu nome citado, porém é dito que ele foi cassado pelo Ato Constitucional nº 02, e já seguia sendo processado pela Polícia Federal, não sendo adicionado o seu nome na listagem dos acusados. Como protagonista na CPI da Câmara, na comissão de Figueiredo, aparecem os dois apenas entre as dezenas de acusados de cometerem irregularidades no SPI.

Não é possível apurar se as decisões de Fernando Cruz eram práticas comuns dentro do Serviço (por exemplo, armar os índios em situação de perigo), como também se suas intenções eram as que declarou em depoimento.

Apresentar aqui esses personagens, tal como descritos no relatório, cumpre a função de entendermos a movimentação do braço burocrático do Estado em ação. Como já dito, em um contexto mais amplo, pudemos identificar as micro relações que compuseram esse contexto e fizeram parte determinante nas resoluções.

Cruz foi acusado de instigar e armar os indígenas contra os posseiros, o que, segundo afirmações do inquérito, resultou diretamente num levante, no qual um homem foi morto. A ação indígena é apresentada como reação à influência de Fernando Cruz.

É importante delinear a ação dos próprios indígenas agindo e articulando o próprio fazer-se. Reagindo às disputas e pleiteando por sua segurança. Disputas aparentemente geradas na administração de Fernando Cruz, sob a direção de Moacyr Ribeiro, mas verdadeiramente protagonizadas pelos indígenas da 5ª Inspetoria do SPI, no Mato Grosso.

Sigo nesta análise perspectivas de investigação apontadas por Sidney Chalhoub (1999), que ao investigar as vivências dos escravos no Rio de Janeiro colonial, procurou evidenciar a lógica e/ou racionalidade próprias de suas experiências, e não suas individualidades fossem apenas o reflexo das imposições de escravidão e violência praticadas contra eles. O autor buscou compreender o discernimento acerca da própria existência desses indivíduos.

Não temos depoimento de nenhum indígena sobre o caso na documentação disponível. Não há sinalização de que foram ouvidos de fato. Embora em todo o inquérito, os indígenas sejam apresentados como espoliados, subjugados, vítimas de uma má administração do Estado. A análise do conjunto da documentação nos permite afirmar, contudo, que a participação ativa dos indígenas nesse processo, suas resistências e influências indiretas na formação e gestão do SPI, seu protagonismo, está na raiz das motivações mais amplas do relatório. Mesmo que, possivelmente,

porfias em diferentes esferas tenham motivado a instalação daquela comissão. Afinal, foi a configuração sistematicamente regulada pela burocracia de estado e as reivindicações e ações daqueles sujeitos que estiveram no cerne das implicações. Aqui, recuperamos a “reminiscência” de que nos fala Walter Benjamin, “arrancando a tradição ao conformismo” e procurando os agentes históricos, tomando parte na construção de sua própria existência, mesmo em um campo hegemônico em disputa (2012. p. 224).

Nessa direção podemos também escolher trilhar o caminho que não somente estabelece o protagonismo desses indivíduos, mas também que procura encontrar as violações não descritas. Aquelas que não foram listadas em ordem dos crimes cometidos pelo SPI. Mas, estão lá, como premissa da prática tutelar do Estado sobre povos conscientes e com identidades diversas em suas etnias e grupos diversificados, linguística e culturalmente.

Referências

Fontes

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. Comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades no serviço de proteção aos índios: Relatório elaborado pelo procurador Jáder de Figueiredo Correia. 30 volumes. 7000 f. Governo Federal: Brasília, 1968.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p, 224.

CHAUÍ, **Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GUIMARÃES, Elena. **O Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias**. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

LEFORT, Claude. **O que é burocracia**. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (Org.). Política & Sociedade. São Paulo: Nacional, 1979.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Sobre Tutela e Participação: povos indígenas e formas de governos no Brasil, séculos XX e XXI**. In: Mana. Rio de Janeiro, vol. 21 n° 02, agosto/2015.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **Brasil, 1964/1968: a ditadura já era ditadura**. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

TRATENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2006.

ST 19: NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA MILITAR E DA GUERRA: SUJEITOS E INSTITUIÇÕES

GUERRA FRIA- REFLEXÕES CONCEITUAIS HISTORIOGRÁFICAS DE UMA DISCUSSÃO PRESENTE

Eden Pereira Lopes da Silva¹⁷³

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar as diretrizes iniciais para uma reflexão teórica acerca da emergência da *Guerra Fria* como conflito e conceito. Apresentamos a justificativa geral da pesquisa com base nas recentes transformações globais contemporâneas e a reaparição da concepção de *Guerra Fria*. Este trabalho realiza uma breve discussão teórica acerca da historicidade que cerca esse conceito, buscando refletir sobre o período e a correlação de forças política, ideológica e militar que forjou esta ideia. Pontuamos também a análise do discurso como um elemento importante para esta discussão. Nossa conclusão é que a Guerra Fria, como uma concepção histórica de conflito, foi construída a partir de uma determinada posição política, ideológica e militar, que passa por uma recharacterização conceitual no tempo presente.

Palavras-chave: Guerra Fria, Estados Unidos, União Soviética e Conceito.

Introdução

No ano de 2008, Edward Lucas, jornalista do *The Economist*, publicou um dos primeiros livros de impacto para uma revisão conceitual da *Guerra Fria*, *The New Cold War Putin's Russia and the Threat to the West* (*A Nova Guerra Fria da Rússia de Putin e a Ameaça ao Ocidente*). O livro discute a relação entre os limites da “transição democrática” russa e a aparição de novas tensões entre o Ocidente¹⁷⁴ e a Rússia no âmbito do mundo pós-*Guerra Fria*. Embora a repercussão do livro na época tenha sido insuficiente para um debate amplo sobre o conceito de *Guerra Fria*, o esforço do autor expôs um movimento de ressignificação da ideia para adequá-la ao novo momento de tensões internacionais entre as potências.

1 Bacharel e Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC-UFRJ), e Doutorando pelo mesmo programa. Bolsista pela *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior* (CAPES). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre África, Ásia e Relações Sul Sul (NIEAAS) e Colunista da *Revista Intertelas- Relações Internacionais e Audiovisual*. E-mail: yedenev1945@gmail.com.

2 Entendemos o Ocidente como uma categoria histórica, política e filosófica que abrange principalmente o mundo anglo-saxônico (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha e as ex-colônias britânicas governadas por povos brancos, como a Nova Zelândia e a Austrália). De acordo com o filósofo Domênico Losurdo, o Ocidente é integrado pelas áreas onde a ideologia liberal do “autogoverno dos homens livres” foi levada até as últimas consequências por meio da construção de Estados homogêneos em termos raciais ou culturais. Essa construção histórica, que hierarquiza os povos com base nos britânicos do início do período moderno como o principal modelo, é a régua métrica das “fronteiras ocidentais” (LOSURDO, 2006).

Alguns cientistas políticos e estudiosos de relações internacionais, como Henry Kissinger e Andrew Korybko, aderiram a esta tendência da última década, que está edificando um consenso de que uma espécie de *Guerra Fria* está de volta. O conflito atual se diferencia pela existência de mais atores centrais envolvidos (Para além dos Estados Unidos e da Rússia- antiga União Soviética-, estão incluídas a União Europeia e a China), e também por um certo deslocamento temporal e pela expansão do tradicional conceito de *Guerra Fria*. Porém, essa mutação entorno do conceito traz profundas implicações históricas, ideológicas, militares e políticas que exigem uma reflexão. Não acreditamos que seja coincidência a revisão conceitual e histórica do conflito soviético-estadunidense no mesmo momento em que o mundo assiste a um processo de deslocamento da centralidade do sistema internacional desde o Atlântico Norte para a região Ásia-Pacífico.

Entretanto, antes de iniciarmos a breve reflexão que este trabalho propõe, é preciso indicar que em termos de descrição, intensidade e interpretação de duração da *Guerra Fria*, não existe um consenso entre os historiadores. Fred Halliday, por exemplo, sustenta que o conflito soviético-estadunidense teve dois momentos distintos, localizando o primeiro na década posterior a Segunda Guerra Mundial, e o segundo no intervalo entre segunda metade da década de 1970 e a *Perestroika*- a chamada *Segunda Guerra Fria* (HALLIDAY, 1986). O intelectual Noam Chomsky também concorda com a ideia da divisão do período entre 1945 e 1991 entre dois períodos e conflitos históricos distintos, ainda que situados na esfera de uma disputa política e militar entre a União Soviética e os Estados Unidos (CHOMSKY, 2003).

Distintos núcelos historiográficos e de cientistas sociais também compreendem que a natureza do conflito não pode ser reduzida a disputas políticas, militares ou mesmo ideológicas. Eric Hobsbawn aponta que a *Guerra Fria*, que tem como base teórica a arquitetura desenvolvida por George Kennan para a “contenção do comunismo”, era inspirada em pensadores geopolíticos anglo-saxônicos clássicos, como Halford Mackinder.¹⁷⁵ O historiador britânico sustenta que a União Soviética estava em uma situação econômica e social muito frágil neste período para qualquer tipo de ambição por causa das grandes perdas humanas e materiais na Segunda Guerra Mundial. E mesmo nas décadas posteriores, Moscou foi mantida sob cerco e pressionada em termos econômicos e militares pelos Estados Unidos (HOBSBAWN, 1995, p. 230). Theotonio dos Santos possui uma interpretação geoeconômica semelhante sobre o conflito, cuja característica é não só entender a *Guerra Fria* como uma estratégia de contenção dos Estados Unidos contra a União

3 Halford Mackinder era um geógrafo britânico, membro *Sociedade Real Geográfica*. O autor é conhecido pelo artigo *O Pivô Geográfico da História*, onde apresentou a Ásia como o centro do mundo e as áreas então dominadas pelos Império Russo e Chinês como fundamentais para o desenvolvimento histórico, econômico e político global. A conclusão de Mackinder é que, aquele que controla o centro da Ásia (*Heartland*), e capaz de hegemonizar a Ilha Mundo (Eurásia) e por consequência dominar o planeta. Esta teoria foi profundamente influenciada pelas disputas coloniais entre os russos e os britânicos na Ásia Central no século XIX durante o chamado *Grande Jogo- Great Game*.

Soviética, mas também como um instrumento retórico para a construção de um espaço de poder mundial (DOS SANTOS, 2016, pp. 431-432).

Em uma obra recente que visa discutir profundamente a *Guerra Fria*, Sidney Munhoz complementa esta discussão ao apresentar um quadro das principais correntes historiográficas no que diz respeito ao conflito, e indicar importantes elementos políticos e ideológicos que influem nas diferentes interpretações. Munhoz caracteriza ao menos quatro grandes correntes existentes no Ocidente, que podem ser assim resumidas: A *Ortodoxa*, representada por funcionários ou defensores da política de Estado estadunidense; a *Revisionista*, composta por historiadores e cientistas políticos críticos da política externa de Washington com relação ao período do pós-1945; a *Corporatista*, caracterizada por analistas que enxergam uma continuidade na estratégia de política interna e externa estadunidense ao longo dos séculos XIX e XX; e a *Pós-Revisionista* que busca resgatar elementos das teses ortodoxas para criticar as discussões revisionistas sobre o conflito (MUNHOZ, 2020, pp. 31-50).

Considerando o que foi discutido até agora, é perceptível que o conflito soviético-estadunidense não é um “fenômeno natural”. Em termos históricos, as áreas de tensão política, diplomática, militar e ideológica foram construídas. Portanto, tamanha complexidade exige que visualizemos a construção do conflito em termos empíricos, e também o próprio caminho seguido para a consolidação do conceito de *Guerra Fria*. Nas próximas sessões apresentaremos um quadro das discussões históricas sobre o tema e também destacaremos trechos do *Longo Telegrama* (1946) de George Kennan, ex-secretário de Estado na presidência de Harry Truman.

A construção da *Guerra Fria*

No fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando já era evidente que a ordem mundial futura seria protagonizada pelos Estados Unidos e pela União Soviética, existiam preocupações no âmbito político, ideológico e militar entre ambos os lados, que precediam a expansão do bloco fascista na Europa na década de 1930. Sidney Munhoz aponta que por um lado, a popularidade do movimento socialista, naquele momento em seu auge- principalmente na Europa-, ameaçava a hegemonia de círculos econômicos e políticos europeus e estadunidenses. Desde a posição soviética, a destruição causada pela Alemanha e os países do eixo enfraqueceu as difíceis condições materiais internas de um Estado que já estava isolado pela política do *Cordão Sanitário*¹⁷⁶ desde a década de 1920. Portanto, a insegurança, derivada das décadas de conflagrações

4 A política de *Cordão Sanitário* foi a primeira grande estratégia europeia de contenção da União Soviética no período Entre-guerras. Conceptualizada pelo Primeiro-Ministro francês Georges Clemenceau, esta política tinha por objetivo estabelecer um isolamento econômico, político e diplomático mundial dos soviéticos. A política fracassou ao longo da

militares na primeira metade do século XX é um elemento importante para compreender a eclosão da *Guerra Fria* (MUNHOZ, 2020, pp. 161-179). Contudo, a questão da insegurança, mesmo que acompanhada por considerações históricas precedentes, necessita também ser entendida como parte de um projeto político para o pós-guerra que estava em disputa.

Giovanni Arrighi pontua que o presidente estadunidense Franklin Roosevelt, herdeiro político do líder Woodrow Wilson, tinha um ambicioso projeto para pós-guerra que abrangia não somente à autodeterminação das colônias, mas também a integração dessas economias a um sistema liderado pelos Estados Unidos (ARRIGHI, 2009, pp. 251-271). Porém, a mudança desse plano original não pode ser associada apenas a ascensão de Truman ao poder e a formação de um espaço exclusivo para o complexo industrial militar. O compartilhamento do poder hegemônico com outros países, em especial a União Soviética, no que diz respeito às instituições internacionais, afetaria diretamente a capacidade de liderança de Washington nesse sistema. Com a exceção da Grã-Bretanha, os Estados Unidos não compartilharam nenhuma tecnologia ou liderança decisiva de instituições chave com outros países (DOS SANTOS, 2016, pp. 263-264). Portanto, a política de contenção da União Soviética na *Guerra Fria* correspondia a uma continuidade da diplomacia de cerco dentro de uma nova realidade geopolítica na qual as metrópoles coloniais em crise perdiam espaço para um emergente centro hegemônico nuclearizado pelos Estados Unidos.

Esta interpretação, definida por Sidney Munhoz como corporatista, por considerar o projeto dos Estados Unidos para o pós-guerra como consequência de uma política de longa duração, atravessa o importante tema da construção conceitual do conflito soviético-estadunidense. Em *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Reinhart Koselleck diz que os conceitos possuem ao menos dois níveis de historicidade: Um é pertencente ao historiador, e o outro é acumulado pelo próprio objeto desde as fontes da pesquisa (KOSELLECK, 2006, pp. 116-117). Estes níveis sempre estão em diálogo profundo pelo tempo a partir de linhas de contato estabelecidas desde um campo de experiência do período presente. Logo, o conceito de *Guerra Fria* e a própria tradicional forma de descrição histórica do conflito não pode ser aceita de forma integral, pois carrega consigo também a correlação de forças existentes para o projeto político do pós-guerra.

Em termos historiográficos e conceituais, a *Guerra Fria* foi elaborada no campo da Filosofia e da Ciência Política a partir de uma forte influência militar. Raymond Aron, um dos “Pais” do conceito, e um dos grandes intelectuais franceses do século XX, entendia o conflito soviético-estadunidense como o resultado direto da Segunda Guerra Mundial e da decadência

década de 1920 quando países europeus normalizaram as relações com Moscou e por ocasião da admissão da União Soviética na Liga das Nações em 1934.

européia. Isso era descrito como resultante da dissolução da coalizão aliada antifascista, formada entre os liberais e os socialistas contra o Eixo, algo que dividiu a Europa e o mundo em campos ideológicos e políticos opostos. No entanto, devido aos perigos associados a uma conflagração nuclear, qualquer confronto militar direto entre os dois países precisou ser evitado (ARON, 2003).

Esta ideia, que é o resumo mais clássico da forma pela qual a *Guerra Fria* eclodiu e evoluiu, é apenas uma das definições do conflito. Outros intelectuais e políticos tentaram elaborar alternativas conceituais para substituir ou problematizar o conflito de maneira mais profunda. O mais notável esforço foi o do intelectual marxista estadunidense Sam Marcy ao propor a ideia de “*Guerra Mundial de Classes*”. Esta definição tentou aglutinar a relação entre a luta anticolonial e a resistência do campo socialista às operações políticas e militares diretas e indiretas das **potências** centrais do capitalismo durante a *Guerra Fria* (MARCY, 1953). Entretanto, devido ao clima *maccarthista* nos Estados Unidos e no resto do Ocidente, que travou boa parte dos debates acadêmicos e políticos, esta proposição não teve grande adesão e difusão. Ainda assim, o conceito de Sam Marcy convergia com a reflexão de outros acadêmicos e estudiosos críticos à ideia intrínseca ao conceito de *Guerra Fria* de que os campos capitalista e socialista possuíam pesos e medidas similares.

Isaac Deutscher, e o já citado Eric Hobsbawn, que também usam o conceito de *Guerra Fria*, admitem a existência de uma bipolaridade mundial com ressalvas. O intelectual trotskysta indica que a desconfortável posição de cerco militar e econômico contra o campo socialista é incomparável ao *status* dos Estados Unidos (DEUTSCHER, 1965). Da mesma forma, Theotonio dos Santos sugere que em termos da teoria do sistema mundo, a União Soviética nunca obteve as mesmas capacidades econômicas e políticas que os Estados Unidos, portanto a “ameaça comunista” era um exagero propagandístico visando ampliar a força do complexo industrial e militar em Washington (DOS SANTOS, 2016, pp. 431-432).

Em termos de uma historiografia ortodoxa do conflito, é impossível deixar de citar Zbigniew Brzezinski, ex-Conselheiro de Segurança da presidência de Jimmy Carter. Este político de estadunidense de origem polonesa tem uma visão particular, e que consideramos muito importante, acerca do conflito. Em oposição aos demais arquitetos das políticas diplomáticas e de segurança dos Estados Unidos, Brzezinski visualiza a *Guerra Fria* como fruto de um embate geopolítico e civilizacional entre Moscou e Washington. As teorias geopolíticas clássicas de Halford Mackinder, repensadas pelo geógrafo Nicholas Spykman¹⁷⁷, tiveram grande influência nesta

5 Nicholas Spykman foi professor na Universidade de Yale, e é um dos fundadores dos estudos acadêmicos clássicos de relações internacionais no país. O autor é um estadunidense naturalizado, pois nasceu nos Países Baixos onde trabalhou como assistente diplomático e jornalista. Spykman é autor de importantes escritos que analisam a conjuntura

concepção (BRZEZINSKI, 1986). Isso significa que, por se tratar de um grande conflito entre duas ordens civilizatórias, a *Guerra Fria*, segundo Brzezinski, não seria resolvida por meios pacíficos, mas apenas pela prevalência de uma das duas potências.

Outro estudioso, considerado ortodoxo por Munhoz, é o historiador Arthur Schlesinger Jr, que aponta que o curso do conflito precisa ser compreendido a luz do universalismo ideológico dos dois países. Neste caso em específico, Shlesinger culpa a diferente abordagem política do Kremlin no que diz respeito ao projeto de Franklin Roosevelt no pós-1945, pois teria sido a causa direta da divisão do mundo em zonas de influência, desafiando o princípio de que todos os povos e países deveriam ser “livres”. Além disso, devido a expansão do movimento socialista, em especial na Grécia e na Itália, o acadêmico estadunidense pontua que não havia garantias de que o governo soviético “respeitaria” os limites firmados nos acordos de Yalta e de Potsdam (SHLESINGER JR, 1999, pp. 168-178).

Diferente destas análises, mais detidas no relacionamento entre as duas grandes potências, Hobsbawn, crítico das concepções ortodoxas do conflito, diz que apesar da centralidade do combate ideológico e político ocorrer entre os Estados Unidos e a União Soviética, a expressão militar disso ocorreria no Terceiro Mundo. A ausência de combates militares frontais entre as duas potências polarizou de modo violento os conflitos e a política internacional (HOBSBAWN, 1995, pp. 234-235). Em meio aos embates políticos e ideológicos soviético-estadunidenses, na Ásia, na África e na América Latina, ocorreram revoluções e golpes militares subordinados direta e indiretamente a este confronto.

No entanto, a despeito dessa consequência ressaltada por Hobsbawn, os distintos campos na *Guerra Fria*, como demonstra Fred Halliday, são bem mais flexíveis do que a aparência inicial oferece. No bloco socialista, composto por muitos países pobres e ex-colônias, a Romênia, Cuba, e até mesmo a China foram capazes de construir alternativas políticas e econômicas ao modelo soviético com o tempo. No lado ocidental, a França e outros países capitalistas centrais foram os únicos capazes de constituir alguma alternativa. Na América Latina, parte subordinada ao “hemisfério ocidental”, qualquer tipo de experiência política e econômica que saiu do “figurino” de Washington foi derrubada violentamente, como demonstram os casos brasileiro em 1964 e chileno em 1973 (HALLIDAY, 1986, pp. 172-198).

Considerando essas posições e debate, é possível deduzir duas importantes conclusões sobre a historiografia que construiu a *Guerra Fria*. A primeira é que, a tradicional ideia sobre conflito, que equaliza os soviéticos aos estadunidenses foi edificada a partir de um consenso

internacional entre as décadas de 1920 e 1940. Dentre os quais podemos citar *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power* (1942) e *The Geography of the Peace* (1944).

acadêmico, principalmente nos Estados Unidos, que visava justificar a hegemonia de Washington sobre a ordem internacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Isso incluía a perspectiva de que eram os soviéticos, que eram política e ideologicamente distintos, que dividiam a ordem internacional e criavam a insegurança que inviabilizou uma nova “Paz democrática” que remontasse Westfália (1648) e Viena (1815), e que modelasse as instituições mundiais sob o total controle dos Estados Unidos.

A segunda constatação é que, o conceito de *Guerra Fria*, estruturado entorno do confronto entre Moscou e Washington, buscou apagar, ou ao menos diminuir os impactos, dessa narrativa sobre diversos outros processos históricos no mundo. A redução dos fatos históricos a uma luta política e ideológica entre o “comunismo” e o “mundo livre” resultou na justificativa de grandes atrocidades pela parte estadunidense. O apoio aos esquadrões da morte na América Latina durante as décadas de 1960 a 1980, assim como as Guerras na Coreia e no Vietnã, são apenas os mais conhecidos episódios. Na África, por meio de colaborações entre a CIA (Agência Central de Inteligência) e os serviços de inteligência militares portugueses e franceses, ocorreram inúmeras execuções e golpes contra líderes nacionalistas, taxados de “comunistas”. O episódio mais marcante na Ásia neste período é o golpe militar contra o general indonésio Ahmed Sukarno em 1965, que resultou na execução de cerca de 1 milhão de pessoas no prazo de alguns meses, e na edificação da mais longa ditadura do mundo na segunda metade do século XX.

Feitas estas ponderações na parte historiográfica, introduzimos uma análise sobre o *Longo Telegrama* de George Kennan.

O Longo Telegrama de Kennan e o projeto de poder estadunidense

A decisão de introduzir o diplomata George Kennan nesta discussão, enquanto uma das fontes analíticas para a construção conceitual e empírica da *Guerra Fria*, pressupõe que as pessoas no papel e na condição deste político edificaram o conflito e parte do discurso histórico sobre o mesmo desde uma posição de poder. O historiador francês Michel De Certeau resume essa relação apontando em *A Escrita da História* que, apesar de existir uma diferença entre o discurso e a realidade histórica, isso não implica em uma tensão ou oposição. Trata-se de uma operação de interrogação sobre aquilo que é pensável, portanto, abstrato, como ponto de partida para a discussão do plano vívido, concreto (DE CERTEAU, 1982, pp. 45-46).

George Frost Kennan foi um dos mais importantes diplomatas dos Estados Unidos ao longo do século XX, apesar de ter sido marginalizado no Departamento de Estado após a Revolução Chinesa em 1949. A posição de assistente nas embaixadas em Berlim e Moscou durante as décadas de 1930 e 1940, cargos de importância, valeram um grande respeito a Kennan por parte

dos militares, em especial o Secretário da Marinha James V. Forrestal, influente no período em que o general George S. Marshall foi Secretário de Estado- 1947-1949 (MUNHOZ, 2020, pp. 149-154).

No ano de 1946, George Kennan servia como funcionário na embaixada estadunidense em Moscou, e era considerado um dos principais especialistas com relação ao tema da União Soviética por questões pessoais e acadêmicas. De acordo com Sidney Munhoz, a relação entre o diplomata e a União Soviética tinha origem familiar. O primo de segundo grau de Kennan, também chamado de George Kennan, foi um explorador e jornalista que conheceu boa parte da Rússia no período czarista, e era conhecido por ser um obstinado anticomunista. Essas características influenciaram as escolhas acadêmicas, políticas e ideológicas do diplomata estadunidense (MUNHOZ, 2020, pp. 144-145).

O momento das relações entre a União Soviética e os demais países da aliança antifascista era difícil quando Kennan escreveu este documento. As tentativas de isolar a União Soviética da construção do novo sistema internacional no pós-Segunda Guerra Mundial criavam tensões. A rápida dissolução dos governos de frente popular antifascista nas áreas libertadas pelos aliados a partir de 1946, resultou em sangrentos conflitos e repressões políticas. A eclosão da Guerra Civil na Grécia, o clima de tensão na Itália por causa do plebiscito republicano, e a popularidade de guerrilhas socialistas na Coreia, China e Vietnã, foram vistos como sintomas de uma “iminente maré pró-soviética” pelo globo que ameaçava as posições de Washington e de Londres. Isso significa que George Kennan não estava só traçando uma estratégia de contenção, mas expondo os sentimentos de uma classe política e econômica estadunidense que tentava construir uma ordem que garantisse a transferência da anterior hegemonia mundial da Europa para as mãos dos Estados Unidos.

O “*Longo Telegrama*” é assim chamado por trata-se de um documento que fugiu aos protocolos diplomáticos existentes no período, pois possuía cinco partes e mais de 8 mil palavras. Na história oficial e tradicional, esta nota enviada por Kennan ao governo dos Estados Unidos tinha por objetivo alertar que os soviéticos não possuíam interesse em cooperar com o projeto mundial de Washington para o pós-Segunda Guerra Mundial. O documento era uma tentativa dos representantes estadunidenses em Moscou responderem o porquê de os soviéticos terem recusado aderir a iniciativa do Banco Mundial.

As intenções estadunidenses acerca de um projeto mundial conservador- no real sentido de conservar a situação política de 1945- kantiano podem ser vistas quando o diplomata cita as possíveis “ameaças” a essa iniciativa. São elas:

- a) minar o potencial político e estratégico geral das principais potências ocidentais. Serão feitos esforços nesses países para perturbar a autoconfiança

nacional, para prejudicar as medidas de defesa nacional, para aumentar a agitação social e industrial, para estimular todas as formas de desunião. Todas as pessoas com queixas, sejam elas econômicas ou raciais, serão instadas a uma reparação expressa, não através de mediação e compromisso, mas numa luta violenta e desafiadora pela destruição de outros elementos da sociedade. Aqui os pobres serão colocados contra os ricos, os negros contra os brancos, os jovens contra os velhos, os recém-chegados contra os residentes estabelecidos, etc.

(b) No plano não oficial, serão feitos esforços particularmente violentos para enfraquecer o poder e a influência das potências ocidentais de povos coloniais atrasados ou dependentes. Neste nível, nenhuma retenção será barrada. Os erros e fraquezas da administração colonial ocidental serão impiedosamente expostos e explorados. A opinião liberal nos países ocidentais será mobilizada para enfraquecer as políticas coloniais. O ressentimento entre os povos dependentes será estimulado. E enquanto estes últimos estão a ser encorajados a procurar a independência das potências ocidentais, as máquinas políticas fantoches dominados pelos soviéticos estarão a preparar-se para assumir o poder interno nas respectivas áreas coloniais quando a independência for alcançada (KENNAN, 1946) (Traduzido do inglês pelo autor).

Isso pode ser considerado um desenho prévio do futuro *Maccarthismo*, que seria afetado por profundos revezes ao longo da década de 1960, principalmente dentro dos Estados Unidos. Entretanto, é notável que as assertivas de Kennan sobre a política de “contenção do comunismo” tenham que envolver obrigatoriamente a questão das independências na África e na Ásia e também problemas sociais de natureza interna na Europa e nos Estados Unidos. Portanto, este documento possui uma clareza estratégica e um caráter de delineamento mais tático de que teórico.

Estabelecer esta diferenciação é importante porque apesar do documento de George Kennan ter tido profundo impacto entre os funcionários da diplomacia e do governo, ele não traça uma visão geral geoestratégica no mesmo nível das reflexões de políticos e diplomatas como Brzezinski. Acreditamos que em termos de pensar uma “grande estratégia” para a *Guerra Fria*, o principal personagem nos Estados Unidos foi Nicholas Spykman por meio da sua obra *America's Strategy in World Politics: The United States and Balance of Power*. Neste livro, datado de 1942- portanto, quando a Segunda Guerra Mundial ainda estava em andamento- o professor da Universidade Yale expõe um importante quadro mundial no qual, o controle dos eixos estratégicos do mundo e de condições geopolíticas favoráveis para a projeção de poder de Washington exigia a hegemonia sob a faixa de terra costeira da Eurásia, chamada por ele de *Rimland*⁷⁸ (SPYKMAN, 1942). Esta mesma estratégia seria a futura política de contenção soviética.

6 De acordo com Spykman, o *Rimland* equivale as áreas costeiras adjacentes ao *Heartland* (Coração da Terra) teorizado por Mackinder. O diplomata observa que mais importante do que dominar o interior da Ásia é ter a capacidade de controlar os acessos de entrada e saída continentais nas zonas de transição das estepes áridas ou as cadeias de montanhas para as regiões de mar aberto.

Com base na relação de proximidade temporal entre George Kennan e Nicholas Spykman, e em outros trechos da estratégia mundial de contenção não muito claras no *Longo Telegrama*, é possível apontar a existência de um ambiente geral entre os funcionários do Departamento de Estado contrários a paz com a União Soviética. Em outro trecho do escrito, pontua Kennan:

Assim, os líderes soviéticos são levados [por?] necessidades de sua própria posição passada e presente a apresentar qual [omissão aparente] mundo exterior como mau, hostil e ameaçador, mas como portador de germes de doenças rastejantes e destinado a ser destruído por crescentes convulsões internas até que seja dado o golpe de misericórdia final pelo poder crescente do socialismo e rendimentos para um mundo novo e melhor. Esta tese fornece justificção para o aumento do poder militar e policial do Estado russo, para o isolamento da população russa do mundo exterior e para a pressão fluida e constante para alargar os limites do poder policial russo que são, em conjunto, os impulsos naturais e instintivos da Rússia. governantes. Basicamente, este é apenas o avanço constante do inquieto nacionalismo russo, um movimento secular em que as concepções de ataque e defesa estão inextricavelmente confusas. Mas sob a nova roupagem do marxismo internacional, com as suas promessas melosas para um mundo exterior desesperado e devastado pela guerra, é mais perigoso e insidioso do que nunca (KENNAN, 1946) (Traduzido do inglês pelo autor).

Cabe ressaltar que a visão da União Soviética como uma continuadora do Império Russo tornou-se muito difundida neste período no Ocidente com o objetivo de aproximar Washington de alguns dos países fronteiriços aos soviéticos por meio de pactos econômicos ou políticos. O Irã, regido pelo Xá Mohammed Reza Pahlevi, os militares da República Turca e os líderes civis do Japão e da Alemanha pós-guerra foram os principais alvos dessa campanha. Um elemento comum entre todos eles não é só o anticomunismo, mas uma relação integral com o fascismo no passado, e a manutenção de governos autoritários, que no caso europeu, passariam a integrar direta ou indiretamente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (MONIZ BANDEIRA, 2016, pp. 189-191). Com relação a esta estratégia, Kennan aponta que:

Sempre que for considerado oportuno e promissor, serão feitos esforços para avançar os limites oficiais do poder soviético. De momento, estes esforços estão restritos a certos pontos vizinhos aqui concebidos como sendo de necessidade estratégica imediata, como o Norte do Irã, a Turquia, possivelmente Bornholm. No entanto, outros pontos podem a qualquer momento ser questionados, se e como poder político soviético oculto é estendido a novas áreas. Assim, um "governo persa amigo poderia ser solicitado a conceder à Rússia um porto no Golfo Pérsico. Se a Espanha cair sob o controle comunista, a questão da base soviética no Estreito de Gibraltar poderá ser ativada (KENNAN, 1946) (Traduzido do inglês pelo autor).

Embora a Espanha franquista jamais tenha entrado oficialmente na OTAN, a integração dos espanhóis ao conjunto de acordos militares ocidentais na Europa ocorreu em 1953, quando

Franco assinou com os Estados Unidos os Pactos de Madrid, que abriam bases militares estadunidenses em território espanhol. Porém, este era apenas um dos ganhos de Washington neste processo, pois, além de ser um importante espaço no mediterrâneo e na Europa Ocidental, o Estado Espanhol também era um grande aliado da Igreja Católica, que possuía enorme influência em alguns países na Europa oriental e na América Latina. É importante indicar ainda que depois da Itália, o maior movimento socialista na Europa Ocidental residia na Espanha.

Em outras palavras, George Kennan e estes políticos e diplomatas estadunidenses estavam propondo edificar um arco de alianças capaz de aglutinar as principais forças políticas anticomunistas- sejam elas qual fosse o passado delas- ao redor de uma de “linha geopolítica de contenção”. Isso significou, uma sobrevida às históricas ditaduras fascistas em Portugal e na Espanha, o aparecimento de governos autoritários na Europa, no Leste da Ásia, na África e na América Latina, e momentos de grave violência política e repressão nas “democracias liberais”, onde a Itália e a França são os grandes exemplos. Portanto, como assevera Theotonio dos Santos, não é possível reduzir o impacto do fenômeno do *maccarthismo* para algo interno nos Estados Unidos. A política da “*Ameaça Vermelha*” espalhou-se pelo mundo junto com as Doutrinas de Segurança Nacionais ao longo das décadas de 1960 e 1970 (DOS SANTOS, 2016, p. 444).

Diante disso é possível concluir que George Kennan entendia que o confronto com os soviéticos era inevitável, pois a União Soviética era contrária ao mundo e aos “valores ocidentais”. Isso faz com que o diplomata e outros políticos e funcionários em Washington concluam que cabia aos Estados Unidos conduzirem uma estratégia geral de contenção. Essas ideias apareceram de forma mais clara no artigo *The Sources of Soviet Conduct* (*As fontes da conduta soviética*) publicado na Revista *Foreign Affairs* no ano de 1947, onde o diplomata defenderá abertamente uma política externa de cerco aos soviéticos.

Considerações finais

A historicidade que envolve o conceito e a tradição historiográfica sobre a *Guerra Fria* foi consolidada a partir de uma relação de poder hegemônica dos Estados Unidos sobre o resto dos países que compunham a ordem internacional pós-1945. Neste trabalho, indicamos como essa construção era parte de um ambicioso projeto político dos Estados Unidos para o pós-guerra, e como por isso a União Soviética “precisava ser contida”.

Considerando a sistematização oferecida pelo historiador Sidney Munhoz, analisamos a construção do conflito a partir dos interesses hegemônistas dos Estados Unidos cristalizada na “narrativa oficial” a partir de uma historiografia ortodoxa. Políticos como Brzezinski e Arthur M. Schlesinger Jr não só foram responsáveis por edificar algumas das tradicionais leituras sobre a *Guerra*

Fria, mas também contribuíram para a própria política de Estado no período. As análises alternativas sobre o conflito, oferecidas a partir de ideias revisionistas ou corporatistas, mais amplas e críticas às visões ortodoxas, não conseguiram transformar completamente as concepções clássicas, e ainda hegemônicas, sobre o processo histórico. Isso propiciou a redução da ideia de *Guerra Fria* a um conflito geopolítico entre potências dentro de um cenário atômico, como sugerem membros da corrente ortodoxa, que não só desconsidera os diferentes pesos entre o lado soviético e estadunidense, como também os próprios impactos do conflito em escala global.

Entendemos que foi esta interpretação que abriu a possibilidade para a atual reconfiguração espacial e temporal que edifica a polêmica discussão acadêmica e política sobre a existência de uma *Nova Guerra Fria* envolvendo uma nova estratégia de contenção da China e da Rússia por parte dos Estados Unidos. Diante disso é preciso considerar, como diz Koselleck, que a recharacterização de palavras e ideias não surge do vazio, pois o olhar sobre o passado sempre parte do campo de experiências do presente (KOSELLECK, 2006, pp. 101-102). Portanto, o resgate deste conceito não está associado com as semelhanças ou coincidências temporais entre o conflito soviético-estadunidense e as presentes tensões internacionais. O reuso da ideia de *Guerra Fria* é uma escolha política.

É por isso que esta situação requer não só uma ampla compreensão da evolução conceitual, mas também sobre as relações colaterais da ideia de *Guerra Fria*. Um dos aspectos mais importantes, e marginalizados com frequência por causa do elemento atômico, é o fator de militarização social. A ideia de um conflito que abrange diversos setores sociais, criando uma mobilização total para um embate interno e externo, que justificou o *macarthismo* nos Estados Unidos e as Doutrinas de Segurança Nacional nos regimes autoritários apoiados pelos estadunidenses. A centralização da narrativa do conflito soviético-estadunidense entorno do confronto entre o “comunismo” e o “mundo livre” justificou uma série de ações sangrentas de Washington e dos seus aliados pelo *Terceiro Mundo*. Portanto, mais do que uma evolução natural, a *Guerra Fria* foi um conflito construído.

Como observado na análise sobre o *Longo Telegrama* de George Kennan, a ideia de que o socialismo soviético era uma ameaça aos “valores ocidentais” pode ser facilmente lida como parte do ambiente que assenta as bases para o *macarthismo* nos Estados Unidos. O próprio Nicholas Spykman fala sobre o tema que “A guerra no século XX é a guerra total, a combinação e a integração entre táticas militares, políticas, econômicas e ideológicas em um grande esforço de guerra” (SPYMAN, 1942, p. 38). Portanto, ao longo do final da primeira metade do século XX, existia um consenso de que a relação clausewitziana entre a guerra e a paz estava sendo dissolvida a partir da intensa militarização social e política promovida pelo capitalismo.

Esses elementos permitem apontar que a construção do conceito de *Guerra Fria* no passado e no presente corresponde a um complexo processo histórico da sociedade contemporânea, em especial dos Estados Unidos. A edificação de elementos de um Estado de exceção, criado pelas características do *maccarthismo* na segunda metade do século XX, foi uma construção necessária para o estabelecimento da ordem mundial ambicionada pelos círculos econômicos e políticos dominantes em Washington. Luiz Alberto Moniz Bandeira discute este processo em a *Desordem Mundial- O espectro da total dominação* (2016), e pondera que o resultado disso foi a paulatina consolidação de uma espécie de “fascismo branco” nos Estados Unidos por meio de uma transformação autoritária do Estado- *Mutazione dello Stato*- ao longo do século passado (MONIZ BANDEIRA, 2016, pp. 37-43).

Por fim, cabe inserir uma importante reflexão sobre as consequências do reuso do conceito de *Guerra Fria*, ou *Nova Guerra Fria*, para caracterizar as presentes tensões entre os Estados Unidos, a Rússia e a China. A emergência das presentes tensões entre as potências citadas, apresentada sobre a roupagem deste conceito, pode ser um efetivo discurso reativo para a reafirmação do poder de Washington a partir de instituições sociais, políticas, militares, econômicas e ideológicas, e que pode gerar por consequência um *neomacarthismo*.

Referências

Fontes

KENNAN, George. **The Charge in the Soviet Union (Kennan) to the Secretary of State**. NSA Archive, s/l, 1946.

_____. *THE SOURCES OF SOVIET CONDUCT*. In: **Journal of Foreign Affairs**. Washington D. C., 1947, pp. 566-582.

Referências bibliográficas

ARON, Raymond. **Peace and War: A Theory of International Relations**. Editado por Transaction Publishers, Nova Jersey, 2003.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **El gran tablero mundial- La supremacía estadounidense y sus imperativos**. Edição digital por Chungalitos, s/l, 1997.

_____. **O Grande Desafio – EUA URSS**. Editado por Nórdica, Rio de Janeiro, 1987.

CHOMSKY, Noam. **Towards a New Cold War- U.S. Foreign Policy from Vietnam to Reagan**. Editado por The New Press, Nova York, 2003.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Editado por Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1982.

DEUTSCHER, Isaac. **Myths of the Cold War**. In: Arquivo Marxista da Internet. 1965. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/deutscher/1965/cold-war.htm>.

DOS SANTOS, Theotonio. **Desenvolvimento e Civilização: Homenagem a Celso Furtado**. Editado por EdUERJ, Rio de Janeiro, 2016.

GUNDER FRANK, Andre. **Reorient: Global Economy in the Asian Age**. Editado por University of California Press, Berkeley-California, 1998.

HALLIDAY, Fred. **The Making of the Second Cold War**. Editado por Verso, 2ª edição, Londres, 1984.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era dos Extremos- O breve século XX 1914-1991**. Editado por Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

HUTTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Editado por Objetiva, Rio de Janeiro, 1997.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Editado por Objetiva, Rio de Janeiro, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Editado por Contraponto: Ed. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas- Das revoluções coloridas aos golpes**. Editado por Expressão Popular, São Paulo, 2018.

_____. **21ST- Century geopolitics of the multipolar world order**. In: Geopolitika.ru. 2017. Disponível em: <https://www.geopolitika.ru/en/article/21st-century-geopolitics-multipolar-world-order>.

LUCAS, Edward. **The New Cold War: Putin's Russia and the Threat to the West**. Editado por St. Martin's Griffin, Nova York, 2014.

MARCY, Sam. **The Global Class War and the Destiny of American Labour**. In: Arquivo Marxista da Internet. 1953. Disponível em: https://www.marxists.org/history/etol/writers/marcy/gclasswar/1953_Global_Class_War.html.

MUNHOZ, Sidney José. **Guerra Fria História e Historiografia**. Curitiba: Appris, 2020

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Desordem Mundial- O espectro da total dominação**. Editado por Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016.

A LIGA BRASILEIRA PRÓ-GERMÂNIA E A DISPUTA DE NARRATIVAS NO BRASIL SOBRE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Livia Claro Pires*

Resumo: O presente trabalho visa apresentar a Liga Brasileira Pró-Germânia, associação fundada no Rio de Janeiro em junho de 1915, com o objetivo de orquestrar as simpatias brasileiras em prol da Alemanha no contexto da Primeira Guerra Mundial. A entidade foi criada pelos jornalistas Djalma Leite de Castro e Alfredo Victor de Fontenelle, e teve em seus quadros alguns nomes de destaque da cena intelectual brasileira, como Carlos de Laet e Everardo Backheuser. Num segundo momento, será feita uma comparação entre elementos discursivos presentes nas falas da Liga Brasileira Pró-Germânia e na de sua antagonista, a Liga Brasileira pelos Aliados.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial – Primeira República – cultura de guerra

Uma guerra global entre países neutros

Nos anos iniciais da Primeira Guerra Mundial, a neutralidade foi assumida por unanimidade na América Latina. Os Estados da região não declararam apoio a nenhum dos blocos combatentes, ciosos das consequências econômicas e políticas ao contrariarem uma das potências envolvidas, convertidas naquele momento em inimigas. Contudo, tal *status* sustentado pelos governos latino-americanos não impediu nem o apartamento das querelas suscitadas pela guerra, nem a indiferença de amplos setores da sociedade civil sobre o que acontecia no Velho Continente.

A forma como a América Latina estava inserida na geopolítica do início do século XX conduz em parte as explicações do envolvimento da região nas dinâmicas da Grande Guerra. De acordo com Matthew Brown, entre 1870 e 1920 os países latino-americanos estreitaram multilateralmente seus laços econômicos e políticos com o restante do mundo. As práticas imperialistas poderiam facilmente explicar a forma como França, Inglaterra e Alemanha tentaram conquistar para suas causas o apoio moral dos latino-americanos. A guerra representou a continuidade das disputas imperialistas das potências europeias na região, que, apesar da existência da Doutrina Monroe, permaneceu alvo das ambições econômicas, políticas e culturais do Velho Continente ao longo do século XIX e início do século XX¹⁷⁹.

Durante a guerra, os países latino-americanos foram objeto de disputa diplomática e econômica entre os combatentes. Conforme afirma Philip Dehne, “havia muitas coisas que as potências beligerantes imaginavam conseguir do possível sucesso diplomático na América Latina, incluindo cooperações na guerra financeira, acesso a recursos e até mesmo suporte moral.” (DEHNE, 2014, p, 153). Para alcançarem esses objetivos, França, Inglaterra, Alemanha e, posteriormente, Estados Unidos, utilizaram de diferentes estratégias, entre pressões políticas e

* Doutoranda em História Social pelo PPGHIS/UFRJ.

¹⁷⁹ Matthew Brown ressaltou, contudo, que essa posição não foi de uma “vítima periférica” de movimentos externos, mas também como um agente capaz de influenciar e moldar os fenômenos (BROWN, 2015, p.379).

econômicas, ao uso da propaganda para persuadir os governos latino-americanos e suas sociedades a os apoiarem em suas demandas e causas de guerra. Por essa razão, Stefan Rinke afirma que, entre 1914 e 1917, as neutralidades latino-americanas estavam constantemente “sob pressão” (RINKE, 2014, p.38)

O comportamento dos Estados em confronto junto aos latino-americanos mostra os contornos de uma *guerra global*. Hew Strachan concluiu haver nos primeiros anos do século XX uma ordem global desenhada pelas potências europeias, através de um sistema econômico que aproximava diferentes regiões, e, por essa razão, a Grande Guerra expandiu-se para além das fronteiras dos contendores (STRACHAN, 2010, p.5). No entanto, os elos político-econômicos não foram os únicos que fizeram a Primeira Guerra Mundial reverberar em partes distantes do epicentro das batalhas. John Horne atestou que a sua construção global se deu pelos impactos gerados pelos enfrentamentos culturais ocorridos, pelas múltiplas experiências a partir deles, e, por conseguinte, pelas representações geradas (HORNE, 2019). Por sua vez, a sensibilização das sociedades neutras se deu, sobretudo, pelas intermediações culturais existentes entre elas e as sociedades beligerantes.

Nesse sentido, María Inés Tato afirmou que os intelectuais e a opinião pública latino-americana experimentaram um estado de *beligerância cultural* (TATO, 2018, p.5). Para a historiadora, as identidades latino-americanas e suas representações guardavam vínculos com a Europa, provocando manifestações quando os ataques culturais perpetrados entre as nações em disputa alcançavam aquelas sociedades (TATO, 2018, p.5). Assim, ainda de acordo com os argumentos de Tato, os países da América Latina experimentaram *neutralidades adjetivadas*, quando, ao longo da guerra, a depender do contexto, o estado neutral assumiu diferentes definições práticas (TATO, 2018, p.8). Nem os governos, nem as sociedades da região foram expectadores passivos dos desdobramentos da conflagração.

A Liga Brasileira Pró-Germânia

De acordo com Jean-Pierre Rioux, as associações são um símbolo da “complicação da sociedade”, e uma maneira desta organizar-se e agir de maneira incisiva sobre instituições e outros poderes formalizados, garantindo a intervenção na coletividade. (RIOUX, 2002, p. 119) Uma vez pretendendo participar do debate público acerca da guerra e influenciar nas interpretações que eram construídas a respeito, o associativismo foi uma das formas de organização das compreensões no Brasil acerca da Primeira Guerra Mundial. A partir de março de 1915, antes da guerra completar um ano de existência, portanto, a capital federal viu surgir alguns grupos cuja única finalidade era promover as campanhas dos países beligerantes entre os brasileiros.

Confirmando o favoritismo da Entente no país, a Liga Brasileira pelos Aliados foi criada na então capital federal¹⁸⁰. A entidade foi fruto dos esforços combinados do militar e jornalista Eliseu Montarroyos, do burocrata Antônio Reis Carvalho, e dos escritores José Veríssimo e Graça Aranha, com o intuito de promover no país a *causa da civilização* (PIRES, 2019). O prestígio de Aranha e Veríssimo entre a elite intelectual e política do país, ao lado da popularidade adquirida pelas campanhas de França e Inglaterra, fizeram com que a Liga Brasileira pelos Aliados adquirisse capacidade de mobilização e formação da opinião pública do país ao longo da beligerância. Manejando os discursos calcados nas *culturas de guerra* de França e Inglaterra, incorporados no Brasil através da propaganda bélica, mostravam a contenda como uma disputa final entre a civilização, representada pela coligação anglo-francesa, contra a *barbárie*, representada pelo Império Alemão¹⁸¹.

A partir da fundação da Liga Brasileira pelos Aliados e sua ampla atuação na capital da República, surgiram entidades para defender a causa contrária, ou seja, do bloco dos Impérios Centrais. Para disputar a opinião pública do país acerca do conflito, mais de uma associação em favor do Império Alemão foi organizada. Em agosto de 1915, militares de média e baixa patentes criaram a Confederação Pró-Germânia, cuja proposta era defender a campanha alemã dos ataques sofridos na imprensa periódica. Contudo, o grupo não obteve o mesmo êxito da Liga Brasileira Pró-Germânia. Em julho de 1915, a Liga lançava o seu manifesto nos principais jornais da capital federal, anunciando a sua criação e quais seriam os seus objetivos. A iniciativa partiu dos jornalistas Alfredo Victor Fontenelle e Djalma Leite de Castro, ao lado de A. J. de Oliveira Torres.

O fundador Oliveira Torres não deixou evidências de sua trajetória na atuação da própria Liga. Nos textos e eventos que se seguiram ao publicado em julho de 1915, o seu nome não foi mais mencionado, nem mesmo no registro da entidade feito no Almanaque Laemmert, onde consta apenas os nomes de De Castro e Fontenelle. A ausência de Torres pode indicar a primeira baixa sofrida pela entidade já nos seus primeiros meses de vida. Sobre os outros dois fundadores, o que se conhece são suas atuações na imprensa da capital. Alfredo Victor Fontenelle foi um jornalista que atuou em alguns periódicos da cidade, como a revista *Fon-fon*. Num período em que o jornalismo dava os seus primeiros passos rumo à profissionalização, e era desempenhado

¹⁸⁰ A influência cultural francesa sobre as elites brasileiras remonta ao início do século XIX, quando da vinda dos Bragança para sua então colônia americana. Desde esse período, as produções culturais que tinham o selo de Paris pautaram obras de arte e as formações intelectuais desses grupos, explicando sua adesão majoritária às narrativas aliadas sobre o conflito mundial.

¹⁸¹ O conceito de *cultura de guerra* aqui empregado se ampara nas reflexões de Stéphane Audoin-Rouzeau e Annette Becker. Os dois historiadores franceses consideram a *cultura de guerra* como o aparato cultural que permitiu não apenas a interpretação dos acontecimentos do conflito pelas sociedades que os experienciaram, mas a criação de códigos e representações que possibilitaram a mobilização dos indivíduos em direção às demandas da guerra, como o consentimento às violências perpetradas.

concomitantemente a outras ocupações, as letras de imprensa pareciam, contudo, ser a única atuação pública de De Fontenelle. Djalma Leite de Castro, por sua vez, atuava como crítico literário em gazetas como o *Correio da Manhã*. A imprensa, contudo, parecia ser uma atuação mantida em paralelo ao seu principal sustento material como funcionário da Santa Casa de Misericórdia. Seu nome aparece ainda vinculado ao Aero-Clube, do qual era sócio, além de estar em várias notas das colunas sociais. Observando a trajetória dos fundadores da Liga Brasileira Pró-Germânia, conclui-se que nenhum dos dois havia feito, até junho de 1915, qualquer demonstração pública de apreço pela Alemanha, ou por sua produção cultural. Tampouco mantinham vínculos aparentes com a comunidade de imigrantes germânicos formada no Rio de Janeiro.

A primeira nota na imprensa fluminense a respeito da existência da Liga Brasileira Pró-Germânia foi publicada no jornal *A Tribuna*. No dia 6 de julho de 1915, no frontispício daquela gazeta, Alfredo Victor Fontenelle assinava o texto de abertura da entidade. Sob o título *A Liga Brasileira Pró-Germânia*, o jornalista tratava dos motivos e dos objetivos para a fundação da associação naquele momento. Segundo Fontenelle, estava em curso uma guerra que não se valia de canhões de longo alcance, metralhadoras de repetição, nem tanques, mas de uma arma tão antiga quanto a humanidade: a palavra. E, por meio desta, a Inglaterra estaria pondo em curso um novo método de batalha, uma guerra de propagandas que, na interpretação do articulista, era algo similar à disseminação de mentiras. Segundo Fontenelle, os britânicos contavam “com o sentimentalismo nacional e a sua impressionabilidade, muito fácil de sugestionar com o sobrenatural e com o fantástico” para obter sucesso em terras brasileiras¹⁸².

Caberia à Liga uma missão, portanto, que se sustentava em várias frentes: restaurar a verdade sobre o que se passava nas cenas de batalha, reparar as injustiças que eram cometidas contra a Alemanha e promover a sua causa entre os brasileiros. A Liga, nas palavras do seu fundador,

não é um movimento de simpatia da nossa parte, uma amabilidade de hospedagem, mas um franco e decidido gesto de solidariedade, uma atitude de resoluta apoio ao grande povo que a má-fé, de mãos dadas com a perfídia e a injúria, quer afastar do nosso convívio e da nossa fraternidade¹⁸³.

A reafirmação dessas metas viria na nota que divulgou a abertura da entidade no *Jornal do Comércio*, dias mais tarde. Em 10 de julho daquele mesmo ano, o texto afirmava que os “fins e interesses [da Liga] são os de defender e manter bem alto as tradições de cultura e civilização, que os inimigos da Alemanha procuram a todo transe destruir para sempre nesta parte do

¹⁸² FONTENELLE, A. V. de. “Liga Brasileira Pró-Germânia”. In: *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1915, p.1.

¹⁸³ *Idem*.

continente”¹⁸⁴. Ou seja, os organizadores deixavam explícito que se tratava de uma ação impetrada por admiradores da Alemanha no país. Mas não apenas isso: ao evidenciar a nacionalidade dos fundadores, proclamando que a entidade fora criada “exclusivamente por brasileiros”¹⁸⁵, buscava-se afastar qualquer suspeita de uma relação com a comunidade germânica do Brasil¹⁸⁶.

A entidade também se mostrava interessada em servir como um catalisador das simpatias em favor da Alemanha em todo o território nacional. Prova dessa intenção foi a publicação de notas sobre suas atividades em órgãos da imprensa de outros estados da República, e não apenas do Rio de Janeiro. Jornais da Bahia, São Paulo, e Santa Catarina, por exemplo, divulgaram seus eventos e notas públicas a respeito dos assuntos da guerra. O jornal *A Notícia*, de Santos, em nota reproduzida pelo *A Tribuna*, anunciava como uma excelente boa nova a fundação da entidade, creditada a “homens de caráter” que não se deixaram enganar pelas “mentiras” vindas da França e da Inglaterra. A missão enunciada pela Liga em seu texto de abertura era reafirmada pelo jornal santista - luta pela verdade contra uma falsa cobertura dos fatos da guerra -, que festejava sua existência como uma boa nova para aqueles que “até agora, em vão procuraram um centro em redor do qual pudessem concentrar-se para prestar auxílio à boa causa”¹⁸⁷.

Da parte da agremiação, a cooperação à “boa causa” se fez de diferentes formas. A Liga organizou alguns eventos beneficentes em prol dos soldados dos Impérios Centrais e suas famílias. As conferências, realizadas em espaços conhecidos da intelectualidade da capital, como o Teatro Lírico, tinham o valor do ingresso revertido para os combatentes da Tríplice Aliança. Em 1916, promoveu uma festa natalina nos jardins do Campo de Santana, onde se deram a prática de esportes, sorteio de prendas e a distribuição de brinquedos aos pés de uma grande árvore de Natal. A organização de festividades e conferências para a coleta de donativos foi uma prática da qual a associação rival da Liga Pró-Germânia, a Liga pelos Aliados, também lançou mão com frequência naquele quadriênio. Dessa forma, *aliadófilos* e *germanófilos* materializavam diante dos olhos da sociedade fluminense o conflito que se desenrolava a quilômetros de distância, aproximando-os através de festividades e confraternizações. No caso dos *germanófilos*, associar a Alemanha a momentos de lazer e beleza era ainda mais imperioso, visto que, naquele momento, os alemães

¹⁸⁴ “Liga Brasileira Pró-Germânia”. In *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, “Gazetilha”, 10 jul. 1915, p. 4.

¹⁸⁵ *Idem*.

¹⁸⁶ A tentativa de aparentar afastamento da comunidade de imigrantes alemães do Rio de Janeiro, contudo, não se confirma nas ações subsequentes da Liga. O ministro plenipotenciário do *Reich* na capital, Adolf Paoli, foi contactado e esteve presente na conferência inaugural, em 1915. Entidades relacionadas aos imigrantes daquela nacionalidade residentes na capital da República também foram notificadas da existência da Liga. O exame da lista de sócios da entidade permite constatar a presença de sobrenomes de origem alemã, entendendo-se que houve alguma adesão por parte dos alemães e teuto-brasileiros.

¹⁸⁷ *Ibidem*.

eram classificados publicamente como violentos e cruéis aos olhos brasileiros através de inúmeros veículos da imprensa.

Para construir outra Alemanha junto aos seus conterrâneos e driblar a falta de informações sobre a frente dos Impérios Centrais em terras latino-americanas, a Liga Pró-Germânia publicou e distribuiu na cidade do Rio de Janeiro livros e encadernados. Os títulos dessas publicações revelam quais caminhos assumidos pela associação para narrar a guerra. Para apontar os causadores do conflito - e isentar Berlim da responsabilidade que lhe era imputada pelo estado de beligerância - a entidade fez circular a versão em português do *Livro Branco*, uma compilação de documentos oficiais, entre notas diplomáticas e discursos parlamentares, mostrando a movimentação do *Reich* nas semanas que antecederam as declarações de guerra¹⁸⁸. Com a mesma intenção, trouxe o livro *Como os Aliados prepararam a conflagração*, de Theobald von Bethmann-Hollweg, chanceler do governo de Guilherme II.

Perseguindo o propósito de imputar aos inimigos do Kaiser as acusações que lhes eram direcionadas, outros títulos foram disponibilizados aos brasileiros sob os auspícios da associação. Com os livros *A guerra de franco-atiradores da Bélgica*, *Documentos diplomáticos belgas* e *a Bélgica neutra e a Alemanha*, escritos por tal F. Norton, reforçavam a versão de um ato defensivo na invasão daquele reino. Para mostrar que os verdadeiros infratores de soberanias nacionais eram os Aliados, ofereceram a leitura de *Informações de Paris a Londres e como os Aliados violaram a neutralidade da Grécia*, sem autoria especificada; *O domínio britânico na Índia*, de W. Bryan, *O Império do Oriente*, de A. Amaral, e *O crime do Congo ou as barbaridades belgas*, do romancista inglês Arthur Conan Doyle. Este último foi traduzido para o português e prefaciado pelo jornalista, deputado e voz pró-Alemanha, João Dunshee de Abranches. Na mesma linha comparativa entre os dois blocos, a entidade trouxe ainda os títulos escritos por Karl Helfferich, ministro das finanças do *Reich*: *A situação político-econômica da Alemanha e seus inimigos* e *Um ano de guerra e as finanças alemãs*¹⁸⁹.

Esses títulos, ao que tudo indica, não eram vendidos pela entidade, mas doados ao público em geral. Não se sabe ao certo se havia algum critério para a distribuição dos exemplares, se eles eram levados aos eventos da entidade, ou disponibilizados em sua sede para quem os quisesse ler. A quantidade colocada à disposição mostra que os esforços caminhavam na primeira direção: o *Livro Branco* teve uma tiragem de 1520 exemplares; o manifesto *A Liga Brasileira Pró-Germânia e sua*

¹⁸⁸ Cada combatente publicou o seu, inclusive o Brasil, que em 1918 lançou o “Livro Verde”, ou *O Brasil na Guerra*, editado por Otto Prazeres.

¹⁸⁹ Outras publicações foram trazidas pela entidade até o ano de 1916, contabilizando cerca de 19 títulos escritos diretamente em português, como “Os alemães e o Brasil”, de Vicente de Carvalho, ou traduzidos do alemão. A Liga se encarregou ainda da distribuição de jornais e revistas que tematizaram o conflito, como a espanhola “A Guerra”, além do livro de fotografias e gravuras, “Ilustrações da Grande Guerra”.

atitude, 3.200; e a *A guerra de franco-atiradores da Bélgica*, 450. Era uma maneira encontrada pela associação de levar a sua mensagem ao maior número possível de pessoas naquela cidade, algo que se confirma com a utilização de um instrumento para a comunicação de massas como o cinema. A Liga exibiu o filme “A Alemanha na Guerra” não apenas ao espectador carioca, mas também ao de Niterói, Petrópolis e Friburgo. Sessões foram também organizadas em Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e São Paulo. E para fixar uma imagem da guerra de acordo com a sua interpretação, a Liga distribuiu cerca de 300 retratos de Guilherme II, do marechal Hindenburg e do almirante Von Tirpitz aos presentes nas sessões.

O uso dos órgãos da imprensa brasileira como porta-voz para as suas ideias e ações foi uma estratégia largamente utilizada pela associação ao longo dos seus mais de dois anos de existência. Os jornais da capital eram o seu principal canal de comunicação com o público que pretendia atingir, onde eram lançados os seus boletins e artigos de opinião; anunciados os seus eventos e conferências; disponibilizados os seus balancetes e eleições para diretoria. Para os textos da Liga Pró-Germânia, abriam espaço em suas páginas a gazeta *A Prensa*; os tradicionais *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *Jornal do Comércio*, onde sua conferência inaugural, “A Alemanha perante o tribunal da razão”, do engenheiro Joaquim Sampaio Ferraz, foi estampada integralmente na quarta página. A capilaridade da Liga com os órgãos da imprensa não ficou restrita aos títulos fluminenses, tendo alcançado espaço em jornais de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco e Bahia. Alfredo Victor Fontenelle e Djalma Ribeiro de Castro provavelmente acionaram suas redes de contatos dentro das redações para viabilizar a publicação dos boletins e artigos. Contudo, é necessário destacar a função que a imprensa exercia tanto na sociedade brasileira, quanto na guerra, como único meio de comunicação de massa disponível naquele contexto.

A Liga Brasileira Pró-Germânia manteve-se atuante até 1917. Neste ano, o presidente Wenceslau Brás decidiu romper a neutralidade decretada pelo seu antecessor, Hermes da Fonseca, quando o navio Paraná foi posto a pique por submarinos alemães. Após resistir às pressões políticas e econômicas de ambos os blocos combatentes, o governo brasileiro suspendeu o decreto 11.034/1914 em favor dos Estados Unidos - àquela altura já feito beligerante ao lado da Entente -, para, em seguida, cortar relações com o Império Alemão. A entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial precipitou o fim da associação, que espontaneamente anunciou o fim das suas atividades por meio da imprensa fluminense.

Duas interpretações da mesma guerra

Ao constatar a relevância da análise sob o espectro cultural para compreender a complexidade da Primeira Guerra Mundial, John Horne afirmou que a conflagração fora uma

“batalha de ideias” (HORNE, 2019, p.158). A mobilização e a automobilização de indivíduos e grupos em prol das demandas do conflito foi possível sobretudo através da criação das *culturas de guerras*. Estas, por sua vez, foram calcadas no manejo dos elementos compreendidos como parte das culturas nacionais. Dessa forma, o que se estabeleceu, segundo Horne, foi um *antagonismo cultural* entre os beligerantes, uma conflagração que foi interpretada e representada pelos seus contemporâneos como uma disputa ideológica entre os participantes (HORNE, 2019, p.159). Essa disputa, inclusive, agiu sobre a maneira como as sociedades neutras elucidaram a guerra.

A fala de Alfredo Victor de Fontenelle, explicitada acima, demonstra que havia consciência dessa face da contenda mundial entre os neutros. O fundador da Liga Pró-Germânia, no texto acima comentado, afirmou:

É a máquina de enganar os tolos. Incapazes da luta no verdadeiro sentido do termo, e impotentes para remover o gigante que se abateu sobre eles com a honestidade e o nobre gesto de quem se defende, lançam mão do recurso extremo da perfídia, do enxovalho, da injúria e do acinte para vencer o adversário que eles sentem cada vez mais forte, mais unido e mais nobre, pela grandeza da luta que vem travando, com o heroísmo sem par, com sacrifício, sem auxílio estranho, perfeitamente só, magnificamente isolado contra os seus inimigos de todas as raças e de todas as cores¹⁹⁰.

As duas associações - a Liga Brasileira pelos Aliados e a Liga Brasileira Pró-Germânia - atravessaram os anos de 1915 a 1917 buscando convencer os brasileiros da veracidade das suas narrativas. Assim, essas entidades apresentaram pontos de vista divergentes sobre tópicos que edificaram narrativas *aliadófilas* e *germanófilas* no Brasil, na América Latina e em outras partes do mundo.

Alguns dos assuntos que mais mobilizaram os argumentos de ambas as associações foi a culpa sobre o desencadear da guerra, e qualidade do povo germânico. Sobre o que e quem teria provocado o início das hostilidades, a Liga Brasileira pelos Aliados e a Liga Brasileira Pró-Germânia tinham entendimentos conflitantes. Ao grupo encabeçado por José Veríssimo e Antônio Reis Carvalho, não havia dúvidas de que a responsabilidade recaía sobre o Império Alemão. O *Reich* teria provocado o início da contenda como etapa de um plano de dominação e conquista sobre a Europa e outros países, mas também como expressão do caráter imperialista, militarista e autoritário de seu povo. Em discurso pronunciado em uma cerimônia de recepção promovida pela Liga ao político francês Pierre Baudin, em missão diplomática ao Brasil naquele ano, o jornalista e também político Irineu Machado pronunciou-se da seguinte maneira:

¹⁹⁰ *Ibidem*.

Hegel e Fichte pregam a superioridade da raça germânica, julgando-a fadada a governar o mundo, hipertrofiam o orgulho tedesco, semeiam a planta do pangermanismo, e traçam para ela a rota dessa política de força, de egoísmo, de rapina, de ambição e de voracidade que a tornam suspeita a todos e de todos odiada; ao tempo em que os espíritos culminantes da ciência francesa fazem a derrocada do passado, mas no interesse da dignidade humana, cream esses ideais de justiça e de liberdade e fundam a filosofia igualitária, escola e amor de altruísmo¹⁹¹.

Adiante, em sua fala, Machado sentenciou “A Alemanha funda a sua supercivilização no culto da força e da violência, ao desprezo pelos fracos, no escárnio pelas pieguices do humanismo francês”¹⁹². A desqualificação do povo alemão, sobretudo no que tange à sua moralidade e valores culturais, quando comparado aos povos rivais, foi uma argumentação utilizada também para abordar a invasão da Bélgica pelo exército de Guilherme II¹⁹³. O evento foi tratado pelos integrantes da Liga como uma demonstração da “barbárie” inerente ao povo alemão. Coelho Neto, membro da associação, em evento comemorativo ao aniversário do rei belga, Alberto I, descreveu nos seguintes termos a invasão do reino:

Invadindo o território belga a Germânia de Kant e de Goethe não violava somente o solo de uma nação neutra: acalcanhava [sic] a Liberdade, tripudiava sobre o Direito e o ofendia o brio do mundo profanando um tratado, crime de injúria à Civilização, que o tornou o império férreo réu vendo cair a Pátria, inclinou-se sobre ela de barbárie¹⁹⁴.

Neto, em seguida, descreveu a destruição da vida cotidiana, das obras de arte presentes em solo belga, das universidades e catedrais. O literato enfatizou acusações de violência contra a população civil impetrada pelos soldados do Kaiser, incluindo o estupro de mulheres e meninas. Para que “esvurmam de si a lavra dos profanadores da Honra”, Neto afirmou “que já se cogita o perdão do infanticídio”¹⁹⁵. Em outro momento, categorizou a vilanização dos germânicos, ao tratar todos os imigrantes dessa nacionalidade como espíões em nome do *Reich*:

a Germânia espalhou por toda a terra a legião dos seus caixeiros viajantes que, enquanto exibiam as amostras aos produtos, *made in Germany*, relanceavam olhares coscovilheiros observando tudo que lhes ficava em torno [...]. E não era só o caixeiro que exercia o vil ofício – também o artista, também o sábio, também

¹⁹¹ “Missão Baudin”. In *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, “Gazetilha”, 22 de abril de 1915, p. 2.

¹⁹² *Idem*.

¹⁹³ Em agosto de 1914, as tropas germânicas invadiram e ocuparam o reino da Bélgica, que foi mantido sob a tutela dos alemães até novembro de 1918.

¹⁹⁴ “O aniversário do rei belga”. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, “Gazetilha”, 9 abr. 1915, p. 3.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 4.

a mulher, também a criança, todos que sabiam emigrados transformavam-se em Asmodeus, espionando segredos para desvendá-los na hora suprema¹⁹⁶.

Afirmações dessa monta foram feitas repetidas vezes nos boletins, manifestos e livretos publicados pela Liga pelos Aliados ao longo dos seus quase quatro anos de existência¹⁹⁷. Restava, portanto, à Liga Brasileira Pró-Germânia rebater tais imputações.

Conforme apresentado anteriormente, os responsáveis pelas expressões públicas da entidade se esforçaram em apresentar aos brasileiros uma versão diferenciada daquela exposta pela Liga pelos Aliados. Se para estes era na Alemanha militarizada e imperialista que pousava a culpabilidade pelo desencadear da guerra, a Liga Pró-Germânia afirmava serem seus adversários, em especial a Inglaterra, receosa do crescimento germânico na geopolítica da época, poderiam ser apontados como os executores do conflito.

Em artigo publicado no jornal *A Tribuna*, com o título “Heróis, e não bárbaros”, Djalma Leite de Castro defendia essa tese. Nas suas palavras, “O mundo, tomado de surpresa pelo deflagrar da guerra, acha-se ainda tomado de estupefação, necrosado ante a grande catástrofe a que arrastaram os invejosos da expansão comercial e do progresso intelectual e material dos germânicos”¹⁹⁸. Mais adiante, o burocrata era mais explícito ao afirmar a intenção dos ingleses na conflagração. Disse:

É sobre esse povo heroico, que a inveja e a concorrência comercial da maquiavélica Inglaterra arrastou a guerra, choveram os mais infames epítetos, os mais miseráveis aleives [...]. [...] E os germânicos, que têm sido mesmo nesta hora de angústia, beneficiadores da humanidade, são chamados bárbaros, porque os teóricos, os sofistas, os peripatéticos desejam que eles fizessem uma guerra gentil, uma guerra delicada, com balas de chocolate; queriam uma “guerra civilizada”¹⁹⁹!

Djalma Leite de Castro recusou também a alcunha de *barbárie* dada aos alemães. Ao contrário, os povos germânicos estariam na vanguarda da civilização e do progresso, como demonstra o trecho a seguir:

Um povo forte e civilizado como o povo germânico, com a mais perfeita organização administrativa, tendo realizado em parte esse complexo problema da felicidade na terra, pelo conforto e pelo barateamento na vida, depois de grandes descobertas científicas que tiveram aplicação nas indústrias, que desejava levar o

¹⁹⁶ *Idem*.

¹⁹⁷ A Liga pelos Aliados foi dissolvida em 1919, após a conclusão da conferência de Versalhes e as eleições presidenciais no Brasil para a sucessão de Wenceslau Brás. Na ocasião, a entidade participou da campanha de Rui Barbosa, seu presidente de honra, à cadeira de chefe do Executivo federal (PIRES, 2019).

¹⁹⁸ CASTRO, D. L. de. “Heróis e não bárbaros”. In *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1915, p.1.

¹⁹⁹ *Idem*.

seu progresso a todas as partes do mundo pela concorrência comercial pacífica, vendo-se assaltado nos seus ideais, tinha que fatalmente de se defender²⁰⁰.

Enquanto a Liga pelos Aliados sustentava que a guerra era fruto das ambições expansionistas, unida ao caráter deturpado dos alemães, a Liga Pró-Germânia declarava que a Alemanha travava uma campanha defensiva. Seus atos beligerantes visavam proteger sua unidade nacional dos ataques externos daqueles interessados no seu desaparecimento ou na sua subjugação. Através do artigo assinado por O. M. Teixeira, também publicado no *A Tribuna*, a entidade afirmou que:

A Alemanha sempre foi pacifista, não teve, decerto, como a França, um Napoleão ambicioso que desafiasse o mundo e quisesse calcar sob os seus pés todas as outras nações, mas tem um herói que preside os seus destinos e que sabe defender os interesses, a integridade e a honra da nação que governa, contra aqueles que, mordidos de inveja e despeito, uniram-se para destruir um templo da ciência, um império forte e valoroso como o é a Alemanha²⁰¹.

Os argumentos apresentados por ambas as entidades para sustentarem seus pontos de vista podem ser encontrados nos discursos produzidos pelas sociedades dos países beligerantes, fruto das *culturas de guerras*. Atos de hostilidade resultantes da perversidade e da degenerescência racial do inimigo foi uma asserção largamente utilizada ao longo da Primeira Guerra Mundial. De acordo com Annette Becker, a guerra era concebida como uma alteração entre raças e suas expressões culturais²⁰² (BECKER, 2014, p. 240-241). Os franceses, de acordo com a historiadora, entendiam o conflito como uma “luta higienista”, na qual a “raça francesa” estava ameaçada pela “raça alemã”, classificada não apenas como inferior, mas também como “pervertida e pervertedora” (BECKER, 2014, p. 248). Essa compreensão da guerra está presente nos discursos da Liga pelos Aliados, no menosprezo atrelado ao temor pelos alemães.

Por sua vez, as narrativas dos membros da Liga Brasileira Pró-Germânia continham elementos importantes utilizados nas ações da propaganda teuta, como a vitimização do Império Alemão, alvo de uma campanha de difamação e da perseguição dos seus concorrentes econômicos e políticos diretos, como atestou Stefan Rinke (2015, p. 4). Além disso, a exaltação dos germânicos como vanguarda da civilização, como visto no texto de Djalma Leite de Castro e O. M. Teixeira, é

²⁰⁰ *Idem*.

²⁰¹ TEIXEIRA, O. M. “A Alemanha e a guerra”. In *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1915, p. 1.

²⁰² Novamente, é Annette Becker quem destacou a relevância da perspectiva racial para a compreensão das *culturas de guerras*. O “darwinismo social” e demais teorias raciais presentes nas estruturas intelectuais europeias, inclusive dentro dos pensamentos nacionalistas, se apresentaram na caracterização do inimigo, nas justificativas para a legitimação da guerra, e no trato das questões suscitadas pelo confronto (BECKER, 2015, 1037-1038).

uma argumentação característica dos pensamentos nacionalistas alemães, inspiração para a *cultura de guerra* edificada naquele país (MICHAELLES, 2003).

Vale destacar a relevância das atividades de propaganda dos blocos combatentes e a maneira como estas ajudaram a construir as interpretações sobre o conflito. As propagandas de guerra foram importantes elementos que tornaram o conflito global, uma vez que os materiais e as estratégias de persuasão foram levados para várias partes do mundo. No caso da América Latina, Stefan Rinke afirmou que aquela “era um campo de batalha relevante porque o continente abrigava um grande número de países neutros” (RINKE, 2015, p.1). Como exemplo, a maneira como se estruturou os argumentos *germanófilos* em países do Cone Sul, como Argentina, Chile e Brasil, guardam entre si uma série de semelhanças²⁰³.

Porém, se o caráter global do conflito permitiu que paralelismos sejam traçados entre as diferentes interpretações sobre a guerra enquanto esteve vigente, as especificidades das sociedades que lhe foram contemporâneas trouxeram singularidades a estas compreensões. No caso do Brasil, uma vez sendo a qualidade cultural e biológica dos alemães um dos principais assuntos deste debate, o enfoque da discussão foi direcionado às comunidades destes imigrantes formadas no país e sua contribuição para a construção da nacionalidade brasileira. As duas associações tornaram-se, portanto, representantes de argumentos conflitantes.

Na esteira do desmerecimento dos alemães enquanto grupo étnico promovido durante a campanha aliada, a Liga pelos Aliados desacreditava na colaboração daqueles para o desenvolvimento do Brasil enquanto nação civilizada. A entidade, formada em sua maioria por intelectuais proeminentes do país, foi além do descrédito: utilizou-se da crença no *perigo alemão*, ventilada com frequência entre os letrados e políticos brasileiros antes mesmo do início da conflagração²⁰⁴. Se o elemento germânico era uma ameaça em solo europeu, na lógica da entidade também o era em solo brasileiro, pondo em risco a sua integridade territorial.

Em julho de 1915, os membros da Liga colheram em sua sede no Clube de Engenharia assinaturas para uma petição a ser encaminhada ao Congresso Nacional. O texto, intitulado “Duas pátrias, não”, tinham por “assegurar a nacionalidade brasileira contra perigos que acaso a ameaçam”, no caso, as populações de origem alemã, “de origem étnica, constituição histórica e social, formação espiritual e política, língua, religião, costumes completamente diferentes dos das

²⁰³ Sobre os discursos germanófilos em Argentina e Chile, ver RUSS, 2019. Para uma comparação entre os discursos germanófilos empreendidos por brasileiros e argentinos, conferir PIRES, 2020.

²⁰⁴ O *perigo alemão* era o receio disseminado entre as elites intelectuais brasileiras de que as comunidades de imigrantes alemães baseadas ao sul do país tomassem aquele território para incorporarem ao Império Alemão, inspiradas pelo pangermanismo vigente entre o pensamento nacionalista do *Reich*. Esta desconfiança para com os imigrantes de origem teuta era corrente no Brasil desde o final do século XIX (MICHAELLES, 2003, p. 14).

populações genuinamente nacionais”²⁰⁵. Estes eram acusados pela associação de formarem comunidades propositalmente isoladas, desejosas de “se não confundir conosco nem se perder na nossa nacionalidade”²⁰⁶. Como solução, propunham a dispersão dessas comunidades pelo território, e a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa em qualquer estabelecimento de ensino²⁰⁷.

Como exposto acima, a Liga Brasileira Pró-Germânia encampou a defesa do elemento alemão como uma das suas razões de existência. No texto publicado no *A Tribuna*, Alfredo Victor de Fontenelle atestou ser a fundação da entidade não “[...] uma amabilidade de hospedagem, mas um franco e decidido gesto de solidariedade, uma atitude de resolutio apoio ao grande povo que a má-fé, de mãos dadas com a perfídia e a injúria, quer afastar do nosso convívio e da nossa fraternidade”²⁰⁸. O “gesto de solidariedade” se justificava na crença por parte dos seus associados na contribuição dos alemães e teuto-brasileiros para a transformação do Brasil em uma nação civilizada. Em seu manifesto de abertura publicado no *Jornal do Comércio*, a associação afirmou:

Fundada exclusivamente por brasileiros, a Liga fará por todos os meios no seu alcance, a propaganda e a defesa do patrimônio da alta civilização que da Alemanha se tem espalhado pelo mundo e do qual o Brasil guarda, sob a proteção das suas leis, uma grande e imensa parte²⁰⁹.

A provável proximidade mantida com os *Rio-Deutsche* – nome dado aos membros da comunidade teuto-brasileira do Rio de Janeiro - e a presença de seus representantes na lista de sócios pode justificar tal dedicação da Liga Pró-Germânia de defender esse grupo dos ataques de *aliadófilos*. Por outro lado, as teorias raciais desde o século XIX circulavam entre os grupos letrados do país, influenciando nas reflexões sobre os tópicos sobre a Primeira Guerra Mundial mencionados.

Considerações finais

Como um evento de caráter global, a Primeira Guerra Mundial assumiu diferentes nuances. Cada sociedade que vivenciou o conflito naquele quadriênio construiu sobre ele experiências e

²⁰⁵ “Duas pátrias, não”. In *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, “Publicações a pedido”, 12 jun. 1915, p. 6.

²⁰⁶ *Idem*.

²⁰⁷ *Idem*.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ *Ibidem*.

interpretações diversas, independente do posicionamento oficial dos governos. Este foi o caso das sociedades neutras latino-americanas, inclusive a brasileira.

Apesar da maioria *aliadófila*, a capital federal da República abrigou uma associação que se mostrou empenhada em apresentar aos brasileiros um ponto de vista oposto aos acontecimentos. A Liga Brasileira Pró-Germânia disputou a opinião pública fluminense, buscando encetar uma interpretação *germanófila* dos fatos. Antagonizou, dessa maneira, a Liga Brasileira pelos Aliados em algumas questões que mobilizaram os brasileiros, como a responsabilidade pelo desencadear da guerra e qualidade dos alemães enquanto grupo étnico.

O debate posto entre as duas associações foi influenciado pelas *culturas de guerras* edificadas nos países beligerantes. Estas *culturas* alcançaram os articuladores brasileiros através do aparato de propaganda arquitetado pelos blocos combatentes. Contudo, a sensibilização para o debate se deu, entre outras razões, pela existência de questões próprias da realidade política, cultural e social brasileira, que ressignificaram argumentos trazidos no bojo da propaganda de guerra às necessidades locais, corroborando o aspecto global da Grande Guerra.

Referências

Referências bibliográficas

AUDOIN-ROUZEAU, S.; BECKER, A. Violência e consentimento: a 'cultura de guerra' do primeiro conflito mundial. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 237-258.

BECKER, A. **As cicatrizes vermelhas**. França e Bélgica ocupadas. Rio de Janeiro: Tinta negra, 2014.

_____. The Great War: World War, total war. **International Review of the Red Cross**, n. 900, nov. 2016, p. 1029-1045. Disponível em: <https://international-review.icrc.org/articles/great-war-world-war-total-war>

BROWM, M. The Global History of Latin America. **Journal of Global History**, 2015, n. 10, p. 365-386.

DEHNE, P. How important was Latin America to the First World War? **Revista Historia Iberoamericana**, Michigan, v. 14, n. 53, 2014. p. 151-164.

HORNE, J. End of a Paradigm? The cultural history of the Great War. **Past and Present**, Oxford, i. I, v. 242, fev. 2019, p. 155-192. Disponível em: <https://academic.oup.com/past/article-abstract/242/1/155/5298762>

MICHAHELLES, M. **A 'colônia alemã' do Rio de Janeiro: a Sociedade Germania e a construção de uma identidade teuto-brasileira**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

PIRES, L. C. Caminhos paralelos: afinidades discursivas entre *germanófilos* de Brasil e Argentina durante a Primeira Guerra Mundial. **Casus Belli**, Buenos Aires, n. 1, p. 103-127, 2002.

_____. **Intelectuais nas trincheiras**. Curitiba: Appris, 2019.

RINKE, S. **Latin America and the First World War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

_____. Propaganda War (Latin America). **1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War**, 2015. Disponível em: <https://encyclopedia.1914-1918online.net/article/propaganda-war-latin-america>

RIOUX, J. A associação em política. RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 99-135.

RÜSS, C. Persuasive identities? German propaganda in Chile and Argentina during the first World War. **National Identities**, 17 dez. 2019, p. 5-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14608944.2019.1693528>

STRACHAN, H. The First World War as a global war. **First World War Studies**, v.1, n. 1, 2010, p. 3-14.mille

TATO, M. I. **Fighting the war from the periphery: Latin America and WWI**. Palestra proferida no congresso *Tempos de Violência*. Fundação Casa de Rui Barbosa, RJ, 20 junho 2018.